UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS – PPGPS

CAREM CRISTINI NOBRE DE ABREU

REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Junho - 2025

REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal

CAREM CRISTINI NOBRE DE ABREU

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.

Orientadora: Drª. Maria Clareth G. Reis.

Coorientador: Dr. Geraldo Márcio Timóteo

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Junho - 2025

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

A162 Abreu, Carem Cristini Nobre de.

REMEMORAR Histórias Pesqueiras : conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal / Carem Cristini Nobre de Abreu. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

361 f. : il.
Bibliografia: 347 - 361.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.
Orientadora: Maria Clareth Goncalves Reis.
Coorientador: Geraldo Marcio Timoteo.

1. comunidades tradicionais da pesca artesanal. 2. quilombo. 3. educação não formal. 4. audiovisual. 5. Políticas Sociais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS **Linha de Pesquisa:** Educação, Cultura, Política e Cidadania

REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.

APROVADA:13/06/2025

BANCA EXAMINADORA:

Drª. Vitória Izaú (Doutora em Educação)
Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG

Dr. Paulo de Carvalho (Doutor em Sociologia)
Universidade Agostinho Neto - UAN

Dr. Otair Fernandes de Oliveira (Doutor em Ciências Sociais)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULA MOUSINHO MARTINS
Data: 21/07/2025 08:50:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Drª. Paula Mousinho Martins (Doutora em Filosofia)
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Geraldo Márcio Timóteo (Doutor em Ciências Sociais)
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
(Coorientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CLARETH GONCALVES REIS
Data: 17/07/2025 20:07:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Drª. Maria Clareth Gonçalves Reis (Doutora em Educação)
Universidade Federal Fluminense – UFF/Gragoatá
(Orientadora)

Dedico este estudo - e as rememorações por ele revividas - a todas as pessoas que, em algum momento de suas vidas, foram silenciadas e agredidas pelo racismo e pelo patriarcado. Também àquelas que usufruem de seu tempo de forma coletiva para a construção de políticas sociais inclusivas, respeitando as diversidades e os saberes ancestrais dos povos afro-indígenas pindorâmicos. Eu sou porque nós somos. Ubuntu!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas progressistas que participaram e participam de lutas coletivas para a criação e manutenção das políticas sociais e públicas que asseguram a viabilidade do ensino público e gratuito brasileiro. Este estudo só foi possível por ter ocorrido em uma universidade pública e ser financiado com bolsa de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agradeço ao professor doutor Geraldo Timóteo (Ciências Sociais), pelo apoio e estímulo para seguir minha jornada acadêmica. Bem como às professoras Doutoras Lilian Sagio (Antropologia Visual) e Clareth Reis (Educação e Relações Étnico-Raciais) por me guiarem, cada uma à sua maneira tão peculiar, neste caminho em busca do conhecimento e da pesquisa científica. Também agradeço ao prof. doutor Julio Pinto (Semiótica), por me inspirar desde o passado na busca pela compreensão da significação, e ao prof. doutor Paulo de Carvalho (Sociologia) por me incentivar a estudar em Angola no futuro. Nada é por acaso. Ogum e Iemanjá guiam.

Agradeço à comunidade da pesca artesanal do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, ao Quilombo da Prainha e também à Praia Grande, em Arraial do Cabo, por compartilharem conosco seus bens mais importantes: suas memórias, seus saberes, seus tempos, suas companhias e suas confianças. Estou muito agradecida pela honra de ter acesso e registrar seus conhecimentos tão amplos, rebuscados, ancestrais e cotidianos. Agradeço também a todos os 28 incentivadores do financiamento coletivo da terceira etapa da pesquisa de campo deste estudo.

Agradeço ao meu filho, Icaro, a todas as mestras e mestres das culturas populares e à capoeira angola, com os quais venho aperfeiçoando meu ser, por me possibilitarem ter no coração, no corpo, na mente e na alma a resistência de saber cair e levantar, e, com esse conhecimento ancestral, viver bem a vida. Agradeço também aos esforços do meu pai e da minha mãe para que eu pudesse estudar na infância e na adolescência. A conquista de uma mulher negra, oriunda da pobreza, mãe solo, capoeirista angoleira e ativista sociocultural, em se tornar doutora em Políticas Sociais é de todos nós. Gratidão!

[...] Mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade. [...] Nós somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas. Para festejar a vinda das alegrias, nós somos a gira da gira na gira. A nossa trajetória nos move, a nossa ancestralidade nos guia. (Bispo dos Santos, série Trajetórias, Itaú Cultural, YouTube, 2023).

RESUMO

ABREU, Carem Cristini Nobre de. **REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS**: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2025.

Este estudo de doutorado em Políticas Sociais integra a linha de pesquisa Educação, Cultura, Política e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Nele, abordam-se as rememorações afro-indígenas presentes no imaginário simbólico e nas ações político-culturais dos pescadores e pescadoras artesanais do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e de Arraial do Cabo, ambos situados na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. O objetivo de rememorar as histórias pesqueiras afro-indígenas e as ações político-sociais dessas duas comunidades tradicionais, diante das conquistas de seus direitos, permitiu-nos imergir em seus cotidianos para vivenciar, investigar, analisar e registrar suas memórias, processos ritualísticos, saberes e tecnologias de pesca. A investigação fundamenta-se em conceitos como identidade, memória, imagem, escravidão, racismo, contracolonialismo e políticas sociais. A pesquisa-ação de abordagem quali-quantitativa, com análise comparativa, contou com registros audiovisuais e com a coparticipação dos sujeitos da pesquisa. Essa metodologia possibilitou não apenas a promoção de processos de educação não formal, mas também a produção conjunta do filme *REMEMORAR: Histórias Pesqueiras*, potencializando trocas confluentes, olhares e reflexões sobre as identidades em questão, diante das rememorações e conquistas de direitos alcançadas nos últimos dez anos (2014 a 2024). No decorrer do estudo, foram acessadas e registradas rememorações de mais de 250 anos de contribuições das culturas negra e indígena para a construção de embarcações, bem como as formas de realização da pesca artesanal por sete gerações. Estima-se que, desde 1773, no século XVIII, a região quilombola de Búzios já utilizava técnicas angolanas na construção dos caicos; e, desde 1843, no século XIX, Arraial do Cabo incorporava técnicas indígenas na construção das canoas de pesca. Ambas são embarcações movidas a remo, ainda utilizadas nos dias atuais.

Palavras-chave: comunidades tradicionais da pesca artesanal; quilombo; educação não formal; audiovisual; Políticas Sociais.

ABSTRACT

ABREU, Carem Cristini Nobre de. **REMEMBERING FISHING HISTORIES:** Afro-indigenous cultural knowledge and political-social action in artisanal fishing. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2025.

This doctoral study in Social Policies is part of the Education, Culture, Politics and Citizenship research line of the Graduate Program in Social Policies at the Darcy Ribeiro State University of Northern Fluminense (UENF). Here, we address the Afro-indigenous remembrances present in the symbolic imaginary and political-cultural actions of the artisanal fishermen and women of Quilombo da Rasa, in Armação dos Búzios, and Arraial do Cabo, in the Lagos Region, Rio de Janeiro. The objective of remembering the Afro-indigenous fishing histories and the political-social actions of these two traditional communities, in the face of the conquest of their rights, allowed us to immerse ourselves in their daily lives to experience, investigate, analyze and record their memories, ritualistic processes, knowledge and fishing technologies. The research is based on concepts such as identity, memory, image, slavery, racism, countercolonialism and social policies. The qualitative and quantitative action research, with comparative analysis carried out with audiovisual recording and co-participatory actions of the research subjects, in this thesis, enabled non-formal education and the joint production of the film REMEMORAR: Histórias Pesqueiras, enhancing confluent exchange processes, perspectives and reflections on those identities, in light of their remembrances and achievements of rights in the last 10 years (2014 to 2024). In it, we accessed and recorded remembrances of more than 250 years of contributions from black and indigenous culture to the creation of vessels, as well as the ways in which these people have carried out artisanal fishing for seven generations. Probably since 1773, in the 18th century, in the quilombola region of Búzios, influenced by Angolan techniques for the construction of caicos, and since 1843 (19th century) in Arraial, influenced by indigenous techniques for the construction of fishing canoes. Both rowing vessels are still used today.

Keywords: traditional artisanal fishing communities; quilombo; non-formal education; audiovisual; Social Policies.

RESUMEN

ABREU, Carem Cristini Nobre de. **REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS:** conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2025.

Este estudio de doctorado en Políticas Sociales se inserta en la línea de investigación Educación, Cultura, Política y Ciudadanía del Programa de Posgrado en Políticas Sociales de la Universidad Estadual Darcy Ribeiro del Norte Fluminense (UENF). Aquí, abordamos las memorias afroindígenas presentes en el imaginario simbólico y las acciones político-culturales de los pescadores artesanales del Quilombo da Rasa, en Armação dos Búzios, y de Arraial do Cabo, en la Región de Lagos, Río de Janeiro. El objetivo de recordar las historias pesqueras afroindígenas y las acciones político-sociales de estas dos comunidades tradicionales, de cara a la conquista de sus derechos, nos permitió sumergirnos en su cotidianidad para vivenciar, investigar, analizar y registrar sus memorias, procesos ritualísticos, conocimientos y tecnologías pesqueras. La investigación se basa en conceptos como identidad, memoria, imagen, esclavitud, racismo, contracolonialismo y políticas sociales. La investigación-acción cuali-cuantitativa, con análisis comparativo realizado con registro audiovisual y acciones coparticipativas de los sujetos de investigación, en esta tesis, posibilitó la educación no formal y la producción conjunta de la película REMEMORAR: Histórias Pesqueiras, potenciando procesos confluentes de intercambio, miradas y reflexiones sobre esas identidades, delante de sus memorias y conquistas de derechos en los últimos 10 años (2014 a 2024). En él, accedemos y registramos memorias de más de 250 años de aportes de la cultura negra e indígena a la creación de embarcaciones, así como las formas en que estos pueblos han realizado la pesca artesanal durante siete generaciones. Probablemente desde 1773, en el siglo XVIII, en la región quilombola de Búzios, influenciada por las técnicas angoleñas de construcción de caicos, y desde 1843 (siglo XIX) en Arraial, influenciada por las técnicas indígenas de construcción de canoas de pesca. Ambas embarcaciones de remos, y se utilizan todavía hoy en día.

Palabras-clave: comunidades pesqueras artesanales tradicionales; quilombo; educación no formal; audiovisual; Políticas Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tecnologias de pesca artesanal, do período neolítico ao século XXI 16
Figura 2 - Frame do tempo 1'35" do vídeo "Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho" 80
Figura 3 - Caicos da Praia da Gorda, tecnologia de pesca artesanal com provável origem africana 101
Figura 4 - Historiador Pierre de Cristo junto à provas arqueológicas 102
Figura 5 - Rota da Escravatura, Praia da Gorda e pesca artesanal 104
Figura 6 - Locações da Pesquisa de Campo 154
Figura 7 - Entrevistados/a Armação dos Búzios 159
Figura 8 - Entrevistadas/o Armação dos Búzios 160
Figura 9 - Xareuzinho 165
Figura 10 - Presença indígena em Armação dos Búzios antes da invasão portuguesa 168
Figura 11 - Memórias do século XVII presentes em 2024 170
Figura 12 - Representações sobre a presença indígena e negra na praia da Armação 172
Figura 13 - Selma pesca siris e limpa puças, na Praia da Gorda com seu neto, Davi 177
Figura 14 - A Ponta do Pai Vitório 178
Figura 15 - Mapa do território quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa 181
Figura 16 - Matriarcas do território do Quilombo da Rasa 182
Figura 17 - Fluxograma dos procedimentos administrativos necessários para a regularização dos territórios quilombolas 194
Figura 18- Registros da participação cidadã das/os pescadoras/es artesanais de Armação dos Búzios 196
Figura 19- Maricultura, o presente e o futuro da pesca artesanal na praia da Gorda 197
Figura 20 - Itinerário de passeio com pescadoras da Cooperativa de Mulheres Nativas, de Arraial do Cabo 199
Figura 21 - Canoas da Pesca Artesanal de Arraial do Cabo 204
Figura 22 - MUPAAP realiza atividades culturais de raiz de matriz africana na Prainha 207
Figura 23 - Pesca Artesanal é a base sociocultural do povo cabista 208
Figura 24 - Pesca de cerco da companha da canoa Maravilhosa no serão da tarde 209
Figura 25 - Veteranos da comunidade da pesca artesanal da Prainha 211
Figura 26 - Participação cidadã das pescadoras e pescadores artesanais de Arraial do Cabo 214
Figura 27 - Caicos da Praia da Gorda, patrimônio cultural afro-brasileiro a ser registrado 226
Figura 28 - Companha da Canoa Maravilhosa arreia a embarcação depois da labuta 228
Figura 29 - Filme "Rememorar Histórias Pesqueiras": conceito e logomarca 300

Figura 30 - Oficina de Produção Audiovisual Documentos de Si 302
Figura 31 - Pré-estreia do Filme “Rememorar Histórias Pesqueiras” em Búzios 320
Figura 32 - Pré-estreia do Filme “Rememorar Histórias Pesqueiras” em Arraial 323

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questões norteadoras 36
Quadro 2 - Palavras-chave da busca 51
Quadro 3 - Produção acadêmica segundo grande área, área de conhecimento, instituição educacional e ano de finalização do estudo 56
Quadro 4 - Categorias analíticas 2A_2B_autores, títulos, sujeitos da pesquisa, local 58
Quadro 5 - Conceitos_Pesca Artesanal AND Quilombola 64
Quadro 6 - Conceitos_Pesca Artesanal AND Comunidades Tradicionais 68
Quadro 7 - Tipos de palavras-chave 73
Quadro 8 - Produção acadêmica segundo grande área, área de conhecimento, instituição educacional e ano de finalização do estudo 75
Quadro 9 - Estado da Questão_sujeitos da pesquisa, audiovisual e metodologia 76
Quadro 10 - Perfil sociocultural dos sujeitos da pesquisa 156
Quadro 11 - Corpus final da pesquisa, seis entrevistadas/os 158
Quadro 12 - Dados sociodemográficos das cidades pesquisadas 161
Quadro 13 - Qualificação dos locais pesquisados 219
Quadro 14 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - cadeia produtiva e modalidades de pesca 223
Quadro 15 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras 224
Quadro 16 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - tipos de pescado 230
Quadro 17 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras – apetrechos de pesca 231
Quadro 18 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - identificação dos pesqueiros 232
Quadro 19 - Aspecto 2: Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal - âmbito pessoal 234
Quadro 20 - Aspecto 2: Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal 239
Quadro 21 - Aspecto 3: Ancestralidade - Elemento Territorialidade - transmissão de conhecimento 243
Quadro 22- Aspecto 3: Ancestralidade - elemento rememorações quilombolas 252
Quadro 23 - Aspecto 3: Ancestralidade - elemento rememorações não quilombolas 265
Quadro 24 - Aspecto 3: Ancestralidade - elemento origem da pesca artesanal 274
Quadro 25 - Aspecto 3: Ancestralidade – elemento manutenção cultural 276
Quadro 26- Aspecto 4: Atuação sócio-política 283
Quadro 27- Aspecto 4: Participação sócio-política dos/as agentes da pesca artesanal 292

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo recorte temporal_produção acadêmica anual 54
Gráfico 2 - Quantitativo recorte temporal e temático_produção acadêmica anual 74

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia Geral da União
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLIA	Cruise Lines International Association
CNPCT	Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
DEM	Partido Democratas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	Fundação Palmares
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEPPEDES	Grupo Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo
GG	Grupo Gestor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MOFUCE	Movimento pela Fundação da Casa do Estudante
MUPAAP	Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCAPs	Projetos de Compensação da Atividade Pesqueira
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PGTR	Programa de Geração de Trabalho e Renda
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RESEXMAR	Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território
SISRGP	Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira
STF	Supremo Tribunal Federal
UBM	Unidade de Beneficiamento de Moluscos
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de janeiro
UPM	Unidade de Produção de Moluscos
UPP	Unidade de Processamento de Pescado

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 15

1 UM LEME NO MAR DO DESCONHECIDO: OBJETIVOS E METODOLOGIAS PARA O ESTUDO DA PESCA ARTESANAL 26

1.1 Metodologias para o estudo da Pesca Artesanal 34

2 REMEMORAR ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE A COMUNIDADE TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL E SUA RELAÇÃO COM OS QUILOMBOS E O AUDIOVISUAL: ESTADO DA QUESTÃO 48

2.1 Conhecimentos Brasileiros sobre a Pesca Artesanal: *Estado da Questão* 49

2.2 Procedimentos Metodológicos do *Estado da Questão* 51

2.3 Interpretações das Evidências: conceitos 57

2.3.1 Conceitos 63

2.4 O registro audiovisual no contexto das pesquisas científicas sobre a pesca artesanal 72

2.5 Considerações Finais sobre o *Estado da Questão*: comunidades tradicionais e quilombo 86

2.6 Conclusões sobre o Estado da Questão no âmbito audiovisual 90

3 REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: CONHECIMENTOS CULTURAIS AFRO-INDÍGENAS E AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PESCA ARTESANAL 97

3.1 O pensamento escravocrata, racismo estrutural e institucional presentes na pesca artesanal, em especial vivido pelas comunidades remanescentes de quilombo de raiz de matriz africana 104

3.2 conexões entre cultura, tradição, identidade, memória, cidadania, política e a pesca artesanal 120

3.3 Conhecimentos culturais de raiz de matriz africana e indígena, ou sobre a experiência da pesquisa de campo relacionada às peculiaridades dos sujeitos da pesquisa 147

3.3.1 Sobre Arraial do Cabo 162

3.3.2 Sobre Armação dos Búzios e o Quilombo da Rasa 167

3.4 Comunidade da pesca artesanal do Quilombo da Rasa, Armação dos Búzios 176

3.5 Comunidade da pesca artesanal de Arraial do Cabo 197

4 REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: CONHECIMENTOS CULTURAIS AFRO-INDÍGENAS E AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PESCA ARTESANAL 217

4.1 Categoria de análise 1: aspecto Técnicas Pesqueiras 222

4.2 Categoria de análise 2: aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal 234

4.3 Categoria de análise 3: Ancestralidade 243
4.3.1 Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória? 243
4.3.2 Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal? 273
4.4 Categoria de análise 4: Atuação sócio-política 283
5 OLHAR QUE CRISTALIZA A MEMÓRIA: AUDIOVISUAL COMO ENFRENTAMENTO NARRATIVO CONTRACOLONIAL 298
5.1 Coparticipação: percepções dos sujeitos da pesquisa sobre o filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras 318
5.1.1 Coparticipação em Armação dos Búzios 319
5.1.2 Coparticipação em Arraial do Cabo 322
5.2 Percepções sobre a coparticipação dos sujeitos da pesquisa na realização do filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras 327
CONSIDERAÇÕES FINAIS 328
Circularidades: os conhecimentos afro-indígenas perpetuaram-se 328
PESQUISA E PESQUISADORA: sobre começos e meios de ser eu 344
REFERÊNCIAS 347

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sobre os tempos, propostas da pesquisa e estudos sócio-político-culturais no âmbito da pesca artesanal

> Lembro como se fosse hoje... como eu não conhecia tempo...o tempo veio. Eu já pescando aqui (na Prainha). E o tempo veio. Acabou com tudo [...]. Essa foi a primeira vez. Esse dia me deu mais medo. Porque eu não conhecia o tempo. [...] Aí no terceiro dia [...] foi eu e [...] o outro rapaz ficou esperando nós pra ver onde a gente ia matar o peixe [...] Aí foi quando a gente viu o tempo feio vindo. Veio aqui por detrás do morro. A gente já sabe que [...] quando vem noroeste aqui, ela (a tempestade) vem de vez [...]. Do nada o céu começa a ficar escuro. E o dia vira noite. Aí a tempestade veio acabando com tudo. Chuva. Vento. Chuva. Vento. Chuva. [...] E a gente encostado. Esperando o tempo passar. Para ir pescar. [...] Porque a gente sabe que quando o noroeste vem assim é meia hora, quarenta minutos no máximo [...]. A gente sabia que aquele tempo ia passar [...]. Foi quando eu vi um rodar moinho em cima da água. Vindo. Vindo. Ia crescendo [...]. Quando eu vi estava vindo na minha direção. Mas era de água. Sabe? [...] O que que eu fiz? Eu me abaixei. Quando o rodar moinho bateu no barco, ele fez o barco igual papel [...]. Jogou o barco para o alto. Deu umas três voltas assim para o alto. E puf. Aí virou o barco, [...] caí debaixo do barco. Mergulhei [...] quando o barco virou comigo... que foi a segunda vez que eu peguei esse tempo lá fora [...], ah... eu já estava mais conhecido. Ah... Já conhecia o tempo. Já sabia o procedimento. Já estava pronto. Já sabia o que ia fazer (Entrevista com Otávio Costa Moraes Pinto, mestre da companha da Canoa Maravilhosa, Prainha, Arraial do Cabo, 2023).

Primavera de 2023. Era uma manhã de um dia de domingo de outubro. Desde cedinho, 10 pescadores da companha[1] da Canoa Maravilhosa estavam na “casinha do vigia” para realizar a pesca de gancho, lá na Graçainha, um recanto da Prainha, território da cidade de Arraial do Cabo, RJ. Por ser periférico, desde os tempos coloniais, esse lugar foi “destinado” aos negros e estrangeiros. Otávio, o entrevistado citado na epígrafe, começou a pescar com o tio, ali mesmo na Prainha, logo cedo, aos 8 anos de idade. Aos 31 anos, ele nos foi apresentado como o mestre pescador da companha da Canoa Maravilhosa, escolhido por seus camaradas - homens entre 25 e 78 anos, em sua maioria pardos e negros - para conversar conosco.

---

[1] Companha é a denominação do agrupamento de pescadores de uma canoa. No caso da Canoa Maravilhosa ela é formada por sete membros, que executam funções diferenciadas: quatro remadores (proeiro, meeiro, contra ré, homem da ré), chumbereiro, corticeiro e mestre da canoa.

Apesar de possuir fenótipo negro e de, em outro momento da pesquisa de campo, se autoidentificar como negro, nesse dia do nosso primeiro contato, Otávio ainda não havia “pensado muito bem sobre esse assunto” e se identificou como pardo, de origem indígena. Na verdade, enquanto conversávamos, Otávio não estava nem um pouco interessado em refletir ou desvendar se sua origem é indígena, negra ou preta, ou quais foram as conquistas de seus antepassados na pesca artesanal que ele pratica. Mesmo que, de alguma forma, desde o período neolítico, esses povos originários tenham criado e instrumentalizado todo tipo de conhecimento de pesca e este fato, por si só, tenha contribuiu para que Otávio se tornasse o pescador artesanal que é hoje, no século XXI.

Que nada! Enquanto conversávamos, ele estava, na verdade, de olho na pescaria. E, enquanto para nós o mar estava azul e liso, ele parou a entrevista e apontou justamente para o lugar onde estávamos olhando e não “vendo nada”, dizendo todo empolgado: “Olha o bonito aí fora! Aí, bonito! Aí, bonito! Vai vendo! Vai vir para a terra. Começou a desmandar agora”. Seu olhar atento de pescador, treinado pelo tempo, estava mostrando-lhe sinais, a ponto de decodificá-los para identificar, de antemão, exatamente o tipo de peixe que realmente seria pescado dali a pouco naquele dia de trabalho. E é sobre esse tipo de rememoração - essa do valor da detenção de conhecimentos ancestrais dos negros e indígenas - que se trata este estudo e pesquisa, realizados entre 2021 e 2024, com as comunidades da pesca artesanal de Arraial do Cabo e do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 1 - Tecnologias de pesca artesanal, do período neolítico ao século XXI



1.1) Apetrechos de pesca do período neolítico (7000 a.C. a 2500 a.C).
Fonte: Museu das Civilizações Negras, Dakar, Senegal.



1.2) Mestre Otávio em entrevista, Casinha do Vigia.



1.3) Resultado da Pesca de Gancho, companha da Canoa Maravilhosa, Graçainha.
Fonte: Fotos 1.1) Carem Abreu, Dakar, Senegal, janeiro/2019.
1.2 e 1.3) Acervo da pesquisa, Graçainha, Prainha, Arraial do Cabo, RJ, outubro/2023.

E você, sabe identificar e decodificar as linguagens do tempo? Você poderia imaginar que o pescador ou a pescadora artesanal tivessem domínio de tamanha sabedoria? Em algum dia da sua vida, você já teve a curiosidade de parar para ver alguém pescar? Perceber com cuidado o jeito que a pessoa anda, seus gestos… aquela maneira de manejar a linha, a isca... de pegar o pescado... como ela conduz uma embarcação? Essas formas de o pescador e da pescadora artesanal lidarem com os elementos e conhecimentos técnicos de sua profissão refletem não somente a detenção de conhecimentos ancestrais, os quais vêm sendo desenvolvidos pelos negros há mais de 7 mil anos (veja figura 1.1), mas também a sua identidade, seu universo simbólico, suas memórias. Todos esses elementos integram seus imaginários e universos simbólicos, constituídos a partir das suas experiências sócio-político-culturais, em processos ritualísticos, ações sociopolíticas e tecnologias de

pesca antiquíssimas, repassadas cotidianamente de geração a geração através da oralidade, da repetição dos gestos e do acesso aos saberes e memórias de seus antepassados durante suas vivências na labuta cotidiana.

Com este estudo, objetivamos justamente compreender a prática da pesca artesanal na Região dos Lagos, Rio de Janeiro, que vem sendo realizada há mais de cinco séculos no litoral atlântico da América do Sul, a partir da rememoração da contribuição dos conhecimentos dos negros e indígenas. E também fazer um convite para você imergir neste vasto mundo da pesca artesanal por meio da vivência de algumas das pessoas desta comunidade tradicional. Juntos, vamos rememorar um pouco das suas histórias pesqueiras, buscando compreender a questão-problema desta pesquisa científica: de que forma contribuição cultural e as ações políticas das pessoas negras e indígenas estão presentes no imaginário simbólico e na realidade sócio-político-cultural dos pescadores e pescadoras artesanais e na pesca artesanal? Para alcançar esse objetivo, entre 2021 e 2024:

A) Realizamos uma vasta pesquisa de revisão bibliográfica e conceitual sobre pesca artesanal, quilombismo, cultura, culturas de raiz de matriz africana, identidade, gestos, memória, escravagismo, racismo, educação em relações étnico-raciais, cosmovisão, contracolonialidade, teoria da imagem e educação não formal. Investigamos o atual estado da questão acerca dos estudos de pós-graduação realizados no Brasil entre 2012 e 2022 sobre as comunidades tradicionais da pesca artesanal e quilombolas, assim como a produção audiovisual que relaciona os temas de pesca artesanal, quilombos e políticas sociais.

B) Realizamos três momentos de pesquisa de campo, vivenciando uma experiência sensível no mundo da (re)construção simbólica de narrativas contracoloniais, abrangendo diretamente os cotidianos laborais, memoriais e de ação social de 40 pescadores e pescadoras artesanais de duas comunidades tradicionais da pesca artesanal da Região dos Lagos fluminense: a Praia da Gorda, no Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e a Prainha e Praia Grande, em Arraial do Cabo.

C) Estimulamos a coparticipação dos sujeitos nesta pesquisa através de ferramentas audiovisuais. Seja pela educação não formal de três pessoas do Quilombo da Rasa na captação de imagens com telefone celular; pela participação de

um deles como cinegrafista do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*[2], que acompanha esta tese; pela participação de outros sete sujeitos da pesquisa como entrevistados(as); ou pela participação de 29 pessoas pertencentes à cadeia produtiva da pesca artesanal em duas exibições de pré-estreia do referido filme, nas cidades onde foram realizadas as pesquisas de campo.

D) Produzimos um filme de média-metragem, de 27 minutos, intitulado *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*[3], resultante do contexto da pesquisa de campo, o qual é um elemento estruturante e de difusão deste estudo, para além do circuito acadêmico, e está disponível gratuitamente no canal da ATOS Central de Imagens, na *play list* homônima.

É interessante e dinâmico todo esse processo de produção de conhecimento. Para se ter uma ideia, inicialmente nossa pesquisa objetivava somente enfatizar saberes afro-referenciados, rememorando especificamente a contribuição dos conhecimentos de negros e negras para a prática da pesca artesanal na Região dos Lagos fluminense. Essa é uma temática sem registros específicos nos estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal brasileira. A proposta era perceber **o contraste nas vivências**, conhecimentos e atuação político-social no cotidiano de agentes sociais bastante singulares de duas comunidades de pescadores artesanais: aqueles que se autodefinem como quilombolas do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e os de Arraial do Cabo, principalmente aqueles que se autodefinem como de origem portuguesa.

Contudo, dentre os inúmeros achados obtidos na pesquisa de campo, percebemos a necessidade de incluir também as contribuições dos conhecimentos indígenas no escopo de nossa análise, apesar de estes últimos não serem exatamente o objeto dos estudos aqui realizados. Por isso, a pesquisa “REMEMORAR

---

[2] O filme “REMEMORAR Histórias Pesqueiras” possui acesso livre no canal da ATOS Central de Imagens, acesse: https://abre.ai/nawv.

[3] O filme “REMEMORAR Histórias Pesqueiras” possui acesso livre no canal da ATOS Central de Imagens. Assista agora: https://abre.ai/nawv.

HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-brasileiros e ação político-social na pesca artesanal", aprovada em 2022 pelo comitê de ética do Ministério da Educação, passou a se chamar, em 2024, "REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal".

Segundo o Censo Pescarte de 2022, o universo pesquisado abrange uma comunidade de 1.297 pescadores e pescadoras artesanais, sendo 444 indivíduos oriundos de Armação dos Búzios e 853 de Arraial do Cabo. Somando os três momentos de pesquisa de campo, tivemos contato com 40 pescadores e pescadoras artesanais ao longo de 45 dias. Entrevistamos diretamente 20 deles, sendo oito oriundos da Rasa, em Armação dos Búzios (sete homens e uma mulher), e 12 de Arraial do Cabo (oito homens e quatro mulheres). O corpus final de análise foi composto por sete entrevistados: três do Quilombo da Rasa e quatro de Arraial do Cabo, além de dois pesquisadores, um historiador, uma antropóloga e um artista plástico. O recorte espaço-temporal referente ao foco histórico e étnico-cultural abrangeu quatro séculos, do XVIII ao XXI, sendo que as ações político-sociais dos agentes pesquisados ocorreram entre 2014 e 2024.

A metodologia adotada por nós foi a pesquisa-ação quali-quantitativa comparada, com observação participante, parcialmente estruturada e direta. Realizamos entrevistas individuais, episódicas e narrativas, as quais nos possibilitaram acessar, registrar e interpretar memórias, gestos, processos ritualísticos, tecnologias de pesca e sociabilidades de matriz africana e indígena nas comunidades citadas. Os dados e informações obtidos foram interpretados por meio de análise de discurso.

A partir de reflexões advindas dos estudos sobre a teoria do conhecimento e a teoria da interpretação nos campos da estética e da política (Agamben, 2007, 2015; Rancière, 2009), da etnografia e antropologia visual (Piault, 2018; Lévi-Strauss, 1999), das teorias da imagem, semiótica e simbolização (Barthes, 1990; Peirce, 1995; Pinto, 2003; Wagner, 1981), da teoria geral dos campos sociais (Bourdieu, 1990), da teoria crítica (Kommerell, 1956; Freire, 1983), da teoria afrocentrada (Diop, 2016; Asante, 2016) e da perspectiva contracolonial de cosmovisão (Bispo dos Santos, 2023), além de informações obtidas com as leituras das teses *QUANTO CUSTA SER PESCADOR ARTESANAL? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*, de José Colaço Dias Neto (2015), e *MULHERES DA Z3 - O*

CAMARÃO QUE 'COME' AS MÃOS E OUTRAS LUTAS, estudos sobre gênero e pesca, de Luceni Medeiros Hellebrandt (2017), elencamos quatro categorias analíticas orientadoras deste estudo: 1) Aspecto Técnicas Pesqueiras; 2) Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal; 3) Aspecto Ancestralidade; 4) Aspecto Atuação Sociopolítica. O detalhamento de cada uma das quatro categorias analíticas e os achados referentes à análise dos dados levantados por essas categorias estão diluídos e incluídos em diversas seções desta tese, sendo analisados em profundidade no capítulo 4 do presente estudo.

No capítulo 1, "UM LEME NO MAR DO DESCONHECIDO: METODOLOGIAS PARA O ESTUDO DA PESCA ARTESANAL", contextualizamos a proposta da pesquisa no âmbito acadêmico da produção de conhecimento e o percurso metodológico desta pesquisa-ação quali-quantitativa, longitudinal e comparada, que envolve observação participante, parcialmente estruturada e direta, com entrevistas individuais, episódicas e narrativas, além de análise de discurso. Pontuamos conceitos levantados na revisão bibliográfica, o trabalho de campo, a utilização da estratégia de registro e produção fílmica, bem como a análise das representações das duas comunidades. Também apresentamos alguns dos resultados da pesquisa, com ênfase na parametrização e análise do estado da questão sobre pesca artesanal, relativa aos estudos acadêmicos brasileiros de pós-graduação sobre as chaves de busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais" e "pesca artesanal AND quilombos", os quais são detalhadamente analisados no capítulo 2.

A escolha metodológica desta pesquisa considerou também as diferentes abordagens nos três momentos da pesquisa de campo. No primeiro momento, do contato inicial para a escolha definitiva do corpus dos entrevistados, optamos por realizar uma pesquisa de observação participante (Gil, 2021) não estruturada e direta. No segundo momento, realizamos entrevistas episódicas e em profundidade. No terceiro momento, utilizamos os métodos da pesquisa-ação (Leite, 2008; Gill, 2019) e comparada, com registro audiovisual de memórias, gestos, processos ritualísticos e tecnologias de pesca (Becker; Geer, 1957). Os resultados obtidos foram analisados por meio da análise de discurso (Gill, 2019).

No capítulo 2, "REMEMORAR ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE A COMUNIDADE TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL, SUA RELAÇÃO COM OS QUILOMBOS E O AUDIOVISUAL: ESTADO DA QUESTÃO", acessamos os mais recentes Conhecimentos Brasileiros sobre a Pesca Artesanal: Estado da Questão

(2.1), os Procedimentos Metodológicos do Estado da Questão (2.2), sob a ótica de sob a ótica de Nobrega-Therrien, 2004 e Carlomagno Rocha, 2016. Apresentaremos também as Interpretações das Evidências e Conceitos (2.2.1). Nas conclusões sobre o estado da questão (2.2.2) encontram-se as respostas às seguintes questões:

1) Quais são os temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e enquanto quilombolas?

2) Quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas?

3) Quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos sobre a pesca artesanal, componentes da produção científica desenvolvida entre 2011 e 2021?

4) Quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu com tais estudos?

No capítulo 3, "CONHECIMENTOS COMUNITÁRIOS DE RAIZ DE MATRIZ AFRO-INDÍGENA PRESENTES NA REGIÃO DOS LAGOS", a partir da percepção de que “a política é assunto dos modos de subjetivação dos sujeitos” (Rancière, 2009, p. 17), ou seja, de como as pessoas percebem interiormente os fatos, apresentamos os sujeitos da pesquisa e alguns dos achados obtidos na pesquisa de campo, além de resultados do universo pesquisado, a partir das ações laborais e políticas observadas nas pesquisas de campo 1 (outubro de 2022), 2 (outubro e novembro de 2023) e 3 (abril e maio de 2024). Este capítulo está organizado da seguinte maneira:

3.1 “O pensamento escravocrata, racismo estrutural e institucional presentes na pesca artesanal, em especial vivido pelas comunidades remanescentes de quilombo de raiz de matriz africana”, onde buscamos compreender como o racismo estrutural e institucional e o colonialismo têm afetado a memória das pessoas em relação à percepção de suas identidades e à difusão de seus conhecimentos ancestrais.

3.2 “Conexões entre cultura, tradição, identidade, memória, cidadania, política e a pesca artesanal”, onde se encontra o apanhado conceitual que embasou teoricamente toda a investigação científica realizada. Dentre os conceitos abordados, destacamos: ações de resistência (Vizer, 2007), contracolonialismo e cosmovisão (Bispo dos Santos, 2023), comunidades tradicionais da pesca artesanal, culturas de raiz de matriz africana, escravagismo e racismo estrutural na pesca artesanal (Sodré,

1999; Almeida, 2018; Munanga, 2003; Diop, 2026; Gomes, 2003; Cezar, 2021); conexões entre política, políticas sociais, cultura, tradição, identidade e memória (Oliveira, 2003; Geertz, 1973; Wagner, 1981; Williams, 1992; Rodrigues, 1997; Levi-Strauss, 1999; Correia, 2007; Barbero, 2009; Brandão, 2010; Freire, 1983; Barros, 2010; Hall, 2006; Agamben, 2007, 2015; Rancière, 2009; Fleuri, 2002; De Cristo, 2023; Mbembe, 2018; Conceição, 2020).

3.3 “Conhecimentos culturais de raiz de matriz africana e indígena, ou sobre a experiência da pesquisa de campo relacionada às peculiaridades dos sujeitos da pesquisa”, onde abordamos as especificidades da pesca artesanal na Região dos Lagos, praticada pelas duas comunidades estudadas, composta por mais de 1.300 pessoas.

3.4 “Comunidade da pesca artesanal do Quilombo da Rasa, Armação dos Búzios”, que trata das especificidades da comunidade de Búzios, composta por mais de 444 pessoas.

3.5 “Comunidade da pesca artesanal de Arraial do Cabo”, que apresenta as especificidades da comunidade de Arraial, composta por mais de 856 pessoas.

Todos os achados da pesquisa estão compilados no capítulo 4, "REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: CONHECIMENTOS CULTURAIS AFRO-INDÍGENAS E AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PESCA ARTESANAL". Aqui, acessamos as respostas das entrevistas episódicas e narrativas, por meio da análise de discurso, dos quatro aspectos integrantes das categorias analíticas desta tese:

1. **Aspecto Técnicas Pesqueiras.** Questões: quais são as práticas pesqueiras realizadas na região? Organização social e dimensões da cadeia produtiva da pesca: pré-captura, captura, pós-captura, tipos de embarcações, tipos de peixes e onde estão localizados os espaços de captura.
2. **Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal**. Questões: como se dão os sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira? Quais são as experiências pessoais e a convivência?
3. **Aspecto Ancestralidade.** Questões: como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória? Como conciliar as novas e as antigas atividades da pesca artesanal?
4. **Aspecto Atuação Sócio-Política.** Questão: quais são as ações e conquistas políticas e sociais presentes na realidade dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?

As respostas obtidas apontam para rememorações de mais de 250 anos de contribuições da cultura negra e indígena para a construção das embarcações, bem como para a forma como essas pessoas realizam a pesca artesanal ao longo de sete gerações. Provavelmente desde 1773, no séc. XVIII, na região quilombola de Búzios, influenciadas por técnicas angolanas para a construção dos caicos. E desde 1843 (séc. XIX) em Arraial, influenciadas por técnicas indígenas para a construção das canoas de pesca. Ambas as embarcações a remo são utilizadas até os dias de hoje.

Para finalizar as reflexões aqui propostas, no capítulo 5, "OLHAR QUE CRISTALIZA A MEMÓRIA: AUDIOVISUAL COMO ENFRENTAMENTO NARRATIVO CONTRACOLONIAL", abordamos por que e como o dispositivo audiovisual se tornou o instrumento utilizado neste estudo para fomentar a participação ativa dos sujeitos da pesquisa na produção do conhecimento acadêmico, além de ter sido escolhido como elemento de acesso e registro físico e histórico das subjetividades da memória. Os conceitos que embasam as reflexões deste capítulo incluem: cultura e educação (Brandão, 2010; Freire, 1983), educação formal e não formal (Coombs, Prosser e Manzoor, 1973), antropologia visual (MacDougall, 1998; Novaes, 2008), audiovisual e método do olhar (Goifman, 1998), teoria da imagem (Barthes, 1990; Lévi-Strauss, 1969; Novaes, 2008), semiótica e narrativas cinematográficas (Field, 1996; Pierce, 1995; Pinto, 2003).

Também refletimos sobre como realizamos, por meio da ferramenta audiovisual, a coparticipação dos sujeitos da pesquisa. A partir de uma experiência focal de escuta deles e delas sobre suas percepções dos resultados do presente estudo, que constam no filme *REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS*, apresentamos este material em duas sessões de pré-estreia realizadas para um público qualificado de 29 agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal, no mês de novembro de 2024, em Búzios e Arraial do Cabo.

Além dos cinco capítulos, temos as CONSIDERAÇÕES FINAIS desta pesquisa acadêmica, as quais intitulamos "Circularidades: os conhecimentos afro-indígenas perpetuaram-se, eles não têm fim". Nesse capítulo, fazemos uma reflexão mais aprofundada sobre os diversos e marcantes achados de nossa pesquisa. No último texto, intitulado "PESQUISA E PESQUISADORA: Sobre Começos e Meios de Ser Eu", apresentamos os motivos pelos quais escolhemos o tema desta pesquisa, o contexto da atuação sócio-político-cultural acadêmica e a trajetória pessoal e coletiva

da autora do presente estudo. Finalizamos esta tese com as REFERÊNCIAS citadas ao longo do estudo, as quais subsidiaram nosso percurso acadêmico.

Encerramos esta introdução compartilhando quais são os ideais e as perspectivas orientadoras de nossa mirada. Em primeiro lugar, ressaltamos o fato de estarmos escrevendo juntas: a autora da tese, Carem Abreu, e sua orientadora, Clareth Reis. Assim, escolhemos escrevê-la não em primeira pessoa, mas em terceira pessoa, utilizando "nós". Mesmo que, em alguns casos, os assuntos relatados tenham acontecido apenas com a autora, optamos por manter a unidade do texto na terceira pessoa.

Alinhamo-nos à perspectiva da pedagoga, doutora em Antropologia Social, ex-secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff, Nilma Lino Gomes. Em seu livro *O Combate ao Racismo e a Descolonização das Práticas Educativas e Acadêmicas* (2021), ela enfatiza a proposta de construirmos um novo processo de produção de conhecimento, pautado numa pedagogia antirracista de resistência, formulada com práticas educacionais emancipatórias afro-diásporicas, para “desencadear, tanto no público quanto no privado, um maior compromisso do país com o combate ao racismo estrutural e institucional, alicerçado na construção de alternativas políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais para a sua superação” (Gomes, 2021, p. 442).

Dito isso, e antes de adentrarmos mais profundamente no âmbito dos estudos acadêmicos, um pequeno alerta: prepare-se! Vamos ingressar em um mundo de conhecimentos ancestrais de pessoas necessárias, não de pessoas importantes. Como distinguir umas das outras? O quilombola piauiense e pensador brasileiro imortal Nego Bispo, em seu livro *A Terra Dá, a Terra Quer*, nos auxilia nessa diferenciação: “As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas que precisam estar presentes, de quem se vai atrás” (Bispo dos Santos, 2023, p. 24). Boa leitura!

1 UM LEME NO MAR DO DESCONHECIDO: OBJETIVOS E METODOLOGIAS PARA O ESTUDO DA PESCA ARTESANAL

> *Somos da circularidade. Começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim* (Bispo dos Santos, 2023, p.102).

Você já esteve em Arraial do Cabo ou em Armação de Búzios, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro? São lugares lindíssimos à beira-mar, onde a pesca artesanal faz morada há séculos, integrando a paisagem, as histórias, a economia e o estilo de vida local. O curioso é que nesses locais a pesca ancestral é praticada, em sua maioria, por pessoas negras, pretas ou pardas, de origem afro-indígena. E ainda assim, pouco se fala - nem no senso comum, nem no universo acadêmico - sobre as contribuições sociais, culturais, tecnológicas e políticas dessa majoritária parcela da população, a afro-indígena, para o que hoje conhecemos como pesca artesanal.

Com o intuito de preencher essa lacuna, começamos este estudo delineando a seguinte questão-problema: de que forma a contribuição cultural e as ações políticas das pessoas negras e indígenas estão presentes no imaginário simbólico e na realidade socioeconômico-cultural dos pescadores/as artesanais e na pesca artesanal que vem sendo realizada há mais de cinco séculos aqui no litoral atlântico da América do Sul? Assim surgiu a proposta desta investigação e produção de conhecimento.

Ela foi desenvolvida junto à linha de pesquisa 1, “Educação, Cultura, Política e Cidadania”, do doutorado do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), cujo objetivo é enfocar os “estudos culturais, históricos e de memória social, dando ênfase ao debate contemporâneo sobre patrimônio, identidade, diversidade cultural e universalização dos direitos de cidadania” (UENF, 2025, s/p).

Imbuídas do desejo de contribuir para a produção de conhecimentos relacionados aos objetivos da linha de pesquisa 1, foi criado este estudo. Nele, investigamos aspectos culturais, memoriais, identitários e patrimoniais, bem como aqueles de ação político-social, das comunidades tradicionais de pesca artesanal da Região dos Lagos, no litoral fluminense. Mais especificamente, focamos em duas

comunidades tradicionais brasileiras: a comunidade de pesca artesanal de Armação dos Búzios (Praia da Gorda e Quilombo da Rasa) e a de Arraial do Cabo (Prainha e Praia Grande).

Nosso objetivo geral é rememorar as contribuições afro-indígenas presentes no imaginário simbólico e nas ações político-culturais dos/as pescadores/as artesanais da Região dos Lagos fluminense. Os objetivos específicos que orientam esta pesquisa são: 1) desenvolver uma experiência sensível ao mundo da (re)construção simbólica de narrativas contracoloniais, abrangendo os cotidianos laborais, memoriais e de ação social; 2) estimular a coparticipação dos sujeitos na pesquisa, por meio da educação não formal em produção audiovisual; 3) produzir um filme de curta metragem, resultado do contexto da pesquisa de campo.

Assim, entre 2021 e 2024, foi realizada uma imersão em um conjunto de diferentes modalidades de saberes provenientes das políticas sociais, da etnografia, das teorias da imagem, do audiovisual e do cinema de engajamento, da teoria crítica, da educação não formal, da teoria afrocentrada, da perspectiva contracolonial e da cosmovisão africana, para refletir sobre formas emergentes de cidadania, inclusão e participação social dos/as pescadores/as artesanais, bem como sobre a importância de rememorar as contribuições de negros, negras e indígenas para a existência dessas comunidades.

Dessa forma, buscamos contribuir para este novo momento acadêmico brasileiro, comprometido com a construção de uma educação emancipatória, de (re)conhecimento, respeito e valorização das diversidades e conhecimentos ancestrais dos povos originários brasileiros. E também para a consolidação de uma sociedade brasileira antirracista e inclusiva, com envolvimento comunitário, político-social e realmente democrática para todas, todes[4] e todos os seus agentes sociais.

Para além do âmbito político-social brasileiro, também é de interesse dialogar com as políticas internacionais de Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Essas políticas foram pactuadas globalmente em 2001, em San José, Costa Rica, durante a 31ª reunião da Conferência Geral da Unesco, e tornaram-se parte integrante da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, pois reconhecem o direito dos cidadãos e cidadãs à restituição de conhecimentos

[4] Para preconizar a diversidade social em muitos momentos deste estudo adotaremos a linguagem neutra, a qual visa marcar a existência e possibilitar a interlocução com pessoas trans e não-binárias, e não somente com as pessoas dos gêneros masculino e feminino.

históricos, antropológicos, arqueológicos, linguísticos, entre outros, que permitam a visibilização e valorização da diversidade cultural em nível mundial. Trata-se de uma "nova" perspectiva de ação política e cultural, que contribui diretamente para a inovação das cadeias produtivas da pesca artesanal brasileira e dialoga com dois produtos da nossa sociobiodiversidade: os recursos pesqueiros e o turismo de base comunitária.

Também dialogamos com três dos 20 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos para a Agenda 2030, um plano de ação global para criar um mundo mais sustentável e justo, elaborado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em setembro de 2023, em Nova Iorque, Estados Unidos, ocorreu a 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que teve como tema "Reconstruindo a confiança e reacendendo a solidariedade global: acelerando a ação na Agenda 2030 e seus ODS rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todas as pessoas", com a participação e a adesão aos ODS da maioria dos 193 países membros da ONU presentes.

Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentou várias propostas para o desenvolvimento sustentável, das quais destacam-se o ODS 18: Igualdade Racial; ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20: Povos Originários e Comunidades Tradicionais (Raízes Desenvolvimento Sustentável, 2023).

Resumidamente, pode-se dizer que o ODS 18, que trata da Igualdade Racial, se compromete a enfrentar todos os tipos de racismo para promover a igualdade racial. Já o ODS 19, Arte, Cultura e Comunicação, é considerado um dos elementos essenciais na consolidação da comunicação para a paz e para a cultura da diversidade e sustentabilidade, pois reconhece a arte e a cultura como mecanismos de crítica social, capazes de romper as fronteiras políticas, econômicas, culturais, científicas, de raça, gênero e classe, assegurando a pluralidade e a liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos e todas. Para garantir os direitos e a promoção da cultura dos povos originários e das comunidades tradicionais, o ODS 20 coloca em evidência a necessária garantia de direitos, a valorização da ancestralidade, do conhecimento tradicional e a preservação cultural dos povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, geraizeiras, extrativistas, povos de terreiros e povos da floresta, além de outros grupos populacionais de importância histórica (Raízes Desenvolvimento Sustentável, 2023).

A partir da perspectiva de convergirmos nosso estudo para um diálogo com as premissas acima elencadas, iniciou-se as reflexões subsequentes, na busca de contextualizar a principal comunidade aqui pesquisada: a comunidade tradicional da pesca artesanal. No Brasil, os pescadores e pescadoras artesanais são sociologicamente identificados como pertencentes às comunidades tradicionais. Para a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), eles integram um campo social bem maior da lista de povos tradicionais. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN, 2021), a referida comunidade é composta por 28 agentes sociais, dentre eles: quilombolas, andirobeiros, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e veredeiros

No âmbito das conquistas políticas via legislação, a primeira relacionada à pesca ocorreu em 1938, com a criação do Código da Pesca, prevista no Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no período político denominado Segunda República, mais especificamente no momento político ditatorial conhecido como Estado Novo.

No entanto, a primeira real conquista política das comunidades tradicionais brasileiras aconteceu somente entre 2006 e 2007, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), durante o período político denominado Renovação Democrática. Foi nesse contexto que finalmente se implementaram as políticas governamentais que possibilitaram a criação, em 2006, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)[5].

[5] A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, foi criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006. É composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais e é presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto". Fonte: https://antigo.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 29 de dez. 2024.

Em 2007, ocorreu a homologação do Decreto nº 6.040/07 (DOU, 8 de fevereiro de 2007), relativo à criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, resultado das lutas históricas e da organização política da sociedade civil.

Essa política preconiza a promoção do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, enfatizando o respeito e a valorização de suas formas de organização, instituições e identidade, no sentido de garantir o reconhecimento e o fortalecimento de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

A definição conceitual de povos e comunidades tradicionais, composta também pelos pescadores e pescadoras artesanais, surge justamente no decreto 6.040/07, que define o conceito de territórios tradicionais:

> I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
>
> II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007)[6].

Na busca de abranger as especificidades da pesca artesanal de forma conceitual, o grupo de pesquisadores que compõem o Núcleo de Pesquisa em Cultura e Conflitos Socioambientais, do Programa de Educação Ambiental Pescarte[7], desenvolveu, em 2021, o conceito de **comunidades tradicionais da pesca artesanal**. Tratam-se de:

> Grupos culturalmente diferenciados e que reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se identificam e se

[6]Fonte:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206040&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,dos%20Povos%20e%20Comunidades%20Tradicionais. Acesso em: 29 de dez. 2024.

[7] O Projeto de Educação Ambiental Pescarte é desenvolvido pela UENF, como parte condicionante do licenciamento ambiental exigido pelo IBAMA, e concedido à Petrobras, para exploração de petróleo e gás na bacia de Campos dos Goytacazes. O PEA Pescarte atua na educação ambiental e mobilização social de comunidades em 10 cidades pesqueiras do norte fluminense (Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra) e possui 28 linhas de pesquisa científicas sobre a pesca artesanal. Fonte: https://pescarte.org.br/. Acesso em: 29 de dez. 2024.

> aceitam na ocupação e usos de recursos naturais existentes em um determinado território, que podem ou não ser de moradia, mas que esteja, relacionados ao ambiente aquático, tendo nas águas, suas marcas, símbolos e práticas que demarcam as condições para a sua tradicional produção cultural, linguística, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas num movimento dialético entre resistência e transformação (Cezar, 2021, s/p.).

Essas comunidades são identificadas como tradicionais porque, dentre outras especificidades, realizam atividades laborais e culturais carregadas de gestos e rituais enraizados em tradições ancestrais. A partir dos conhecimentos e da experiência de vida individual, e também pela memória coletiva - conhecida igualmente como transmissão cultural -, os pescadores e pescadoras artesanais desenvolveram roteiros alternativos para seus deslocamentos, intuições sobre as oportunidades de captura e identificações dos tipos de pescado que podem ser encontrados em determinados locais. Trata-se de uma experiência forjada principalmente na vivência coletiva e compartilhada, através de um conjunto simbólico de interpretações da linguagem da natureza.

Para além dos aspectos socioculturais, a pesca artesanal é um importante setor da economia global. Segundo o relatório *Estado Mundial da Pesca e Aquicultura* (sigla em inglês SOFIA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado em 2024, cerca de 500 milhões de pessoas no mundo dependem da pesca artesanal para sua subsistência. Se em 2010 o setor empregava mais de 35 milhões de pessoas, em 2022 esse número quase dobrou, alcançando mais de 53 milhões de pessoas envolvidas diretamente nessa atividade econômica mundial, das quais 45% são mulheres.

Neste escopo, a pesca de pequena escala, conhecida como pesca artesanal, contribui com cerca de 40% da captura global de pescados e emprega 90% da força de trabalho no setor pesqueiro como um todo. Para a Organização Internacional Oceana: A produção mundial de pesca e aquicultura, em 2022, elevou-se a 223,2 milhões de toneladas (4,4% a mais que em 2020), sendo 185,4 milhões de toneladas de frutos do mar (peixes, crustáceos e moluscos) e 37,8 milhões de toneladas de algas. Desse total, 130,9 milhões de toneladas são provenientes da aquicultura e 92,3 milhões de toneladas da pesca. É a primeira vez que a aquicultura supera a pesca extrativa em volume de produção.

A FAO alerta: a pesca marinha no Brasil e no mundo está em franco processo de declínio. Para se ter uma ideia, em 2018, o país produziu mais de 500 mil toneladas

de pescado, colocando o Brasil na 33ª posição mundial. Em 2022, foram pescadas mais de 220 mil toneladas na pesca continental, reposicionando o Brasil na 13ª posição entre os maiores produtores mundiais. Essa realidade, de dimensão econômica global, reflete o resultado laboral cotidiano vivenciado por mais de 1 milhão de pescadores e pescadoras brasileiros, de acordo com o Registro Geral da Atividade Pesqueira[8], do Ministério da Pesca e Aquicultura. Os avanços inadequados da pesca industrial, das atividades petrolíferas e do turismo têm impactado negativamente a atividade pesqueira artesanal, ocasionando o declínio e a iminência de extinção de sua atividade produtiva.

Apesar de a pesca ser uma atividade laboral antiquíssima no país, realizada pelos indígenas muito antes de Pindorama ser invadida e colonizada pelos europeus portugueses e ser "batizada" como Brasil, foi somente em 2009 que a Lei nº 11.959, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, foi homologada. Conhecida como marco regulatório da pesca nacional, essa lei regula a atividade pesqueira no país e busca abranger os vários aspectos do processo produtivo da pesca, dentre os quais estão o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional daqueles que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

Segundo o diretor-científico da Oceana[9], o oceanógrafo Martin Dias, a pesca marítima no Brasil está em pleno declínio. Para ele:

> Não há como sair desse quadro em que o país se encontra sem uma nova legislação nacional para a pesca. Já temos uma proposta de minuta de lei, construída coletivamente com diversos atores dessa cadeia produtiva. Precisamos agora atualizar o marco regulatório da pesca nacional. Não temos mais condições de seguir em tamanha defasagem (Oceana, 2024, s/p.).

O engenheiro de pesca Prysthon Silva (2014), no livro *Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos*, busca, em

---

[8] Fonte: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres.

[9] A Oceana é a maior organização internacional focada exclusivamente na conservação dos oceanos. Fundada em 2001, tem sede em Brasília, Estados Unidos, Europa, Chile, Canadá, Belize, Filipinas, Peru e México. Fonte: https://brasil.oceana.org/comunicados/relatorio-da-fao-alerta-que-sem-gestao-a-pesca-declinara/#:~:text=A%20relev%C3%A2ncia%20da%20pesca%20artesanal&text=O%20relat%C3%B3rio%20da%20FAO%20destaca,em%20tamanha%20defasagem%E2%80%9D%2C%20alerta. Acesso em: 29 dez. 2025.

autores como o doutor em sociologia Antônio Carlos Diegues, no seu livro *Povos e Água: inventário de áreas úmidas brasileiras* (2002), e no jornalista Leandro Narloch, no livro *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009), as bases da compreensão de como aconteceu a distribuição geográfica das populações que hoje vivem da pesca no Brasil. Enquanto Narloch (2009, p. 15) aponta a existência de "indícios históricos de que as populações costeiras também foram indígenas que se adaptaram à vida marinha", Diegues (2002; 1995) desconsidera a existência e a contribuição dos povos originários para o que hoje conhecemos como cadeia produtiva da pesca, argumentando sobre a prevalência da contribuição dos pequenos produtores rurais agrupados em comunidades para a disseminação da pesca no território nacional. Dá ênfase à contribuição dos caiçaras na região Sudeste, dos jangadeiros no Nordeste, dos pantaneiros na região Centro-Oeste e dos caboclos na região Amazônica, como se a grande maioria das pessoas componentes dessas comunidades rurais não fossem de origem indígena ou de raiz de matriz africana.

Após as digressões sobre esses divergentes pontos de vista, as conclusões de Prysthon Silva consideram o processo de colonização, o militarismo e a questão da "mescla cultural" como os elementos difusores da pesca no país. Quando Silva exclui de suas análises as reais contribuições culturais dos indígenas e dos negros e negras para a constituição do que se conhece hoje como pesca artesanal brasileira, parece mais um caso de racismo, perpetrado por um homem branco integrante das classes dominantes brasileiras. Sua análise reforça, difunde e cristaliza, no âmbito acadêmico, o discurso histórico colonialista recorrente da "supremacia branca". E pior! Essa estratégia, que nitidamente objetiva excluir, apagar, desmerecer ou desqualificar os conhecimentos e tecnologias afro-indígenas, integra o senso comum das narrativas acadêmicas e históricas sobre a difusão da prática pesqueira no Brasil.

Tanto, que pelo marco da história oficial, a institucionalização da prática pesqueira no país está relacionada exclusivamente à Marinha, desde os primeiros registros, em 1843, na época do Brasil Imperial. Mesmo que 1912, com o modelo republicano, a atividade pesqueira passasse a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, a influência do militarismo se instaurou de forma definitiva, e em nossa opinião, calamitosa, na história da pesca artesanal brasileira. Um expoente desta perspectiva foi a expedição marítima, que percorreu o litoral de Belém, no Pará ao Rio de Janeiro, entre 1919 e 1924, sob a responsabilidade da Marinha, e comando do capitão de mar e guerra Frederico Villar:

> A proposta da missão era nacionalizar a pesca e abrangeu questões sociais, econômicas, ecológicas e principalmente militar, procurando incutir nas comunidades pesqueiras, uma nova conduta social [...]. A missão foi responsável pela criação de 800 colônias de pesca, que passaram a ser a única formação representativa conhecida pelos pescadores e as quais foram obrigadas a pertencer.
>
> [...] A missão também criou mais de 1.000 escolas, organizou grupos de escoteiros, fundou postos de saneamento, procurou desenvolver a instrução profissional, combate à verminose, malária e alcoolismo e procurou fiscalizar a pesca predatória. Apesar dos avanços, a missão trouxe implicações políticas nefastas aos pescadores, pois a marinha se deteve em questões de segurança nacional da costa no período da segunda guerra mundial e impuseram o engajamento dos pescadores na defesa militar do país estabelecendo o controle social sobre as comunidades pesqueiras (Silva, 2014, p.16).

Diante deste cenário histórico militarizado, imputado há mais de dois séculos aos pescadores e pescadoras artesanais brasileiros e propositadamente desconectado da realidade histórica e social de nosso país, faz-se necessário e urgente, em âmbito acadêmico e cultural, pesquisar, refletir e construir narrativas que ressignifiquem e difundam o real imaginário simbólico da comunidade tradicional da pesca artesanal, bem como seus atuais aspectos sócio-político-culturais. É para contrapor todos esses motivos segregadores que entendemos ser primordial rememorar histórias pesqueiras. Sendo assim, a seguir, será apresentada a metodologia de pesquisa que possibilitou a reflexão sobre os atuais contextos da pesca artesanal brasileira pela perspectiva de negros, negras e indígenas, os quais conduziu à convicção da importância de desenvolver o estudo que aqui se propõe.

1.1 Metodologias para o estudo da Pesca Artesanal

Realizar uma pesquisa acadêmica, dentro das especificidades metodológicas científicas, é o primeiro desafio que o pesquisador ou a pesquisadora enfrenta. Em nossas mentes, ecoa uma pergunta muito parecida com esta: “Que método usar para estudar um problema particular e como justificar o delineamento, a escolha dos dados e os procedimentos analíticos?” (Gaskell; Bauer, 2019, p. 470). No caso desta pesquisa, em específico, tem-se uma questão que ressoou por bastante tempo: propomo-nos a rememorar histórias pesqueiras sobre a contribuição dos negros e indígenas para a pesca artesanal e a conhecer as ações socio-político-culturais dos seus agentes sociais. Organizamo-nos para acessar esses conhecimentos por meio

de uma experiência sensível ao mundo da rememoração e (re)construção simbólica, com registro audiovisual dos cotidianos laborais e da ação social da comunidade tradicional da pesca artesanal da Região dos Lagos fluminense. Mas quais rotas seguir? De que forma iríamos registrar e interpretar memórias, gestos, processos ritualísticos, tecnologias de pesca e sociabilidades de matriz africana?

A metodologia é realmente um leme no mar do desconhecido. E ainda bem que existe uma disciplina chamada metodologia científica! A temática metodológica é tão importante no campo da ciência que é ministrada logo no primeiro semestre dos cursos de pós-graduação. A metodologia é realmente um leme no mar do desconhecido. É ela quem orienta, delimita e permite chegar ao porto das conclusões. A partir dos estudos realizados, chegou-se ao tão almejado delineamento metodológico: esta é uma pesquisa-ação de abordagem quali-quantitativa, longitudinal e comparada, de observação participante, parcialmente estruturada e direta, com entrevistas individuais, episódicas e narrativas, complementadas por análise de discurso.

Quando se diz “está é uma pesquisa-ação”, estamos nos referindo e coadunando à perspectiva de Thiollent:

> A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent,1985, p.14).

Significa que o nosso agir, enquanto pesquisadoras, não ocorreu “de fora”, apenas por meio da observação com distanciamento empírico. Ao contrário, aconteceu de forma participativa, pela perspectiva da ação coletiva. Juntamente com as comunidades investigadas, buscou-se acessar suas memórias, compreender, registrar e difundir seus conhecimentos e ações sociopolíticas, não somente por meio do registro textual, mas também pelo fazer coletivo.

Foi a partir do arcabouço conceitual adquirido no processo educativo do doutorado, somado à vivência com as comunidades estudadas durante as pesquisas de campo, que criamos as bases analíticas deste estudo. Elas abrangem quatro aspectos analíticos e uma série de questões que nortearam nossos trabalhos no campo, conforme Quadro 01:

Quadro 1 - Questões norteadoras

1) Aspecto Técnicas Pesqueiras.	Quais são as práticas pesqueiras realizadas na região? Organização social, dimensões da cadeia produtiva da pesca: pré-captura; captura; pós-captura; tipos de embarcações; tipos de peixes; onde estão localizados os espaços de captura?
2) Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal.	Como se dão os sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira? Convivência e experiência pessoal.
3) Aspecto Ancestralidade.	Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória? Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?
4) Aspecto atuação sócio-política.	Quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?

Fonte: Autoria própria (2025)

Decidiu-se a realização de uma “pesquisa de abordagem quali-quantitativa”, que combina técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, levando em conta as particularidades das informações a serem coletadas a partir dos quatro aspectos analíticos mencionados. Dito de forma resumida, enquanto a pesquisa quantitativa nos permite acessar dados mensuráveis, como idade, gênero, classe social, cor e ancestralidade, a pesquisa qualitativa possibilita uma análise profunda de conteúdos conceituais, narrativos (como entrevistas), imagéticos e até mesmo de eventos sociais

Mas, quais seriam os parâmetros para verificar a qualidade, não é mesmo? Para Bauer e Gaskell (2019), a qualidade de uma pesquisa pode ser avaliada de acordo com critérios de fidedignidade (consciência da mensuração), validade (o quanto se capta do que se pretende mensurar) e representatividade (relacionada à validade externa), que são adotados para a escolha tanto do arcabouço conceitual quanto dos sujeitos desta pesquisa.

O termo “longitudinal” refere-se a um delineamento mais abrangente da pesquisa qualitativa, no qual busca-se compreender “vários pontos no tempo” e não apenas “um único ponto no tempo” (Bauer; Gaskell, 2019, p. 472). Ou seja, além de termos diversos momentos de contato com as comunidades pesquisadas, buscamos e tivemos acesso a informações de diversos momentos históricos, que abrangem 250 anos de rememorações.

Trata-se de uma pesquisa “comparada”, pois se refere ao fato de perceber, analisar, decodificar e mensurar uma diversidade de realidades, utilizando o contraste como um elemento de comparação. Para Diana Rose (2019, p. 356), autora do artigo *Análise de Imagens em Movimento*, “o método dos contrastes, empregado junto com

o material visual, dá sustentação também à possibilidade de desconfirmar a teorização".

Especificamente neste estudo, em que utiliza o instrumento audiovisual como forma de garantir a coparticipação dos sujeitos da pesquisa na produção do conhecimento, a metodologia de pesquisa comparada se mostrou bastante competente, uma vez que possibilitou perceber inúmeros contrastes e peculiaridades e, de acordo com a citação acima, até mesmo contrapor várias premissas e hipóteses levantadas antes da realização da pesquisa de campo. Nas conclusões, discute-se detalhadamente esses impressionantes achados: eles rememoram histórias pesqueiras de sete gerações e evidenciam uma ancestralidade africana proveniente de Angola, além dos indígenas originários.

O termo "observação participante" refere-se à natureza da pesquisa de campo. Neste caso, trata-se de um tipo de pesquisa inclinada a identificar e compreender a estrutura social da população pesquisada (Gil, 1994). Uma das premissas da "observação participante" implica em:

> Descobrir as diferenças sociais de seus membros, as posições dos grupos e também os conflitos entre estes últimos. Esse é um aspecto importante da pesquisa participante, que a distingue dos tradicionais "estudos de comunidade". Enquanto estes tendem a encarar os indivíduos como participantes de grupamentos relativamente homogêneos, a pesquisa participante deseja colocar-se a serviço dos oprimidos e necessita identificar com clareza quem são eles no âmbito de uma "comunidade" (Gil, 1994, p.150).

E quando dizemos que nossa pesquisa de campo é "parcialmente estruturada e direta, com entrevistas individuais, episódicas e narrativas", estamos nos referindo, primeiramente, às maneiras de como fazer e conduzir as entrevistas realizadas no campo. Optamos por criar um roteiro de questões básicas e deixar as entrevistadas e entrevistados "à vontade" para elencar novas questões durante as entrevistas. Também foram realizadas entrevistas de forma direta, sem intermediações tecnológicas, ou seja, de forma presencial. Mesmo que, no primeiro momento da pesquisa, em novembro de 2022, estando em plena pandemia da Covid-19, em que teve uma preparação para seguir todos os protocolos de saúde necessários.

Seguindo a linha conceitual do livro *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Bauer; Gaskell, 2015), escolhemos três tipos de entrevista qualitativa:

1) Entrevista Individual – em que buscou-se compreender os mundos da vida, construir um referencial e testar as expectativas e hipóteses desenvolvidas no projeto de pesquisa. A seleção dos entrevistados e entrevistadas se deu por pesquisa observativa (Gaskell, 2015);

2) Entrevista Narrativa – em que abordou fatos indexados, as dimensões cronológicas (relativas às ações das pessoas entrevistadas no campo das políticas sociais e fatos históricos relacionados à pesca da comunidade) e não cronológicas (relativas às informações de aspectos culturais) (Bauer; Jovchelovitch, 2014);

3) Entrevista Episódica – que possibilitou acessar aspectos mais sutis dessa experiência decodificadora (Flick, 2015), na qual registramos e contextualizamos com instrumentos audiovisuais a narrativa memorial dos entrevistados, seus gestos, processos ritualísticos e tecnologias de pesca afro-indígenas.

Finalmente, o termo "análise de discurso" refere-se à metodologia de interpretação dos dados levantados em todo esse processo investigativo. Aqui tem-se a orientação pela perspectiva de Gill (2019) quando ela afirma:

> Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso. Os analistas do discurso [...] nunca irão argumentar que sua maneira é a única maneira de ler um texto. Em uma análise final, a análise de discurso é uma *interpretação*, fundamentada em uma argumentação detalhada e atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado (Gill, 2019, p.266).

Sabemos que existem catalogadas mais de 50 variedades de análise de discurso (Gill, 2019). Como também aqui interessa perceber como as formas específicas de linguagem podem modificar a maneira como fenômenos e acontecimentos são compreendidos e narrados, elegemos para o presente estudo dois tipos de análise: a abordagem pós-estruturalista, pela perspectiva de Foucault (1977; 1981), que preconiza analisar os discursos por seu aspecto histórico, ao invés de enfatizar os detalhes dos textos falados e escritos, e a perspectiva semiótica social ou crítica, além dos estudos das linguagens. Dentre essas abordagens, destaca-se a semiótica sob a ótica de Pierce (1995) e Pinto (2003)[10]. Essas abordagens

[10] O professor doutor Pós-PHD em Semiótica, Julio Pinto, foi orientando do linguista Humberto Eco e é o orientador da autora Carem Abreu, em sua jornada acadêmica de formação em Comunicação Social, desde a graduação (jornalismo e radialismo, UFMG) ao mestrado (Interação Midiática, PUC MG). Assim, a perspectiva semiótica, da percepção de como os sentidos narrativos são criados, abarca o olhar da pesquisadora e de suas análises narrativas.

possibilitaram uma leitura crítica das narrativas textual e visual deste estudo, relacionando aspectos de criação de sentidos nos âmbitos linguísticos e políticos.

Em relação à escolha do *corpus* da pesquisa de campo, ou seja, à amostragem dos sujeitos da pesquisa, somando os três momentos que se teve em campo, foram realizados contatos com 40 pescadores e pescadoras artesanais ao longo de 45 dias. Entrevistou-se diretamente 20 deles, sendo oito oriundos da Rasa, em Armação dos Búzios (sete homens e uma mulher); e 12 de Arraial do Cabo (oito homens e quatro mulheres). Utilizando os critérios de fidedignidade (consciência da mensuração), validade (o quanto se capta do que se quer mensurar) e representatividade (relacionada à validade externa), chegamos ao escopo final do nosso *corpus* de análise: sete pescadores e pescadoras artesanais, três quilombolas do Quilombo da Rasa (dois homens e uma mulher) e quatro de Arraial do Cabo (um homem e três mulheres), além de dois pesquisadores, um historiador, uma antropóloga e um artista plástico.

A seguir apresenta-se a estrutura da metodologia criada para esta pesquisa científica, composta por nove etapas distintas:

1) **Etapa 1:** Revisão bibliográfica e estado da questão (realizada entre março de 2021 a dezembro de 2024).

Resumidamente, podemos dizer que o arcabouço conceitual estudado abrange a leitura de artigos, livros, dissertações e teses, onde tive acesso a conceitos oriundos do campo das ciências sociais aplicadas, em especial nas áreas de políticas sociais, sociologia, educação em relações étnico-raciais, etnografia, antropologia visual, cinema de engajamento e comunicação.

Para compreender e registrar como se encontra o tema ou o objeto da investigação no estado atual da ciência, utilizou-se outro método de pesquisa conhecido como “estado da questão”. Trata-se de uma metodologia criada para compreender a amplitude científica da problemática da pesquisa pretendida com dados precisos. Adotou-se a metodologia para explorar as diferentes abordagens presentes nos estudos que conectam a pesca artesanal às comunidades tradicionais e aos quilombolas, incluindo a análise da presença de registros audiovisuais nesse contexto.

Os dados completos desta pesquisa estão descritos no capítulo 2, e uma parte deles foi publicada na revista Percursos, em maio de 2023, no artigo intitulado

"Conhecimentos de comunidades tradicionais e quilombolas sobre a pesca artesanal: estado da questão". A título de exemplificação do tipo de informação que se pode acessar com a metodologia de pesquisa "estado da questão", apresentamos a seguir um resumo dos achados obtidos.

A pesca artesanal é um universo muito amplo para a produção de conhecimento acadêmico brasileiro. Em 2022, foi realizada uma busca livre no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), utilizando o descritor "pesca artesanal", no período de 1987 a 2022. O resultado foi impressionante: ao longo desses 35 anos, foram realizados 8.494 estudos de pós-graduação sobre esta temática.

Para determinar o *corpus*, ou seja, o tipo de amostragem definitiva de análise deste estudo sobre o estado da questão, elegemos como palavras-chave de busca no CTD os termos "pesca artesanal AND quilombo", "pesca artesanal AND comunidades tradicionais", "pesca artesanal AND audiovisual" e "pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais". Depois, ao aplicar os critérios de fidelidade, exaustividade, mútua exclusão e objetividade, chegou-se a um *corpus* analítico composto por 17 pesquisas, produzidas entre 2012 e 2021, em duas grandes áreas de conhecimento: multidisciplinar e ciências humanas.

Na categoria da grande área multidisciplinar, foram agrupados seis estudos das áreas de conhecimento de Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social, Direito Ambiental e Políticas Públicas, Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento, Políticas Sociais e Sociologia Política. Na categoria da grande área de ciências humanas, agrupamos 11 estudos das áreas de conhecimento da Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Educação e Contemporaneidade, Educação e Cultura, Linguagens e Representações, e Sociologia.

Os estudos foram realizados, em sua maioria, em sete instituições de ensino do Norte e Nordeste brasileiros: Universidades Federais do Amapá, Pará, Pernambuco, Ceará, Bahia, Sergipe e do Estado da Bahia; quatro do Sudeste: Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além das Universidades Estaduais do Norte Fluminense e de Montes Claros; e três do Sul: Universidades Federais de Pelotas e do Rio Grande, além da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Os **temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional** abrange reflexões sobre: territorialidade, participação

política, identidade, gênero e a compreensão de como os elementos mitológicos e memoriais influenciam os modos de vida. **Enquanto quilombolas**, estão presentes questões identitárias, territoriais, mercadológicas, memoriais, educativas descolonizadoras, de participação política, de relações sociais, saberes e fazeres, saberes femininos e ancestrais.

Ao refletir sobre **quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas**, chegamos à percepção de que o primeiro grupo de sujeitos da pesquisa identificados foi composto por sete quilombos estudados. Em sua maioria, estão localizados no Nordeste brasileiro: comunidade quilombola Serra das Viúvas, Água Branca (AL); Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo de Acupe, Santo Amaro (BA); comunidade quilombola do povoado Boqueirão da Arara (CE); comunidade quilombola de Helvécia (BA); povoação de São Lourenço, Goiana (PE); comunidade Castanhal do Mari-Mari, Ilha de Mosqueiro, Belém (PA); e quilombo de Braço Forte, Salto da Divisa (MG).

Também foram estudadas cinco comunidades da pesca artesanal, localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul: Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas, Cametá (PA); pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Martelo e Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador (BA); comunidades tradicionais pesqueiras de Arraial do Cabo (RJ); Comunidade Caraíbas, Pedras de Maria da Cruz (MG); pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-3, Lagoa dos Patos, Pelotas (RS); e pescadores do Projeto Educação para Pescadores, Rio Grande (RS). Além disso, quatro estudos de caso foram sujeitos à pesquisa.

Quanto aos **conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos sobre a pesca artesanal, componentes da produção científica desenvolvida entre 2011 e 2021**, dentre os 17 estudos pesquisados, identificamos 67 conceitos ou grupos de conceitos. Aqui, iremos ressaltar apenas os conceitos presentes em ambas as chaves de busca, a saber: “comunidade”, “identidade”, “memória” e “movimentos sociais”.

Em relação aos **estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu para tais estudos**, foram encontrados somente três pesquisas acadêmicas. Elas pertencem às grandes áreas de Ciências Humanas e

Multidisciplinar e integram as seguintes áreas de conhecimento: Doutorado em Sociologia, Mestrado em Ciências Sociais e Doutorado em Políticas Sociais.

No que diz respeito aos sujeitos e temas das pesquisas, notou-se que as duas pesquisas acadêmicas realizadas no Sudeste brasileiro buscaram compreender a situação da pesca artesanal em face dos grandes projetos de desenvolvimento urbano, principalmente pelo turismo e pela especulação imobiliária, nos territórios de Barra do Riacho, localidade de Aracruz (ES), em Arraial do Cabo (RJ) e em Mucuripe, Fortaleza (CE).

Quanto à segunda parte da questão, que trata de como o audiovisual contribuiu para os estudos sobre a pesca artesanal, encontrou-se três formas diferenciadas de utilização do audiovisual: duas de caráter meramente metodológico e uma voltada a incluir a utilização do audiovisual como um dispositivo técnico para ampliação do olhar do pesquisador e devolutiva de acesso aos sujeitos. Assim, chegou-se à conclusão da efetiva contribuição de nossa pesquisa para os estudos da pesca artesanal, pois, nos últimos 11 anos, **não foi encontrada nenhuma pesquisa acadêmica sobre o tema que tenha utilizado o audiovisual para registrar assuntos relacionados à comunidade quilombola ou negra no Brasil.**

2) **Etapa 2:** Pesquisa de Campo_fase 1

Pesquisa preliminar qualitativa comparada e direta, com observação participante e entrevista individual semi-estruturada. Realizada em nove dias, entre 5 a 12 de novembro de 2022, sendo cinco dias em Búzios e quatro dias em Arraial. Foram utilizados como materiais de apoio: registro fotográfico, caderno de campo físico (par anotação manual das entrevistas), caderno de campo virtual (criação de um perfil nas redes sociais: https://www.instagram.com/rememorar.historias.pesqueiras/), Criação da *play list* Rememorar Histórias Pesqueiras, no canal da ATOS Central de Imagens para alojar conteúdos audiovisuais da pesquisa: https://encr.pw/playlistRememorarHistoriasPesqueiras.

Nesse período testamos as hipóteses e objetivos elencados no projeto de pesquisa, tivemos os primeiros contatos para selecionamos o *corpus* da pesquisa, ou seja, os pescadores e pescadoras artesanais a serem entrevistados/as nos dois momentos subsequentes. Para a seleção adotamos os seguintes critérios de qualidade: fidedignidade (consciência da mensuração: atuação local na cadeia produtiva da pesca há mais de 5 anos), validade (quanto que se capta do que se quer

mensurar: ser pessoa de descendência africana ou indígena, com atuação comunitária e representação social) e representatividade (relacionada a validade externa: ter respaldo de seus pares).

Já o contato inicial com os entrevistados e entrevistadas se deu por observação em locais de pesca e por "bola de neve" (Bernard, 2005) quando uma pessoa indica outra. Ao todo foram 17 locais de pesca e de atuação social pesquisados. Em Armação dos Búzios pesquisamos nove locais: Quilombo da Rasa, Praia da Gorda, Casa de dona Eva (conhecemos a matriarca do quilombo, com 110 anos), Colônia de Pescadores Z23, Câmara dos Vereadores, Espaço Cultural Zanine, Arte e Cultura, sede do PEA Pescarte e Sociedade Esportiva Azul e Branco (assembleia PEA Pescarte). Em Arraial do Cabo pesquisamos oito locais: Praia Grande, Prainha, Praia dos Anjos, Praia do Forno, Cooperativa de Mulheres Nativas, Associação dos Pescadores, Colônia de Pesca Z5, sede do PEA Pescarte. Ao todo entrevistamos e/ou conversamos com 21 pescadores e pescadoras artesanais e agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal. Em Armação dos Búzios foram 13 pessoas e em Arraial do Cabo oito pessoas.

Também participamos de duas assembleias gerais de pescadores artesanais, promovidas pelo Programa de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte) em ambas as cidades, sendo que em Búzios houve a participação de 44 pescadores e pescadoras artesanais e em Arraial, de 86. Lá também acompanhamos a assembleia dos pescadores promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), para discutir a nova abrangência da reserva Marinha de Arraial do Cabo, com a presença de 32 pessoas. No total tivemos contato direto com 21 sujeitos da pesquisa e indireto com 182 pessoas.

3) Etapa 3: Pesquisa de Campo_fase 2

Foi realizada uma pesquisa preliminar qualitativa, com abordagem comparativa e direta, utilizando observação participante e entrevistas individuais semi-estruturadas. O estudo ocorreu ao longo de nove dias, entre 5 e 12 de novembro de 2022, sendo cinco dias em Búzios e quatro dias em Arraial do Cabo. Utilizamos caderno de campo, registro fotográfico e anotação manual das entrevistas como materiais de apoio.

Durante esse período, testamos as hipóteses e os objetivos elencados no projeto de pesquisa e foram realizados os primeiros contatos para selecionar o *corpus*

da pesquisa, ou seja, os pescadores e pescadoras artesanais a serem entrevistados nos dois momentos subsequentes. Para a seleção, adotamos os seguintes critérios de qualidade: fidedignidade (consciência da mensuração: atuação local na cadeia produtiva da pesca há mais de cinco anos), validade (capacidade de captar o que se deseja mensurar: ser pessoa de descendência africana ou indígena, com atuação comunitária e representação social) e representatividade (relacionada à validade externa: ter respaldo de seus pares).

Ao todo, foram pesquisados 17 locais de pesca e de atuação social. Em Armação dos Búzios, foram pesquisados nove locais: Quilombo da Rasa, Praia da Gorda, Casa de Dona Eva (onde conhecemos a matriarca do quilombo, com 112 anos), Colônia de Pescadores Z-23, Câmara dos Vereadores, Espaço Cultural Zanine, Arte e Cultura, sede do Programa de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte) e Sociedade Esportiva Azul e Branco (assembleia do PEA Pescarte). Em Arraial do Cabo, pesquisamos oito locais: Praia Grande, Prainha, Praia dos Anjos, Praia do Forno, Cooperativa de Mulheres Nativas, Associação dos Pescadores, Colônia de Pesca Z-5 e sede do PEA Pescarte. Ao todo, entrevistamos e/ou conversamos com 21 pescadores e pescadoras artesanais, além de agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal. Em Armação dos Búzios, foram 13 pessoas entrevistadas, enquanto em Arraial do Cabo, foram oito.

Foram realizadas também a participação em duas assembleias gerais de pescadores artesanais, promovidas pelo Programa de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte) em ambas as cidades. Em Búzios, houve a participação de 44 pescadores e pescadoras artesanais, enquanto em Arraial do Cabo, participaram 86. Além disso, acompanhamos a assembleia dos pescadores promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para discutir a nova abrangência da Reserva Marinha de Arraial do Cabo, com a presença de 32 pessoas. No total, tivemos contato direto com 21 sujeitos da pesquisa e indireto com 182 pessoas.

4) Etapa 4: Pesquisa de Campo_fase 3

Nesta etapa, realizou-se uma pesquisa-ação qualiquantitativa comparada, estruturada e direta, com observação participante, entrevistas narrativas e registro audiovisual, contando com a coparticipação de três quilombolas do Quilombo da Rasa na atividade de educação não formal por meio de registro audiovisual com câmera de

celular. Um deles atuou como cinegrafista nas gravações do curta-metragem "REMEMORAR Histórias Pesqueiras". Foram utilizados caderno de campo e registro fotográfico. As entrevistas foram gravadas em vídeo com telefone celular, e algumas locações foram feitas com câmera aérea (drone). O trabalho foi realizado ao longo de 26 dias, entre 26 de abril e 12 de maio de 2024, sendo nove dias em Búzios e sete dias em Arraial do Cabo.

Em Armação dos Búzios, registraram-se a Praia da Gorda e outros locais de pesca e atuação social. Os tipos de pesca registrados foram: mariscagem, pesca com puça, pesca de linha (embarcado) e maricultura. Os locais documentados foram: 1) Pesqueiros da Praia da Gorda: Abricó, Guajarina, ponto da 22, Buraca da Negra, Barra de Una, pesqueira da Barra de Una, Lá Fora, Ilha Feia, Cabeça, Caboclo Alto, Laminha, Lamarão e o pesqueiro ao lado da Lais; 2) Mangue de Pedra: bancos de pedra; 3) Ponta do Pai Vitório; 4) Marina; 5) Rio Una; 6) Praia da Rasa ou Praia dos Pretos (onde ficam os resquícios dos paus do deck de atracamento dos navios negreiros); 7) Orla de Búzios (casa de engorda do tráfico negreiro, fazenda Campos Novos); 8) Praia dos Ossos (Azeda).

Foram também gravados locais históricos onde realmente ocorreu a ampla escravidão e o tráfico humano: 1) Casa de Farinha; 2) Quintal de Dona Eva, comunidade arredores da casa de Dona Eva; 3) Territórios do Quilombo da Rasa (mapa Quipea): Tauá, Vila Verde, Avenida Central Rasa (três territórios), Praia Gorda, Mangue de Pedra; 4) Cruzeiro; 5) Mercado Novo; 6) Orla de Búzios (casa de engorda do tráfico negreiro); 7) Igreja Nossa Senhora de Santana; 8) Casa na Rua Rogério de Oliveira Dantas, Búzios (antigo escritório da Fazenda Campos Novos); 9) Casa do Sino (atual Hotel Atlântico Búzios, casa de triagem da Fazenda Campos Novos).

Em Arraial do Cabo, foram registrados os locais de pesca da Praia Grande e da Prainha. Os tipos de pesca encontrados foram: pesca de linha de fundo, pesca com zangarejo, cerco e gancho. Os locais dos pesqueiros na Praia Grande incluem: 1) costão da Praia Grande até a entrada do Buqueirão; 2) depois da entrada do Buqueirão, até a Ponta Seca. Os locais dos pesqueiros na Prainha são: 1) Graçainha; 2) canto; 3) porto; 4) canto grande; 5) Barrilha. Os locais históricos onde ocorreu a ampla escravidão e o tráfico humano, além do museu, são: 1) Praia do Forno; 2) Praia dos Anjos; 3) Farol; 4) Centro Educacional e Cultural Manoel Camargo / Museu Castorina Martins.

Ao todo, gravaram-se entrevistas com registro audiovisual com oito pessoas: sete pescadores e pescadoras artesanais (três da Praia da Gorda, no Quilombo da Rasa, em Búzios, e quatro de Arraial, sendo dois da Prainha e dois da Praia Grande) e um historiador, especialista na temática da ampla escravidão na Região dos Lagos fluminense.

5) Etapa 5: Etapa 5: Produção do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*.

Foram realizadas transcrições e minutagens das entrevistas, tabulação e análise dos dados obtidos em todas as etapas da pesquisa de campo; elaboração do roteiro de gravação e do roteiro de edição do filme, além da direção do serviço de edição do curta-metragem e sua publicação nas redes sociais. Essas ações foram realizadas entre dezembro de 2022 e março de 2025.

6) Etapa 6: Prestação de contas públicas e coleta de dados sobre as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre os resultados parciais do estudo: apresentação do filme *REMEMORAR histórias pesqueiras*.

A atividade ocorrida de maneira híbrida aconteceu em 19 de novembro de 2024, numa terça-feira, das 19h30min às 21h30min, em Armação dos Búzios, na sede do Programa de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte). Contou com a participação presencial de dez agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal, com transmissão do filme e interlocução com a autora por videoconferência. Realizou-se também uma atividade de forma presencial, no dia 27 de novembro de 2024, quarta-feira, das 18h30 às 20h30, em Arraial do Cabo, na sede da Cooperativa de Mulheres Nativas, com a participação presencial de treze agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal.

7) Etapa 7: redação da tese. Realizada entre junho de 2021 e fevereiro de 2025. Utilizou-se técnicas de análise de discurso (Gill, 2019) para a interpretação das entrevistas episódicas e narrativas, além de outras três categorias analíticas para a compreensão dos universos simbólicos:

I) Universo simbólico comunicativo, onde utilizamos o conceito níveis de significação (denotação e conotação) (Pinto, 2003);

II) Universo simbólico cultural, com a utilização dos conceitos de ações de resistência: reconstituição de vínculos, instituições de contenção e transformações

(Vizer, 2007); aspectos tradicionais de raiz de matriz africana: ritualidade, ancestralidade, musicalidade orgânica, circularidade, mandinga, corporeidade, oralidade, pertencimento social, perpetuação dos costumes, militância e autogestão (Abreu, 2012);

8) Etapa 8: Edição final e análise de direção do filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras; Revisão textual da tese, sob orientação das normas ABNT NBR 10520, de 19/07/2023.

9) Etapa 9: Defesa da tese. Realizada em 13 de junho de 2025.

2 REMEMORAR ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE A COMUNIDADE TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL E SUA RELAÇÃO COM OS QUILOMBOS E O AUDIOVISUAL: ESTADO DA QUESTÃO

> *O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso (Darcy Ribeiro apud Barreto, 2018, p.42).*

Quando propomos com esta pesquisa, contribuir para os estudos científicos brasileiros sobre a pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e também quilombola, buscou-se realizar um movimento com o objetivo para somar à luta antirracista, no sentido de vencer o descaso histórico vivenciado por esses grupos sociais, precisamente referenciados nesta epígrafe por Darcy Ribeiro. Para que nosso propósito não seja em vão e que o estudo aqui realizado seja inovador e realmente contribua para a ampliação dos conhecimentos acadêmicos já desenvolvidos, no primeiro semestre de 2022, nos dedicamos a investigar e evidenciar os estudos universitários existentes sobre as realidades sociais e pragmáticas de um Brasil profundo, pungente e diferenciado: o dos/as pescadores/as artesanais e também dos/as pescadores/as artesanais quilombolas.

Trata-se de dois grupos sociais com estratégias culturais, sociais, políticas e econômicas de resistência e tecnologias de manutenção de vida que, apesar de diferenciadas, integram uma mesma comunidade tradicional brasileira. Neste capítulo, além de compreender o estado da questão sobre a pesca artesanal e sua relação com as temáticas dos quilombos e das comunidades tradicionais, bem como os estudos e conceitos que envolvem tais pesquisas científicas, saberemos quem são os sujeitos das pesquisas científicas realizadas no Brasil entre 2011 e 2021. Por hora, já sabemos, são cidadãos e cidadãs capazes de transformar em luta constante e conquistas reais as desigualdades impostas pelas classes dominantes.

Segundo dados obtidos no Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP)[11], dentre 1.577.075 pescadores registrados profissionalmente em nosso país, 99,7% são pescadores artesanais (1.573.386) e apenas 0,3% são pescadores industriais (3.689). Dentre eles, 1.035.478 são pescadores profissionais ativos e devidamente licenciados. Desse total, 507.896 são mulheres (49%). E esse

[11] Fonte: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira. Acesso em 28/01/2025.

dado aumenta, se somarmos à comunidade da pesca artesanal aos quilombolas ou a outros integrantes das comunidades tradicionais que praticam essa atividade laboral. Sendo assim, pode-se inferir trata-se de mais de 17 milhões de pessoas, considerando os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2014), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq, 2023) e o Censo de 2022. Para o quantitativo populacional acima estimado, é necessário considerar também os pescadores artesanais, indígenas e quilombolas, integram um campo social bem maior: 28 povos e comunidades tradicionais, segundo a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Para compreender-se o contexto atual das pesquisas acadêmicas sobre a pesca artesanal e sua relação com as temáticas das comunidades tradicionais, quilombolas e o audiovisual, buscou-se, neste capítulo, decifrar especificamente o seguinte *estado da questão*: quais são os temas e os sujeitos das pesquisas, onde estão situadas as comunidades pesquisadas, quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal em relação aos quilombos e às comunidades tradicionais, e em que proporção o registro audiovisual está presente nestes estudos sobre a pesca artesanal e como ele está sendo utilizado no âmbito acadêmico?

2.1 Conhecimentos Brasileiros sobre a Pesca Artesanal: *Estado da Questão*

Inicia-se estas reflexões informando que os **dados aqui analisados foram obtidos somente nos resumos** dos estudos de pós-graduação brasileiros, constantes no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Plataforma Sucupira, desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC). Em 2022, foi realizada uma busca livre no CTD com a chave de busca “pesca artesanal”, abrangendo o período de 1987 a 2022. O resultado foi impressionante: ao longo desses 35 anos, foram realizados 8.494 estudos de pós-graduação sobre esta temática. Após um refinamento maior, foram identificadas 368 pesquisas resultantes das buscas “pesca artesanal AND quilombola” (40) e “pesca artesanal AND comunidades tradicionais” (328).

Diante de tal universo, interessou-se em analisar um escopo de 70 estudos finalizados entre 2011 e 2021, divididos em duas grandes áreas de conhecimento:

multidisciplinar e ciências humanas. Após o uso de critérios de seleção e descarte definidos, o recorte temático final que constitui o *corpus* de análise foi formado por dezessete (17) pesquisas: quatro (04) teses e treze (13) dissertações.

Resultam desta análise a identificação de sete comunidades quilombolas, cinco comunidades tradicionais da pesca artesanal, quatro estudos de caso e 67 conceitos/grupos de conceitos trabalhados em treze áreas do conhecimento científico: Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Educação e Contemporaneidade, Educação e Cultura, Linguagens e Representações, Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social, Direito Ambiental e Políticas Públicas, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Políticas Sociais e Sociologia Política.

Propôs-se a contribuir com os estudos formais e não formais dedicados à compreensão específica de duas comunidades tradicionais: os pescadores artesanais e os quilombolas, respondendo às seguintes questões:

1) Quais são os temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e enquanto quilombolas?

2) Quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas?

3) Quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos sobre a pesca artesanal, componentes da produção científica desenvolvida entre 2011 e 2021?

4) Quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu com tais estudos?

Neste momento, focou-se o *estado da questão* apenas do ponto de vista das pesquisas de pós-graduação brasileiras realizadas sobre a pesca artesanal em sua relação com a temática quilombola e das comunidades tradicionais. Ou seja, debruçou-se inicialmente para responder às questões 1, 2 e 3 citadas acima.

Como marco temporal, elegeu-se o ano de 2011, data de início das catalogações de artigos no banco de dados Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A seguir, será abordada a metodologia utilizada para definir os parâmetros das variáveis de busca e apresentaremos os estudos realizados nas 13 áreas do conhecimento citadas. Já no capítulo seguinte, apresenta-se os procedimentos

científicos aqui adotados e realizar-se-á um estudo qualitativo dos dados, objetivando compreender as questões analíticas acima mencionadas.

2.2 Procedimentos Metodológicos do *Estado da Questão*

O *estado da questão*, segundo Sílvia Nobrega-Therrien e Jacques Therrien (2004), possibilita ao pesquisador e à pesquisadora compreender e registrar "como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance" (Nobrega-Therrien, 2004, p. 7-8). Trata-se de uma metodologia criada para compreender, por meio de dados precisos, a amplitude científica da problemática da pesquisa pretendida. A compreensão do estado da questão surge da comparação de diversas categorias de análise, geradas a partir de um levantamento bibliográfico consistente, e permite o acesso a novos indicadores e referências, bem como à criação de parâmetros para novas abordagens sobre o estudo que se propõe realizar; em especial, esta característica nos interessa para a pesquisa aqui proposta.

A partir de um levantamento bibliográfico sistemático realizado entre maio e junho de 2022 no banco de dados CTD, buscou-se elementos para desenvolver o presente *estado da questão sobre a pesca artesanal* e sua *relação com as temáticas dos quilombos e das comunidades tradicionais*. O interesse reside em compreender e identificar quais são os temas das pesquisas, os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas, bem como quais foram os principais conceitos utilizados nos estudos brasileiros realizados nos últimos 10 anos.

Para compreender a relação entre essas temáticas, elegeu-se dois tipos de palavras-chave de busca, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Palavras-chave da busca

pesca artesanal AND quilombola
pesca artesanal AND comunidades tradicionais

Fonte: autoria própria (2025)

A escolha da chave de busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais" foi feita para contemplar estudos que tivessem a questão das comunidades tradicionais como central nos estudos relacionados à pesca artesanal. A escolha da chave de busca "pesca artesanal AND quilombola" ocorreu para destacar, dentro dos estudos de pesca artesanal, aqueles específicos sobre os povos quilombolas. A busca

dessas palavras-chave no CTD gerou um universo de 368 estudos de mestrado e doutorado, sendo que 40 resultaram da busca geral “pesca artesanal AND quilombola” e 328 da busca “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”. Ou seja, a temática das comunidades tradicionais é oito vezes mais estudada do que a temática sobre os quilombos, em relação aos estudos sobre pesca artesanal no Brasil.

Para eleger os critérios de seleção e exclusão, necessários para realizar um primeiro recorte analítico desse universo de pesquisa, considerou-se as orientações de Carlomagno e Rocha (2016), principalmente quando eles afirmam que é necessário criar categorias apropriadas para a seleção, classificação e categorização dos dados, além da posterior análise de conteúdo.

Dentre os critérios de exclusão, elegeu-se a homogeneidade. Sendo assim, foram definidos como elementos homogêneos o recorte temporal, a busca geral inicial sem parâmetros restritivos de corte, abrangendo a produção acadêmica realizada em todo o Brasil, e as informações sobre os estudos contidas apenas nos resumos dos estudos publicados no CTD. Vale ressaltar que os resumos se tornaram a fonte dos dados geradores de todas as análises aqui realizadas.

Em relação ao recorte temporal, ressalta-se o interesse nos estudos finalizados entre 2011 e 2021. Esse período de 11 anos foi selecionado por abranger o início da catalogação dos estudos científicos brasileiros no CTD até os dias atuais. No entanto, ao acessar os dados resultantes dessa busca, notou-se que alguns dos estudos produzidos em 2011 apresentavam inconsistência de dados no CTD, pois, apesar de serem citados, não apresentavam palavras-chave nem resumo. Como a ausência de dados sobre o resumo foi utilizada como critério de exclusão, optou-se por proceder à análise dos dados somente com estudos finalizados entre 2012 e 2021.

Considerar o fator de pertinência também é importante. Segundo os autores citados, a pertinência orienta a pesquisa de acordo com os interesses do tema a ser pesquisado. Aqui, há interesse especificamente as pesquisas desenvolvidas nas grandes áreas do conhecimento: multidisciplinar e ciências humanas. Foram elegidas duas grandes áreas pelo fato de, entre todas as outras, serem as únicas presentes tanto na busca relativa aos quilombos quanto na busca relativa às comunidades tradicionais e também por dialogarem com a área de estudos de interesse das autoras: as políticas sociais e a educação com foco nas relações étnico-raciais.

A partir da união dessas duas premissas de exclusão de dados - homogeneidade e pertinência – chegou-se aos seguintes resultados: a busca geral

"pesca artesanal AND quilombola" resultou em 40 estudos, entre os quais foram selecionadas 33 pesquisas de mestrado e sete de doutorado. Já dentre os 328 resultados gerais obtidos com a busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais", foram selecionadas 29 pesquisas: 21 de mestrado e oito de doutorado. Desta forma, chegou-se a um recorte inicial de 60 estudos a serem analisados.

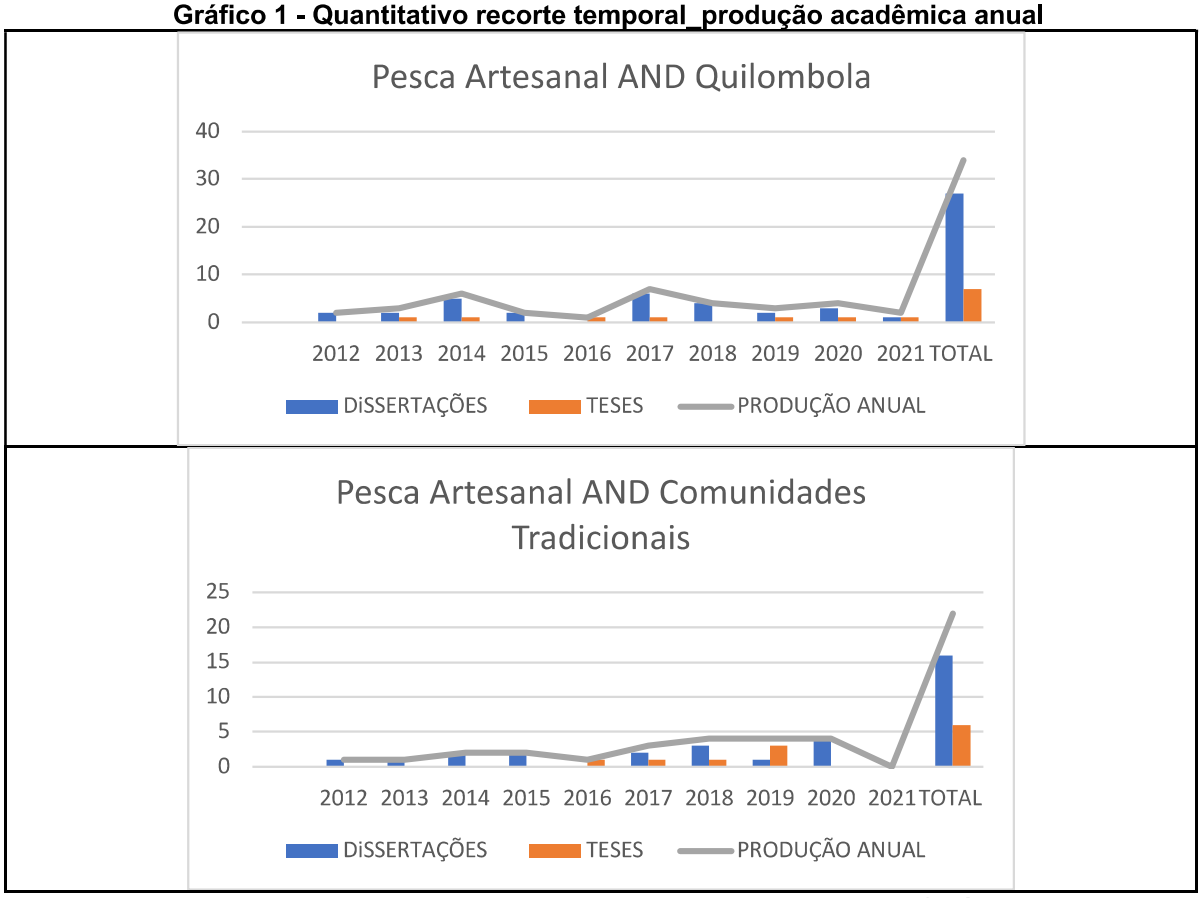
No que se refere à busca "pesca artesanal AND quilombola", dos quarenta estudos iniciais levantados, seis foram descartados pelo critério de homogeneidade, por serem anteriores à plataforma Sucupira e apresentarem inconsistência de dados para posterior análise. Assim, 34 estudos foram analisados: 27 dissertações e sete teses.

Já dentre os 328 resultados gerais obtidos com a busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais", apenas 22 estudos consolidaram-se como analisados. Isso ocorreu porque o critério de descarte de homogeneidade, ao qual foi atribuído o recorte temporal, excluiu 253 estudos realizados entre 1990 e 2010.

Foram descartados 53 estudos com base no critério de pertinência. Dentre eles, 12 trabalhos finalizados em 2011 foram excluídos por não apresentarem resumo, o que gerou inconsistências para a análise posterior dos dados. Os outros 41 estudos foram desconsiderados por não se enquadrarem no recorte da grande área de conhecimento adotado, sendo incluídos apenas aqueles pertencentes às áreas de Ciências Humanas e estudos de caráter multidisciplinar. Dessa forma, foram excluídas as pesquisas vinculadas às áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Linguística, Letras e Artes.

Assim, dentre as trinta pesquisas selecionadas, 21 são de mestrado e oito de doutorado, sendo que somente 22 foram analisadas: dezesseis dissertações e seis teses. A seguir, o Gráfico 1 apresenta o resultado desta primeira análise de dados.

Gráfico 1 - Quantitativo recorte temporal_produção acadêmica anual



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES. Pesquisas realizadas entre 19 de maio a 19 de junho de 2022.

Respeitando os critérios de fidelidade, exaustividade, mútua exclusão e objetividade (Carlomagno; Rocha, 2016), foram definidas regras específicas de inclusão e exclusão para a posterior classificação dos dados e escolha de categorias relevantes para a discussão, que permitam o desenvolvimento de novas hipóteses sobre o tema. Assim, pôde objetivar ainda mais a seleção das pesquisas com as quais entende-se dialogar na temática aqui estudada.

Como demonstra o Gráfico 1, a partir das palavras-chave “pesca artesanal AND quilombola”, foram 34 estudos de mestrado e doutorado realizados entre 2012 e 2021. Esses estudos foram produzidos em quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas (12), Ciências Sociais Aplicadas (4), Multidisciplinares (7) e Ciências da Saúde (9), incluindo uma pesquisa nas Ciências da Saúde/Ciências Biológicas e uma nas Ciências Agrárias.

Dentre os 34 estudos identificados, aplicou-se os critérios de fidelidade, exaustividade, mútua exclusão e objetividade para concluir que somente 13 estudos convergiam com o tema da pesquisa aqui proposta. Esses estudos provenham das Ciências Humanas e integram as seguintes áreas do conhecimento: Doutorado em

Geografia (2), Sociologia; Mestrado em Antropologia (2), além de um de cada uma das áreas de Sociologia e Antropologia, Ciências Sociais, Educação e Cultura, Educação e Contemporaneidade, Educação, Linguagens e Representações, Letras e História Regional e Local.

Considerando principalmente a fidelidade, a mútua exclusão e a proximidade das pesquisas resultantes (Vosgerau; Romanowski, 2014), realizou-se um comparativo entre as duas chaves de busca: “pesca artesanal AND quilombola” e “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, e foram reavaliadas as áreas do conhecimento que seriam incluídas no escopo a ser estudado. Assim, chegou-se ao último recorte do *corpus* deste estudo, onde foram excluídas as áreas de geografia, letras, história regional e local, ou seja, aquelas que não dialogavam com as áreas de políticas sociais e educação, focando nas relações étnico-raciais, campos de conhecimento de pesquisa das autoras desta tese.

Desta forma, chegou-se a um *corpus* analítico final, composto por 17 pesquisas acadêmicas. Na categoria de grande área multidisciplinar, foram incluídos e agrupados seis estudos das áreas de conhecimento de Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social, Direito Ambiental, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Políticas Sociais e Sociologia Política. Na categoria de grande área de Ciências Humanas, foram incluídos e agrupados 11 estudos das áreas de conhecimento da Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Educação e Contemporaneidade, Educação e Cultura, e Linguagens e Representações.

Analisando o Quadro 3, seção Q1A, pode-se observar as seguintes informações: referente à busca “pesca artesanal AND quilombola”, foram identificados 8 estudos realizados em universidades públicas federais (7) e estaduais (1), finalizados entre os anos de 2014 e 2020. Esses estudos pertencem à grande área do conhecimento “ciências humanas”: uma tese da área de Sociologia (SE, 2020) e 7 dissertações das áreas de Antropologia (MG, 2018), Sociologia e Antropologia e Educação e Cultura (PA, 2017_2), Educação (CE, 2015), Ciências Sociais, Educação e Contemporaneidade e Linguagens e Representações (BA, 2014; 2018; 2020). Os estudos foram realizados nos estados de Sergipe (1), Minas Gerais (1), Pará (2), Ceará (1) e Bahia (3), indicando a prevalência de estudos sobre essa temática na região Nordeste (5 estudos), seguidos pela região Norte (2 estudos) e pela região Sudeste (1 estudo). As regiões Centro-Oeste e Sul não desenvolveram estudos sobre o assunto nos últimos 10 anos.

Quadro 3 - Produção acadêmica segundo grande área, área de conhecimento, instituição educacional e ano de finalização do estudo

Q1A_Pesca Artesanal AND Quilombola escopo CIÊNCIAS HUMANAS e MULTIDISCIPLINAR						
NÍVEL	**GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**UNIVERSIDADE**	**ANO**
Doutorado						
	Ciências Humanas	1	Sociologia	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2020
Mestrado						
	Ciências Humanas	7	Antropologia	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018
			Sociologia e Antropologia	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2017
			Ciências Sociais	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	2018
			Educação e Cultura	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2017
			Educação e Contemporaneidade	1	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	2020
			Educação	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2015
			Linguagens e Representações	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	2014
TOTAL		**8**		**8**		

Q1B_Pesca Artesanal AND Comunidades Tradicionais escopo CIÊNCIAS HUMANAS e MULTIDISCIPLINAR						
NÍVEL	**GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**UNIVERSIDADE**	**ANO**
Doutorado						
	Multidisciplinar	3	Sociologia Política	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	2016
			Cognição e Linguagem	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	2019
			Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2019
Mestrado						
	Ciências Humanas	3	Antropologia	2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2013
			Antropologia		UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2017
			Educação	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	2015
	Multidisciplinar	3	Direito Ambiental e Políticas Publicas	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	2015
			Desenvolvimento Social	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	2017
			Políticas Sociais	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	2018
TOTAL		**9**		**9**		

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no CTD. Pesquisas realizadas entre 19 de maio a 19 de junho de 2022.

No que se refere à busca “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, foram identificados nove estudos, os quais estão demonstrados na seção Q1B do Quadro 3. Esses estudos foram realizados em Universidades Públicas Federais (5) e estaduais (4), finalizados entre os anos de 2013 e 2019. Eles abrangem as duas grandes áreas do conhecimento desta pesquisa. Na grande área “multidisciplinar”,

foram produzidas três teses nas áreas de Sociologia Política, Cognição e Linguagem, e Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (RJ, 2016; 2019_2); e três dissertações nas áreas de Direito Ambiental e Políticas Públicas (AP, 2015), Desenvolvimento Social (MG, 2017) e Políticas Sociais (RJ, 2018). Na grande área "ciências humanas", foram identificadas três dissertações: uma na área de Antropologia (PE, 2013 e RS, 2017) e outra em Educação (RS, 2015). Os estudos foram realizados nos estados do Amapá (1), Pernambuco (1), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (4) e Rio Grande do Sul (2). A prevalência sobre essa temática é da região Sudeste (5 estudos). Nos últimos 10 anos, a região Centro-Oeste não desenvolveu estudos relacionados à "pesca artesanal e comunidades tradicionais".

2.3 Interpretações das Evidências: conceitos

O *corpus* analítico deste momento do estudo é composto pelas 17 pesquisas acadêmicas descritas no capítulo anterior. Agora, por meio de uma visão interpretativa, foi realizada uma análise qualitativa da produção científica elencada. Para obter os resultados qualitativos desejados, agrupou-se os achados "de forma interpretativa, por semelhanças" (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 179) para responder a uma das questões centrais da pesquisa: afinal, quais são os temas, os sujeitos das pesquisas, onde estão situadas as comunidades pesquisadas e quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal, com ênfase nas comunidades tradicionais e, em específico, nas comunidades quilombolas? A seguir, será apresentado um primeiro agrupamento de achados, criado para responder à pergunta anterior.

O Quadro 2, abaixo, contêm duas seções. A seção 2A, refere-se aos dados resultantes da busca "pesca artesanal AND quilombola", enquanto a seção 2B se refere aos dados obtidos com a busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais". Ambos apresentam informações sobre os autores e títulos das pesquisas, os sujeitos dos estudos e os locais onde foram realizadas as pesquisas de campo. Também agregam informações aos dados já apresentados no Gráfico 1 (recorte temporal) e no Quadro 4 (produção acadêmica), possibilitando uma análise combinada.

Quadro 4 - Categorias analíticas 2A_2B_autores, títulos, sujeitos da pesquisa, local

2A_análise_Pesca Artesanal AND Quilombola_autores_título_sujeitos da pesquisa_local						
GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**UNIVERSIDADE**	**ANO**	**AUTORES e TÍTULOS**	**SUJEITOS DA PESQUISA**	**LOCAL**
Doutorado						
Ciências Humanas	Sociologia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2020	SILVA, DIVANIA CASSIA COSTA DA. RECONHECIMENTO, MERCADO ÉTNICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A QUESTÃO QUILOMBOLA E A COMUNIDADE SERRA DAS VIÚVAS	SUJEITOS: comunidade quilombola Serra das Viúvas.	Agua, Branca, Alagoas
Mestrado						
Ciências Humanas	Antropologia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	SANTOS JUNIOR, REGINALDO CORDEIRO DOS. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE BRAÇO FORTE – SALTO DA DIVISA/MINAS GERAIS	SUJEITOS: quilombo de Braço Forte.	Salto da Divisa, Minas Gerais
	Sociologia e Antropologia	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2017	SOUSA, ROGÉRIO DA COSTA. RELAÇÕES SOCIAIS E SABER-FAZER NA PESCA DE CAMARÃO NA COMUNIDADE MARI-MARi	SUJEITOS: comunidade Castanhal do Mari-Mari.	Ilha de Mosqueiro, Belém, Pará
	Ciências Sociais	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	2018	JESUS, LILIAN SOUZA DE. LANÇANDO AS REDES CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO EM ACUPE – SANTO AMARO/BA'	SUJEITOS:Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo de Acupe.	Santo Amaro, Bahia.
	Educação e Cultura	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2017	FURTADO, GISLANE DAMASCENO. NO LAR, NAS ÁGUAS, NA VIDA: PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES PESCADORAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS - CAMETÁ-PA'	SUJEITOS: Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas.	Cametá, Pará.
	Educação e Contemporaneidade	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	2020	PROCOPIO, DANIELE FREIRE. PEDAGOGIA DECOLONIAL EDUCAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E MARISQUEIRAS: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ILHA DE MARÉ, SALVADOR, BAHIA	SUJEITOS: pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras matriculados (das) na turma da Educação de Jovens e Adultos – EJA TAP V, de uma Escola Municipal da Ilha.	Ilha de Maré, Salvador, Bahia. comunidades do Martelo e Bananeiras
	Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2015	SUCUPIRA, TANIA GORAYEB. QUILOMBO BOQUEIRÃO DA ARARA, CEARÁ: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS.'	SUJEITOS: comunidade quilombola do povoado Boqueirão da Arara.	Boqueirão da Arara, no Ceará,
	Linguagens e Representações	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	2014	ABREU, ANGELA LACERDA. ECOS DA MEMÓRIA EM HELVÉCIA-BA: HISTÓRIAS, GRIÔS E PERFORMANCES	SUJEITOS: comunidade quilombola de Helvécia e performance dos narradores.	Helvécia, Bahia.

2B_análise_Pesca Artesanal AND Comunidades Tradicionais_autores e título_sujeitos da pesquisa_local						
GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**UNIVERSIDADE**	**ANO**	**AUTORES e TÍTULOS**	**SUJEITOS DA PESQUISA**	**LOCAL**
Doutorado						
Multidisciplinar	Sociologia Política	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	2016	Brito, Carmem Imaculada de. Uma Abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil	SUJEITOS: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP).	17 estados: NORTE: Acre, Amazônia, Pará. NORDESTE: Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte ,Maranhão, Piauí, Bahia. CENTRO-OESTE: Mato Grosso. SUDESTE: Minas Gerais. Espírito Santo, Rio de Janeiro São Paulo. SUL: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul
	Cognição e Linguagem	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	2019	Manhães, Manuela Chagas. A importância da memória social e coletiva para a constituição do reconhecimento social comunitário das comunidades de pesca artesanal de Arraial do Cabo num contexto de justiça social	SUJEITOS: comunidades tradicionais pesqueiras de Arraial do Cabo.	Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.
	Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2019	Tsakanika, Aikaterini. Natural Resources Governance, Artisanal Fishers And Institucional Articulation Along Coastal Municipalities in Rio de Janeiro State	SUJEITOS: arcabouço institucional da governança de recursos naturais em municípios litorâneos do estado do Rio de Janeiro . Vários atores: pescadores artesanais,instituições públicas, acadêmicos e outros pesquisadores independentes.	12 municípios RJ: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Macaé, Maricá Niterói, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Saquarema, São Pedro da Aldeia, São João da Barra,
Mestrado						
Ciências Humanas	Antropologia	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2013	Silva, Isabel Cristina Rodrigues da. Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa: um estudo sobre as formas de mobilização política o caso de Povoação de São Lourenço	SUJEITOS: Povoação de São Lourenço.	Goiana, Pernambuco.
		UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2017	Bittencourt, Carolina Amorim da Silva. Pessoas, Sereias e Divindades: Um Estudo Etnológico, Mitológico e Etnooceanográfico em uma Colônia de Pescadores no Sul do Rio Grande do Sul'	SUJEITOS: pescadores e das pescadoras da Colônia de Pescadores Z-3.	Lagoa dos Patos, Pelotas RS

	Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	2015	Miranda, Cícero Agostinho. Os Saberes Matemáticos no Cotidiano dos Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais de Pesca da Cidade do Rio Grande.	SUJEITOS: Relações existentes entre os saberes matemáticos vivenciados pelos pescadores em seu cotidiano com os saberes construídos em sala de aula, participantes do Projeto Educação para Pescadores.	Rio Grande, Rio Grande do Sul.
Multidisciplinar	Direito Ambiental e Políticas Públicas	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	2015	Souza, Rachel Nogueira de. A Adequação da Tributação Ambiental na Região Transfronteiriça do Amapá: um estudo de caso da pesca artesanal no Parque Nacional do Cabo Orange.	SUJEITO: Parque Nacional de Cabo Orange, Unidade de Conservação de Proteção Integral, e o seu impacto para os municípios envolvidos.	Oiapoque e Calçoene, Amapá.
	Desenvolvimento Social	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	2017	Rocha, Leticia Aparecida. O Poder da Territorialidade: "O Lugar da Gente", o Território Pesqueiro'	SUJEITO: Comunidade Caraíbas.	Pedras de Maria da Cruz, Minas Gerais.
	Políticas Sociais	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	2018	Theis, Rafaella. "Marisqueiras" da Bacia de Campos – Relações de Gênero e o Trabalho da Mulher na Pesca Artesanal no Rio de Janeiro.	SUJEITO: relações de trabalho das mulheres na pesca artesanal, o processo de participação e representação democrática feminina durante a criação e consolidação do Grupo Gestor da Pesca Artesanal, promovido pelo PESCARTE.	Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no CTD. Pesquisas realizadas entre 19 de maio a 19 de junho de 2022.

Em seguida, temos a análise dos dados para responder à questão: quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas? A seção 2A apresenta oito estudos relativos à busca "pesca artesanal AND quilombola". Identificou-se que as temáticas de participação política e direitos territoriais foram abordadas nas pesquisas de Silva (2020) e Jesus (2018). Enquanto Silva (UFSE, 2020) preocupou-se em compreender as questões de reconhecimento, mercado étnico e a participação política da **comunidade quilombola de Serra das Viúvas, no Município de Água Branca, Alagoas; Jesus** (UFRB, 2018) buscou compreender a questão da espoliação territorial pela qual vêm passando os quilombolas **pescadores do quilombo de Acupe, em Santo Amaro, BA.**

Questões relativas à memória, identidade e saberes pesqueiros foram pesquisadas por Santos Júnior (2018), Abreu (2014) e Souza (2017). Santos Júnior (UFMG, 2018) procurou entender a construção da identidade quilombola na **comunidade de Braço Forte, em Salto da Divisa, MG.** Abreu (UESC, 2014) dedicou-se a compreender como a atuação dos griôs da **comunidade quilombola da cidade de Helvécia, SC**, contribui para a perpetuação da memória na região, ao contar e produzir suas histórias e performances. Souza (UFPA, 2017) estudou as relações e conhecimentos sobre a pesca do camarão na **comunidade quilombola de Mari-Mari, localizada na Ilha do Mosqueteiro, em Belém, PA**.

As temáticas relacionadas à educação foram abordadas por Procópio (2020) e Sucupira (2020). Procópio (UFBA, 2020) buscou compreender como uma pedagogia que descoloniza as mentes pode contribuir para a educação da **comunidade pesqueira da Ilha de Maré, em Salvador, BA.** Sucupira (UFCE, 2015) procurou elucidar as práticas educativas realizadas no **quilombo Boqueirão da Arara, CE**, sob as perspectivas memoriais e históricas.

A questão de gênero foi abordada por Furtado (UFPA, 2017), que estudou os conhecimentos e o estilo de vida das mulheres das **comunidades ribeirinhas de Cametá, PA**, percebendo como elas lidam com sua dupla jornada de vida como pescadoras e donas de casa.

No capítulo do Quadro 2B, são apresentados dados resultantes da busca "pesca artesanal AND comunidades tradicionais". Este quadro é composto por nove pesquisas acadêmicas. As temáticas relacionadas às mobilizações sociais e políticas, bem como aos direitos territoriais, foram investigadas por Brito (2016), Silva (2013) e Rocha (2017). Brito (UENF, 2016) fez um levantamento sócio-histórico do **Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais** em âmbito nacional, que atua em **17 estados e nas 5 regiões brasileiras**: AC, AM, PA, PE, PB, CE, AL, RN, MA, PI, BA, MT, MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS. Silva (UFPE, 2013) procurou entender como ocorrem as mobilizações políticas das **marisqueiras e quilombolas de São Lourenço, em Goiana, PE.** Rocha (UNIMONTES, 2017) pesquisou sobre o poder da territorialidade pesqueira na comunidade de Caraíbas, situada em Pedras de Maria da Cruz, MG.

Assuntos relacionados à governança dos recursos naturais e à tributação ambiental foram os focos das pesquisas de Tsakanka (2019) e Souza (2015). Tsakanka (UFRJ, 2019) estudou a governança dos recursos naturais e sua articulação

institucional com os **pescadores artesanais de 12 municípios do litoral do Rio de Janeiro: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Macaé, Maricá, Niterói, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Saquarema, São Pedro da Aldeia e São João da Barra.** Souza (UFAP, 2015) pesquisou sobre a questão da tributação ambiental nas cidades abrangidas pelo Parque Nacional Cabo Orange, com ênfase na **pesca artesanal, nos municípios de Oiapoque e Calçoene, AP**.

Questões relacionadas à memória e aos modos de vida foram analisadas por Manhães (2019), Bitencourt (2015) e Miranda (2015). Manhães (UENF, 2019) analisou as contribuições da memória social e coletiva para o reconhecimento social e comunitário nas comunidades de pesca artesanal de Arraial do Cabo, RJ. Bitencourt (UFRGS, 2015) buscou entender como elementos mitológicos, divindades e o ambiente marinho influenciam os modos de vida dos **pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-3, localizada em Lagoa dos Patos, em Pelotas, RS**. Miranda (UFRGS, 2015) estudou a relação entre a vida cotidiana e os saberes matemáticos aprendidos em sala de aula nas **comunidades tradicionais da pesca na cidade de Rio Grande, RS**.

As relações de gênero e trabalho feminino na pesca artesanal foram pesquisadas por Theis (UENF, 2018), com ênfase no **caso das marisqueiras**, por meio de suas atuações em processos democráticos de representação, mais especificamente no caso da consolidação do grupo **gestor do projeto de educação ambiental Pescarte, em Campos dos Goytacazes, RJ**.

Respondendo à questão “quais são os temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e enquanto quilombolas?”, conclui-se inicialmente que os assuntos presentes na chave de busca “quilombola AND comunidades tradicionais” estão relacionadas às reflexões sobre territorialidade, participação política, identidade, gênero e à compreensão de como os elementos mitológicos e memoriais influenciam os modos de vida.

Especificamente, os estudos sobre comunidades quilombolas trouxeram para o campo da pesca uma notória contribuição com novas reflexões, abrangendo questões identitárias, territoriais, mercadológicas, memoriais, educativas descolonizadoras, de participação política, de relações sociais, saberes e fazeres, assim como saberes femininos e ancestrais.

Nos estudos das comunidades tradicionais, não foram abordadas outras comunidades além da pesca artesanal. Assim, as reflexões desses estudos ficaram

autocentradas e direcionadas para a compreensão da atuação coletiva dos pescadores e pescadoras artesanais em instâncias representativas, bem como em assuntos relacionados à memória coletiva e ao reconhecimento social, à articulação institucional e sua relação com a governança dos recursos naturais, à atuação feminina nas articulações políticas e representativas, à associação do ensino da matemática com a vida cotidiana e ao impacto da tributação ambiental na vida dos pescadores.

2.3.1 Conceitos

No subsequente agrupamento de achados, foram analisados os conceitos utilizados no universo de 17 teses e dissertações, presentes em 13 áreas de conhecimento, para compreender as temáticas dos estudos propostos. Buscando compor os quadros analíticos deste estudo de forma correta e homogênea, relatou-se que os dados componentes do Quadro 3 (3_Conceitos_pesca artesanal AND quilombola) e do Quadro 4 (4_Conceitos_pesca artesanal AND comunidades tradicionais), em sua maioria, foram extraídos dos resumos disponibilizados no CTD.

Contudo, muitos pesquisadores não incluíram em seus resumos dados sobre os autores dos conceitos utilizados nos estudos. Por isso, ao identificar a falta de tais informações nos resumos, buscou-se os dados faltantes na íntegra das teses e dissertações, mantendo a organização e a lógica de apresentação dos próprios pesquisadores. Esse é o motivo pelo qual alguns conceitos surgem nos Quadros 5 e 6 em blocos de conceitos, seguidos de um conjunto de autores. Tratam-se de transcrições *ipsis litteris* obtidas a partir das pesquisas analisadas. Portanto, para uma ampla compreensão, referir-nos-emos a este arcabouço de conhecimento como “conceitos/grupo de conceitos”.

Quadro 5 - Conceitos_Pesca Artesanal AND Quilombola

CIÊNCIAS HUMANAS								
CONCEITOS encontrados	**DOUTORADO**	**MESTRADO**						
	SOCIOLOGIA	**SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA***	**CIÊNCIAS SOCIAIS**	**EDUCAÇÃO E CULTURA**	**EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**	**EDUCAÇÃO**	**LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES**	**ANTROPOLOGIA**
	Autora: Divânia Silva (2020)	Autor: Rogério Souza (2017)	Autora: Lilian de Jesus (2018)	Autora: Gislaine Furtado (2017)	Autora: Daniele Procópio (2020)	Autora: Tânia Sucupira (2015)	Autora: Angela Abreu (2014)	Autor: Reginaldo dos Santos Jr (2018)
Redefinição dos limites relacionais e identitários	(Tilly, 1996; Diani, 1992)	-	-	-	-	-	-	-
Identidade	-	(Hall, 2011)	-	-	-	-	-	-
Visibilidade para as questões etnicorraciais	-	-	-	-	-	(Gil, 1999)	-	-
Memórias individual e coletiva	-	-	-	-	-	(Josso, 2006, Freitas, 2002)	-	-
Memória	-	-	-	-	-	(Bosi, 1994)	-	-
Memória social e coletiva, memórias práticas	-	-	-	-	-	(Halbwachs, 1990), (Certeau, 1994)	-	-
Movimentos sociais	-	-	-	(Gohn, 2013)	-	-	-	-
Movimento social e ecológico	-	-	-	-	(SOUZA, 2014)	-	-	-
Reconhecimento étnico-cultural comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, movimentos sociais e participação política	(Arruti, 2006; Anjos, 2008; Boyer, 2009; Leite, 1999; Almeida, 2004; Mello, 2019; Neves, 2005; 2018; 2019; Ramos, 2009)	-	-	-	-	-	-	-
Quilombo, remanescente de quilombo	-	-	(Almeida, 2002, 2011)	-	-	-	-	-
Quilombo e quilombola	-	-	-	-	-	(Basi, 1994)	-	-
Quilombo	-	-	-	-	-	-	(MUNANGA, 2006)	-
Saberes	-	-	-	(Fischer e Tiriba, 2006)	-	-	-	-

Aspectos vivenciais, mobilidades sociais, heranças culturais, práticas educativas e saberes ancestrais	-	-	-	-	-	(Bergson, 1999); Pollak, 1992; Halbwachs, 2004; Martinho Rodrigues, 2013)	-	-
Território	-	-	(Haesbaert, 2003; 2005)	-	-	-	-	-
Territorialidade	-	-	(Little, 2003)	-	-	-	-	-
Território, desterritorialização e reterritorialização	-	-	-	-	(Santos, 1998, 2001) (Zaluar, 2000)	-	-	-
Modalidades da pesca artesanal	-	(Oliveira, 2007; Leão, 2011)	-	-	-	-	-	-
Mulheres pescadoras artesanais	-	-	-	Maneschy (2000)	-	-	-	-
Universo da pesca em Cametá	-	-	-	Furtado (1993),	-	-	-	-
Discursos relações de gênero, invisibilidade feminina, gêneros na pesca	-	-	-	(Louro, 2003), (Dias, 1995), (Pinto, 2004), (Perrot, 2007), Rodrigues (2012)	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no CTD e na íntegra dos estudos citados. Pesquisas realizadas entre 19 de maio a 19 de junho de 2022.

Nas análises relativas à busca “pesca artesanal AND quilombo”, foram encontrados 32 grupos de conceitos em oito áreas de conhecimento. No Quadro 3, apresentam-se apenas 21 desses conceitos/grupos de conceitos e autores/grupos de autores trabalhados. Eles foram escolhidos e agrupados de forma tematizada, pelo fato de serem utilizados por mais de um dos pesquisadores que compõem o *corpus* deste estudo.

O conceito “identidade” foi apresentado nos estudos de Souza (2017) pela perspectiva de Hall (2011), e nos estudos de Silva (2020), constantes no bloco de conceitos “redefinição dos limites relacionais e identitários”, pela ótica de Tilly (1996) e Diani (1992). Também aparece na pesquisa de Sucupira (2015) relacionada à “visibilidade das questões etnicorraciais” sob o ponto de vista de Gil (1999), ambos citados nas áreas de Sociologia, Sociologia e Antropologia, e Educação.

O conceito de “memória” foi desenvolvido pela perspectiva de Bosi (1994) nos estudos de Abreu (2014) e, nas combinações “memórias individual e coletiva” por Josso (2006), e “memórias práticas” por Certeau (1994), presentes nas pesquisas de Sucupira (2015). Tais conceitos foram citados nas áreas de Educação e Linguagens e Representações.

O conceito “movimentos sociais” está presente em três áreas de estudo: Sociologia, Educação e Cultura, e Educação e Contemporaneidade. Ele foi trabalhado pela ótica de Gohn (2013) nos estudos de Furtado (2017) e pela combinação “movimento social e ecológico” na perspectiva de Souza (2014), presentes nos estudos de Procópio (2020). Além disso, integra o bloco de conceitos apresentados por Silva (2020): “reconhecimento étnico-cultural, comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, movimentos sociais e participação política” (Arruti, 2006; Anjos, 2008; Boyer, 2009; Leite, 1999; Almeida, 2004; Mello, 2019; Neves, 2005; 2018; 2019; Ramos, 2009).

O conceito de “quilombo” está presente nos estudos de três áreas do conhecimento: Sociologia, Ciências Sociais e Linguagens e Representações. Abreu (2014) apresenta o conceito de “quilombo” pela perspectiva de Munanga (2006), enquanto Jesus (2018) trabalha com o grupo conceitual “quilombo” e “remanescente de quilombo” pela ótica de Almeida (2002; 2011). Este conceito também integra o bloco de conceitos de Silva (2020): “reconhecimento étnico-cultural, comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, movimentos sociais e participação política” (Arruti, 2006; Anjos, 2008; Boyer, 2009; Leite, 1999; Almeida, 2004; Mello, 2019; Neves, 2005; 2019; Ramos, 2009).

Nas áreas de Educação e Educação e Cultura, foi recorrente a abordagem dos saberes. O conceito de “saberes” foi estudado por Furtado (2017) sob a ótica de Fischer e Tiriba (2006) e também surge no grupo conceitual trabalhado por Sucupira (2015): “aspectos vivenciais, mobilidades sociais, heranças culturais, práticas educativas e saberes ancestrais” (Bergson, 1999; Halbwachs, 2004; Martinho Rodrigues, 2013; Pollak, 1992).

As áreas de Ciências Sociais e Educação e Contemporaneidade apresentaram estudos sobre “território”. Jesus (2018) estudou o conceito pela ótica de Haesbaert (2003; 2005) e de “territorialidade” conforme Little (2003). Procópio (2020) estudou o grupo conceitual “território, desterritorialização, reterritorialização” pela perspectiva de Santos (1998; 2001) e Zaluar (2000).

Já os conceitos relacionados especificamente à pesca/pesca artesanal foram trabalhados nas áreas de Sociologia, Antropologia e Educação e Cultura. Souza (2017) aborda as “modalidades da pesca artesanal” pela perspectiva de Oliveira (2007) e Leão (2011). Furtado (2017) discute as “mulheres pescadoras artesanais” pelo prisma de Maneschy (2000), o “universo da pesca em Cametá” pela ótica de Furtado (1993) e “gêneros na pesca” segundo Rodrigues (2012).

A partir dessas análises, compreendeu-se que a abordagem quilombola trouxe para os estudos sobre a pesca artesanal diversas reflexões conceituais, as quais extrapolam a questão laboral dessa atividade sociocultural e econômica. Essa atividade é também constituída pela reflexão científica de outros 11 conceitos, além dos citados no Quadro 3, como: “reconhecimento e justiça social” (Axel Honneth, 2003; Renault, 2004; Taylor, 1992, 1994; Walzer, 1983; Yong, 2000), “participação política e processos políticos” (Diani, 1992; McAdam, 1996; Tilly, 1996; Tarrow, 2013), “invisibilidade feminina” (Perrot, 2007), “comunidade” (Fichter, 1920), “extrativismo” (Emperaire, 2000), “sistema social e simbólico” (Adomilli, 2009), “espoliação” (Harvey, 2005), “estrangeirização da terra” (Marques, 2012; Zoomers, 2010), “organização social dos grupos humanos” (Netto; Braz, 2006), “pedagogia decolonial” (Walsh, 2013, 2018; Mota Neto, 2015), “tradição e modernidade” (Giddens, 1991) e os “narradores anônimos”, chamados de griôs (Benjamin, 1994), além de “literatura oral” (Cascudo, 1984; Fernandes, 2003; Iser, 1999; Ricoeur, 1997).

Analisando o Quadro 6, a seguir, serão explorados os conceitos relacionados às comunidades tradicionais presentes nos estudos sobre a pesca artesanal. Nas análises subsequentes, comentaremos em blocos temáticos sobre os conceitos e autores que dialogam com várias áreas de conhecimento.

A partir da busca “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, foram encontrados 35 conceitos/grupos de conceitos obtidos nos resumos de teses e dissertações, abrangendo nove áreas do conhecimento. O Quadro 7 refere-se apenas a 25 conceitos e grupos de autores trabalhados por mais de um dos pesquisadores aqui estudados.

Quadro 6 - Conceitos_Pesca Artesanal AND Comunidades Tradicionais

CONCEITOS encontrados	MULTIDISCIPLINAR						CIÊNCIAS HUMANAS		
	DOUTORADO			MESTRADO			MESTRADO		
	SOCIOLOGIA POLÍTICA	COGNIÇÃO E LINGUAGEM	POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO	DIREITO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	POLÍTICAS SOCIAIS	ANTROPOLOGIA		EDUCAÇÃO
	Autora: Carmem de Brito - 2016	Autora: Manuela Manhães - 2019	Autora: Aikaterni Tisakaninka (2019)	Autora: Raquel Souza (2015)	Autora: Letícia Rocha (2017)	Autora: Rafaela Thies (2018)	Autora: Izabel da Silva (2013)	Autora: Carolina Bitencourt (2017)	Autor: Cícero Miranda (2015)
Novos movimentos sociais	(Gohn, 2007, Scherer-Warren, 1996) Escola de Frankfurt.		-	-	-	-	-	-	-
Cidadania ativa	(Benevides, 1998)		-	-	-	-	-	-	-
Memória social e coletiva	-	(Halbwachs, 1990)	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento social, sentimento de pertencimento.	-	(Bosi, 1994)	-	-	-	-	-	-	-
Estima social	-	(Prado, 2002)	-	-	-	-	-	-	-
Riscos individuais e globais	-	-	-	(Beck, 2006)	-	-	-	-	-
Comunidade	-	-	-	-	-	-	(Meyer, 1979)	-	-
Democracia participativa	(Rousseau, 1991, Miil, 1981, Luchmann, 2006	-	-	-	-	-	-	-	-
Democratização da gestão de recursos naturais	-	-	-	(PMNA, IBAMA)	-	-	-	-	-
Identidade cultural	-	(Candau, 2016)	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de eticidade	-	(Boas, 1994)	-	-	-	-	-	-	-
Processo de identificação	-	-	-	-	(Hall, 1997, 2011) (Adams, 2000)	-	-	-	-
Elementos diacríticos étnicos	-	-	-	-	(Schettino, 2014).	-	-	-	-
Identidade étnica	-	-	-	-	-	-	(Barth, 2000; Eriksen; Nielsen, 2007; O'dwyer, 2005; Poutignat; Streiff-Fenart, 1998).	-	-

Etnologia Afro-Indígena	-	-	-	-	-	-	-	(Goldman, 2015; Luciani, 2016), (Cunha, 2017)	-
Sistema socio-ecologico	-	-	(Issberner, 2017)	-	-	-	-	-	-
Antropoceno	-	-	(Padua, 2017)	-	-	-	-	-	-
Ecologia local	-	-	(Pretty, 2011, Newell, 2001)	-	-	-	-	-	-
Ambiente natural	-	-	-	-	-	-	-	(Deleuze,Guatarri(1995)	-
Pescarte (educação ambiental)	-	-	-	-	-	(Pescarte, 2013)	-	-	-
Pescador artesanal	-	-	-	-	-	(Silva, 2001), Maldonato (1986), Diegues (1983)	-	-	-
Matemática nos Espaços de Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	D'ambrosio (2011).
Política	Bobbio, 1992), (Locke, 2006)	-	-	-	-	-	-	-	-
Políticas públicas	-	-	-	-	-	-	(Rodrigues, 2010).	-	-
Mobilizações políticas	-	-	-	-	-	-	(Almeida, 2008)	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no CTD e na íntegra dos estudos citados. Pesquisas realizadas entre 19 de maio a 19 de junho de 2022.

As pesquisadoras das áreas de Sociologia Política, Cognição e Linguagem, Direito Ambiental e Políticas Públicas e Antropologia exploraram conceitos relacionados à coletividade. Brito (2016) dedicou-se a compreender os "novos movimentos sociais" pela perspectiva de Gohn (2007) e Scherer-Warren (1996), bem como o conceito de "cidadania ativa" de Benevides (1998). Manhães (2019) estudou a "memória social e coletiva", inspirada em Halbwachs (1990), o "reconhecimento social e o sentimento de pertencimento", segundo Bosi (1994), e a "estima social", conforme Prado (2002). Souza (2015) analisou os "riscos individuais e globais" na perspectiva de Beck (2006). E Silva (2013) estudou "comunidade" sob a ótica de Meyer (1979).

Conceitos relacionados à democracia foram analisados nas áreas de Sociologia Política e Direito Ambiental, por Brito (2016), a partir de seus estudos sobre "democracia participativa" (Miil, 1981; Luhmann, 2006; Rousseau, 1991), e por Souza

(2015), que examinou a questão da “democratização da gestão de recursos naturais” (PMNA, IBAMA, 2012).

O tema identidade foi abordado através de conceitos estudados nas áreas de Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social e Antropologia. Manhães (2019) trabalhou com os conceitos de “identidade cultural” (Candau, 2016) e “sistema de eticidade” (Boas, 1994). Rocha (2017) investigou o “processo de identificação” (Adams, 2000; Hall, 1997, 2011) e os “elementos diacríticos étnicos” (Schettino, 2014). Bitencourt (2017) dedicou-se a compreender a “etnologia afro-indígena” (Goldman, 2015; Luciani, 2016; Cunha, 2017). Silva (2013) também analisou o conceito de “identidade étnica” a partir das perspectivas de Barth (2000), Eriksen e Nielsen (2007), O’Dwyer (2005) e Poutignat e Streiff-Fenart (1998). Além disso, Bitencourt (2017) trabalhou com o conceito de “etnologia afro-indígena” segundo Goldman (2015), Luciani (2016) e Cunha (2017).

No que se refere ao meio ambiente, a pesquisadora Tisakaninka (2019) procurou compreender o “sistema sócio-ecológico” (Issberner, 2017), o “antropoceno” (Padua, 2017) e a “ecologia local” (Pretty, 2011; Newell, 2001). Bitencourt (2017) investigou o “ambiente natural” à luz de Deleuze e Guattari (1995). Tais estudos foram desenvolvidos nas áreas de Políticas Públicas e Estratégias e Desenvolvimento.

Embora os conceitos relacionados à pesca artesanal integrem todas as pesquisas que compõem os achados da busca “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, apenas os estudos nas áreas de Políticas Sociais e Educação destacaram, nos resumos apresentados, o conceito de pesca/pesca artesanal. Thies (2018) abordou o conceito de “pescador artesanal” sob a perspectiva de Silva (2001), Maldonado (1986) e Diegues (1983), e o de “educação ambiental pescarte”, pela ótica do grupo de estudos do Pescarte (2013). Miranda (2015) estudou a “Matemática nos Espaços de Pesca” com base em D’Ambrosio (2011).

Por fim, dentre os conceitos abordados em diversas áreas do conhecimento, identificou-se o conceito de política, destacado nas áreas de Sociologia Política e Antropologia. Brito (2016) abordou o conceito de “política” por meio das reflexões de Bobbio (1992) e Locke (2006), enquanto Silva (2013) estudou as “políticas públicas” sob a perspectiva de Rodrigues (2010) e as “mobilizações políticas” pela ótica de Almeida (2008) para desenvolver sua pesquisa.

A partir das análises realizadas neste grupo de achados, foi possível verificar que a temática das comunidades tradicionais traz aos estudos da pesca artesanal

reflexões conceituais relativas à coletividade, democracia, meio ambiente, pesca artesanal e política, abrangendo conceitos presentes em oito das nove áreas do conhecimento aqui abordadas: Sociologia Política, Cognição e Linguagem, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Direito Ambiental, Políticas Sociais, Antropologia e Educação.

Destaca-se também os outros 10 conceitos abordados pelos pesquisadores deste eixo temático, como: “falência da certeza absoluta científica” (Beck, 2006), “neo-institucionalismo” (Rocha, 2005), “invisibilidade imediata dos riscos da modernização” (Beck, 2006), “territorialidade fluvial” (Maldonado, 2000), “divisão sexual do trabalho” (Kergoat, 2003; Woortmann, 1992), “mitologia: mito e significado” (Levi-Strauss, 1978, 2008), “mito fato social” (Mauss, 2003), “etnooceanografia” (Moura, 2012), “teoria etnomatemática” (D’Ambrosio, 2008; Maika, 2011; Monteiro Júnior, 2001) e “influências no processo de construção de saberes” (Pinto, 2007).

Em relação aos conceitos presentes em ambas as chaves de busca, “pesca artesanal AND quilombola” e “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, destaca-se que o conceito de “identidade” foi trabalhado por dois grupos de pesquisadores, cada um em uma das chaves de busca.

Nas áreas de Sociologia e Antropologia, relacionadas aos estudos sobre quilombolas, o conceito de “identidade” foi apresentado sob a perspectiva de Hall (2011) e, no bloco de conceitos, “redefinição dos limites relacionais e identitários”, pela ótica de Tilly (1996) e Diani (1992).

Já nas áreas de Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social e Antropologia, relacionadas aos estudos sobre comunidades tradicionais, o tema identidade foi abordado em um grupo de conceitos, que incluía “identidade cultural” (Candau, 2016), “sistema de eticidade” (Boas, 1994), “processo de identificação” (Adams, 2000; Hall, 1997; 2011), “elementos diacríticos étnicos” (Schettino, 2014) e “etnologia afro-indígena” (Cunha, 2017; Goldman, 2015; Luciani, 2016).

Por fim, dentre os conceitos trabalhados em diversas áreas do conhecimento, identificamos o conceito de política, destacado nas áreas de Sociologia Política e Antropologia. Brito (2016) analisou o conceito de “política” através das reflexões de Bobbio (1992) e Locke (2006), enquanto Silva (2013) estudou as “políticas públicas” pela perspectiva de Rodrigues (2010) e “mobilizações políticas” sob a ótica de Almeida (2008) para desenvolver sua pesquisa.

Com base nas análises realizadas neste grupo de achados, foi possível verificar que a temática das comunidades tradicionais oferece reflexões conceituais relativas à coletividade, democracia, meio ambiente, pesca artesanal e política, abrangendo conceitos presentes em oito das nove áreas de conhecimento aqui abordadas: Sociologia Política, Cognição e Linguagem, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Direito Ambiental, Políticas Sociais, Antropologia e Educação.

Por último, menciona-se os outros 10 conceitos discutidos pelos pesquisadores deste eixo temático, tais como: “falência da certeza absoluta científica” (Beck, 2006), “neo-institucionalismo” (Rocha, 2005), “invisibilidade imediata dos riscos da modernização” (Beck, 2006), “territorialidade fluvial” (Maldonado, 2000), “divisão sexual do trabalho” (Kergoat, 2003; Woortmann, 1992), “mitologia: mito e significado” (Levi-Strauss, 1978, 2008), “mito fato social” (Mauss, 2003), “etnooceanografia” (Moura, 2012), “teoria etnomatemática” (D’Ambrosio, 2008; Maika, 2011; Monteiro Júnior, 2001) e “influências no processo de construção de saberes” (Pinto, 2007).

2.4 O registro audiovisual no contexto das pesquisas científicas sobre a pesca artesanal

Como observado, os aspectos do *estado da questão* até aqui abordados abrangeram análises específicas sobre as comunidades tradicionais da pesca artesanal e quilombola. Agora, buscará compreender o atual *estado da questão* relativo à utilização do registro audiovisual nos estudos universitários brasileiros.

O assunto é especialmente caro para nós, pois o audiovisual nesta pesquisa **não foi** utilizado apenas como um instrumento metodológico: ele compõe, de forma técnica e sensível, o próprio olhar da pesquisadora e suas observações. Portanto, parece-nos importante mensurar qual a relevância do estudo aqui proposto diante da atual produção acadêmica e, principalmente, de que forma ele contribui com novas abordagens científicas no campo da produção de conhecimento no âmbito das políticas sociais. Assim, buscou-se compreender: quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu para tais estudos?

Para iniciar as buscas sobre as temáticas “pesca artesanal”, “quilombos”, “audiovisual” e “políticas sociais”, elegeu-se três tipos de palavras-chave:

Quadro 7 - Tipos de palavras-chave

pesca artesanal AND audiovisual
pesca artesanal AND audiovisual AND quilombo
pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais

Fonte: Autoria própria (2025)

A escolha da chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual” se deu para contemplar estudos que tivessem a questão do audiovisual como central nas investigações relacionadas à pesca artesanal. A escolha da chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual AND quilombo” ocorreu para destacar, dentro dos estudos sobre pesca artesanal, aqueles que relacionam o audiovisual aos quilombos. Já a escolha da chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais” foi utilizada para contemplar os estudos sobre pesca artesanal que relacionam o audiovisual às políticas sociais.

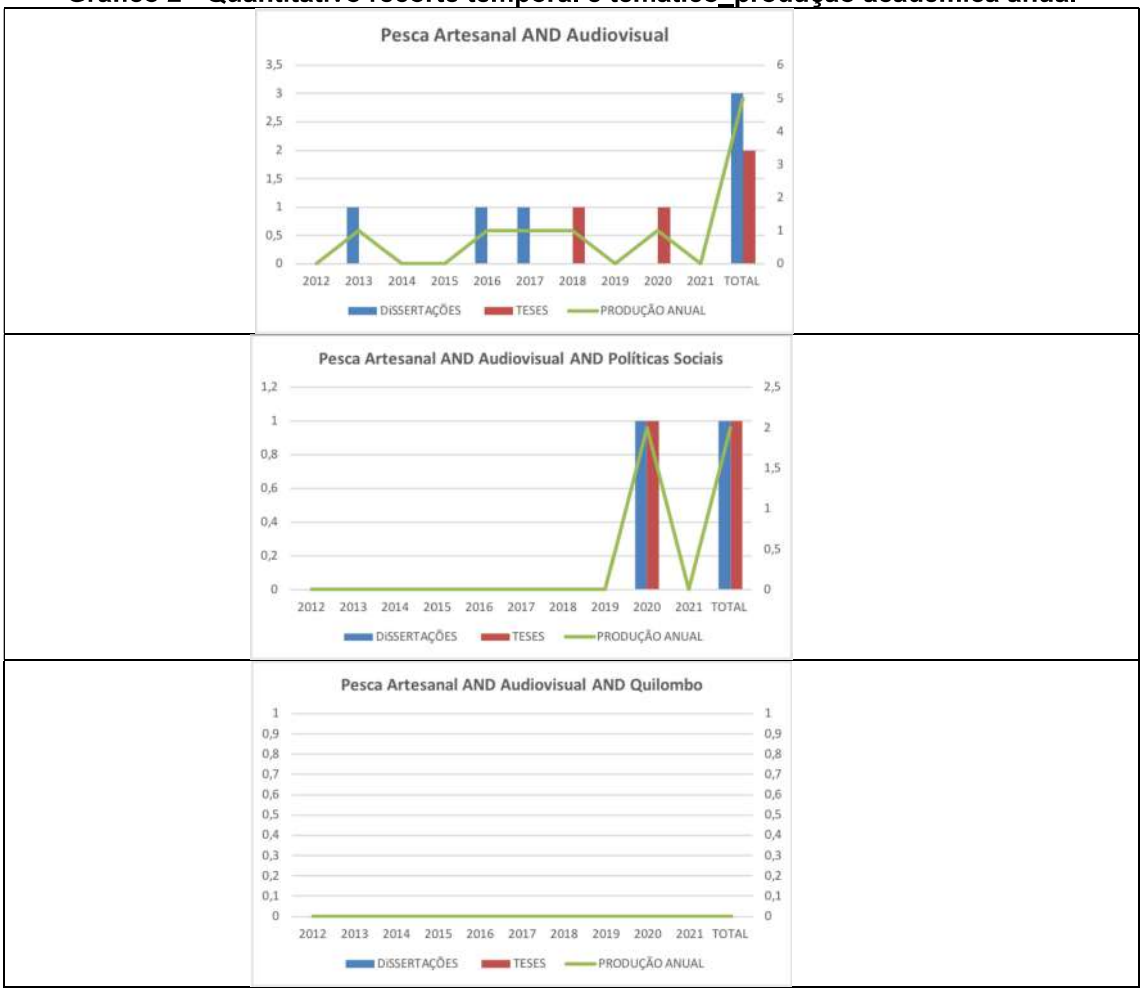
A partir das pesquisas realizadas no CTD, entre 20 de abril e 19 de maio de 2022, e dos resumos disponibilizados na plataforma Sucupira, a busca dessas palavras-chave gerou um universo de 35 estudos de mestrado e doutorado que utilizaram o audiovisual como suporte metodológico. Destes, 29 resultaram da busca geral “pesca artesanal AND audiovisual” e 07 da busca “pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais”. Destaca-se que **não houve resultado para a busca “pesca artesanal AND audiovisual AND quilombo**”.

Dentre os 35 estudos identificados, aplicou-se os critérios de fidelidade, exaustividade mútua, exclusão e objetividade, além de serem considerados os trabalhos publicados anteriormente à existência da plataforma Sucupira, em 2011, para concluir que somente sete estudos convergiam com o tema da pesquisa aqui proposto. Esses estudos advêm de quatro grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar e Ciências Agrárias. Os estudos citados integram as seguintes áreas de conhecimento: Sociologia (Doutorado em Sociologia), Políticas Sociais (Doutorado em Políticas Sociais), Ambiente (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Agronomia (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), Sociologia (Mestrado em Ciências Sociais), Comunicação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) e Ensino (Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde).

Analisando o Gráfico 2 “Quantitativo recorte temporal e temático - produção acadêmica anual”, comprova-se que é rara a utilização do audiovisual como suporte

metodológico nas pesquisas acadêmicas relacionadas à pesca artesanal, as quais têm sido pouco exploradas nos últimos 10 anos, mais precisamente entre 2012 e 2021.

Gráfico 2 - Quantitativo recorte temporal e temático_produção acadêmica anual



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES. Pesquisas realizadas entre 20 de abril a 19 de maio de 2022.

Nos estudos acadêmicos registrados no CTP, a busca “Pesca Artesanal AND Audiovisual” resultou apenas em cinco achados, os quais são esporádicos: três dissertações de mestrado defendidas, respectivamente, nos anos de 2013, 2016 e 2017, e duas teses de doutorado, defendidas em 2018 e 2020.

Já na busca “Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Políticas Sociais”, a presença do audiovisual é ainda mais restrita; no período citado, foram defendidos apenas dois estudos em 2020: um de mestrado e um de doutorado.

Em relação especificamente ao nosso estudo, que busca principalmente compreender a contribuição da cultura negra para a pesca artesanal, **a chave de**

busca "Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombo" não encontrou nenhuma pesquisa acadêmica brasileira que tenha utilizado o audiovisual nos últimos 10 anos. Essa constatação aponta um grau de inovação temática e metodológica presente nesta pesquisa, em comparação aos estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal realizados até 2022.

Buscando chegar ao último recorte do *corpus* analítico deste estado da questão, amparamo-nos nos critérios de fidelidade, mútua exclusão e proximidade das pesquisas resultantes para fazer um comparativo entre as duas chaves de busca: "pesca artesanal AND audiovisual" e "pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais". Assim, foram reavaliadas as áreas de conhecimento que seriam incluídas no escopo a ser estudado, excluindo as pesquisas que não estavam diretamente relacionadas à pesca artesanal nas áreas de geografia, meio ambiente, comunicação e agronomia. Esta exclusão foi feita justamente para afastar aquelas que não dialogam com as áreas de políticas sociais e educação étnico-racial, campos de conhecimento das autoras desta tese.

Desta forma, chegou-se a um *corpus* analítico final, composto por três pesquisas acadêmicas. Elas advêm das grandes áreas de Ciências Humanas e Multidisciplinar e integram as seguintes áreas de conhecimento: Doutorado em Sociologia, Mestrado em Ciências Sociais e Doutorado em Políticas Sociais.

Quadro 8 - Produção acadêmica segundo grande área, área de conhecimento, instituição educacional e ano de finalização do estudo

Pesca Artesanal AND Audiovisual + Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombo_escopo CIÊNCIAS HUMANAS e MULTIDISCIPLINAR						
NÍVEL	**GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**TOTAL**	**UNIVERSIDADE**	**ANO**
Doutorado						
	Ciências Humanas	1	Sociologia	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2018
	Multidisciplinar	1	Políticas Sociais	1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	2020
Mestrado						
	Ciências Humanas	1	Ciências Sociais	1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	2016
TOTAL				**3**		

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES. Pesquisas realizadas entre 20 de abril a 19 de maio de 2022.

Analisando o Quadro 8 “Produção acadêmica segundo grande área, área de conhecimento, instituição educacional e ano de finalização do estudo”, identificamos que os estudos citados foram realizados nos anos de 2016, 2018 e 2020, em universidades públicas estaduais e federais. Essas universidades estão situadas na região Sudeste (Vila Velha, ES, e Campos dos Goytacazes, RJ) e na região Nordeste (Fortaleza) do Brasil, localizando-se próximas à costa atlântica, onde há prevalência da atividade de pesca artesanal.

Buscando responder à questão 4, “Quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu para tais estudos?”, criou-se a próxima categoria analítica, esquematizada no Quadro 9.

Quadro 9 - Estado da Questão_sujeitos da pesquisa, audiovisual e metodologia

ESTADO DA QUESTÃO: análise_Pesca Artesanal AND Audiovisual								
GRANDE AREA DE CONHECIMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE	ANO	AUTORES e TÍTULOS	SUJEITOS DA PESQUISA	LOCAL	PALAVRAS CHAVE	METODOLOGIA
Doutorado								
CIENCIAS HUMANAS	SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2018	LIMA, MARIA SIMONE DE OLIVEIRA. Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe.	Pescadores artesanais do Mucuripe.	Mucuripe, litoral leste da cidade de Fortaleza, CE.	Pesca artesanal; Etnografia;Pesca marítima; Periferia urbana.	O registro audiovisual, a entrevista direta e a observação participante se articulam como estratégia metodológica da pesquisa. Falar do Mucuripe é pensar seus limites históricos e socioculturais.
Mestrado								
CIENCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	2016	IZOTON, JOAO PAULO LYRIO. Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho, Aracruz-ES.	Situação da pesca artesanal em face dos grandes projetos de desenvolvimentos na Barra do Riacho, localidade de Aracruz – Espírito Santo.	Barra do Riacho, Aracruz-ES.	Pesca artesanal; Desenvolvimento; Grandes projetos; Barra do Riacho; Espírito Santo.	Composta por uma parte escrita e uma audiovisual, também discute alguns limites e possibilidades do uso dessas ferramentas pelas Ciências Sociais.

ESTADO DA QUESTÃO: análise_Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Políticas Sociais								
GRANDE AREA DE CONHECIMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE	ANO	AUTORES e TÍTULOS	SUJEITOS DA PESQUISA	LOCAL	PALAVRAS CHAVE	METODOLOGIA
Doutorado								
MULTIDISCIPLINAR	POLITICAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	2020	RIBEIRO, NATALIA SOARES. GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: ARTE, GÊNERO E MODO DE VIDA EM ARRAIAL DO CABO.	Papel das mulheres nas expressões culturais da pesca artesanal em Arraial do Cabo (RJ), principalmente no que concerne às ações vinculadas à gastronomia e ao artesanato.	Arraial do Cabo (RJ)	Pesca; Arte, Gênero; Cultura; Modos de Vida.	A partir de uma investigação qualitativa, a metodologia utilizada, além da revisão bibliográfica sobre o tema, a qual já aponta para uma carência em relação ao enfoque que atrele o modo de vida pesqueiro ao debate de gênero, arte e cultura, se pautou em observações de campo; entrevistas semiestruturadas com os atores sociais; produção de registros audiovisuais que pudessem devolver os resultados da pesquisa ao público estudado e fomentar a discussão da referida temática, subsidiando políticas culturais/sociais de reforço às expressões culturais e as formas de vida da pesca artesanal.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos resumos disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES. Pesquisas realizadas entre 20 de abril a 19 de maio de 2022.

Os achados descritos no Quadro 9, “Estado da Questão: sujeitos da pesquisa, audiovisual e metodologia”, apresentam três estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia. Esses estudos foram encontrados na Plataforma Sucupira e defendidos entre 2011 e 2021, sendo que dois deles foram identificados pela chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual”: uma dissertação e uma tese, ambos da grande área das Ciências Humanas. O outro, trata-se de uma tese pertencente à grande área multidisciplinar e é um achado presente tanto na chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual” quanto na chave “pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais”. Esses estudos foram realizados, respectivamente, em universidades federais dos estados do Espírito Santo (2016) e do Ceará (2018), nos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Sociologia, e em uma universidade estadual do norte do estado do Rio de Janeiro (2020), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais.

No âmbito da pesca artesanal, identificou-se em 2016 o primeiro estudo acadêmico brasileiro a utilizar o audiovisual como ferramenta de pesquisa. Trata-se da dissertação de João Paulo Lyrio Izoton (2016), intitulada “Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho”. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, a pesquisa aborda principalmente os temas pesca artesanal, desenvolvimento e grandes projetos, buscando compreender a situação da pesca artesanal em Barra do Riacho, localidade de Aracruz, ES, diante dos grandes projetos de desenvolvimento.

Em 2018, tem-se a tese de Maria Simone de Oliveira Lima, intitulada *Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. O estudo enfoca os temas pesca artesanal, etnografia, pesca marítima, periferia urbana, e a pesquisa de campo foi realizada com os pescadores artesanais do Mucuripe, litoral leste da cidade de Fortaleza, CE.

Em 2020, Natália Soares Ribeiro defendeu a tese intitulada *GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: Arte, Gênero e Modo de Vida em Arraial do Cabo*. O estudo advém da grande área multidisciplinar, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, RJ, e se destaca na chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual AND

políticas sociais" como a única pesquisa científica brasileira[12] sobre pesca artesanal, no contexto das políticas sociais, que utiliza o audiovisual como ferramenta metodológica. As temáticas principais do estudo são a pesca, a arte, o gênero, a cultura e os modos de vida, buscando compreender o papel das mulheres nas expressões culturais relacionadas à pesca artesanal realizadas em Arraial do Cabo (RJ), especialmente no que se refere às suas ações vinculadas à gastronomia e ao artesanato.

Além disso, tentou compreender "de que forma o registro audiovisual contribuiu para as pesquisas acadêmicas relacionadas à pesca artesanal". Dentro desse raciocínio, questionou-se: o audiovisual seria apenas um instrumento metodológico, ou o registro das imagens em movimento possibilitou aos estudos citados um outro tipo de percepção, análise e interação social? Afinal, de que forma o audiovisual está contribuindo para os estudos científicos?

Dentre os vários objetivos da dissertação "Pesca Artesanal e Industrialização na Barra do Riacho, Aracruz – ES", do mestre em Ciências Sociais João Paulo Izoton (2016), interessa-nos destacar sua proposta de discutir os limites e possibilidades do uso, pelas Ciências Sociais, do texto escrito, da imagem e do som como ferramentas complementares para a interpretação e o entendimento do contexto da pesquisa proposta. Além da dissertação, resultou de sua pesquisa de campo o vídeo *Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho* (João Paulo Izoton, 13'29"[13], 2015, ES), realizado em parceria com o Grupo de Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES)[14] e disponibilizado gratuitamente em uma rede social mundial.

Izoton utilizou a narrativa audiovisual documental não somente para evidenciar a voz dos sujeitos de sua pesquisa, mas também para criar uma atmosfera de Simpatia, proximidade e identificação entre o pesquisador e os pescadores. Para ele, a certeza da difusão midiática do resultado dessa experiência de registro audiovisual parece ter convencido os pescadores de sua utilidade funcional como pesquisador, facilitando, inclusive, suas incursões posteriores a campo, incluindo o uso da câmera. A ponto de chegar a estas conclusões:

---

[12] Defendida entre o período 2012 e 2021 e registrada no CTP.

[13] Marcação de tempo na linguagem audiovisual. A aspa simples é relativa aos minutos. A aspa dupla, relativa aos segundos. Leia-se: treze minutos e vinte e nove segundos.

[14] Acesso pelo link https://youtu.be/-GzAM6BYIeY.

> Acredito que esse esforço para contar o drama desenvolvimentista de Barra do Riacho utilizando de diferentes linguagens e meios - texto, imagem e som - torna o entendimento do cenário mais completo, de mais fácil consumo e difusão, que apenas um texto escrito.
>
> [...] Ao passo que o texto acadêmico seja de difícil distribuição e consumo, entendo que a fotografia e o audiovisual são vetores mais dinâmicos de dispersão da informação e mesmo ciente dos limites e riscos dessa dispersão, me vejo junto com os sujeitos dessa pesquisa, disposto a pagar o preço deste risco.
>
> Neste sentido, concordo com CAYUBI que diz que: "se o texto acadêmico e, em especial, a escrita etnográfica passaram por uma acirrada revisão por parte dos chamados autores pós-modernos, talvez nossas experiências de técnicas narrativas que incorporem a imagem – fixa e em movimento – possam contribuir para uma forma de divulgação do conhecimento que seja menos autoritária, mais interativa e talvez mais evidente no seu processo de reconstrução da realidade que se quer revelar. Que fique bem clara minha posição de que as imagens não substituem o texto, contrariando o dito popular que diz que uma imagem vale por mil palavras. Elas podem, e devem aliar-se ao texto, penetrá-lo numa relação mais íntima, deixando de ocupar o apêndice de nossas publicações" (Cayubi, 2009, p. 44).
>
> Faço isso não por me considerar um fotógrafo talentoso ou um vídeo documentarista promissor que merece ser assistido por um capricho estético, mas sim por entender que a realidade sobre a qual se assentam essas reflexões – acadêmicas e imagéticas – são caras à realidade dos pescadores da Barra do Riacho, aos habitantes do Espírito Santo e, por que não, do Brasil, tendo ciência que processos semelhantes se repetem por toda essa extensão territorial (Izoton, 2016, p.61 e 62).

A partir das reflexões de Izoton, será realizada uma pausa para um parêntese reflexivo. Propor um exercício prático para ilustrar as percepções de que o audiovisual "torna o entendimento do cenário mais completo, de mais fácil consumo e difusão do que apenas um texto escrito" (Izoton, 2016, p. 61). Percebe-se as diferenças de significados e inferências sensoriais proporcionadas, de um lado, pela leitura de um texto e, de outro, pelas imagens audiovisuais, acompanhadas de movimento e som.

Iniciou-se pela descrição textual. Perceba quais tipos de sensações você sentirá ao descrevermos textualmente a seguinte situação: no vídeo *Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho*, durante 49 segundos, na cena compreendida entre o tempo 1'34" e 2'23", é apresentado o pescador Ademar Miranda[15], que, na época (2015), tinha 60 anos. Ele usa um calção verde e uma camisa polo listrada em

[15] Entrevista retirada do vídeo Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho, entre o tempo 1'34" e 2'23". (MIRANDA, Ademar. Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho. [S.l.]: 12 de mar. 2016. 1 vídeo (13min 29s). Publicado pelo jplizotube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Den1gNTRxus&t=750s. Acesso em: 12 abr. 2023.

cores branco e verde em dois tons degradê. Está sentado na proa de um barco a remo, ancorado no cais, à margem de um rio.

Miranda (2015) diz que é filho e neto de pescador e conta como a plantação de eucaliptos na região, em nome do "desenvolvimento", desapropriou sua família e acabou com a pesca no local. Ele menciona que seu avô "chegou a pescar nas canoas. Deixava na praia e ia ao mar. Acabou tudo. Nóis mesmo (...) quando era pequeno tinha um terreno lá (...) e aí nós fomo obrigados" (Miranda 2015) após essa fala, a imagem de Ademar desaparece e surgem imagens da plantação de eucalipto], "porque eles ficavam amedrontando a gente, dizendo que iam plantar eucalipto em volta de tudo e que, se a gente ficasse no terreno, ia ficar sem poder sair de lá. Aí o pessoal, a maior parte, vendeu todos os terrenos, e meu pai teve que vender também" (Miranda 2015). Depois, volta a imagem de Ademar e, sem aparecer, a voz de Izoton pergunta:

- "E quantos irmãos você tinha?
- "Era mais ou menos 9 irmãos" - Ademar responde.
- "E os seus irmãos vinham pescar?" - Izoton acrescenta.
- "Sim, todo mundo da pesca" - Ademar responde.

Agora, se propõe vivenciar os elementos sensoriais advindos da experiência audiovisual. Sugere que acesse o link "https://youtu.be/-GzAM6BYIeY" e assista ao trecho do vídeo entre os tempos 1'34" e 2'23".

Figura 2 - Frame[16] do tempo 1'35" do vídeo "Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho"



Fonte: Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho. Direção, roteiro e fotografia: João Paulo Izoton. Espírito Santo, 2015. Disponível em: https://youtu.be/-GzAM6BYIeY. Acesso em: 12 abr.2023.

[16] Nota das autoras: frame é o nome técnico para um "quadro de vídeo", ou seja, para cada uma das imagens fixas de um produto audiovisual.

A Figura 2 é a imagem do pescador Ademar Miranda, detalhada na descrição textual feita no parágrafo anterior. Tecnicamente, trata-se de um plano médio, com câmera fixa e frontal. Essas imagens que você vê ao assistir ao trecho solicitado são idênticas às imagens mentais que você mesmo criou quando fizemos a descrição textual? O pescador e o local onde essa imagem foi capturada se parecem com o que você imaginou? Muito provavelmente, não. Essa discrepância entre a imagem mental e a imagem real ocorre porque a interpretação e a criação de sentidos dependem exclusivamente do arcabouço de conhecimento da pessoa interpretante. Dito de outra forma, se você conhecesse pessoalmente o pescador Ademar e o local onde ele vive, as imagens mentais que você criaria teriam mais chances de se parecer com as imagens registradas em vídeo.

Por outro lado, ao assistir ao vídeo, será que, de algum modo, você conseguiu acessar de forma mais sensorial a angústia do pescador Ademar diante do avanço nefasto do "desenvolvimento" em seu território? Provavelmente, sim. Isso se deve ao fato de que as imagens em movimento, juntamente com o áudio, criam a percepção de uma espécie de simulacro do mundo real. Assim, mesmo que reproduzida virtualmente, a leitura dessa narrativa provavelmente potenciaria seu sentimento de empatia em relação à angústia pela perda de território e do próprio meio de vida ao qual o pescador se refere.

Sobre essa propriedade de acesso à emoção proporcionada pela tradução de significados no ambiente audiovisual, encontra-se uma reflexão do antropólogo e cineasta Marc Piault[17], em seu livro *A Antropologia & Cinema*. Piault considera que a narrativa audiovisual possibilita uma "coloração cultural específica". Para além das limitações de interpretação pré-definidas pelo formato de um texto escrito, a narrativa audiovisual documental, utilizada como instrumento de investigação etnográfica, com sua sucessão de imagens em movimento aliadas ao som ambiente, permite "contextualizar a emoção como um instrumento de comunicação e linguagem". Mas, antes de tudo, é um meio de experimentação da realidade "desembocado sobre uma real investigação epistemológica" (Piault, 2018, p. 49 e 50). Ou seja, tem-se elementos

[17] Marc Piault (1933 a 2020) foi discípulo e parceiro do cineasta e etnólogo francês Jean Rouch (1917 a 2004), um expoente diretor do cinema direto e criador do gênero etnoficção.

para afirmar que a vivência audiovisual proporciona ao seu interlocutor uma experiência sensorial mais potente do que a textual. Fecha parêntese.

Na tese *Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe*, a doutora em Sociologia, Maria Simone de Oliveira Lima (2018), também enfatiza a importância da produção audiovisual como elemento essencial para revelar o campo de sua pesquisa. Ela a utiliza como estratégia metodológica de engajamento comunitário, destacando também a importância da formação prévia em produção audiovisual dos sujeitos da pesquisa, ocorrida antes do período do referido estudo.

Sua proposta acadêmica é analisar o universo em que se inserem os pescadores e pescadoras artesanais de Mucuripe, um território situado no espaço urbano de Fortaleza, também explorado pelo turismo e pela especulação imobiliária. Em sua pesquisa científica, o audiovisual foi utilizado como instrumento metodológico, tanto para a preparação quanto para a própria pesquisa de campo, realizada com entrevistas diretas, observação participante e registro audiovisual. As gravações em vídeo ocorreram entre 2010 e 2016.

O material audiovisual utilizado como preparação para a pesquisa de campo foi produzido entre 2004 e 2009, em Mucuripe, sob a coordenação de Lima (2018), quando atuou como educadora social da ONG Instituto de Referência da Imagem e do Som e gestora e professora da ONG Aldeia. Neste último local, coordenou as atividades de formação audiovisual e ministrou oficinas de roteiro audiovisual no Projeto Escola de Mídia e no Cineclube Farol. Tratam-se de entidades da sociedade civil especializadas em comunicação e audiovisual. Elas atuam na região com projeções de vídeos destinados a crianças e adolescentes de escolas locais, orientações de prevenção a DST/Aids para adolescentes e jovens, e atividades de educação não formal através de oficinas e cursos voltados para a produção audiovisual. Lima relata de que forma percebeu o impacto desse trabalho:

> [...] as imagens audiovisuais autorreferenciadas, criadas por jovens moradores do Mucuripe, são relevantes para ilustrar e compreender o universo da pesca artesanal. A convivência e os encontros recorrentes com jovens *videomakers*, filhos de trabalhadores da pesca artesanal do Mucuripe, despertou o olhar para o universo em que se mobilizam os jovens, seus pais, mães e parentes.
>
> As ações de inclusão sociocultural e a produção de imagens resultaram em consistente produção videográfica que evidencia processos participativos de "autorrepresentificação" e ressaltaram a necessidade de narrar seus modos de viver, de trabalhar e, em especial, de se distinguir dos mundos que conformam a vida e o cotidiano da orla da praia, da Avenida Beira-Mar. Assim,

> a vida na cidade emerge sob a perspectiva desses seus moradores (Lima, 2018, p. 27- 28).

O material audiovisual utilizado por Lima como referência para a preparação da pesquisa de campo foi escolhido em um universo de 30 vídeos realizados pelos estudantes do Projeto Mídia Escola. Dentre estes, destacou uma série de quatro documentários:

> **"Os que trazem o peixe"** (15')[18], narrado por pescadores, descrevendo as atividades, o comércio e a pesca artesanal; **"Mulheres"** (15'), que trata dos depoimentos de marisqueiras, labirinteiras, pescadoras, esposas, mães e donas de casa sobre seus mundos, e em especial sobre as ausências dos esposos quando estão embarcados; **"Barracão"** (16')[19], com o cotidiano dos pescadores, nas areias da beira-mar, onde trabalham e descansam, almoçam, jogam dominó, contam suas histórias na pesca e histórias do bairro; e **"Procissão"** (15'), com a festa e a procissão no mar em homenagem a São Pedro, a fé e devoção dos pescadores. Os vídeos foram gravados em 2005. Esses vídeos foram a principal referência para revelar o campo desta pesquisa (Lima, 2018, p. 27).

Outro aspecto do estudo a ser destacado é o fato de que a equipe audiovisual contou com um componente oriundo da comunidade pesquisada, e o poder de identificação que tal presença gera. O contexto do relato a seguir ocorreu em 2004, na Escola Bárbara de Alencar, em uma sala de aula com 30 jovens ávidos para aprender a usar a câmera de vídeo. Trata-se do depoimento de Manoel, que na ocasião tinha 17 anos, e da reflexão sobre o impacto de sua presença no resultado final do registro audiovisual:

> Larguei a pesca para fazer vídeo, por isso estou aqui" [...] O jovem – filho, neto e bisneto de pescadores, fato comum entre os jovens ali presentes – era o único que conhecia o saber da pesca e da vida no mar. A maioria dos jovens pouco se importava com as atividades de familiares. A voz de Manoel provocou mais que um depoimento emocional. Transformou-se em ideia de fazer roteiros com temáticas envolvendo os pescadores e suas famílias, fato que se concretizou efetivamente com a realização de uma série documental em vídeo, que marcou a entrada da Aldeia na comunidade – mas, especialmente, deixou um registro significativo da história recente do mundo da pesca por seus protagonistas, pescadores e seus descendentes, jovens realizadores em audiovisual (Lima, 2018, p. 26).

O processo de produção da tese de Lima se confunde com sua própria história de vida, na qual o audiovisual tem grande relevância. Ela conta que a pesquisa de

---

[18] "Os que trazem o peixe" (15'). Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=ZIYqhXpYtkk.
Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=vHr0IQIu1w8.
[19] Barracão (15') https://www.youtube.com/watch?v=Kip_KmgY3oA.

campo realizada com registro audiovisual começa muito antes de começar o doutorado, abrangendo um longo período de tempo. O material produzido nesse percurso foi "o ponto de partida e suporte para o retorno ao campo, reiniciado em maio de 2011, com a elaboração de roteiros das primeiras entrevistas etnográficas com os sujeitos da pesquisa" (Lima, 2018, p. 34). Essa combinação de instrumentos metodológicos - registro audiovisual, fotográfico e anotações em seu diário de campo - proporcionou-lhe um olhar mais detalhado das situações e realidades observadas em campo:

> Acompanhei e registrei festas e quermesses de Nossa Senhora da Saúde; a procissão de São Pedro, no Mucuripe, em 2005, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2017. [...] Narro aqui experiências singulares que se traduzem e expressam em experiências do vivido, nos espaços onde trabalham e moram pescadores artesanais do Mucuripe, zona leste de Fortaleza. [...] Há registros dos depoimentos gravados, as imagens fotográficas e videográficas, além de anotações pessoais de campo. [...] Os registros foram captados em espaços domésticos, na Beira-Mar, em embarcações, espaços públicos, ruas, praças, escolas, entre moradores do Beco dos Cará, da Travessa São João, da Rua Primavera, da Av. dos Jangadeiros, do Córrego das Flores, enfim, entre espaços e objetos, na convivência cotidiana com pescadores, mulheres, filhos, parentes, vizinhos e moradores da área. São eles mestres do mar, artífices e artesãos, usam jangada e equipamentos rústicos na captura do peixe, são marisqueiras, rendeiras, donas de casa, labirinteiras e mestres que ensinam relações sustentáveis com a natureza, tecem fios da memória coletiva, inventores de histórias encantadas do mar, histórias pessoais, e dizem tantas coisas que se desconhecem e, por isso mesmo, vale a pena permanecer perto deles.
> [...] De posse de vasto e diversificado arquivo de informações, vislumbro a possibilidade de reconstituição de parte da história do percurso dos pescadores pela orla leste e de fatos relativos à atividade da pesca, bem como modos de ocupação e residência no espaço litorâneo (Lima, 2018, p. 35-36).

Na tese de Lima, diferentemente da dissertação de Izoton, os registros audiovisuais não geraram um vídeo editado. No entanto, da mesma forma, tanto na tese quanto na dissertação, foi reiterado o fato de que o uso da câmera videográfica é percebido como um dispositivo dialógico e potencializador de uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa. Os registros audiovisuais também geraram um rico banco de dados para a tese, possibilitando a redação de relatos detalhados distribuídos no corpo do estudo, bem como um "exame circunstanciado" do campo da pesquisa, que levou em conta não somente os instrumentos metodológicos, mas também como esses se alinham com "a qualidade moral da experiência dos cientistas sociais atuantes, e a vida ética que levam enquanto fazem suas pesquisas" (Geertz, 2001, p. 31 *apud* Lima, 2018, p. 36).

Já no âmbito da grande área multidisciplinar, tem-se a tese defendida em 2020 pela doutora Natália Soares Ribeiro, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, intitulada *GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: Arte, Gênero e Modo de Vida em Arraial do Cabo*. A tese integra uma pesquisa maior, intitulada *Saberes e Fazeres das Comunidades Pesqueiras da Região dos Lagos - RJ*, uma das 28 linhas de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental Pescarte, e propôs utilizar o registro audiovisual não somente como um instrumento metodológico da pesquisa de campo, mas também como forma de "devolver os resultados da pesquisa ao público estudado e fomentar a discussão da referida temática, subsidiando políticas culturais e sociais de reforço às expressões culturais e às formas de vida da pesca artesanal" (Ribeiro, 2020, p. 4).

Para além dos objetivos acima ressaltados, o registro audiovisual, no âmbito dos instrumentos metodológicos da referida pesquisa, também serviu como suporte técnico para estruturar as observações de campo e a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa dessa investigação qualitativa. A pesquisadora se propôs a gravar, filmar, fotografar e documentar todas as entrevistas e todos os eventos de expressões culturais, com o objetivo de produzir um material audiovisual que gerasse quatro documentários sobre a história da comunidade pesquisada. Também planejou enviar os documentários para "órgãos culturais e escolas do município como forma de fomentar novas políticas culturais para essa população" (Ribeiro, 2020, p. 10).

A ideia era, com o registro audiovisual, pontuar a contribuição feminina no modo de vida da pesca artesanal como guardiãs das tradições em Arraial do Cabo (RJ), como responsáveis pela transmissão de saberes e fazeres. Elas trazem, por meio da cozinha, da limpeza do pescado e da produção de alimentos à base de peixe, além da produção de artesanato (rendas de bilro e bijuterias), uma nova visibilidade da pesca artesanal. Uma visibilidade que passasse pela redefinição do papel feminino na comunidade pesqueira, frente à percepção de que "a pesca não sobrevive apenas por ser uma atividade econômica; outros elementos participam da sua sustentação e ajudam a moldar estratégias de enfrentamento ao próprio turismo e à pesca industrial" (Ribeiro, 2020, p. 4).

Para isso, Natália Ribeiro realizou 12 entrevistas em vídeo nas "cooperativas de mulheres, tanto da Prainha, a 'Sol, Salga e Arte', quanto 'Mulheres Nativas' da Praia Grande [...]. Além disso, Jacilda, Jenilce e Dona Ilza, rendeiras de bilro, também

fazem parte desse escopo, bem como os mestres barqueiros" (Ribeiro, 2020, p. 11). Infelizmente, a proposta de finalizar o material registrado em quatro documentários não se consolidou durante seu percurso no doutorado. Como forma de devolutiva para a comunidade, o material bruto do registro audiovisual, realizado em vídeo HD, foi entregue aos representantes dos pescadores artesanais contatados. A ideia de repassar o material bruto a eles era possibilitar que produzissem um produto audiovisual de forma autônoma, imprimindo na edição o seu olhar e suas próprias expressões.

Em relação à edição dos quatro vídeos propostos, Ribeiro informa que "foi criada uma parceria junto à Unidade Experimental de Som e Imagem da UENF (UESI/UENF)" para que o material audiovisual fosse produzido e transformado em DVDs, CDs, textos didáticos e fotografias. Porém, devido às restrições de contato impostas pela pandemia da Covid-19, essa proposta não chegou a se concretizar. Consequentemente, não foi possível "devolver os resultados da pesquisa ao público estudado e fomentar a discussão da referida temática, subsidiando políticas culturais e sociais de reforço às expressões culturais e às formas de vida da pesca artesanal" (Ribeiro, 2020, p. 4).

2.5 Considerações Finais sobre o *Estado da Questão*: comunidades tradicionais e quilombo

A pesca artesanal é um universo muito amplo para a produção de conhecimento acadêmico brasileiro. Se fizermos uma busca livre no CTD, facilmente verificaremos que, ao longo dos últimos 35 anos - ou seja, de 1987 a 2022 - a pesca artesanal foi tema de 8.494 estudos de pós-graduação.

Por isso, vale ressaltar que não nos propomos a inferir sobre a amplitude das pesquisas científicas brasileiras relacionadas à pesca artesanal, nem mesmo a citar os estudos mais relevantes sobre o tema. Buscou somente compreender quais foram as abordagens dos estudos que relacionam a pesca artesanal com as comunidades tradicionais e os quilombos, e como o registro audiovisual está presente nesses estudos. Para isso, elegemos como palavras-chave de busca no CTD os termos "pesca artesanal AND quilombo", "pesca artesanal AND comunidades tradicionais", "pesca artesanal AND audiovisual", "pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais" e "pesca artesanal AND audiovisual AND quilombo".

Essas buscas resultaram em 403 pesquisas acadêmicas. Quando incluído o recorte temporal (2011 a 2021) como critério de descarte, o *corpus* desta análise foi reduzido para 105 estudos. Ao aplicar os critérios de fidelidade, exaustividade mútua, exclusão e objetividade, chegou-se a um *corpus* analítico composto por 20 pesquisas: 17 relacionadas à pesca artesanal, comunidades tradicionais e quilombos, e três relacionadas à pesca artesanal, audiovisual, políticas sociais e quilombo. Elas foram produzidas entre 2012 e 2021, em duas grandes áreas de conhecimento: multidisciplinar e ciências humanas.

Na categoria de grande área multidisciplinar, foram agrupados sete estudos das áreas de conhecimento de Cognição e Linguagem, Desenvolvimento Social, Direito Ambiental, Políticas Públicas, Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento, Políticas Sociais e Sociologia Política. Na categoria de grande área de ciências humanas, foram agrupados 13 estudos das áreas de conhecimento da Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Educação e Contemporaneidade, Educação e Cultura, Linguagens e Representações, e Sociologia.

Retomando a proposta desta reflexão específica, que é contribuir com a compreensão sobre a produção de estudos formais e não formais dedicados a duas comunidades tradicionais - os pescadores artesanais e os quilombolas – importante relembrar as questões orientadoras da presente investigação:

- Quais são os temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e enquanto quilombolas?
- Quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas?
- Quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos sobre a pesca artesanal, componentes da produção científica desenvolvida entre 2011 e 2021?
- Quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu para tais estudos?

As respostas das questões 1, 2 e 3 foram desenvolvidas exclusivamente para as chaves de busca “pesca artesanal AND quilombo” e “pesca artesanal AND comunidades tradicionais”, onde se analisou 17 estudos científicos, quatro de doutorado e 13 de mestrado. Já a pergunta 4 foi respondida com os achados das chaves de busca “pesca artesanal AND audiovisual”, “pesca artesanal AND

audiovisual AND políticas sociais" e "pesca artesanal AND audiovisual AND quilombo", onde foram analisados três estudos científicos, dois de doutorado e um de mestrado.

Respondendo à primeira pergunta do *estado da questão* aqui proposto - **quais são os temas das pesquisas relacionadas à pesca artesanal enquanto uma comunidade tradicional e enquanto quilombolas? –** identifica-se que as abordagens dos estudos brasileiros sobre a pesca artesanal, especificamente as que relacionam os temas quilombos e comunidades tradicionais, abrangem reflexões sobre: territorialidade, participação política, identidade, gênero e a compreensão de como os elementos mitológicos e memoriais influenciam os modos de vida.

Identificou-se também que as questões identitárias, territoriais, mercadológicas, memoriais, educativas descolonizadoras, de participação política, de relações sociais, saberes e fazeres, saberes femininos e ancestrais são contribuições dos estudos quilombolas para o campo da pesca artesanal.

Por outro lado, as reflexões sobre comunidades tradicionais ficaram autocentradas na própria pesca artesanal. Elas foram direcionadas à compreensão da atuação coletiva dos pescadores e das pescadoras em instâncias representativas, bem como em assuntos relacionados à memória coletiva e reconhecimento social, articulação institucional e governança dos recursos naturais, atuação feminina nas articulações políticas e representativas, como o ensino da matemática pode estar associado à vida cotidiana e de que forma a tributação ambiental impacta a vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

Em relação à pergunta 2 - **quais são os sujeitos das pesquisas e onde estão situadas as comunidades pesquisadas? –** obteve-se a seguinte resposta: o primeiro grupo de sujeitos da pesquisa identificado foi composto por sete quilombos estudados, que, em sua maioria, estão localizados no nordeste brasileiro: comunidade quilombola Serra das Viúvas, Água Branca, AL; Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo de Acupe, Santo Amaro, BA; comunidade quilombola do povoado Boqueirão da Arara, CE; comunidade quilombola de Helvécia, BA; povoação de São Lourenço, Goiana, PE; comunidade Castanhal do Mari-Mari, Ilha de Mosqueiro, Belém, PA; quilombo de Braço Forte, Salto da Divisa, MG.

Além disso, foram estudadas cinco comunidades da pesca artesanal, localizadas nas regiões norte, nordeste, sudeste e sul: Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas, Cametá, PA; pescadores, pescadoras artesanais e

marisqueiras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Martelo e Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador, BA; comunidades tradicionais pesqueiras de Arraial do Cabo, RJ; Comunidade Caraíbas, Pedras de Maria da Cruz, MG; pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-3, Lagoa dos Patos, Pelotas, RS; pescadores do Projeto Educação para Pescadores, Rio Grande, RS.

Além disso, quatro estudos de caso foram sujeitos de pesquisa: as relações de trabalho das mulheres na pesca artesanal e o processo de participação e representação democrática feminina durante a criação e consolidação do Grupo Gestor da Pesca Artesanal do Pescarte, em Campos dos Goytacazes - RJ; o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), organizado nos seguintes estados: AC, AM, PA, PE, PB, CE, AL, RN, MA, PI, BA, MT, MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS; o arcabouço institucional da governança de recursos naturais em municípios litorâneos do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo vários atores: pescadores artesanais, instituições públicas, acadêmicos e outros pesquisadores independentes, de 12 municípios do RJ: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Macaé, Maricá, Niterói, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Saquarema, São Pedro da Aldeia e São João da Barra; e o Parque Nacional de Cabo Orange, Unidade de Conservação de Proteção Integral, e seu impacto para os municípios de Oiapoque e Calçoene, AP.

Nas análises do *estado da questão* aqui proposto, buscou-se também responder à questão 3: **quais foram os conceitos utilizados para compreender as temáticas dos estudos sobre a pesca artesanal, componentes da produção científica desenvolvida entre 2011 e 2021?** Dentre os 17 estudos pesquisados, identificamos 67 conceitos ou grupos de conceitos, dos quais 46 foram descritos na Seção 3 deste capítulo. Nesta conclusão, considera-se importante ressaltar os conceitos presentes em ambas as chaves de busca, sendo eles: “comunidade”, “identidade”, “memória” e “movimentos sociais”.

O conceito de comunidade foi estudado sob a perspectiva de Fichter (1920) e Meyer (1979). Já o conceito de identidade foi abordado pela perspectiva de Hall (2011) e no bloco de conceitos “redefinição dos limites relacionais e identitários”, através da ótica de Tilly (1996) e Diani (1992). Também foi considerado um grupo de conceitos formado por “identidade cultural” (Candau, 2016), “sistema de eticidade” (Boas, 1994), “processo de identificação” (Hall, 1997, 2011; Adams, 2000), “elementos diacríticos étnicos” (Schettino, 2014) e “etnologia afro-indígena” (Cunha, 2017; Goldman, 2015;

Luciani, 2016). As questões relativas à memória foram estudadas pela ótica de Bosi (1984), pelas abordagens da "memória social e coletiva" sob a perspectiva de Halbwachs (1990), "memórias individual e coletiva", na visão de Josso (2006) e Freitas (2002), e também pelas "memórias práticas", pelo ponto de vista de Certeau (1994). Já os conceitos de "movimentos sociais" e "novos movimentos sociais" foram estudados pela perspectiva de Gohn (2007, 2013) e Scherer-Warren (1996), além da perspectiva das "mobilizações políticas" (Almeida, 2008), bem como está contido no bloco de conceitos "reconhecimento étnico-cultural comunidades negras rurais, remanescentes quilombolas, movimentos sociais e participação política" (Almeida, 2004; Anjos, 2008; Arruti, 2006; Boyer, 2009; Leite, 1999; Mello, 2019; Neves, 2005; 2019; Ramos, 2009).

Destaca-se também alguns conceitos que chamaram a atenção: "falência da certeza absoluta científica" (Beck, 2006), "antropoceno" (Padua, 2017), "invisibilidade imediata dos riscos da modernização" (Beck, 2006), "mitologia: mito e significado" (Levi-Straus, 1978; 2008), "mito fato social" (Mauss, 2003), "influências no processo de construção de saberes (Pinto, 2007), "invisibilidade feminina" (Perrot, 2007), "gêneros na pesca" (Rodrigues, 2012) e "pedagogia decolonial" (Walsh, 2013; 2018; Mota Neto, 2015).

2.6 Conclusões sobre o Estado da Questão no âmbito audiovisual

No que se refere ao contexto da utilização do registro audiovisual nos estudos universitários brasileiros, buscou-se compreender o *estado da questão*: quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia e de que forma o audiovisual contribuiu para tais estudos? Considerando que as políticas sociais constituem a área específica da presente pesquisa de doutorado, gostaríamos também de perceber o que diferencia nosso estudo acadêmico em relação aos até aqui analisados.

Referente à primeira parte da questão 4 - **quais são os estudos acadêmicos sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia?** - foram identificadas três pesquisas acadêmicas. Elas advêm das grandes áreas de Ciências Humanas e Multidisciplinar e integram as seguintes áreas de conhecimento: doutorados em Sociologia e Políticas Sociais e mestrado em Ciências Sociais.

Duas delas foram encontradas pela chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual”: uma dissertação e uma tese, ambas da grande área das Ciências Humanas. A outra é uma tese pertencente à grande área multidisciplinar e é um achado presente tanto na chave de busca “pesca artesanal AND audiovisual” quanto na chave “pesca artesanal AND audiovisual AND políticas sociais”. Esses estudos foram realizados, respectivamente, em universidades federais dos estados do Espírito Santo (2016) e do Ceará (2018), nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Sociologia, e na universidade estadual do estado do Rio de Janeiro (2020), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais.

A busca “Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombo” surgiu da necessidade de dimensionar o universo de estudos acadêmicos que dialogasse com a proposta de registrar em vídeo a contribuição da cultura negra para a pesca artesanal. Os dados demonstraram que, nos últimos 10 anos, **não foi encontrada nenhuma pesquisa acadêmica no âmbito da pesca artesanal que se propusesse a utilizar o audiovisual como instrumento de registro da cultura quilombola**. Também não se encontrou achados para as chaves de busca “Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombolas”, “Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Negros” e “Pesca Artesanal AND Audiovisual AND afro-brasileiros”.

Dentre os achados, foram identificadas três pesquisas. Em 2016, o estudo acadêmico brasileiro sobre pesca artesanal, pioneiro em utilizar o audiovisual como ferramenta de pesquisa, foi a dissertação do mestre em Ciências Sociais João Paulo Lyrio Izoton, intitulada “Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho”, realizada na localidade de Aracruz, ES, UFES. Em 2018, tem a tese da doutora em Sociologia Maria Simone de Oliveira Lima, intitulada *Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe*, na UFCE. E, em 2020, a tese da doutora em Políticas Sociais Natália Soares Ribeiro, intitulada *GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: Arte, Gênero e Modo de Vida em Arraial do Cabo*, na UENF.

Em relação aos sujeitos e temas das pesquisas, notou-se que as duas pesquisas acadêmicas realizaram estudos de caso no sudeste brasileiro e buscaram compreender a situação da pesca artesanal em face dos grandes projetos de desenvolvimento realizados na Barra do Riacho, localidade de Aracruz, ES (Izoton, 2016), e o papel das mulheres nas expressões culturais da pesca artesanal em Arraial do Cabo, RJ, principalmente no que concerne às ações vinculadas à gastronomia e ao artesanato (Rodrigues, 2020). No Nordeste, na cidade de Fortaleza, CE, os sujeitos

da pesquisa foram os pescadores artesanais do Mucuripe, um território de pesca situado no espaço urbano, também explorado pelo turismo e pela especulação imobiliária (Lima, 2018).

Em relação à segunda parte da questão 4 - **de que forma o audiovisual contribuiu para os estudos sobre a pesca artesanal? –** foram encontradas três formas diferenciadas de utilização do audiovisual: duas meramente metodológicas e uma mais voltada a incluir a questão da utilização do audiovisual como um dispositivo técnico de ampliação do olhar do pesquisador e de devolutiva de acesso aos sujeitos, mesmo que, de fato, essa última proposta não tenha se efetivado.

Na tese *GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: Arte, Gênero e Modo de Vida em Arraial do Cabo*, de Rodrigues (2020), o registro audiovisual foi realizado apenas durante a pesquisa de campo e na análise e interpretação dos dados obtidos, constituindo um importante e inovador instrumento metodológico para os estudos da pesca artesanal no âmbito das políticas sociais. Serviu de suporte técnico para estruturar as observações de campo e para a realização de entrevistas semiestruturadas com 12 sujeitos da pesquisa. A pesquisadora se propôs a gravar/filmar/fotografar/documentar todas as entrevistas e eventos de expressões culturais, com o objetivo de produzir um material audiovisual que gerasse quatro documentários sobre a história da comunidade pesquisada. Também planejou, além de entregar o material bruto para que os sujeitos da pesquisa editassem da forma que desejassem, enviar os documentários finalizados para "órgãos culturais e escolas do município como forma de fomentar novas políticas culturais para essa população" (Ribeiro, 2020, p. 10).

Como planejado, o material bruto do registro audiovisual foi entregue aos sujeitos da pesquisa. No entanto, as restrições de contato impostas pela pandemia de Covid-19 impossibilitaram que o material audiovisual captado fosse editado e produzido, transformando-se nos quatro vídeos propostos, e posteriormente em DVDs, CDs, textos didáticos e fotografias.

A outra pesquisa cuja metodologia é composta por registro audiovisual é *Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe* (Lima, 2018). Nela, o material audiovisual captado entre 2004 e 2009 pela pesquisadora foi utilizado como fonte de preparação da pesquisa de campo e se configurou como um elemento essencial para revelar o campo em si. A pesquisa de campo foi realizada com gravações em vídeo. Essas gravações ocorreram entre 2010 e 2016, em que a

utilização do registro de imagens em movimento e som foi percebida como uma excelente estratégia metodológica de engajamento comunitário. O material captado no campo contribuiu de forma substancial para a interpretação dos dados e para a redação final da tese.

Em relação ao material audiovisual utilizado na pesquisa anterior ao campo, ele advém dos trabalhos realizados por Lima no Instituto de Referência da Imagem e do Som, onde atuou como educadora social, e também na Organização Não Governamental Aldeia, onde foi gestora, coordenadora e professora nas atividades de formação audiovisual do Projeto Escola de Mídia e no Cineclube Farol. Lima afirma que "as imagens audiovisuais autorreferenciadas, criadas por jovens moradores do Mucuripe, são relevantes para ilustrar e compreender o universo da pesca artesanal". Justamente porque o projeto Mídia Escola produziu 30 vídeos, a pesquisadora pôde perceber que essa consistente produção videográfica "evidencia processos participativos de 'autorrepresentificação' e ressaltou a necessidade de narrar seus modos de viver e de trabalhar" (Lima, 2018, p. 27- 28).

Apesar de a doutora em sociologia não incluir como objetivo de sua tese a educação não formal em produção audiovisual dos sujeitos de sua pesquisa, ela fez questão de relatar o tipo de impacto que uma ação como essa desencadeia no campo, além do fato de ter na equipe audiovisual um componente oriundo da comunidade pesquisada e o poder de identificação que essa presença causa.

Veja o depoimento do cinegrafista e pescador Manoel, que na ocasião tinha 17 anos, quando participou do Projeto Escola de Mídia na Escola Bárbara de Alencar, em 2004. Numa sala de aula com 30 jovens ávidos para aprender a usar a câmera de vídeo, ele disse: "Larguei a pesca para fazer vídeo, por isso estou aqui" (Manoel, 2004), [...] A voz de Manoel provocou mais do que um depoimento emocional. Transformou-se na ideia de fazer roteiros com temáticas envolvendo os pescadores e suas famílias, fato que se concretizou efetivamente com a realização de uma série documental em vídeo que marcou a entrada da Aldeia na comunidade – mas, especialmente, deixou um registro significativo da história recente do mundo da pesca por seus protagonistas, pescadores e seus descendentes, jovens realizadores em audiovisual (Lima, 2018, p. 26).

E esse material prévio, oriundo da história de vida profissional da pesquisadora, foi "o ponto de partida e suporte para retorno ao campo [...] com a elaboração de roteiros das primeiras entrevistas etnográficas com os sujeitos da pesquisa" (Lima,

2018, p. 34). Ele serviu para instrumentalizar sua pesquisa de campo, construída com a mescla de vários instrumentos metodológicos, como registro audiovisual, fotográfico e anotações em seu diário de campo.

Tal diversidade de instrumentos proporcionou à pesquisadora uma diferenciação em seu olhar técnico:

> De posse de vasto e diversificado arquivo de informações, vislumbro a possibilidade de reconstituição de parte da história do percurso dos pescadores pela orla leste e de fatos relativos à atividade da pesca, bem como modos de ocupação e residência no espaço litorâneo (Lima, 2018, p. 36).

Os registros audiovisuais também geraram um rico banco de dados para a tese, possibilitando a redação de relatos detalhados, distribuídos ao longo do estudo.

A terceira forma identificada de utilização do audiovisual nos estudos relativos à pesca artesanal difere da perspectiva que a compreende apenas como um instrumento metodológico. Na dissertação "Pesca Artesanal e Industrialização na Barra do Riacho, Aracruz – ES*",* de Izoton (2016), o registro audiovisual possibilitou a produção de um curta-metragem, tendo o mesmo status de como o texto escrito dissertativo é percebido e utilizado, ou seja, como uma ferramenta complementar de significação, no sentido de potencializar a sensibilização e a compreensão do real contexto da pesquisa proposta.

É um estudo que enfatiza os limites e as possibilidades do uso da imagem e do som pelas Ciências Sociais, possuindo um capítulo específico para tratar do assunto. No Capítulo 3 – "Uma Narrativa Audiovisual, ao longo das reflexões sobre o fazer audiovisual" de sua dissertação, o cientista social inclui no texto escrito um detalhamento sensível sobre a temática pesquisada, por meio de uma rememoração do campo proporcionada exclusivamente pelo registro audiovisual:

> Neste capítulo é construída uma narrativa que oriente a compreensão do vídeo resultante deste trabalho de dissertação, que pode ser acessado no endereço eletrônico https://youtu.be/-GzAM6BYIeY. Neste sentido, mais detalhes acerca da experiência dos indivíduos na sua relação com a pesca e a indústria na Barra do Riacho são elencados, e relacionados com o cenário construído a partir da pesquisa de orientou esta realização.
>
> O roteiro. Com aproximadamente 13 minutos, filme que acompanha esse trabalho é composto pelo depoimento de três pescadores, intercalados por imagens da Barra do Riacho e de empreendimentos ali localizados. Com as entrevistas e imagens de apoio, tem a intenção de por tintas mais vivas ao cenário descrito até agora a partir da fala dos próprios pescadores.

> Os três pescadores retratados no filme possuem trajetórias distintas, mas representativas no universo da atividade pesqueira da Barra do Riacho. Apesar de partilharem do ofício e do conhecimento subjacente ao mesmo, suas trajetórias individuais (assim como a idade) os diferencia entre si, de maneira que fornecem retratos diferentes acerca do processo desenvolvimentista da região, marcados pela experiência de cada um com o mesmo.
>
> Ademar, o mais velho, é o que tem mais conhecimentos acerca da história da localidade. Além de depositário da memória recente dos pescadores da Barra do Riacho – em especial na sua saga por direitos coletivos conforme pode ser observado no filme "Tradições à Deriva" – a história da sua vida se confunde com a da região. Nascido na região de Comboios, filho e neto de habitantes tradicionais da localidade, guarda na sua lembrança histórias, técnicas e realidades da pesca que já não existem mais. O crescimento industrial da Barra do Riacho também é vivo na memória de Ademar (Izoton, 2016, p.79)

Naquele estudo, a narrativa audiovisual documental, além de evidenciar a voz dos sujeitos da pesquisa e possibilitar a criação de uma atmosfera de simpatia, proximidade e identificação entre o pesquisador e os pescadores, também facilitou as incursões ao campo.

Considerando essas três experiências acadêmicas anteriores, **chegou-se às reflexões que possibilitam compreendermos o posicionamento de nossa pesquisa frente aos estudos acadêmicos brasileiros sobre a pesca artesanal**. A começar pelo ineditismo da temática aqui proposta, que busca rememorar e compreender a contribuição da cultura negra para a pesca artesanal. Através do resultado das buscas realizadas no CPT, utilizando os termos "Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombo", "Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Quilombolas", "Pesca Artesanal AND Audiovisual AND Negro" e "Pesca Artesanal AND Audiovisual AND afro-brasileiro", comprova o ineditismo desta pesquisa, considerando que, no período de 2011 a 2021, ou seja, em um intervalo de 10 anos, **não encontramos nenhuma pesquisa acadêmica sobre a pesca artesanal em que o audiovisual tenha sido utilizado para registrar assuntos relacionados à comunidade quilombola ou negra no Brasil**.

Ressaltamos também o caráter inovador no campo científico da proposta de pesquisa aqui apresentada, ao utilizar a perspectiva audiovisual para criar uma narrativa científica, sociocultural e audiovisual contracolonial, relacionada à temática das relações étnico-raciais. Neste estudo, o audiovisual foi utilizado não somente como um instrumento metodológico, mas como um potente instrumento analítico de observação, rememoração de histórias, gestos e traços identitários, além de registro

material das contribuições culturais e das tecnologias de raiz africana durante a atividade laboral da pesca artesanal e da ação político-social dos sujeitos da pesquisa.

A proposta desta pesquisa de realizar a educação não formal em audiovisual dos sujeitos da pesquisa também é inédita no campo acadêmico, assim como a realização de duas exibições de pré-estreia do curta-metragem “Rememorar Histórias Pesqueiras” em cada uma das comunidades pesquisadas (pescadores e pescadoras artesanais de Búzios e Arraial do Cabo) antes da montagem final do filme. Essa nova realidade de participação eleva o status dessas comunidades de sujeitos da pesquisa, tornando-os coparticipantes tanto da produção da tese quanto na criação do curta-metragem.

Finaliza-se as reflexões sobre o presente *estado da questão* corroborando com Carlomagno e Rocha (2016), quando afirmam que o elemento central de qualquer pesquisa científica é a sua replicação. Deseja-se que os leitores desta pesquisa tenham encontrado elementos suficientes para compreender como as temáticas dos quilombos, das comunidades tradicionais e do audiovisual contribuíram para as pesquisas de pós-graduação no âmbito da pesca artesanal, bem como tenham elementos para desenvolverem o estado da questão de seus estudos, replicando-os em suas pesquisas acadêmicas.

3 REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: CONHECIMENTOS CULTURAIS AFRO-INDÍGENAS E AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PESCA ARTESANAL

> A importância da descolonização é justamente a tentativa de nos despir de lentes da colonialidade que hierarquizam saberes, corpos, existências e territórios. [...] a categoria afro-indígena não é sinônimo de via única de pertencimento étnico-racial. Nesse percurso, o que nos moveu foi acionar representações, tradições culturais, linguísticas e saberes ancestrais que estão em continuum, processo dinâmico em resistência, mas que também demandam construções identitárias em contraposição ao apagamento e dizimação de etnias indígenas e povos negros da diáspora africana amazônida em suas referências de mundo. Foi-nos evidenciada a complexidade trazida na autoatribuição afro-indígena que é contextual, dinâmica e temporalmente localizada (Conrado; Barros, 2022, p. 243).

Esta pesquisa nasceu da seguinte inquietação: por que, no meio social e acadêmico, pouco ou nada se fala sobre as contribuições dos povos originários para a pesca artesanal? O contexto inicial desta reflexão surgiu entre 2021 e 2022, quando a pesquisadora integrou a equipe do Núcleo Criativo do Programa de Educação Ambiental Pescarte, realizado por um grande grupo de educadores e pesquisadores, coordenada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes - RJ. Além disso, teve atuação como gestora, realizando a elaboração e coordenação de dois projetos de educação ambiental da Cooperativa de Mulheres Nativas, de Arraial do Cabo - RJ.

Nesse contexto, percebeu-se que, no discurso do senso comum dessas comunidades, havia uma narrativa "oficiosa" de supervalorização da contribuição dos colonizadores do Brasil, principalmente dos invasores portugueses e da marinha brasileira, para a organização social da pesca artesanal praticada hoje na Região dos Lagos, em detrimento dos conhecimentos e contribuições das comunidades indígenas ou de raiz de matriz africana. Essas comunidades não estavam sendo citadas como agentes sociais protagonistas de suas próprias histórias.

Dito de outra forma, naquele momento de 2021, antes do início desta pesquisa, até onde foi observado de maneira informal, em restrito convívio da autora desta tese com pescadores e pescadoras, e estudiosos da pesca artesanal, não se falava nem eram divulgados relatos objetivos sobre a real contribuição dos povos originários para essa atividade socioeconômica.

Essa constatação não condiz com a realidade dessas comunidades. Um dos achados mais substanciais da pesquisa realizada foi justamente o acesso e registro

de rememorações de mais de 250 anos de contribuições da cultura negra e indígena para a pesca artesanal. Essas contribuições estão presentes em sete gerações de pescadores e pescadoras artesanais oriundos do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios - RJ, e em pelo menos três gerações em Arraial do Cabo - RJ. Tais contribuições integram tanto o imaginário simbólico quanto às ações político-culturais cotidianas desses pescadores e pescadoras artesanais. Essa constatação foi obtida durante os quatro anos de imersão nos cotidianos dessas duas comunidades tradicionais, onde foi possível vivenciar, investigar, analisar e registrar suas memórias, processos ritualísticos, conhecimentos e tecnologias de pesca.

É importante ressaltar que, por uma mera questão de corte epistemológico, o presente estudo se dedicou inicialmente a compreender exclusivamente a contribuição das pessoas de comunidades de raiz de matriz africana para a pesca artesanal na Região dos Lagos. No entanto, os resultados encontrados durante a pesquisa de campo nos levaram a incluir também a presença indígena no contexto analisado. É por esse motivo que a significativa contribuição indígena para o que hoje conhecemos como pesca artesanal brasileira não está presente no conteúdo conceitual deste estudo, mas apenas nas análises conclusivas, onde citamos nossos achados.

Embora não seja nosso foco primordial de estudo, é muito triste constatar que a presença indígena foi quase nula entre as referências bibliográficas às quais tivemos acesso. Existe uma marcante presença de contribuições culturais indígenas na pesca artesanal vivenciada atualmente na Região dos Lagos. Quando surgem referências aos povos indígenas na literatura que analisamos, os conhecimentos pesqueiros desses povos não são sequer abordados. Além disso, as informações às quais tivemos acesso concentram-se em narrar verdadeiros genocídios dos povos indígenas da Região dos Lagos, como no livro de Silva (2014), *Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos*, ou no livro *O Homem e o Brejo*, do geógrafo campista Alberto Ribeiro Lamego (1940), além de reportagens em portais da internet, como o site Memórias de Arraial[20].

E mesmo havendo mais de 10 quilombos naquela região e pesquisas sobre quilombos relacionados à pesca artesanal em outras regiões brasileiras, é inquietante perceber que, no âmbito acadêmico, nada se fala sobre a contribuição dos negros e

[20] Fonte: https://memoriasdoarraial.com.br/historia-do-arraial/.

negras para a pesca artesanal. Uma das constatações dos achados do *estado da questão* aqui analisado - estudo das pesquisas acadêmicas brasileiras realizadas entre 2011 e 2022, que relacionam pesca artesanal, comunidades tradicionais, quilombolas e audiovisual - foi a comprovação da inexistência de narrativas acadêmicas sobre as contribuições da cultura negra para a pesca artesanal, não apenas na região por nós estudada, mas em todo o Brasil.

Retomando algumas das reflexões trazidas nesta pesquisa: quem você acha que pescava no período da invasão colonial brasileira: os colonizadores ou as pessoas escravizadas por eles? E essa questão suscita várias outras reflexões acessórias: será que a falta de referência das contribuições das comunidades de raiz de matriz africana e indígenas para a pesca artesanal pode apontar para uma realidade de racismo estrutural no âmbito das relações sociais de toda comunidade e de racismo institucional, no âmbito acadêmico? E a falta de narrativas sobre contribuições culturais das comunidades citadas, seria mesmo uma forma de apagamento dos conhecimentos dos povos originários?

Tratam-se de questões de difícil abordagem. Mas o cinema de engajamento[21] tem dado uma "forcinha" e várias inspirações. Em 2019, quando a autora desta tese estava no continente africano, na cidade de Dakar, Senegal, realizando a pesquisa de campo para a minissérie "CONEXÃO BRASIL SENEGAL: a cultura em nós"[22], teve acesso e registrou uma das exposições permanentes do Museu das Civilizações Negras: um conjunto de apetrechos de pesca rudimentares, intitulado como "*Pour la péche*" (para a pesca)[23]. Estavam destacados em uma redoma de vidro objetos de formatos análogos a instrumentos, hoje, conhecidos como anzóis, pontas de arpões, lastros e âncoras.

---

[21] Trata-se de um tipo de cinema que busca envolver o espectador não apenas emocionalmente, mas também politicamente, estimulando-o a uma participação ativa, a um engajamento, bem como tematiza a ação sociocultural de grupos sociais minoritários: "Como restituir àqueles que lutam – ao mesmo tempo que o sentido estratégico de seu combate – o ardor, a invenção e o prazer que também há em lutar?" (Daney, 2007, p.75 *apud* Cesar, 2015, p.21).

[22] Minissérie documental televisiva de Carem Abreu, 6 episódios de 26', 2023, MG. Gravada no Brasil e no Senegal em 2019. Story Line: Uma imersão nas conexões existentes entre as expressões culturais afro-brasileiras e as etnias senegalesas: a capoeira angola e a luta senegalesa dos diolas, o samba e iniciados mandinga, o candomblé e o islamismo dos peulh, a dança afro e o sabar dos wolof, o rap e o slam e o tassu dos sereres, e o reggae dos soninkes. Licenciamento e exibição exclusiva: Cine BrasilTV e app CineBrasil Já; Fomento: PRODAV 01, ANCINE/FSA/BRDE.https://www.cinebrasil.tv/index.php/series/?serie=CBS, https://atosimagens.com.br/cbsnew/.

[23] Veja Figura 1.1.

Tratam-se de tecnologias de pesca presentes na vida dos africanos, em especial dos senegaleses, desde tempos remotos. Esses verdadeiros elementos tecnológicos de pesca produzidos no Senegal são impressionantes. Foram elaborados no período Neolítico, entre sete a 2,5 mil anos a.C.! Essa imagem trouxe a reflexão sobre paralelos e conexões, como, por exemplo: será que os descendentes africanos residentes na Região dos Lagos, mais precisamente os pescadores e pescadoras remanescentes de quilombo da Praia da Rasa, carregam em suas memórias alguns dos conhecimentos dos seus ancestrais?

Valmir Conceição Oliveira é um pescador de linha da Praia da Gorda, território remanescente do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios - RJ. Professor, ativista negro e político da região, ele é um dos quilombolas fundadores da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. É filho de dona Eva Maria Conceição Oliveira, a matriarca deste quilombo, que foi liberta da escravidão aos cinco anos de idade. Ele também é um dos responsáveis pelo registro e certificação de sua comunidade pela Fundação Cultural Palmares, em 2005. A certificação foi o primeiro passo para que obtivessem a titulação e a legalização das terras de seus antepassados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Durante a entrevista exclusiva para este estudo, Valmir nos conta que os "caicos", nome dado às embarcações usadas na região, são, na verdade, de origem africana:

> A embarcação que a gente usa é uma embarcação de duas proas, ou então uma embarcação de uma proa só, que é uma versão a remo, que é uma versão chegando aqui a 250 anos atrás, com nosso ancestrais que trouxe de Angola com eles na cabeça e passaram a construir aqui na nossa cidade (Valmir de Oliveira, 2024)[24].

Mesmo que as rememorações advindas da história oral de Valmir necessitem de estudos mais aprofundados para se tornarem críveis no âmbito científico, de fato, elas possuem lastros históricos. O historiador contracolonial Pierre de Cristo, em entrevista exclusiva para este estudo, confirma: “aqui (na praia da Armação, no centro de Armação dos Búzios) também foi um grande ponto de desembarque do tráfico

[24] Trecho da entrevista narrativa para registro audiovisual do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*, realizada em 30 de abril de 2024, na Praia da Gorda, território remanescente do Quilombo da Rasa, no bairro Rasa, Armação dos Búzios, RJ.

negreiro, tanto de navios que vinham diretamente de Angola para cá quanto de outros que vinham do Rio de Janeiro”[25] (De Cristo, em entrevista, 2024).

Figura 3 - Caicos da Praia da Gorda,
tecnologia de pesca artesanal com provável origem africana



Fonte: Acervo da 3ª etapa da pesquisa de campo, abril de 2024.

Essas informações foram levantadas pelo próprio historiador em bancos de dados primários, como o *Livro dos Assentos de Casamento de pessoas brancas, negras e indígenas da paróquia da cidade de Assunção de Cabo Frio* (1675 a 1736) e publicadas no livro *Cabo Frio na Rota da Escravidão* (De Cristo, 2023).

Na época da invasão colonial brasileira, o termo “Assunção de Cabo Frio” denominava todo o território atualmente conhecido como Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Segundo De Cristo, as primeiras referências bibliográficas sobre a presença africana na região datam de 1620. Em 1660, a Câmara de Cabo Frio “começa a incentivar a compra de africanos escravizados para a mão de obra nas salinas da região” (2023, p. 106). Ou seja, essa “operação comercial”, conhecida como escravagismo, que envolve a desumanização das pessoas para torná-las objetos de exploração laboral, foi durante milhares de anos uma parte contundente da economia, dos investimentos e dos lucros, possuindo registros históricos desde 1500 a.C. na Mesopotâmia, o local atualmente conhecido como Iraque. Os estudiosos nomeiam esse período de normalização do escravagismo como “Ampla Escravidão” (De Cristo, 2023, p. 18), reconhecendo-o como um elemento socioeconômico.

[25] Trecho da entrevista narrativa para registro audiovisual do filme “REMEMORAR Histórias Pesqueiras”, realizada em 2 de maio de 2024, na Praia da Armação, Armação dos Búzios, RJ.

O mercado legal escravocrata no Brasil perdurou oficialmente por 331 anos, de 1500 até 7 de novembro de 1831[26], quando foi promulgada a Lei Feijó, a primeira política antitráfico brasileira. Após 1843, com as perseguições inglesas a navios com pessoas escravizadas na costa brasileira, impostas pela nova lei antitráfico, a região de Cabo Frio, mais precisamente a área que compreende o Cabo de Búzios e a Praia do Peró, tornou-se, por 11 anos, o ancoradouro do tráfico ilegal de pessoas escravizadas no Brasil, conhecido popularmente como tráfico negreiro. Mais precisamente até 1854, quando a marinha inglesa prendeu o último navio vindo de Angola, pertencente à família de traficantes Pinto da Fonseca, com 200 pessoas escravizadas a bordo. Segundo o historiador Pierre de Cristo (2023), em entrevista, as praias onde estão situados hoje os bairros da Rasa e de José Gonçalves (nome de um traficante de pessoas) eram os principais locais de chegada desses navios.

Figura 4 - Historiador Pierre de Cristo junto à provas arqueológicas



Fonte: Historiador Pierre de Cristo mostra onde estão situados na Praia da Rasa, conhecida também como Praia dos Negros os tocos de um possível deck dos navios do tráfico de pessoas. São prováveis provas arqueológicas do tráfico de pessoas escravizadas na região. Foto: Registros audiovisuais da 3ª etapa da pesquisa de campo. Acervo da pesquisa, abril de 2024.

O jornalista Laurentino Gomes, em seu livro *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*, relata que “cerca de 70%

[26] À época, o Brasil ainda era império de Portugal e governado por uma regência trina, porque o imperador Dom Pedro II, era criança. De acordo com o Art. 123, Capítulo V, da Constituição Política do Império do Brasil, em 17.06.1831 foi eleita a Regência Trina Permanente, composta pelos deputados José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre (BA), João Bráulio Moniz (MA) e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, barão da Barra Grande (RJ). Fonte: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BBgGAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=De+acordo+com+o+Art.+123,+Cap%C3%ADtulo+V,+da+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Pol%C3%ADtica+do+Imp%C3%A9rio+do+Brasil&ots=FZCF8SdU5J&sig=kW1H8q5dSQzqEGwh1XIfSEiCzp8#v=onepage&q&f=false . Acesso em 21 de janeiro de 2025.

dos 4,9 milhões de cativos que desembarcaram em terras brasileiras até a proibição do tráfico pela Lei Eusébio de Queirós[27], de 1850, provinham de Angola ou áreas vizinhas" (Gomes, 2019, p. 209). Estamos falando de 3,4 milhões de africanos trazidos para o Brasil à força, contra sua vontade, de forma desumana.

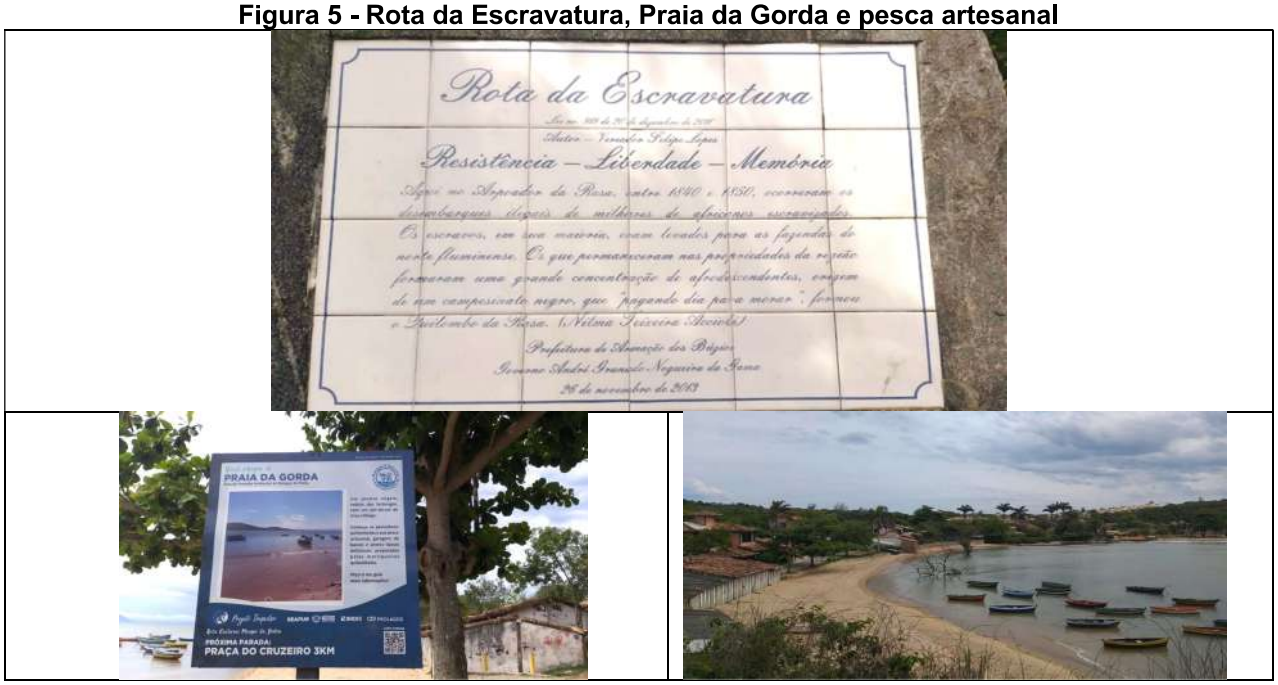
Para se ter uma ideia do volume do tráfico humano na antiga região de Cabo Frio, onde hoje está situada a cidade de Armação do Búzios e a Praia da Rasa, somente no ano de 1844 foram realizadas mais de 10 expedições pelo traficante Manoel Pinto da Fonseca. Ele trouxe de Angola mais de 3.700 africanos escravizados. O traficante possuía um grande barracão em Cabinda, Angola, onde armazenava "mercadorias, homens, mulheres e crianças escravizadas enviadas ao Brasil para a manutenção do sistema imperial, que fazia a rota Cabo Frio" (De Cristo, 2023, p. 155).

E para corroborar ainda mais a rememoração do quilombola Valmir, de que a origem de sua família de pescadores remanescentes do Quilombo da Rasa vem de Angola, Laurentino Gomes confirma que muitas daquelas pessoas escravizadas que viviam nos barracões em Luanda, entre outras atividades, "trabalhavam como pescadores" (2019, p. 218).

Deve-se considerar também que a praia da Gorda é onde está situada a vila dos pescadores e os seus barracões de trabalho; está localizada a menos de dois quilômetros da praia da Rasa, onde estão os resquícios do provável cais do tráfico de pessoas. Toda a região em seu entorno é habitada por famílias quilombolas, conhecidas como Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. O local integra um dos pontos de atração turística denominado "Rota da Escravatura", explorado há mais de 10 anos pelos agentes de turismo de Armação dos Búzios, RJ, menos pelos próprios quilombolas.

[27] A Lei Eusébio de Queirós (1851) foi a segunda e definitiva lei antitráfico brasileira. Foi criada por influência dos ingleses na coroa portuguesa, e em nossa opinião, não por uma questão humanística, objetivando acabar com o escravagismo. Mas sim, para abrir caminho para a implementação da era industrial e a criação da classe social que hoje conhecemos como trabalhadores chão de fábrica, o proletariado.

Figura 5 - Rota da Escravatura, Praia da Gorda e pesca artesanal



Fonte: Integra o território quilombola da comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. Fotos Acervo da 1ª etapa da pesquisa de campo, novembro de 2022.

Desde 2011, eles negociam sua inclusão no setor turístico para realizar o turismo de base comunitária. Entretanto, desde o segundo semestre de 2024, a Associação de Marisqueiras da Rasa está retomando, aos poucos e por conta própria, a iniciativa de realizar o turismo de base comunitária no Mangue de Pedra, numa tentativa de reverter a exploração turística dentro do seu próprio território.

3.1 O pensamento escravocrata, racismo estrutural e institucional presentes na pesca artesanal, em especial vivido pelas comunidades remanescentes de quilombo de raiz de matriz africana

Quanto vale uma vida humana? Para o sistema escravocrata, um animal ou objetos de consumo sempre valeram muito mais do que uma pessoa. Laurentino Gomes nos conta que, em Luanda, capital de Angola, que:

> No século XVIII, um homem adulto, saudável, em boas condições físicas, podia ser comprado [...] pelo valor de 15 chapéus de feltro. Ou 14 pares de meias de seda. Ou três barris de pólvora. Ou ainda 23 cadernos [...] no final do século XVII [...] na região da Alta Guiné (hoje Senegal e Serra Leoa) um cavalo arreado podia valer entre nove a 14 escravos (Gomes, 2019, p. 225).

Esse dispositivo de poder, conhecido como racismo, utilizado pelos criadores do escravagismo para obter lucros com a exploração gratuita da força de trabalho das

pessoas, tem sido muito eficaz para a manutenção do poder dos expropriadores sociais, que, com suas narrativas discriminatórias, perpetuam sua dominação. Quando nos referimos à falta de referências sobre as contribuições dos negros, negras e indígenas para a pesca artesanal, refletimos sobre como essa dominação social imposta pelo racismo vem operando na manutenção de “narrativas de dominação” criadas e disseminadas ao longo de milhares de anos, a ponto de serem, até hoje, totalmente absorvidas e normatizadas na estrutura social.

Para compreender como o racismo está presente e estruturado no seio da comunidade da pesca artesanal, propomos acessar alguns dos estudos acadêmicos sobre discriminação racial, a partir dos conceitos de racismo, racismo estrutural e racismo institucional. Iniciamos esta digressão com algumas reflexões feitas a partir da leitura do livro “O que é racismo estrutural?”, do doutor em filosofia, advogado e pensador brasileiro das relações étnico-raciais, Silvio Almeida (2019). Na sua perspectiva, o racismo se expressa concretamente na desigualdade vivenciada pelos negros e negras no meio sociocultural, revelada nos campos político, econômico, jurídico, ético e cultural.

> O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (Almeida, 2019, p.34).
>
> O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. [...] “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção" (Almeida, 2019, p.33).
>
> O racismo é estrutural[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional (Almeida, 2019, p.39)
>
> Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados (Almeida, 2019, p.40).
>
> Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar” [...] mas “certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (Almeida, 2019, p.40).

Considerando as reflexões de Almeida sobre racismo estrutural, fazemos aqui uma pausa para analisar melhor quando ele se refere ao racismo como um processo

histórico, econômico e político. Para esse pensador, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, "do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares". Ele não é percebido socialmente "como uma patologia social nem como um desarranjo institucional [...] O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição" (Almeida, 2019, p. 40). De acordo com o autor, trata-se de uma ideologia pejorativa em relação às pessoas negras e indígenas, usada para a apropriação de sua força de trabalho que:

> Realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética (Almeida, 2019, p. 33).

Mas, por que Almeida afirma que o racismo é estrutural? Segundo o autor, o racismo está presente em pelo menos três concepções de percepção social:

1) **Concepção individualista**: trata o racismo como uma espécie de "patologia" social; um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados;

2) **Concepção institucional**: onde o racismo é resultado do mau funcionamento das instituições, que atuam em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça. Admite-se aqui, portanto, o racismo como discriminação indireta;

3) **Concepção estrutural**: onde o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (Almeida, 2019, p. 33).

Os estudos sobre o racismo realizados nos séculos XX e XXI também trabalham com outras concepções de racismo, como: o **racismo religioso** (Matos, 2012) - aquele que se dá pela discriminação das práticas religiosas de matriz africana; o **racismo recreativo** (Moreira, 2019) - ocorrido quando se faz e/ou naturaliza-se discriminações como forma de brincadeiras e piadas; e o **racismo ambiental** (Ferdinand, 2022), onde se destaca a destruição dos ecossistemas pelas colonizações realizadas pelos europeus, bem como a criação de uma territorialidade de excusão social (os suburbios e favelas), totalmente desprovidos de estruturas

urbanas de qualidade de vida (luz, água tratada, esgoto, asfato, instituições de ensino, saúde) imposta às pessoas afro-indigenas.

Se o racismo serviu, no século XVII, como estratégia de dominação social dos europeus brancos colonizadores - naturalizando uma das maiores atrocidades da humanidade, o escravagismo colonial - sua manutenção, tanto real quanto simbólica, persiste até os dias atuais, seis séculos depois. No tecido social, o racismo configura-se como uma ideologia e um sistema de perpetuação dos privilégios dos brancos e de suas pretensões hegemônicas (Munanga, 2003). Trata-se de uma construção histórica baseada em ações político-sociais, culturais e econômicas discriminatórias, capazes de definir e naturalizar a exclusão de oportunidades e o apagamento de valores atribuídos a pessoas e populações com base em suas características fenotípicas. O racismo atua em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional.

Foi sob o pretexto da expansão territorial europeia e da intensificação do comércio marítimo de bens de consumo que se legitimaram a invasão e a expropriação de territórios, o etnocídio e a escravização de homens, mulheres e crianças pertencentes aos povos originários. Desde o século XVI, a história brasileira tem sido construída e difundida sob a ótica político-econômica da colonização imperial mercantilista, de caráter essencialmente capitalista. Esse processo etnocêntrico, conhecido como colonização - que lucrou com a comercialização de pessoas escravizadas - continua, até hoje, a reproduzir antigas práticas de dominação, como a substituição de uma cultura por outra.

Atualmente, mais de 500 anos após a invasão das terras indígenas no Brasil, o racismo segue presente e estruturado, manifestando-se não apenas nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, mas também no âmbito privado - nas relações familiares, fraternas e coletivas -, no pensamento e na conduta social contemporânea, nas dinâmicas sociais e na linguagem. Mas como, de que forma, o processo colonialista escravocrata mercantilista que gerou a escravização normatizou o racismo e a discriminação racial no Brasil? Desde o período colonial português, a exaltação da superioridade da supremacia branca é uma realidade. Pessoas brancas se autoconsideram “superiores” por serem “pessoas” descendentes de europeus brancos, no caso dos portugueses, advindos de um estrato social de realeza; por possuírem “posses” valorizadas como positivas dentro da perspectiva de poder (navios, armas, munições, tecnologias de escravização); por se sentirem os

“paladinos” difusores da religião católica e por acreditarem ser provenientes de uma “raça pura”.

Porém, essa percepção de “raça”, como classificação da espécie humana, foi trabalhada pela ciência somente no século XVII, mais precisamente em 1684. Ela possibilitou o respaldo científico para a antiga narrativa da supremacia branca, pensamento fundante do racismo. Como nos ensina o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2003), especialista em antropologia da população afro-brasileira.

No artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, ele nos mostra que, no campo científico europeu, o termo “raça” migra dos estudos da botânica e da zoologia para legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais (nobreza e plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (Munanga, 2003, p. 1), e “para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados” (Munanga, 2003, p. 3). Esse “feito”, altamente questionável, foi realizado pelo francês François Bernier, “o primeiro a empregar o termo ‘raça’ no sentido moderno da palavra” (Munanga, 2003, p. 6).

E, entre os séculos XVI e XVII, a ideia de “raças puras” era apenas uma narrativa sem bases científicas e, ainda assim, justificava a discriminação e a escravização de pessoas. Essa ideia passa a atuar efetivamente e se cristaliza no seio das relações sociais com o respaldo dos cientistas naturalistas.

> Os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta (Munanga, 2003, p.4)

Essa autopercepção de superioridade, distorcida pelo racismo, afeta diretamente as realidades sociais dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos, em especial os de Arraial do Cabo, local que apresenta uma marcante divisão territorial entre brancos e negros. Se você não conhece a cidade, basta fazer uma visita à Prainha - praia famosa localizada a cerca de 600 metros do centro da cidade - para compreender que aquele foi o território destinado aos negros pelos

colonizadores. A localidade da Prainha é um nítido exemplo de racismo estrutural e também ambiental. E, mesmo assim, tendo fenótipos pardos e pretos e sendo oriundos de classes populares, várias pessoas da comunidade pesqueira de Arraial do Cabo se autoidentificam como brancas. Inclusive, alguns fazem questão de enaltecer suas origens lusitanas e até mesmo buscam a obtenção de dupla cidadania, brasileira e portuguesa.

O conceito de branquitude nos possibilita compreender esse fenômeno de "deslocamento" étnico-racial. Esse conceito foi trabalhado pelo antropólogo brasileiro Willian Luiz da Conceição na tese "Branquitude: Dilema Racial Brasileiro" (Conceição, 2020). A branquitude não é propriamente uma pessoa ou uma cor, mas sim um pensamento ideológico complexo, fortemente arraigado na estrutura social colonialista e racista. "A branquitude pode se inserir nos discursos mais progressistas, em que o pacto narcísico entre brancos é constantemente reafirmado, independentemente da classe social e da posição política do sujeito". É uma espécie de "pacto que ausenta os brancos da construção social do racismo" e impossibilita "que estes questionem seu próprio papel histórico e seus privilégios não apenas herdados, mas mantidos por meio de alianças – ainda que esses sujeitos carreguem e/ou sejam vítimas de outras opressões e explorações" (Conceição, 2020, p. 54).

E não há como negar: o racismo está incrustado nas entranhas da estrutura social brasileira e também no seio da comunidade tradicional da pesca artesanal da Região dos Lagos. Principalmente se considerarmos as seguintes premissas: 1) o branco é uma "categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força de trabalho" (Mbembe, 2018, p. 88, *apud* Conceição, 2020, p. 46); 2) a brancura se apresenta como um dispositivo de poder que opera dentro do corpo social brasileiro de forma contundente; 3) a branquitude reitera "um discurso sobre a superioridade branca, a concepção dos brancos como raça e a interdependência da identidade brasileira a esse grupo" (Conceição, 2020, p. 44).

Essa identidade branca, baseada nos "conhecimentos científicos" do século XVII, que justificam a ideia de "raças puras" para a manutenção do domínio mercantilista escravocrata, foi perpetrada pelos colonizadores e vem sendo utilizada como instrumento de inferiorização das pessoas oriundas das raças negras, para que estas continuem sendo escravizadas. Mas como opera esse sistema de

escravização? Retirando das pessoas os atributos humanos, desqualificando seu corpo, sua cultura, sua identidade e seu contato com o divino.

Para escravizar uma pessoa, os colonizadores não poderiam apenas dominar os corpos dos trabalhadores. Era necessário também dominar suas almas com as regras religiosas católicas. As pessoas pretas e indígenas escravizadas possuíam suas próprias crenças e não tinham fé na divindade dos colonizadores. Portanto, do ponto de vista colonialista, eram consideradas desalmadas, não gente.

E, justamente por serem vistas como "não-humanas", já se justificava seu tratamento como seres inferiores, com menosprezo e animalização, a ponto de os colonizadores se sentirem à vontade para escravizá-las. Como se a lógica colonialista e racista operasse com alguns desses códigos: se não é branco, não tem alma; se não tem alma, é um animal; portanto, pode ser "adestrado". O racismo, aliado ao adestramento, seria, portanto, um dos princípios da escravização.

> Antônio Bispo dos Santos (1959 a 2023), popularmente conhecido como Nêgo Bispo, foi e é um ativista político quilombola do Quilombo Saco-Curtume, situado no município de São João do Piauí, Teresina (PI). Filósofo, poeta, escritor, professor e um dos maiores intelectuais brasileiros ligado aos movimentos sociais de luta pela terra, ele aprendeu a adestrar bois aos 10 anos de idade. E dessa experiência de vida quilombola ele chegou à seguinte conclusão: "**adestrar e colonizar são a mesma coisa.** Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento da memória para que outra possa ser composta" (Bispo, 2023, p.11-12, grifos nossos).

Mas, para além do uso coercitivo da violência física e da força bélica, como se adestra uma pessoa no nível mental, a ponto de torná-la uma pessoa escravizada e fazê-la aceitar essa condição sem se rebelar? A psicanalista Neuza Souza Santos foi a primeira mulher brasileira a se dedicar a compreender como o racismo opera e se cristaliza no inconsciente da população, em especial nas pessoas negras. Graduada em Medicina, ela atuou como profissional e militante do movimento negro, contribuindo de forma contundente na luta contra a discriminação racial no Brasil. Durante seu mestrado em Psiquiatria na Universidade Federal do Rio de janeiro (UFRJ), realizou uma pesquisa científica que foi difundida no livro "Tornar-se Negro". Para ela:

> O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo o prazer de pensar e todo o pensamento de prazer. A violência racista subtrai o potencial de

> criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir. É um pensamento que se auto-restringe (Souza, 2019, p. 10).

O dispositivo do racismo implica na construção sócio-político-econômica e psicanalítica relacionada à construção da emocionalidade desse ente social historicamente escravizado, "treinado" emocionalmente para se manter subalterno ao branco, mesmo quando liberto. Isso porque, no âmbito da psicanálise, o objetivo do racismo seria destruir a identidade do negro e se apossar do seu ideal do ego. Este seria o primeiro traço de violência emocional do racismo, que geraria uma aceitação passiva do negro em relação a uma suposta condição de superioridade do branco. O sujeito negro, quando "possuído pelo ideal de embranquecimento, é forçado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole, resignando-se à passiva condição de inferioridade" (Souza, 2019, p. 7). Esse seria o segundo traço de violência emocional do racismo. O terceiro traço seria desenvolvido pela estigmatização de cor. Acontece, mais ou menos assim: quando se sexualiza (potência, virilidade, bem-dotado, exótico) ou animaliza (macaco, sem alma, animalesco) o corpo de alguém, é retirada desse ser a dimensão de sentir prazer em possuir seu corpo.

Isso "perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer e do prazer de funcionar em liberdade" (Souza, 2019, p. 8). Dessa forma, a "economia psíquica passa a gravitar em torno da dor" (Souza, 2019, p. 8). Para essa psicanalista, talvez seja por isso que, para amenizar a dor da discriminação racial, a repressão emocional advinda do racismo leva o sujeito negro a desvalorizar a si mesmo e seus próprios atributos físicos, como acontece quando, por exemplo, alisa, mantém preso ou raspa o seu cabelo a fim de se aproximar do estereótipo e dos padrões das pessoas brancas.

Oficialmente, a **identificação racial** no Brasil provém de dados levantados pelo Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Osório (2003), atualmente existem três métodos de identificação racial: a autoatribuição de pertença, na qual o próprio sujeito escolhe o grupo do qual se considera membro; a heteroatribuição, quando outra pessoa define o grupo de pertença do sujeito; e a identificação biológica, obtida por meio da análise do DNA.

O Censo de 2022 revelou que o Brasil passou a se autoatribuir, majoritariamente, uma identidade negra. Para o IBGE, o termo "negro" não se refere apenas a uma cor, mas sim a uma identidade social, que engloba duas categorias distintas: pretos e pardos. Em um país com mais de 203 milhões de habitantes, a

maioria da população — mais de 110 milhões de brasileiros e brasileiras (55,7%) — se autodeclara negra. Desses, 92,1 milhões (45,3%) se identificaram como pardos e 20,6 milhões (10,2%) como pretos. Além disso, 1,7 milhão de pessoas se autodeclararam indígenas (0,8%) e 850,1 mil, amarelas (0,4%). Já 88,2 milhões (43,5%) se identificaram como brancas (IBGE, 2022).

Esses dados evidenciam uma transformação importante na forma como os brasileiros vêm se reconhecendo racialmente, ao mesmo tempo em que revelam a persistência de uma dificuldade histórica em assumir a **identidade negra** em um país que, estatisticamente, é majoritariamente negro.

Para a educadora Clareth Reis (2021), professora da disciplina Educação Étnico-Racial do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UENF), orientadora e coautora desta tese, a "dificuldade em se dizer quem é negro no Brasil" advém da realidade da **discriminação racial**. Ou seja, o fato de que "afirmar-se como negro ou negra pode tornar-se algo doloroso", pois há uma "preterição dos mesmos quando em competição com indivíduos do grupo discriminador" (Nogueira, 1998, p. 243 *apud* Reis, 2021, p. 173). Além do fato de vivermos num país miscigenado, fortemente **racista**, que desenvolveu o desejo de branqueamento.

Nesse sentido, é importante compreender "as identidades negras como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro" (Reis, 2021, p. 166). Também é importante compreender que o Brasil é um país fortemente racista, que vem introjetando há séculos o desejo de branqueamento no ideal de ego de sua população.

Por isso, "não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras" (Munanga, 2004, p. 51, *apud* Reis, 2021, p. 175). É preciso considerar também que existem pessoas, como a autora desta tese, heteroidentificadas como pardas, que não possuem traços fenotípicos negros, mas, ainda assim, se autoidentificam como negras. Porque a identidade não é formada apenas pela aparência do nosso corpo; trata-se de uma construção social, histórica, cultural e plural.

Assim, todo esse sentimento de pertencimento, como observa Munanga (2003), é considerado identidade cultural. Porque, dentre outras especificidades, a identidade cultural considera como definidoras de quem somos as particularidades regionais, sociais, culturais, religiosas, históricas e comportamentais de cada indivíduo. Possuir uma identidade negra é, acima de tudo, "um ato político que implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro" (Gomes, 2003, p. 171, *apud* Reis, 2021, p. 166).

Para a psicanalista Neuza Souza (2019), saber-se negro no Brasil é viver uma vida de desigualdades e, muitas vezes, de humilhação. "É ter sido massacrada a sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. E é também comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades" (Souza, 2019, p. 18). E, no imaginário popular, reforçado no Brasil pela ideologia do branqueamento, a cor da pele é percebida como uma característica determinante da **raça**.

Além do fato de existirem simbologias que reforçam os estereótipos raciais associados às cores branca (pureza, virtude, leveza) e negra (mal, impureza, luto). Para Souza (2019), a raça é um:

> Critério social para distribuição de posição na estrutura de classes. Um grupo social, que possui mesma graduação social, contingente de prestígio e bagagem de saberes culturais. Exerce funções simbólicas valorativas e estratificantes, com definições inferiorizantes do negro (Souza, 2019, p. 20).

Egossintonia, por exemplo, no âmbito psicanalítico, refere-se ao contexto da autoimagem. Trata-se de comportamentos, sentimentos e valores que estão em harmonia ou são plausíveis para suprir as necessidades do ego. Já o ideal do ego é tudo que se forma "a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura" (Souza, 2019, p. 3), favorecendo o surgimento de uma identidade do sujeito.

Se "a identidade do sujeito é desenvolvida a partir da relação que se cria com o próprio corpo" e "está baseada na experiência de prazer ou desprazer que o corpo obriga a sentir e a pensar" (Souza, 2019, p. 6), o que pode acontecer com uma pessoa não branca que valoriza a ideologia de cor e de corpo dos brancos? Segundo Souza (2019), essa pessoa tende a adequar seu corpo físico e emocional ao desejo

inconsciente de embranquecer seus traços e comportamentos para viver sem ser tão discriminada numa sociedade racista.

Mas se o racismo causa tanto mal, tantas patologias sociais, se é tão execrável e desumano, por que ele ainda existe? Por que, até os dias de hoje, a cor da pele e aspectos fenotípicos ainda causam diferenciação de tratamento social entre as pessoas? Entendemos que, assim como os brancos europeus (leia-se portugueses, franceses, ingleses e espanhóis) colonialistas dos séculos XVI ao XIX escolheram subordinar pessoas à categoria de escravos para obter lucros com a comercialização dos corpos negros escravizados, o capitalismo do século XXI também precisa manter as pessoas escravizadas para lucrar cada vez mais. Dito de outra forma: os objetivos da colonização, ou seja, tomar para si, através da escravização de pessoas, as riquezas das terras dos povos originais (africanos e indígenas), foram “atualizados com sucesso” no capitalismo.

E como podemos enfrentar e mudar essa perversa realidade de discriminação social mantida pelo racismo? Silvio Almeida (2022) diz que a ação antirracista e a reparação dos atos discriminatórios se fazem necessárias como forma de enfrentamento ao racismo. E é justamente pela perspectiva do enfrentamento e da reconstrução simbólica e narrativa, no âmbito científico e cultural, que nos propomos a rememorar histórias pesqueiras. Estamos aqui para contribuir efetivamente com o fim do silêncio sobre as contribuições dos negros, negras e indígenas no âmbito da pesca artesanal.

Como forma de contribuir com as ações afirmativas e antirracistas, tanto no nível simbólico, cultural, acadêmico e político quanto no âmbito da ação social, buscamos entender quais são as ações político-culturais das comunidades de raiz de matriz africana, presentes no imaginário simbólico e na realidade social dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos fluminense. Pela ótica das políticas sociais, entendidas neste estudo como um aspecto da cultura, aliadas às técnicas audiovisuais de registro e narrativas imagéticas, vivenciamos, analisamos, registramos e estamos divulgando os modos de viver da comunidade pesqueira, juntamente com as formas de estar no mundo dos povos indígenas e das culturas de raiz de matriz africana.

Quando escolhemos utilizar o termo **cultura de raiz de matriz africana**, estamos nos referindo a uma forma de valorizar, afirmar e introjetar, no *corpus* social de uma sociedade racista, visões e percepções positivas dos vários aspectos de “ser

negro". Estamos falando de valorizar a base cultural afro-brasileira e as africanidades da **maioria do povo brasileiro**.

Na perspectiva de Muniz Sodré (1983, 1999), a matriz africana refere-se à potência das identidades negras, concebidas como construções múltiplas, complexas, e social e historicamente (re)construídas na diáspora. Ou seja, na vivência forçada em um território que não é o seu de origem, com base em processos sociais de construção identitária, que se deram a partir do sequestro dos africanos para o Brasil.

Dessa forma, as culturas africanas e afro-brasileiras, presentes no cotidiano brasileiro, se expressam e são mantidas/transformadas nas manifestações histórico-culturais diretamente vinculadas a visões de mundo de raiz africana, também chamadas de africanidades. Africanidades essas vivenciadas nas expressões culturais conhecidas como puxadas de rede, samba, capoeira, frevo, maracatu, reinado, candomblé, candombe, reggae, reisadas, jongo, futebol, carnaval, moqueca, acarajé, feijoada, entre outras expressões culturais de matriz africana que você também deve lembrar.

Essas visões de mundo, próprias do universo africano, estão enraizadas nos jeitos de ser, viver, pensar e construir existências aqui no Brasil. Dando destaque à oralidade, corporeidade e ancestralidade presentes no modo de ser, viver e pensar dos afro-brasileiros, que manifestam, no dia a dia, mesmo sem saber, os conhecimentos culturais e tecnológicos afro-diaspóricos.

Até aqui, já compreendemos o que significa a matriz africana quando dizemos que estamos estudando aspectos memoriais das culturas de raiz de matriz africana; ou seja, refere-se a todas as manifestações afrodescendentes que têm influência dos bantus. Por sua vez, os bantus constituem um grupo etnolinguístico africano localizado principalmente na África subsaariana (países africanos situados ao sul do Equador), que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes e, aqui no Brasil, estão representados principalmente por africanos vindos de Angola, Congo e Moçambique. Eles falam a língua bantu, um conjunto de mais de 600 línguas nativas, com a mesma raiz linguística nigero-congolesa, como as línguas Quicongo, Malê, Iorubá, Fanti, Ashanti, Jeje, Nagô, Mina, dentre outras.

Para o engenheiro, sociólogo, historiador e militante do movimento negro, Henrique Cunha Júnior, "a organização das línguas Bantu reflete a organização de uma filosofia do ser humano, da coletividade humana e da relação desses seres com a natureza e o universo" (Cunha Júnior, 2010, p. 26). Segundo essa perspectiva, a

cosmovisão bantu, ou seja, a visão de mundo ou o conjunto de percepções e crenças desta comunidade, considera como primordial a interconexão entre os ancestrais, o mundo espiritual, a natureza e os seres humanos.

Nesse sentido, destacamos alguns aspectos da cosmovisão bantu, como: o NTU (princípio da existência de tudo, ou força vital); o monoteísmo (crença em um Deus único: Nzambi (Congo), Mogai ou Ngai (Quênia) e Olorum (Nigéria e Brasil)); a oralidade (abrange oratura, oralitura, inscrire, tradição oral, literatura oral e história oral, que está relacionada à palavra, mas também aos toques de tambor e ao movimento do corpo); a ancestralidade (que liga o mundo visível ao invisível); a familiaridade (considerada como uma consequência da ancestralidade); a comunidade (Ubuntu: "Eu sou porque nós somos", coletividade é mais importante que o individualismo); e a natureza, que é um ente sagrado (Cunha Júnior, 2010, p. 31).

Dentre esses aspectos, nos interessa compreender melhor a ancestralidade. E encontramos nas reflexões do filósofo, antropólogo e educador Eduardo David de Oliveira uma percepção sobre a ancestralidade africana que dialoga com as propostas epistemológicas deste estudo:

> Alojada no útero da ancestralidade está a cosmovisão africana. [...] Fruto do agora, a ancestralidade ressignifica o tempo do ontem. Experiência do passado ela atualiza o presente e desdenha do futuro, pois não há futuro no mundo da experiência. A cosmovisão africana é, então, a epistemologia dessa ontologia que é a ancestralidade. De uma epistemologia marcadamente antirracista para uma ontologia da diversidade. De uma epistemologia da inclusão para uma ontologia da heterogeneidade (Oliveira, 2012, p. 40).

Também é importante ressaltar a necessidade de aguçarmos nosso olhar para a percepção sensorial das práticas cotidianas, com o intuito de alcançar o objetivo deste estudo: potencializar a rememoração das técnicas pesqueiras de raiz africana. Para além disso, buscamos compreender como se estruturam as redes econômicas, culturais, políticas e sociais existentes na comunidade tradicional da pesca artesanal na Região dos Lagos, bem como inferir de que maneira essas relações dialogam com a memória de suas ancestralidades.

Para atingir esses objetivos, procuramos acessar indivíduos pertencentes a **comunidades remanescentes de quilombos**. O termo enfatiza aspectos identitários e territoriais, referindo-se a "grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; sua identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política" (Moraes, 2016, p. 112). Esse

conceito busca abarcar diversos segmentos negros, em diferentes regiões e contextos, e nos recorda que os quilombolas são reconhecidos como “povos ou comunidades tradicionais”. Ao mesmo tempo, trata-se de comunidades com histórias específicas, nas quais cada grupo possui sua própria condição social e histórica, seu legado, sua herança material e cultural, e distintos sentimentos de pertencimento (Moraes, 2016, p. 124).

Foi a partir dessa perspectiva que elegemos, como sujeitos do campo de pesquisa sobre as culturas de matriz africana, os pescadores e pescadoras artesanais do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e da comunidade da Prainha, em Arraial do Cabo. Durante o trabalho de campo, pudemos perceber e registrar como esses pescadores e pescadoras vêm sendo submetidos a diferentes episódios de racismo estrutural e institucional.Cleusa dos Remédios Rocha, popularmente conhecida como Cleusinha, é marisqueira e presidente da Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha, Sol, Salga e Arte (MUPAAP). Ela nos relata um exemplo de racismo estrutural e ambiental que acabou fundando o território onde vive hoje:

> Os negros que fugiam das fazendas se refugiavam na Prainha. E quem morava aqui? Com certeza era meu avô, que era casado como uma negra que não foi aceita dentro de Arraial do Cabo, que era a praia dos Anjos onde só viviam portugueses brancos. E meu avô português então foi um dos propulsores a fundar o bairro da Prainha. Então, tudo o que a cidade e o Arraial não aceitavam, vinha para esse pequeno pedacinho aqui que é a Prainha (Cleusa dos Remédios Rocha, 2024)[28].

Outro exemplo, agora de racismo institucional, fica aparente no contexto quilombola da Rasa, em Armação dos Búzios. Apesar de a Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa ter sido certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2005, até o final de 2024, 19 anos depois, o território ainda não havia sido titulado.

Portanto, as 422 famílias quilombolas, o maior contingente quilombola do estado do Rio de Janeiro, reais proprietárias de mais de 109 alqueires de terra, divididos em cinco territórios - dentre eles toda a parte costeira da Praia da Gorda até a Área de Proteção Ambiental Mangue de Pedra e a Ponta do Pai Vitório - não obtiveram a titulação oficial da posse de suas terras. E pior, a comunidade quilombola vem constantemente sofrendo ameaças de vida por parte da milícia e dos grileiros de

[28] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo.

terra. Eles ameaçam e intimidam os quilombolas da região para garantir a manutenção dos interesses dos grandes investimentos imobiliários relacionados ao turismo na área[29]. Ou seja, até hoje, o famigerado racismo continua sendo a prática colonialista que justifica a invasão territorial naquele local, a desqualificação e a expropriação das pessoas por sua cor. Só que agora o colonialismo mudou de nome; na comunidade de Armação dos Búzios, ele se chama expansão imobiliária e "desenvolvimento" turístico.

Ainda bem que existem cientistas e agentes sociais do mundo inteiro que se dedicam a compreender a questão do racismo para bani-lo da sociedade. Kabengele Munanga nos ensina que as atuais conclusões da Biologia Humana atestam a inexistência científica da possibilidade de a questão racial definir traços emocionais e de personalidade nos seres humanos. E mais! No século XXI, só se justifica o uso do termo "raça" como um conceito se estiver relacionado à "realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão" (Munanga, 2003, p. 6). Exclusão que se dá de forma social, política, econômica e cultural.

Mas, infelizmente, os racistas capitalistas, para continuar expropriando a força de trabalho e os direitos civis dos negros, continuam disseminando a desinformação de que características intelectuais e morais de um grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. Eles alimentam no cotidiano o imaginário do racista, dizendo que a raça negra não se reduz a um grupo definido somente pelos traços físicos. Ela também é formada por "um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc, que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence" (Munanga, 2003, p. 8).

Para que possamos vencer coletivamente esses equívocos racistas, faz-se necessário compreender melhor o que o antropólogo Kabengele Munanga quer dizer quando se refere à identidade étnico-cultural negra. Segundo ele, a **etnia** está ligada à ancestralidade e à territorialidade, ao compartilhamento de uma cosmovisão e de uma cultura em comum. É composta por elementos históricos, psicológicos, culturais e sociais. Possui origem e evolução no espaço e no tempo. A combinação desses elementos constrói grupos sociais específicos em diversidade, expressas em distintos

[29] Fonte: informações sigilosas obtidas pela autora na fase 1 pesquisa de campo desta tese, realizada em novembro de 2022.

modos de vida, que, por sua vez, geram o multiculturalismo e a diversidade cultural. E no Brasil, podemos distinguir várias culturas e tipos de identidades étnicas e culturais, “são essas identidades plurais que evocam as calorosas discussões sobre a identidade nacional e a introdução do multiculturalismo numa educação-cidadã” (Munanga, 2003, p. 14).

A compreensão de nossa etnia resulta de uma histórica ação política, da conquista de uma educação-cidadã, como essa que possibilitou a esta autora cursar a disciplina Educação, Relações Étnico-Raciais e Políticas Sociais em uma universidade pública. Uma conquista social construída a partir da atuação política dos cidadãos, através de mobilizações sociais antirracistas realizadas durante todo o século XX.

No Brasil, elas foram preconizadas historicamente pela Frente Negra Brasileira (1930), Movimento Negro Unificado, Teatro Experimental Negro de Abdias Nascimento, dentre outros, aliadas às lutas pan-africanistas iniciadas internacionalmente na década de 1950, por vários agentes sociais, como Léopold Sédar Senghor, primeiro presidente do Senegal livre (1960). São vozes que pautaram lutas e noções de direito e de justiça mais abrangentes, que rejeitaram e denunciaram as ideologias racialistas e suas políticas discriminatórias, bem como toda a desumanização produzida pelo escravismo colonial, classista e xenofóbico.

Foi a partir das mobilizações político-sociais das organizações políticas negras que surgiram as proposições de mudanças sociais para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Essas lutas foram compreendidas como legítimas pelo governo de esquerda do presidente Lula e se transformaram em políticas sociais, as conhecidas políticas afirmativas. E é importante frisar: **o princípio básico** das **políticas sociais** é justamente **garantir que todos os cidadãos tenham acesso à mesma proporção de bem-estar social**.

Para o sociólogo Ailton de Carvalho, as políticas sociais compõem um conjunto de “diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível” (Carvalho, 2007, p. 75). Ele considera que as políticas sociais deveriam ser percebidas como uma “lógica do processo político”, e possuem “duas partes que se complementam: uma de tipo valorativo, filosófico, ético e moral que tende a definir os objetivos a alcançar; e outra

de tipo empírico, prático, que mostra de que maneira se podem alcançar os objetivos estabelecidos" (Carvalho, 2007, p. 75).

Além disso, trata-se de uma forma de o Estado construir uma sociedade mais coesa, possibilitando a convergência dos interesses de todos os agentes sociais. É a partir da definição, pelo governo, das políticas sociais a serem adotadas que as políticas sociais afirmativas se corporificam em políticas públicas. Foi o que ocorreu com a criação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 - hoje o principal instrumento de combate ao racismo no campo educacional -, que regulamentaram o ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* na educação básica do Brasil.

É verdade que, embora estejamos colhendo, no início do século XXI, alguns frutos das lutas antirracistas do século passado e que as conquistas político-sociais mencionadas estejam sendo implementadas de forma gradual em nosso cotidiano, o racismo estrutural e institucional - muitas vezes travestido de enaltecimento da branquitude - ainda contribui para a ausência dos conhecimentos afro-indígenas, não apenas nas narrativas sobre a pesca artesanal.

Diante disso, nosso estudo busca, sob a perspectiva da identidade política, rememorar e valorizar a identidade étnico-cultural negra. Nosso propósito é contribuir com a luta antirracista, criando novas narrativas que resgatem e enalteçam os saberes afro-indígenas relacionados à pesca artesanal e, quiçá, colaborar com "propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil" (Munanga, 2003, p. 15).

3.2 conexões entre cultura, tradição, identidade, memória, cidadania, política e a pesca artesanal

Otávio Costa Moraes é um dos sujeitos desta pesquisa. Ele é o mestre da companha da Canoa Maravilhosa, ancorada na Prainha, em Arraial do Cabo. Durante o terceiro momento de pesquisa de campo, realizado em maio de 2024, quando fizemos o registro em vídeo de sua entrevista, tivemos o seguinte diálogo:

> - Para você, o que é política? – Perguntou a entrevistadora
> - É a coisa mais suja do mundo. – respondeu Moraes.
> - Por que você acha isso? – Perguntou a entrevistadora
> - Onde se envolve dinheiro hoje em dia, infelizmente, envolve corrupção. Então, onde há política, há corrupção. Seja qual for a instituição, seja política, na classe onde nós vivemos hoje, no mundo, é municipal, é estadual, federal, seja lá qual for o mandante, há corrupção em todas elas. Seja numa esfera de pesca, ou na esfera de qualquer dos serviços públicos. É algo que envolve

> política, infelizmente, há corrupção. Pra mim, pra mim, Otávio, é a coisa mais suja que existe no mundo. Não deveria ser assim, mas infelizmente é. A tal da política é a pior coisa do mundo. Temos que ter a política, mas ela é muito suja – respondeu Moraes (Otávio Costa Moraes, 2024)[30].

Cleusinha, Cleusa dos Remédios Rocha, idealizadora e presidente da cooperativa MUPAAP, também situada na Prainha, foi entrevistada no mesmo período e momento de pesquisa. Ela possui a seguinte percepção sobre o assunto:

> Existem dois tipos de política. Tudo o que nós fazemos é política, né? Existe a política social e a política partidária. Tudo isso se aprende também. Porque, para nós, a política era só política partidária, política não presta. Não! A política partidária nasceu para mudar, para trazer mudança, para trazer democracia. Mesmo que alguns não enxerguem isso, que a maioria brasileira ainda não entende, assim como eu não entendia e aprendi através dos PEAS, Projeto de Educação Ambiental, que implantavam dentro de Arraial do Cabo. Até isso nos ensinou sobre política partidária e política social. Então, a política social trabalha com todo o seu interesse, mesmo a política partidária tem interesse, sabe por quê? Não só de melhoria, mas também financeiro [...] porque com o interesse financeiro você pode auxiliar pequenas comunidades. [...] A política social é no qual eu ou você, nós juntos podemos fazer pelo mundo, não é isso? (Cleusa dos Remédios Rocha, 2024)[31].

Otávio e Cleusinha moram na mesma localidade, são ambos pescadores artesanais, pertencem à mesma classe social e possuem a mesma formação educacional — o ensino médio. No entanto, têm opiniões bastante distintas sobre política. Por que isso acontece? Para responder plenamente a essa questão, seria necessário um estudo mais aprofundado, talvez até uma tese dedicada exclusivamente a esse tema. Contudo, ao analisar atentamente as entrevistas e a convivência que tivemos com essas pessoas durante as gravações em vídeo desta pesquisa, identificamos alguns fatores que podem ter influenciado suas visões políticas.

Um aspecto relevante é que Otávio não participa efetivamente de grupos sociais representativos, tampouco busca formação ou capacitação formal em sua área. Todo o conhecimento que possui - fruto de sua maestria no ofício - foi construído a partir da vivência cotidiana no setor, no qual atua desde os oito anos de idade. Já Cleusinha mantém forte atuação representativa da categoria das mulheres na pesca artesanal. Ela busca constante capacitação por meio de Programas de Educação Ambiental aos quais tem acesso, como o PEA Pescarte e o PEA Foco, além de

[30] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo.
[31] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo.

estabelecer parcerias com universidades federais presentes em sua comunidade, como o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Essa parceria, inclusive, possibilitou a criação da cooperativa MUPAAP. Assim, supomos que a atuação social, a participação cidadã e o contato com universos culturais diversos possam ter contribuído para a formação de percepções tão distintas e, por vezes, antagônicas sobre política, no caso das visões de Otávio e Cleusinha, ambos reconhecidos como líderes em seus respectivos grupos sociais.

Essa interpretação parte do princípio de que é no compartilhamento de dimensões comuns do universo cultural - marcado pelo reconhecimento recíproco, pela construção coletiva de sentidos e pela interação social - que as pessoas desenvolvem a consciência de quem são, aprendem a viver em sociedade e encontram forças para lutar por seus direitos socioculturais e políticos.

. Por isso, coadunamos com os estudos culturais desenvolvidos por Clifford Geertz (1973), quando ele aponta a **cultura como elemento determinante da ação social**. Também dialogamos com as perspectivas de Roy Wagner (1981), quando este analisa a **cultura pela ótica da teoria da simbolização**, percebendo-a tanto como mediação quanto como criatividade.

É nesse sentido, de como nos relacionamos com o mundo a partir de diversas formas de interação, que nos referimos à “política” como um dos aspectos da “cultura”. Portanto, parece-nos importante adentrar no âmbito conceitual para balizarmos nossa compreensão sobre os conceitos de cultura, tradição, identidade, memória, cidadania e política.

Vamos começar pela cultura. A cultura produz compartilhamento de sentidos entre iguais e tradução de significados entre os diferentes. Ela se faz presente em todos os atos e gestos humanos aprendidos em sociedade, por meio de formas práticas e simbólicas de conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento. Apresenta-se socialmente como um conjunto compartilhado de regras de criação e interpretação da realidade, refletindo a própria condição humana e a maneira como as pessoas se expressam e se relacionam com as estruturas materiais e as bases territoriais onde a vida ocorre. Trata-se de um processo permanente de significação, ressignificação, organização, interação, troca de interpretações, representações e

práticas, presente tanto no interior quanto entre sistemas socioculturais, sejam eles locais, regionais, nacionais ou globais (Abreu, 2012)[32].

Dentre os conceitos culturais que orientam nossa percepção sobre a relação entre cultura e raça, destacamos o trabalho do antropólogo Claude Lévi-Strauss, especialmente quando ele aborda a relação intrínseca entre cultura e território.

No artigo “Raça e Cultura” (1999), Lévi-Strauss pondera: "Desde o nosso nascimento, o meio ambiente incorpora em nós um complexo sistema de referências, valores, motivações e pontos de referência sociais, educacionais, históricos e de condutas, os quais identificamos como cultura”. Pelo prisma territorialista, a cultura pode ser percebida como “la manera en que ciertos grupos humanos se dividen y se reforman, a las modalidades que la costumbre impone a los individuos de ambos sexos para unirse y reproducirse, a la forma prescripta de negar a dar la vida a los niños y de criarlos, al derecho, a la magia, a la religión y a la cosmología” (Lévi-Strauss, 1999, p. 54). Ou seja, por essa perspectiva, os limites geográficos, aquilo que é aceito ou suportado, e as relações de hostilidade são determinados pela cultura compartilhada pelo grupo social do qual se faz parte.

O antropólogo sugere também que a cultura se divide em três categorias: a primeira é composta por culturas contemporâneas, mas situadas em locais diferentes no globo; a segunda refere-se àquelas que se manifestaram na mesma região, mas que foram anteriores no tempo; e a terceira engloba as que existiram em um tempo e espaço anterior a esses.

Por isso, a oposição existente entre “culturas progressivas” e “culturas inertes” parece resultar muito mais da diferença de localização de um grupo cultural do que de predicados realmente qualitativos. E é pelo viés da percepção cultural que Lévi-Strauss afirma: pela perspectiva científica, seja ela biológica, antropológica ou paleontológica, não existem motivos que validem o conceito de superioridade entre as “raças humanas”[33]. Para ele, as distâncias geográficas, as propriedades particulares de cada meio e a ignorância que as pessoas têm sobre o restante da humanidade são o que proporcionou a diversidade das culturas existentes hoje, bem como os

[32] Reflexões sobre cultura trabalhadas por nós no mestrado em comunicação social: Abreu, Carem C. N. Dissertação. **Ritomídia: do ritualístico ao midiático. A midiatização das culturas de raiz de matriz africana na perspectiva da capoeira angola.** Mestrado em Interação Midiática. Belo Horizonte, MG, PUC Minas, 2012.

[33] “Existen muchas más culturas humanas que razas humanas, puesto que las primeras se cuentan por millares y las segundas por unidades” (Lévi-Strauss, 1999, p.2).

desenganos dos discursos supremacistas. Portanto, ele sugere que uma forma de refletir sobre o problema da desigualdade entre as raças humanas seria debruçar-se sobre a questão da diversidade das culturas humanas.

Também dialogam com nossas percepções sobre a cultura as reflexões do educador Carlos Rodrigues Brandão (2018) acerca das **relações existentes entre cultura, educação popular e política**. Brandão contribui com as reflexões de uma das premissas básicas de nossa pesquisa, no que se refere à perspectiva de que a cultura é uma ponte, um meio dialógico, de acesso entre a educação, a cultura popular e a política. No artigo "Cultura e cultura popular nas origens da educação popular", ele afirma que os "pioneiros movimentos de cultura popular (...) começaram a pensar e praticar a *educação,* como *cultura,* e a *cultura* como *política*" (Brandão, 2018, p. 10). Ele traz como arcabouço dessa reflexão alguns pensamentos do educador Paulo Freire:

> A educação popular nascia não apenas da cultura dos livros ou dos museus; ela nascia da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas (Freire, 2014, p. 61-62 *apud* Brandão, 2018, p.9).
> A cultura como resultado do seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana (Freire, 1983, p. 109 *apud* Brandão, 2018, p.9).

Foi na década de 1960, durante o período do golpe militar no Brasil, que surgiram os primeiros Movimentos de Cultura Popular, com a premissa de que as culturas dos povos do Brasil originaram a Cultura Popular. Esta, por sua vez, não poderia continuar sendo relegada ao desconhecimento ou a um segundo plano em relação à cultura erudita difundida pelas elites colonialistas. Brandão demonstra que as bases desse novo movimento almejavam colocar a cultura popular em um parâmetro diferenciado:

> Imaginávamos que seria a partir de um diálogo entre "nós", militantes da Cultura Popular e "eles", praticantes de uma entre tantas expressões de culturas populares, que, através de um difícil trabalho fundado em variações de diálogos interculturais, almejávamos criar com o povo, em seu nome e tendo-o como sujeito protagonista, uma "nova cultura", "uma nova hegemonia cultural (Brandão, 2018, p.11).

Aqui, um parêntese: é premente considerar que, no nível subjetivo das construções simbólicas daquilo que é considerado "povo", há uma batalha ideológica histórica entre aqueles que são hegemônicos e os não-hegemônicos. Essas batalhas não ocorrem gratuitamente. Geralmente, a cultura popular vem sendo difundida pelos

hegemônicos como folclore, ou seja, como meras utilizações nacionalistas do simbólico popular e da tradição.

No entanto, a resistência política dos agentes culturais populares vem ressignificando seu passado, antes marcado pela normatização e pela folclorização. A partir da década de 1980, os grupos não hegemônicos passaram a difundir uma nova concepção de cultura popular, mais ampla, que deixou de ser reduzida ao universo onírico, ao mundo dos contos imaginários e às manifestações comunitárias do folclore.

Justamente para "evitar polarizações que a tratam como folclore, resíduo da cultura erudita, resistência à dominação" (Barros, 2010, p. 36), torna-se necessária uma ampla ressignificação das culturas populares no campo social. Isso porque a cultura popular "é melhor compreendida quando referida ao seu plural, culturas populares, ou seja, a realidades marcadas pelas diferenças, que podem revelar modelos de continuidade, ruptura e atualização do vivido, transformando-o em referências, memórias e identidades" (Barros, 2010, p. 36).

Retomando as reflexões do educador Brandão, mostra-se bastante pertinente a proposta de articulação entre cultura popular pedagógica e ações sociais e políticas. Essa nova pedagogia, que surgiu no Brasil com o educador Paulo Freire e posteriormente se expandiu por toda a América Latina, está descrita no livro *Pedagogia do Oprimido* (2003) e fundamenta-se em três percepções centrais: 1) "pensar a educação como cultura"; 2) "pensar a cultura como história"; 3) "pensar a história como criação humana" (Brandão, 2018, p. 11).

A partir de tal percepção, foi criada a noção de "círculos de cultura", que se tornaram a base da didática pedagógica da educação de adultos adotada pelo conhecido Método Paulo Freire de alfabetização. Trata-se de uma pedagogia equânime de trocas de conhecimentos, cuja premissa básica é:

> Apenas através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos e conscientes, solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si mesmo como uma pessoa entre outras; a das relações interativas em e entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatoriamente político; a das estruturas da vida social (Brandão, 2018, p.27-28).

É justamente através da metodologia dos círculos de cultura que realizamos a proposta de educação não formal em produção audiovisual para alguns dos sujeitos desta pesquisa[34].

A permanência na cultura é conhecida como tradição. Pensando especificamente nas comunidades tradicionais de pesca artesanal, o Núcleo A, nomeado Núcleo de Pesquisa em Cultura e Conflitos Socioambientais do Programa de Educação Ambiental Pescarte da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), debruçou-se sobre os estudos de Almeida, Carneiro da Cunha e Ingold para desenvolver o seguinte conceito de tradição:

> Por tradição compreende-se conhecimentos que constituem repertórios cognitivos pautados em habilidades, orientações, sentimentos, sensibilidades, e memórias geradas e transmitidas intergeracionalmente, a partir de experiência no ambiente particularmente habitado (Pescarte, 2021).

No campo da tradição, os sujeitos "sabem de onde vieram e o que devem fazer para manter suas pegadas, seus rastros" (Barros, 2007, p. 3). Assim, organizam suas vidas de tal forma a preservar os sentidos originais e manter as raízes que lhes dão sustentação. Nesse sentido, o contato com a tradição e com a raiz de uma cultura induz os sujeitos a um processo de subjetivação anterior que possibilita um mergulho em um imaginário mitológico e alegórico, crivado de simbologias e fundamentos identitários.

Vale ressaltar que, ainda que no âmbito da tradição se busque "manter as pegadas", saber de onde se vem não significa, necessariamente, reproduzir apenas um comportamento estanque. Embora certas formas tradicionais possam se perpetuar, mudanças e transformações são possibilidades sempre presentes, tensionando a permanência e fazendo com que as tradições se reciclem, de modo a registrar a abertura, a criatividade institucional e individual.

O comunicador Adriano Duarte Rodrigues (1999) considera culturais todas as manifestações da vida coletiva de um povo, desde a tradição, a mitologia, a língua, as artes e as práticas rituais até a culinária, o vestuário, as maneiras de cultivar a terra e de educar os jovens. O comunicador João Carlos Ferreira Correia (2007)

---

[34] No final de abril de 2024 realizamos a "Oficina de Produção Audiovisual Documentos de Si: registro audiovisual com telefone celular", com 8 horas/aula, sendo 3 horas teóricas e 5 horas práticas, para três quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. Abordamos mais profundamente o assunto no próximo capitulo desta tese.

complementa a visão de Rodrigues ao considerar a cultura como " o universo onde se concretizam as definições subjetivas de situações que transformam as condutas em ações socialmente significantes" (Correia, 2007, p. 59).

Ou seja, a manutenção cultural pode ser considerada um trabalho de remoção das interferências do tempo e da política na memória coletiva, além de recuperação do passado e dos objetos simbólicos presentes nas subjetividades e identidades dos sujeitos. A identidade, por sua vez, pode ser considerada um elemento fundamental da cultura.

Compreender as identidades dos sujeitos é um aspecto muito importante para nosso estudo. Para o teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (2006), em seu artigo "Identidade em Questão: as culturas nacionais como comunidades imaginadas", as principais fontes de identidade são "as culturas nacionais em que nascemos" (Hall, 2006, p. 47). Essas culturas se cristalizam de tal maneira em nosso ser que constituem nossa identidade cultural. Essa identidade, por sua vez, não possui um caráter estático. Trata-se mais de um processo contínuo de construção e seleção de traços e marcas, tempos e espaços que definem a maneira de olhar, ver e ser visto por cada sujeito.

No artigo "Tradição e Tradução: Identidade, Cultura, Memória", Rosângela Cidreira de Jesus (2010), literata com ênfase em Linguagens e Representações, cita Stuart Hall (2005) para abordar a concepção dinâmica do conceito de identidade, principalmente a identidade cultural:

> Em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outro (Hall, 2005, p.39 *apud* Jesus, 2010, p. 2).

Segundo a perspectiva de Hall (2006), em seu artigo "Identidade em Questão: as culturas nacionais como comunidades imaginadas", constante no livro *Identidade cultural na pós-modernidade* (2005), desde o século XVII até hoje, existiram, pelo menos, três concepções de identidade:

- **O sujeito do iluminismo**: movimento político do século XVII que lutava contra os privilégios da nobreza e do clero. Esses sujeitos eram indivíduos totalmente centrados, unificados, dotados das capacidades de razão, consciência e ação, cujo "centro" consistia em um núcleo interior que

permaneceu "idêntico" a eles ao longo da existência, descrito como sendo o ser masculino, o homem.

- **O sujeito sociológico**: a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda possui um núcleo ou essência interior, que é o "eu real", mas este é formado e modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e com as identidades que esses mundos oferecem. Assim, essa identidade preenche o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público.
- **O sujeito pós-moderno**: é composto não de uma única, mas de várias identidades de "celebração móvel", que são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam.

É a partir desse raciocínio sobre a relação entre a mudança da identidade e os processos socioeconômicos, políticos e culturais ao longo do tempo que Hall (2006, p. 7) compreende que "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, com o surgimento de novas identidades abalando os quadros de referência e ancoragem estável dos indivíduos no mundo social". As novas identidades às quais ele se refere são conhecidas como identidades políticas. Elas se estruturam sobre uma nova base, delineada pelos chamados novos movimentos sociais, como o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares, os ecológicos, entre outros.

Sob essa concepção, a identidade extrapola a dimensão restrita da vivência individualizada para se constituir como uma construção cotidiana plural, coletiva e dinâmica, elaborada e reelaborada a partir da memória. Ou seja, trata-se de um lugar vivido no passado que se reinventa no presente - ponto em que a identidade se entrelaça com a memória.

Nesse sentido, cabe refletir brevemente sobre a potência da construção da memória a partir do registro da imagem, um dos instrumentos analíticos utilizados tanto na pesquisa de campo quanto nas análises desta tese e na produção fílmica que a acompanha, cujo título - *REMEMORAR: Histórias Pesqueiras* - já evidencia a centralidade da memória nos processos de subjetivação e na difusão do conhecimento.

Ao falar de memória, entendemos que o esforço de trazer à superfície, no presente, aquilo que estava imerso e oculto no passado revela a relevância das

memórias individuais para a formação da memória coletiva. A rememoração, originada na subjetividade de um sujeito social, passa inevitavelmente por um processo de ressignificação, no qual, diante das condições atuais, busca-se reconstruir um passado que já não é vivido, mas que se mantém como referência simbólica.

Nesse sentido, trazemos a seguinte reflexão da psicóloga social brasileira Ecléa Bosi, advinda de seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994), principalmente quando ela se refere à participação da própria vivência do sujeito no momento do acesso às suas memórias: "O que me chama a atenção é o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia" (Bosi, 1994, p. 458-459).

A teoria semiótica é um dos instrumentos que nos possibilita compreender de que forma seria possível acessar as significações memoriais individuais, pela perspectiva das interpretações e do entendimento dos enunciados e representações, a partir da relação entre memória, linguagem e imagem. Como nos ensina o brasileiro pós-doutor em semiótica, Julio Pinto, a semiótica "é uma teoria do signo[35] e da produção de sentido", difundida pelo semioticista americano Charles S. Peirce. A partir do "fundamento daquilo a que chamamos de linguagem" e baseada "nos processos fundamentais da lógica, ou seja, nos processos de inferência", o "ângulo da teoria semiótica [...] pode ser usado para se pensar a leitura" de um enunciado (Pinto, 2002, p. 83).

No artigo "Sobre o desejo de imagens na contemporaneidade", Pinto (2017) nos presenteia com uma afirmação de Peirce (1931-1935) que vai de encontro ao que postulamos como possível de realizar ao gravarmos não somente a narrativa oral, mas também os gestos identitários de nossos/as entrevistados/as: "**a memória"** de uma **"ação pode ser, grosso modo, descrita como uma imagem**" (Peirce, p. 1.596 *apud* Pinto, 2017, p. 65, grifos do autor)[36].

Pinto também retoma a seguinte questão e reflexão levantada por Peirce sobre a continuidade, a duração e a recuperação "do desejo da vivência" inerentes à memória:

---

[35] Signo é um elemento de sentido linguístico que "está no lugar de algo para alguém" (Pinto, 2002, p. 83).

[36] Segundo Pinto: "essa forma de citar é tradicional nos estudos de Peirce. CP se refere a *Collected Papers".* (Pinto, 2017, p. 63). Portanto, essa citação constitui o parágrafo 596 do primeiro volume dos CP.

> Podemos, então, alguma vez, ter certeza de que algo no mundo real é contínuo? [...] Trata-se do seguinte: estamos imediatamente cientes apenas de nossas sensações presentes – não futuras, não passadas. O passado nos é conhecido pela memória presente e o futuro pela sugestão do presente. Mas antes de podermos interpretar a memória ou a sugestão elas se passadizam; antes de podermos interpretar a sensação presente que significa memória, ou a sensação presente que significa sugestão, já que interpretação leva tempo, a sensação deixa de estar presente para se tornar passada. Desta forma só podemos chegar a alguma conclusão sobre o presente a partir do passado (Peirce, p. 1.167 *apud* Pinto, 2017, p. 63)[37].
>
> Essa explicação nos sugere que a imagem, ao se tornar registro daquilo que num presente se manifestou, é o passado explicador daquele presente, de vez que a imagem interpreta e remanifesta um instante qualquer que ficou lá atrás. [...] (seria uma) *imagem potente*, isto é, um signo de vivência para quem a viveu. Alternativamente, **pode-se pensar essa imagem como signo cujo objeto lhe é anterior e que tem potência de manifesta-lo novamente** (Pinto, 2017, p. 63, grifo nosso).

Se considerarmos que a cultura brasileira foi fundada com elementos identitários, gestuais e memoriais das culturas indígenas, africanas e portuguesas, podemos dizer que este estudo dialoga com os estudos culturais e semióticos, no sentido de **buscar rememorar e manifestar novamente no seio social elementos identitários das culturas de matriz africana e indígena, por meio de narrativas orais e imagéticas dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos.** Trata-se, portanto, de uma ação narrativa político-cultural de ressignificação memorial, com a criação de novos sentidos, potencializando os compartilhamentos subjetivos e o surgimento de novas significações.

Em relação ao âmbito das interpretações das significações de elementos memoriais, uma de nossas premissas está no fato de que o aspecto gestual é um potente elemento de percepção imagética, não somente dos traços característicos de elementos culturais, mas também de elementos memoriais das comunidades da pesca artesanal pesquisadas. Mas quais seriam as bases conceituais que nos dariam suporte para ingressar em uma interpretação dos gestos a ponto de acessar uma memória latente e identificá-los como sendo característicos de um grupo sociocultural ou de outro?

Se a filologia se empenha em compreender os textos escritos de uma língua, a hermenêutica é a ciência que se propõe a compreender a arte pela teoria da interpretação. Buscamos no filósofo italiano Giorgio Agamben parte desse aporte

---

[37] Segundo Pinto: “essa forma de citar é tradicional nos estudos de Peirce. CP se refere a *Collected Papers* [...] essa citação constitui o parágrafo 167 do primeiro volume dos CP” (PINTO, 2017, p. 63)

conceitual interpretativo, pois ele aprofundou seus estudos sobre a teoria do conhecimento nos campos da estética e da política. No livro *A potência do pensamento: ensaios e conferências* (2015), Agamben trabalha a questão da interpretação do gesto no artigo "Kommerell, ou do gesto" (Agamben, 2015, p. 211), onde é enfatizada a potência linguística do gesto e seu potencial de significação.

Para Agamben, mais do que com a palavra oral ou escrita, o gesto desenvolve com o interpretante uma relação mais íntima de linguagem. O gesto seria algo que não pode ser expresso em palavras, uma "improvisação para remediar uma impossibilidade de falar" (Agamben, 2015, p. 213). Seria uma outra face da linguagem, na qual é possível "*morar*, sem palavras, na língua" (Agamben, 2015, p. 212). O filósofo busca em Kommerell (segundo sua opinião, depois de Benjamin, o crítico alemão de maior expressão do século XX) as bases para abordar a questão do gesto a partir da teoria crítica, portanto, das formas interpretativas de um texto, de uma narrativa, seja ela de qual suporte for (escrito, oral, pictórico, imagético etc.).

Para Kommerell, a crítica atua em três níveis: no "nível filológico-hermenêutico, o nível fisionômico e o nível gestual. O primeiro desenvolve a interpretação da obra, o segundo a situa [...] segundo a lei da semelhança, o terceiro resolve sua intenção em um gesto (ou numa constelação de gestos)" (Agamben, 2015, p. 211). Dentre os inúmeros tipos de gestos neste estudo, vamos focar nossa percepção interpretativa nos seguintes: 1) os "gestos da alma" – aqueles que são repetidos e contêm a pessoa e seu símbolo; 2) o "puro gesto", gestos que renunciam a pretensão de realidade, onde se instalam o vazio da memória e a falha da palavra.

No artigo "Dos gestos e imagens necessários à afirmação da vida: cultura política, práticas de memória e pandemia", a doutora em sociologia Fabiana Jardim (2021) reflete sobre a contribuição dos gestos e imagens na construção de rememorações. Para ela, os gestos e imagens podem suscitar "uma disposição ética semelhante à modalidade de testemunho" (Jardim, 2021, p. 5-7). E, até mesmo, possibilitam o afloramento e a materialização de lembranças, tornando-as visíveis a ponto de serem compreendidas no nível consciente, mudando e atualizando as tradições e as formas de relacionamentos sociopolítico-culturais de um grupo social e, até mesmo, de toda uma comunidade.

Como nos ensinaram Agamben e Kommerell, os gestos e suas ritualidades possuem muitas vezes o dom de comunicar um conteúdo simbólico com mais precisão do que as palavras ditas e escritas. Essa também é uma das constatações da doutora

em políticas sociais, Natália Ribeiro, quando estudou a manutenção das tradições pesqueiras com as pescadoras e pescadores artesanais de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.

Na tese *GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo*, Ribeiro (2020) aborda a importância da repetição dos conhecimentos para manter viva uma tradição. A replicação dos "gestos da alma", parafraseando Kommerell, é "notada, observada e, mais tarde, copiada" nas práticas cotidianas, sendo "mais persistente que palavras" orais e escritas para a preservação de uma tradição (p. 70). A pesca artesanal é uma tradição na qual os conhecimentos e trajetórias se transmite pela história oral, observação e repetição dos gestos dos antepassados (p. 104).

Por outro lado, Ribeiro também aborda o caráter volátil desses gestos:

> Tais gestos são continuamente reatualizados e, segundo Giard (2013), só duram enquanto persiste sua utilidade, de acordo com o consenso daqueles que os executam. Assim, "há uma vida e uma morte nos gestos [...]. É preciso acreditar no seu sucesso para continuar a repeti-los" (p.272-273). Desse modo, gestos se apagam e são reinventados (Ribeiro, 2020, p. 71).

Pela perspectiva de Kommerell, esses gestos, que nascem ou são inventados sem um significado aparente, seriam os "puros gestos". Quando nos propomos a rememorar a contribuição dos negros e negras para a prática da pesca artesanal na Região dos Lagos, supomos que os "puros gestos" seriam aqueles que estamos buscando, pois carregam consigo elementos significativos fundados não somente em uma significação inconsciente, e talvez ancestral, mas também em uma necessidade relacionada ao ambiente onde a pessoa vive. E aqui, vale destacar: neste estudo, compreendemos como ambiente o geográfico, o cultural, o sociopolítico e o econômico.

Carlos Emanuel Sautchuk é um doutor brasileiro em antropologia e atua na área de antropologia da técnica e do ambiente. Em seu artigo "Gestos, águas e palavras na pesca amazônica" (2011, p.101), ele defende que a pessoa em si não emana uma habilidade. Tal habilidade nasce de seu vínculo individual e coletivo com o ambiente no qual habita. Ou seja, "os gestos e habilidades técnicas não são ações sobre um mundo inerte" (Sautchuk, 2011, p. 101). Para ele, as diferentes redes de gestos e movimentos derivam da sinergia das ações humanas relacionadas ao ambiente.

Como exemplo de tal percepção sensorial necessária ao pescador e à pescadora artesanal, Sautchuk narra um momento gestual da pesca com arpão do peixe pirarucu, realizado na Reserva Biológica do Lago Piratuba, na vila de Sucuruji, situada no norte do Brasil, no estado do Amapá, na região amazônica:

> No lago, o trabalho se desenrola em associação com a luminosidade, o calor, o vento e o comportamento dos animais. Os horários preferenciais para topar (encontrar) o pirarucu são o início da manhã e o fim da tarde, em função dos hábitos do peixe, mas sobretudo porque nesses períodos o vento diminui e os sinais na superfície da água podem ser mais bem distinguidos.
>
> A captura é realizada em canoas (montarias) a remo para duas pessoas, utilizando especialmente o arpão, e o peixe mais importante é o pirarucu (Arapaima gigas). A forma de captura também põe em relevo o papel central do arpoador (ou proeiro), já que ela resulta de seu duelo pessoal com o pirarucu, que envolve enfrentamento, esperteza e sedução.
>
> [...] Na proa da montaria, ele se mantém atento aos sinais do peixe, traçando estratégias e guiando o piloto através dos seus sinais, no mais absoluto silêncio. Chegado o momento oportuno, ele se ergue de haste em punho e lança, para em seguida aproximar-se do peixe através da arpoeira, a corda presa ao arpão. Eis **o gesto principal dessa atividade de captura**, entre pesca e caça, que consiste no paradigma das relações estabelecidas no lago (Sautchuk, 2011, p.90, grifos nossos).

E Sautchuk nos lembra que, pela perspectiva de Ingold (2011), o fato de "perceber o ambiente não é olhar para as coisas a serem encontradas nele ou discernir suas formas e desenhos congelados, mas juntar-se a eles no fluxo material e nos movimentos que contribuem para sua - e nossa - formação contínua" (Sautchuk, 2011, p. 101). Como buscamos perceber processos mais complexos de engajamento e tradições ancestrais, a exemplo dos encontrados na pesca artesanal, enquanto pesquisadoras, nós realizamos neste estudo uma abordagem mais ativa, uma pesquisa-ação mais participativa e coletivizada do que "as meramente centradas no ambiente ou atentas apenas às habilidades do ponto de vista do indivíduo" (Sautchuk, 2011, p. 101).

Por isso, quando nos propomos a analisar as ações político-culturais das comunidades de raiz africana presentes no imaginário simbólico e na realidade social dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos, estamos falando de uma experiência compartilhada de estudos entre pesquisadoras e sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma vivência de trocas de conhecimentos que culmina não somente na produção de uma nova pesquisa a ser registrada nos anais da ciência. Estamos interessadas no compartilhamento de conhecimentos técnicos, na educação

não formal em audiovisual dos sujeitos da pesquisa, na reconstrução simbólica e difusão midiática da cultura local e na ressignificação das tradições de toda uma comunidade. E essa nossa proposta, além de acadêmica, no âmbito da educação, é também uma proposta política.

Mas, afinal, o que entendemos como política quando nos referimos reiteradamente às ações político-culturais da comunidade tradicional da pesca artesanal? De uma forma simplista, política seria toda ação, pessoal ou coletiva, que objetiva o bem-estar de uma comunidade. Como vimos no trecho da entrevista com o mestre pescador Otávio, da Prainha, em Arraial do Cabo, atualmente existe uma certa aversão e, até mesmo, um certo misticismo que envolve a palavra política. Mas, curiosamente, estamos falando de um conceito muito antigo, embora ainda bastante incompreendido pela maioria dos brasileiros.

Originariamente, o termo política (Πολιτικά) surgiu na Grécia, no século V a.C. Ele deriva da palavra politeía (πολιτεία) e refere-se ao regime ou governo da polis, abrangendo todos os procedimentos ou ações relativas ao bem comum dos cidadãos no âmbito da cidade-Estado grega. Também faz alusão à sociedade, comunidade, coletividade e vida urbana. Os pensamentos sobre política foram estruturados inicialmente pelos filósofos Sócrates (470 a.C. - 399 a.C.), Platão (428 a.C. - 348 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) (Medeiros, 2016). A seguir, faremos uma breve descrição das contribuições desses pensadores para a concepção do conceito de política, na esperança de possibilitar a criação de um paralelo reflexivo e comparativo de como compreendemos a política atualmente.

Para Sócrates[38], a virtude política (areté) tem o objetivo de estabelecer o bem comum na cidade, nascendo da participação política ativa do cidadão, que é instruído a participar com comprometimento na esfera da vida pública. Essa virtude é estabelecida por meio da força espiritual e moral do saber, da relevância da ética, da honestidade, do caráter e da justiça. Platão, discípulo de Sócrates, preocupou-se em colocar em prática os ensinamentos político-filosóficos de seu mestre e questionou a estrutura política da democracia grega, voltada apenas para a participação dos homens (Medeiros, 2016).

---

[38] Fonte: “Construção da Areté Política em Sócrates”, de Renata de Freitas Chaves e Jean Michel de Lima Silva. Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia 2017, publicado em 04/07/2017. ISSN: 2238-2208.

Além de criar a Academia de Atenas, seu projeto educativo para a formação do cidadão e do homem de bem, sua principal obra foi Politeía (em espanhol, La República), cujo tema central foi o desenvolvimento do conceito de justiça e de sociedade ideal, as diferentes formas de governo, bem como as virtudes dos governantes (Menescal, 2009, p. 48). Ou seja, o "projeto político de Platão não se apresenta essencialmente pela questão política, mas se envereda pela ética e por uma educação orientada pela filosofia" (Menescal, 2009, p. 48).

Aristóteles, discípulo de Platão, foi o filósofo que mais refletiu sobre a política, principalmente sobre as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz aos cidadãos. Ele inaugura o pensamento de uma comunidade política e diversa. É o que nos descreve o doutor em filosofia César Augusto Ramos (2014) em seu artigo "Aristóteles e o Sentido Político da Comunidade ante o Liberalismo":

> A comunidade política não é apenas formada por muitos homens, mas também pela diversidade que eles apresentam, de modo a evitar a homogeneidade familiar que os semelhantes produzem. A família apresenta uma maior unidade porque nela – e muito mais no indivíduo – a tendência à identificação repele as diferenças.
>
> Uma vez que a cidade é por natureza uma pluralidade, e se sua unificação for excessivamente compelida, de cidade ela torna-se família, e de família indivíduo: com efeito, podemos afirmar que a família é mais una que a cidade, e o indivíduo mais uno que a família. Por conseguinte, mesmo supondo que alguém tem condições de realizar esta unificação, deve-se resguardar de fazê-lo, pois isto conduziria a cidade à ruína. A cidade é composta não apenas de uma pluralidade de indivíduos, mas ainda de elementos especificamente distintos (Aristote, 1982, II, 2, 1261 a, 15-25).
>
> [...] Os membros da *polis* devem constituir uma organização política de cidadãos livres e iguais que guardam um sentido de pertencimento comunitário. [...] Mesmo como partes do todo, os indivíduos devem diferir, pois a identidade da *polis* permite e até exige indivíduos diferenciados, só possível pela diversidade (Ramos, 2014. p.66).

Aristóteles entende que a igualdade não possui o sentido de uma uniformidade irrestrita. Para ele, a diversidade constitui a base de uma comunidade política, pois resulta da cooperação entre cidadãos que diferem em suas capacidades para a execução de tarefas, garantindo, assim, a multiplicidade.

Portanto, quando, no século XXI, nos deparamos com discursos e ações de ódio capazes de escravizar, matar e humilhar pessoas por motivos racistas, classistas ou relacionados à orientação sexual ou religiosa, é oportuno retomarmos alguns dos pensamentos aristotélicos, formulados há cerca de 2.500 anos, que fundamentaram o que hoje conhecemos como democracia. Para Aristóteles, a valorização da

pluralidade e da diversidade dos cidadãos é tão importante quanto a construção de uma sociedade proposta de unificação dos pensamentos e das formas de ser, a ponto de chegar à seguinte conclusão: “é evidente que, se o processo de unificação for perseguido com muito rigor, não haverá mais o Estado” (Aristóteles, 1982, II, 1261a, 20 *apud* Ramos, 2014, p. 66).

O exercício de uma cidadania que respeite a diversidade não apenas mantém a existência do Estado, conferindo-lhe um poder político, como também é uma das formas de inclusão social. O filósofo francês, especialista em estética e política, Jacques Rancière (2009), em seu livro *A partilha do sensível*, reflete sobre como, desde a Grécia antiga, a ação individual e coletiva no meio social vem sendo crucial para o exercício da cidadania, chegando a afirmar que “cidadão, para Aristóteles, é quem toma parte no fato de governar e ser governado” (Rancière, 2009, p. 15).

O sociólogo inglês Thomas H. Marshall se dedicou a estudar o desenvolvimento do conceito de cidadania, abrangendo os séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Para Marshall (1967), a ampla compreensão da cidadania está associada à participação do cidadão na construção e no acesso aos direitos civis, políticos e sociais. A doutora em sociologia política Lea G. Souki (2006), em seu artigo “A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil”, em seus estudos sobre o referido autor, pontua que a carta de direitos *Bill of Rights* (criada e aprovada pelo Parlamento da Inglaterra em 1689) e as revoluções inglesas do século XVII e a francesa do século XVIII contribuíram para uma nova compreensão da cidadania. Nesse novo momento, o “indivíduo enquanto unidade política” começou a agir “desvinculado das instituições gremiais e corporativas” (Souki, 2006, p. 41).

Mas, em qual medida os estudos de Marshall podem contribuir com a “questão do desenvolvimento da cidadania no Brasil?” Souki (2006) faz alguns cotejamentos:

> Retornando à referência do caso inglês, poderíamos considerar que falta no Brasil a ideia de Estado-Nação? É preciso considerar que os ingleses estavam construindo o mundo para eles viverem e a sociedade para si e seus descendentes, com o mesmo espírito que construíam a ciência, a tecnologia. Nesse projeto, estava incluída a preocupação com a convivência com a desigualdade de maneira a não afetar seu bem-viver, seja por razões sanitárias, demográficas, econômicas, humanitárias, estéticas ou pragmáticas. Portanto, se aquele projeto falhasse, eles não pensavam em construí-lo em outro lugar. Entre as elites já haviam sido construídos alguns consensos. E, ainda que não tivessem total clareza sobre o que significaria historicamente a regulamentação dos conflitos através da ampliação dos direitos civis, como já foi mencionado, mesmo assim é provável que estivessem criando um cálculo do padrão de vida civilizada. Nesse cálculo, mais ou menos claro ou mais ou menos difuso, tinham ideia sobre o grau de

> pobreza com o qual estariam dispostos a conviver sem ameaçar a vida civilizada (Souki, 2006, p.53-54).

Não nos cabe, neste momento, aprofundar em uma compreensão mais detalhada dos fatos e contextos que afastam os brasileiros e as brasileiras, e, em especial, a comunidade da pesca artesanal, do amplo acesso ao exercício de sua cidadania. No entanto, consideramos importante pontuar brevemente o significado do conceito de Estado-Nação e sua relação com a construção das identidades nacionais e suas relações políticas. Assim, buscamos compreender o conceito de Estado-Nação no artigo “Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos”, da doutora em antropologia social Luciana O. Ferreira (2013):

> Em sua face moderna, o Estado-Nação pode ser definido como um tipo de organização política que mantém o monopólio administrativo sobre um território delimitado, "sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e ex- ternos de violência" (Giddens, 2008: 145). Um dos seus atributos é a capacidade de "monitoramento reflexivo dos aspectos da reprodução dos sistemas sociais su- bordinados ao seu domínio" (Giddens, 2008: 42-43). Para isso, o Estado opera com um aparato administrativo constituído por um conjunto de instituições de governo e por uma hierarquia de funcionários especializados.
>
> [...] É preciso dizer que o Estado-Nação apresenta importantes alinhamentos institucionais com o capitalismo, desempenhando um papel importante na manutenção da ordem econômica: ao mesmo tempo que garante as condições políticas necessárias para a efetivação dos empreendimentos capitalistas, também depende desses empreendimentos para manter funcionando o seu aparato administrativo (Ferreira, 2013, p.30).

Considerando a perspectiva de Hall (2006) sobre as definições políticas do Estado-nação, que associam, influenciam e até mesmo subordinam as identidades das culturas nacionais, vale lembrar que a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar, em seus cidadãos, padrões universais, como a alfabetização e a generalização de uma única língua vernacular, com o objetivo de estabelecer, em toda a nação, uma forma dominante de comunicação. Podemos compreender a potência de tal imposição ao considerar que, em um país continental como o Brasil, fala-se apenas o português, ainda que, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, existam no território povos originários pertencentes a mais de 300 etnias e falantes de 274 línguas distintas.

Trata-se, em muitos casos, da tentativa de criar uma falsa cultura homogênea, erguida a partir de uma “narrativa da nação”. Formadas por histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais, essas

narrativas representam triunfos e desastres, perdas e experiências compartilhadas. São narrativas que dão sentido à nação e mantêm as instituições nacionais. Ou seja, **mais do que uma comunidade territorial, "uma nação é uma comunidade simbólica"** (Hall, 2006, p. 49, grifo nosso). O fato de as pessoas compartilharem símbolos nacionais em comum explica o poder do Estado-Nação em "gerar um sentimento de identidade e lealdade" (Schwarz, 1986, p. 106 *apud* Hall, 2006, p. 49) e, em nossa opinião, muitas vezes potencializa, objetivamente, a inação político-social de seus cidadãos.

Como vimos anteriormente, Rancière (2009) se concentrou em compreender a relação entre estética (percepção filosófica das artes e interpretação de seus significados simbólicos) e política. Para esse filósofo, a política refere-se aos modos de subjetivação dos sujeitos, ou seja, de como as pessoas percebem interiormente os fatos. Ele está interessado em entender como a estética se ocupa "do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer" (Rancière, 2009, p. 17-19).

E o que liga o regime estético ao político? Quem possui competência, no sentido de habilidade, para exercer o regime estético da política? Para Rancière, o regime estético da política é a própria democracia, onde atuam as figuras de comunidade. E como podemos identificar, no corpus social, esses regimes estéticos da política? Rancière nos conta que eles são realizados:

> (no) regime das assembleias de artesãos, das leis escritas intangíveis e da instituição teatral. Ao teatro e à escrita, Platão opõe uma terceira forma, uma boa forma de arte, a forma coreográfica da comunidade que dança e clama sua própria unidade. Em suma, Platão destaca três maneiras a partir das quais práticas da palavra e do corpo propõem **figuras de comunidade**. Identifica a superfície dos signos mudos: superfície dos signos que são, diz ele, como pinturas. E o espaço do movimento dos corpos, que se divide por sua vez em dois modelos antagônicos. De um lado, há o movimento dos simulacros da cena, oferecido às identificações do público. De outro, o movimento autêntico, o movimento próprio dos corpos comunitários (Rancière, 2009, p. 18, grifos nossos).

Tais movimentos de corpos, no exercício de sua cidadania, agem politicamente no seio social em busca do bem-estar, seja no âmbito da população, realizado de forma comunitária ou individual, seja no âmbito governamental democrático, por meio da representação política nas instâncias de poder municipal, estadual e federal. É justamente pela dimensão estética da política que nos propomos a compreender quais foram as ações e conquistas político-sociais obtidas nos últimos 10 anos pelas

comunidades tradicionais da pesca artesanal do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e de Arraial do Cabo.

Por isso, é importante enfatizarmos como percebemos a diferenciação existente entre os conceitos de política e de políticas sociais. Para compreender o conceito de políticas sociais, buscamos auxílio nas reflexões da cientista política Sônia Fleury, publicadas nos artigos “Políticas Sociais e Cidadania” (2002) e “Capitalismo, Democracia, Cidadania - Contradições e Insurgências” (2018). Fleury (2001) inicia o artigo citado explicitando a dificuldade intrínseca de precisar o que seria a política social, justamente porque o conceito abarca várias instâncias de significação.

Para ela, os múltiplos aspectos que envolvem as políticas sociais passam por um conjunto de valores compartilhados: um campo de luta, um processo de acumulação, um aparato institucional, um campo de conhecimento e várias práticas sociais e culturais específicas. Ou seja, trata-se de um campo complexo e multideterminado (Fleury, 2001).

De forma esquemática, Fleury sugere que o termo "política" se refere ao poder de atribuição coercitiva de valores, exercido pelo Estado. Já o termo “social” refere-se à sociedade como uma esfera de interação entre indivíduos e grupos, mobilizados voluntariamente em defesa de seus interesses. Ela também descreve o conceito de políticas sociais sob a égide de várias abordagens conceituais, as quais denomina como finalísticas (existem para resolver um problema pontual), setoriais (referem-se a questões de um setor), funcionais (relacionadas a uma função), operacionais (definem formas de ação) e relacionais (redefinem identidades e têm estratégias de poder compartilhadas).

Nosso estudo dialoga melhor com a conceituação relacional de política social porque ela abarca as ações de “diferentes atores sociais, que, numa dinâmica de poder, se interpelam e redefinem suas identidades e estratégias.” Tais ações surgem como o “resultado do enfrentamento e da luta dos grupos populacionais mais organizados pelo melhoramento de suas condições de vida e a garantia de seus direitos” (Fleury, 2002, p. 1-4). Um exemplo de política social relacional no campo da pesca artesanal seria o seguro defeso[39].

---

[39] O defeso está previsto na Lei nº 11.959/2009, e é uma paralização temporária da pesca, que acontece num período fixo anual objetivando a preservação de várias espécies de peixes na época de sua reprodução. O seguro defeso é uma bonificação do estado para compensar economicamente esse período de parada laboral das pescadoras e pescadores artesanais cadastrados na colônia de pescadores.

Fleury ressalta que o exercício da cidadania, gerador da política social, envolve complexas relações de força, nas quais “a conquista da cidadania, através da implementação das políticas sociais, é sempre o resultado concreto de uma relação de forças das classes em luta pela institucionalização das relações de força estabelecidas historicamente entre as classes e mediadas pelo Estado” (Fleury, 2018, p. 111).

Nota-se, portanto, que a questão central acerca do desenvolvimento da cidadania, da democracia cidadã e da participação dos agentes sociais no Brasil é paradoxal. Isso porque “a ordem política se assenta sobre a noção de igualdade em uma sociedade” cuja ideologia governamental é capitalista. A lógica política capitalista fundamenta-se na desigualdade e na exploração de classes, rejeitando e desestimulando, de forma intrínseca, a ação cidadã. No caso brasileiro, desde a década de 1980, somos governados pela lógica capitalista liberal, que estrategicamente mina, desestimula e coage a ação coletiva representativa, ao mesmo tempo que exalta a individualidade e a meritocracia.

Entretanto, o Estado de bem-estar social, característico da social-democracia, foi criado justamente para possibilitar uma maior integração da perspectiva liberal no seio social. Retomando algumas reflexões de Marshall sobre o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, mesmo que o Estado capitalista liberal tenha preservado a estrutura de desigualdade de classes e que a igualdade de direitos não tenha sido suficiente para eliminar tais desigualdades, ainda assim, na Inglaterra dos séculos XIX e XX, houve correlação e paridade entre as lutas sociais e as forças políticas.

Nesse contexto, o princípio igualitário da cidadania e o princípio de justiça social possibilitaram uma “maior integração social”, permitindo inclusive que lutas pela criação de políticas igualitárias gerassem direitos sociais concretos aos trabalhadores da década de 1950. Mesmo diante das ameaças impostas pelo mercado liberal, a intervenção estatal na economia viabilizou a implementação e regulamentação da redução da jornada de trabalho de 14 para 8 horas diárias.

Fleury nos mostra que, naquele momento histórico, a reação social frente ao liberalismo possibilitou “o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar Social nos países centrais” (Fleury, 2018, p. 111). A reação social criou uma situação política de mudança da ideologia liberalista para a social-democracia, promovendo um novo período de expansão de proteção social. Essa expansão incorporou novos direitos e grupos sociais à cidadania (Fleury, 2018, p. 111), como a conquista de políticas sociais

voltadas para a redistribuição dos lucros capitalistas e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da classe assalariada.

Portanto, quando falamos de políticas sociais, referimo-nos ao resultado das "relações de forças assimétricas e contraditórias que elaboram justificações no seio do Estado ou da Sociedade Civil para estabelecer determinada regulação" (Ribeiro, 2020, p. 77) e às conquistas de direitos sociais por meio da criação de leis voltadas à promoção do bem-estar social.

Compreender teoricamente a dimensão política e as políticas sociais de um Estado estruturado no liberalismo é crucial para este estudo, sobretudo porque nos fornece a base conceitual necessária para realizarmos uma observação crítica da dimensão político-social da atuação cidadã dos pescadores e pescadoras artesanais das comunidades pesqueiras aqui pesquisadas. Mais adiante, apresentaremos os resultados de nossa análise, a partir dessa dimensão política, sobre como essas comunidades se mobilizam, percebem e vivenciam as políticas sociais voltadas para a pesca; como esses agentes sociais atuam no exercício da cidadania; e também destacaremos as conquistas de direitos obtidas por meio de sua mobilização e participação social nos últimos dez anos.

Como também objetivamos contribuir para a construção de novas narrativas de representação social e simbólica da comunidade da pesca artesanal nos campos científico, cultural, político e social, propomo-nos a fazê-lo não apenas pelo olhar externo da pesquisa acadêmica registrada em uma tese de doutorado, mas como um estudo que envolve uma partilha do sensível, realizada em coparticipação com os sujeitos da pesquisa.

Essa partilha sensível, oriunda da participação conjunta, é compreendida à maneira de Rancière: trata-se do "modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas" (Rancière, 2009, p. 7). Segundo a perspectiva do autor, essas figuras de comunidade se encontram esteticamente desenhadas por uma partilha sensível da realidade. E ela seria:

> Um sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa [...] um comum partilhado e partes exclusivas.
>
> [...] a maneira pela qual as artes podem ser percebidas como artes e como formas de inscrição do sentido da comunidade. (Essas formas definem a

> maneira como as obras ou performances) fazem politica: quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais.
>
> [...] um recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição, que se coloca a questão da relação estética/ política. A partir daí pode-se pensar as intervenções políticas (Rancière, p.15-26).

Tocadas pela percepção de uma politicidade sensível e de um comum partilhado, oriundo da reflexão artística sobre o sentido estético e político de comunidade, optamos por adotar o olhar sensível da arte cinematográfica e o registro audiovisual como instrumentos de participação compartilhada com os sujeitos da pesquisa. O registro imagético nos proporcionou um suporte analítico complementar à pesquisa de campo, justamente porque a arte mobiliza nossas sensibilidades cognitivas, articula as funções da palavra, os movimentos dos corpos e as relações entre o visível e o invisível. Ao mesmo tempo, não deixamos de lado a interface política, "porque revoga a dupla política inerente à lógica representativa: o mundo das imitações da arte e o mundo dos interesses vitais e das grandezas político-sociais" (RANCIÈRE, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a análise sócio-político-cultural aqui proposta possibilitou-nos construir linguagens e novas narrativas em coparticipação com os sujeitos da pesquisa. Desde o início do trabalho de campo, os pescadores e pescadoras artesanais não foram apenas observados, entrevistados e analisados: eles e elas tiveram acesso ao ensino não formal de técnicas de registro audiovisual, atuaram ativamente na captação de entrevistas e imagens, assistiram ao material editado e opinaram sobre a edição final. Participaram coletivamente da produção do conteúdo audiovisual educacional e simbólico desta tese. Esse conteúdo, de caráter disruptivo, foi elaborado a partir da rememoração das virtudes culturais e sociopolíticas das comunidades de pesca artesanal de origem quilombola e indígena, ressaltadas pelos contrastes percebidos na análise comparativa de seus distintos modos de vida, moldados por suas territorialidades, culturas e tecnologias de pesca.

Mas como, afinal, conseguimos acessar repertórios simbólicos tão ancestrais? A resposta está na compreensão da ação política pela perspectiva da estética - ou seja, como um aspecto das ações culturais que formam comportamentos - e também pela perspectiva das políticas sociais, da antropologia visual, da educação não formal e do cinema de engajamento. Durante quatro anos, imergimos no universo das

vivências da pesca artesanal, realizando uma pesquisa-ação comparativa em duas comunidades da Região dos Lagos, RJ: os pescadores e pescadoras quilombolas da Praia da Rasa, em Armação dos Búzios, e os pescadores e pescadoras de Arraial do Cabo.

Com o objetivo de perceber e registrar a contribuição dos conhecimentos de raiz africana nos repertórios sócio-político-culturais e laborais dessas comunidades, observamos seus modos de vida, estabelecemos contatos pessoais, realizamos entrevistas e registramos, em áudio e vídeo, suas ações sociopolíticas e culturais, bem como as memórias de sete gerações - abrangendo cerca de 250 anos - sobre a participação de pessoas negras e indígenas na pesca artesanal da Região dos Lagos.

Por meio de uma observação analítica, política e sensível, buscamos compreender como essas comunidades percebem, transmitem e analisam seus saberes, práticas e técnicas de trabalho, baseados em vivências sócio-político-culturais; como interpretam suas origens, realidades, identidades, culturas, olhares e experiências político-sociais. Em suma, realizamos um mergulho nas dimensões simbólicas da pesca artesanal, com o propósito de contribuir para a difusão sociocultural dos saberes dessas comunidades tradicionais, em especial dos pescadores e pescadoras negros.

A partir das leituras das teses *QUANTO CUSTA SER PESCADOR ARTESANAL? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*, de José Colaço Dias Neto (2015), e *MULHERES DA Z3 – O CAMARÃO QUE 'COME' AS MÃOS E OUTRAS LUTAS, estudos sobre gênero e pesca*, de Luceni Medeiros Hellebrandt (2017), e pela perspectiva estética da política (Rancière, 2009), elencamos quatro aspectos analíticos para acessarmos e registrarmos as tecnologias de pesca e os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais: 1) Aspecto Técnicas Pesqueiras; 2) Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal; 3) Aspecto Ancestralidade; 4) Aspecto Atuação Sócio-Política. Seguem as questões abordadas em cada um deles:

1) Aspecto Técnicas Pesqueiras.

Questões: Quais são práticas pesqueiras realizadas na região?

Organização social, dimensões da cadeia produtiva da pesca: pré-captura; captura; pós-captura.

Tipos de embarcações; tipos de peixes.

Onde estão localizados os espaços de captura

2) Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal.

Questões: Como se dão os sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira? Convivência e experiência pessoal.

3) Aspecto Ancestralidade.

Questões: Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória? Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?

4) Aspecto atuação sócio-política.

Questão: Quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?

Tanto as respostas para as questões acima citadas quanto a relação dessas respostas com a revisão conceitual mencionada anteriormente serão abordadas nos próximos tópicos deste capítulo. Essas questões também compõem a estrutura da linha narrativa do roteiro e da direção do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*[40], parte deste estudo.

As reflexões realizadas se baseiam nos achados obtidos durante as três etapas da pesquisa de campo, ocorridas entre outubro de 2022 e maio de 2024, nas cidades de Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, na Região dos Lagos Fluminense. Essas digressões foram produzidas para interpretar, com técnicas de análise de discurso (Gill, 2019), as 20 entrevistas episódicas e narrativas realizadas. Também buscamos apoio em outras três categorias analíticas para acessar os universos simbólicos e memoriais dos membros da comunidade da pesca artesanal com os quais tivemos contato: I) Universo simbólico comunicativo; II) Universo simbólico cultural. A seguir, fazemos um resumo dos conceitos abrangidos em cada um dos universos a serem analisados.

Em relação ao aspecto analítico I, "Universo simbólico comunicativo", trabalharemos com o conceito de níveis de significação (denotação e conotação). Para a análise imagética que será realizada adiante, utilizaremos as técnicas analíticas de denotação e conotação advindas da semiótica (Barthes, 1964), obtidas a partir do texto "Análise semiótica de imagens paradas", de Gemma Penn: "no primeiro nível, que Barthes chama de **denotação**, o leitor necessita somente de

[40] Assista gratuitamente na play list "Rememorar Histórias Pesqueiras", do canal da ATOS Central de Imagens: https://www.youtube.com/playlist?list=PLmI-zngD8VkdTMuIRnoNoC7ekBwWULxeZ.

conhecimentos linguísticos e antropológicos. No segundo nível, que ele chama de **conotação, o leitor** necessita de outros conhecimentos culturais" (Penn, 2019, p. 324, grifos nossos).

Para acessarmos o aspecto II, com a utilização dos conceitos de ações de resistência: reconstituição de vínculos, instituições de contenção e transformações (Vizer, 2007); 10 aspectos tradicionais de raiz de matriz africana (Abreu, 2012), dispostos da seguinte forma:

2.1) Aspectos tradicionais e culturais de raiz de matriz africana: tratam-se, originariamente, de um conjunto de 11 elementos socioculturais, ou vários deles, presentes simultaneamente nas práticas e expressões culturais das pessoas negras brasileiras e inicialmente categorizados por nós, na dissertação mencionada. Dentre os 11 citados, utilizaremos apenas 10 para as análises vindouras:

2.2.1) **Ancestralidade**: valorização dos saberes ancestrais, com a presença de hierarquia materializada na organização social, onde o mais antigo ou o detentor dos conhecimentos é considerado mestre;

2.2.2) **Ritualidade/rotina**: referem-se a maneiras/modos pré-estabelecidos e coletivizados de se executar ações culturais[41]. Podem ter caráter espiritualizado ou não;

2.2.3) **Oralidade**: a grande maioria dos ensinamentos e ritualidades africanas e indígenas, originariamente, é repassada para a comunidade pela tradição oral, literatura oral e história oral, mas também pelos ritmos/toques de tambor e movimentos corporais;

2.2.4) **Atividade orgânica**: utilização manual de instrumentos e técnicas. Originalmente, este elemento analítico foi nomeado como "musicalidade" orgânica. Para abranger as atividades específicas do público por nós pesquisado, mudamos a nomenclatura do elemento para "atividade" orgânica;

2.2.5) **Corporeidade**: utilização do corpo físico e etéreo como forma de expressão, trabalhada em quatro níveis: corpo, mente, emoções e espírito;

[41] A "ritualidade presente na cultura popular é mais um fator que (...) exerce função essencial, já que é através dela onde se estabelece a conexão com esse tempo primordial originário, onde se encontram os antepassados, que retornam cada vez que o rito e a celebração assim o solicitam. A ritualidade adquire, no universo da cultura popular, o aspecto de culto, onde sagrado e profano se entrecruzam, atribuindo um outro sentido ao religioso e à religiosidade (Abib, 2004, p.11).

2.2.6) **Mandinga**: formas evasivas, informais e inesperadas de atuação, com um forte componente metafísico que não pode ser explicado apenas pela racionalidade;

2.2.7) **Pertencimento**: a conjugação grupal como elemento essencial de socialização. A participação em um grupo gera integração, segurança e pertencimento ao indivíduo, que consegue se perceber não apenas como um ser isolado, mas sim como parte de um coletivo coeso e participativo, possibilitando, no âmbito social, o contato direto entre membros de diversas camadas sociais, assim como a valorização dos trabalhos comunitários;

2.2.8) **Resistência**: manutenção e permanência da experiência ao longo do tempo. A partir dessa perspectiva, o passado não é algo que se esgotou e está fossilizado, mas sim algo vigente, que tensiona o presente, projetando possibilidades futuras. O passado é visto como uma dimensão temporal que vigora e que guarda e aguarda um sentido;

2.2.9) **Militância**: atuação político-social de enfrentamento à coerção e criação de novas realidades;

2.2.10) **Autonomia e autogestão**: desde tempos imemoriais, as culturas populares afro-brasileiras se mantêm de maneira autônoma e autogerida, possibilitando que as atividades realizadas não sofram descaracterizações políticas/ideológicas decorrentes, por exemplo, de parcerias com governos e instituições privadas.

Agora, com a compreensão conceitual e metodológica aqui explicitada, já podemos nos dedicar a conhecer e compreender como os sujeitos eleitos para esta pesquisa acadêmica estão percebendo interiormente os fatos. O faremos a partir da percepção político-social realizada pelo viés da estética, ou seja, de como a política está relacionada “aos modos de subjetivação dos sujeitos” (Rancière, 2009, p. 17).

É por esse prisma, do acesso às subjetividades estéticas e políticas, que a seguir apresentamos os sujeitos da pesquisa, o contexto sociopolítico e cultural de suas vivências, suas especificidades e nossas impressões sobre a pesca artesanal praticada pelas duas comunidades estudadas, bem como a maioria dos achados obtidos durante as pesquisas de campo.

3.3 Conhecimentos culturais de raiz de matriz africana e indígena, ou sobre a experiência da pesquisa de campo relacionada às peculiaridades dos sujeitos da pesquisa

"REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal" é um estudo científico no âmbito do doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). O trabalho dialoga com três dos 20 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das políticas de Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais[42] propostas para a Agenda 2030[43]: ODS 18, Igualdade Racial; ODS 19, Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20, Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

Nos propusemos a estabelecer esse diálogo com as principais políticas de proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, rememorando histórias pesqueiras. Entre 2022 e 2024, imergimos no cotidiano de duas comunidades tradicionais da pesca artesanal na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro para estudar, conhecer e analisar a atuação sociocultural e política dessas comunidades situadas no Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e em Arraial do Cabo. Também nos propusemos a refletir sobre sua representação simbólica por meio de um aparato sociotécnico, a fim de registrar suas rememorações, identidades, olhares, bem como as conquistas de direitos obtidas nos últimos 10 anos.

Embora compreendamos a importância de estudarmos os povos originários como um todo - afrodescendentes e indígenas - no início de nossos trabalhos, recebemos orientação para realizar um corte epistemológico na temática de pesquisa proposta. Considerando nossa trajetória histórica, que inclui a realização de pesquisas cinematográficas não acadêmicas relacionadas à difusão dos conhecimentos das comunidades tradicionais de raiz de matriz africana, e também nossa ação política no âmbito da educação étnico-racial, escolhemos enfatizar a contribuição dos negros e negras para a pesca artesanal.

Por este motivo, inicialmente, essa pesquisa foi intitulada "REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais de raiz de matriz africana e ação

---

[42] Citado nas páginas 28 e 29, capítulo1.

[43] Trata-se de um plano de ação global para criar um mundo mais sustentável e justo, criado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

político-social na pesca artesanal". Contudo, um dos primeiros achados da pesquisa de campo nos alertou para a necessidade de incorporarmos as importantes contribuições indígenas para o tema, uma vez que os povos indígenas eram frequentemente mencionados em entrevistas, relatos históricos ou objetos arqueológicos. Assim, o termo "afro-indígena" e sua temática foram incorporados à nossa perspectiva analítica e ao título do presente estudo.

Ao refletirmos sobre o termo afro-indígena, o fazemos a partir de uma compreensão bem mais ampla do que a mera perspectiva étnico-racial. No artigo "A categoria 'afro-indígena' na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico", a doutora em sociologia Mônica Conrado e a doutora em comunicação e cultura contemporâneas Thiane Barros nos explicam de que forma as comunidades amazônicas do Pará vêm utilizando a autoatribuição afro-indígena para vencer a "cegueira da colonização", como um instrumento identitário cultural e de luta.

> Buscamos trazer à tona como a categoria afro-indígena tem sido tratada na Amazônia paraense em teses e dissertações, defendidas no período de 2000 a 2020 no país. Isso nos levou a encontrar, através da literatura especializada, uma diversidade de comunidades em diferentes lugares do Pará que carregam a categoria afro-indígena como autoatribuição identitária construída culturalmente.
>
> O intuito foi trilharmos uma abordagem que caminhe para ampliar as fronteiras discursivas que a cegueira da colonização impôs para uma narrativa oficial brasileira que dizima a multiplicidade das histórias e identidades culturais amazônidas. Portanto, a importância da descolonização é justamente a tentativa de nos despir de lentes da colonialidade que hierarquizam saberes, corpos, existências e territórios.
>
> O percurso que fizemos foi promover a complexidade nela embutida de que a categoria afro-indígena não é sinônimo de via única de pertencimento étnico-racial. Nesse percurso, o que nos moveu foi acionar representações, tradições culturais, linguísticas e saberes ancestrais que estão em continuum, processo dinâmico em resistência, mas que também demandam construções identitárias em contraposição ao apagamento e dizimação de etnias indígenas e povos negros da diáspora africana amazônida em suas referências de mundo. Foi-nos evidenciada a complexidade trazida na autoatribuição afro-indígena que é contextual, dinâmica e temporalmente localizada (Conrado; Barros, 2022, p. 243).

E, de fato, é fundamental para nós conhecer a amplitude e a diversidade dos agentes sociais da comunidade tradicional da pesca artesanal, pois os compreendemos como agentes políticos de um campo social específico. Quando nos referimos ao campo social, o pensamos pela ótica de Bourdieu (1966), como um campo constituído pelo espaço social global. Seria uma espécie de microcosmo inserido em um macrocosmo. Assim, em nossa perspectiva, o campo social da

comunidade tradicional da pesca artesanal também estaria estruturado por posições sociais, fazeres e lutas específicas (Catani, 2009, p. 192-193 *apud* Bourdieu, 2009, p. 192-193).

Segundo o grupo de pesquisadores do Núcleo A, Núcleo de Pesquisa em Cultura e Conflitos Socioambientais do PEA Pescarte, as comunidades tradicionais da pesca artesanal podem ser definidas como:

> Grupos culturalmente diferenciados e que reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se identificam e se aceitam na ocupação e usos de recursos naturais existentes em um determinado território, que podem ou não ser de moradia, mas que esteja, relacionados ao ambiente aquático, tendo nas águas, suas marcas, símbolos e práticas que demarcam as condições para a sua tradicional produção cultural, linguística, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas num movimento dialético entre resistência e transformação" (Cezar, 2021).

Para criar o conceito de comunidade tradicional da pesca artesanal, o grupo de pesquisadores baseou seus estudos no Decreto-Lei 6.040/2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. O referido decreto, juntamente com as reflexões de uma série de outros pensadores, dos quais destacamos o geógrafo Milton Campos e a contribuição de seus estudos para a compreensão do conceito de território, foram essenciais para o desenvolvimento, por parte desses pesquisadores, de outro conceito central para nosso estudo: o conceito de territórios tradicionais:

> Por território tradicional entende-se tanto uma materialidade que se apreende por meio dos sentidos enquanto paisagem, quanto uma expressão política, econômica e de pertencimento que afeta e caracteriza o espaço concomitantemente enquanto categoria, objeto e totalidade social, podendo ou não ser utilizado de forma permanente ou temporária e ter subdivisões (Cezar, 2021).

A comunidade tradicional da pesca artesanal no Brasil também é sociologicamente identificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)[44] como pertencente às comunidades tradicionais. Segundo a

[44] "O Iphan é o responsável pela proteção e gestão, em nível federal, do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro com base nas diretrizes do art. 216 da Constituição Federal de 1988. O patrimônio cultural material é regido pelo Decreto-Lei no 25/1937 e tem os seus procedimentos regulamentados pela Portaria IPHAN no 11/1986. Já o patrimônio cultural imaterial é regido pelo Decreto no 3.551/2000 e tem os seus procedimentos regulamentados pela Resolução IPHAN no 001/2006. O reconhecimento do patrimônio cultural material brasileiro é realizado por meio do tombamento do bem cultural, o do patrimônio imaterial é realizado por meio do registro. Estes são instrumentos legais que visam proteger, preservar e salvaguardar bens culturais de interesse público e coletivo, e que colaboram para a

Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), os pescadores e pescadoras artesanais, indígenas e quilombolas integram um campo social muito maior que a lista de povos e comunidades tradicionais, composta por 28 agentes sociais. Entre eles estão: quilombolas, andirobeiros, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e veredeiros.

Cada uma dessas comunidades possui campos e *corpus* sociais constituídos pela institucionalização formal de várias esferas: religiosas, familiares, militares, políticas, científicas e econômicas. Por isso, propomos utilizá-las também como elementos analíticos, onde a linguagem, os discursos, os gestos, os comportamentos e as práticas sociais são usados por nós como instrumentos para compreendermos as competências e as esferas de legitimação que asseguram aos sujeitos a visibilidade de alguns aspectos de seus campos sociais. Compreendemos os campos sociais como verdadeiras instituições de geração de comportamentos, intervindo de maneira contínua e espontânea nas formas de dizer e de agir de todas as pessoas, não apenas das integrantes das comunidades tradicionais da pesca artesanal da Região dos Lagos.

Por exemplo, se você come peixe, saiba que você é uma consumidora ou um consumidor, portanto, parte de um vasto campo social, o da pesca, responsável pela segurança alimentar e nutricional de mais de 53 milhões de pessoas em todo o mundo. Esse campo depende da pesca artesanal para sua subsistência. Esses dados são de um documento intitulado “El estado mundial de la pesca y la acuicultura” (2024), produzido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Segundo o estudo, em escala global, a pesca artesanal corresponde a 40% da captura de pescados, concentrando 90% da força de trabalho do setor.

---

compreensão da diversidade cultural e para a memória do povo brasileiro. Existem procedimentos administrativos específicos para avaliação das propostas de reconhecimento. Uma vez identificados os valores de interesse nacional do bem e após a devida análise técnica e jurídica, caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural decidir sobre o seu reconhecimento federal. Para maiores informações a respeito desses procedimentos, pode ser feito diálogo com as Superintendências do Iphan nos estados (https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias)”. Fonte: CADERNO DE RESPOSTAS. Pauta de Reivindicações do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP, novembro 2024, p. 25 e 26.

No Brasil, a presença da pesca artesanal é expressiva. Segundo dados obtidos no Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP), dentre 1.577.075 pescadores registrados profissionalmente no país, 99,7% são pescadores artesanais (1.573.386) e apenas 0,3% são pescadores industriais (3.689). Dentre esses, 1.035.478 são pescadores profissionais ativos e devidamente licenciados. Desse total, 507.896 são mulheres, o que representa 49% de participação feminina na profissão, quebrando o mito da predominância masculina na atividade (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2024).

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é resultado de uma política de regulação do mercado da pesca, instituída com a renovação do Código de Pesca brasileiro, por meio do Decreto-Lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967. Além de instituir o RGP, o novo Código de Pesca estabeleceu normas para a exploração racional dos recursos pesqueiros, definiu infrações e penalidades e regulamentou a concessão de licenças e permissões para o exercício da atividade. Foi criado com o objetivo de atualizar e aperfeiçoar a primeira política nacional de regulamentação da pesca no Brasil, estabelecida pelo Decreto-Lei n° 794, de 19 de outubro de 1938. Essa legislação anterior regulamentava o exercício da pesca em todo o território nacional e definia a estrutura das colônias de pescadores e suas federações, como as conhecemos atualmente.

Somente em 26 de junho de 2009, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura, pela Lei n° 11.958. Na mesma data, foi promulgada a Lei Geral da Pesca (Lei n° 11.959), que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulamentando as atividades pesqueiras no país. Essa lei tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fontes de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo o uso sustentável dos recursos pesqueiros em harmonia com a preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Revogou a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 1967.

Essas normas refletem a evolução da legislação pesqueira e, sobretudo, a organização político-social no Brasil, pois resultam das lutas sociais pela criação de políticas socioambientais que buscam equilibrar a exploração dos recursos aquáticos com a conservação ambiental, assim como o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais e empresariais envolvidas na atividade pesqueira.

E o que diferencia a pesca artesanal da industrial no Brasil? O manual "Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres", produzido pelo Ministério Público Federal (2017), apresenta a seguinte definição para a **pesca comercial artesanal**:

> É aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20m (art. 8º, inciso I, "a", da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011). A Lei nº 11.959 incluiu no conceito de pesca artesanal também os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. O reconhecimento do pescador ou da pesca artesanal depende ainda da obtenção dos documentos indicados no capítulo 6[45] (Brasil, 2017, p. 9).

Para se ter uma ideia de quão expressiva é a atividade profissional da pesca artesanal para a economia da cadeia produtiva da pesca, 92,8% da frota brasileira de embarcações de pesca é de pequeno porte; portanto, tratam-se de embarcações de pesca artesanal. Segundo os dados do Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) mencionados anteriormente, existem hoje 25.739 embarcações registradas no Brasil, das quais 23.907 (92,8%) são de pequeno porte, 1.667 (6,4%) são de médio porte e apenas 165 (0,5%) são de grande porte. Em outras palavras, a pesca industrial corresponde a apenas 6,9% da atividade econômica registrada no Brasil. As técnicas de pesca com rede de emalhe, arrasto, armadilha, linha e cerco são as mais utilizadas no território nacional.

Ainda segundo o RGP, estão cadastrados no Rio de Janeiro 17.380 pescadores e pescadoras, dos quais 98,3% (17.088) são artesanais e apenas 1,7% (292) se dedicam à pesca industrial. Neste estudo, entrevistamos diretamente 15 desses pescadores e pescadoras, sendo 10 homens e cinco mulheres, oriundos de duas

---

[45] "A) Documentos necessários na superintendência de pesca. Registro Geral de Pesca (RGP). De acordo com as IN MPA nº 6/2012 e IN nº 15/2014, para a manutenção da Licença de Pescador Profissional, o interessado deverá apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do seu aniversário: I) No caso de se tratar de Pescador Profissional Artesanal: a) Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal, o qual poderá ser preenchido diretamente no sítio eletrônico;
b) Cópia do Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) inscrito como segurado especial, e; c) 1 (uma) foto 3 x 4 cm recente, com foco nítido e limpo". Fonte: Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2017.

comunidades tradicionais da pesca artesanal em Armação dos Búzios e em Arraial do Cabo, composta, segundo o Censo da Pesca 2022[46] (PEA Pescarte), por 1.300 profissionais, ativos nas três atividades da cadeia produtiva da pesca artesanal: pré-captura, captura e pós-captura.

Essas pessoas e suas comunidades tradicionais estão situadas na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, também conhecida como Região dos Lagos Fluminense. De acordo com o Censo 2022, trata-se de um território habitado por mais de 1,3 milhão de pessoas (1.387.785), residentes em 13 municípios: Araruama (129.669), Armação dos Búzios (40.006), Arraial do Cabo (30.986), Cabo Frio (221.987), Cassimiro de Abreu (46.110), Iguaba Grande (27.920), Maricá (223.938), Macaé (246.391), Rio Bonito (56.276), Rio das Ostras (149.562), São Pedro da Aldeia (104.029), Saquarema (89.559) e Silva Jardim (21.352) (IBGE, 2022).

Infelizmente, o painel eletrônico do RGP impossibilita a busca por município. Portanto, não obtivemos o número exato de pescadores artesanais registrados na Região dos Lagos. No entanto, podemos inferir que são mais de 2.800 pessoas se cruzarmos o número desses profissionais residentes nas cinco cidades da Região dos Lagos que também integram a Bacia de Campos[47] com os dados obtidos pelo Censo da Pesca, conhecido também como Censo Pescarte. O Censo da Pesca foi realizado entre 2022 e 2023 e levantou a existência de 7.168 pessoas diretamente envolvidas com a pesca artesanal na Bacia de Campos, sendo 7.019 oriundas de 10 municípios da área de abrangência de atuação do PEA Pescarte: **Armação dos Búzios (444)**, **Arraial do Cabo (856)**, Cabo Frio (697), Campos dos Goytacazes (1.299), Carapebus (120), Macaé (550), Quissamã (247), Rio das Ostras (266), São Francisco de Itabapoana (1.537) e São João da Barra (1.003), além de 149 pessoas de outros municípios fora da área de sua abrangência.

Dentro do contexto da pesca artesanal realizada na Região dos Lagos, com o intuito de rememorarmos as contribuições das pessoas negras e indígenas para essa atividade socioeconômica, imergimos no cotidiano de dois campos socioculturais distintos:

---

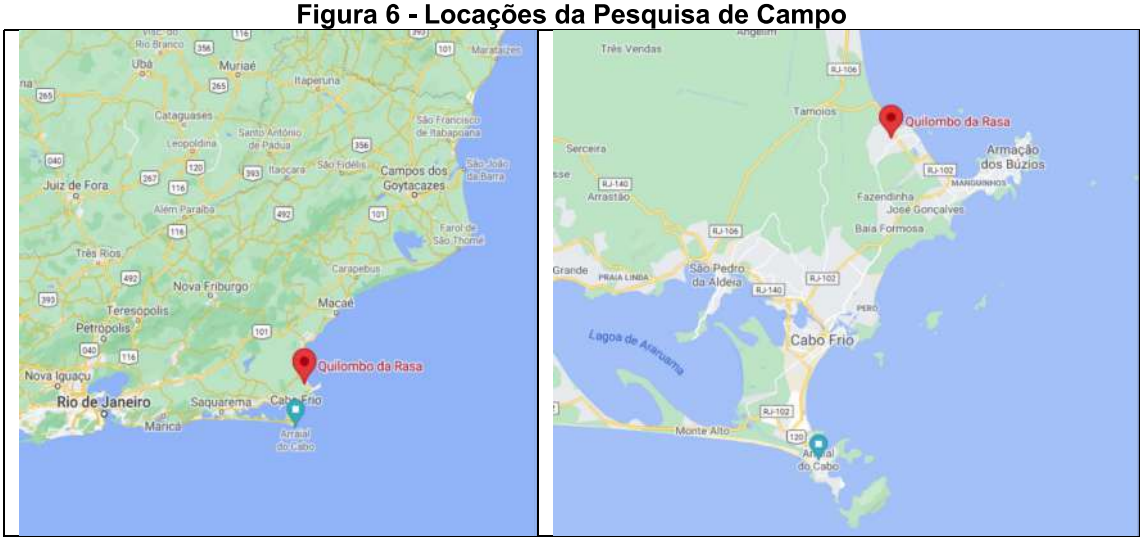
[46] Acesse alguns dados do Censo da Pesca, do PEA Pescarte, no aplicativo (em construção): https://pescarteproject.z13.web.core.windows.net/.

[47] Destacamos em negrito as cinco cidades da Região dos Lagos que também integram a Bacia de Campos.

- Os pescadores e pescadoras artesanais de Armação dos Búzios, uma comunidade de cerca de 444 pessoas, em especial os residentes na Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa;
- Os pescadores e pescadoras de Arraial do Cabo, uma comunidade de cerca de 856 indivíduos, em especial os residentes na Prainha e Praia Grande.

Para realizarmos a escolha do *corpus*, ou a seleção da amostragem dos sujeitos da pesquisa de campo, foram necessárias três etapas de incursão, totalizando 45 dias de pesquisa de campo e 58 entrevistas: 24 dias em Armação dos Búzios, onde foram realizadas 26 entrevistas, e 21 dias em Arraial do Cabo, onde foram realizadas 32 entrevistas. Essas atividades ocorreram entre 2022 e 2024.

Figura 6 - Locações da Pesquisa de Campo



Quilombo da Rasa (Armação dos Búzios) e Arraial do Cabo no contexto da Região dos Lagos. Fonte: Google Maps. O ponto vermelho aponta o Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios. O ponto azul Arraial do Cabo

Na primeira etapa, realizada de 5 a 12 de novembro de 2022, foi conduzida uma pesquisa preliminar qualitativa comparada e direta, com observação participante e entrevistas individuais semiestruturadas. Ao todo, foram nove dias de incursão. Durante cinco dias, entrevistamos e/ou conversamos com treze pescadores e pescadoras artesanais, além de agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal de Armação dos Búzios. Nos quatro dias restantes, o contato ocorreu com oito pessoas de Arraial do Cabo. No total, tivemos contato direto com 21 sujeitos da pesquisa e contato indireto com 182 pessoas ligadas à cadeia produtiva da pesca artesanal.

A segunda etapa ocorreu durante vinte dias, entre 10 e 31 de outubro de 2023, sendo dez dias em cada cidade pesquisada. Nesse período, realizamos uma pesquisa-ação quanti-qualitativa comparada, parcialmente estruturada e direta, com

observação participante e entrevistas individuais episódicas. Aplicamos a técnica das entrevistas episódicas por meio de um formulário com 72 questões quantitativas e qualitativas, aplicado a 10 pescadores e pescadoras artesanais: quatro do Quilombo da Rasa, em Búzios, e seis de Arraial do Cabo. Além dos pontos focais, entrevistamos diretamente 30 pescadores e pescadoras artesanais, sendo 10 em Búzios e 20 em Arraial. De forma indireta, estimamos ter contatado mais de 100 pescadores e pescadoras, além de agentes da pesca artesanal de ambas as cidades.

A terceira e última etapa ocorreu durante 16 dias, entre 26 de abril e 12 de maio de 2024, com nove dias em Búzios e sete em Arraial. Nesse período, realizamos uma pesquisa-ação quanti-qualitativa comparada, estruturada e direta, com observação participante, entrevistas narrativas e registro audiovisual. Durante essa fase, três quilombolas do Quilombo da Rasa participaram da atividade de educação não formal, realizando registros audiovisuais com câmera de celular, sendo um deles o cinegrafista nas gravações do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*. Ao todo, gravamos entrevistas com registro audiovisual de oito pessoas: sete pescadores e pescadoras artesanais - três da Praia da Gorda, no Quilombo da Rasa, em Búzios, e quatro de Arraial, sendo dois da Prainha e dois da Praia Grande. Também registramos a entrevista de um historiador especialista na temática da ampla escravidão na Região dos Lagos Fluminense.

Excluindo as entrevistas realizadas com os mesmos agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal, durante os três momentos de pesquisa de campo, entrevistamos diretamente 40 pescadores e pescadoras. Utilizando os critérios de **fidedignidade** (consciência da mensuração: pescadores/as artesanais), **validade** (quanto se capta do que se quer mensurar: quilombolas do Quilombo da Rasa e de Arraial do Cabo) e **representatividade** (relacionada à validade externa: com atuação/representação social comunitária), foram realizadas entrevistas episódicas com apenas 15 pessoas. Seis delas são oriundas do Quilombo da Rasa, em Búzios (cinco homens e uma mulher), e dez são de Arraial do Cabo (seis homens e quatro mulheres).

No Quadro 10, abaixo, traçamos um perfil sociocultural das 15 pessoas entrevistadas, com o objetivo de favorecer a compreensão sobre as particularidades de cada uma delas e de como essas particularidades contribuem para o estudo aqui proposto. Com o intuito de salvaguardar as identidades dessas pessoas, utilizaremos

nomes fictícios e reais. Os nomes reais figuram como nomes completos e correspondem às sete pessoas entrevistadas com registro audiovisual.

A análise do Quadro 10 nos possibilita compreender que, em Armação dos Búzios, entrevistamos seis pescadores/as artesanais, todos/as quilombolas, com atividade regular de pesca na Praia da Gorda (6) e uma também no Mangue de Pedra (1), território do Quilombo da Rasa, situado no bairro Rasa.

Quadro 10 - Perfil sociocultural dos sujeitos da pesquisa

QUILOMBO DA RASA, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS					
1) Nome	2) Idade, ano de nascimento	3) Cor auto-atribuição	4) Comunidade	5) Atividade profissional na pesca/categoria	6) Principal local de pesca
1. Selma de Oliveira Gonçalves	51 anos, 1972	Preta	Pescadora artesanal, quilombola	Pesca com puça e de marisco/ captura e beneficiadora/ pós-captura	Praia da Gorda e Mangue de Pedra
2. Adonis da Conceição Faria	35 anos, 1988	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de linha e maricultura/captura	Praia da Gorda
3. Valmir Conceição Oliveira	63 anos, 1960	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de Linha/captura	Praia da Gorda
4. João	65 anos, 1958	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Produção de rede/pré-captura. No mar: Pesca de linha, Pesca de cerco, Pesca com calão/captura; Na Praia: Pesca de Rede (arrasto) /captura	Praia da Gorda
5. Santos	77 anos, 1946	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de Linha/captura	Praia da Gorda
6. Anjo	75 anos, 1948	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de Linha/captura	Praia da Gorda
ARRAIAL DO CABO					
1) Nome	2) Idade, ano de nascimento	3) Cor auto-atribuição	4) Comunidade	5) Atividade profissional na pesca/categoria	6) Principal local de pesca
1. Otávio Costa Moraes Pinto	31 anos, 1992	Negro	Pescador artesanal	Mestre da Canoa Maravilhosa. Pesca de Cerco, Pesca de Gancho/captura	Prainha (Cais e Graçainha)
2. Conceição Margareth da Silva Julião	62 anos, 1961	Parda	Pescadora artesanal	Pescadora de linha, zangarejo e puça/ captura e beneficiadora/pós-captura	Praia Grande
3. Zenilda Maria da Silva	78 anos, 1955	Branca	Pescadora artesanal	Pescadora de linha, zangarejo e puça/ captura e beneficiadora/pós-captura	Praia Grande
4. Cleusa dos Remédios Rocha	61 anos,1962	Preta	Pescadora artesanal, quilombola	Pesca de marisco/ captura e beneficiadora/ pós-captura	Prainha
5. Manuel	78 anos, 1945	Branco	Pescador Artesanal	Carpinteiro Naval/ pré-captura. No mar: Pesca de Espinhel, Pesca de Camada, Pesca dePipa/ captura. Na praia: Rede de Arrasto/ captura	Praia dos Anjos e Praia Grande
6. Toninho	67 anos, 1956	Branco	Pescador Artesanal	Mestre de Canoa. Pesca de Cerco, Pesca de Gancho/captura	Praia do Pontal
7. Leninha	73 anos, 1950	Branca	Pescadora Artesanal	Pescadora de linha, zangarejo e puça/ captura e beneficiadora/pós-captura	Praia Grande
8. Antonio	60 anos, 1963	Indígena	Pescador Artesanal	Pesca de Espinhel de Polvo e tarrafa/captura	Praia do Farol, Praia Grande e Praia dos Anjos
9. Zé Celso	67 anos, 1956	Branco	Pescador Artesanal	Pesca de linha, pesca de cerco, pesca de gancho, pesca de arrasto/captura	Praia Grande e Prainha

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Foram realizadas entrevistas individuais, narrativas e/ou episódicas com seis pessoas: cinco homens e uma mulher. Quatro deles são idosos, com idades entre 63 e 75 anos, sendo dois aposentados e dois ainda em atividade profissional fora do ambiente pesqueiro. Os outros dois são adultos, com idades entre 35 e 51 anos. Quanto à autoatribuição de cor, utilizamos uma pergunta aberta; ou seja, as respostas refletem os critérios pessoais de identificação das próprias pessoas entrevistadas. Dentre elas, cinco se autoidentificaram como negros (83%) e uma como preta (17%). Todas se reconheceram como quilombolas.

Em relação à ocupação profissional na cadeia produtiva da pesca artesanal, três atuam exclusivamente na captura, enquanto três, além da captura, também contribuem na pré-captura (produção de redes, homem; produção de sementes de mariscos, homem) e na pós-captura (beneficiamento, mulher). Cinco dessas pessoas realizam pesca de linha embarcados; uma realiza pesca com puçá e coleta de mariscos; outra atua na maricultura; e uma, na pesca com cerco, calão e rede de arrasto.

Em Arraial do Cabo, foram entrevistados nove pescadores e pescadoras artesanais, sendo oito idosos, com idades entre 60 e 78 anos, e um adulto, com 31 anos. Eles realizam atividades de pesca em cinco praias: Praia Grande (5), Prainha (3), Farol (1), dos Anjos (1) e Pontal (1). Dentre eles, quatro são mulheres e cinco são homens. Quanto à autoidentificação racial, cinco pessoas se declararam brancas (55,6%), uma indígena (11,1%), uma parda (11,1%), uma negra (11,1%) e uma preta (11,1%). Apenas uma pessoa se reconheceu como quilombola.

Em relação à ocupação profissional dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal, todos os nove pescadores atuam na captura; um também na pré-captura (carpintaria naval, homem aposentado) e quatro na pós-captura (beneficiamento, mulheres). Dois deles são mestres de companha: um realiza pesca de cerco e gancho, e o outro, apenas pesca de cerco. Quatro pessoas pescam com linha (três mulheres e um homem), dentre as quais três também pescam com puçá; uma realiza pesca de cerco, gancho e arrasto; uma pessoa pesca mariscos; outra realiza pesca de carnada e pesca com pipa; uma pratica pesca com rede de arrasto; e outra, com espinhel de polvo e tarrafa[48].

[48] Tarrafa é um tipo de rede circular de uso individual.

Para chegarmos ao escopo final do *corpus* desta análise, refinamos ainda mais os critérios de **fidedignidade** (consciência da mensuração: pescadores/as artesanais **residentes e em atividade nos locais de campo**), **validade** (quanto se capta do que se quer mensurar: quilombolas do Quilombo da Rasa e de Arraial do Cabo **com conhecimentos de pesca de origem africana, indígena e portuguesa**) e representatividade (relacionada à validade externa: **com atuação/representação social/comunitária e/ou em entidades** representativas).

Assim, chegamos ao número final de seis entrevistados/as, com os quais realizamos as entrevistas narrativas (gravações em vídeo) e também as análises conclusivas deste estudo: três pescadores/as artesanais quilombolas do Quilombo da Rasa (dois homens e uma mulher) e três de Arraial do Cabo (um homem e duas mulheres).

Quadro 11 - *Corpus* final da pesquisa, seis entrevistadas/os

QUILOMBO DA RASA, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS					
1) Nome	2) Idade, ano de nascimento	3) Cor auto-atribuição	4) Comunidade	5) Atividade profissional na pesca/categoria	6) Principal local de pesca
1. Selma de Oliveira Gonçalves	51 anos, 1972	Preta	Pescadora artesanal, quilombola	Pesca com puça e de marisco/ captura e beneficiadora/ pós-captura	Praia da Gorda e Mangue de Pedra
2. Adonis da Conceição Faria	35 anos, 1988	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de linha e maricultura/captura	Praia da Gorda
3. Valmir Conceição Oliveira	63 anos, 1960	Negro	Pescador artesanal, quilombola	Pesca de Linha/captura	Praia da Gorda
ARRAIAL DO CABO					
1) Nome	2) Idade, ano de nascimento	3) Cor auto-atribuição	4) Comunidade	5) Atividade profissional na pesca/categoria	6) Principal local de pesca
1. Otávio Costa Moraes Pinto	31 anos, 1992	Negro	Pescador artesanal	Mestre da Canoa Maravilhosa. Pesca de Cerco, Pesca de Gancho/captura	Prainha (Cais e Graçainha)
2. Conceição Margareth da Silva Julião	62 anos, 1961	Parda	Pescadora artesanal	Pescadora de linha, zangarejo e puça/ captura e beneficiadora/pós-captura	Praia Grande
3. Cleusa dos Remédios Rocha	61 anos,1962	Preta	Pescadora artesanal, quilombola	Pesca de marisco/ captura e beneficiadora/ pós-captura	Prainha

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Em relação às especificações dos estratos sociais mencionados na metodologia, a seguir descrevemos as informações obtidas sobre atividade ocupacional, idade, cor e origem cultural. No que tange ao gênero, entrevistamos seis pessoas cisgênero: três mulheres e três homens. Diferentemente do previsto, optamos por excluir, deste escopo de análise, as informações referentes a religião e nível de renda.

De acordo com o Quadro 11, foram realizadas três entrevistas narrativas e/ou episódicas na Praia da Gorda e no Mangue de Pedra, território do Quilombo da Rasa,

com pescadores e pescadoras artesanais: dois homens (35 e 63 anos) e uma mulher (51 anos). Todos são quilombolas e possuem atividade regular de pesca, embora garantam seu sustento com outras atividades econômicas.

Quanto à autoatribuição de cor, utilizamos uma pergunta aberta; ou seja, as respostas obtidas refletem os critérios pessoais de identificação dos próprios entrevistados. Assim, dois se autoidentificaram como negros (66,6%) e uma como preta (33,4%). Todos se reconheceram como quilombolas.

No que diz respeito à ocupação profissional dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal, um homem atua na pré-captura (maricultura), e os três atuam na captura, sendo que a mulher também trabalha na pós-captura (beneficiamento). Os dois homens realizam pesca de linha embarcados, sendo que um deles também pratica maricultura. A mulher realiza pesca de mariscos, siris e outros frutos do mar.

Um dado importante acerca da condição quilombola dessas três pessoas é que elas integram três gerações de pescadores e pescadoras artesanais da mesma família: Selma é sobrinha de Valmir e tia de Adonis.

Figura 7 - Entrevistados/a Armação dos Búzios

		
Valmir Conceição Oliveira Pesca de linha. Membro fundador da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa (2005); Coordenador de Igualdade Racial da Estrutura Administrativa de Armação dos Búzios (2025).	**Adonis da Conceição Faria** Pesca de linha e maricultura. Está implantando a pesca de maricultura da Praia da Gorda, Rasa (2019); Membro do Grupo Gestor do Projeto de Geração de Trabalho e Renda (PGTR), do PEA Pescarte (2024).	**Selma de Oliveira Gonçalves** Pesca de marisco e siris. Beneficiadora. Membro fundadora e presidente da Associação Marisqueiras Quilombolas da Rasa (2022); Membro do Conselho Municipal de Pesca de Armação dos Buzios (2024).

Fonte e fotos: Dados e acervo da Pesquisa (2024).

Em Arraial do Cabo, realizamos três entrevistas narrativas e/ou episódicas nas praias da Prainha e Grande, com três pescadores/as artesanais: duas mulheres (62 e 63 anos) e um homem (35 anos). Cada uma das pessoas se autoidentificou com uma cor: uma como parda, uma como negra e uma como preta. Apenas uma pessoa dentre

elas se reconhece como quilombola, e todas as três possuem atividade regular de pesca, embora garantam seu sustento com outras atividades econômicas.

Em relação à ocupação profissional dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal, todos/as os três pescadores/as atuam na captura, e duas mulheres atuam também na pós-captura (beneficiamento). Duas dessas pessoas realizam pesca embarcada, sendo que uma delas é mestre de companha e realiza pesca de cerco, enquanto a outra faz pesca de linha e puçá. Uma pessoa se dedica à pesca de mariscos.

Figura 8 - Entrevistadas/o Armação dos Búzios

		
Conceição Margareth da Silva Julião Pesca de linha. Beneficiadora. Membro fundadora e ex-presidenta da Cooperativa de Mulheres Nativas (2010); Membro do Conselho Municipal de Pesca e do Resex Mar (Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo). Prêmio Mulheres das Águas, Ministério da Pesca e Aquicultura, 2025.	**Otávio Costa Moraes Pinto** Pesca de cerco e de gancho. Mestre da Canoa Maravilhosa.	**Cleusa dos Remédios Rocha** Pesca de marisco. Beneficiadora. Membro Fundadora e presidenta da Cooperativa Mulheres da Pesca Aquicultura e Artes da Prainha, Sol, Salga e Arte (MUPAAP, 2015); Membro do Grupo Gestor do Projeto de Geração de Trabalho e Renda (PGTR), do PEA Pescarte (2024).

Fonte e fotos: Dados e acervo da Pesquisa (2024).

Para contextualizar os sujeitos da pesquisa em relação aos ambientes sociais dos quais são oriundos, a seguir, tem-se uma breve apresentação sociodemográfica e histórica das localidades pesquisadas.

Em relação ao Quadro 12, no âmbito político e econômico, constatamos que tanto Armação dos Búzios quanto Arraial do Cabo possuem prefeitos eleitos pela mesma coligação, A Força do Trabalho, que representa uma linha política de governança de direita e extrema direita, além de uma economia ultraliberal. Ou seja, em ambas as cidades, há um governo totalmente atrelado e dirigido pelas regras do mercado, o qual privilegia os lucros dos investimentos, a exploração dos trabalhadores e a manutenção das desigualdades sociais, em detrimento das conquistas sociais, trabalhistas e coletivas. Tanto a administração econômica de Búzios quanto a de

Arraial estão em declínio e em estado de alerta, já que ambas apresentam um déficit fiscal superior a 100 milhões de reais entre arrecadação e despesas, apesar de cada habitante gerar uma arrecadação de mais de 84 mil reais por ano para os respectivos municípios.

Quadro 12 - Dados sociodemográficos das cidades pesquisadas

ARRAIAL DO CABO - RJ	**Cidade**	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ
MARCELO MAGNO FELIX DOS SANTOS A Força do Trabalho [Federação PSDB CIDADANIA, Movimento Democrático Brasileiro - MDB, Partido Liberal - PL, Partido Social Democrático - PSD, Podemos]	**Prefeito [Gestão 2025 a 2028]** **Coligações Políticas**	ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS A Força do Trabalho [Federação PSDB CIDADANIA, Progressistas - PP, Republicanos, Solidariedade]
cabista	**Gentílico**	buziano
152,106 km² [2023]	**Área Territorial**	70,977 km² [2023]
30.986 pessoas [2022]	**População residente**	40.006 pessoas [2022]
203,71 hab/km² [2022]	**Densidade demográfica**	563,65 hab/km² [2022]
99,2 % [2010]	**Escolarização 6 a 14 anos**	97,6 % [2010]
0,733 [2010]	**IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal**	0,728 [2010]
17,95 óbitos por mil nascidos vivos [2022]	**Mortalidade infantil**	6,18 óbitos por mil nascidos vivos [2022]
674.868.698,99 R$ [2023]	**Total de receitas brutas realizadas**	564.286.088,41 R$ [2023]
594.709.659,80 R$ [2023]	**Total de despesas brutas empenhadas**	695.630.675,40 R$ [2023]
87.763,22 R$ [2021]	**PIB per capita**[49]	84.721,42 R$ [2021]

Fonte:1) dados sociodemográficos obtidos em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/[50]

Embora Arraial do Cabo tenha mais do dobro de território (152,106 km²) do que Armação dos Búzios (70,977 km²), Búzios possui quase 10 mil habitantes a mais (40.006 pessoas) do que Arraial (30.986 pessoas). Portanto, a densidade demográfica de Búzios (563,65 hab/km²) é quase três vezes maior do que a de Arraial (203,71 hab/km²). Assim, a questão territorial é muito mais disputada em Búzios do que em Arraial.

[49] Calculado pela divisão do PIB (Produto Interno Bruto) pelo número de habitante, o PIB per capita é um indicador que mede a produção econômica de cada habitante de um país, estado ou região. Também permite comparar o nível de riqueza econômica entre diferentes regiões. É também utilizado para avaliar o padrão de vida médio de uma população.

[50] 2)dados sobre coligações obtidos em https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2024/rj/prefeito. Ambos acessados em 2 de fevereiro de 2025.

Além dos dados constantes no Quadro 12, é importante salientar que, além dos recursos públicos obtidos com impostos e repasses do governo estadual, tanto Arraial do Cabo quanto Armação dos Búzios também recebem *royalties*[51] da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), advindos das atividades comerciais da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.), empresa estatal brasileira atuante na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, que realiza a exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e derivados.

Em fevereiro de 2025, Arraial do Cabo arrecadou R$ 48.588.634,04 referentes aos royalties do petróleo, enquanto Armação dos Búzios recebeu cerca de R$ 23 milhões em *royalties*. Os *royalties* tornaram-se uma fonte importante de recursos para os dois municípios pesquisados e, teoricamente, deveriam ser destinados não apenas ao custeio da máquina pública e à infraestrutura, mas também a investimentos estratégicos em áreas primordiais e de real impacto social, como educação e saúde.

Nesse aspecto, a análise do Quadro 12 nos permite compreender que há êxito no âmbito educacional em ambos os municípios. Eles apresentam índice de escolarização acima de 95% entre crianças e jovens de 6 a 14 anos. Enquanto em Arraial a escolarização alcança quase a totalidade da população dessa faixa etária (99,2%), Búzios apresenta 97,6% de pessoas escolarizadas, indicando a necessidade de maiores investimentos em educação pré-escolar e no ensino médio.

Por outro lado, a saúde neonatal em Búzios - ou seja, os investimentos em saúde no município - apresenta-se três vezes mais eficaz, de acordo com o índice de mortalidade infantil, que é de 6,18 óbitos por mil nascidos vivos. Em Arraial, esse índice é de 17,95 óbitos por mil nascidos vivos. Esses dados apontam para a necessidade de Arraial do Cabo investir mais em saúde, além de indicarem uma maior propensão ao envelhecimento da sua população nos próximos anos.

.

3.3.1 Sobre Arraial do Cabo

Segundo o censo demográfico (IBGE, 2022), Arraial do Cabo possui uma população estimada de 30.986 habitantes, dos quais 16.108 são mulheres e 14.878

[51] Os royalties são uma forma de compensação financeira, ou pagamentos, feitos para quem tem um bem (ou um ativo), seja material ou imaterial, pelo uso do direito de usar esse bem. Fonte Búzios: https://odia.ig.com.br/buzios/2025/01/6988971-buzios-recebe-cerca-de-rs-23-milhoes-em-royalties-nesta-segunda-uma-alta-de-1133-apos-um-ano-de-queda-brusca-na-arrecadacao.html; Fonte Arraial: https://www.instagram.com/cabofrio.emfoco/p/DGdHxg9AZR2/.

são homens. A maioria da população (51,8%) se autoidentifica como negra, sendo 12.064 pardos e 4.009 pretos. Além disso, 47,8% se autoidentificam como brancos (14.812 pessoas). Apenas 4% dos cabistas se autoatribuíram à cor amarela (37) ou à identidade indígena (62). A comunidade de pesca artesanal de Arraial do Cabo abrange cerca de 856 indivíduos (Censo Pescarte, 2022), correspondendo a 2,1% do total de habitantes. Dentre esses, 265 pessoas se autoatribuíram à cor branca (31%), 135 à cor preta (15,8%), 435 à cor parda (50,8%), seis à cor amarela (0,7%) e 15 à cor indígena (1,8%). Assim, a comunidade de pesca artesanal local é composta por 66,6% de pessoas negras, um grupo social proporcionalmente maior se comparado aos dados gerais da população obtidos no Censo de 2022 (51,8%).

Essa população tem origens colonialistas muito antigas. O início da ocupação local data de 1503 e está diretamente ligado às navegações e às primeiras ocupações portuguesas no Brasil. Na época colonial, Arraial do Cabo não existia como cidade autônoma, fato que só ocorreu em 1985. Antigamente, pertencia à região hoje conhecida como Cabo Frio, anteriormente denominada pelos indígenas tupinambás como Gacay (sal grosso), já habitada há mais de mil anos antes da chegada de Américo Vespúcio em 1503 (IPHAN, 2020).

Segundo o site do IPHAN, o navegador desembarcou em Arraial do Cabo, numa praia batizada como Praia de Cabo Rama, atualmente conhecida como Praia dos Anjos. O historiador contracolonial e cabo-friense Pierre de Cristo contesta esse dado, informando, em entrevista exclusiva para esta pesquisa, que estudos mais recentes e documentos históricos analisados por ele apontam que Américo Vespúcio desembarcou em 1503 “onde é o Morro do Arpoador, ali no canto da Praia do Forte” (De Cristo, 2024). À época, a região pertencia à Grande Capitania de Cabo Frio.

> Grande Capitania de Cabo Frio começou a surgir entre 1600 e 1629. Ela começava em Campos dos Goitacazes e ia até Ponta Negra. Então toda essa extensão territorial se chamava a Grande Cabo Frio. Então o mapa do Rio de Janeiro, naquela época se dividia ao meio. De Ponta Negra até Campos dos Goitacazes. E tudo isso era Cabo Frio. [...] Então, por isso, toda essa extensão que a gente fala da grande Cabo Frio, porque não existia essa questão territorial, esse limite (Pierre de Cristo, 2024)[52].

Este historiador local também conta como a colonização portuguesa estruturou, dentro de Arraial, ainda no século XVII, uma ocupação territorial destinada à discriminação social e racial:

[52] Entrevista concedida em abril de 2024, na cidade Armação dos Búzios.

> Já a partir de 1540, alguns portugueses se fixaram em Arraial do Cabo. Tornou se uma vila de pescador e principalmente ali na Praia dos Anjos. E uma era um local completamente português, né? Os franceses que viviam ali ficavam mais na Praia Grande, né? E quando os primeiros escravizados começam a migrar para a cidade de Cabo Frio, já a partir de 1620, pra trabalhar nas salinas de Massambaba e na Salina dos Padres, eles começam a migrar também pra Arraial do Cabo. E aí começa essa confluência de três raças, podemos dizer assim. Portugueses, franceses e africanos. Só que os africanos [...] eles não tinham acesso a dentro do Arraial do Cabo e eles começaram a morar na restinga. E com o tempo eles começaram a migrar, para onde hoje a gente conhece como Morro da Cabocla, que a gente chama da Prainha. Era o único lugar onde os negros podiam ficar. Era um lugar específico para as pessoas negras daquele lugar (Pierre de Cristo, 2024)[53].

Na verdade, a ocupação e a origem da população de Arraial são bem mais antigas. Existem registros arqueológicos de vida humana na região há mais de 5 mil anos[54]. Os tupinambás habitavam toda a área correspondente ao estado do Rio de Janeiro e, nas terras onde surgiria Arraial, eram representados pelos Tamoios (IBGE, 2023). Inclusive, entre os restos arqueológicos encontrados na Praia Grande, foram identificados acampamentos de pesca das aldeias tupinambás. Eles viviam em grupos nos altos dos morros, eram nômades e alimentavam-se basicamente de peixes e moluscos. Mais tarde, vieram os índios da grande nação Tupi-Guarani. A partir de suas mais recentes investigações, o historiador Pierre de Cristo também nos apresenta seus novos achados sobre a população indígena, assassinada, escravizada e dizimada aos milhares, bem ali em Arraial, pelos colonizadores portugueses no século XVI:

> os indígenas que predominavam, [...] originários daqui, eram os Tupinambá [...]. Entre Massambaba e Praia Grande existia um aldeamento muito grande. Até o processo de catequização, quando chega a Companhia de Jesus, aqui em São Pedro da Aldeia, quando ele recebe aquele aldeamento, aí sim, começa a vir indígenas de fora, como os Guarulhos, os Puris e os Goitacazes. E eles já vêm num processo de escravidão religiosa. Eles já vêm catequizados para formar o aldeamento de São Pedro da Aldeia. Até então, os que viviam nesse lugar, Arraial do Cabo. Toda essa faixa litorânea, predominantemente eram os tupinambás.
>
> O processo de escravidão indígena [...] se dá a partir do momento que chegam os primeiros portugueses aqui. E foi a primeira mão de obra que eles tinham pra poder trabalhar em diversos setores, principalmente na derrubada de madeira. E foi um grande fornecedor de madeira, o pau brasil pra Portugal. E assim, quando entre esse processo houve muitas resistências aqui até se formar a Confederação dos Tamoios, quando houve a Guerra de Salema[55],

[53] Entrevista concedida em abril de 2024, na cidade Armação dos Búzios.
[54] Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico. Acesso em 2/02/2025.
[55] Antônio Salema foi governador do Rio Janeiro entre 1574-1577, e liderou a Guerra de Salema, ou Guerra de Cabo Frio, contando com um exército composto por 400 soldados da coroa portuguesa e

> [...] um processo de dizimação dos índios que não queriam se catequizar. Os índios que se chamavam de rebeldes ou confederados, quando o Salema dizima mais de 10.000 indígenas nesse processo todo de guerras [...] Essa aldeia indígena que existia dentro desse espaço também ela foi dizimada. Alguns conseguiram fugir. [...] Em Arraial do Cabo, os poucos conseguiram fugir e outros conseguiram se aliar a eles para não passar por esse processo de morte. Então eles se fundiram e até então esses indígenas, eles trabalhavam em salinas, salinas dos padres, salinas de massambaba, até a chegada dos africanos a partir de 1620, [...] todo esse processo era feito por indígenas, por mão de obra de indígenas escravizadas, tanto homens e mulheres nessa região. [...] E muitos deles foram escravizados, principalmente para poder trabalhar nas salinas (Pierre de Cristo, 2024).

Inclusive, esse elemento, o sal, foi incorporado à cultura local de maneira definitiva. Muito antes de, em 2024, Arraial do Cabo se tornar a 10ª colocada no ranking dos melhores destinos turísticos do Brasil[56], ou de, na década de 1960, ser o maior produtor de barrilha[57] e de sal do país, o município já havia organizado toda sua estrutura ocupacional, histórica e social a partir da pesca artesanal. O mar, a pesca e a salga dos pescados ocupam não somente as esferas econômica, gastronômica e turística do local, mas também estão implícitos nas relações sociais. Isso ocorre a ponto de o universo simbólico advindo da pesca ocupar o imaginário das pessoas, que se autoatribuem não apenas o gentilício de cabista, mas também o de xaréu, o peixe mais abundante na região.

Figura 9 - Xareuzinho



Fonte: nome do atendimento eletrônico da prefeitura de Arraial. Foto: Acervo da Pesquisa (2023).

700 indígenas catequisados. A guerra aconteceu durante um mês, entre 27 de agosto de 1575 a 22 de setembro de 1575, a qual assassinou mais de 10 mil indígenas, objetivando acabar com a insurgência indígena, frente a escravização do seu povo e a resistência franco-tamoia na região. Fonte: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/guerra-de-cabo-frio/.

[56] Fonte: https://www.melhoresdestinos.com.br/melhor-destino-de-praia-brasil.html.

[57] Barrilha é uma espécie de sal com diversas aplicações industriais e domésticas. O nome comercial do carbonato de sódio, um composto químico inorgânico, branco e inodoro.

Mas, em 1943, com a instalação da Companhia Nacional de Álcalis, a pacata vida pesqueira do pequeno arraial foi modificada definitivamente. O sonho do presidente Getúlio Vargas, realizado por meio da política de desenvolvimento industrial do Estado Novo, era impulsionar a indústria brasileira na região, com a produção de barrilha e sal em escala industrial. Esse sonho tornou-se realidade, mudou totalmente a economia local e deslocou diversos pescadores e pescadoras artesanais de seus postos de trabalho para o setor industrial. Essa mudança começou a desmoronar em 1992, com a privatização da empresa e a demissão em massa. Em 2006, as atividades da Álcalis foram encerradas.

Com a emancipação de Arraial do Cabo e de Cabo Frio, em 1985, e o fim das atividades industriais da Álcalis, de um lado, a atividade turística surgiu como alternativa econômica e, de outro, a preservação do modo de vida artesanal da pesca na cidade começou a ser ainda mais impactada e ameaçada. Isso ocorreu não apenas pelo turismo impulsionado pelo título de "capital do mergulho", mas também pela pesca industrial predatória, que acontece inclusive nos territórios da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo (RESEX Mar). Uma das sete reservas marinhas do Brasil, as RESEXs foram criadas em 1997 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para "garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, pela população extrativista do município de Arraial do Cabo" (Casa Civil, Artigo 2º, decreto de 3/01/1997)[58].

[58] Art. 2° A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo tem por objeto garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo. Art. 3° O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA poderá assinar convênios com as organizações legalmente constituídas, tais como Cooperativas e Associações existentes na Reserva, para proteção e administração da Unidade de Conservação de que trata este Decreto". Fonte: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo.

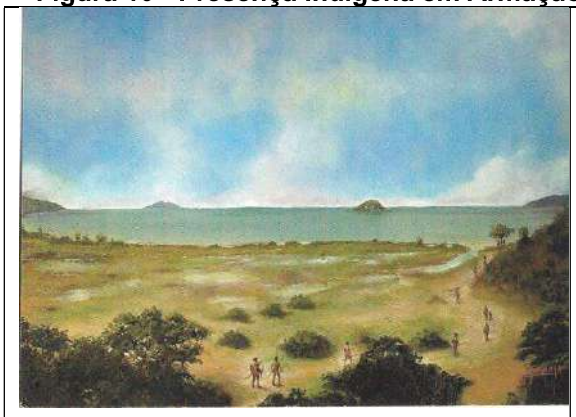
3.3.2 Sobre Armação dos Búzios e o Quilombo da Rasa

A cidade de Armação dos Búzios possui uma população estimada em 40.006 habitantes (IBGE, 2022), sendo 20.230 mulheres e 19.776 homens. A maioria da população (54,3%) se autoidentifica como negra, sendo 15.699 pardos e 6.031 pretos, enquanto 45,2% se autoidentificam como brancos (18.116 pessoas). Apenas 5% dos buzianos se atribuíram à cor amarela (5) ou à cor/identidade indígena (105).

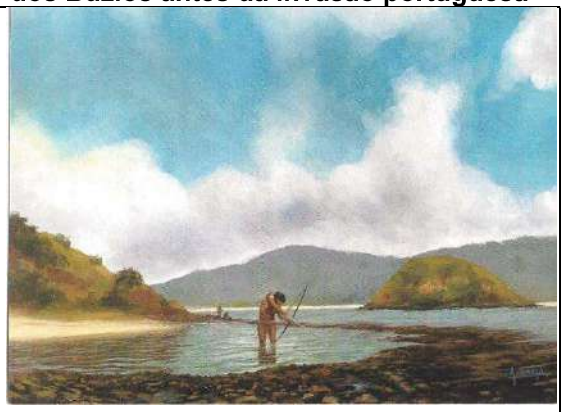
A comunidade da pesca artesanal de Armação dos Búzios abrange cerca de 444 indivíduos (Censo Pescarte, 2022), correspondendo a 1,1% do total de habitantes. Cerca de 118 dessas pessoas realizam atividades de pesca nas regiões da Rasa, Praia da Gorda e Mangue de Pedra, locais que pertencem ao território da comunidade remanescente de quilombo da Rasa. Dentre o universo de pescadores artesanais (444), 82 pessoas se autoatribuíram à cor branca (18,5%), 142 à cor preta (32%) e 207 à cor parda (46,6%). Três pessoas se declararam de cor amarela (0,7%) e 10 se autoatribuiram à cor/identidade indígena (2,3%). Ou seja, a grande maioria das pessoas se autoidentifica como negra (78,6%), percentual significativamente maior (24,3 pontos percentuais) do que os que se autodeclararam negros (54,3%) em relação à população geral do município, segundo o Censo Demográfico de 2022.

Assim como em Arraial do Cabo, Armação dos Búzios foi emancipada de Cabo Frio no século XX, mais precisamente 10 anos depois, em 1995. Portanto, essas duas cidades pertenciam, até meados da década de 1990, à grande capitania de Cabo Frio, mencionada anteriormente. Contudo, muito antes da invasão colonial portuguesa ocorrida em 1504, toda essa região era primordialmente habitada pelos indígenas tupinambás há mais de cinco mil anos (dados da pesquisa: entrevista com Pierre de Cristo, maio de 2024). Também era o local onde os indígenas tupinambás realizavam acampamentos para caça, pesca e coleta de moluscos, como ilustram as imagens abaixo.

Figura 10 - Presença indígena em Armação dos Búzios antes da invasão portuguesa



"O Mangue"



"Indígenas pescam numa gamboa"

Fonte: Pinturas de Alan Câmara, artista plástico buziano, atual Secretário de Cultura e Patrimônio Cultural de Arraial do Cabo, gentilmente cedidas para o acervo da pesquisa.

Existem indícios de que as primeiras ocupações da invasão colonial no território de Búzios ocorreram em 1575 (Cunha, 1997). Em 1617, já havia registros de ocupações relacionadas à exploração do pau-brasil e à escravidão indígena, realizadas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, proprietários da Fazenda Campos Novos. Essa propriedade religiosa tinha "o objetivo de promover um maior controle dos povos indígenas na região, devido à preocupação com o constante desembarque de estrangeiros que negociavam pau-brasil com os índios que ali habitavam" (Almeida, 2015, p. 74).

No entanto, o que a versão histórica colonialista não conta é que, a partir de 1620, além dos indígenas escravizados e assimilados pelas ordens religiosas, já havia africanos escravizados na região. E, se no século XXI a orla marítima deste importante e atraente destino turístico do Rio de Janeiro é lindíssima, no século XVIII o cotidiano era marcado pela vergonha execrável da escravidão humana, como nos contou o historiador Pierre de Cristo, objetivando contrabalançar "a cultura do apagamento[59] da história negra" em sua região.

> A princípio, a gente tem que entender que as ordens religiosas, foram co-autores nessa questão da escravidão, tanto da escravidão indígena quanto da escravidão africana. A Igreja de Santana, ela começa a ser construída a partir de 1740. E foi financiada pelo contratador português Brás de Pina. Ele era dono de todo esse complexo aqui, tanto da Praia dos Ossos quanto a

[59] "Estudar a escravidão é um tema profundamente complexo, com poucos dados consistentes, documentos primários raríssimos, sendo que ao longo da história criou-se a **cultura do apagamento da história negra** nesse país. A escravidão sempre foi um ponto a ser negado, principalmente pelo sistema colonizador que produz, explicitamente, o apagamento proposital de fontes seguras" (De Cristo, 2023, p.14).

> Praia da Armação. Aqui existia um complexo muito grande de senzalas. Em que era feito o corte das baleias nesse lugar (na praia da Armação). E justamente nesse lugar, após a construção da igreja, é que as pessoas realmente [...] eram escravizadas. E quando elas morriam eram enterradas aqui, não só no cemitério atrás, como também no entorno. Nas minhas pesquisas eu consegui achar várias documentações onde escravizados foram enterrados nas laterais, no aterro, na outra lateral. Então, isso aqui é um grande complexo, em que a igreja em si ela teve essa participação. Por que as pessoas falam que houve apenas a escravização indígena?
>
> Aqui na praia de Armação essa casa (veja Figura 11) pertencia a Adriana de Campos Novos. Ela consta no inventário de 1779, quando os jesuítas foram deportados do Brasil.[60] [...] E não só essa, como outras casas que pertenciam à fazenda. Porque aqui [...] era o escritório da fazenda. Nesse lugar havia compra e venda de pessoas escravizadas (Pierre de Cristo, 2024).

As casas da Figura 11, abaixo, integram um complexo comercial de escravização realizado no século XVIII. Hoje, estão situadas na Orla Bardot, na extensão da Rua das Pedras, um dos pontos turísticos mais badalados e glamourosos da Região dos Lagos, frequentado pelas elites nacionais e internacionais. Inclusive, segundo os moradores locais, a própria Brigitte Bardot, quando esteve em Búzios em 1964 (em plena ditadura militar), tirou fotos em frente à Casa do Sino, e é por isso que existe ali perto uma estátua da atriz. Justamente por conta da cultura do apagamento da história negra, somada a um hiato temporal de três séculos, provavelmente nem a atriz de Hollywood, nem os turistas que vieram depois dela, ou os próprios moradores da cidade souberam, ou sabem, que a “Orla Bardot” foi um dos maiores postos de comercialização e tráfico humano na região, com um fluxo tão grande de pessoas escravizadas que chegou a receber mais de 4 mil africanos em um único dia.

[60] O inventario citado foi realizado em 1779, 22 anos após a deportação dos padres jesuítas, em 1757: “A Companhia de Jesus inicia, a princípio, a busca pela espiritualidade dos indígenas, pela conversão unicamente, sendo que mais tarde usariam os indígenas também para fins mercantilistas na produção de inúmeras tarefas como criação de gado e pequenos engenhos, e isso se estendeu a outras companhias como beneditinos, franciscanos e carmelitas, sendo os jesuítas os maiores proprietários de mão-de-obra indígenas, erguendo-se aldeias populosas de convertidos. O propósito religioso principal se perdeu dando lugar a visão colonial do lucro que os jesuítas estavam angariando com a escravidão, e quando eles foram expulsos do Brasil em 1757, a Coroa (portuguesa) se apropria de todos os bens conquistados por eles, incluindo a mão de obra dos indígenas escravizados” (De Cristo, 2023, p.39).

Figura 11 - Memórias do século XVII presentes em 2024



1. Fachada atual da casa que serviu no século XVIII como lugar de engorda das pessoas escravizadas e de escritório da Fazenda Campos Novos.



2. Ao fundo, a casa com teto mais rebaixado, é o local conhecido como senzala, destinado à moradia das pessoas escravizadas.



3. Fachada atual da Caza do Sino, local onde eram comercializadas as pessoas escravizadas.



4. A pintura "A Caza do Sino", representa três pessoas escravizadas expostas para venda, como mostruário do "produto" humano a ser comercializado.

Casas do complexo escravocrata da Fazenda Campos Novos,
pertencentes aos padres jesuítas nos sécs. XVII e XVIII, hoje situadas na Orla Bardot
Fontes: fotos 1, 2 e 3 são acervo da pesquisa. A ilustração 4 é uma pintura de Alan Câmara, gentilmente cedida para o acervo da pesquisa (2024).

E a Casa do Sino teve um papel relevante (e repugnante) dentro do complexo escravagista da época, como nos conta o historiador de Cabo Frio em uma entrevista realizada em frente ao local:

> Então essa é a famosa casa do sino. Ela leva o nome de "Caza do Sino" porque aqui foi um importante mercado de pessoas escravizadas. A Casa do Sino tem referência que quando os navios estavam chegando ou quando havia mercadoria, as pessoas batiam o sino e o feitor vinha aqui e vendia os escravizados que ficavam expostos justamente nesse lugar. Aqui ficava a venda nesse lugar. E essa casa também pertenceu à fazenda de Campos Novos. E ela tem isso nesse mercado também quando a gente entende esse complexo da época, ainda de Brás de Pina, né? Já a partir do século XVIII, a metade do século XVIII, essa casa já funcionava especificamente com essa questão de engorda, compra e venda de pessoas escravizadas aqui na Casa do Sino.
>
> Aqui também foi um grande ponto de desembarque de tráfico negreiro. Tantos navios que vinham direto de Angola para cá quanto outros que vinham do Rio de Janeiro, porque Brás de Pina já era um grande fazendeiro no Rio

> de Janeiro e ele também já era um grande escravocrata no Rio de Janeiro. Então, quando ele vem pra cá pra poder explorar essa questão baleeira, ele também trazia escravizados do Rio de Janeiro pra cá. Então havia um misto de navios que vinham diretamente de Angola pra poder serem desembarcados aqui na Praia da Armação, assim como também que vinham do Rio de Janeiro especificamente pra trabalhar nesse processo (Pierre de Cristo, 2024).

De acordo com as pesquisas da linguista Ana Carolina de Souza Vaz[61] (2015), "naquele momento histórico, os portos de Búzios (Praia da Armação), de Cabo Frio (barra da lagoa de Araruama) e do Arraial do Cabo (Praia do Forno) eram considerados os três únicos ancoradouros seguros no trecho da costa compreendido entre as baías de Vitória (ES) e da Guanabara (RJ)" (Cunha, 1997, p. 17 *apud* Costa, 2017, p. 97) (Vaz, 2015, p. 38). A atividade de pesca de baleias, realizada na praia da Armação, teve um papel importante nesse processo. A praia leva esse nome, Armação, justamente porque, a partir de 1728, naquele local:

> Formou-se um grande complexo baleeiro, onde havia várias armações, vários decks, para exploração da pesca baleeira. O comercializador de pessoas e fazendeiro, Brás de Pina, arrendou toda essa região onde hoje fica a Praia da Armação, Igreja de Santana e Praia dos Ossos, para torná-lo um grande entreposto comercial entre a colônia brasileira e Portugal. E na Armação foi construído um complexo muito grande de senzalas, onde os escravizados chegavam para realizar trabalhos forçados, relacionados a pesca e ao corte da baleia (Pierre de Cristo, 2024).

As imagens da Figura 12, abaixo, são cartões-postais criados a partir das obras do pintor buziano Alan Câmara. Elas representam, de forma imagética, o entreposto comercial citado anteriormente por De Cristo. Mais do que isso, tratam-se de rememorações simbólicas dos séculos XVI a XVIII, supostamente ocorridas entre 1575 e 1740.

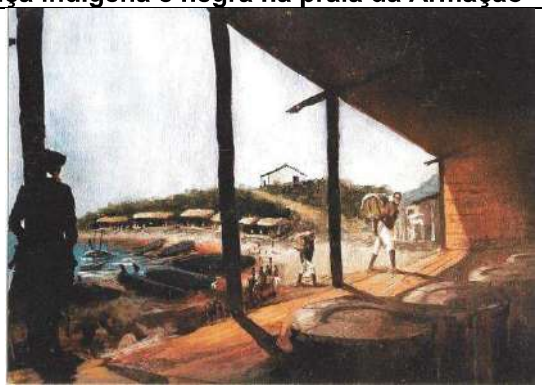
Como vimos anteriormente, a ampla escravidão - ou seja, o mercado legal escravocrata - foi a base econômica oficialmente explorada pela coroa portuguesa em nosso país até 7 de novembro de 1831. Perdurou por 331 anos, até a promulgação da Lei Feijó, a primeira política antitráfico brasileira. Pelo menos por 11 anos, entre 1843 e 1854, toda a região da antiga Cabo Frio - mais precisamente o perímetro que hoje compreende entre Cabo de Búzios e a Praia do Peró - tornou-se o ancoradouro do tráfico ilegal de pessoas escravizadas no Brasil, conhecido popularmente como

---

[61] Fonte: VAZ, A.C.S. **Juventude e Identidade: O sentimento de pertencimento de alunos do bairro da Rasa em Armação dos Búzios/RJ**. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2015, p. 38.

tráfico negreiro. Esse mercado, tão rentável e normatizado no imaginário social da época, durou oficialmente ainda mais quatro anos após a segunda lei antitráfico, a Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850.

Figura 12 - Representações sobre a presença indígena e negra na praia da Armação

	
A pintura "Dois Indígenas" representa indígenas livres observando de cima, de onde se conhece hoje como morro da Igreja de Santana, a invasão colonial no seu território de Armação dos Búzios), com a chegada dos navios portugueses e o início da implantação da cidade (1575).	A pintura "A Armação baleeira" representa a lida das pessoas escravizadas com o desembarque de produtos vindos de navio, na praia da Armação, num momento histórico depois de 1740, pois se pode avistar acima do morro a Igreja de Santana, já finalizada.

Fonte: pinturas de Alan Câmara, gentilmente cedidas para o acervo da pesquisa (2024).

Segundo a historiadora social Ione Maria do Carmo[62] (2019), mesmo que os riscos relacionados ao tráfico de africanos fossem duplos - com a possível perda de parte da "carga" trazida e, após o desembarque, os maus-tratos que os escravizados sofriam - havia também o perigo da fiscalização da marinha inglesa em alto-mar. As autoridades governamentais imperiais brasileiras e os fazendeiros locais criaram várias estratégias para dissimular a fiscalização do tráfico de pessoas na rota da escravidão, garantindo por mais tempo a manutenção de seus interesses financeiros.

> Ainda havia a dissimulação das autoridades perante a movimentação de desembarque de africanos, permitindo a entrada de milhares de escravizados, driblando a fiscalização. Henry A. Wise, embaixador americano no Rio de Janeiro, escreveu ao secretário de Estado James Buchanan, em 9 de dezembro de 1846, falando sobre a lucratividade das atividades em torno do tráfico:
>
> Só há três maneiras de se fazer fortuna no Brasil – ou no tráfico negreiro, ou negociando com escravos, ou tendo uma casa exportadora de café. Apenas

[62] Fonte: Carmo, Ione Maria do. **"RELIGIÃO É UMA COISA, CULTURA É OUTRA": HERANÇA BANTO E PENTECOSTALISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NEGRA DA RASA (1998-2018).** 2019. Tese (doutorado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

> os comerciantes estrangeiros se dedicam ao café e todo brasileiro "influente" tem que participar, mais ou menos, direta ou indiretamente, nas duas primeiras atividades. E todos aqueles que têm alguma influência participam de ambas. Aqui, é preciso ser rico para se lucrar através da usura e, para ser rica, a pessoa tem que se dedicar ao tráfico de escravos. Os traficantes são, pois, ou os homens que detêm o poder, ou os que emprestam aos homens do poder e os manobram. Assim, o próprio governo é, na realidade, um governo traficante, contrário às suas próprias leis e tratados (Bethell, Leslie. op. cit., p. 275 *apud* Carmo, 2019, p.30).
>
> Em 1845, autoridades inglesas produziram uma lista de embarcações brasileiras, trazendo o nome dos respectivos responsáveis pelo recebimento da carga no litoral norte fluminense. Dentre os citados, estão os nomes de José Gonçalves e de seu sócio Antônio Guimarães. A recepção dos africanos em Cabo Frio muitas vezes era liderada por traficantes, como Manuel Pinto da Fonseca, que recebiam a mercadoria e destinavam parte dela a outros traficantes (Carmo, 2019, p.31).

Em 1854, a marinha inglesa prendeu o último navio vindo de Angola, pertencente ao traficante de pessoas Manuel Pinto da Fonseca, com 200 pessoas escravizadas. As praias onde estão situados hoje os bairros da Rasa e de José Gonçalves foram os principais ancoradouros do tráfico humano realizado pelas famílias Pinto da Fonseca, Guimarães e Gonçalves. Nesse sentido, somente no ano de 1844, Manoel Pinto da Fonseca realizou mais de 10 expedições, trazendo de Angola mais de 3.700 africanos escravizados, oriundos de seu próprio barracão situado em Cabinda, onde armazenava "mercadorias, homens, mulheres e crianças escravizadas enviadas ao Brasil para a manutenção do sistema imperial, que fazia a rota Cabo Frio" (De Cristo, 2023, p. 155).

> A gente precisa entender que em [...] José Gonçalves e todas as praias litorâneas aqui da região, tiveram desembarques desenfreados. E houve espaços aqui em que desembarcaram dois ou três navios por dia, entendeu? Porque os escravizados chegavam aqui, eles não ficavam somente aqui, eles eram levados pra fazendas, pra engorda, pra depois serem vendidos pra outros lugares, ou pra sustentar as fazendas satélites que existiam aqui nesse lugar.
>
> Aqui na praia da Rasa, também conhecida como Praia dos Negros (ao lado da Ponta do Pai Vitório), existe um resquício do que era um grande deck onde as pessoas que eram oriundas do continente africano, vinham para cá, eram desembarcadas nesse lugar, principalmente a partir de 1845, quando o trafico negreiro clandestino começou a ser muito forte aqui na região, e toda essa área, toda essa extensão chegavam aqui centenas e centenas de pessoas escravizadas que desembarcavam no navio aqui, e isso foi o único toco que ainda sobrou daquele momento de muita dor, de muito sofrimento dos africanos que vieram pela diáspora e ficaram aqui. Quando eles chegavam, eles eram levados para as fazendas já famélicos, precisavam ficar em casas de engorda para depois serem vendidos (Pierre de Cristo, 2024)[63].

[63] Entrevista concedida em abril de 2024, na cidade Armação dos Búzios.

Até 1797, no final do século XVIII, a população da Vila de Cabo Frio era de 11.316 pessoas, das quais 5.408 estavam registradas oficialmente como escravas, correspondendo a 47,7% da população local (Araújo; Carvalho, 2017, p. 14). Essas pessoas eram capturadas em diversas cidades da África subsaariana e comercializadas/traficadas principalmente em cidades de Angola, onde existiam entrepostos de comercialização de pessoas, como Luanda, Cabinda e Benguela. O objetivo era destiná-las ao trabalho forçado no complexo agrícola Campos Novos, que compreendia as fazendas Maria Joaquina, Porto Velho (ou Fazendinha), Tauá e Piraúna. A mão de obra gratuita era utilizada em atividades agrícolas relacionadas à produção de banana, feijão, milho, farinha de mandioca, cachaça, açúcar, entre outros produtos manufaturados, utilizados na época tanto na região quanto no continente africano como moeda de troca e comercialização.

Mesmo após a abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888, as práticas escravocratas na grande capitania de Cabo Frio perduraram até o início do século XX. A matriarca do Quilombo da Rasa, dona Eva Maria da Conceição Oliveira, foi uma prova viva dessa desumanidade por 114 anos (1911–2025). Dona Eva nasceu em 1911 e, mesmo com a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, chegou a ser cativa até 1916, quando foi registrada oficialmente. Isso ocorreu porque, desde o nascimento até os cinco anos de idade, ela e sua mãe foram escravizadas nas fazendas Piraúna e Tauá, ambas do complexo agrícola Campos Novos (Valmir, 2024).

Segundo a urbanista Thamara Pereira (2021), a fazenda Piraúna possuía grande extensão territorial, englobando as áreas de Porto das Canoas, Arpoador da Rasa, Vila Verde, Maria Joaquina e Alto da Rasa. Mesmo após o fim da escravidão, dona Eva continuou vivendo na fazenda Piraúna com sua família, pois, para terem direito a um pedaço de terra, deveriam “pagar o dia para morar” ao fazendeiro escravocrata Antonino Paterno Castello. Conhecido como Marquês, Paterno Castello recebeu/adquiriu de Eugênio Amoud algumas terras da fazenda Campos Novos. Na década de 1950, ele expulsou de suas terras toda a família de dona Eva, que se estabeleceu em Baia Formosa e, depois, na Rasa, onde seus familiares vivem até hoje.

Pereira (2021) nos conta que, no início da década de 1950, o território que corresponde hoje ao município de Armação dos Búzios ainda constituía o terceiro

distrito de Cabo Frio e era predominantemente rural. As atividades que garantiam a subsistência e a economia local eram “a pesca, a criação de animais e a agricultura nas ‘roças’” (Xavier, 2006 *apud* Pereira, 2021, p. 42). Porém, ao longo dos anos 1950, ocorreu uma grande reorientação política, social e econômica em Armação dos Búzios. Com a chegada da nova proposta econômica desenvolvimentista e liberalista, também conhecida como exploração turística e imobiliária, implantada na região pelos “turistas” estrangeiros da Alemanha, França e Argélia, as atividades agrícolas e a pesca deixaram de ser o vetor econômico local. Isso talvez tenha contribuído para que a exploração do trabalho escravo pelo Marquês deixasse de fazer sentido, levando-o e sua “classe social” a se dedicarem também aos novos nichos de mercado, não menos promissores.

Para a psicossocióloga de comunidades e ecologista social Milena Manhães Rodrigues (2019), ao longo de 50 anos, houve confluência de vários fatores que tornaram Búzios um dos pontos turísticos seletivos mais desejados e glamourosos do Brasil. Nos anos 1950, iniciou-se a atividade turística impulsionada por herdeiros dos escravocratas e por investidores estrangeiros, a criação da rodovia Niterói-Campos dos Goytacazes (BR 101) e do eixo viário Cabo Frio-Búzios.

De acordo com Rodrigues, (2019), na década de 1960, ocorreu a atração de turistas famosos internacionalmente para o novo destino turístico. Na década de 1970, houve a construção da Ponte Rio-Niterói. Na década de 1980, aconteceu a expansão imobiliária voltada para a criação de complexos turísticos e a inauguração do aeroporto Umberto Modiano. E na década de 1990, ocorreu a emancipação municipal.

> Nos anos 50, herdeiros de Eugene Honold – empresário alemão, proprietário de terras que exportava banana do município - fundaram a Cia. Odeon e Búzios despontou com um turismo seletivo. Neste mesmo período surgem as primeiras casas de veraneio da burguesia brasileira e francesa, graças a “geografia paradisíaca”, a proximidade do Rio de Janeiro (Armação dos Búzios, 2016) e a construção da rodovia Niterói-Campos dos Goytacazes (BR 101), que favoreceu o acesso à região, mesmo sem percorrer o território buziano. Ainda em meados da década de 1950, o presidente da então “Serviços Aéreos Cruzeiros do Sul LTDA”, Sr. José Bento Ribeiro Dantas, se interessou e investiu na região, abrindo inclusive o principal eixo viário de Armação dos Búzios (que leva seu nome); que facilitou o acesso ao município e a criação da primeira linha de ônibus Cabo Frio x Búzios. Contudo, foi em 1964, com a visita de Brigitte Bardot, que Búzios ficou mundialmente conhecido; iniciando o processo de transmutação de “aldeia dos pescadores pelo balneário sofisticado” (Xavier, 2006, p.6)
>
> Assim, neste período há maior expansão populacional e de empreendimentos, principalmente turísticos, impulsionada na década de 1970 pela construção da Ponte Rio Niterói (INCRA, 2017).

> [...] No início dos anos 80, o imigrante franco-argeliano Umberto Modiano, que construiu um complexo na Rasa, incluindo "Nas Rocas Islands Hotel", na Ilha Rasa, o loteamento Marina Porto Búzios e seu respectivo canal para entrada de embarcações e ainda, em 1988, um aeroporto para operação de jatos médios (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente, 1988).
>
> Como resultado do investimento, acessibilidade e informação, após a emancipação do município em 1995, além do fluxo de turistas, o incremento populacional foi significativo, passando na década "de 8.309 habitantes, em 1991 para 18.204, em 2000 (Nagem,2012, p.74)", sem contar a população flutuante que em época de veraneio chega a quintuplicar (Rodrigues, 2019, p. 46-48).

A historicidade citada nos mostra o fato de ao longo dos últimos 50 anos, a exploração turística haver deslocado a centralidade das atividades de pesca artesanal quanto a verdadeira história local, marcada pelo escravagismo, para o plano do apagamento e do esquecimento, criando uma nova memória social para a cidade, que a relaciona definitivamente ao glamour do turismo internacional[64].

3.4 Comunidade da pesca artesanal do Quilombo da Rasa, Armação dos Búzios

Ela se abaixa, pega a cordinha da boia, recolhe o puçá pela borda, segurando com a outra mão na parte inferior da rede, bem por baixo. Diz que é bom fazer assim "para não deixar nenhum siri escapar". Selma é marisqueira, pescadora de siris, quilombola e também uma das fundadoras e atual presidenta da Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa, da Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa. Naquele sábado de manhã, no início de novembro de 2022, ela nos levou para aprender a pescar siri na Praia da Gorda, junto com seu neto, Davi. Até o início da tarde, cerca de 15 siris foram atraídos por iscas de peixe meticulosamente preparadas, com patas agarradas pelo trançar da rede dos puçás[65], e pelos gestos e técnicas de pesca ancestrais utilizadas por Selma.

Depois de quatro horas de labuta e de limpar todo o seu material de trabalho, a economia local do escambo e as dinâmicas sociais mostraram-se uma vez mais: ora no gesto de troca da maioria do saldo de siris do dia por seis bagres trazidos pelo

---

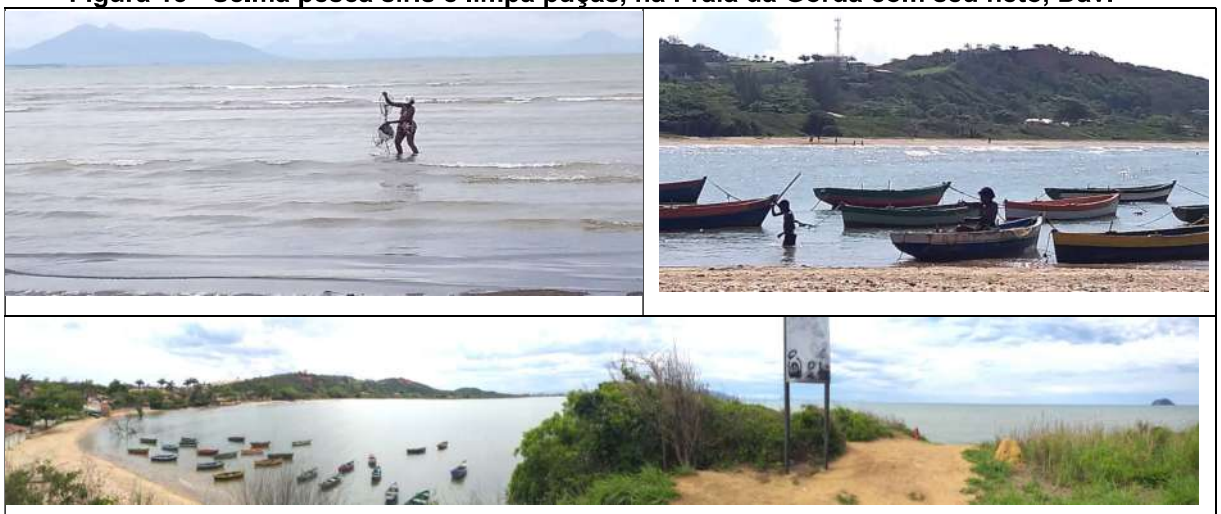
[64] Em 2024 o terminal marítimo de Búzios recebeu o prêmio "Krooze Awards 2024", da plataforma de cruzeiros Krooze, na categoria Melhores Escalas da Temporada Brasileira de Transatlântico, durante a Abav Expo 2024, a maior feira de turismo da América Latina. Fonte: https://encurtador.com.br/GCC7F.

[65] "Puçá", também conhecido como gererê, coador ou sarrico, é um petrecho de pesca confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro. Fonte: CEPSUL/IBAMA.

pescador Alex, resultado da pesca marítima com linha; ora na ocupação do território e na distribuição das funções sociais desses dois agentes da cadeia produtiva e da comunidade da pesca artesanal de Armação dos Búzios.

Como vimos, de acordo com o Censo Pescarte (2022), esta comunidade abrange cerca de 444 pessoas, das quais 310 são homens (69,8%) e 134 são mulheres (30,1%), sendo que a grande maioria dessas pessoas se autoidentifica como negra (78,6%). Dentre o total geral, 153 pescadores e pescadoras artesanais são oriundos/as do território do Quilombo da Rasa (um terço do total).

Figura 13 - Selma pesca siris e limpa puças, na Praia da Gorda com seu neto, Davi



Acima, na foto à esquerda, Selma recolhe puçás. À direita, ela limpa puçás depois de um dia de trabalho, enquanto seu neto Davi banha-se entre os barcos da Ponta dos Pescadores.
Abaixo, foto panorâmica do mirante da Praia da Gorda: da esquerda para direita, ponto turístico da "Rota Cultural Mangue de Pedra", onde pode-se avistar de cima, a direita, a Praia da Rasa e à esquerda, o Mangue de Pedra

Fotos: Acervo da pesquisa de campo, novembro de 2022.

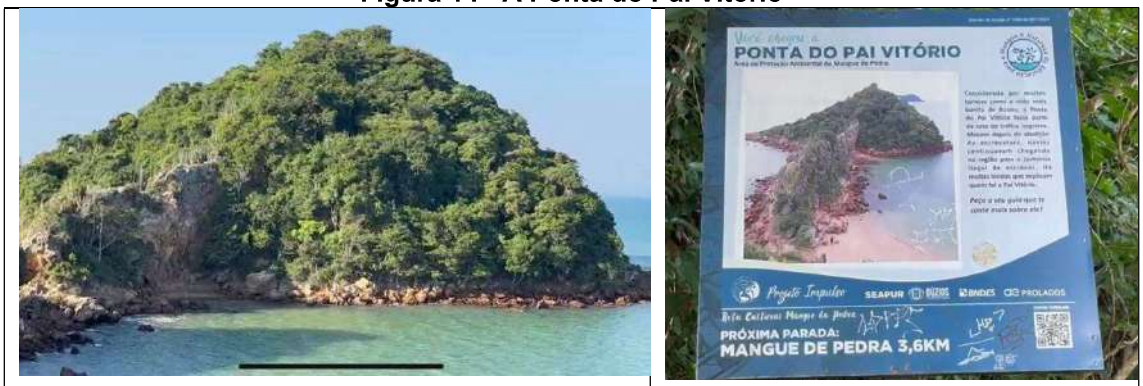
No dia em que realizamos os registros da Figura 13, Selma e Alex, mulher e homem, pescavam simultaneamente no mesmo mar, em locais diferentes, com vivências e técnicas de pesca totalmente distintas. Mesmo assim, em seus gestos cotidianos, as técnicas da comunidade tradicional da pesca artesanal - verdadeiros bens culturais imateriais brasileiros - se perpetuavam, fortalecendo as experiências e identidades desses pescadores locais. O trabalho de Selma e Alex como pescadores artesanais, realizado naquele dia na Praia da Gorda, também contribuiu para o fortalecimento das atividades do turismo étnico na cidade de Armação dos Búzios (veja Figura 5).

A Praia da Gorda, onde Selma e Alex costumam pescar, assim como o Mangue de Pedra e a Ponta do Pai Vitório, está situada nas regiões demarcadas pelo INCRA

em 2005 como território remanescente do Quilombo da Rasa. Desde 2011, os quilombolas da Rasa vêm planejando, para seu território, uma proposta de desenvolvimento social pautada no turismo étnico-ecológico de base comunitária.

Vale destacar que vários dos territórios do Quilombo da Rasa também integram as rotas “Cultural Mangue de Pedra” e “Caminhada Anda Brasil – Circuito Mangue de Pedras”. No entanto, esses destinos são explorados economicamente apenas pelos agentes de turismo e pela prefeitura de Armação dos Búzios, sem que haja retorno para as comunidades quilombolas, verdadeiras detentoras dos territórios explorados economicamente pelo mercado turístico local.

Figura 14 - A Ponta do Pai Vitório



Integra a “Rota Cultural Mangue de Pedra”, e a rota da “Caminhada Anda Brasil – Circuito Mangue de Pedras”.

Fonte: Acervo da pesquisa de campo fase 3, maio de 2024.

Por que será que, em mais de 10 anos, o turismo de base comunitária ainda não foi efetivado como uma realidade socioeconômica para a Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa e seus quilombolas? Afinal, a "Rota Cultural Mangue de Pedra" é resultado da mobilização comunitária quilombola da Rasa em busca de sua formação e luta política.

Em 2011, aconteceu em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios o Curso de EcoTurismo de Base Comunitária do Projeto Negócios Comunitários Sustentáveis, promovido pelo Instituto Bioatlântica e o Instituto Eco Brasil, com apoio das prefeituras desses municípios e patrocínio da empresa Statoil. O objetivo foi:

> Capacitar pescadores, filhos de pescadores, maricultores, pessoas ligadas a atividades tradicionais e/ou artesanais, quilombolas, pessoas interessadas na estruturação de roteiros turísticos com base na proposta de desenvolvimento de negócios comunitários sustentáveis (Rodrigues, 2019, p. 19).

Quatro jovens da Rasa obtiveram educação não formal em EcoTurismo de Base Comunitária durante o evento acima citado. Perguntado sobre o retorno financeiro das atividades turísticas propostas pelos quilombolas da Rasa, Adriano Gonçalves, presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, nos conta que a "Rota Cultural Mangue de Pedra" funcionou apenas alguns meses antes da pandemia da Covid-19. Depois, tudo parou. Ele afirma também que, apesar de possuírem a formação desde 2021, **nenhum dos jovens capacitados para atuar como agentes turísticos está em atividade na função que aprenderam**. Mesmo que o mercado turístico local esteja lucrando financeiramente a cada dia com os recursos econômicos gerados pela exploração turística do território quilombola da Rasa, **os remanescentes de quilombo não estão usufruindo** desse desenvolvimento econômico gerado pela exploração turística dentro de seu próprio território. Em nossa percepção, isso representa mais um caso de racismo institucional, perpetuado pelo município e pelos agentes de turismo de Búzios, contra as pessoas quilombolas, legítimas proprietárias do território mencionado.

Você concorda com a ideia de que a criação de um destino turístico deveria pressupor substanciais relações de troca econômica para a comunidade local? Contudo, isso não é o que ocorre, mesmo que os passeios turísticos étnicos "Rota Cultural Mangue de Pedra" e a rota "Caminhada Anda Brasil - Circuito Mangue de Pedras" sejam uma realidade na oferta de destinos turísticos locais. Essas rotas são difundidas e comercializadas pelos agentes da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura de Búzios, ou por iniciativas de empreendedores do ramo turístico, como o grupo do Vamos Trilhar, que a explora como um negócio lucrativo (veja vídeo "O que fazer em Búzios[66]").

Para se ter ideia do nível de movimentação financeira do qual estamos falando: segundo Marcos Ferraz, presidente da Clia Brasil (Cruise Lines International Association), na temporada turística de 2022 e 2023, havia previsão de se injetar 160 milhões de reais na economia local com a chegada de 300 mil cruzeiristas[67]. E os

---

[66] Travessia mangue de pedras x ponta do Pai Vitório: o que fazer em Búzios, RJ. Vamos trilhar. https://www.youtube.com/watch?v=zTsr0z5gtqA , veja tempo 3:47, sobre a importância quilombola.

[67] https://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/cruzeiros/buzios-rj-espera-300-mil-turistas-durante-a-temporada-de-cruzeiros-20222023/.

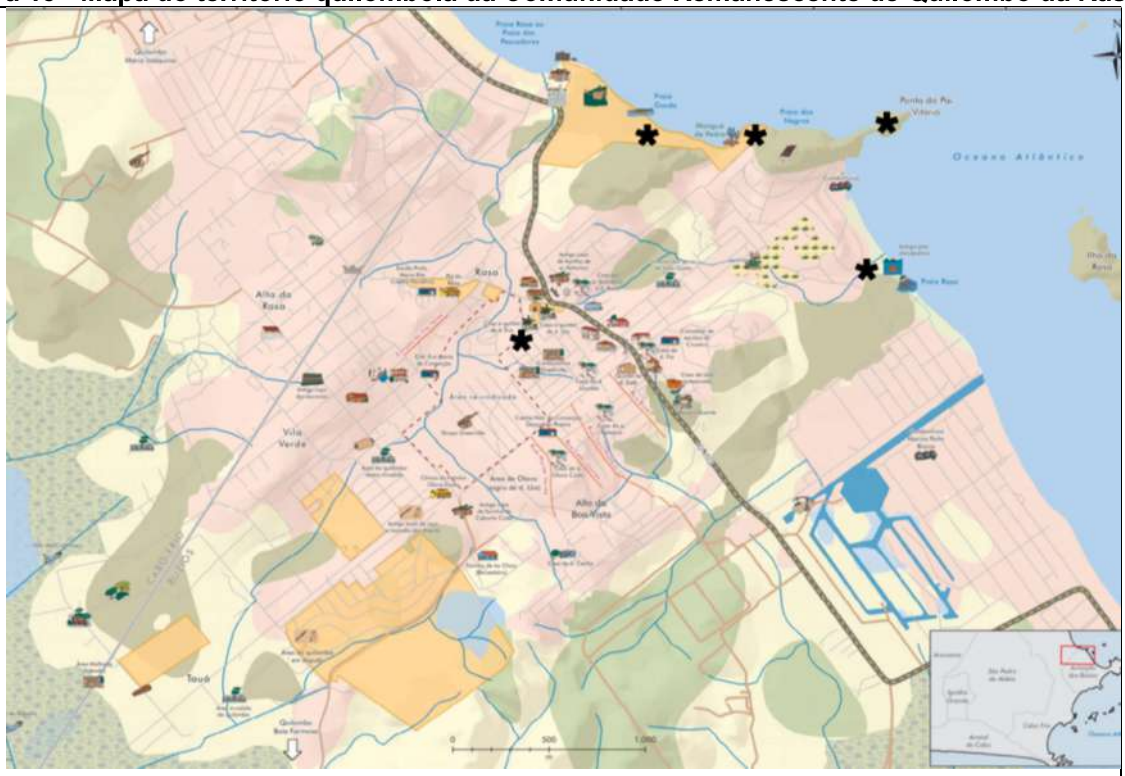
viajantes de cruzeiro representam apenas um dos diversos segmentos de público dos destinos turísticos de Búzios.

Adriano Gonçalves, atual presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, nos informou em entrevista realizada em 2022 que o território quilombola de sua comunidade abriga mais de 700 famílias remanescentes de quilombos, das quais somente 422 foram cadastradas pelo INCRA, totalizando cerca de 3.500 indivíduos distribuídos em nove diferentes localidades da Praia da Rasa, em Armação dos Búzios. Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID), de 27 de junho de 2017, a área possui 109,7228 hectares e poderá, após a titulação do território, ser dividida em aproximadamente 520 a 530 lotes de 15x25 metros. Ademais, o referido relatório apresenta dados históricos que indicam que as famílias locais vivem aquilombadas nessa região desde 1820.

Embora os quilombolas sejam os legítimos proprietários do território, grande parte dessa área vem sendo desmembrada há séculos devido à especulação imobiliária, ao turismo predatório e, consequentemente, à grilagem de terras.

Também nos fundamentamos nas reflexões das mestras em políticas sociais Ana Carolina S. Vaz (UENF, 2015) e Bárbara de Carvalho (UENF, 2015) para compreender o contexto histórico e social deste quilombo urbano, que se autoidentificou como quilombo somente no século XXI, quando obteve, em 2005, o certificado oficial da Fundação Palmares. Quanto ao contexto histórico, a comunidade remanescente de quilombo da Praia da Rasa é muito mais antiga: sua origem remonta ao Brasil colonial do século XVIII, ou seja, há mais de quatro séculos. Como mencionamos, na época da invasão colonial, Armação dos Búzios foi um porto utilizado para o embarque, desembarque e contrabando de pessoas escravizadas, com o objetivo de realizar trabalhos forçados na exploração do pau-brasil e na agricultura.

Figura 15 - Mapa do território quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa



Destacado em amarelo as nove áreas do território quilombola cadastradas pelo INCRA (2017): Tauá, Vila Verde, Av Central Rasa (4 territórios), Praia da Gorda e Mangue de Pedra. Uma área total de 109,7228 he, onde vivem 422 famílias e 3500 indivíduos.

Fonte/ilustração: mapa da Cartografia Social do Quipea, Quilombo da Rasa, 2021, p. 13 a 16. [68].

A origem deste quilombo está relacionada às fugas de pessoas escravizadas advindas do complexo agrícola da Fazenda Campos Novos, que possuía 27 fazendas agregadas. Para se ter uma ideia, dados oficiais relatam que, em 1759, o complexo possuía 323 pessoas escravizadas, as quais ocupavam 52 senzalas, além de inúmeras outras ocultadas propositadamente nos dados oficiais. "Muitos negros fugidos de fazendas próximas passaram a se estabelecer na Rasa, formando pequenos núcleos que constituíam o quilombo" (Vaz, 2015, p. 35).

[68] Destacados em laranja os nove territórios quilombolas. Destacados com asterisco (*) trechos da rota do turismo étnico no Quilombo da Rasa.

Figura 16 - Matriarcas do território do Quilombo da Rasa



Fonte: foto A, consta na Cartografia Social do Quipea: Quilombo Rasa (2019, p.26). Fotos B e C, acervo gentilmente cedido pela família Oliveira. Fotos D e E são do acervo da pesquisa, nov. 2022.

As duas primeiras fotos da Figura 16, à direita (D e E), pertencem ao acervo desta pesquisa. Na foto superior, vemos Dona Eva, no auge de seus 111 anos, repousando. Abaixo, está o terreiro ancestral quilombola da casa de Dona Eva, território de referência da Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa, onde é possível avistar um barco de madeira encostado a uma árvore, símbolo da presença e da importância da pesca artesanal na vida dessa comunidade. Trata-se de um dos nove territórios do Quilombo da Praia da Rasa mencionados anteriormente.

Esse território está situado no centro da Rasa, próximo à igreja matriz local, e corresponde a uma das ocupações mais antigas da região, onde viveu Dona Eva. Como já vimos, a menina Eva foi cativa e escravizada em uma das fazendas do complexo Campos Novos, na fazenda Piraúna. A própria vida de Dona Eva é uma prova contundente de como o sistema escravocrata se manteve vigente em Armação dos Búzios, mesmo 23 anos após o "fim" da escravidão no Brasi.

Ela viveu até os 114[69] anos, resistindo e enfrentando, juntamente com sua comunidade, a ideologia, o pensamento e a política escravocrata que ainda se fazem presentes em sua cidade. Dona Eva teve 12 filhos; dois faleceram logo ao nascer. Webio, Gelson, Carivaldina, Cláudio, Miguel, Jail, Wlices, José Carlos e Valmir são seus filhos legítimos, e Cassiano é seu filho adotivo. Ela foi a mulher mais longeva da região, matriarca do Quilombo da Rasa e a presença feminina mais respeitada, tornando-se um ícone da comunidade.

À esquerda da Figura 16, na foto A, estão Jane, funcionária da Cartografia Social do Quipea, a matriarca Dona Eva e sua filha Dona Uia. Dona Uia, Carivaldina Oliveira Costa, foi uma das fundadoras da Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa e uma importante ativista quilombola. Faleceu em 2020, aos 78 anos, vítima da Covid-19.

As fotos B e C são registros de familiares de Dona Eva. A foto B registra o momento em que Dona Eva teve a honra de carregar a tocha olímpica[70] na abertura das Olimpíadas de 2016 (01/08/2016). A foto C é um registro familiar, com o qual gostaríamos de homenagear essa potente mulher que venceu o escravagismo e se tornou símbolo de resistência e luta pelos direitos de sua comunidade quilombola.

E, mesmo que os invasores das terras do Quilombo da Rasa queiram negligenciar os direitos territoriais dessa comunidade, desde 1820 existem registros históricos da ocupação quilombola na região. Inclusive, várias das histórias pesqueiras rememoradas em nossa pesquisa fazem referência ao local da Praia da Rasa conhecido como “Ponta do Pai Vitório”.

Segundo a história oral, contada repetidamente, o local recebeu esse nome em homenagem a um africano fugitivo das naus portuguesas. Ele havia conseguido escapar para aquela península a fim de não ser escravizado e tornou-se pescador. Nos textos acadêmicos, encontramos um trecho da entrevista com a quilombola Soninha, que relata: “Pai Vitório nada mais é do que um escravo mais velho, e aquele

---

[69] D. Eva faleceu por motivos naturais, em 14 de fevereiro de 2025. https://portalfluminense.com.br/2025/02/18/dona-eva-falece-aos-114-anos-em-buzios-rj-deixando-um-legado-como-referencia-quilombola/.

[70] Uma das pessoas a carregar o símbolo olímpico é a matriarca quilombola e ícone da cidade, Dona Eva Maria de Oliveira Conceição. Dona Eva, com 105 anos, pode ser a mulher mais velha a carregar a Tocha”. Fonte: https://cliquediario.com.br/esporte/tocha-olimpica-passa-por-buzios-no-dia-01-de-agosto.

cantinho de pedra era o local predileto onde ele pescava, então por isso tem o nome de Ponta do Pai Vitório" (Carvalho, 2015, p. 25).

Para a quilombola e marisqueira Selma, uma de nossas entrevistadas, a Ponta do Pai Vitório não é apenas um ponto da cidade. Para ela, o local faz parte de seu imaginário simbólico, de seu inconsciente e dos melhores de seus sonhos. Ela compartilha conosco uma de suas lembranças mais presentes, aquela que:

> Nunca saiu da memória. E eu sou muito boa de memória, graças a Deus. É o sonho da ponta do pai Vitório. É um sonho que meu pai sempre vem me mostrando onde tudo começou. Ele sempre fala pra mim no sonho: 'Minha filha, é aqui que tudo começou. É aqui que tudo começou'. Eu sou bem curiosa e eu gosto de tirar minha cisma, né? Pensei, eu preciso ver o que tem aqui [...] Quando eu estive lá do outro lado (na praia da Rasa, onde se vê de frente a ponta do Pai Vitório, veja figura 14) [...].eu pude ver o bico de onde ele me mostrava [...] Eu cheguei ali, e vi: é aí, eu sonhei direitinho, foi ali que ele sussurrou no meu ouvido: 'foi aí que tudo começou, minha filha, aqui é o caminho (Selma Gonçalves, 2024)[71].

O historiador Pierre de Cristo, especialista em estudos contracoloniais sobre a escravidão na região de Cabo Frio, também nos contou um pouco sobre o conteúdo das pesquisas realizadas por ele acerca da Ponta do Pai Vitório:

> Segundo a lenda, a ponta do Pai Vitório ela consiste em dois tipos de versões. Existe a primeira versão, de que foi um navio que naufragou ali do lado, e se chamava Pai Vitório. E existe a outra lenda que um homem escravizado conseguiu pular do navio, chegou naquele lugar e se refugiou naquele local. Então é uma história oral, e enquanto pesquisador é preciso até aprofundar mais isso, para que a gente possa trazer esse momento e fundamentar isso, junto com a história oral. Porque ela é completamente importante para o desenvolvimento de qualquer pesquisa (Pierre de Cristo, 2024).

Nosso entrevistado, Valmir Conceição Oliveira, é o filho mais novo de Dona Eva, matriarca quilombola que chegou a ser escravizada em uma das 27 fazendas que compuseram a Fazenda Campos Novos. Pescador de linha, quilombola e professor, possui formação completa em Teologia e incompleta em Direito, além de atuar politicamente na região.

Juntamente com sua falecida irmã, Dona Uia, foi um dos fundadores da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, em 14 de janeiro de 2005. Valmir construiu trajetória também na política local, contribuindo para o processo de emancipação da cidade e exercendo dois mandatos como vereador: o

[71] Entrevista concedida em novembro de 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.

primeiro de 1997 a 2000, pelo PSDB, e o segundo de 2001 a 2004, pelo PFL. Em 2024, chegou a ocupar, por alguns dias, o cargo de Secretário Municipal de Pesca, Agricultura e Esportes Náuticos. No início de 2025, foi nomeado coordenador de Igualdade Racial de Búzios.

Pesquisador autodidata, Valmir nos relatou o papel estratégico da Ponta do Pai Vitório como porto de comercialização, como elemento de manutenção do escravagismo na região e também como um dos marcos importantes para que a Rasa fosse certificada pela Fundação Palmares como território remanescente de quilombo:

> Na Fazenda Campos Novos existia de fato 450 famílias que moravam em Cabo Frio. [...] Cabo Frio ia de Campos a Saquarema, tudo isso era Cabo Frio. Então, as ordens partiam ali do Rio de Janeiro, do Palácio, lá onde o governo de Portugal, Dom Pedro, dirigia. As ordens saíam de lá para a Fazenda Campos Novos, que detinha o poder de 27 fazendas na Região dos Lagos. E esse pessoal todo ao chegar da África, os que desembarcavam aqui, na ponta do Pai Vitório, ou lá na Praia dos Ossos, na Igreja Católica, trocavam de nome, eram batizados. [...] E então, esse pessoal era distribuído para a Fazenda Campos Novos. Após o José Gonçalves, que era o maior mercador de escravo do Brasil, chegar para escolher aquele que eles queriam. Então, [...] quando chegava esse pessoal todo, era batizado na Igreja de Santana e levado para a Caza do Sino [...] E nessa região, então, ficava sob domínio da Fazenda Campos Novos, (o pessoal) que ia trabalhar escravizado. E [...] o que os seus olhos podem ver da Rasa, era todo um plantio de banana, que embarcava ali na ponta do Pai Vitório, que é o local mais histórico que nós temos.
>
> Porque na ponta do Pai Vitório, acontecia dois fatos, ou três fatos diferentes. Um, é que era embarcado a banana ali na ponta do Pai Vitório, desse grande bananal de Portugal, aqui no bairro da Rasa, que os nossos familiares trabalhavam escravizados nessa plantação e colheita de banana que embarcava ali para Portugal. Segundo a banana que já passava de quatro quilos, que eles chamavam de banana roliça, que entrava para amadurecer, levava até vinte e sete dias, de acordo com o tempo, para o navio chegar em Portugal. Então essa banana já não ia mais para lá. Ela ficava, ia para a fazendinha, para a fazenda, que hoje é chamada Fazenda Henrique da Cunha, ou Buena [...] ali era processado [...] o doce de banana, a farinha de banana, que também era embarcado na ponta do Pai Vitório aqui para levar para Portugal. E a rota escravagista que também desembarcava ali, quando já não era mais permitido ter a escravidão, porque o Brasil foi o último país a acabar com a escravidão (Valmir, 2023)[72].

Valmir também relata que, há mais de 250 anos, desembarcou na região da Ponta do Pai Vitório, vindo de Angola como escravizado, o ancestral africano considerado fundador de parte do território e da comunidade onde hoje se localiza o Quilombo da Rasa: o príncipe Zimbalelê. Segundo a história oral preservada na

[72] Entrevista concedida em outubro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.

região, o príncipe angolano teria vivido na área que atualmente abrange a Praia do Rio Una, a Praia da Gorda e o Mangue de Pedra.

Durante a terceira e última etapa da pesquisa de campo, realizada em maio de 2024, Valmir nos recebeu no terreiro da casa de sua mãe, Dona Eva, e nos conduziu até um dos descendentes do príncipe Zimbalelê: seu bisneto, Luiz Oliveira de Souza. Na ocasião, Luiz explicou que seu avô, Avelino José de Souza, era neto do referido príncipe. Talvez por isso nosso entrevistado, Valmir, tenha se confundido ao mencionar o nome do ancestral em sua narrativa de rememoração, referindo-se a ele como Avelino Ziolelê. Portanto, no trecho da entrevista abaixo, quando for mencionado o nome "príncipe Avelino Ziolelê", leia-se "príncipe Zimbalelê":

> Baseado na nossa história daqui: então, veio o deportado de Angola, o príncipe. Foi um dos que originou também a nossa família. A nossa gente aqui. O príncipe Ziolêle, também conhecido como Avelino Ziolero, ele veio escravizado. [...] e ele foi deportado aqui, ainda novo, para Búzios, desembarcou aqui na ponta do Pai Vitório e habitou a Rasa, habitou aqui. [...] (Valmir, 2024)[73].

> Portugal precisava das terras dele em Angola porque tinha minério, né? Minério de ferro, minério de ouro. [...] Então, aqui veio o Avelino Ziolelê. Ele não podia ser morto lá, porque ele era filho de rei, ele era príncipe, né? Veio aqui pro Brasil e veio exatamente pra Rasa. [...] E dele originou as 120 famílias que passaram a morar aqui [...] do lado, na nossa praia do Una, que ia até a Praia da Gorda que é do lado aí, e que tiravam o sustento pra eles sobreviverem do Mangue de Pedra, que só existe três no mundo, aqui, na Bahia e no Japão. [...] E assim veio, chegou até os nossos dias que permanece. Então esse tipo de pesca que a gente faz através dos nossos ancestrais que chegaram via Angola, há 250 anos atrás. [...] E foi então deste príncipe, que viveu aqui até o final da vida dele, e originou uma grande família que habitou toda a Rasa (Valmir, 2023)[74].

Essa grande família, à qual Valmir se refere, tornou-se o que conhecemos hoje como Comunidade Remanescente Quilombola da Rasa. Segundo o Censo da Pesca (2022), trata-se de uma parcela da sociedade buziana, composta por mais de 3.500 pessoas de origem africana, inseridas no seguinte contexto sócio-político-demográfico:

1. O Brasil é um país negro. De acordo com o Censo de 2022 (IBGE)[75], é formado por uma maioria de população que se autoatribuiu a identidade negra (55,7%). Estamos falando de mais de 110 milhões de brasileiros e brasileiras, em um contexto de mais de 203 milhões de pessoas, onde 92,1 milhões se

[73] Entrevista concedida em novembro de 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.
[74] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.
[75] Fonte: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/.

autodenominaram como pardas (45,3%) e outras 20,6 milhões como pretas (10,2%).

2. Segundo o Censo de 2022, mais de 1,7 milhão de pessoas se autodenominam indígenas (0,8%) e 850,1 mil como amarelas (0,4%). Em comparação com o Censo de 2010, houve um decréscimo da população indígena, que na época foi estimada em 896.917 pessoas, distribuídas em 305 povos e 274 línguas indígenas (Cunha; Magalhães; Adams, 2022, p. 11, 12 e 51).

3. De acordo com o Censo Demográfico de 2022[76], a população quilombola residente no Brasil é de 1.327.802 pessoas, correspondendo a 0,65% da população. Há 1.696 municípios com população quilombola e 473.970 domicílios particulares permanentes com moradores quilombolas. A região que concentra a maior quantidade é o Nordeste, com 905.415 quilombolas (68,2%), seguida do Sudeste, com 182.305 pessoas, e do Norte, com 166.069 pessoas, contabilizando, ambas, 26,24% da população quilombola. Com 5,57% da população quilombola, as regiões Centro-Oeste e Sul possuem 44.957 e 29.056 pessoas, respectivamente.

4. Segundo o Censo Quilombola de 2022[77], à época existiam no Brasil 7.666 comunidades quilombolas, fixadas em 8.441 localidades. As localidades quilombolas são lugares no território brasileiro que abrigam um aglomerado de habitantes permanentes, relacionados a uma comunidade quilombola com pelo menos 15 pessoas autoidentificadas como quilombolas, que vivem a uma distância máxima de 200 metros umas das outras.

5. O CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2021) estima que as comunidades quilombolas no Brasil ocupam 3,8 milhões de hectares, correspondendo a 0,5% do território nacional.

---

[76]Fonte:https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22325-os-quilombolas-no-censo-2022.html.

[77]Fonte:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao.

6. Estudos realizados pela Associação Brasileira de Antropologia[78] informam que esses territórios e as pessoas quilombolas estão sob ameaça constante de interesses de indivíduos e instituições econômicas que visam explorar os territórios quilombolas para obras de infraestrutura, exploração de minérios, criação de gado e agronegócio, além de sobrepor imóveis particulares e turísticos nesses territórios.

A partir desses dados, poderíamos pensar que estamos nos referindo a uma maioria ao afirmar que cerca de 110 milhões de brasileiros e brasileiras, ou 55,7% da população, se autoidentificam como pretos ou pardos. Quantitativamente, sim. Politicamente, porém, não. Isso porque, mesmo que esse percentual seja expressivo, ele não representa, necessariamente, uma maioria no âmbito político. A noção de maioria na política está relacionada ao poder decisório nos setores sociais de influência, como os âmbitos governamental, econômico, jurídico, legislativo, educacional, entre outros.

Sob a ótica do sociólogo Anthony Giddens (Giddens, 2002 *apud* Barbalho, 2009), o campo econômico é o que mais determina uma maioria. Para ele, a desigualdade na distribuição de renda cria agentes sociais distintos, formando as chamadas “maiorias” e “minorias”. Nessa perspectiva, as minorias sociais - sejam de gênero, religiosas, étnicas ou trabalhistas - deveriam atuar de forma incisiva no espaço público, a fim de exigir do Estado a implementação de políticas públicas e sociais que minimizem ou eliminem a exploração e a desigualdade social.

O humanista Homi Bhabha, um dos pioneiros nos estudos pós-coloniais, ensina que, com atuações sociais consistentes, “desenvolve-se o esforço de conviver e aceitar o diferente, o grupal, o gênero, a etnia, a diversidade” (Silva, 2011, p. 35 *apud* Bhabha, 2006, p. 162). Diante dessas perspectivas, que apontam caminhos para que as minorias sociais sejam aceitas e respeitadas em um espectro social que historicamente tende a marginalizá-las, esta pesquisa propôs-se a refletir sobre as conquistas político-sociais dessas minorias no cotidiano dos pescadores artesanais, bem como a analisar seus posicionamentos político-sociais na luta pela garantia de

[78] Fonte: Artigo: As Pressões Ambientais nos Territórios Quilombolas no Brasil, de Antônio Oviedo, William P. Lima, Francisco das Chagas Sousa, 2023 e https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados.

seus direitos. Neste estudo, a minoria em questão é representada pela comunidade pesqueira formada pelos quilombolas da Rasa (Armação dos Búzios) e da Prainha (Praia Grande).

No artigo “Diásporas Africanas e Direitos Territoriais: as várias dimensões do Quilombo no Brasil”[79], a antropóloga Ilka Boaventura Leite faz um levantamento dos diversos sentidos da palavra "quilombo" para compreender as conquistas políticas dos quilombolas na atualidade. Dentre os vários sentidos encontrados, o conceito de “quilombo pós-utópico” foi aquele com o qual dialogamos e elegemos como orientação para este estudo. O quilombo pós-utópico seria aquele que:

> Retorna [...] e se dissemina para ganhar novos campos e significados, pois ele vem denunciar as malhas invisíveis do sistema de colonização persistente, os dispositivos de governabilidade que nunca cessam de se atualizar, as tramas e tramoias que reduzem os sujeitos negros a estranhos no seu próprio corpo estigmatizado, empurrando-os para os limites e as bordas do humano, obrigando-os a recriar indefinidamente o quilombo como territorialidade sustentada pela consciência da desterritorialização e da diáspora (Leite, 2016, p. 296).

Elegemos esta perspectiva pós-utópica de recriação do território quilombola, por ela também estar diretamente relacionada às conquistas dos direitos quilombolas no Brasil, os quais refletem a luta de mais de 90 anos de mobilizações sociais, tanto internacionais quanto nacionais, dessa comunidade. Tais esforços culminaram em 1994, com o processo de regulamentação governamental dos direitos territoriais quilombolas, iniciado pelo INCRA.

No entanto, a efetividade da regulamentação territorial quilombola só ocorreu durante o período da Renovação Democrática, que se estendeu de 2003 (presidência de Luiz Inácio Lula da Silva) a 2016 (presidência de Dilma Rousseff), com uma governança comprometida com as questões sociais (governos da coligação PT/PL/PCdoB/PCB/PMN/MDB). Somente após 2003, com a promulgação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Decreto 4.887, que regulamenta princípios, foram criados os procedimentos administrativos e as etapas que efetivam os direitos territoriais quilombolas, reconhecidos como direito positivo sob a gestão do Estado (Oliveira, 2016).

---

[79] Fonte: “Direitos Quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988”, pela Associação Brasileira de Antropologia (Oliveira, 2016).

Segundo pesquisas realizadas pelo historiador Pierre de Cristo, podemos afirmar que, até 2025, existem na Região dos Lagos 12 comunidades remanescentes de quilombo, das quais 11 estão certificadas pela Fundação Palmares: cinco em Cabo Frio (Botafogo, São Jacinto, Preto Forro, Maria Romana e Espírito Santo), três em Búzios (Rasa, Maria Joaquina e Baía Formosa), uma em São Pedro da Aldeia (Caveira) e duas em Araruama (Sobara e Prodígio). O quilombo da Prainha, em Arraial do Cabo, está iniciando seu processo de certificação.

Diferente da maioria dos quilombos seculares existentes na Região dos Lagos e no Brasil, a comunidade remanescente de quilombo da Rasa registrou a afirmação de sua identidade quilombola somente no século XXI. Como vimos anteriormente, isso ocorreu em 14 de janeiro de 2005, quando foi fundada a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. Até então, nem todas as pessoas se reconheciam como quilombolas no bairro da Rasa, como nos conta nosso entrevistado João:

> Aqui a gente não sabia a origem dos quilombolas, a gente não sabia. A gente não tinha conhecimento. Depois que veio o conhecimento. Aqui era preto, ninguém era quilombo. [...] Eu acho que tem uns 23, 24 anos da origem dos quilombolas. Porque aqui ninguém tratava de quilombola, só era preto mesmo e acabou. [...] Depois que veio a descendência, falavam que os pretos eram quilombolas. Então, eu comecei a entender que eram quilombolas. Antes eu não tinha noção do que era a cor preta, a cor negra, o que era quilombola (João, 2023)[80].

Mas também existiam pessoas que já se identificavam como quilombolas antes da criação da associação, como a nossa entrevistada Selma:

> É o que eu falei pra você. O quilombo existe, sempre existiu. A única coisa que não existia era a sede, a associação do quilombo. [...] Como disse o presidente: a associação somos nós! Eu falei: não! Nós não somos associação. Nós somos o quilombo. Associação é [...] uma casa que tem que ter pra atender os quilombolas" (Selma, 2023)[81].

Como vimos anteriormente, foram tios de Selma, o filho caçula de Dona Eva, Valmir, juntamente com sua irmã Dona Uia, os fundadores da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. Valmir nos contou, em entrevista exclusiva, como se tornou um pesquisador autodidata sobre a história de sua própria comunidade:

---

[80] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.
[81] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios.

> Eu achava aquilo uma incógnita, porque metade de Búzios, era da epiderme clara, branca, olhos azuis. E a Rasa era exatamente um bairro de todo mundo negro. E aqueles homens e mulheres, aproximadamente de 1,80m, 1,90m, todos mesmo negro mesmo, da cor preta. E aí, meu Deus, por que essa diferença de cor no mesmo distrito? Então, eu passei a ser pesquisador daquilo que minha mãe falava. E eu acabei descobrindo toda essa história, que me levou, juntamente, através da Fundação Palmares, Cultural Palmares, e da Igualdade Racial, a ter um profundo estudo dessa área. Então, aí que veio a história de formar o quilombo, porque toda a Rasa foi um quilombo. E eu fui em busca da história do povo da Rasa [...] E eu consegui, junto à Fundação Palmares, trazer a ministra da Igualdade Racial aqui, na época era Matilde Ribeiro. E depois veio muitas outras pessoas, que reconheceram. Eu trouxe o grande senador Abdias do Nascimento. Eu trouxe o cônsul, e tenho ainda uma camisa de um tecido que o cônsul de Angola deu à minha mãe de presente. [...] Então, quer dizer, foi toda uma história que me fez fundar o quilombo e reconhecer que toda essa área era um quilombo de verdade. E aí foi quando eu recebi todo o apoio da Fundação Palmares, da Secretaria da Igualdade Racial e a gente fundou a Associação. Depois de ter todos os resquícios, viram os antropólogos, viram todos os resquícios de onde habitou mesmo essa gente, e fez todo um levantamento, os antropólogos fizeram esse reconhecimento e a gente, então, pôde confirmar a nossa história. [...] Quando os antropólogos vieram aqui [...] com toda a equipe, eles levantaram e detectaram as nove áreas onde viveram, de fato, essa gente. Essas nove áreas, inclusive essa aqui atrás onde nós estamos falando agora, são terras que vão ser entregues (Valmir, 2023).

Se em 2005 a Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa foi certificada como um quilombo urbano, até hoje, 20 anos depois, seu território ainda não foi titulado pelo INCRA. Isso significa que as 422 famílias ainda não receberam o direito de possuir legalmente o território onde seus ancestrais residem há mais de 400 anos.

A seguir, faremos uma pequena análise conjuntural do posicionamento da comunidade remanescente de quilombo da Rasa diante da questão nacional de certificação e titulação de seus territórios. Para tanto, nos baseamos em vários artigos do livro “Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988”, produzido pela Associação Brasileira de Antropologia (Oliveira, 2016). Trata-se de uma das mais importantes e completas compilações sobre as conquistas dos direitos quilombolas brasileiros já publicadas.

Segundo Oliveira (2016), em 2005, o INCRA e a Fundação Palmares (FCP) apresentaram o mapeamento de 3.524 comunidades remanescentes de quilombos em todo o Brasil. Foi identificada, por aqueles órgãos governamentais, uma população de mais de 2 milhões de pessoas, proprietárias legítimas de territórios que abrangem cerca de 30 milhões de hectares. Mesmo que a FCP tenha identificado 3.524

territórios, nossa pesquisa apurou[82] que, até 2021, a FCP emitiu somente 3.271 certificações para comunidades quilombolas. Ou seja, 16 anos depois do início da identificação governamental dos territórios quilombolas no país, em 2021 ainda existia uma defasagem de certificação de 253 territórios. Dos 3.524 territórios quilombolas identificados, apenas 1.281 estão em processo de avaliação pelo INCRA. E, dos 3.271 quilombos certificados pela FCP, somente 154 territórios quilombolas foram titulados ou regularizados, abrangendo cerca de um milhão de hectares (1/30 do total identificado). Esses títulos abrangem apenas 127 territórios (dos 3.524 citados), 217 comunidades e 13.145 famílias.

Em 2021, fizemos uma pequena análise conjuntural, subsidiada exclusivamente nas leituras dos artigos que compõem o livro *Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*, acerca da situação de certificação e titulação de terras quilombolas. Assim, a leitura do documento nos possibilitou concluir que o dilema da situação quilombola brasileira aponta para o fato de que, se mantido o ritmo dos processos de titulação e regulamentação dos territórios quilombolas, "**serão necessários 250 anos para a obtenção de todos os títulos das propriedades**" (Oliveira, 2016, p. 261), já certificados.

A inconsistência dessa conjuntura é a falta de empenho e agilidade no processo de titulação das terras quilombolas. A Advocacia Geral da União (AGU) é o ente federativo que vem atravancando todo o processo de titulação, pois possui em análise inúmeros processos de agentes do mercado, os quais ferem os direitos territoriais quilombolas e se arrastam por mais de décadas, sem solução ou conciliação.

No campo político, **as incongruências** ou a falta de correspondência entre os direitos conquistados e a realidade são inúmeras e marcadamente deflagradas pelos partidos de direita. Isso porque os políticos partidários de direita defendem no Congresso Nacional os interesses do agronegócio, da mineração e da bancada ruralista. Tratam-se de agentes políticos que trabalham explicitamente para criar projetos de lei contrários aos direitos reconhecidos constitucionalmente das comunidades quilombolas.

---

[82] Os dados foram obtidos através de entrevista exclusiva realizada em 15 de maio de 2024, com Caio do Nascimento Mota, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que nos passou, através de sua assessoria de comunicação, **os dados mais recentes disponíveis no momento** da entrevista sobre certificação no Brasil, os quais se referem ao mês de novembro de 2021. Os dados citados foram obtidos da planilha "Andamento dos Processos – Quadro Geral".

O artigo “Quantos diques devem ser rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo de reconhecimento e regularização de territórios quilombolas”, de Aderval Costa Filho (Oliveira, 2016, p. 275), traz alguns exemplos desse desespero: o Partido Democratas (DEM) impetrou, em 2004, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.339, questionando a constitucionalidade da regulamentação e titulação dos direitos quilombolas; o Partido da Frente Liberal (PFL, hoje DEM) impetrou a ADI nº 3.239 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com o intuito de invalidar o Decreto nº 4.887/2003 (que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias); o "Centrão", composto por um bloco político suprapartidário de direita formado principalmente pelo PMDB, PFL, PTB e PDS, apresentou o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 161/2007, apensada à PEC nº 215, que transfere para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas e quilombolas.

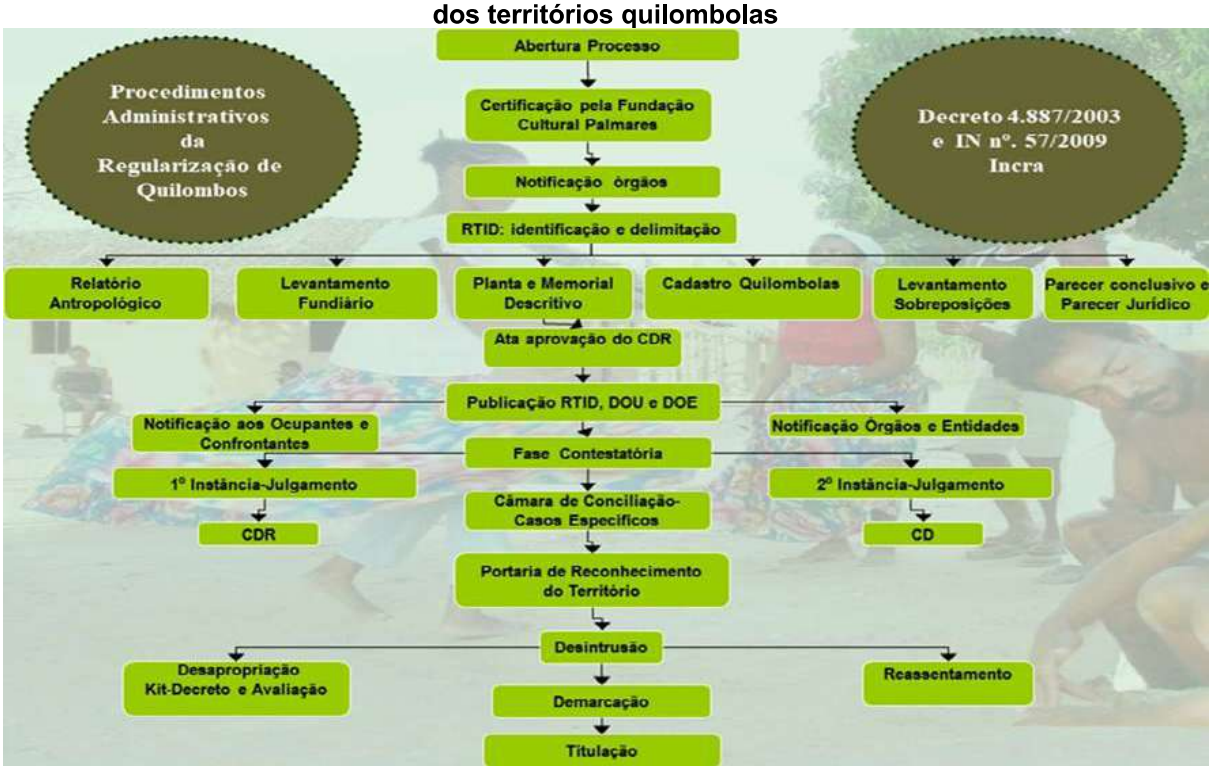
Um dos grandes paradoxos dessa análise conjuntural é a alarmante constatação de que os sujeitos sociais que efetivamente impedem o avanço dos registros das terras quilombolas são, justamente, as instâncias criadas para executá-los. Hoje, o Congresso Nacional (formado por uma maioria de partidos de direita), o sistema judiciário e setores de direita do Executivo brasileiro se aliaram aos interesses das corporações econômicas e se apresentam como reais obstáculos ao avanço da promoção do direito dos quilombolas ao seu território.

Para compreendermos quanto tempo levará para o Quilombo da Rasa receber a titulação de suas terras, em maio de 2024, conversamos com o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caio do Nascimento Mota, da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais, para obter dados mais atuais sobre o processo de titulação dos territórios quilombolas já certificados pela FCP. Ele nos disse que o número de processos de avaliação da titulação quilombola pelo INCRA subiu para 1.800 (519 acima dos 1.281 levantados em 2016); que, até o momento da entrevista, 207 territórios quilombolas haviam sido titulados (53 além dos 154 territórios titulados até 2016). Também nos informou que, à época, 163 territórios haviam obtido o Relatório Técnico de Identificação e Mapeamento (RTID), que é a quarta etapa processual (fase atual do processo de titulação do Quilombo da Rasa), dentro de um processo de 14 etapas para obtenção da titulação. Dentre os territórios que obtiveram o RTID, 43 processos já estavam

finalizados para decretação (etapa 6). Informou que existem 1.281 quilombos certificados que estão em processo de avaliação pelo INCRA (Caio do Nascimento Mota, 2024)[83].

A Figura 17, abaixo, esquematiza todas as 14 etapas dos procedimentos administrativos necessários para a regularização dos territórios quilombolas. Nesse contexto, o processo de titulação do Quilombo da Rasa está paralisado, desde 2017, na etapa 4, Relatório Técnico de Identificação e Mapeamento (RTID). Segundo o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário por nós entrevistado, ainda não é possível mensurar quando serão tituladas as terras do Quilombo da Rasa.

Figura 17 - Fluxograma dos procedimentos administrativos necessários para a regularização dos territórios quilombolas



Fonte: Assessoria de Comunicação do INCRA, maio de 2024.

Concluindo a reflexão de conjuntura sobre a titulação dos territórios quilombolas brasileiros, trazemos outros elementos de análise levantados pelo representante do MDA por nós entrevistado: os órgãos públicos responsáveis pelo andamento dos processos foram totalmente sucateados pelo governo do ex-presidente Bolsonaro (de extrema direita, Partido Social Liberal - PSL), a ponto de

[83] Entrevista concedida em 12 de junho de 2025, na cidade de Itaperuna.

demitir uma grande parcela dos funcionários e de reter os orçamentos, fazendo com que as instituições responsáveis pela realização da titulação funcionassem precariamente.

Segundo o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário entrevistado por nós, Caio do Nascimento Mota, em 2024, o orçamento do MDA aumentou dos míseros 320 milhões de reais do governo anterior para 4,5 bilhões no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mas, mesmo assim, o orçamento ainda não cobre o montante necessário para pagar as indenizações dos 163 processos que já possuem o RTID. Existem milhares de processos judiciais que envolvem os conflitos de interesses especulativos de grupos econômicos, os quais insistem em continuar explorando as riquezas minerais, hídricas, petrolíferas e de pastagem existentes nos territórios quilombolas, ameaçando a existência de 98,2% deles[84]. Existe também, uma pressão enorme sobre o atual governo federal por parte dos agentes econômicos (leia-se agronegócio, turismo, empreendimentos imobiliários, mineração, dentre outros) para impedir ou tornar cada vez mais morosos os processos de titulação dos territórios quilombolas, cabendo às comunidades quilombolas continuar pressionando o governo para a obtenção de seus direitos, garantindo suas participações nos comitês gestores e mantendo diálogos com as Assessorias de Participação Social e Diversidade, presentes em todos os municípios do Brasil.

Mas resistência e pró-atividade nunca faltaram aos quilombolas da Rasa. Essa comunidade permanece firme na luta pela obtenção de seus direitos e, nos dias de hoje, dá sequência à luta iniciada em 2005 para ter o direito legal sobre a propriedade de seu território originário. Hoje em dia, a mobilização social nesta comunidade só cresce e se amplia em vários âmbitos de ação social. Um exemplo é a participação política ativa da pescadora Selma Gonçalves. Como dissemos anteriormente, ela é a atual presidenta da Associação de Marisqueiras Quilombolas da Rasa e atua efetivamente nos locais institucionais e sociais de poder e de tomada de decisões. As fotos da Figura 18, realizadas no mês de novembro de 2022, registram algumas das ações cidadãs de Selma, bem como a participação social dos pescadores e pescadoras artesanais de Búzios.

---

[84]Fonte:https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados. Acessado em 15/02/2025.

Figura 18- Registros da participação cidadã das/os pescadoras/es artesanais de Armação dos Búzios







Na imagem vertical Selma, enquanto presidenta da Associação de Marisqueiras Quilombolas da Rasa, protocola na câmara dos vereadores de Arraial do Cabo proposta para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, para a construção da sede da instituição que representa. Ela está lado-a-lado de Dominique Sousa da Silva, presidente da Colônia de Pescadores Z23, de Armação dos Búzios. As fotos horizontais marcam a presença de Selma na assembleia do PEA Pescarte com outras pescadoras e pescadores artesanais, para a definição dos parâmetros de eleição do Grupo Gestor do PEA Pescarte.



Fonte: acervo da pesquisa, novembro de 2022.

Em dezembro de 2022, Selma foi eleita por seus pares como membro do Grupo Gestor (GG) e representante global dos pescadores e pescadoras de Armação dos Búzios. O GG tem como objetivo gerir os projetos e recursos do Programa de Geração de Trabalho e Renda (PGTR), elaborados pelo PEA Pescarte em conjunto com a comunidade pesqueira. O programa prevê a construção, até 2028, de três unidades produtivas na cidade para minimizar o impacto negativo na atividade da pesca artesanal, causado pela exploração do petróleo nos mares da região. São elas:

Unidade de Processamento de Pescado, Unidade de Produção de Moluscos 3 e Unidade de Produção de Sementes[85].

Figura 19- Maricultura, o presente e o futuro da pesca artesanal na praia da Gorda



Fonte: Adonis pesca os mariscos cultivados por ele e sua equipe em longline, na Praia da Gorda. Foto: acervo da pesquisa, abril de 2024.

Em 2024, a marisqueira Selma aumenta sua participação cidadã, assumindo seu papel representativo como membro da sociedade civil do Conselho de Pesca de Armação dos Búzios. O maricultor Adonis, o primeiro pescador dedicado à aquicultura local, também passa a integrar o GG dos PGTRs.

3.5 Comunidade da pesca artesanal de Arraial do Cabo

> "Ô Carem, varinha é aquela vara de pescar que a gente usa. Na verdade, a nossa é de bambu. Tem gente que compra, né? (risos) Essas de fibra e tudo... Tarrafa, varinha e puçá são essas três modalidades que se usam ali naquele canto, em cima do pesqueiro. A maioria da pesca de lula é feita com puçá; eles usam tarrafa só quando é uma coisa muito grande, que aí jogam tarrafa. Fora isso, é pesca de puçá e varinha. Você quer saber como se chama a pesca de anchova? É pesca de linha, cambão, que é um chumbo grande e pesado, que a pessoa roda com a isca e anzol grande também. Aí a pessoa roda, roda e joga bem longe, e vem puxando. A anchova segue aquilo, entendeu? Chama cambão[86] (Margareth Julião, 2021)[87].

Os ensinamentos sobre a pesca artesanal de lula e anchova, relatados acima, foram repassados por Margareth Julião, uma das pescadoras artesanais precursoras

[85] Fonte: https://pescarte.org.br/pgtr. Acesso em 15/02/2025.
[86] Fonte: pescadora artesanal Margareth Julião.
[87] Entrevista concedida em junho de 2021, na Praia Grande, Arraial do Cabo.

na pesca de linha da região e também uma das entrevistadas desta pesquisa. Em março de 2025, Margareth foi premiada na categoria “Pesca Artesanal Marinha” do *Prêmio Mulheres das Águas*, sendo uma das dez brasileiras a receber a honraria concedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Num agradável domingo de sol, em junho de 2021, Margareth exercia seu primeiro mandato como presidenta da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo. Ela e outras três pescadoras cooperadas - Marcila, Flora e Clara - convidaram-nos para um passeio a pé até o Deck dos Pescadores, um pesqueiro localizado à esquerda da Praia Grande. Em cerca de duas horas, percorremos 1.700 metros.

Nesse percurso, além do trecho de nossas conversas já relatado anteriormente, vivenciamos uma verdadeira aula sobre pesca. Elas compartilharam detalhes de suas vidas desde a década de 1970, narrando desde a infância até os dias atuais. Contaram, com entusiasmo, sobre os desafios de serem as primeiras pescadoras de linha da cidade, enfrentando não apenas o mar, mas também o preconceito de gênero. A cada passo, surgia uma história; e, em cada história, revelava-se um capítulo da pesca artesanal em Arraial do Cabo.

Os registros fotográficos feitos naquele dia, somados a outras imagens captadas pelas próprias pescadoras (Clara e Zenilda), deram origem, em setembro de 2021, ao primeiro vídeo experimental deste estudo, intitulado *Paisagens da Pesca*. A produção resultou da aplicação do método de pesquisa etnográfica “Itinerários” (Reginensi, 2019; Careri, 2013), um dos conteúdos didáticos planejados pelas professoras Caterine Reginensi e Lilian Sagio para a disciplina “Estudo Dirigido – Memória, imagem e itinerários com métodos experimentais”, cursada por nós no âmbito do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (UENF). Essa técnica visa possibilitar que pesquisadoras e pesquisadores realizem entrevistas e registros científicos impregnados de elementos da vida cotidiana das pessoas entrevistadas.

Figura 20 - Itinerário de passeio com pescadoras da Cooperativa de Mulheres Nativas, de Arraial do Cabo



Fonte: vídeo itinerário "Paisagens da Pesca", acervo anterior a pesquisa de campo, 2021[88].

Apesar de **não nos propormos** a centrar esta pesquisa na participação feminina na pesca artesanal de Arraial do Cabo, tivemos a oportunidade de ter um contato próximo e duradouro com 10 pescadoras da Cooperativa de Mulheres Nativas, situada na Praia Grande. Isso ocorreu porque, entre janeiro de 2021 e julho de 2022, fomos contratadas por elas para elaborar e coordenar dois projetos de educação ambiental, visando acessar os recursos disponibilizados nos editais de financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)[89].

Nesse período, estávamos no início do percurso formativo do doutorado em Políticas Sociais e também da delineação metodológica desta pesquisa. Mesmo em pleno período pandêmico (Covid-19), durante os 1,5 anos de contato laboral, tivemos

[88] Paisagens da Pesca (Carem Abreu, RJ, 2021): acessível em https://youtu.be/dNs7e1KAh6w.

[89] O FUNBIO trabalha para conservar a biodiversidade. É uma organização privada, sem fins lucrativos, que atua em parceria com a sociedade civil e os setores público e privado. Fonte: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/educacao-ambiental/mulheres. Os projetos elaborados e coordenados por nós foram: "Mulheres Ativas: pesca, beneficiamento e venda de produtos da Cooperativa de Mulheres Nativas" (2021) e "MULHERES (N)ATIVAS: formação comunitária, capacitação institucional e ampliação dos setores de pesca e comercialização da Cooperativa de Mulheres Nativas" (2022).

ampla convivência com as cooperadas, pescadoras artesanais e várias pessoas das redes de contato da Cooperativa de Mulheres Nativas, tanto virtual quanto presencialmente. Assim, pudemos conhecer de perto a história de vida de algumas dessas mulheres, pioneiras na prática da pesca artesanal em um território que, até a década de 1990, era ocupado majoritariamente por homens.

Considerando a linha de pesquisa deste estudo - rememorações das contribuições afro-indígenas para a pesca artesanal - uma das histórias de vida que nos chamou a atenção foi justamente a de Margareth. Como no âmbito acadêmico já havíamos definido pesquisar quais seriam as contribuições dos povos originários para a pesca artesanal na Região dos Lagos, nos pareceu muito contrastante perceber como era recorrente nos relatos de Margareth a sua satisfação em ser de origem portuguesa e de ter aprendido a arte de pescar com seu pai lusitano. Em certa ocasião, chegou a relatar que ela e outras pessoas de sua família haviam adquirido a cidadania lusitana. A partir dessa percepção, pudemos notar que a exaltação da origem europeia estava presente, e de forma recorrente, também na oralidade de outras pescadoras cooperadas.

Foi a partir dessa percepção - o contraste entre a contribuição dos conhecimentos afro-brasileiros e dos lusitanos - que decidimos realizar uma pesquisa-ação quanti-qualitativa comparada. Assim, logo no início deste estudo, como estávamos atuando literalmente dentro de uma cooperativa de pesca artesanal, justamente no momento em que estávamos planejando os percursos metodológicos para a pesquisa de campo, nos propomos a perceber o contraste de vivências, conhecimentos e atuação político-social no cotidiano de duas comunidades: aquelas de pescadores/as artesanais que se autoidentificavam como quilombolas do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e as de Arraial do Cabo, principalmente os que se autoidentificavam como de origem portuguesa.

Embora, no decorrer de nossa pesquisa, tenhamos chegado à conclusão de que era mais importante focarmos as pesquisas nas contribuições afro-indígenas, julgamos necessário compreender melhor a dimensão da população branca naquele território. Assim, a seguir, iniciamos uma incursão na questão da autoidentificação étnico-racial da comunidade de pesca artesanal de Arraial do Cabo.

Inicialmente, buscamos nos dados demográficos do Censo Pescarte (2022) informações quantitativas sobre o universo pesquisado: cor, gênero e a localização das atividades pesqueiras. Como vimos anteriormente, trata-se de uma comunidade

formada por cerca de 856 indivíduos. Essas pessoas correspondem a 2,1% do número de habitantes de Arraial do Cabo, entre os quais cerca de 655 são homens e 201 são mulheres.

Segundo dados do Censo Pescarte (2022), dentre o universo total da comunidade de pesca artesanal local, em torno de 282 pessoas (32,9%) realizam suas atividades pesqueiras nos locais onde realizamos as pesquisas de campo: 77 pessoas na Prainha e 105 pessoas na Praia Grande. Em relação à autoatribuição de cor, se compararmos as informações obtidas em Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, notaremos que em Arraial quase dobra a proporção de pessoas da comunidade de pesca artesanal que se autoidentificam como brancas. Enquanto em Arraial, em um contexto de 856 indivíduos, 31% das pessoas se autoatribuiram a cor branca (265 pessoas), em Búzios, em um contexto de 444 indivíduos, somente 18,5% se autoatribuiram a cor branca (82 pessoas).

Ao compararmos a autoatribuição da cor preta, notamos que em Arraial a proporção chega à metade (15,8%, 135 pessoas) daquelas que se autoidentificam como pretas em Búzios (32%, 142 pessoas). Em relação à cor parda, houve um percentual maior de autoatribuição em Arraial (50,8%, 435 pessoas) do que em Búzios (46,6%, 207 pessoas). Já a autoatribuição da cor amarela foi igual: 0,7% em ambas as cidades (Arraial: seis pessoas; Búzios: três pessoas). Em relação à identidade indígena, em Arraial apenas 15 pessoas se identificam como indígenas (1,8%), enquanto em Búzios o percentual sobe para 2,3% (10 pessoas).

Analisando os dados quantitativos do Censo Pescarte (2022), embora 1/3 das pessoas da comunidade de pesca artesanal de Arraial do Cabo se identifique como branca, ela pode ser considerada uma comunidade negra, pois 66,6% de sua população se autoatribuiu as cores pretas (15,8%) e parda (50,8%). Portanto, descartamos a hipótese de que a prevalência de pessoas da cor branca seja o motivo pelo qual notamos um certo enaltecimento das origens e dos conhecimentos lusitanos para a pesca artesanal no local.

Se não estão no contingente populacional as bases de uma possível prevalência/enaltecimento dos conhecimentos portugueses perpetuados até os dias atuais, nos aspectos históricos relacionados à fundação do local que hoje conhecemos como Arraial do Cabo, talvez o “fio da meada” esteja na demarcação territorial. Como abordado no item 3.3.1, em sua origem:

> A ocupação de Arraial, logo desde o princípio, foi dos portugueses [...]. Já a partir de 1540, alguns portugueses se fixaram em Arraial do Cabo. Tornou-se uma vila de pescador e principalmente ali na Praia dos Anjos [...] era um local completamente português. Os franceses que viviam ali ficavam mais na Praia Grande (Pierre de Cristo, 2024)[90].

Como vimos, na época colonial, Arraial do Cabo pertencia à Grande Capitania de Cabo Frio. Mas toda essa região, há mais de 1000 anos antes da invasão territorial realizada por Américo Vespúcio, era nomeada como Gacay (sal grosso) pelos indígenas tupinambás, por quem era habitada. Inclusive, os tupinambás eram exímios pescadores. Tanto que foram encontrados entre os restos arqueológicos na Praia Grande acampamentos de pesca das aldeias tupinambás. Porém, a ocupação dos povos originários na região é bem mais antiga, com registros arqueológicos indígenas que datam de mais de 5000 anos[91].

A cientista política social Natália Soares Ribeiro (2020), em sua tese *Guardiãs das tradições pesqueiras: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo*, traz alguns elementos sobre os arranjos populacionais decorrentes da colonização portuguesa. Em relação à população indígena, ela nos conta que:

> Antes da chegada dos portugueses, estima-se que a população de Cabo Frio, composta por indígenas da etnia tupinambá, tamoios, era de 25 a 75 mil pessoas, com 50 aldeias[92]. Nesse período, o aumento populacional foi tamanho e combinou a exploração dos recursos naturais e a agricultura, com forte utilização da força de trabalho negra (Ribeiro, 2020, p. 100).

Se comparamos essa informação ao número atual de 62 pessoas que se autoatribuiram a identidade indígena, ou seja, 4% em um contexto de 30.986 habitantes, podemos comprovar como "funcionou" a eugenia realizada pelos portugueses contra os povos indígenas.

Contudo, isso não é verdade. Pois, mesmo que os portugueses, a Igreja Católica e os feitores colonialistas tenham assassinado e dizimado em grande escala as pessoas indígenas durante os séculos XVII e XVIII, eles não puderam apagar a cultura e a memória desses povos no local de sua própria origem. Nem nas histórias orais, oficiosas e contracoloniais, muito menos no cotidiano da pesca artesanal

---

[90] Entrevista concedida em abril de 2024, em Armação dos Búzios.
[91] Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico.
[92] Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/arraialdocabo.pdf.

realizada em diversas praias de Arraial, como no Pontal e na Prainha, como tivemos a oportunidade de presenciar. Estamos falando das canoas da pesca artesanal.

Elas são tão importantes do ponto de vista cultural e identitário para a cidade que as canoas das praias (Figura 21) se tornaram patrimônio histórico cultural material do município de Arraial do Cabo, conforme consta no "Inventário das Canoas da Pesca Artesanal", da Lei nº 2.318, de 21 de julho de 2021, a qual declara que "as canoas podem ser definidas como o elemento central desta economia, o modus operandis, de onde se conquista o objetivo deste trabalho coletivo: o pescado[93] (Moreira, 2023, p. 3).

Zenilda Maria da Silva, além de fundadora, ex-presidenta e uma das cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas, é também uma pesquisadora autodidata. Verdadeira "biblioteca ambulante", como brincam as cooperadas ao se referirem a ela, Zenilda sabe muito sobre a pesca artesanal na região. E conhece não apenas pela literatura pesquisada, mas por sua vivência de mais de 40 anos como pescadora e beneficiadora. Em entrevista, ela nos contou que:

> "lanço", que hoje chama-se de cerco, vem dessas canoas, que é uma canoa que tem origem indígena, a gente tem certeza disso, tem origem indígena, feita de madeira. Ela também nos disse como os portugueses contribuíram com o design atual das canoas: nos idos de 50, a gente já tinha conhecimento, já existia a canoa de borsada[94], que tem origem, pelo nosso conhecimento, nos portugueses. Embora a gente entenda que foi um aperfeiçoamento das canoas indígenas, porque a borsada veio depois com os portugueses (Zenilda Maria, 2024)[95].

---

[93] Fonte: Inventário das canoas da Pesca Artesanal do Município de Arraial do Cabo, Lei no 2318/21. De autoria do vereador Prof. Tayron Carlos. Pesquisa realizada por Thereza Moreira. Departamento de Museu, Memória e Arqueologia da Subsecretaria de Cultura do Município de Arraial do Cabo. Câmara Municipal do Município de Arraial do Cabo, 2023, p. 3 e 4.

[94] "Borsada é uma canoa de uma madeira só, e ela recebe uma borsa, que se chama borsada, que imprime velocidade ao barco. É uma borda" (Dados da Pesquisa: entrevista com Zenilda Maria, maio de 2024).

[95] Entrevista concedida em maio de 2024, na Praia Grande, Arraial do Cabo.

Figura 21 - Canoas da Pesca Artesanal de Arraial do Cabo



1. Ilustração da canoa de borçada



2. Ilustração da canoa indígena



3. Companha[96] da Canoa Rejane.
Pesca de Cerco, Praia do Pontal, 2023.



4. Companha da Canoa Maravilhosa.
Pesca de Gancho, Praia da Prainha, 2024.

Fonte: As fotos 1 e 2 são ilustrações do acervo do Museu Regional Castorina Rodrigues Martins (acervo da pesquisa, maio de 2024). As fotos 3 e 4 foram registradas durante a segunda e terceira etapa da pesquisa de campo (acervo da pesquisa, outubro de 2023 e maio de 2024).

Arraial do Cabo emancipou-se de Cabo Frio em 1985 e atualmente é composta por cinco bairros: Praia Grande, Prainha, Praia dos Anjos, Monte Alto e Figueira. Nossas pesquisas também apontam para o fato de haver na cidade de Arraial do Cabo uma disposição territorial que demarca estratos sociais de racialização, pois cada uma das localidades, em sua origem, foi e continua sendo ocupada por grupos sociais com características fenotípicas, sociais e culturais diferenciadas:

> Na Praia Grande se dá/deu a ocupação e descendência dos índios tamoios; na Prainha, concentra-se a população que descende dos negros escravizados em Arraial; na Praia dos Anjos estão, majoritariamente, os que descendem dos colonizadores europeus. Assim [...] é possível perceber, entre esses territórios, diferenciações fenotípicas e de classes sociais. Existe uma separação étnica que repercute em outras questões ou até em possíveis conflitos (Ribeiro, 2020, p.100).

> Quando os primeiros escravizados começam a migrar para a cidade de Cabo Frio, já a partir de 1620, [...] eles começam a migrar também pra Arraial do Cabo. [...] Só que os africanos [...] não tinham acesso a dentro do Arraial do Cabo e eles começaram a morar na Restinga. E com o tempo eles começaram a migrar, porque hoje a gente conhece como Morro da Cabocla,

[96] Companha é a denominação dada ao grupo de pescadores componentes de uma canoa.

> que a gente chama da Prainha. Era o único lugar onde os negros podiam ficar. Era um lugar específico para as pessoas negras daquele lugar (Pierre de Cristo, 2024).
>
> [...] Os negros saíram de vários locais dos entornos de Arraial do Cabo e como eles só podiam frequentar esse espaço, que eles eram proibidos de frequentar, por exemplo, a Praia dos Anjos, que os portugueses não deixavam de frequentar aquele lugar, eles começaram a migrar para o morro da Prainha. Então, quando você tem essa formação dentro de um espaço que é completamente urbano, a gente dá essa denominação de quilombo urbano (Pierre de Cristo, 2024)[97].

Mesmo convivendo, desde fevereiro de 2021, com as pescadoras e cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas, situada na Praia Grande, o apagamento - ou epistemicídio - da presença negra em Arraial do Cabo é tão intenso que, até a realização da segunda etapa da pesquisa de campo, em outubro de 2023, em nenhum momento recebemos qualquer informação sobre a existência de um quilombo na cidade. E ele está ali, na Prainha, a menos de 2 km da Praia Grande. E olhe que estávamos procurando.

A primeira pessoa a nos falar sobre essa realidade foi a antropóloga Thereza Moreira, redatora do inventário das canoas da pesca artesanal, do Departamento de Museu, Memória e Arqueologia da Subsecretaria de Cultura, e coordenadora do Museu Regional Castorina Rodrigues Martins.

No entanto, somente em maio de 2024, com o apoio do historiador Pierre de Cristo, conseguimos conhecer, conversar e entrevistar Cleusa dos Remédios Rocha, a Cleusinha - líder comunitária da Prainha, fundadora e atual presidente da Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha, *Sol, Salga e Arte* (MUPAAP). Cleusinha nos contou um pouco da história da fundação da localidade onde sempre viveu e apresentou seu ponto de vista sobre o quilombo urbano, atualmente em fase de certificação na Fundação Cultural Palmares (FCP):

> Olha, até onde eu sei, os negros que fugiam das fazendas se refugiavam na Prainha. E quem morava aqui? Com certeza era meu avô, que era casado com uma negra que não foi aceita dentro da Arraial do Cabo, que era da Praia dos Anjos (onde viviam) só portugueses brancos, e meu avô português então foi um dos propulsores a fundar o bairro da Prainha. Então tudo que a cidade, a cidade e o arraial não aceitava vinha para esse pequenininho, pequeno pedacinho aqui que é Prainha. Com isso, os negros ou começaram a pescar. O que aqui está. A salga do peixe, não vou dizer assim que veio com a junção dos negros com a pesca, que quem estava aqui já pescava, já salvava peixe. Tanto que aqui em Arraial do Cabo existia muito salina. Mas o plantar, esse morro aí era todo cheio de roça, quem plantava eram os negros.

[97] Entrevista concedida em maio de 2024, em Armação dos Búzios.

> E eu vou explicar um pouquinho do meu entendimento do porque a Prainha é denominada Quilombo Urbano atualmente. Porque aqui é onde concentra a maioria dos negros. Mas aqui não é só negro, são pessoas que, por exemplo, a cidade atual de Arraial do Cabo não dá oportunidade, vem na Prainha e nós abraçamos a causa. E principalmente, quem é a classe mais impactada dentro do território nacional, é o negro. E a Prainha tem essa coisa de abraçar [...] o pobre e que é a maioria negra, né? Então surgiu do tempo que o pessoal fugia dos quilombos, lá da Rasa e de Baía Formosa e vieram para Arraial do Cabo porque vieram pra Arraial do Cabo do que pra Praia dos Anjos, que só tinha gente branca descendente de português. Não, se refugiavam na Prainha, porque a Prainha era um povo formado por homens brancos da Praia do Anjo que casou com escrava ou (então eram) descendentes de escravos negros, as famílias não aceitavam. Então eles faziam casinha pro lado de cá, que é daqui da praia, do lado do muro, do cemitério pra cá, né? Aí começa aí começava a Prainha e depois começou a começar a Praia Grande, no qual muitos anos atrás quiseram fazer um muro ali pra fechar a prainha, pra separar a prainha do restante da cidade. Mas isso é uma outra parte que a gente tem que relembrar com pessoas mais adultas do que eu (Cleusa Rocha, 2024)[98].

Infelizmente, pudemos constatar que o muro físico que desejam erguer na Prainha já existe há muito tempo, ainda que de forma simbólica e subjetiva. Sua materialidade foi construída e cristalizada pelo racismo estrutural e institucional, profundamente enraizado nos hábitos dos moradores e moradoras de Arraial do Cabo. Prova disso é que, ao longo de dois anos de convivência, conseguiram ocultar de nós, pesquisadoras experientes, a existência de um quilombo urbano. Presenciamos, com nossos próprios olhos, e sentimos, em toda a sua intensidade, a dimensão do apagamento identitário que atinge a comunidade quilombola da Prainha - algo que está longe de ser insignificante ou um mero detalhe.

O racismo, na cidade, é tão cotidiano e arraigado que a maioria dos próprios moradores da Prainha, mesmo sendo negros, não se reconhece como remanescente quilombola, tampouco tem conhecimento dos direitos que lhes são assegurados enquanto um grupo social específico: o dos descendentes daqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão. Esses cidadãos e cidadãs têm direito à reparação por parte dos governos e da sociedade, em razão dos abusos desumanos sofridos pelos negros e negras que sustentaram a estrutura da sociedade colonial - antes mercantilista e, hoje, capitalista - e cuja presença continua sendo uma realidade viva nas cidades onde todos nós habitamos.

[98] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo.

Figura 22 - MUPAAP realiza atividades culturais de raiz de matriz africana na Prainha

	
Cleusinha prepara, na cozinha da sede da MUPAAP, peixe frito, (pescado na Prainha no dia anterior, veja Figura 24), para o almoço festivo da Oficina de Cavalo Marinho.	Cleusinha e a apoiadora da cooperatica, dra. Ana Paula (UFF), dançam na oficina de cavalo marinho, ministrada pelo grupo Furdunço (ES), na sede da MUPAAP.

Fotos: acervo da pesquisa, maio 2024.

A seguir, transcrevemos um trecho da conversa que tivemos com o historiador Pierre de Cristo sobre os motivos geradores desse fenômeno de não identificação, tanto do quilombo, quanto dos quilombolas da Prainha:

> Uma coisa muito importante da gente entender é sobre essa questão dos quilombos, onde a gente tem os quilombos urbanos. Nós temos quilombos de resistência, nós temos os quilombos, que são quilombos que vieram do pós 88 (direitos quilombolas registrados pela primeira vez na Constituição Federal). O que a gente chama de campesinato, (são) os quilombos que saíram de dentro das fazendas. O Quilombo da Prainha a gente tem de entender que ele nasce dentro de uma cidade, dentro de um lugar urbano.
>
> Essa questão do quilombismo, de você se reconhecer como quilombola é um trabalho que você precisa fazer, um trabalho muito histórico, primeiro, de reconhecimento, um trabalho de letramento racial para que as pessoas possam ter esse processo. Nós temos quilombos que estão começando a se formar agora. Estão se reconhecendo agora como quilombolas. [...] Porque lá na Prainha a gente tem essa dificuldade também das pessoas não se reconhecerem como quilombola. São muito poucas pessoas que se reconhecem e querem ter esse direito de serem reconhecidos como quilombola. Mas é um trabalho que a gente precisa fazer, um trabalho muito histórico, mostrar a importância historicamente, como se formou aquele lugar para que as pessoas possam entender e reivindicar esse processo e esse título de quilombola (Pierre de Cristo, 2024)[99].

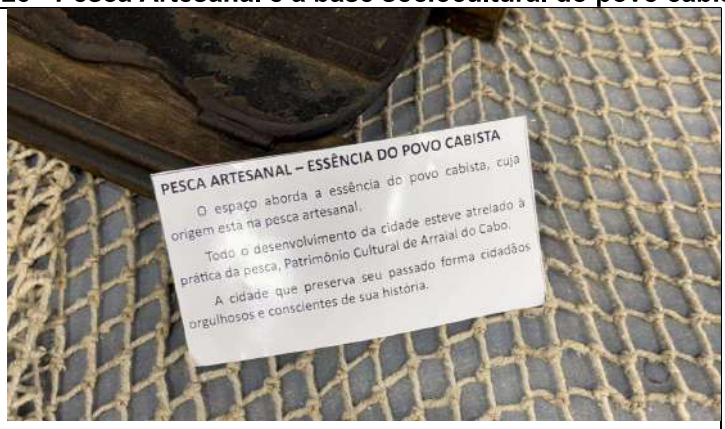
Quando paramos para pensar sobre a origem dos aspectos socioculturais vividos hoje em Arraial do Cabo, é necessário destacar a vocação da cidade em relação à pesca artesanal. Quando a cientista política Nathalia Ribeiro estava no momento de pesquisa de campo de sua tese, ela queria compreender melhor as origens da pesca artesanal na cidade, onde praticamente todos os moradores mais

[99] Entrevista concedida em maio de 2024, em Armação dos Búzios.

antigos são pescadores ou descendem de famílias de pescadores. Assim ela chegou a conhecer a pescadora Zenilda que, à época, era presidenta da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo. E Zenilda foi assertiva: “Não existia outra coisa (aqui em Arraial): era pesca, pesca e pesca. É nossa raiz, nossa história” (Ribeiro, 2020, p. 107).

De fato, a percepção da pescadora está embasada tanto na história quanto na legislação local. Desde 2013, com a promulgação da Lei nº 1804, a Pesca Artesanal se tornou Patrimônio de Natureza Imaterial do Município de Arraial do Cabo. No inventário feito pela antropóloga Thereza Moreira para a Lei nº 2.318/21, que torna patrimônio as canoas da pesca artesanal da cidade, a primeira frase é a seguinte: “Afirmamos, sem sombra de dúvidas, que estamos diante de nosso maior Patrimônio de natureza Imaterial: a Pesca artesanal (Figura 23). Essa tradição forjou a identidade do povo cabista, que secularmente esteve atrelado a essa prática econômica” (Moreira, 2023, p. 2).

Figura 23 - Pesca Artesanal é a base sociocultural do povo cabista



Legenda da exposição permanente do acervo do Museu Regional Castorina Rodrigues Martins. Está sobre uma rede de pesca ancestral, feita de fio de tucum, muito utilizada pelos pescadores artesanais antes de existir as redes de naylon.

Foto: acervo da pesquisa, 2024.

Certamente, a pesca artesanal vem moldando as vidas dos xeréus/cabistas até hoje, assim como forjou, de modos diferentes, mas talvez com a mesma intensidade, a identidade de Otávio Moraes Pinto e de Harildo Francisco dos Santos, ambos integrantes da cadeia produtiva da pesca artesanal, com atividades fixas na praia da Prainha. Quando nos conhecemos, em 2023, eles tinham, respectivamente, 34 e 78 anos de idade. Otávio começou sua trajetória na pesca artesanal aos 8 anos. Nessa

época, ele matava aula para pegar o “serão da tarde” na Prainha e ajudar os pescadores nas atividades pesqueiras. Com a desculpa de levar um café, ajudar a puxar uma rede, estar prestativo para as necessidades ou, simplesmente, levar um peixe para casa, Otávio ficava de olho em tudo o que os pescadores faziam. Embora faltar à aula possa parecer ruim para a escola, para ele foi benéfico.

A educação não formal na comunidade tradicional da pesca artesanal operou milagres em sua vida. Hoje, Otávio é o mestre da companha da Canoa Maravilhosa, sendo o mais novo mestre de canoa da pesca artesanal em atividade na região. Ele é o agente social responsável por manter as tradições e perpetuar os ensinamentos da pesca artesanal na Prainha, além de orientar o trabalho coletivo para a execução semanal das pescas de cerco e de gancho, realizadas por ele e um grupo de 12 camaradas da companha da Canoa Maravilhosa: Vasinho, Mário, Zezé, Marcos, Vinícius, Serginho, David, Alfredo, Celso, Derick e Toninho.

Figura 24 - Pesca de cerco da companha da canoa Maravilhosa no serão da tarde

	
Otávio guia leme, enquanto orienta o momento do corticeiro lançar a rede.	Resultado da pesca: xereletes, cavalas, tainhas, urubaranas e olhudos.

Fotos: acervo da pesquisa, maio 2024.

Geralmente, ao final das entrevistas realizadas, questionamos: “Tem alguma coisa que não perguntamos e que você acha importante falar?” Mesmo se Otávio não tivesse consciência do que estava fazendo, ele agiu como um mestre exemplar das culturas populares de raiz de matriz africana, fazendo questão de reverenciar seus ancestrais e os mais velhos da comunidade:

> Não que seja algo que você não perguntou, mas é importante nós falarmos dos mais antigos. Os mais antigos são pessoas fundamentais. Por mais que nós, mais jovens [...] já sabemos e muitas das vezes nós já conhecemos o que cada um tem que fazer, os mais antigos são muito fundamentais na nossa pesca. Por quê? Tem momentos da nossa pesca que nós ficamos perdidos. Então, eles falam, não é assim... Então, eles mesmo que nos mostram esse modelo de pesca. Até hoje, porque cada dia é de um jeito, nós não sabemos

> tudo. Eu, Otávio, pelo menos, não sei tudo. Mas cada dia, cada pesca eu vou aprendendo um pouquinho mais. Porque seria errório da minha parte eu falar que eu já sei tudo, algo desse tipo. Não, eu não sei tudo. Cada dia eu aprendo mais com eles. Aprendo mais com o Vazinho, aprendo mais com o presente, aprendo mais com o futuro. Agora, na parte de cercar a marcadora, eu aprendo com o Harildo, o Corrinho, e nós vamos abrigando, nós vamos deixando na memória de Raul Cabral [...], de Harildo, Vazinho, Zezé e Mário, tá bom? (Otávio, 2024)[100].

Tá bom! Atendendo ao pedido do mestre Otávio, trazemos um pouco dos ensinamentos e das memórias compartilhadas pelo mestre Harildo, o único da carpintaria naval de Arraial do Cabo em atividade[101]. Se a vivência de 27 anos na pesca artesanal proporcionou tantos aprendizados a Otávio, imagine o que uma trajetória de 60 anos de dedicação à profissão pode ensinar a uma pessoa como Harildo. Ele nos contou que aprendeu seu ofício de carpinteiro naval com Duca da Conceição e Manoel Passarinho, e que trabalha principalmente em sua oficina, situada na Prainha e na Praia Grande.

Aos 18 anos, mestre Harildo consertou sua primeira canoa, colocando nela chapa de cobre e óleo de linhaça. Era a canoa de seu pai, Mário Francisco dos Santos.

No dia em que conversamos com mestre Harildo, ele fez questão de mostrar um quadro na parede de seu barracão, situado junto às cabanas dos pescadores, do lado direito da praia. No quadro está escrito: *Ponto de Memória Certificado. Estabelecido pela portaria Ibram nº 579. Ibram. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura. Governo Federal. Brasil. União e Reconstrução*. O que mestre Harildo queria nos mostrar é que seu trabalho como carpinteiro naval foi reconhecido pelo Ibram como essencial para a memória da pesca artesanal em âmbito nacional.

E é mesmo! Naquele dia em que conversamos, ele estava trabalhando em duas canoas, e pudemos comprovar a dimensão memorial do trabalho realizado por ele. Numa delas, mestre Harildo produziu e instalou novas patilhas[102] (na popa e na proa), o bico de proa, a borçada e a borda, feitos de uma madeira chamada Angeli Amargo, comercializada na região, mas de origem baiana. Ele disse que fez o serviço em 15 dias, mas que geralmente não leva tanto tempo para ficar pronto. Porém, dessa vez,

---

[100] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo.

[101] Nota das autoras: em Arraial do Cabo existem dois outros carpinteiros navais, Chonca e Tamilco, porém ambos não estão mais em atividade profissional.

[102] Patilha direciona uma embarcação. É o "apêndice afilado da quilha, existente em embarcações de uma só hélice, em que o leme tem de girar afastado do cadaste, com o pé da madre apoiado nesse apêndice". Fonte: Oxford Languages, Google. Acesso em 11/02/2025.

ele teve de esperar a pessoa que estava gravando o processo de restauração para poder trabalhar (risos). É, seu Harildo já é estrela há tempos! Seu brilho ficou ainda maior depois que se recuperou de um glaucoma, que o acometeu aos 55 anos e lhe tirou a visão. Desde então, seu Harildo vem brilhando cada vez mais, utilizando a memória, o tato e a audição como seus mais precisos instrumentos de trabalho. Atualmente, ele também está repassando seus conhecimentos para seu neto e um novo morador de Arraial, atraído pelo turismo.

Figura 25 - Veteranos da comunidade da pesca artesanal da Prainha

	
Mestre Harildo mostrando o conserto da borçada realizado na canoa.	Placa da sua Oficina Escola e o quadro do certificado do Ibram, reconhecendo o valor memorial do seu trabalho.
	
Pescadores veteranos Mário e Zezé (sentados) vigiam peixes na pesca de gancho, na casinha do vigia.	Zezé (de chapéu) apontando peixes e Vazinho, de verde e boné, ao lado de criança, conferem o baixo rendimento da pesca do dia.

Fonte: acervo da pesquisa, maio 2024.

Como vimos anteriormente, desde o final da década de 1980, Arraial do Cabo vem desenvolvendo o turismo como vetor econômico, mas também busca preservar a pesca artesanal como atividade tradicional. Diversas técnicas de pesca são praticadas na região, tradicional e exclusivamente por homens, entre as quais se destaca a pesca de cerco (Figura 24), prática típica herdada da população indígena nativa e ainda realizada na Praia Grande, na Prainha e na Praia do Pontal.

Mas, e as mulheres pescadoras de Arraial? Estas sempre mantiveram uma forte ligação com o mar e com a pesca, pois, como vimos até aqui, em grande parte das famílias, a pesca artesanal é a atividade sociocultural que estrutura os modos de vida e constitui o trabalho predominante. Até recentemente, a maioria dessas mulheres dedicava-se aos trabalhos relacionados à pesca no âmbito doméstico, como a limpeza do pescado, a filetagem, a salga e a preparação. Essas tarefas, historicamente exercidas por mulheres, não receberam - e ainda não recebem - o devido reconhecimento e valorização, embora integrem, de fato, os serviços de pós-captura da cadeia produtiva da pesca artesanal.

Você se lembra de termos mencionado anteriormente o trabalho inovador de Margareth Julião, premiada cooperada da Cooperativa de Mulheres Nativas? Pois bem, ela e um grupo de amigas pescadoras foram pioneiras no enfrentamento da invisibilidade e da falta de reconhecimento do trabalho não remunerado desenvolvido por mulheres na pesca artesanal em Arraial do Cabo. A percepção da necessidade de criar um espaço feminino de deliberação democrática, de economia solidária e de união entre as pescadoras artesanais da região, aliada à busca pela complementação da renda familiar, levou Margareth, sua tia Zenilda e um grupo de outras pescadoras a fundarem, em 2014, a primeira cooperativa de mulheres pesqueiras da região.

Hoje, dez anos depois, a pesca artesanal e o beneficiamento do pescado constituem as principais atividades de subsistência familiar das 23 mulheres oficialmente cooperadas. Dentre elas, cerca de 10 são mais atuantes, praticam a pesca no mar e se dedicam ao processamento do pescado para a produção e comercialização de *nugget*s, almôndegas, *fishburguer*, quibe, conservas e pratos prontos, bem como aos trabalhos administrativos da cooperativa.

E sabe o que impulsionou a mudança de percepção e a inspiração para que elas criassem um novo modelo de negócios para a pesca artesanal local? A busca pela educação e pelo aprimoramento formativo, a organização interna para acessar os recursos públicos disponíveis e a participação política cidadã em espaços de representação e de tomada de decisão - também conhecidos como espaços de poder.

Num primeiro momento, a cooperação foi inspirada e fortalecida pelos aprendizados adquiridos no projeto “Mulheres Mil”, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Polo Arraial do Cabo, e no curso de “Processamento de Pescado”, da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Como resultado dos esforços pela valorização da cultura e do saber popular, em 2019, o prato “Peixe seco

com banana", elaborado pela cooperada Zenilda, conquistou o primeiro lugar no concurso internacional "Saberes e Sabores", integrante da campanha "Mulheres com Direitos" da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU), entregue durante a Festa Literária Internacional de Paraty. Trata-se de uma receita tradicional da culinária de Arraial do Cabo.

Desde o início, a autogestão esteve presente nas ações da cooperativa. Mesmo com idades médias acima dos 60 anos, as cooperadas vêm se capacitando e buscando conhecer estratégias e mecanismos financeiros para registrar formalmente a cooperativa e adquirir materiais e equipamentos por meio de recursos provenientes de editais públicos. Esse esforço para ampliar a escala de produção tem sido bem-sucedido. Entre 2014 e 2016, obtiveram dois Projetos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs).

Os recursos conquistados permitiram alugar uma sede e adquirir equipamentos próprios. Entre 2021 e 2022, foram patrocinadas pelo Programa de Educação Ambiental da Funbio para executar os projetos "Mulheres Ativas: pesca, beneficiamento e venda de produtos da Cooperativa de Mulheres Nativas" (2021) e "MULHERES (N)ATIVAS: formação comunitária, capacitação institucional e ampliação dos setores de pesca e comercialização da Cooperativa de Mulheres Nativas" (2022). Esses financiamentos possibilitaram a aquisição de materiais e estrutura de trabalho, a montagem de equipes gestora, administrativa, de comunicação e de saúde (com foco na prevenção à pandemia de Covid-19), a manutenção da sede, a compra de insumos e de pescado. Além disso, foram realizadas oficinas de capacitação em Pesca Artesanal, Cozinha de Frutos do Mar e Aperfeiçoamento em Cooperativismo.

Em 2024, elaboraram e aprovaram, no edital da Funbio, o projeto "Mulheres em Ação", cujos recursos permitiram a reforma das estruturas produtivas e físicas da sede da cooperativa, bem como sua manutenção.

No campo da atuação política e cidadã, a maioria das cooperadas está registrada na Colônia de Pescadores Z5, de Arraial do Cabo/RJ. A Cooperativa Mulheres Nativas busca atuar nas redes de cooperação, onde desenvolvem parcerias no sentido de ampliar a participação feminina nos movimentos sociais, nos espaços políticos de tomada de decisões, em instituições e conselhos, além de atuar no controle social sobre os usos dos *royalties* do petróleo e fortalecer a organização

social do segmento pesqueiro artesanal. Por isso, participam ativamente de espaços representativos e deliberativos, como:

- **Projeto de Educação Ambiental Pescarte**: atua como membro eleito do Grupo Gestor e do Grupo de Acompanhamento de Obras, representando a comunidade pesqueira nas etapas de decisão e no processo formativo.
- **Fórum da Pesca**: atua como delegada na tomada de decisões e no levantamento de demandas, além de articular-se com instituições representativas da pesca na região da Bacia de Campos.
- **RESEXMAR/ICMBIO**: membro do Conselho Deliberativo, ocupando uma cadeira destinada às mulheres.
- **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS)**: Conselheira Suplente.
- **Projeto de Educação Ambiental Observação**: membro participante.

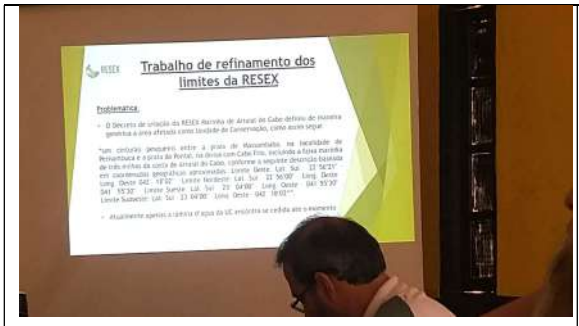
Figura 26 - Participação cidadã das pescadoras e pescadores artesanais de Arraial do Cabo



Cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas, Zenilda (de camisa branca) e Margareth (de camisa laranja) participam da assembleia da ResexMAR/ICMBIO



Participações do pescador José Antônio (Zé do Povo, à esquerda, de camisa azul) e do pescador Raimundinho, da Associação dos Pescadores da Praia Grande (de braço cruzados, à direita, de camisa preta).





Assembleia ResexMAR/ICMBIO, pauta: nova demarcação (em destaque, foto à direita) da reserva extrativista no território marinho da região. 56 participantes. Local: sindicato da Álcalis.





Assembleia do PEA Pescarte, pauta: definição dos parâmetros de eleição do Grupo Gestor do PEA Pescarte. 86 participantes. Destacamos a participação das cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas, Zenilda (de camisa branca), Maria Helena e Rejane (usando camisas azuis). Local: sede do PEA Pescarte.

Fotos: acervo da pesquisa, 10 de novembro de 2022.

As fotos da Figura 26 registram a atuação política dos pescadores e pescadoras artesanais de Arraial do Cabo, com destaque para a participação das cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas. No dia 10 de novembro de 2021, elas se dividiram para participar de duas assembleias: a da ResexMar e a do PEA Pescarte, realizadas simultaneamente, no mesmo dia e horário.

Trata-se de mulheres pescadoras atuantes e comprometidas, que há mais de dez anos contribuem para a construção de políticas públicas voltadas à pesca artesanal. Elas compreendem plenamente o papel relevante que desempenham. Para fortalecer suas ações, ao longo dos anos, as dirigentes da cooperativa estabeleceram diversos apoios institucionais, entre os quais se destacam: a Colônia de Pescadores Z5; os poderes públicos municipal, estadual e federal; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Piúma; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro; a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do Instituto de Alimentação e Nutrição e do Centro Multidisciplinar – Campus UFRJ/Macaé, integrando o projeto “Alimentos e Meio Ambiente: estratégias para

redução do impacto ambiental na produção e no processamento de alimentos"; e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Todas essas práticas de participação cidadã fortalecem os vínculos estabelecidos entre as cooperadas pescadoras e as instituições, bem como os atores sociais responsáveis pelas conquistas relacionadas às políticas sociais e econômicas da pesca artesanal. Além disso, destaca-se a contribuição das cooperadas na criação e gestão comunitária das quatro unidades produtivas do Programa de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) do PEA Pescarte: Unidade de Beneficiamento de Moluscos (UBM), Unidade de Processamento de Pescado (UPP) e Unidades de Produção de Moluscos (UPM) 1 e 2.

Essas formas de participação cidadã, protagonizadas por agentes da pesca artesanal nos espaços decisórios de poder, vêm criando um novo horizonte, não apenas para a comunidade pesqueira local, mas também para o fortalecimento da pesca artesanal como um todo. A amplitude e o impacto dessas ações sociopolíticas e culturais revelam a profundidade reflexiva que nos propusemos a acessar, compreender e registrar.

No próximo capítulo, serão apresentados os achados desta pesquisa referentes a tais esforços, a partir da análise de fatos cotidianos e de entrevistas específicas realizadas ao longo de 45 dias de pesquisa de campo - distribuídos em três períodos, entre outubro de 2022 e maio de 2024 - nas cidades de Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, Rio de Janeiro.

4 REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: CONHECIMENTOS CULTURAIS AFRO-INDÍGENAS E AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA PESCA ARTESANAL

> *Alojada no útero da ancestralidade está a cosmovisão africana. [...] Fruto do agora, a ancestralidade ressignifica o tempo do ontem. Experiência do passado ela atualiza o presente e desdenha do futuro, pois não há futuro no mundo da experiência. A cosmovisão africana é, então, a epistemologia dessa ontologia que é a ancestralidade. De uma epistemologia marcadamente antirracista para uma ontologia da diversidade. De uma epistemologia da inclusão para uma ontologia da heterogeneidade (Oliveira, 2012, p.40).*

O mundo da pesca artesanal é construído pelo esforço cotidiano de homens e mulheres que dedicam entre 6 a 10 horas por dia à labuta de executar seu ofício. Trata-se de um trabalho árduo, pesado e também bastante antigo na humanidade. Contudo, muitas vezes, os próprios agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal desconhecem sua história ou mesmo a origem das técnicas pesqueiras que atualizam e perpetuam seus gestos cotidianamente. Nós nos propusemos a rememorar histórias pesqueiras, justamente para acessar essas narrativas e origens, e quem sabe, com os conhecimentos apreendidos com essas comunidades tradicionais, enriquecer e afro-indigenizar um pouco mais os arcabouços de conhecimentos nas ciências e vivências humanas.

Para abordar a origem da pesca artesanal, remetemo-nos aos apetrechos de pesca expostos no Museu das Civilizações Negras, em Dakar, Senegal, na África (Figura 1). Eles são provas arqueológicas do fato de que os senegaleses, desde o período neolítico (7000 a.C. a 2500 a.C.), dominavam diversas técnicas de pesca, como a produção e utilização de arpões, anzóis e lastros.

Nossa pesquisa apurou que, possivelmente, um pouco dos conhecimentos africanos sobre a pesca pode ter vindo de Angola e chegado aos dias de hoje aqui mesmo no Brasil, pelas técnicas de pesca dos pescadores da praia da Gorda, território do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios. Pelo menos, essa é uma possibilidade advinda das rememorações compartilhadas pela história oral de um de nossos entrevistados, o pescador quilombola Valmir da Conceição Oliveira:

> Baseado na nossa história aqui, então, veio o deportado de Angola, o Príncipe. Portugal precisava das terras dele lá. Foi um dos que originou também a nossa família. A nossa gente aqui. O Príncipe Ziolêle (Zimbalelê) [...] veio escravizado. Portugal precisava das terras dele em Angola porque tinha minério, né? Minério de ferro, minério de ouro, e tal. Roubaram dele. Ele

> não podia ser morto lá, porque ele era filho de rei, ele era príncipe. Veio aqui pro Brasil e veio exatamente pra Rasa. Chegou aqui, veio pra nossa praia aqui ao lado, onde originou-se as cento e quarenta famílias que moravam aqui. Que moravam aqui do lado, na nossa praia do Una, que ia até a Praia da Gorda que é do lado aí, e que tiravam o sustento pra eles sobreviverem do Mangue de Pedra, que só existe três no mundo. Aquele mangue ali, em meio ao mar aberto, o Oceano Atlântico, ele é banhado, as raízes dele é banhado pelas águas doce que vem das falésias, e que faz ele permanecer vivo. [...] E aí eles tiravam o sustento deles ali e viveu aqui até os familiares. Trouxe de lá na cabeça deles a construção desses barquinhos que é... Só existe aqui esse tipo de barquinho construído, aqui. Os caícos, [...] a forma com que eles são. Isso veio na cabeça do Ziolelê (Zimbalelê) e fez os familiares que vieram de lá. [...] Então esse tipo de pesca que a gente faz através dos nossos ancestrais que chegaram via Angola, há 250 anos atrás, e nós vivimos ali. E foi então príncipes que viviam aqui até o final da vida deles, que originou uma grande família que habitou toda a Rasa (Valmir, 2023)[103].

Valmir nos traz rememorações de pelo menos 250 anos de oralidade de sua família, mencionando a possibilidade de que as embarcações utilizadas na região, os caicos, tenham sua origem em conhecimentos de raiz africana, advindos de um príncipe da realeza angolana. Esse é um dos principais achados desta pesquisa científica, dedicada a compreender de que forma a contribuição cultural e as ações políticas de negros e indígenas estão presentes no imaginário simbólico e na realidade sociopolítica-cultural dos pescadores e pescadoras artesanais, assim como na pesca artesanal que vem sendo praticada há mais de cinco séculos no litoral atlântico da América do Sul.

Ao nos propormos a responder à questão-problema acima mencionada, constatamos que, até o momento, não existem parâmetros analíticos pré-estabelecidos para analisarmos, compreendermos e sistematizarmos a nova perspectiva de análise sociopolítica e cultural aqui proposta. Por isso, criamos as seguintes categorias analíticas, que orientaram nossas argumentações e observações durante as pesquisas de campo e agora guiam as reflexões deste subcapítulo sobre os achados da presente investigação: 1) Aspecto das Técnicas Pesqueiras; 2) Aspecto da Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal; 3) Aspecto da Ancestralidade; 4) Aspecto da Atuação Sociopolítica.

Para iniciar a análise dos achados obtidos nas pesquisas de campo, é importante ressaltar que eles resultam da aferição de dados coletados por meio de observações participantes e entrevistas realizadas com 40 pescadores e pescadoras artesanais. As informações obtidas nessas entrevistas, somadas às levantadas nas

[103] Entrevista concedida em novembro 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

revisões bibliográficas, permitiram identificar, nas cidades pesquisadas, 38 locais diretamente relacionados ao modo de pescar e viver das pessoas negras e indígenas, sendo 16 em Búzios e 22 em Arraial, na Região dos Lagos, RJ.

Quadro 13 - Qualificação dos locais pesquisados

Tipologia territorial	ARRAIAL DO CABO		ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	
Território Quilombola e ou Indígena	1	Prainha (porto e canto)	1	Praia da Gorda
			2	Mercado do Pescador
	2	Graçainha	3	Buraca da Negra (pesqueiro)
	3	Casinha do Vigia (pesqueiro)	4	Lá Fora (pesqueiro)
	4	Praia Grande	5	Mangue de Pedra
	5	Deck dos Pescadores	6	Ponta do Pai Vitório
			7	Rio Una
			8	Vila Verde
			9	Casa de dona Eva Centro da Rasa
			10	Cruzeiro
Locais Históricos, escravidão e tráfico humano	6	Praia do Forno	11	Praia dos Ossos
	7	Praia dos Anjos	12	Igreja Nossa Senhora de Santana
	8	Praia do Pontal	13	Praia da Armação
			14	Caza do Sino, atual Hotel Atlântico Búzios
			15	Orla de Búzios, rua Rogério de Oliveira Dantas
Organização social comunitária	9	Sede da Cooperativa de Mulheres Nativas	16	Sede da Associação das Marisqueiras Quilombolas
	10	Sede da Cooperativa Mulheres da Pesca Aquicultura e Artes da Prainha, Sol, Salga e Arte (MUPAAP).		
Entidades representativas	11	Colônia de Pesca Z5	17	Colônia de Pesca Z23
	12	Associação dos Pescadores		
Prefeitura	13	Sede da Prefeitura	18	Sede da Prefeitura
Legislativo			19	Câmara dos Vereadores
Instituição cultural municipal	14	Casa de Vidro, Centro Educacional e Cultural Manoel Camargo / Museu Castorina Martin	20	Espaço Cultural Zanine, Arte e Cultura
Locais aglutinadores Formação e assembleias	15	Sede do PEA Pescarte	21	Sede do PEA Pescarte
	16	Sindicato da Álcalis	22	Sociedade Esportiva Azul e Branco

Fonte: dados das três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024.

De acordo com os dados do Quadro 13, os locais onde foram ou são vivenciados conhecimentos de raiz africana e indígena abrangem oito tipos de ocupações territoriais (veja coluna 1, à esquerda). Em relação aos territórios quilombolas e indígenas, identificamos e estivemos presentes em 15 deles: cinco em

Arraial e dez em Búzios. Pesquisamos 18 locais históricos e/ou relacionados à escravidão e ao tráfico humano, sendo três em Arraial e 15 em Búzios.

Além disso, conhecemos três sedes de cooperativas de pesca artesanal, todas criadas e presididas por mulheres: duas em Arraial e uma em Búzios. Visitamos também três entidades representativas dos pescadores e pescadoras artesanais, das quais duas estão em Arraial e uma em Búzios. Esteve em nossas pautas a sede da prefeitura de ambas as cidades e a câmara municipal de Búzios. Investigamos duas instituições culturais geridas pelo município, uma em cada cidade, ambas com exposições e acervos relacionados à pesca artesanal.

Participamos de reuniões, assembleias e cursos de formação da comunidade da pesca artesanal em quatro locais, sendo dois em Arraial e dois em Búzios, onde a presença variou de 20 a 90 profissionais atuantes.

Como vimos no subcapítulo 3.3[104], esta pesquisa fundamenta suas análises em informações obtidas na pesquisa de campo, por meio de observação participativa e de entrevistas realizadas principalmente com 15 pescadores e pescadoras artesanais (Quadro 10), seis quilombolas do Quilombo da Rasa, de Armação dos Búzios, e nove pescadores e pescadoras artesanais de Arraial do Cabo, dentre os quais um quilombola da Prainha.

Refinando ainda mais os critérios de **fidedignidade, validade e representatividade**, chegamos ao *corpus* final, com seis entrevistados (Quadro 11[105]). A partir de agora, analisaremos os dados obtidos, em sua maioria, a partir dessas seis entrevistas. Por isso, é importante recordarmos quem são as pessoas entrevistadas e seu contexto sociocultural:

- **Pessoas do Quilombo da Rasa, Armação dos Búzios**:
  1. **Selma de Oliveira Gonçalves**: nascida em 1972 (51 anos), mulher preta, pescadora artesanal quilombola, atua na captura (marisqueira) e na pós-captura do pescado (beneficiadora), pesca principalmente na Praia da Gorda e no Mangue de Pedra.
  2. **Adonis da Conceição Faria**: nascido em 1988 (35 anos), homem negro, pescador artesanal quilombola, atua na captura (pescador de linha) e na

[104] Título: 3.3 Conhecimentos culturais de raiz de matriz africana e indígena, ou sobre a experiência da pesquisa de campo relacionada as peculiaridades dos sujeitos da pesquisa.
[105] Os dados dos Quadros 10 e 11 consideram informações de idades relativas ao ano de 2023.

pré-captura e captura do pescado (maricultura), pesca principalmente na Praia da Gorda.

3. **Valmir Conceição Oliveira**: nascido em 1960 (63 anos), homem negro, pescador artesanal quilombola, atua na captura do pescado (pescador de linha), pesca principalmente na Praia da Gorda.

● **Pessoas da Prainha e Praia Grande, Arraial do Cabo**:

1. **Otávio Costa Moraes Pinto**: nascido em 1992 (31 anos), homem negro, pescador artesanal Mestre da Canoa Maravilhosa, atua na captura do pescado (pesca de cerco, pesca de gancho), pesca principalmente na Prainha (porto, casinha do vigia e Graçainha).
2. **Conceição Margareth da Silva Julião**: nascida em 1961 (62 anos), mulher parda, pescadora artesanal, atua na captura (pesca de linha, zangarejo e puçá) e na pós-captura do pescado (beneficiadora), pesca principalmente na Praia Grande.
3. **Cleusa dos Remédios Rocha**: nascida em 1962 (61 anos), mulher preta, pescadora artesanal quilombola, atua na captura (marisqueira) e na pós-captura do pescado (beneficiadora), pesca principalmente na Prainha.

Antes de iniciarmos as digressões aqui propostas, é importante enfatizar que todas as informações aqui descritas **não refletem** o universo completo das atividades pesqueiras realizadas nos locais pesquisados. Tratam-se de informações sobre ações executadas pelas seis pessoas acima citadas, obtidas em um período de coleta de dados restrito de 45 dias, distribuídos durante três fases da pesquisa de campo:

Fase 1: realizada em nove dias, entre 5 a 12 de novembro de 2022, sendo cinco dias em Búzios e quatro dias em Arraial. Pesquisa preliminar qualitativa comparada e direta, com observação participante e entrevistas individuais semiestruturadas;

Fase 2: realizada em 20 dias, entre 10 a 31 de outubro de 2023, sendo 10 dias em cada cidade pesquisada. Pesquisa-ação quanti-qualitativa comparada, parcialmente estruturada e direta, com observação participante, entrevistas individuais e episódicas;

Fase 3: realizada em 26 dias, entre 26 de abril a 12 de maio de 2024, sendo nove dias em Búzios e sete em Arraial. Pesquisa-ação quanti-qualitativa comparada,

estruturada e direta, com observação participante, entrevistas narrativas e registro audiovisual.

Vale ressaltar que você também pode acessar e conferir as imagens do contexto da coleta de dados no filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*[106].

4.1 Categoria de análise 1: aspecto Técnicas Pesqueiras

Iniciando a interpretação dos achados da pesquisa, analisamos os dados obtidos em relação ao primeiro aspecto das categorias de análise: as Técnicas Pesqueiras. Para isso, buscamos respostas para duas questões: 1.1) Quais práticas pesqueiras são realizadas na região? 1.2) Onde estão localizados os espaços de captura?

Optamos por explorar as dimensões da cadeia produtiva da pesca, considerando as fases de pré-captura, captura e pós-captura. Também examinamos a organização social do trabalho na pesca, os tipos de pesca praticados, as embarcações utilizadas, os apetrechos de pesca, as espécies de peixes existentes e a identificação dos pesqueiros em cada localidade pesquisada.

Buscando compreender quais são as técnicas pesqueiras realizadas na região pesquisada, analisando o Quadro 14, abaixo, percebemos que a **organização social do trabalho na pesca** está diretamente relacionada às **13 modalidades de pesca** citadas. No Quilombo da Rasa, foram mencionadas atividades nas três esferas da cadeia produtiva, em seis modalidades de pesca: na pré-captura (maricultura), na captura (pesca de linha, pesca com rede de emalhar, maricultura, mariscagem, pesca com puçá e pesca com rede de arrasto) e na pós-captura (beneficiamento).

Já em Arraial do Cabo, foram registradas atividades em duas esferas da cadeia produtiva e em sete modalidades de pesca: na captura (pesca de cerco, pesca de gancho, pesca de linha, pesca de espinhel de polvo, pesca com puçá, mariscagem e mariscagem com mergulho) e na pós-captura (beneficiamento).

Em relação aos **13 tipos ou modalidades de pesca citadas e utilizadas** na captura do pescado, bem como às localizações onde elas ocorrem, em Arraial do

[106] Link para o filme: https://abre.ai/nawv.

Cabo, registramos em vídeo, na Prainha as atividades da pesca de cerco, pesca de gancho e mariscagem, e na Praia Grande, a pesca de linha e a maricultura.

As atividades de pesca, predominantemente coletivas, são realizadas embarcadas. As pescas de cerco e de gancho registradas foram realizadas coletivamente por Otávio e outros 12 pescadores da Companha da Canoa Maravilhosa. As pescas de linha e com puçás foram realizadas por Margareth e as cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas. Já a mariscagem e a pesca com puçá - realizadas tanto em terra quanto embarcadas (mergulho), na Prainha e na Praia do Pontal - estão ocorrendo de forma individual e também coletiva, por Cleuzinha e os 20 cooperados da Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte (MUPAAP).

Quadro 14 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - cadeia produtiva e modalidades de pesca

Questão 1.1 Quais são práticas pesqueiras realizadas na região?	
1.1.1 Organização social do trabalho, tipos de pesca e localização	
Arraial do Cabo	**Armação dos Búzios**
CAPTURA	PRÉ-CAPTURA
Atividade coletiva	**Atividade individual e coletiva**
Prainha: pesca de cerco e de gancho	Praia da Gorda: maricultura
Praia Grande: pesca de linha	(cultivo de mexilhões)
Farol: pesca espinhel de polvo	Pesca embarcada
Pesca embarcada	(uma pessoa por embarcação, mas em alguns momentos feita de forma coletiva, varias pessoas trabalhando no mesmo local ao mesmo tempo)
(várias pessoas na mesma embarcação).	CAPTURA
Atividade individual	**Atividade individual e coletiva**
Prainha: mariscagem	Praia da Gorda: pesca de linha
Pesca em terra	Pesca embarcada
	(uma pessoa por embarcação, mas feita de forma coletiva, várias pessoas vão pescar ao mesmo tempo)
	Rede de Praia
PÓS-CAPTURA	**Atividade individual**
Atividade coletiva	Praia da Gorda e Mangue de Pedra: mariscagem
Beneficiamento	Pesca em terra
Praia Grande: nugget, almôndegas, fishburguer, quibe, conservas e pratos prontos	Rede de arrasto de camarão
Prainha: pratos prontos e bijouterias com pescados.	Rede para largar
	PÓS-CAPTURA
	Atividade coletiva
	Beneficiamento
	Cruzeiro: pratos prontos de frutos do mar, artesanato, conservas e doces.

Fonte: dados obtidos nas três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024.

Apesar de não estarem incluídas no escopo final deste estudo, acompanhamos algumas atividades de pesca de cerco em Arraial do Cabo, especificamente nas Praias do Pontal e Grande. Em relação à pesca de polvo, camarão e com pipa, essas atividades também ocorrem em outras praias de Arraial, como a do Farol e dos Anjos, e foram mencionadas pelos entrevistados, Antônio, nascido em 1963 e com 60 anos, e Manuel, nascido em 1945 e com 78 anos (Quadro 10).

No Quilombo da Rasa, em Búzios, todas as modalidades de pesca mencionadas ocorrem na Praia da Gorda. Contudo, devido à limitação da embarcação, que comporta apenas duas pessoas, as atividades de pesca embarcadas acontecem de forma individual, como fazem Valmir, Adonis e João, e também coletivamente, como pudemos presenciar em uma pescaria com mais de dez caicos pescando simultaneamente.

A pesca de arrasto de camarão, realizada individualmente em terra, e a pesca embarcada com rede de emalhe, praticada coletivamente, foram citadas por João. A maricultura (cultivo de mexilhões), também exercida por Adonis, ocorre tanto de forma individual quanto coletiva, com a participação de outros seis sócios. O mesmo se aplica à pesca de mariscos e com puçá, que acontece tanto na Praia da Gorda quanto no Mangue de Pedra e no Rio Una. Esta última é realizada individualmente por Selma e coletivamente por outras 80 associadas da Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa.

Quadro 15 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras

1.1.2 Tipos de embarcações e tripulantes	
Arraial do Cabo	**Armação dos Búzios**
Canoa (a remo) (Prainha)	**Caico** (a remo)
sete pessoas:	duas pessoas, remadores
4 remadores (proeiro, meeiro, contra ré, homem da ré)	
chumbeiro	
corticeiro	
mestre da canoa	
Barco a motor (Praia Grande)	
entre 5 a 8 pessoas	
1 condutor + pescadoras	

Fonte: dados obtidos nas três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024.

No que se refere ao quesito analítico "tipo de embarcação", de acordo com o Quadro 15, registramos durante a pesquisa a utilização de quatro tipos de embarcação: caico e canoa (a remo), barco e caico (a motor). Em Arraial, a utilização

do barco a motor para a pesca de linha realizada por Margareth em suas pescarias, na Praia Grande; o caico a motor, utilizado pela pescadora quilombola Cleuzinha na pesca de marisco com mergulho, na Prainha; e a canoa a remo, utilizada por Otávio e seus camaradas da Companha da canoa Maravilhosa durante a pesca de cerco e gancho, na Prainha. Em Búzios, o caico a remo foi utilizado por Valmir e Adonis para realizarem a pesca de linha e a maricultura na Praia da Gorda.

Em ambas as cidades, a tradição ancestral do **uso de embarcações** a remo, sem motor, se mantém viva até os dias atuais, e é nelas que está nosso foco no momento. Como vimos no início do capítulo 3 (Figura 3 - CAICOS da Praia da Gorda) e no início deste a subcapítulo, as pesquisas realizadas por nós apontam para o fato de que as embarcações a remo conhecidas como caicos, que ficam ancoradas na Praia da Gorda, território do Quilombo da Rasa, advêm de tecnologias de pesca de Angola, na África.

Os caicos da Gorda são embarcações de madeira, com cerca de três metros de comprimento, com uma ou duas proas e assento para duas a três pessoas. Na Praia da Gorda, geralmente são usados individualmente para a pesca de linha. De acordo com a história oral, os caicos estão presentes na região do território quilombola da Rasa há mais de 250 anos, como nos contou o pescador quilombola Valmir:

> Baseado na nossa história aqui, então, veio o deportado de Angola, o príncipe. [...] Chegou aqui, veio pra nossa praia aqui ao lado, onde originou-se as cento e quarenta famílias que moravam aqui. [...] Trouxe de lá na cabeça deles a construção desses barquinhos [...] Só existe aqui esse tipo de barquinho construído, aqui. **Os caícos, [...] a forma com que eles são. Isso veio na cabeça do Ziolelê (Zimbalelê) e fez os familiares que vieram de lá. E foi passando de pai para filho, para o seu Guilherme, que era o seu neto. E veio passando assim para o seu Andelino, que era o seu tataraneto.** E assim veio, chegou até os nossos dias e permanece. Então esse é tipo de pesca que a gente faz através dos nossos ancestrais que chegaram via Angola, há 250 anos atrás (Valmir, 2024, grifos nossos)[107].

Esta rememoração feita por Valmir é um dos principais achados desta pesquisa, pois nos oferece elementos para responder à questão-problema do presente estudo: de que forma a contribuição cultural e as ações políticas de negros e indígenas estão presentes no imaginário simbólico e na realidade sócio-político-cultural dos pescadores e pescadoras artesanais?

[107] Entrevista concedida em maio 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

Já podemos afirmar que **a contribuição cultural das pessoas negras para a pesca artesanal, materializada pela utilização da embarcação conhecida como caico, está presente tanto no imaginário simbólico quanto na realidade empírica dos pescadores e pescadoras quilombolas da Rasa há mais de 250 anos**. As atividades de pesca com caicos são realizadas na Praia da Gorda, em Armação dos Búzios, provavelmente desde o final do século XVIII, por volta de 1773. Foi por esse motivo que escolhemos a imagem dos caicos para ser a identidade visual desta tese e também do filme homônimo que a acompanha.

Figura 27 - Caicos da Praia da Gorda, patrimônio cultural afro-brasileiro a ser registrado



Fotos: acervo da pesquisa, maio 2024. Arte Eurico Neto, Centro de Desing SENAI, 2024.

Diferentemente dos caicos, que ainda precisam ser analisados para serem registrados como patrimônio cultural de Armação dos Búzios, as canoas a remo de Arraial do Cabo já possuem o reconhecimento institucional de seu valor histórico e cultural. Desde 2021, elas são tombadas como patrimônio cultural material do município pela Lei nº 2.318/21. Apesar de a pescadora Zenilda, da Cooperativa de Mulheres Nativas, não integrar o escopo final dos sujeitos da pesquisa, já havíamos trazido um trecho de sua oralidade no subcapítulo 3.5[108], onde ela nos relata o fato de que essas canoas utilizadas em Arraial possuem uma provável origem indígena. Para compreender melhor o contexto daquela afirmação, agora incluímos, na íntegra, a citada rememoração:

> Bom, no período que eu nasci, nos idos de 50, a gente já tinha conhecimento, já existia a canoa de Borsada, que tem origem, pelo nosso conhecimento, nos portugueses. Embora a gente entenda que foi um aperfeiçoamento das

[108] Título do subcapítulo: 3.5 Comunidade da pesca artesanal de Arraial do Cabo.

> canoas indígenas, porque a Borsada veio depois com os portugueses. Essa é uma compreensão nossa hoje, não sei se todos entendem dessa forma, mas partir daí, o lanço que hoje chama-se de cerco, vem dessas canoas, que é uma canoa que tem origem indígena, a gente tem certeza disso, tem origem indígena, feita de madeira, e atualmente a gente percebe que está tendo uma modificação, uma grande modificação, que alguém chama de revolução da pesca, mas muitos pescadores que fazem esse tipo de pesca estão entendendo que são as canoas de fibra, feitas de fibra, muito parecidas com essas canoas de Borsada, mas que elas ficam mais leves no mar, então não está sendo muito bem aceita pelos pescadores. Em alguns lugares existem ainda essas canoas de Borsada, que tem em Arraial do Cabo, em Copacabana, Florianópolis, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em alguns lugares assim que ainda temos esse tipo de pesca.
>
> Bom, nós temos conhecimento que existe alguns sambaquis em Arraial do Cabo em torno de seis sete sambaquis onde a gente comprova vivência lá olhando que que era efeito da pesca. Porque era muito acúmulos de conchas, de resíduos de peixe e tudo mais. E também a origem das canoas trazem essa, essa lembrança pra gente. Tenho a lembrança que minha avó, minha mãe, dizia que a avó ou bisavó dela era indígena. Aqui viviam os Tamoios, que é de onde é derivado os tupis guaranis. E a gente sabe, tem vestígios por aí em cavernas, ossadas que foram retiradas, muito gente aqui de Arraial do Cabo. E esse é o conhecimento que a gente tem sobre os índios daqui (Zenilda, 2024)[109].

De acordo com o "Inventário das Canoas da Pesca Artesanal do Município de Arraial do Cabo", realizado em 2023 pelo Departamento de Museu, Memória e Arqueologia da Subsecretaria de Cultura do Município, havia, até aquele momento, 36 canoas repousando nas praias da cidade: 11 na Praia Grande, 10 na Praia dos Anjos, 4 no Pontal e 11 na Prainha. Embora o relatório mencione que “as canoas da Prainha chegam a uma idade de 180 anos (1843) e a tradição ainda é mantida com os cercos na Prainha e na Graçainha” (Moreira, 2023, p. 17), não faz referência a uma possível origem indígena dessas embarcações.

Como discutido, antes da invasão portuguesa e da dizimação dos povos indígenas tupinambás e tamoios em seu território original, hoje conhecido como Arraial do Cabo, já havia vida humana na Praia Grande há mais de 5 mil anos, como evidenciam os registros arqueológicos de acampamentos de pesca das antigas aldeias tupinambás. Portanto, é necessário um estudo mais aprofundado para validar a história oral de Zenilda sobre os indígenas locais, que dominavam técnicas de pesca desde tempos imemoriais, a ponto de criarem uma embarcação que transcendeu o tempo e ainda é utilizada hoje.

Outro achado significativo foi a identificação de narrativas sobre uma possível origem indígena das canoas empregadas na pesca de cerco e de gancho, realizadas

[109] Entrevista concedida em maio de 2025, em Praia Grande, Arraial do Cabo-RJ.

cotidianamente em Arraial do Cabo, especialmente na Prainha, mas também nas praias Grande, dos Anjos e Pontal. Esta origem pode ser ainda mais antiga do que a dos caicos, cuja utilização remonta ao século XVIII. Embora sejam necessários estudos científicos para esclarecer as origens das canoas e dos caicos na Região dos Lagos, as informações coletadas até agora nos permitem avançar na formulação de respostas à questão-problema acima mencionada.

Figura 28 - Companha da Canoa Maravilhosa arreia a embarcação depois da labuta



Fonte: a companha desta canoa é formada por sete pescadores. Quatro deles são remadores (proeiro, meeiro, contra ré, homem da ré), e os outros três são, consecutivamente, chumbeiro, corticeiro e mestre da canoa.

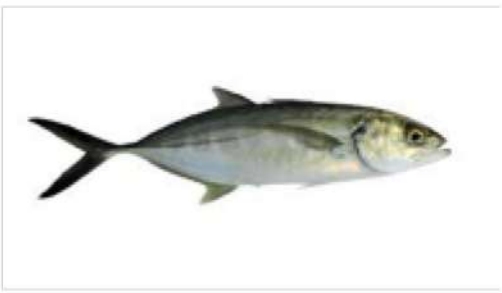
Fonte: Dados e foto acervo da pesquisa, maio 2024.

No momento, podemos afirmar que **sim, a contribuição cultural das pessoas negras para a pesca artesanal está presente tanto no imaginário simbólico** quanto **na realidade cotidiana** dos **pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos há mais de 250 anos. Provavelmente, desde 1773, os quilombolas da Rasa utilizam uma embarcação conhecida como caico** e atribuem a ela origem angolana. Em Arraial do Cabo, podemos inferir que a **contribuição cultural das pessoas indígenas** para a pesca artesanal encontrou sua manutenção cultural por meio da utilização milenar da **embarcação conhecida como canoa**[110], utilizada pelos **pescadores da Prainha, comprovadamente** desde 1843, **há mais de 180 anos**.

[110] Transporte aquático de madeira, tipicamente movido a remo, com espaço para 8 pessoas.

O terceiro elemento de análise dos achados refere-se aos tipos de peixes citados durante as entrevistas realizadas nas três etapas de pesquisa de campo. Com relação às respostas à pergunta “Que tipo de pescado você pesca?”, foram citados 14 tipos de frutos do mar em Arraial do Cabo e 22 em Búzios. Dentre eles, destacam-se 19 tipos de peixes (10 em Arraial e 10 em Búzios, sendo que o peixe-espada foi mencionado nas duas cidades); oito tipos de moluscos (2 em Arraial: polvo e mexilhão, e 7 em Búzios, itens 17 a 22, sendo que o mexilhão foi citado em ambas as localidades); seis tipos de crustáceos (2 em Arraial e 6 em Búzios, sendo que siri e camarão foram mencionados em ambas as cidades); e um mamífero invertebrado marinho (ouriço), citado apenas em Búzios.

Quadro 16 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - tipos de pescado

1.1.3 Tipos de pescado	
Arraial do Cabo	**Armação dos Búzios**
1. anchova	1. baiacu
2. bonito	2. bagre
3. cavala	3. bicuda
4. corvina	4. cação
5. espada	5. curvina
6. olhudo	6. faneca
7. pargo	7. espada
8. tainha	8. peixe galo
9. ubarana	9. sarda
10. xerelete	10. pescada amarela
	
11. polvo	11. camarão
12. mexilhão	12. lagosta
13. siri	13. caranguejo
14. camarão	14. guaiamum
	15. pata-choca
	16. siri
	17. corondó
	18. legamina
	19. mexilhão
	20. muriongo
	21. ouriço
	22. saracutá

Fonte: dados obtidos nas três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024.

Em destaque, incluímos imagens dos dois tipos de peixes mais citados em cada uma das cidades: o xerelete, pescado em Arraial do Cabo, tanto na Prainha quanto na Praia Grande, e a pescada amarela, capturada na Praia da Gorda, em Armação dos Búzios. O Quadro 17, abaixo, contém os dados obtidos com a pergunta “Quais são os apetrechos de pesca que você utiliza no seu trabalho?”.

Quadro 17 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras – apetrechos de pesca

1.1.4. Apetrechos de pescado	
Arraial do Cabo	**Armação dos Búzios**
Pesca embarcada	**Pesca embarcada**
Pesca de cerco e pesca de gancho	**Pesca de linha**
rede de arrasto (Comprimento: 300 metros. Altura: 2 metros)	linha de nylon
ganchos de ferro	anzóis
	chumbadas
Pesca de linha	iscas
linha de nylon	boia
anzóis	bicheiro
chumbadas	
varinha	**Rede de Emalhar naylon**
vara	
zangarejo	**Maricultura**
luz de led	sementes
balde	longline
iscas	boias
pipa	lastros
	cordas coletoras
Pesca em terra e embarcada	luvas
Mariscagem	balde
luva	
pé de pato	**Pesca em terra**
cavadeira	**Rede de Arrasto naylon**
lastro	
máscara de mergulho/ snorkel	**Mariscagem**
caixa de peixe	puça
	sarrico
	balde

Fonte: dados obtidos nas três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024

Dentre os 15 entrevistados citados no perfil sociocultural dos sujeitos da pesquisa (Quadro 10), apenas um deles, João, de 65 anos, quilombola da Rasa, Búzios, afirmou trabalhar montando e consertando redes. No entanto, ele não produz mais esse apetrecho de pesca. Portanto, todos os apetrechos citados no Quadro 17 foram adquiridos de terceiros, apontando para o fato de que os pescadores locais estão perdendo as tradições de produção manual dos apetrechos de pesca, diante da "facilidade" em se obter os apetrechos industrializados, como pudemos constatar no trecho desta entrevista:

> Você já explicou que compra pronto a rede, os panos, né? – Pesquisadora. Sim, a gente que prepara do jeito que a pessoa quer, entendeu? [...] Hoje não adianta mais... hoje, pra comprar um objeto, não precisa mais sair de casa. Qualquer coisa aí, agora você ligou e já tá te entregando. – respondeu João. (João, 2023)[111].

[111] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

Em relação à identificação dos pesqueiros em cada localidade pesquisada, abaixo relacionamos os achados referentes às respostas à pergunta. “Onde você costuma pescar? Explique detalhadamente”.

Quadro 18 - Aspecto 1: Técnicas Pesqueiras - identificação dos pesqueiros

Questão 1.2) Identificação dos pesqueiros	
Localização dos espaços de captura/pesqueiros	
Arraial do Cabo	**Armação dos Búzios**
Pesca com rede e linha	**Pesca de linha**
PRAINHA	PRAIA DA GORDA
1.Porto (pesca de cerco),	1. Buraca da Nega
2.Canto	2. Laminha
3.Graçainha (pesca de gancho)	3. Lamarão
4. Barrilha	4. Barra de Uma
	5. Lá Fora
PRAIA GRANDE	6. Ilha Feia
1. Costão	7. Cabeça
2. Boqueirão	8. Cabloco Alto
3. Deck dos Pescadores	9. Cabloco Alagado
	10. Laia Seca
Mariscagem (mergulho)	
1. Lajinha	**Mariscagem**
2. Costão de Fora	1. Rio Una
3. Ponta do Gabriel	2. Abricó
4. Ilha (da Praia do Pontal)	3. Guajarina
	4. Mangue de Pedra

Fonte: dados obtidos nas três fases da pesquisa de campo, 2022, 2023 e 2024.

De acordo com os dados do Quadro 18, foram citados, ao todo, 25 pesqueiros nas duas cidades pesquisadas. Em Arraial do Cabo, foram mencionados 11 pesqueiros, sendo sete na Prainha (4 de pesca de linha e 3 de mariscagem), três na Praia Grande (pesca de linha e puçá) e um na Praia do Pontal. Em Armação dos Búzios, foram citados 14 pesqueiros, dos quais 12 estão situados na Praia da Gorda (10 de pesca de linha e rede de emalhe, e 2 de mariscagem), um no Rio Una e um no Mangue de Pedra (mariscagem).

Concluindo as reflexões sobre os dados obtidos na primeira categoria analítica “Aspecto Técnicas Pesqueiras”, para responder à pergunta “Quais são as técnicas pesqueiras realizadas na região?”, buscamos respostas em diversas dimensões da cadeia produtiva da pesca artesanal. Inicialmente, percebemos que, nos municípios pesquisados, a **organização social do trabalho** (esferas pré-captura, captura e pós-captura, e modos de estruturação social do trabalho) está diretamente relacionada às

13 modalidades de pesca citadas (Quadro 14), as quais são realizadas tanto individualmente quanto coletivamente.

No Quilombo da Rasa, em Búzios, foram citados seis tipos de pesca: 1 - maricultura (pré-captura), 2 - pesca de linha, 3 - pesca com rede de emalhar, 4 - mariscagem, 5 - pesca com puçá e 6 - pesca com rede de arrasto (captura), além do beneficiamento do pescado (pós-captura).

Já em Arraial, foram citadas sete modalidades de pesca: 1 - pesca de cerco, 2 - pesca de gancho, 3 - pesca de linha, 4. pesca de espinhel de polvo, 5 - pesca com puçá, 6 - mariscagem e 7 - mariscagem com mergulho (captura), além do beneficiamento do pescado (pós-captura). Enquanto em Arraial foram citadas apenas duas atividades nas esferas de organização social do trabalho (captura e pós-captura), em Búzios houve a citação de atividades de pré-captura relacionadas à produção de sementes para o cultivo de mexilhões (maricultura).

Em relação aos tipos de embarcações (Quadro 15), durante as entrevistas foram mencionados quatro meios de transporte marítimo: caico e canoa (a remo), barco e caico (a motor). Através do acesso às rememorações do conhecimento cultural dos pescadores artesanais sobre o uso das embarcações a remo, conhecidas como caico e canoa, pudemos constatar que, em ambas as cidades, existe, de fato, a contribuição cultural das pessoas negras e indígenas para a pesca artesanal. Há mais de 250 anos (1773, século XVIII), com a criação e utilização dos caicos, a contribuição das pessoas negras está presente tanto no imaginário simbólico quanto na realidade cotidiana dos pescadores artesanais de Búzios. E a contribuição das pessoas indígenas, com a criação e utilização das canoas, está comprovadamente presente na comunidade de pesca artesanal de Arraial há mais de 180 anos (1843, século XIX), podendo ser ainda mais ancestral, de milhares de anos.

Certamente, para obter respaldo científico, as constatações citadas apontam para a necessária complementação das pesquisas até aqui realizadas, as quais envolvem a união de estudos de múltiplos saberes, além do âmbito das ciências sociais, como os históricos, arqueológicos, paleontológicos e genéticos, por exemplo.

Ao todo, foram citados 25 tipos de frutos do mar presentes nos ambientes marinhos das duas cidades pesquisadas: 19 tipos de peixes, oito de moluscos, seis de crustáceos e um mamífero marinho invertebrado (Quadro 16). Em relação aos apetrechos de pesca (Quadro 17), as respostas revelaram uma realidade inconteste: diante da “facilidade” em se obter apetrechos industrializados, a comunidade está

perdendo habilidades de produção manual dos apetrechos de pesca e, com isso, um dos aspectos fundamentais das tradições da pesca artesanal. E, finalmente, quando perguntamos “Onde estão localizados os espaços de captura?” (Quadro 18), foram encontradas 25 citações de pesqueiros nas duas cidades. Em Arraial, estão situados 11 pesqueiros: sete na Prainha, três na Praia Grande e um na Praia do Pontal. Em Armação, foram 14 pesqueiros: 12 na Praia da Gorda, um no Rio Una e um no Mangue de Pedra.

Cruzando as informações dos dados até aqui citados, podemos apontar um fato importante: mesmo que todos os pescadores aleguem que está havendo um decréscimo abrupto da quantidade e qualidade dos frutos do mar na região, as atividades de pesca artesanal continuam acontecendo cotidianamente, explorando um vasto território de pesca e mantendo, no presente, a tradição e continuidade da pesca artesanal na Região dos Lagos.

4.2 Categoria de análise 2: aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal

Pensamos em acessar o aspecto memorial dos entrevistados, inicialmente, compreendendo como se dá a experiência pessoal e de convivência no âmbito comunitário da pesca artesanal, por meio da seguinte questão-chave: como se dão os sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira? A partir da referida reflexão, buscamos os achados deste item nas respostas das seguintes questões: “Como você se sente sendo um/a pescador/a artesanal?”, “O que a pesca artesanal trouxe de bom para sua vida?” e “Com quem você aprendeu/quem lhe ensinou?”. A seguir, apresentamos os achados referentes a essa questão, cujas entrevistas geradoras foram realizadas com as seis pessoas citadas no Quadro 11.

Quadro 19 - Aspecto 2: Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal - âmbito pessoal

2.1 Como você se sente sendo um/a pescador/a artesanal? 2.2 O que a pesca artesanal trouxe de bom pra sua vida?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha, 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora

2.1 Olha, atualmente, eu, Cleusa, falo em nome de todas as mulheres da pesca artesanal, de todas as mulheres que estão incluídas dentro da produtividade da pesca artesanal, que nós sempre tivemos dentro da pesca artesanal. Nós sempre tivemos dentro da produtividade da pesca artesanal. Seja como descascadora de marisco, somos pescadoras. Seja como beneficiadora, somos pescadoras. Então, nós fazemos parte da cadeia produtiva da pesca artesanal. Nos vemos reconhecidas. Somos mulheres, hoje, com vez. Porque participamos de projetos de educação ambiental, que nos uniu e nos deu vez. E, com isso, nos deu armaduras, nos deu ferramentas de conquista, vou nem dizer de luta. Através dos PEAs, nós conseguimos ter ferramentas de conquista. 2.2 O que pesca artesanal trouxe de bom para minha vida pessoal? Desde pequena Prainha, pesca artesanal. Arraial do Cabo sempre foi pesca artesanal. Então não é agora que a pesca artesanal está tendo representatividade na minha vida e na vida das mulheres cabista [...] Sabe por quê? Já veio lá dos nossos avôs, das nossas avós, que eles vinham buscar pra salgar o peixe na beira da praia.	2.1 [...] a praia é o meu remédio, entendeu? [...] é tipo que eu me sinto curada [...] Então, lugar melhor pra mim estar, descer a minha casa é aqui na beira da praia. Como se eu chegasse aqui e encontrasse os meus ancestrais [...] é como se eles falassem comigo aqui na beira da praia. 2.2 A pesca artesanal, o que ela trouxe de bom pra mim foi eu criar meus cinco filhos [...] E um neto também né [...] criei com frutos do mar, graças a Deus. [...] Quando meus filhos eram pequeno, eu trazia meus filhos pra praia no carrinho de mão. Imagina como levo pra praia 06h00 da manhã fica o dia inteiro na praia com cinco crianças. Quando eles estão brincando, beleza, eu estou catando, fazendo minha mariscada. Espero os pescadores chegar do alto mar. Quando eles dormiam, eu pegava, ia lá no carrinho arrumadinho e colocava eles pra dormir com todo o conforto.
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha
2.1 É, faz um bem enorme. Eu acho que toda vez que eu estou muito estressada com as coisas da casa, do dia, que diz para mim, tem pescaria! Aquilo ali é um bálsamo, é um remédio que acalma. Não tem dia nenhum que eu saia para o mar, que eu esteja estressada, que eu não volte de lá com uma paz imensa. Me faz um bem enorme. Quando eu preciso, que eu não tenho pesca, eu vou só olhar o mar já me ajuda, já me acalma. O mar me acalma. Para mim, a prática artesanal é uma pesca que não agride a natureza que você tira o seu sustento, né? E você consegue preservar o meio que você vive sem o esforço da pesca e sem você tirar o peixe do tamanho errado do mar, né? Você consegue pescar o que você precisa, sendo que o peixe de tamanho menor ele fica lá, você não agride ele com uma rede, você não mata o peixe pequenininho 2.2 Ah, trouxe de bom pra mim... Eu acho que tudo. Tudo. Porque depois que a gente começa a se envolver com a pesca, eu que sempre fui muito apaixonada pela pesca, eu acho que você tem um novo mundo, novos horizontes, você conhece pessoas, você se envolve com várias entidades, com o conselho de pesca, você passa a lutar pelo seu espaço e você cresce, você aprende, eu acho que é isso. Ela trouxe muita coisa de boa, mas também trouxe tanto tumulto. Eu acho que eu não esperava ter uma agitação tão grande na minha vida. Porque depois que a gente montou a cooperativa [...] é muito trabalho, muita agitação, muita viagem, muita coisa. Mas trouxe de bom o aprendizado, o conhecimento, a cultura. Porque você conhece de pesca, mas você não aprende as coisas assim só indo lá pescar. A troca com as pessoas, com outros pescadores. Eu acho que é cultura também.	2.1 Eu me sinto muito feliz, porque são coisas que te faz aliviar o estresse do dia-a-dia, te faz você esquecer de tudo. Quando você tem um peixe de cinco quilos na linha, aquilo é o motivo da satisfação, você tá trazendo aquele peixe. No ano retrasado eu entrei às seis da manhã e aí eu fiquei até onze da noite. Só que quando chegou dez e pouquinho da noite, as pessoas começaram a me ligar. Aí eu disse pra eles, parem de me ligar, vai pra praia que tem peixe pra todo mundo. [...] Aí cada um levanta espadas grandes de cinco quilos. [...] E eu cheguei aproximadamente com 130 quilos. E é aquilo que deixa você ficar feliz. 2.2 A pesca artesanal trouxe de bom pra minha vida a criação, nós todos fomos criados com a pesca artesanal. Aqui, nessa praia eu sou filho tradicional daqui, né? Meus meus avós, meus pais, a minha mãe. Ela foi, trabalhou como escrava, tá viva até hoje, com 113 anos de idade. Então, a gente foi criado aqui na pesca artesanal e tirava daqui o nosso sustento desse mar que ainda tá aqui na nossa volta.
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor

2.1 Eu sinto muito privilegiado, porque eu faço o que eu amo, o que eu gosto. 2.2 Já viu aquele ditado tá nervoso, vá pescar? Então, aqui é a minha paz, meu sossego é a pescaria, por isso que eu tenho de estar na praia todo o dia.	2.1 Ah, eu me sinto nativo do lugar, né? Cultura do lugar aqui, que é primitiva [...] é uma coisa que sempre teve aqui, nessa pescaria aqui. Eu me sinto...nativo do lugar, tipo assim: "ele é pescador" ... Eu me sinto orgulhoso. [...] É conhecimento. Experiência. Sobrevivência. Prazer. É tudo de bom! 2.2 Eu faço outro tipo de trabalho, mas é aqui que eu me sinto bem, sabe? Estou relaxado. A pessoa tem sempre uma coisa que ela gosta de fazer. Eu adoro estar aqui. [...] Eu me sinto mais em paz aqui. Eu me identifico muito com o trabalho e com o lugar. Estar no mar, na água, isso é ser pescador também. Estar perto do mar, na beira da praia, olhando o mar para pescar. Isso aqui é vida.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

De acordo com as estratégias analíticas indicadas na metodologia, a pergunta "2.1 Como você se sente sendo um/a pescador/a artesanal?" nos possibilita compreender como se dão as **representações sociais** nas práticas da comunidade tradicional de pesca artesanal, onde consideraremos as informações sobre identidade cultural, ideologias e cosmovisões.

Em relação à identidade cultural, ideologias e cosmovisões, identificaram-se como quilombolas a pessoa A (Cleusinha), de Arraial, e as pessoas B (Selma), F (Adonis) e D (Valmir), de Búzios. Mesmo residindo em municípios diferentes e executando tarefas diferenciadas, abrangendo todas as esferas da cadeia produtiva da pesca artesanal, os pescadores artesanais quilombolas possuem diversas confluências em suas cosmovisões e em seus modos de perceber o mundo.

Eles preconizam, em sua narrativa, a relação entre a vida comunitária e a ancestralidade:

> Falo em nome [...] de todas as mulheres que estão incluídas dentro da produtividade da pesca artesanal, que nós sempre tivemos dentro da pesca artesanal. Seja como descascadora de marisco [...] seja como beneficiadora, somos pescadoras – Disse Cleusinha (Cleusinha, ano)[112].
>
> Como se eu chegasse aqui e encontrasse os meus ancestrais [...] é como se eles falassem comigo aqui na beira da praia – Disse Selma (Selma, ano)[113].
>
> Eu me sinto... nativo do lugar, tipo assim: 'ele é pescador' - Disse Adonis. (Adonis, 2023)[114].

Tudo isso é um aspecto comunitário: percepção de si pelo outro. Sendo assim, o sentimento de coletividade e pertencimento comunitário, inclusive, pode sobrepor-

[112] Entrevista concedida em maio de 2024, na Prainha, Arraial do Cabo-RJ.
[113] Entrevista concedida em abril de 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.
[114] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

se ao sucesso individual, como relatou Valmir, ao dizer que o que lhe deixa feliz é também compartilhar com os outros pescadores a bonança. Eu disse pra eles:

> Eu disse pra eles: Parem de me ligar, vai pra praia que tem peixe pra todo mundo. [...] Aí cada um levanta espadas grandes de cinco quilos. [...] E eu cheguei aproximadamente com 130 quilos. E é aquilo que deixa você feliz (Valmir, 2023).

Nesse sentido, a ideologia presente em todas as quatro narrativas citadas é de uma abordagem coletiva/comunitária, a qual remete à cosmovisão africana bantu, como vimos no subcapítulo 3.1[115], onde a ancestralidade - aquilo que liga o mundo visível ao invisível - e a coletividade, expressa pelo significado da palavra Ubuntu ("Eu sou porque nós somos"), são mais importantes do que o individualismo, um dos dispositivos de poder do pensamento neocolonialista e capitalista.

Por sua vez, o pescador e a pescadora artesanal de Arraial que não possuem identidade nem cosmovisão quilombola apresentam, em parte de suas narrativas, uma ideologia individualista, marcada pelo discurso em primeira pessoa, "eu", enfatizando seu próprio bem-estar:

> Não tem dia nenhum que eu saia para o mar, que eu esteja estressada, que eu não volte de lá com uma paz imensa. – Disse Margareth (Margareth, 2024)[116].

> Eu sinto muito privilegiado, porque eu faço o que eu amo, o que eu gosto. – Disse Otávio (Otávio, 2023)[117].

Por outro lado, também foi abordado o aspecto de preservação ambiental, específico da pesca artesanal não predatória e muito trabalhado nos programas de educação ambiental (PEAs) atuantes na região:

> Para mim, a prática artesanal é uma pesca que não agride a natureza, que você tira o seu sustento [...] (Margareth, 2024).

> Você consegue pescar o que você precisa, sendo que o peixe de tamanho menor fica lá; você não agride ele com uma rede, você não mata o peixe pequenininho. - Disse Margareth (Margareth, 2023).

---

[115] Título: 3.1 O pensamento escravocrata, racismo estrutural e institucional presentes na pesca artesanal, em especial o vivido pelas comunidades remanescentes de quilombo de raiz de matriz africana.
[116] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia Grande, Arraial do Cabo-RJ.
[117] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Prainha, Arraial do Cabo-RJ.

Em relação à pergunta "2.2 O que a pesca artesanal trouxe de bom para sua vida?", três pessoas de identificação quilombola responderam que a pesca artesanal possibilitou a manutenção de suas próprias vidas e de suas famílias:

> Já veio lá dos nossos avôs, das nossas avós, que eles vinham buscar pra salgar o peixe na beira da praia. – Disse Cleusinha (Cleuzinha, 2024).
>
> A pesca artesanal, o que ela trouxe de bom pra mim foi eu criar meus cinco filhos [...] e um neto também. - Disse Selma (Selma, 2023).
>
> Pesca artesanal trouxe de bom pra minha vida a criação. Nós todos fomos criados com a pesca artesanal. Aqui, nessa praia, eu sou filho tradicional daqui, né? Meus avós, meus pais, a minha mãe. – Disse Valmir (Valmir, 2023).

Outras duas pessoas, Adonis e Otávio, uma de identificação quilombola e outra não, enfatizaram o caráter terapêutico da pesca artesanal:

> Eu faço outro tipo de trabalho, mas é aqui que eu me sinto bem, sabe? Estou relaxado. [...] Eu me sinto mais em paz aqui. Eu me identifico muito com o trabalho e com o lugar. - Disse Adonis (Adonis, 2023)[118].
>
> Aqui é a minha paz, meu sossego é a pescaria, por isso que eu tenho de estar na praia todo dia. – Disse Otávio (Otávio, 2023)[119].

Por último, observamos uma percepção de contribuição mais voltada para além da atividade de captura da pesca em si, mas sim na participação cidadã relativa à comunidade da pesca artesanal:

> Depois que a gente montou a cooperativa [...] é muito trabalho, muita agitação, muita viagem, muita coisa. Mas trouxe de bom o aprendizado, o conhecimento, a cultura. Porque você conhece de pesca, mas você não aprende as coisas assim só indo lá pescar [...] você conhece pessoas, você se envolve com várias entidades, com o conselho de pesca, você passa a lutar pelo seu espaço e você cresce, você aprende. (Margareth, 2024)[120].

No Quadro 20, abaixo, apresentamos os achados referentes às respostas sobre a pergunta "2.3 Com quem você aprendeu/quem lhe ensinou?", com a qual objetivamos compreender como se iniciou o processo de ingresso e participação social na atividade pesqueira dos/as pescadores/as artesanais pesquisados/as.

---

[118] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.
[119] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Prainha, Arraial do Cabo-RJ.
[120] Entrevista concedida em maio de 2024, na Praia Grande, Arraial do Cabo-RJ.

Quadro 20 - Aspecto 2: Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal

2.3 Com quem você aprendeu/quem lhe ensinou?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha, 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora
A pesca artesanal [...] não faz parte da minha, da nossa vida, do povo de Arraial do Cabo agora, já vem lá da nossa ancestralidade, das nossas avós. [...] O novo vínculo da pesca artesanal com a mulher cabista vem desde a ancestralidade, quando as mulheres iam para a beira da praia escalar o peixe para salgar [...] então já vem lá das nossas ancestrais, avós, tio, tia, mãe, agora nós [...] e não para, porque minha neta já sabe salgar o peixe, já sabe fazer o filé. Já conversa sobre a pesca artesanal. Então é o nosso dia a dia, é a nossa vida. A pesca artesanal não é de agora.	Desde criança, desde pequena [...] dois, três anos [...] talvez até menos. A gente ia pra praia com nossas mães, nossos pais, nossas avós, tias. Enquanto eles estavam mariscando, a gente tava brincando, tomando banho [...] eu sou da quinta geração, meus filhos da sexta e o meu neto da sétima geração. Ah, eu pesco desde que eu me conheci como gente, como pessoa, porque eu fui criada na beira da praia. Meus filhos, na barriga, eu já tava lá na beira da praia, catando minhas coisinhas pra poder eu comer. Meus filhos nasceram e eu levava no carrinho de mão. Até meu neto, eu levei uma vez no carrinho de mão.
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha
Aqui começou a minha história com a pesca e a minha família que era daqui. É daqui. Porque eu sou nascida e criada nessa praia. [...] Trabalhar é desde 2012. Mas, assim, profissional, né? Porque eu nasci na praia. Mas nasci numa família de pescador. Filha de pescador. [...] a pesca para a mulher nunca foi permitida, o mundo machista, e eu comecei nova, com 16 anos, e de lá para cá a gente vinha nessa luta. [...] Então eu pescava mais com o meu irmão ou com meus tios, porque pescar de verdade como hoje é o peixe, não era possível pra mulher. Depois, mais velha, eu comecei a ter outras mulheres também passando pela mesma coisa, e aí a gente resolveu se unir e começamos a procurar o nosso espaço, porque a gente também era pescadora do mesmo jeito, e a gente não achava que pesca era só para homens, a mulher também pode ter o seu espaço na pesca A gente aprendeu vendo o outro pescar...eu via o pescar, meus tios pescando. Acho que é porque a gente gosta. Eu nunca tive, assim, ninguém que chegasse e dissesse assim, vou te ensinar a pescar. Mas hoje, hoje, eu tenho meus tios que... Que me ensinam a preparar as linhas. Isso eu tenho. Um é Arino. O outro é Chonca. E o outro é Mané, Manuel. Todos eles pescadores.	Eu comecei a pescar aqui, na pesca artesanal, com o meu cunhado, que me ensinou a pescar. Meu cunhado [...] Hernani [...] e um primo, o João Carlos, conhecido como Fiinho. Eu comecei a pescar com eles aqui. Eu tinha 12 anos de idade.
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor
Eu já tenho 32 anos. Eu pesco desde meus oito anos de idade. Então, isso aqui pra mim hoje é a festa em si. Pra mim é uma terapia [...] porque é aqui onde eu me sinto bem. Não é por dinheiro [...] não é por nada disso. Pois é uma prática que me faz bem. Desde sempre. [...] eu vim bem novinho. Eu aprendi olhando, vendo os pescadores mais antigos, o Vazinho, o Zezé, os meus tios. Mas ninguem nunca chegou aqui pra mim dizendo "faz assim, é assado". Eu fui vendo e aprendendo. Porque era uma coisa que eu queria aprender, eu procurei saber. Você perguntou quem são suas referências. Eu falei, Zezé, Vazinho, o Mário [...] mas eu esqueci de citar o Harildo, ele também foi muito coisa para mim, no meu início. Porque quando eu comecei a pescar, lembra que eu falei que o meu tio me trouxe e tal? Então, meus tios pescavam com ele [...] o primeiro dinheiro que eu ganhei como pescador foi da mão dele, da mão de Harildo. Como se fosse que ele deu aquele pontapé para a minha continuidade. Porque	Meus familiares, especialmente meus tios e meus avós que pescavam também. Particularmente, meu tio Flávio, tio Tatá [...] me ensinou a remar [...] Eu botei o barco dele no fundo umas três vezes aqui [...]Me ensinou muito bem... Aí ele vinha pra beirada da praia e tirava água do barco. Nesse dia, né? Tirava água do barco e depois montava de novo. Depois uma maré vinha e... Bum! Me jogava pro fundo de novo. Mas eu insisti, insisti e aprendi. [...] E eu optei por continuar aprendendo. Desde 2014 que eu me considero pescador, que foi quando eu tirei meus documentos. Mas antes disso, eu via meus tios indo pescar e eu nunca me levava, né? Eu ficava daqui da praia olhando. [...]Quando eu tinha 8, 10 anos, eu já [...] já praticava essa pesca já aqui na beira da praia, né? Primitivamente, assim, que ninguém me levava pra pescar, eu ficava colocando os bofe pra fora [...] aí eu ficava aqui pegando um siri, jogando na tarrafa, aí eu trazia um caniçozinho, subia pras pedras [...] ia lá

é muito importante a gente poder valorizar os nossos mestres	pro Mangue de Pedra, voltava pra casa com três, quatro peixes, mamãe ficava tão orgulhosa. Ah, meu filho, já sabe trazer o alimento pra casa.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Inicialmente, pudemos constatar o papel da familiaridade como componente primordial de transmissão de conhecimentos e de iniciação profissional no mundo da pesca artesanal. A influência dos tios foi citada por cinco pessoas (três de Arraial: Cleusinha, Margareth e Otávio; e duas de Búzios: Selma e Adonis). Em segundo lugar, as influências dos pais e avós foram mencionadas por duas pessoas (Cleusinha e Selma), dando ênfase ao papel feminino. Por último, houve a influência do cunhado e do primo, citada por uma pessoa de Búzios, Valmir.

Todas as pessoas entrevistadas disseram ter iniciado sua atividade pesqueira entre a infância (de 0 a 8 anos) e a adolescência (12 a 16 anos). As mulheres marisqueiras atribuem sua iniciação nas atividades de pesca artesanal desde tenra idade (início das décadas de 1960 e 1970):

> Vem desde a ancestralidade, quando as mulheres iam para a beira da praia escalar o peixe para salgar. – Disse Cleusinha (Cleuzinha, 2024).

> Eu pesco desde que me conheci como gente, como pessoa, porque fui criada na beira da praia [...]. A gente ia pra praia com nossas mães, nossos pais, nossas avós, tias. – Disse Selma (Selma, 2023).

Os pescadores de linha, nascidos no início da década de 1960, iniciaram seu aprendizado na adolescência: Valmir, aos 12 anos (em 1972), e Margareth, aos 16 anos (em 1977). Os pescadores que hoje estão na faixa etária dos 30 anos começaram suas atividades pesqueiras na infância, aos oito anos de idade (Adonis em 1996 e Otávio em 2000).

Na sequência, realizaremos uma análise do universo simbólico e cultural de nossos entrevistados, a partir de uma interpretação mais aprofundada de suas narrativas orais. Para isso, utilizaremos os seguintes elementos analíticos: ações de resistência (perpetuação dos costumes, instituições de contenção e transformações) e aspectos tradicionais de raiz africana (ancestralidade, ritualidade, oralidade, atividade orgânica, corporeidade, pertencimento, resistência, militância, autonomia e autogestão).

Em relação às ações de resistência, analisadas sob a perspectiva da perpetuação dos costumes, os dados obtidos nos permitem afirmar que a atividade da pesca artesanal, especialmente a mariscagem, está presente nas duas cidades

pesquisadas desde três gerações anteriores a 1960 e 1970 (gerações dos avós de Cleusinha e Selma). Segundo a narrativa de Selma (2023), "Eu sou da quinta geração, meus filhos da sexta e o meu neto da sétima geração." Assim, existem indícios de que a pesca artesanal no Quilombo da Rasa ocorre há pelo menos sete gerações, ou seja, aproximadamente 250 anos (provavelmente desde 1773).

Para aprofundar ainda mais nossa compreensão sobre a ancestralidade da atividade pesqueira na região, acessamos dados do Censo da Pesca (2022) referentes à pergunta: “Poderia nos dizer quais dos seus antepassados atuam ou atuaram na pesca?”. As respostas indicam que, em Búzios, a comunidade de pesca artesanal, composta por cerca de 444 indivíduos, possui uma ancestralidade mais antiga e estruturada, com menção à atuação de 54 trisavós. Por outro lado, em Arraial, com uma comunidade de 856 indivíduos, foram citados apenas 14 trisavós. Isso significa que a pesca artesanal, nos tempos dos trisavós, era três vezes mais representativa em Búzios do que em Arraial.

Já na geração dos avós, se considerarmos apenas os números absolutos, a pesca artesanal em Arraial (245 avós) se apresenta quase duas vezes mais praticada do que em Búzios (178 avós). No entanto, quando fazemos uma relação com o percentual de pescadores artesanais de cada cidade, chegamos à conclusão de que, no tempo dos avós, a prática pesqueira era bem maior em Búzios (40,09%) do que em Arraial (28,62%).

Se analisarmos os dados acima em relação à “reconstituição de vínculos”, chegamos à conclusão de que tanto os/as pescadores/as artesanais de Arraial do Cabo quanto os/as quilombolas de Búzios fundamentaram suas experiências profissionais nas relações familiares, e, como vimos, com a contribuição marcante dos/as tios/as nesse processo de transmissão de conhecimentos. Mesmo que não houvesse um ensinamento formal por parte deles, é recorrente nas entrevistas o fato de três pessoas (Margareth, Otávio e Adonis) terem mencionado ter aprendido a pesca artesanal pela observação, “olhando” a prática dos seus familiares no cotidiano. No que se refere às “instituições de contenção”, percebemos a existência de um forte pertencimento grupal (familiar e comunitário) em todas as seis pessoas entrevistadas. E, finalmente, as narrativas apresentadas apontam para a manutenção dos ensinamentos ancestrais, evitando transformações de comportamentos e mudanças nos hábitos rituais.

Como sabemos, este estudo se concentra principalmente nas contribuições dos negros para a pesca artesanal realizada nas cidades pesquisadas. Para acessar e distinguir esse universo cultural específico, o da cosmologia africana, buscamos, entre as narrativas das pessoas entrevistadas, a presença dos aspectos tradicionais de raiz de matriz africana. Nesse sentido, observamos tanto nas entrevistas das pessoas quilombolas (Quilombo da Rasa: Selma, Adonis e Valmir; Quilombo da Prainha: Cleusinha) quanto nas das pessoas que não se identificam como quilombolas (Margareth, Praia Grande, e Otávio, Prainha, residentes em Arraial) a presença de nove entre os dez aspectos tradicionais. O elemento analítico "militância" é o único que não está na análise subsequente, pois a pergunta realizada não possibilita respostas para esse tipo de análise.

No caso dos quilombolas, a ancestralidade está presente por meio de lembranças advindas dos avós e se mantém até a geração de seus próprios netos:

> Já vem lá das nossas ancestrais, avós, tios, tias, mãe, agora nós [...] minha neta. – Disse Cleusinha (Cleusinha, 2024).
>
> Nossas mães, nossos pais, nossas avós, tias [...] eu sou da quinta geração, meus filhos da sexta e meu neto da sétima geração. – Disse Selma (Selma, 2023).

Já para aqueles que não se identificam como quilombolas, as narrativas evocam uma ancestralidade mais recente, a partir dos ensinamentos dos tios. Em relação ao aspecto “ritualidade/rotina”, os dados obtidos demonstram que a pesca artesanal está presente há mais tempo na vida dos pescadores quilombolas (Cleusinha - década de 1960; Selma e Valmir - década de 1970; Adonis - 1996) do que na vida daqueles que não se identificam como tal (Margareth - 1977; Otávio - 2000).

Tanto os quilombolas quanto os não quilombolas afirmaram ter obtido os ensinamentos sobre a pesca artesanal por meio da “oralidade”, entendida aqui como tradição oral, literatura oral e história oral, além de movimentos corporais; e da “atividade orgânica”, que relaciona a “corporeidade” dos gestos específicos exigidos pela habilidade de cada uma das pessoas entrevistadas em seu ramo de atuação, com a interação delas com o ambiente natural, como quando realizam a pesca nas praias.

Os elementos autonomia e autogestão, o pertencimento familiar e comunitário e a resistência também estão presentes em todas as narrativas aqui analisadas.

Contudo, as narrativas das pessoas quilombolas ressaltam a pesca artesanal como uma atividade familiar de subsistência, que atravessa gerações, desde os tempos de seus avós, passando por si mesmas e chegando até seus netos.

A partir das reflexões analíticas até aqui realizadas, **podemos afirmar que a cosmologia africana está presente nas rememorações, nas narrativas e nos cotidianos dos pescadores e pescadoras artesanais das duas cidades pesquisadas, tanto entre as pessoas quilombolas quanto entre as não quilombolas.** Contudo, e em especial, ela alimenta a identidade de raiz de matriz africana das pessoas com identidade quilombola, mesmo que elas não tenham plena consciência desse fato.

4.3 Categoria de análise 3: Ancestralidade

Neste momento analítico, partimos para um aprofundamento da percepção memorial pela perspectiva da ancestralidade. Faremos isso a partir da interpretação dos níveis de significação (denotação e conotação) das respostas obtidas em duas questões-chave: como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória? Como conciliar as novas e as antigas atividades da pesca artesanal?

4.3.1 Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?

Esta primeira questão-chave diz respeito à forma como as pessoas entrevistadas percebem subjetivamente sua origem social e a pesca artesanal, enquanto indivíduos, membros de famílias e da comunidade no ambiente social em que vivem. Inicialmente, para acessarmos a perspectiva memorial, analisaremos no Quadro 21 a ocupação territorial das pessoas entrevistadas nas cidades pesquisadas. Considerando o fato de que nosso objetivo é rememorar as contribuições afro-indígenas para a pesca artesanal, a partir dos dados obtidos no Quadro 22, buscamos acessar especificamente as rememorações das pessoas quilombolas. E no Quadro 23, abordaremos especificamente as rememorações das pessoas não quilombolas.

Quadro 21 - Aspecto 3: Ancestralidade - Elemento Territorialidade - transmissão de conhecimento

3.1 Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?
3.1.1 Há quanto tempo você mora aqui? Seus pais moram onde? Há quanto tempo eles moram lá? Seus avós são vivos? Eles moram ou moravam onde? Onde vivem os seus parentes?

3.1.2 O que você sabe sobre a origem da sua família? 3.1.3 Existe uma relação entre a cidade que você mora e a pesca artesanal?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha[121], 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora
3.1.1 E quem morava aqui? Com certeza era meu avô, que era casado com uma negra que não foi aceita dentro da Arraial do Cabo, que (a época) era a Praia dos Anjos, só portugueses brancos, e meu avô português então foi um dos propulsores a fundar o bairro da Prainha. [...] Olha, até onde eu sei, os negros que fugiam das fazendas se refugiavam na prainha. [...] Então tudo que a cidade, a cidade e o Arraial não aceitava vinha para esse [...] pequeno pedacinho aqui que é Prainha. 3.1.2 Só que os africanos eles ficavam nas restingas, eles não tinham acesso a dentro do Arraial do Cabo. [...] Era um local completamente português. [...] E com o tempo eles começaram a migrar, porque hoje a gente conhece como Morro da Cabocla, que a gente chama da Prainha. Era o único lugar onde os negros podiam ficar. 3.1.3 A pesca artesanal não faz parte da minha, da nossa vida, do povo de Arraial do Cabo de agora, já vem lá da nossa ancestralidade, das nossas avós. Tô falando da parte feminina, os masculinos nem se conta, porque Arraial do Cabo quem não era pescador,[...] arrastava sal.	3.1.1 Eu moro desde que eu nasci. Ali (onde eu moro) era a casa dos meus pais, era a terra onde ele trabalhava. É. Onde ele cultivava, fazia plantação, criava os gado dele. Meus pais sempre morou na Rasa também. Na casa ali, na Rua Justiniano de Souza [...] desde que eu me conheci como gente, eles já moravam ali. Então, eu acredito que ele sempre morou ali, porque a minha avó morava ali junto com eles. Eles tinham uma casa ali [...] tinha outra casa lá em cima, porque meu pai (Nelson Altino Gonçalves), foi marido de quatro mulheres. Então, cada mulher tinha uma casa. A única avó que eu tenho viva é Eva Maria da Conceição, que é minha avó, minha prima. Agora, a minha avó, por parte da minha mãe [...] eles moravam ali [...] na rua Justiniano de Souza, a minha avó Neidina morava ali, minha avó Adelaide morava ali também [...] do lado. Porque era todo o terreno de família. [...] meu avô [...] um era Cláudio e o outro era Altino [...] Altino era casado com a minha avó [...] Todos moravam ali perto, um perto do outro. 3.1.2 Olha, a única coisa que eu sei é que eles [...] vieram pra cá num navio e desembarcaram ali na Praia Rasa, da qual tem dois piquetes ali ainda que era onde o navio negreiro atracava ali, eles marravam nesses paus, nesses morões, então são uns morões muito antigos, mas só tem dois toquinhos, mas ainda tá lá, na época da escravatura. E dali cada um seguiu um caminho, eles foram pra Rasa. Quando os brancos vinham, pra pegar, pra chicotear eles, aí eles se refugiaram [...] um pouco lá na fazenda Campos Novos, um pouco lá numa área ali no Rio Una, pra dentro, numa caverna que tem por ali. E aí uns foram cada um pra um canto, mas nunca deixaram assim, de estar junto, de estar unido. 3.1.3 Eu acho que toda a maneira de pescar foram criadas por eles. Porque só existiam eles aqui. Só existiam os negros, os refugiados, os quilombolas. Tanto faz a pesca do mar como a pesca do rio como a pesca do brejo é a mesma. [...] meu pai sempre falou para mim. Ele sempre contou não só para mim, para os filhos todos. [...] quando vieram para cá eles já vieram sabendo pescar, porque lá eles faziam essa pesca.
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha
3.1.1 Eu não posso dizer que a vida toda, porque eu fiquei 12 anos no Rio, mas desde que nasci. Eu só tenho mãe, meu pai é falecido, moro aqui no mesmo endereço. Meu pai é nascido em Portugal, e ele conheceu minha mãe aqui no Arraial, casou e ficou morando aqui até morrer. [...] Meus avós maternos eram aqui de Arraial também, moravam aqui na mesma rua até um período, depois eles mudaram para uma rua principal, na Getúlio Vargas. E os meus avós paternos, eu só conheci meu avô, mas eu tinha 3 anos de idade [...] Ele é português. [...] Eu conheci ele aqui no Brasil. [...] A minha avó eu não cheguei a conhecer. 3.6.3.1.1	3.1.1 Eu nunca saí daqui. Então, eu sempre me criei aqui. 60 anos aqui [...] Meu pai é falecido, minha mãe mora na Rua Adalto de Oliveira, que eu coloquei o nome da rua em homenagem ao meu pai, onde mora a minha mãe, Dona Eva, [...] Eva Maria da Conceição Oliveira. Meus avós também já faleceram. Eles moravam na fazenda Piraúna, que ele [...] o filho, que era a minha avó Bibiana e o meu avô Cláudio [...] teve como herança. Minha avó Antonina, por parte de mãe, que não morava lá porque não era casada com esse meu avô, o esposo dela se chamava Leonel, que são os pais da minha mãe. 3.1.2 A origem da família se misturou um pouco, porque

[121] As respostas de Cleusinha presentes em todos os quadros desta categoria de análise, ancestralidade, advém somente de entrevista narrativa, realizada na terceira etapa da pesquisa de campo (2024). Por isso, os dados apresentados por ela não são tão aprofundados quanto os das outras pessoas, com as quais realizamos também entrevistas episódicas (2023).

3.1.2 A família da minha mãe, a maioria, até ela, todos nasceram em São Pedro da Aldeia. E minha mãe chegou a nascer em São Pedro da Aldeia também. Eles vieram de lá, todos também de origem de pesca. E aí depois vieram para cá. [...] Minha família, ela é da parte da minha mãe, é toda de Arraial do Cabo. Todos envolvidos com pesca, meus tios, meu avô. Minha avó era salgadeira. E da parte do meu pai, eu não conheço o histórico da minha avó. Mas do meu avô é também da pesca. O meu pai também era da pesca. Meu avô veio para o Brasil, foi quando trouxe meu pai. Mas para fazer pesca aqui, eles pescavam na costa brasileira e descarregavam aqui em Arraial do Cabo. 3.1.3 Acho que toda. A vida toda, a pesca em Arraial nunca foi industrial. Sempre foi artesanal. Ela sempre foi pra sustento das famílias daqui da cidade. Não tinha como hoje uma indústria, um volume de peixe, assim, que você tivesse que tirar daqui. Eu acho que sempre foi aqui. Sempre foi pra sustento das famílias. (Para perceber essa relação da pesca artesanal e a Arraial do Cabo) Eu acho que é fácil até. É só você ir em algumas praias, como Praia Grande, Praia do Pontal, Praia da Ilha, e ver que hoje ainda nós temos lá o vigia, que é como o pescador é chamado, que fica no monte, no alto, que ele consegue avistar um peixe dentro d'água, consegue identificar o peixe, e consegue passar através de um movimento, um gesto com um pano, que o pescador que tá na canoa entenda que peixe que é, a quantidade que é, como que esse peixe vai ser cercado, se é mais pra fora, mais pra dentro, se... Eu acho que é isso. Essa relação ainda existe.	quando o meu avô, na verdade, Cláudio, ele era português e ele habitava a fazenda Campos Novos. Ele veio para cá na juventude com o pai dele. E ele passou a ser um dos feitores da fazenda. Só que ele era casado aqui, quando ele se casou aqui [...] com uma senhora chamada Adelaide. Ele passou a ter dez filhos com ela. [...] As negras serviam a fazenda Campos Novos eram lindas. Elas eram assim [...] um metro e oitenta, com cor escura, da pele fina, pele lisa. A minha avó Bibiana servia os senhores. O meu avô Cláudio gostou dela [...] e possuiu ela, então acabou indo morar definitivamente com ela. E com ela teve quatro filhos. Foi meu pai, Adalto de Oliveira, Aristides, teve o meu tio Aspino e teve meu tio Martins. [...] E a Rasa era exatamente um bairro de todo mundo negro. E aqueles homens e mulheres, aproximadamente de 1,80m, 1,90m, todos mesmo negro mesmo [...] porque toda a Rasa foi um quilombo [...] esse pessoal todo ao chegar da África, os que desembarcavam aqui, na ponta do Pai Vitório, ou lá na Praia dos Ossos, [...] Após o José Gonçalves, que era o maior mercador de escravo do Brasil, chegar para escolher aquele que eles queriam. Então [...] esse pessoal todo, era batizado na Igreja de Santana e levado para a Casa do Sino, já com o nome Gonçalves ou Joaquim, José, Manuel, Antônio ou Oliveira, porque naquela época a Oliveira estava em ascensão. Portugal estava começando a descobrir o azeite feito da oliva. E então, eles começaram a usar o nome de Oliveira. Portanto, o meu nome, Valmir Conceição, é dos meus pais, Oliveira é de Portugal. O que os seus olhos podem ver da Rasa, era todo um plantio de banana que embarcava ali na ponta do Pai Vitório, que é o local mais histórico que nós temos, [...] para levar para Portugal. E a rota escravagista que também desembarcava ali quando já não era mais permitido ter a escravidão [...] Antonina veio da África. A minha mãe já é filha de Antonina. Bibiana e Antonina são irmãs, o esposo da Antonina, era Leonel. São os pais da minha mãe, então, eles também foram escravizados. E a gente conseguiu descobrir que o nome Eva [...] era a tia da minha mãe, que era escravizada também, que habitou a Baía Formosa, a Rasa e a Baía Formosa. E veio da África também, junto com todo esse povo tudo (que veio) de Angola e outra parte veio de Congo. [...] Então, quando eu descobri que toda a Rasa era um quilombo, (foi porque) eu descobri que toda a Rasa e Baia Formosa, toda essa gente era um povo só. Depois que Henrique da Cunha Bueno dizimou basicamente todo o povo lá, tomou as terras dele, botou boi, centenas, milhares de gado na roça das pessoas e acabaram com o povo que teve que ir lá para Cabo Frio, para o bairro de Jardim Peró, para lá, para aquela região, então ficou a Rasa só, separada. 3.1.3 Todos os pescadores daqui, 99% são os afrodescendentes quilombolas que mantêm a sua tradição. Então poucos não são. Pelo menos o que eu conheço aqui, dos mais de 100 pescadores aqui, só tem uns cinco ou seis que não são afrodescendentes. Você vai identificar eles pelo sotaque de fala, a maneira de brincadeira, a maneira da risada, da alegria, da satisfação deles consertar e trabalhar nos seus apetrechos de pesca. Então aí você já vai identificar que é um afrodescendente. [...] Mesmo que sem querer, brincando, ele vai te falar o que é a nossa cultura, da tradição, da sua gente, do seu povo, com garra. Eles ainda defendem isso aqui. Eles defendem isso com garra, com amor, com carinho. Porque muitos deles foram criados com a viva da pesca artesanal aqui. Entendeu?
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor

3.1.1 Nascido e criado. *Seus pais moram onde?* Aqui também. Na Prainha. Há uns quarenta anos ou mais. *Mas os seus avós moravam onde?* Aqui também. Família toda da Prainha. *Aonde vivem os seus parentes?* Arraial, outros distritos, no Rio [...] mas a maioria tá aqui. 3.1.2 Não procuro saber, não. 3.1.3 Arraial antigamente se vivia da pesca. Era duas coisas que se vivia em Arraial. Era da pesca e da empresa Alcalis, que existia aqui dentro da cidade, eram apenas essas duas coisas.	3.1.1 Desde que nasci, a vida toda. Nativo, quilombola. Pescador [...] (Meus pais são) nativos daqui também moram aqui [...] nas proximidades mesmo. [...] São nativos daqui também, nasci de criado aqui. [...] Meus pais, meus avós, minhas bisavós, todo mundo nativo daqui. O pai do meu pai era Otacílio Gonçalves Faria, que é o nome da minha rua. 3.1.2 Minha família...a origem são negros [...] quilombolas. Tem umas histórias que contam dos navios negreiros, que os primeiros negros vieram para cá. Mas pesquisando a fundo, assim, eu não sei te contar essa história. O que eu sei é aquilo que você já ouviu falar. Eu sei que nós somos nativos daqui. 3.1.3 Um meio de vida, pesca artesanal, quilombola, é um modo de sobrevivência. Porque antigamente como não tinha nada. Quem não pescava tinha que caçar. Porque a caça é bem mais difícil. Então a vivência aqui, quilombola, pescaria, modo de sobrevivência mesmo. Antigamente tinha muito peixe salgado, porque não tinha geladeira. O pessoal salgava os peixes. A gente tinha aquele varal de peixe salgado. Era muito legal. Eu tenho pouca lembrança disso. Luta não. Mas...Ser quilombola, eu acho que hoje ninguém segue muito a cultura, né? Aquela cultura de antigamente. Hoje, se você é negro, já dizem que é quilombola, Mas às vezes tem pessoas que nunca passaram uma vivência dessa aqui. De morar na beira da praia. Às vezes umas dificuldadezinhas. Isso aqui é a nossa vida. De 200 anos atrás pra 300 anos atrás esses pescadores estão aqui. Todo dia. Quando o mar tá bom, eles aproveitam.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Quando nos propomos a compreender "como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?", inicialmente é importante destacar que o termo "dimensões sensíveis" se refere às formas como as pessoas percebem e sentem os fatos. Dito isso, iniciamos a análise do aspecto da territorialidade, considerando a observação de três elementos: a temporalidade, a origem e a relação da origem entre as pessoas entrevistadas e a pesca artesanal.

Para acessarmos elementos memoriais relacionados à ancestralidade, elegemos como metodologia de análise o conceito de “níveis de significação” - denotação e conotação - (Penn, 2019), um dos aspectos do "universo simbólico comunicativo". Também é importante frisar que todas as entrevistas ocorreram de forma individual, em momentos e espaços diferentes. Portanto, não houve, entre as pessoas entrevistadas, influência ou troca de informações pregressas.

Assim, iniciaremos as próximas digressões buscando compreender as rememorações obtidas através das respostas do primeiro bloco de perguntas (3.1.1). Esses questionamentos têm como objetivo compreender a temporalidade da territorialidade das pessoas entrevistadas, a partir das respostas às seguintes perguntas: há quanto tempo você mora aqui? Seus pais moram onde? Há quanto

tempo eles moram lá? Seus avós estão vivos? Eles moram ou moravam onde? Onde vivem os seus parentes?

Pela perspectiva denotativa, onde acessamos os aspectos linguísticos e antropológicos, podemos inferir que todas as pessoas entrevistadas possuem uma territorialidade local (Quilombo da Rasa, Búzios; Prainha e Praia Grande, Arraial), referenciada na vivência de seus avós, especialmente as avós maternas. Uma pessoa (Adonis) refere-se aos seus bisavôs, que pertencem à geração dos avós dos outros entrevistados. Também podemos inferir que a territorialidade das pessoas quilombolas indica um agrupamento de ocupação baseado na familiaridade:

> Porque era todo o terreno de família. [...] meu avô [...] um era Cláudio e o outro era Altino [...] Altino era casado com a minha avó [...]. **Todos moravam ali perto, um perto do outro**. – Respondeu Selma (Selma, 2023).

Além disso, as narrativas das pescadoras artesanais de Arraial do Cabo denotam o caráter miscigenatório de suas ascendências. No caso de Cleusinha (2024), há menção à miscigenação entre portugueses e pessoas negras quilombolas: "Com certeza era **meu avô, que era casado com uma negra** que não foi aceita dentro da Arraial do Cabo, que (a época) era a Praia dos Anjos, só portugueses brancos, e **meu avô português**". Já no caso de Margareth, observa-se a miscigenação de portugueses com residentes locais (provavelmente de origem indígena): "**Meu pai é nascido em Portugal**, e ele conheceu minha mãe aqui no Arraial, casou e ficou morando aqui até morrer [...] Meus **avós maternos eram aqui de Arraial** também" (Margareth, 2023).

Pela perspectiva conotativa, incorporando elementos culturais à análise anterior, consideraremos cinco fatos: 1) segundo estudos do especialista em História das Ciências, José Mauriene Felipe (Ufes, 2020), a expectativa de vida média das pessoas escravizadas no final do século XIX (época dos avós das pessoas entrevistadas nascidas na década de 1960) era de 25 anos[122], enquanto a de quem não era escravizado era de 28,5 anos; 2) no final do século XIX e início do século XX (época dos pais das pessoas entrevistadas nascidas na década de 1960), a

[122] Fonte: Reportagem "Projeto de extensão realiza debate sobre Adoecimento e Morte de Escravos no Brasil" https://www.ufes.br/conteudo/projeto-de-extensao-realiza-debate-sobre-adoecimento-e-morte-de-escravos-no-brasil#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20os%20cativos%20eram,escravo%20era%20de%2025%20anos. Universidade Federal do Espirito Santo, 2020. Acesso em 12/02/2025.

expectativa de vida das pessoas era entre 29 e 30 anos[123]; 3) entre 1950 (43 anos) e 1990 (70 anos), período de nascimento das pessoas entrevistadas, a expectativa de vida aumentou em 27 anos; 4) a mãe do entrevistado Valmir, Dona Eva, foi uma mulher escravizada que nasceu em 1911; 5) as pessoas quilombolas da Rasa são parentes entre si: Valmir (1960) é tio em segundo grau de Selma (1972), que é tia em primeiro grau de Adonis (1988).

A partir dessas premissas, podemos concluir que a presença territorial das famílias quilombolas da Rasa, em Búzios, pode remeter ao ano de 1886. Em Arraial do Cabo, a presença territorial dos antepassados citados por Cleusinha (1962) remete ao ano de 1890. Já a territorialidade das pessoas cujos antepassados podem não ter sido escravizados, como a família de Margareth (1961), pode remeter a 1891, e a dos familiares de Otávio (1992) pode remeter ao ano de 1919.

Portanto, apesar de os dados de tempo cronológico não serem precisos e necessitarem de estudos antropológicos e históricos mais aprofundados, em bancos de dados primários, como em cartórios regionais (o que não é o foco do presente estudo), podemos inferir que as famílias das pessoas quilombolas possuem uma territorialidade mais antiga (1886[124] em Búzios e 1890 em Arraial) do que as pessoas não quilombolas (1891 e 1919, em Arraial). Também podemos afirmar que a ocupação territorial citada nas entrevistas aponta o fato de que o Quilombo da Rasa, em Búzios, apresenta uma territorialidade da pesca artesanal mais antiga do que em Arraial.

Vale destacar também a percepção de Valmir, uma das pessoas responsáveis pelo processo de certificação do Quilombo da Rasa (2005), sobre a identidade quilombola de seus conterrâneos, a qual está atrelada ao fato de ele ter conhecimento e domínio da história oral de sua família. Ou seja, o fundamento da cosmologia africana bantu, a oralidade, possibilitou a ele desvelar sua origem quilombola:

> Era a tia da minha mãe, que era escravizada também, que habitou a Baía Formosa, a Rasa e a Baía Formosa. E veio da África também, junto com todo esse povo tudo (que veio) de Angola e outra parte veio de Congo. [...] Então, quando eu descobri que toda a Rasa era um quilombo, (foi porque) eu descobri que toda a Rasa e Baia Formosa, toda essa gente era um povo só. – Respondeu Valmir (Valmir, 2023).

---

[123] Fonte: Brasil em Mapas, 18/12/2022. https://www.instagram.com/brasilemmapas/p/CmUtISQPxPQ/?img_index=1. Acesso em 12/02/2025.

[124] Memória de cálculo: presumimos o ano de 1886, considerando o fato de Valmir ter nascido em 1960. Depois diminuímos deste tempo 49 anos, idade em que Dona Eva deu à luz a Valmir. E diminuímos ainda mais 25 anos, tempo de vida presumido da avó de Valmir.

Por outro lado, é marcante também nas entrevistas das pescadoras artesanais de Arraial do Cabo, Margareth e Cleuzinha, o fator miscigenatório português. Se, por um lado, a narrativa da resposta de Margareth à pergunta 3.6.3.1.1 conota falta de aprofundamento sobre sua possível origem indígena e da sua família pelo lado materno, por outro, demonstra ênfase em ressaltar sua origem portuguesa:

> Eu só tenho mãe, meu pai é falecido, moro aqui no mesmo endereço. Meu pai é nascido em Portugal, e ele conheceu minha mãe aqui no Arraial, casou e ficou morando aqui até morrer. [...] E os meus avós paternos, eu só conheci meu avô, mas eu tinha 3 anos de idade [...] Ele é português. [...] Eu conheci ele aqui no Brasil. [...] A minha avó eu não cheguei a conhecer. – Respondeu Margareth (Margareth, 2023).

Já no caso de Cleusinha, para ela não existem dúvidas sobre sua ascendência miscigenada, por parte de um avô português:

> E quem morava aqui? Com certeza era meu avô, que era casado com uma negra que não foi aceita dentro da Arraial do Cabo, que (a época) era a Praia dos Anjos, só portugueses brancos, e meu avô português então foi um dos propulsores a fundar o bairro da Prainha. – Respondeu Cleusinha (Cleusinha, 2024).

Em relação à pergunta 3.1.2, "O que você sabe sobre a origem da sua família?", analisando pelo prisma denotativo os dados obtidos com as respostas da questão, podemos afirmar que todas as pessoas quilombolas (de Búzios e Arraial) possuem memórias muito antigas, através de uma narrativa remissiva ao tempo da escravidão. Já as narrativas das pessoas sem identidade quilombola não possibilitam presumir uma datação ou situação histórica associativa.

As narrativas das pessoas quilombolas, tanto da Rasa (Armação dos Búzios) quanto da Prainha (Arraial do Cabo), também permitem a percepção das discriminações e crimes humanitários praticados por pessoas brancas (sejam elas portuguesas ou brasileiras) contra pessoas negras, desde o princípio da referida ocupação territorial. **Seja pela territorialidade demarcada pelo racismo institucional** para a vida e a existência das pessoas negras em Arraial, restrita apenas ao Morro da Cabocla: "Hoje a gente conhece como Morro da Cabocla, que a gente chama de Prainha. Era o único lugar onde os negros podiam ficar" (Cleusinha, 2024).

Seja pela violência física e abusos sexuais sofridos pelas pessoas negras em Búzios: "Quando os brancos vinham, pra pegar, pra chicotear eles" (Selma, 2023), "A minha avó Bibiana servia os senhores. O meu avô Cláudio (português) gostou dela [...] e a **possuiu**", Valmir (2023); seja pela **supressão da identidade** das pessoas escravizadas:

> Após o José Gonçalves, que era o maior mercador de escravo do Brasil, chegar para escolher aquele que eles queriam. Então [...] **esse pessoal todo, era batizado** na Igreja de Santana e levado para a Casa do Sino, já **com o nome Gonçalves ou Joaquim, José, Manuel, Antônio ou Oliveira**. – Respondeu Valmir (Valmir, 2023)[125].

Há também na narrativa de Valmir o aspecto de valorização de sua identidade portuguesa:

> Porque naquela época a **Oliveira estava em ascensão**. Portugal estava começando a descobrir o azeite feito da oliva. E então, eles começaram a usar o nome de Oliveira. Portanto, o meu nome, Valmir Conceição, é dos meus pais, **Oliveira é de Portugal** (Valmir, 2023).

Além disso, há também na narrativa de Selma uma indicação de que, desde o início do processo escravagista na região, houve resistência das pessoas negras: " Quando os brancos vinham, pra pegar, pra chicotear eles, aí **eles se refugiaram** [...] um pouco lá na fazenda Campos Novos, um pouco lá numa área ali no Rio Una, pra dentro, numa caverna que tem por ali" (Selma, 2023).

Agora, sob o ponto de vista conotativo, a pergunta analisada suscitou nos moradores do Quilombo da Rasa, em Búzios, rememorações que remetem a uma territorialização aproximada entre 375 e 170 anos atrás (séculos XVIII e XIX). Essas afirmações baseiam-se nos aspectos históricos das entrevistas de Selma, Adonis e Valmir. Retomemos trechos das entrevistas dos pescadores artesanais da Praia da Gorda:

> Eles [...] vieram pra cá num navio e desembarcaram ali na Praia Rasa, da qual tem dois piquetes ali ainda que era onde o navio negreiro atracava ali. - Disse Selma (Selma, 2023).

> Minha família...a origem são negros [...] quilombolas. Tem umas histórias que contam dos navios negreiros, que os primeiros negros vieram para cá. – Respondeu Adonis (Adonis, 2023).

[125] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

Com base nessas narrativas, podemos afirmar que havia pessoas escravizadas vivendo no Quilombo da Rasa há pelo menos 170 anos, conforme De Cristo (2023), desde 1845, na Praia da Rasa, também conhecida como Praia dos Negros, quando foi ampliada a rota de tráfico de pessoas escravizadas. A narrativa de Valmir, também compactua com a do historiador:

> Ao chegar da África, os que desembarcavam aqui, na ponta do Pai Vitório, ou lá na Praia dos Ossos, [...]. Após o José Gonçalves, que era o maior mercador de escravo do Brasil, chegar para escolher aquele que eles queriam. Então [...] esse pessoal todo, era batizado na Igreja de Santana e levado para a Casa do Sino (Valmir, 2023).

A interpretação destes dados conota uma ocupação territorial das pessoas escravizadas em Armação dos Búzios desde pelo menos 1640, quando foi construída a Igreja de Santana, ou seja, há 375 anos.

Apesar de as entrevistas das pessoas não quilombolas não oferecerem margens para análises mais abrangentes em relação à temporalidade, a entrevista de Margareth (2023) aponta a possibilidade de sua ascendência materna ser de origem indígena, pois ela afirma: "A família da minha mãe, a maioria, até ela, todos nasceram em São Pedro da Aldeia". Esta premissa analítica sobre a possível ascendência indígena de Margareth é corroborada pela entrevista do historiador Pierre de Cristo:

> Entre Massambaba e Praia Grande existia um aldeamento muito grande. Até o processo de catequização, quando chega a Companhia de Jesus, aqui em São Pedro da Aldeia, quando ele recebe aquele aldeamento, aí sim, começa a vir indígenas de fora, como os Guarulhos, os Puris e os Goitacazes. E eles já vêm num processo de escravidão religiosa. Eles já vêm catequizados para formar o aldeamento de São Pedro da Aldeia. Até então, os que viviam nesse lugar, Arraial do Cabo. Toda essa faixa litorânea, predominantemente eram os tupinambás (Pierre de Cristo, 2024)[126].

Finalizando as análises deste quadro, dedicamo-nos a compreender como as pessoas entrevistadas percebem a relação entre a cidade onde moram e a pesca artesanal (3.1.3). No âmbito denotativo, todas as respostas à questão "existe uma relação entre a cidade onde você mora e a pesca artesanal?" apontando para uma relação indissociável e ancestral entre a pesca artesanal e a cidade onde vivem as pessoas entrevistadas, a qual é considerada "o" meio de subsistência histórico e, desde tempos imemoriais, a principal atividade econômica das populações originárias;

[126] Entrevista concedida em maio de 2024, em Armação dos Búzios-RJ.

atualmente, é também a principal atividade das pessoas mais carentes e necessitadas.

Em Arraial, Margareth destaca o aspecto artesanal da pesca, em especial a pesca de cerco realizada tradicionalmente na cidade, até os dias de hoje, orientada pela figura do vigia (um dos membros da companha das canoas). Cleuzinha e Otávio ressaltam, consecutivamente, outras atividades produtivas realizadas além da pesca, como a atividade salineira na época da escravidão (séculos XVIII ao XIX) e o trabalho industrial na empresa Álcalis (século XX).

Os pescadores artesanais quilombolas de ambas as cidades pesquisadas ressaltam em suas narrativas quesitos ancestrais e tradicionais, elementos da cosmologia africana bantu, bem como o fato de que a pesca artesanal na região é realizada há séculos por pessoas negras aquilombadas, de forma cotidiana. Adonis (2023) responde que “de 200 anos atrás pra 300 anos atrás esses pescadores estão aqui. Todo dia”; bem como o fato de a atividade pesqueira da região ter suas origens na África em que Selma (2023) traz que “meu pai sempre falou para mim. Ele sempre contou não só para mim, para os filhos todos. [...] quando vieram para cá eles já vieram sabendo pescar, porque lá eles faziam essa pesca”.

Quadro 22- Aspecto 3: Ancestralidade - elemento rememorações quilombolas

3.3.1 Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?
BÚZIOS
3.1.4 Para você o que é ser quilombola? Você se considera quilombola? Por quê?
A) Selma, 1972 - quilombola, marisqueira e beneficiadora
Eu sou quilombola, sou negra mesmo. Porque o meu pai já falava, nós somos o povo negro quilombola. Então, desde sempre, eu me declaro quilombola. Eu nasci quilombola. Tá no meu sangue. [...] Quilombola, pra mim, é a nossa tradição que nós temos aqui. É a comida que nós fazemos. O nosso café é café com batata doce, com aipim, com abóbora. Meu pai mesmo fazia e eu gosto muito. Abóbora, cozinha com casca e come ela com casca com café da manhã. Muito gostoso. É a tapioca, é a sola, é o biju, é a costela, feita da massa da farinha. É a canjica nossa aqui, que é quilombola. Galinha caipira com aipim. Galinha caipira com quiabo. O angu, o mocotó que a gente faz. Tudo isso pra gente é uma tradição quilombola. Fora a comida, as plantações que a gente tem, mexer com a terra. É a criação que a gente tem no sangue, de criar [...] como eu tinha porco, tenho galinha, crio pato. Amo criar. Desde pequena. A minha primeira galinha que eu tive, uma franguinha, foi minha mãe que me deu. E ali aquela franguinha me deu uma produção de nove crias. Então dessas nove crias eu fui produzindo e fui multiplicando. E daí nunca mais eu parei de criar. Eu não consigo ficar sem ouvir um pintinho piando no quintal. Então a comida, as criações. As criações, a pesca. Tudo isso é tradição quilombola. É nossa tradição quilombola. [...] Ah, ser quilombola pra mim é tudo. É a raça, é... sei lá, é a raça, é a cor. É o meu jeito de ser. É um jeito que você não manda recado, você fala. É o jeito de agir. Eu sou muito ativa. Se eu ver uma situação, eu não deixo aquela situação passar. Se eu ver uma pessoa precisando de um socorro, eu não vou deixar de socorrer. Meu pai era assim também.
B) Valmir, 1960 - quilombola, pescador de linha
Eu sou quilombola porque os meus avós são africanos. [...] porque a minha avó veio de Angola, o meu avô veio de Angola. Daí os meus familiares vieram de Angola e quando terminou a escravidão aqui, a minha mãe estava com cinco anos de idade que ela trabalhou junto com minha vó, a Antonina, trabalhou escrava com a minha mãe naquela luta, até os cinco anos de idade. E ela tá aí, viva, cheia de saúde, graças a Deus, com 113 anos. [...] Aqui em Búzios recebemos um povo muito grande na ponta do Pai Vitório [...] entre elas [...] veio os meus familiares, que veio de Angola, né? [...] Escravizados. [...] Eu me considero um quilombola porque... quando você começa a observar que eles (os antepassados) vieram da África pra cá. Repatriado de

Angola, de Congo, de Senegal, vieram pra cá pra Búzios. Eles enfrentaram o oceano atlântico sem saber onde eles iam chegar. Morreram acorrentados. Então o nosso povo, morreram muita gente, sofrendo muito. A base dos chicotes, quando chegaram aqui sem comer, sem ter o que beber e trabalhando em serviço árduo e duro, então isso me emociona muito. Então ser quilombola é resistir, é resistência, é a força, é o domínio de um povo que não deixou-se abater. [...] Ser quilombola é tudo. É o reconhecimento de uma história, de um povo sofrido, que construiu o Brasil. O que me dói mais, na alma, é que depois de a gente ter construído todo o país, o Brasil foi construído pelos negros, pelos afrodescendentes, pelos escravos. Muitos deles morreram. E quando o Brasil começou a se estabelecer, uma vez que o negro construiu tudo isso, ficou liberto. E o que passou a viver? Eles não tiveram direito de terras, máquinas. O Banco do Brasil hoje ele já tem mais de 150 anos, eles tiraram todos os direitos das pessoas escravizadas e deram para os imigrantes. [...] Então eles passaram agora a ter um negro livre, tá, um negro livre, trabalhando, escravizado pra eles, mas que era livre, ele tá aqui porque ele quer, ele é livre. [...] Mas ele dependia daquilo porque ele não teve direito a terra, nem máquina, nem nada, que teve foram os imigrantes.

A gente manteve a nossa espécie, (...) a tradição de pesca, vamos falar aí, há 250 anos que veio oriundo da África, com o nosso pessoal. A gente mantém a tradição de comida. O que eles faziam naquela época é quase impossível de permanecer hoje, porque os nossos filhos, eles já vão, não, se adaptando a uma nova vivência de um mundo mais moderno. Mas, naquela época, a gente não tinha a comida. A comida, de fato, era mais a base de... final de semana, uma carne de porco, uma galinha, da terra mesmo, ou muita base de orucum. Hoje, já não existe mais aquela reza que eles faziam, chamado ladainha, que era, começava o domingo às 6 horas da manhã, terminava às 6 da tarde. Naquele dia era uma festa imensa. A comida era a base de galinha, carne de porco, peixe não podia comer. Aqui sempre foi uma praia de muito peixe. Eu cheguei a ver ali, 3 mil quilos de peixe arrastado ali na beira da praia. Mas, eles, final de semana, não comiam peixe, era tradição deles. Tinha na Maria Joaquina, na casa do falecido Boco, que é o bisavô da Jane Presidente da Sociedade da Revolução. Tinha o chamado dança do Bumba-meu-boi [...] então ele ficava dançando com aquilo assim, jogava em cima das crianças, até aí, bem criança. Brincamos muito de Bumba-meu-boi. O Jongo também, da mesma forma. O Jongo era feito lá, e era feito lá na casa do falecido Boco, e também era feito no Cruzeiro, na casa da dona Cecília, que faleceu agora, também, com 100 e poucos anos. Na casa dela tinha um Jongo.

C) Adonis, 1988 - quilombola, pescador de linha

Claro que eu sou quilombola. Não tem pra onde correr. Tá na cara, tá mostrando aí a pele, Negra. Negra. Pela cultura também, pela cultura dos antepassados. Que é um povo que gosta muito de plantação, de roça. Aí vem as casas de farinha. Aí tem muita cultura, muita cultura boa aqui. E faz parte da nossa família. [...] Ser quilombola é ser nativo do lugar. É ser... como é que fala? Minhoca da terra.

3.1.5 O que você sabe sobre o quilombo onde mora e sobre a origem dele?

A) Selma, 1972

Bom, veio um pessoal [...] de fora que lidava com o Quilombo, né? E aí chegou aqui, começou a procurar quem queria fundar, descobriu que aqui tinha um povo negro e que a nossa descendência era africana. Então ali ela começou a fazer contato com a tia Uia e um dia ela veio com o pessoal para poder fazer, fundar uma associação quilombola no bairro da Rasa. E aí começou a fazer essa associação. Associa as pessoas. O tio Valmir tem até documento, até eu tenho esse documento aqui no meu telefone [...] que ele enviou para mim. E é isso. Já tinha já essa noção que todos eram quilombo. Porque quando eles vieram para cá, vieram como quilombo. A única coisa que não tinha em 1996 era a associação e uma... Para se chamar de entidade quilombola. Entendeu?

B) Valmir, 1960

Baseado na nossa história aqui, então, veio o deportado de Angola, o Príncipe. Portugal precisava das terras dele lá. Foi um dos que originou também a nossa família. A nossa gente aqui. O Príncipe Ziolêle (Zimbalelê) [...] veio escravizado. Portugal precisava das terras dele em Angola porque tinha minério de ferro, minério de ouro. Roubaram dele. Ele não podia ser morto lá, porque ele era filho de rei, ele era príncipe. Veio aqui pro Brasil e veio exatamente pra Rasa. Chegou aqui, veio pra nossa praia aqui ao lado, onde originou-se as cento e quarenta famílias que moravam aqui. Que moravam aqui do lado, na nossa praia, do Una, que ia até a Praia da Gorda que é do lado aí, e que tiravam o sustento pra eles sobreviverem do Mangue de Pedra, que só existe três no mundo. [...] E aí eles tiravam o sustento deles ali e viveu aqui até os familiares. Trouxe de lá na cabeça deles a construção desses barquinhos que é... Só existe aqui esse tipo de barquinho construído, aqui. Os caícos, [...] a forma com que eles são. Isso veio na cabeça do Ziolelê (Zimbalelê) e fez os familiares que vieram de lá. E foi passando de pai para filho, para o seu Guilherme, que era o seu neto. E veio passando assim para o seu Andrilino, que era o seu tataraneto. E assim veio, chegou até os nossos dias que permanece. Então esse tipo de pesca que a gente faz através dos nossos ancestrais que chegaram via Angola, há 250 anos atrás, e nós vivíamos ali. E foi então príncipes que viviam aqui até o final da vida deles, que originou uma grande família que habitou toda a Rasa.

[...] Conhecendo a nossa história, o nosso povo, a nossa gente, a dança afrodescendente, a dança que era praticada aqui do bumba meu boi, a dança do boi bumbá, a reza da ladainha, toda essa história que é essa cultura que era produzida pelos meus familiares. Foi aí que que despertou em todos nós um conhecimento da história nossa. Como nós chegamos aqui. E aí essa história nos proporcionou a buscar novos estudos e a descoberta de toda essa nossa vivência, do nosso povo, da nossa gente. Foi aí então que eu tive a felicidade de fundar quase todas as associações de quilombolas aqui da região, pelo fato do conhecimento da nossa história, da nossa gente, do nosso povo [...].

[...] Uma história, por exemplo, é a história do dia em que tentei inscrever Associação de Quilombola (no Programa Fome Zero). Essa história é muito engraçada e eu até acho um pouco bonito e ao mesmo tempo

um pouco triste. (Estava) em São Paulo, com a ministra Matilde (Ribeiro), ministra da Igualdade Racial na época, aonde ela estava inscrevendo as associações de quilombolas de todo o Brasil e eu tentei inscrever a Associação de Quilombola da Rasa no programa Fome Zero aqui de novo. E [...] naquela noite em São Paulo, numa grande reunião [...] a ministra me disse Valmir, "eu não vou inscrever a sua associação no programa Fome Zero, porque Búzios não tem pobre". E aí eu fiz um desafio à ministra "Ministra, a senhora precisa ir lá conhecer a nossa história." E ela veio. Eu fiz uma reunião aqui na Praça da Rasa, ali na igreja, com 400 pessoas. E ela então veio com toda a sua equipe, todo o seu grupo. E eu levei ela em alguns pontos de bolsão de pobreza no município de Armação dos Búzios. Foi o tanto que ela voltou chorando, e naquele momento ela disse "Associação de Quilombolas da Rasa está inscrito a partir de hoje no programa Fome Zero, porque eu não sabia. Eu conhecia o glamour de Búzios, mas não sabia que Búzios tinha bolsões de pobreza tão grande quanto esses". Essa foi uma história que ficou marcada na minha vida.

C) Adonis, 1988

Ah, eu não tenho muita informação não. De a origem, de onde veio. Mas, a pouca informação que eu tenho é dos navios negreiros da África, que desembarcaram aqui no Pai Vitório. Aí foi se originando a família.

3.1.6 Qual a história mais antiga que você conhece sobre o quilombo onde vive?

A) Selma, 1972

A minha lembrança mais antiga e feliz que eu tenho daqui do Quilombo da Rasa era quando eu saía com meu pai para a pesca. Era quando eu saía com meu pai pra ir pra roça. Era quando eu saía com eles pra ir, pra fazer farinha. Gostava muito de rodar o rodete, rodete era meu e ninguém rodava. Eu tinha que rodar o rodete. [...] Sim, a casa de farinha que tinha bastante... Nosso Quilombo aqui era plantação, farinha, criação, né, meu pai tinha uma casa de farinha, a minha tia Chica tinha uma casa de farinha, Maria Joaquina tinha uma casa de farinha no quintal da vovó Eva, lá morava Maria Joaquina. Então a gente fazia farinha nesses cantos toda, onde tinha a casa de farinha, Né? Eles combinavam, às vezes meu pai levava mandioca daqui pra outras outras casas de farinha e lá juntava tudo, fazia tudo junto, depois dividia alqueire e alqueire e por aí afora, né? Biju a mesma coisa, né?Quando ele fazia lá na casa de farinha dele, ele tirava ali meio alqueire, um alqueire, tantos alqueire pra levar pra outros lugares, outros quilombo.

B) Valmir, 1960

A gente manteve a nossa espécie (...) a tradição de pesca, vamos falar aí, há 250 anos que veio oriundo da África, com o nosso pessoal. A gente mantém a tradição de comida. O que eles faziam naquela época é quase impossível de permanecer hoje, porque os nossos filhos, eles já vão, não, se adaptando a uma nova vivência de um mundo mais moderno. Mas, naquela época, a gente não tinha a comida. A comida, de fato, era mais a base de... final de semana, uma carne de porco, uma galinha, da terra mesmo, ou muita base de orucum. Hoje, já não existe mais aquela reza que eles faziam, chamado ladainha, começava o domingo às 6 horas da manhã, terminava às 6 da tarde. Naquele dia era uma festa imensa. A comida era a base de galinha, carne de porco, peixe não podia comer. Aqui sempre foi uma praia de muito peixe. Eu cheguei a ver ali, 3 mil quilos de peixe arrastado ali na beira da praia. Mas, eles, final de semana, não comiam peixe, era tradição deles. Tinha na Maria Joaquina, na casa do falecido Boco, que é o bisavô da Jane Presidente da Sociedade da Revolução. Tinha o chamado dança do Bumba-meu-boi [...] então ele ficava dançando com aquilo assim, jogava em cima das crianças, até aí, bem criança. Brincamos muito de Bumba-meu-boi. O Jongo também, da mesma forma. O Jongo era feito lá, e era feito lá na casa do falecido Boco, e também era feito no Cruzeiro, na casa da dona Cecília, que faleceu agora, também, com 100 e poucos anos. Na casa dela tinha um Jongo.

C) Adonis, 1988 - quilombola, pescador de linha, aquicultor

Pesca artesanal é o modo de sobrevivência que o povo tem aqui, sempre teve. Antigamente [...] assim que eu nasci,88, 90 [...] não tinha mercado. O pessoal vivia de barganhar, de troca. Um dava o arroz, o outro dava o feijão, a farinha, aí fazia aquela troca. Cada um vinha com 150 quilos de pescada. Hoje em dia, vem com duas, três pescadinhas. Como vocês viram ali. É tipo assim, antigamente o pessoal dava, arrastava a rede aqui na beira dessa praia aqui. E um arrastão só enchia um caminhão de peixe. Aí os peixes que não queriam, eles levavam, dava para o povo, E o resto enterrava na areia, porque não tinha como levar. Era muita fartura antigamente aqui. Hoje em dia tá muito fraco.

3.1.7 Conte uma história de sua família relacionada ao quilombo.

A) Selma, 1972 - quilombola, marisqueira e beneficiadora

Isso eu nunca contei pra ninguém, mas eu vou contar aqui. A gente começava aqui nessa praia. A gente passava aqui pelo trilho aqui. Saía pela beira da outra praia, que já vai dar lá na Rasa, no Mangue de Pedra. E ali papai mostrava pra gente, ó. [...] Tem uma pedra vermelha, grande, comprida. Na reta de um lugar ali na praia, que ele sempre me mostrava. Nessa pedra tem o chicote, quando os carroceiros batiam nos cavalos aí. Bateu na pedra e ficou a marca do chicote. Tem a roda da carroça. Tem a marca do pé do burro. E tem a pata do cachorro. Tudo nessa pedra, porque eles passavam por ali. Era caminho deles passar. Então se ali era caminho deles passarem, significa que o mar era bem pra dentro. Porque essa pedra hoje, ela tá bem dentro do mar. [...] A gente só vê ela na época da lua, que a maré seca, que vai longe. Aí a gente já tem que pegar a maré secando pra poder conseguir ver essa pedra. Meu pai sempre me mostrava essa pedra. Quando a gente ia pegar, principalmente quando a gente ia pegar lagosta. Pegar lagosta. Contar a história pra você, na beira da praia, eu vou chorar.

Então, a história que eu posso contar, assim, que é uma história que tá na memória era a história quando a gente ia pra roça, colher, arrancar mandioca pra fazer farinha. Aí a gente vinha com um cesto de mandioca na cabeça. Quando era cesto, era bacia de mandioca. Ali papai colocava aquela mandioca toda em um canto. E a gente sentava de faca, raspando a mandioca, porque não é descascada, é raspada. Só pra tirar a casca de cima. Muitos descascam, né? Mas a mandioca não é descascada, ela é raspada. E ali a gente jogava ela pra um canto pra lavar, um tacho grande pra lavar. Dali, bem lavada, ela ia pro cevadouro, pro moinho. Aí tinha a

cevadeira, sentava. E lá, quando não era minha mãe, era minha madrasta, que era as duas que cevavam, meu pai também cevava. Dali a gente fazia toda aquela trajetória. Tirava dali do coxo do moinho, que chamava coxo, né? Porque era tipo um barco debaixo do moinho. Então moia em cima, caía tudo esfarelado lá embaixo. E a gente ia tirando, podendo deixar render muito pra não entornar. Dali a gente levava pra prensa. Prensava com bastante peso. Era um caixote de madeira, uma tampa. Aí botava bastante pedra em cima. Depois tinha umas pedras grandonas, amarradas. Aí a gente descia. Até espremer bem, espremedinho. Mas antes disso, a gente forrava toda a prensa com folha de bananeira ou folha de coco. [...] Depois de imprensado, o líquido descia. A gente colhia, deixava sentar, pra poder tirar a goma pra fazer a tapioca. Dali a gente tirava a massa da prensa, já ia pra peneira. Peneirava tudo aquilo ali, tirava o grosso. Pro era ia pros bichos, pra criação. E o fino da farinha... A gente já ia pro forno. [...] Ah, eu tinha uns... Sete anos, oito anos. Eu era bem criança.

B) Valmir, 1960

A história da minha família é que a gente construiu tudo isso que vocês possam ver. A minha família ajudou a construir. A história que vou te contar é um pouco triste. Quando os fazendeiros tentaram tomar as terras da Rasa, e que chegaram a tomar, que tomaram boa parte das terras da Rasa, ele soltava bois de raça da nerole, bravíssimo. E minha mãe passando aí nessas matas aqui da Rasa onde morava minha irmã, para a casa dela na Maria Joaquina, ela estava grávida e uma daquelas vacas que saíram atrás da moita, atacou minha mãe. E minha mãe com a barriga grande, de oito meses de gravidez, e com uma criança de dois anos na canguta dela, ela era devota de Nossa Senhora. Ela gritou assim, e deu um soco com a mão esquerda nas ventas, cara da vaca, que o sangue escorreu, a vaca sapateava assim, mas não conseguiu vir mais em cima dela. E aí ela foi levada para casa, tiveram que serrar a aliança do dedo para tirar, ela ficou muito machucada, mas sobreviveu.

C) Adonis, 1988

Ah, aqui sempre foi bem simples. Aqui é um povo muito quieto, um povo de paz. E a gente procura viver assim, ó, na beira da praia. Claro que todo mundo tem seus trabalhos, mas na hora de lazer. É, a beira da praia que a gente se acha mais nativo da terra. Que nossa família toda foi criada aqui na praia, junto com esses pescadores aí, ó. Recebendo peixe, para poder se alimentar. É, antigamente tinha mais fartura.
Antigamente, né, que o povo era unido, como eu te falei, se juntava todo mundo pra vir pra praia, pra dentro da praia, passava por esses caminhos que você acabou de falar agora, que não era rua, era trilha, só as trilhas por dentro do mato. Aí quando a gente vinha pra praia, né, que era criança ficava brincando aqui o dia inteiro, minha mãe e o pessoal das tias, todo mundo era junto, né, se davam bem, hoje ninguém se dá bem mais. Aí, eu ficava só brincando, né, tomando banho, correndo pra lá e pra cá, cortando o pé nas ostras. Aí quando a gente ia pra casa, passava por essa mesma trilha, e a gente ia se alimentando daqui pra lá. Comia, tinha banana no meio do mato, jamelão, araçá, laranja. A gente fazia uma feira, né, vinha aqui no mar, aqui. Jogava os peixes. Nessa época eu não pescava, né, porque era muito novo, ninguém me levava. Aí quando ia pra casa, já ia se alimentando pelas frutas no mato. Era muito bom, era. Goiaba, muita fartura, tangerina. Chegava em casa de barriga cheia.

3.1.8 Qual a lembrança mais antiga que você tem sobre sua vivência no quilombo?

A) Selma, 1972

A gente ia pro poço, lavava roupa e juntava aquela porção de mulher. Ia pra beira do poço. Esse poço ainda existe ainda. É um poço de batata. Ele existe atrás da casa da minha irmã. Aí a gente ia pra lá. Esse poço tem história pra contar, filha. A gente descia, pegava água, trazia lata d'água na cabeça. Era bacia de roupa. Naquela época era só trilho, não tinha caminho, não tinha rumo, não tinha nada. Era só trilho e mato. Mato, mato. Aí ali nesse poço a gente dava muito passarinho. Então a gente pegava muito passarinho. A gente fazia esparrela. Laço, pra pegar sabia-poca. Muita sabia-poca ali. A gente tirava dias pra poder limpar esse poço. Então a gente entrava nesse poço, que ele não era um poço fundo. Era um poço raso. E a gente limpando uma vez até ele tava dando pouquíssima água, uma pouquíssima água mesmo. Aí nós fomos pra limpar, porque era toda a família que pegava água nesse poço. E nós fomos pra limpar o poço e acabou que nós descobrimos um outro minador. E um minador bem elevado. Jorrava água com vontade. Pra nós conseguir limpar o poço, tivemos que tapar esse minador pra poder a gente limpar o poço. Depois a pessoa que tava lá dentro, pra poder soltar o tampão, pra poder a água não ficar suja, porque era água que a gente bebia também, A gente fazia tudo com aquela água. Era água pra beber, era água pra cozinhar, era água pra lavar roupa, era água pra tomar banho. Era água pra tudo. Entendeu? E... uma vez a minha avó, a minha avó, ela sumiu. Ficou uns três dias sumida. E nós procurando, procurando, procurando, procurando. E nada de achar a minha avó. Aí foi que alguém teve a ideia de ir nesse poço. Aí quando chegamos lá no poço, ela tava lá dentro do poço. E o poço todo arranhado. De unha, de dedo dela, que ela tentando subir, mas não conseguia, porque ela era pequenininha. Quase, quase, quase a gente perdeu ela dentro desse poço. [...] A vovó Eva foi escravizada. A minha avó Delayde foi escravizada. A minha avó Nedina, que é a mãe do meu pai, foi escravizada. Era a fazenda Campos Novos. E muitos se refugiaram numa caverna que tem ali, pra dentro do Rio Una. Essa caverna ainda existe ainda. [...] E tem uma casa também aqui na Praia Rasa, se você for lá, eu vou te mostrar, mas é proibido entrar lá. O dono não deixa ninguém entrar. Dentro dessa casa tem corrente, tem... aquelas pulseiras que colocam...Os escravos foram escravizados ali nessa casa. Então essa casa, praticamente, ela serviria até pra ser um museu escravo. Mas...a gente não pode entrar.

B) Valmir, 1960

A mais antiga de todas, tal, é quando a gente habitava aqui na nossa praia e eu cheguei e meus pais, meu pai que era pescador de rede, ele não era pescador lá no mar, era de rede que se puxava assim de arrastão de praia. Então eu chegava a ver assim, eu garoto de oito, nove anos, chegava a ver três, quatro mil quilos de peixe aqui na nossa praia e que aí meu pai, a gente chegava lá pra praia e dizia, ó, vai buscar os animais, os cavalos que nós tínhamos, tinha muitos cavalos com aquele jacá [...] e aqueles que chamavam de cangália, botava em cima do animal e a gente vinha com os animais pra praia pra encher de peixe e levar pra nossa casa. Maria Joaquina passava por ali, chegava lá e ficava a noite toda escalando o peixe. Então, assim, [...] todas as famílias aqui tinham cerca de duzentos, trezentos quilos de peixe seco e salgado em casa, de água

salgada, e tinha uns setenta quilos de peixe de água doce. Aqui tinha muito peixe de água doce também. O Rio Una [...] atravessava toda ali aquele pântano chamado Malhada e que hoje está estritamente poluído.
C) Adonis, 1988
Antigamente (no final da década de 1980) eram poucas famílias aqui na Rasa, no máximo dez. E todo mundo se conhecia. Não tinha energia, tudo na lamparina, na vela. E televisão ninguém tinha. Todos os descendentes de pessoas escravizadas não tinha televisão. Aí quem tinha um rádio, aí corria todo mundo pra poder ouvir as novelas, as notícias no rádio. De umas dez casas dessas, acho que uma só tinha um rádio. Teve uma história de uma pescaria aqui (onde) sortearam um rádio. Ninguém tinha rádio, ninguém tinha nada. Aí, meu avô (Otacílio Gonçalves), perdeu por uma pescada. Que teve outro rapaz que matou 98 quilos, meu avô matou 96.
ARRAIAL
3.1.9 Comente sobre essa questão da Prainha ser um território de quilombo urbano
D) Cleusinha, 1962 - quilombola, marisqueira e beneficiadora
E eu vou explicar um pouquinho do que até do meu entendimento do porque a Prainha é denominada Quilombo Urbano atualmente. Porque aqui é onde concentra a maioria dos negros. Mas aqui não é só negro, são pessoas que, por exemplo, a cidade atual de Arraial do Cabo não dá oportunidade, vem na Prainha e nós abraçamos a causa. E principalmente, quem é a classe mais impactada dentro do território nacional, é o negro. E a Prainha tem essa coisa de abraçar o negro. Como que nós fazemos o pobre e o negro, né, que é a maioria negra? Então surgiu do tempo que o pessoal fugia dos quilombos, lá da Rasa e de Baía Formosa e vieram para Arraial do Cabo porque vieram pra Arraial do Cabo do que pra Praia dos Anjos, que só tinha gente branca descendente de português. Se refugiavam na Prainha porque homens brancos da Praia dos Anjos se casou com escrava ou descendentes de escravos negros, as famílias não aceitavam. Então eles faziam casinha pro lado de cá, que é daqui da praia, do lado do muro, do cemitério pra cá. Aí começa aí começava a Prainha e depois começou a começar a Praia Grande, no qual muitos anos atrás quiseram fazer um muro ali pra fechar a Prainha, pra separar a Prainha do restante da cidade. Mas isso é uma outra parte que a gente tem que relembrar com pessoas mais adultas do que eu.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Em relação às respostas ao conjunto de perguntas do item 3.1.4, “Para você, o que é ser quilombola? Você se considera quilombola? Por quê?”, observa-se que, do ponto de vista denotativo, todas as pessoas do Quilombo da Rasa se identificam prontamente como quilombolas e valorizam sua origem.

Além de se autoidentificarem com traços fenotípicos de pessoas negras (cor da pele e raça), os entrevistados apontam diversos elementos que caracterizam sua identidade quilombola, como: o respeito à tradição e à história familiar oriunda do escravagismo; a ascendência de africanos angolanos escravizados; o domínio de tecnologias agrícolas para cultivo e processamento de alimentos (plantações, roças e casas de farinha); as práticas pecuárias (criação de animais para consumo, como galinhas, porcos e patos); e as tecnologias de pesca. Também destacam a resistência física, psicológica e social; a ênfase na vida coletiva; e a importância da vida familiar e comunitária, impulsionada pelo compartilhamento de refeições (batata-doce, aipim, abóbora, tapioca, sola, biju, costela de farinha, canjica, angu, mocotó e galinha caipira com aipim, quiabo e urucum). No âmbito pessoal, valorizam características como ser ativo, prestativo, solícito e nativo do lugar.

Além disso, mencionam atividades culturais realizadas coletivamente como forma de celebração, muitas vezes ligadas à religiosidade (ladainhas), ao jongo e ao

bumba-meu-boi. É recorrente a citação de uma mulher conhecida como Maria Joaquina, tanto como pessoa quanto como localidade.

Do ponto de vista conotativo, a narrativa de Selma revela a forte influência familiar em sua identidade e modo de vida quilombola, tanto por parte materna quanto paterna, com ênfase nos ensinamentos paternos adquiridos durante a infância (meados das décadas de 1970 e 1980). No caso de Valmir, sua narrativa destaca a influência materna como fator essencial na transmissão de sua identidade quilombola.

No entanto, o fato de sua mãe ter vivenciado a escravidão, ter sido a matriarca do quilombo e ser uma pessoa longeva (113 anos no momento da entrevista) permitiu que Valmir tivesse acesso a narrativas memoriais muito antigas de seus familiares, a ponto de rememorar histórias orais ancestrais, como a presença da pesca artesanal em seu território há mais de 250 anos. Com isso, Valmir (2023) ressalta que “a gente manteve a nossa espécie, (...) a tradição de pesca, vamos falar aí, há 250 anos que veio oriundo da África, com o nosso pessoal".

Essa rememoração, datada (remete à década de 1773), é um dos mais importantes achados de nossa pesquisa. Mesmo que os ensinamentos sobre a origem comunitária do Quilombo da Rasa estejam chegando com menos ênfase nas novas gerações, como conota as narrativas de Adonis, até mesmo ele, a pessoa mais jovem entrevistada nesse quilombo, apresenta uma narrativa voltada pela transmissão de conhecimentos via familiar, atribuindo a sua identidade quilombola a uma naturalidade que relaciona sua ancestralidade à ocupação territorial em que Adonis (ano) traz que "ser quilombola é ser nativo do lugar. É ser... como é que fala? Minhoca da terra".

No âmbito dos achados obtidos com as respostas à pergunta 3.1.5, “O que você sabe sobre o quilombo onde mora e sobre a origem dele?”, pelo prisma denotativo, podemos inferir que as pessoas entrevistadas no Quilombo da Rasa atribuem ao seu território atual uma origem relacionada ao escravismo imposto às pessoas africanas. Na entrevista de Valmir, encontramos mais detalhes narrativos memoriais que embasam a nossa tese em relação ao fato de existirem contribuições reais dos negros para a pesca artesanal em Búzios. Tais contribuições estão presentes na criação, pelos negros da terra, da embarcação conhecida como “caico” e também no modo de pescar da região:

> O Príncipe Ziolêle (Zimbalelê) [...] veio escravizado. Portugal precisava das terras dele em Angola [...]. Veio aqui pro Brasil e veio exatamente pra Rasa. [...]. Trouxe de lá na cabeça deles a construção desses barquinhos que é... Só existe aqui esse tipo de barquinho construído, aqui. Os caícos, [...] a forma

> com que eles são. Isso veio na cabeça do Ziolelê (Zimbalelê)[..]. E foi passando de pai para filho, para o seu Guilherme, que era o seu neto. E veio passando assim para o seu Andrilino, que era o seu tataraneto. E assim veio, chegou até os nossos dias [..]. Então esse tipo de pesca que a gente faz através dos nossos ancestrais que chegaram via Angola, há 250 anos atrás. – Respondeu Valmir (Valmir, 2023)[127].

Já, do ponto de vista conotativo, a partir das rememorações obtidas, pode-se inferir que, apesar de as três pessoas entrevistadas serem parentes entre si (tia/prima, tio/primo e sobrinho), elas não compartilham o mesmo nível de conhecimento sobre suas origens, conotando uma falta de entrosamento e manutenção cultural difusa entre elas, o que enfraquece a perpetuação de suas memórias. Selma ressalta rememorações mais substanciais sobre um momento histórico recente, referente ao processo de pesquisa e reconhecimento institucional do Quilombo da Rasa, por meio da criação da Associação Remanescente de Quilombo da Rasa, em 2003, embora ela tenha citado o ano de 1996. Adonis, sendo o entrevistado mais jovem deste grupo, conota que os ensinamentos repassados a ele são restritos e fazem referência ao tempo dos navios negreiros.

A narrativa de Valmir, por sua vez, revela um domínio da história oral de seus antepassados, e o fato de esse conhecimento ter lhe proporcionado protagonismo nas ações coletivas, que resultaram na oficialização do Quilombo da Rasa perante os órgãos públicos, além da adesão ao Programa Fome Zero[128]. Mesmo que Valmir tenha mencionado o fato de que a família de seu ancestral africano, o príncipe Zimbalelê, tenha sido "roubada" durante a invasão colonialista ocorrida em Angola, sua narrativa também sugere uma certa “normatização” e aceitação ideológica das estratégias colonialistas de dominação e expropriação das riquezas naturais das cidades colonizadas. Para melhor compreensão desta percepção, destacamos em negrito as palavras reveladoras de significação mencionadas,

> Veio **deportado** de Angola, o Príncipe. **Portugal precisava das terras** dele lá. Foi um dos que originou também a nossa família. A nossa gente aqui. O Príncipe Ziolêle (Zimbalelê) [...] veio escravizado. Portugal **precisava das terras dele em Angola** porque tinha minério de ferro, minério de ouro. Roubaram dele. – Respondeu Valmir (Valmir, 2023).

---

[127] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

[128] Nota da autora: trata-se de uma política pública de assistência social, criada pelos governos do PT, para o enfrentamento da subnutrição no Brasil.

Notoriamente, o príncipe não foi “deportado”; sua família foi expropriada. Ele foi feito refém, despojado de sua verdadeira identidade, escravizado e comercializado como um objeto. Portugal não “precisava” das terras e riquezas de Angola. O que o país europeu fez em Angola foi invadir, matar e escravizar a realeza angolana para roubar suas riquezas minerais em benefício próprio.

É importante contextualizar que as lembranças de Valmir apresentam um certo contrassenso sobre a presença do príncipe Zimbalelê na Rasa e sua descendência. Durante o terceiro momento da pesquisa de campo, ao aprofundarmos as conversas sobre o tema, Valmir nos informou que o príncipe se chamava Avelino Ziolelê. Em um momento posterior, ele apresentou-nos um descendente direto desse príncipe, seu bisneto, Luiz de Oliveira de Souza. Em um contato informal, Luiz esclareceu que Avelino José de Souza é, na verdade, seu avô e que Zimbalelê é o nome correto de seu antepassado da realeza angolana.

As próximas análises considerarão as respostas às duas questões: “3.1.6 Qual a história mais antiga que você conhece sobre o quilombo onde vive?” e “3.1.7 Conte uma história de sua família relacionada ao quilombo.” Faremos essa análise em conjunto, pois, embora as respostas sejam diferentes, elas se complementam no contexto narrativo.

No âmbito denotativo, as histórias antigas vivenciadas no quilombo (3.1.6) narram a prevalência da pesca abundante como meio de subsistência. Valmir (2023) relata: "3 mil quilos de peixe arrastado ali na beira da praia", enquanto Adonis (2024) menciona: “cada um vinha com 150 quilos de pescada.” Também ressaltam a importância do trabalho coletivo nas casas de farinha e na produção e consumo de alimentos, além do aspecto cultural das festas familiares realizadas nos finais de semana, que incluíam orações, bumba-meu-boi e jongo. Por último, mencionam a presença da economia do escambo, ainda praticada na região até o início da década de 1980.

Em relação às histórias familiares (3.1.7), Selma destaca a existência de provas arqueológicas do tráfego de carroças em pedras na praia do Mangue de Pedras, fato que, segundo ela, poderia indicar que, em tempos mais remotos, o mar estava muito mais recuado do que atualmente. Ela também descreve todo o processo de produção de farinha realizado na casa de farinha de sua família. Valmir enfatiza a contribuição da ascendência de sua família para a formação do bairro da Rasa e relata a estratégia de invasão de terras utilizada pelos colonizadores, que empregavam bois Nelore para

afastar as pessoas de seus territórios, além de contar como sua mãe quase foi assassinada durante um ataque desses bois. Adonis, por sua vez, fala sobre a prevalência do modo de vida pesqueiro, a abundância de pescado no passado e como as famílias eram muito mais unidas do que hoje.

Pela perspectiva conotativa, podemos inferir que, para as pessoas entrevistadas no Quilombo da Rasa, a familiaridade, o convívio e o trabalho coletivo em torno da pesca são os elementos memoriais mais significativos no que diz respeito às histórias ancestrais daquele quilombo. Além disso, há um fator histórico e econômico implícito na narrativa de Valmir, que menciona o início, em tempos recentes, de uma nova modalidade econômica em Búzios: a agropecuária, com a introdução do manejo e criação de gado (bois Nelore). Vejamos:

Valmir relata que:

> Quando **os fazendeiros tentaram tomar as terras da Rasa, e que chegaram a tomar, que tomaram boa parte das terras da Rasa**, ele soltava bois de raça da nerole, bravíssimo. E minha mãe passando aí nessas matas aqui da Rasa onde morava minha irmã, para a casa dela na Maria Joaquina, ela estava grávida e **uma daquelas vacas que saíram atrás da moita, atacou minha mãe**. E minha mãe com a barriga grande, de oito meses de gravidez, e com uma criança de dois anos na canguta dela, **ela era devota de Nossa Senhora**. Ela gritou assim, e deu um soco com a mão esquerda nas ventas, cara da vaca, que o sangue escorreu, a vaca sapateava assim, mas não conseguiu vir mais em cima dela. E aí ela foi levada para casa, tiveram que serrar a aliança do dedo para tirar, **ela ficou muito machucada, mas sobreviveu** (Valmir, 2023).

Este fato provavelmente ocorreu em meados da década de 1940. É mais uma evidência das técnicas perversas de dominação territorial colonialista e da forma como a história das famílias ligadas à agricultura e à pecuária (bovinocultura) em Búzios está intimamente conectada a crimes de assassinato e grilagem de terras dos povos originários.

Outro fator importante a ser destacado nesta rememoração é a adesão das pessoas escravizadas à religiosidade católica nesse período histórico. A sobrevivência de Dona Eva ao ataque de uma vaca em suas terras é atribuída, em primeira instância, à sua devoção a Nossa Senhora, destacando-se sua bravura ao enfrentar um animal enfurecido, mesmo grávida e com um filho nas costas, segurando apenas a mão em punho.

Para finalizar, trazemos uma reflexão sobre os dados obtidos na pergunta 3.1.7. Um trecho da resposta de Adonis (2023) - nascido em 1988 - chamou nossa atenção:

"se juntava todo mundo pra vir pra praia, pra dentro da praia, passava por esses caminhos que você acabou de falar agora, que não era rua, era trilha, só as trilhas por dentro do mato." No âmbito conotativo, essa narrativa implícita aponta que o crescimento exponencial do vilarejo da Rasa, até se tornar o que é hoje, é bastante recente. Considerando que essa recordação ocorreu com o entrevistado durante sua infância, estimamos que, por volta da década de 1990, a especulação imobiliária e o turismo predatório tenham avançado sobre os territórios quilombolas no Quilombo da Rasa.

Buscando compreender a perspectiva individual de cada um dos entrevistados dentro do contexto memorial, a seguir analisaremos as respostas à questão 3.1.8: "Qual a lembrança mais antiga que você tem sobre sua vivência no quilombo?"

Do ponto de vista denotativo, embora as pessoas quilombolas entrevistadas compartilhem suas perspectivas sobre os fatos, as rememorações enfatizam o contexto comunitário e interdependente vivido por esses indivíduos. As histórias narradas remetem ao trabalho especificamente destinado às mulheres, à rusticidade da vida local, à memória da escravidão vivenciada pelos antepassados dessa comunidade, com citações da Fazenda Campos Novos e de uma mulher quilombola chamada Maria Joaquina[129], que escalava os peixes, além do rio Una, tanto como um local de refúgio quanto de pesca, e à farta pesca artesanal existente no passado.

Neste contexto, destacamos, pelas rememorações de Selma, como acontecia a lida feminina na manutenção da vida familiar, com o papel central de um poço, no qual ela responde:

> A gente ia pro poço, lavava roupa e juntava aquela porção de mulher [...] a gente fazia tudo com aquela água. Era água pra beber, era água pra cozinhar, era água pra lavar roupa, era água pra tomar banho. Era água pra tudo (Selma, 2023).

Ela também ressalta que a escravidão foi vivenciada por toda a sua linhagem e como esse fator é elementar em suas memórias:

> A vovó Eva (mãe de Valmir) foi escravizada. A minha avó Delayde foi escravizada. A minha avó Nedina, que é a mãe do meu pai, foi escravizada. Era a fazenda Campos Novos. E muitos se refugiaram numa caverna que tem

[129] Nota da autora: a personagem histórica Maria Joaquina é citada em várias entrevistas. Ela foi uma mulher negra tão importante para a região, que se tornou o nome de um bairro local. No entanto, apesar das entrevistas conotarem o fato de sua vivencia estar associada ao Quilombo da Rasa, não chegamos a nos aprofundar sobre a sua história pessoal, pelo fato de não ser o foco de nosso estudo.

> ali, pra dentro do Rio Una. Essa caverna ainda existe ainda. [...] E tem uma casa também aqui na Praia Rasa [...] o dono não deixa ninguém entrar. Dentro dessa casa tem corrente, tem... aquelas pulseiras que colocam...Os escravos foram escravizados ali nessa casa (Selma, 2023).

Nas rememorações de Valmir e Adonis, o contexto da pesca artesanal é predominante. Valmir relata:

> Então eu chegava a ver assim, eu garoto de oito, nove anos, chegava a ver três, quatro mil quilos de peixe aqui na nossa praia [...] a gente vinha com os animais pra praia pra encher de peixe e levar pra nossa casa. Maria Joaquina passava por ali, chegava lá e ficava a noite toda escalando o peixe. Então, assim, [...] todas as famílias aqui tinham cerca de duzentos, trezentos quilos de peixe seco e salgado em casa, de água salgada, e tinha uns setenta quilos de peixe de água doce. Aqui tinha muito peixe de água doce também. O Rio Una [...] atravessava toda ali aquele pântano chamado Malhada e que hoje está estritamente poluído (Valmir, 2023).

Nas rememorações de Adonis, prevalece a lembrança de sua infância em uma vila pequena e como a pesca provia às famílias alguns bens materiais:

> Antigamente eram poucas famílias aqui na Rasa, no máximo dez. E todo mundo se conhecia. Não tinha energia, tudo na lamparina, na vela. [...] Todos os descendentes de pessoas escravizadas não tinha televisão. Aí quem tinha um rádio, aí corria todo mundo pra poder ouvir as novelas, as notícias no rádio. De umas dez casas dessas, acho que uma só tinha um rádio. Teve uma história de uma pescaria aqui (onde) sortearam um rádio. Ninguém tinha rádio, ninguém tinha nada. Aí, meu avô, perdeu por uma pescada. – Relata Adonis (Adonis, 2023).

Do ponto de vista conotativo, fica nítido como a vida dessas pessoas quilombolas era, por um lado, restrita quanto ao acesso aos bens materiais. Por outro lado, elas encontravam no âmbito comunitário a fortaleza para a manutenção saudável de suas subsistências. Considerando que todas as narrativas citadas ocorreram quando as pessoas entrevistadas eram crianças ou jovens, podemos afirmar que elas se referem, consecutiva e aproximadamente, aos anos de 1968, 1980 e 1993.

Ou seja, as rememorações destacadas reforçam o fato de que, durante 25 anos (entre 1968 e 1993), no Quilombo da Rasa, manteve-se uma vivência de maneira mais rústica, sem acesso aos “luxos” oferecidos pela vida urbana. Como disse Adonis (2023), "eram poucas famílias aqui na Rasa, no máximo dez [...] não tinha energia [...] ninguém tinha nada”. É também recente a realidade da urbanização e da invasão de seu território nativo, vivenciada hoje pelos quilombolas locais, cuja história

provavelmente possui menos de 30 anos. Contudo, isso afetou drástica e negativamente os modos de vida de todos os quilombolas da região: " Aqui tinha muito peixe de água doce também. O Rio Una [...] atravessava toda ali aquele pântano chamado Malhada e que hoje está estritamente poluído", relata Valmir (2023).

Finalizando as análises sobre as rememorações quilombolas, acessaremos as respostas de Cleusinha, do Quilombo da Prainha, em Arraial do Cabo, sobre a pergunta 3.1.9: "Comente sobre essa questão da Prainha ser um território de quilombo urbano".

Inicialmente, como forma de contextualização, é importante ressaltar que, apesar de nossos esforços para conhecer e entrevistar Cleusinha, não foi possível contactá-la na segunda etapa da pesquisa de campo, em novembro de 2023, quando realizamos a entrevista episódica. Portanto, até o momento da entrevista realizada com ela, em maio de 2024, sequer tínhamos conhecimento de que a Prainha estava iniciando o seu processo de certificação como quilombo urbano. Inclusive, essa informação de que a Prainha poderia ser um quilombo surgiu durante a entrevista que fizemos com o historiador Pierre de Cristo, em maio de 2024, no terceiro momento da pesquisa de campo, quando realizamos as entrevistas narrativas.

Do ponto de vista denotativo, a narrativa de Cleusinha apresenta a Prainha como um local criado pelos colonizadores para concentrar pessoas excluídas, como negros e pobres, das benesses sociais do pequeno Arraial, que eram existentes exclusivamente para brancos, portugueses e seus descendentes, no qual Cleusinha afirma que:

> Mas aqui não é só negro, são pessoas que, por exemplo, a cidade atual de Arraial do Cabo não dá oportunidade, vem na Prainha e nós abraçamos a causa. E principalmente, quem é a classe mais impactada dentro do território nacional, é o negro. [...] Se refugiavam na Prainha porque homens brancos da Praia dos Anjos se casou com escrava ou descendentes de escravos negros, as famílias não aceitavam. Então eles faziam casinha pro lado de cá, que é daqui da praia, do lado do muro, do cemitério pra cá (Cleuzinha, 2024).

Pelo prisma conotativo, podemos inferir que a Prainha foi criada pelos colonizadores portugueses como um espaço territorial de segregação social e de efetiva aplicação do racismo, tanto estrutural quanto institucional, desde a criação da cidade de Arraial até os dias de hoje. Cleusinha (2024) observa que “depois, começou a construção da Praia Grande, na qual, muitos anos atrás, quiseram fazer um muro ali para fechar a Prainha e separar a Prainha do restante da cidade". Ou seja, estamos

falando, por um lado, da perpetuação local do segregacionismo, através do racismo, por mais de 500 anos.

Por outro lado, destaca-se como a população da Prainha desenvolveu estratégias de sobrevivência comunitária a partir do quilombismo. E mesmo com dificuldades e de forma tardia, assim como ocorreu no Quilombo da Rasa, essa população está buscando reencontrar sua identidade ancestral quilombola. Como relata o historiador Pierre de Cristo:

> Essa questão do quilombismo, de você se reconhecer como quilombola, é um trabalho que você precisa fazer, um trabalho muito histórico, primeiro, de reconhecimento, um trabalho de letramento racial para que as pessoas possam ter esse processo. Nós temos quilombos agora, que estão começando a se formar agora. Então, que se reconhecendo agora como quilombolas [...]. Porque lá na Prainha a gente tem essa dificuldade também das pessoas não se reconhecerem como quilombola. São muito poucas pessoas que se reconhecem e querem ter esse direito de serem reconhecidos como quilombola. Mas é um trabalho que a gente precisa fazer, um trabalho muito histórico, mostrar a importância historicamente, como se formou aquele lugar para que as pessoas possam entender e reivindicar esse processo e esse título de quilombola (Pierre de Cristo, 2024)[130].

Vale ressaltar que o reconhecimento de si enquanto um quilombo urbano possibilitará aos quilombolas da Prainha, em um futuro próximo, o acesso ao direito à propriedade de suas terras. Este direito foi assegurado às cidadãs e cidadãos brasileiros em 1988, pelo artigo 68 da Constituição Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT). Ele é fruto de uma política fundiária democrática, a qual preconiza o respeito aos direitos territoriais dos grupos minoritários e étnicos.

> Art.68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2014, p.32).

Em 20 de novembro de 2003, ocorreu a regulamentação do art. 68 do ADCT, pelo Decreto nº 4.887. Este trata da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios remanescentes das comunidades quilombolas.

> Art. 2º – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

---

[130] Entrevista concedida em maio de 2024, em Armação dos Búzios-RJ.

> § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
> § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2014, p.32).

A seguir, acessaremos as rememorações não quilombolas, o último elemento analítico, para que ao final deste bloco analítico possamos compreender, comparativamente, como as dimensões sensíveis e da memória são percebidas pelos nossos entrevistados.

Quadro 23 - Aspecto 3: Ancestralidade - elemento rememorações não quilombolas

3.1 Como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?
ARRAIAL
3.1.10 O que você sabe sobre a história da formação de Arraial do Cabo e sua relação com a pesca artesanal?
A) Margareth, 1961- pescadora de linha e beneficiadora
Ah, eu acho que vem dos índios. A pesca artesanal vem de origem indígena. [...] Ah, eu acho que desde que os primeiros índios passaram por aqui, já existia a pesca. Acho que existe a pesca aqui desde que o mundo é mundo. Acho que sempre existiu. Eles pescavam para sobreviver. [...] E isso foi passando por gerações e gerações e até... E claro, foi aprimorando, foi evoluindo. Américo Vespúcio, praticamente se deve a ele, à descoberta de Arraial do Cabo. A réplica do veleiro dele, que atracou aqui, está hoje no Rio de Janeiro. Mas antes mesmo dele, já existia a pesca.
B) Otávio, 1992 - mestre companha Canoa Maravilhosa
Eu sei que tudo começou pelos índios aqui dentro da cidade [...] a cidade foi formada por índios. Depois chegou... O Américo Vespúcio. E assim... Arraial do Cabo também não era Arraial do Cabo. Era... Cabo Frio. Não só Arraial, acho que Búzios também era... Fazia parte de Cabo Frio, então era a mesma cidade. Que há 35, 36 anos atrás que Arraial foi emancipado como cidade. Fora isso, não sei muita coisa não.
3.1.11 Qual a história mais antiga que você conhece sobre a pesca artesanal em Arraial do Cabo?
A) Margareth, 1961
Eu lembro da pesca do xarel, que sempre foi o peixe com maior fartura aqui na nossa cidade. Inclusive o cabista, ele tem o apelido de xarel, por conta desse peixe. A ação, que era muito também, tinha muita pescaria, xarel. E a anchova, que era um peixe que, pra gente aqui em Arraial, era muita fartura. Muita, muita, muita. Era muito melhor. Eram montanhas de peixe que a gente via na praia. Inclusive era por isso que se fazia a salga. Mas história mesmo, te contar uma história, não sei. Não tem assim, que eu tenha vivenciado não. [...] O meu tio (Arino), que conta uma história. Que ele foi pescar lá fora, lá atrás no costão. E nessa pescaria, ele não estava matando nada. E ele tinha um cara sozinho, pescando. E o cara matava peixe, e ele não matava. E aí, ele ficou intrigado com aquilo. E aí, ele foi chegar perto, foi lá. E esse cara sumiu. Ele está procurando esse cara até hoje.
B) Otávio, 1992
É que eu fico pensando... Sou um... Eu poderia falar... Sou índio. Eu sou (também)... da origem do Américo Vespucio, porque sou um antepassado, sabe... Então, eu não tenho assim uma concretização exata... Eu poderia falar que seria dos índios. Porque os índios aqui eram o tipo de pessoas que faziam de tudo [...] que nós fazemos hoje, pesca, trabalho, essas coisas, eles já faziam no passado. Então eu poderia falar que são dos índios também, que hoje em dia eu faço tudo também. Eu pesco, eu trabalho, eu corro atrás, enfim. Entendeu? Porque eu sou do mato, eu gosto de mato.
B1) Otávio, 1992 e Mário, 1952
Vou falar de Vazinho, que matou vinte e oito toneladas de olejo. É um dos peixes mais caros que tem no nosso meio. Aí quem deveria contar era ele. Deixa o Mário falar. Quando é, Mário? Dezoito de fevereiro. Aí, tá vendo? De 1967. Vem cá, Mário. (Seu Mário em entrevista) Tá bom. Dezoito de fevereiro de 67. Eu tinha quinze anos, eu não matei não, aí ó, a rede, ela superou essa daí (que está sendo usada na pesca de gancho realizada enquanto está acontecendo a entrevista). Ela é mais alta, mais forte e foi com duas canoas. Já matamos quase

trinta toneladas de galo peixe-galo aqui, ó (aponta o lugar). Aí foi nessa rede mesmo. Nesse canto aqui. Começamos cinco horas da tarde a tirar o peixe da rede e terminamos nove horas da manhã do outro dia. Ai, a gente reveza nessa época. Porque é muito pesado. Porque não há quem aguente ficar assim. Então a gente tem que revezar, descansar e tal. Nas dezessete toneladas de raquete, que é peixe, o peixe é raquete. Começamos assim também à noite. De tardinha foi terminar, de manhã cedo...

3.1.12 Conte uma história de sua família relacionada a vivência como pescador/a artesanal em Arraial do Cabo.

A) Margareth, 1961

Acho que a história que pode vir a comprovar realmente a origem da minha família na pesca é minha mãe e minha avó fazerem parte das salgadeiras daqui da nossa cidade. O meu avô pescava, meus tios pescavam, e na época não tinha, né, como você guardar o pescado, não era uma coisa que você congelava porque não existia isso, não tinha nem luz. Então, para não perder a pescaria, se salgava o peixe. Geralmente era feito por mulheres, não que não fosse feito por homens, mas a maioria mulheres. E minha mãe fazia parte, minha avó fazia parte das salgadeiras daqui. Que hoje a gente... A gente conhece como uma atividade de pesca de pós-captura. Era como eles beneficiavam. Não era como a gente hoje beneficia. A forma que eles beneficiavam antigamente é que era a única forma de manter o peixe era salgando. O beneficiamento da época da minha avó fez com que nós, hoje, resgatando a cultura deles do passado, ganhássemos o nosso primeiro prêmio internacional com a salga do peixe e o prato de peixe salgado com banana, que era como se comia o peixe antigamente. Na época da minha avó, lá nos meus antepassados, o peixe era salgado para não ser perdido... E naquela água se cozinhava a banana, o caldo botava a farinha, e era chamado peixe com banana. Só que nós apresentamos uma receita gourmet, né, um prato mais bonito, mais enfeitado, mas a receita era essa, da época da minha avó.

B) Otávio, 1992

Eu tenho dois tios. Foram o que me trouxeram para a pesca, para a praia. Na verdade. Na época eles pescavam com Vazinho, com o Mário e eu comecei a vir. Eles pescavam na canoa. Agora um já mora em Portugal. E o outro mora aqui mesmo, mas só que não pesca mais. Aí, por influência deles, na verdade, foi uma coisa que eles me trouxeram. E eu gostei, acabei ficando até hoje.

3.1.13 Qual a lembrança mais antiga que você tem sobre sua vivência como pescador/a artesanal em Arraial do Cabo?

A) Margareth, 1961

Eu queria pescar na época, eu tinha 16 anos, quando praticamente eu comecei, não que eu já não vivesse a história da pesca, porque eu ia para a praia, porque meu avô pescava, meu avô existia, eu sempre estava envolvida lá. Mas eu comecei a pescar, e aí eu não tinha como ir para a praia sozinha, porque mulher naquela época não ia para a praia sozinha. Então, depois de um tempo, eu comecei a fazer assim, pedir para as pessoas me levarem. E aí depois, quando o meu irmão começou a ficar assim, já rapazinho, aí eu e ele que me levava na pedra para pescar. Ele chegava da balada, 5 horas da manhã eu já estava prontinha esperando ele, aí ele ficava sentadinho na pedra. Cochilando enquanto eu pescava, porque eu não deixava ele sossegado, né? Ele tinha que me levar, então ele novinho ia comigo, para poder me fazer companhia para eu pescar. [...] Só de linha. Só pesca de linha, não era de varinha, não era de linha mesmo, não tinha outra pescaria. Depois, mais para frente, eu comecei a pescar a lula. Só que a pescaria de lula nessa época, não era feita como hoje. Não era de varinha, não era com zangarejo. A pesca era feita com tarrafa, puçar e com uma rede, que eles colocavam duas madeiras. Assim na beirinha da pedra e aí a gente puxava as duas pessoas ao mesmo tempo, levantava aquela rede quando a lula entrava ali dentro. Aí a outra pessoa vinha com o puçar e tirava de dentro da rede para botar na caixa. Assim que eu comecei a pescaria de lula. E essa era a única forma de pescar. Não tinha varinha, zangarejo, e se pescava de lampião. Acho que o lampião... Era da época do meu avô. Meu avô já pescava com lampião. A vida toda a pescaria foi feita com lampião na praia. Agora depois é que foram mudando aí, botando um monte de coisa nova.

B) Otávio, 1992

Ah, era muito bom. Era muito bom porque tinha muita fartura de peixe. Tinha muita fartura de peixe, então...eu estudava, sabe? Aí minha mãe e meus tios me traziam para a praia, eu vinha para a praia. Eu já sabia até o horário que eles vinham, no serão da tarde. Serão da tarde é cinco, depois das cinco. Entre cinco e seis horas. Eu estudava à tarde, já chegava em casa, eu largava a mochila. E largava as coisas de escola e ia para a praia. Tem dia que eu ia para a escola sozinho, né? E eu... Matava a aula. Matava a aula, fingia que ia para a escola, fingia que não deu o horário, não cheguei atrás, só para vir para a praia mais cedo. É coisa de criança. E falava para minha mãe que quando eu crescesse eu queria ser pescador. Minha mãe, você está doido? Você está maluco? Pescador? Você vai estudar? Não, vou ser pescador. Eu vou estudar para ser pescador. E eu estava sempre na praia, sempre na praia. Mas só quando eu comecei nessa época, quando eu comecei, era bem novo, eu era criança. Então eu ajudava, eu não pescava assim, eu não fazia o que eu faço hoje. Eu não embarcava numa canoa, eu não remava, eu não fazia nada disso. Mas já sabia como que era, porque eu via eles fazerem. Então o que eu fazia? O que eu fazia aqui? Qual era a minha função aqui na pescaria? Era puxar uma rede, era ser cabeiro. Eles que eram vigia, porque antigamente eles vigiavam muito peixe à tarde, na parte da tarde. Três horas da tarde eles já estavam... Eles iam para o morro, eles iam para o morro vigiar peixe, aí ficava acompanhando embaixo esperando eles fazerem o sinal do peixe, sabe? Eu vinha, trazia café para eles no morro. Essa era a minha função. Era embarcar um cabo, embarcar uma rede, ajudar, ajudar nas pequenas coisas. [...] Na época quando eu comecei, eu não ganhava quinhão. Quinhão é ganhar parte daquele dinheiro. Eu ganhava, era trocado. Por exemplo, se eles faziam cem reais, que naquela época era dinheiro

para caramba, isso há quinze, vinte anos atrás, era muito eles me davam lá um trocado de cinco reais. Dez reais. E eu ficava todo, todo feliz. Então, aquilo ali foi me cativando, sabe? Porque é uma coisa... Poxa, eu estou fazendo... Eu estou gostando de fazer isso aqui. Ainda estou ganhando dinheiro. Era o dinheiro que eu levava para a escola. Era o dinheiro que eu comprava o lanche, sabe? Comprava as minhas coisinhas que eu gostava.
3.1.14 O que você sabe sobre a participação dos colonizadores portugueses na história da pesca artesanal de Arraial do Cabo?
A) Margareth, 1961
Eu tenho certeza que houve uma influência (dos portugueses) muito grande, até porque eles (os portugueses) faziam escambo. Eles vinham, traziam conhecimento, eles traziam coisas [...] chegava aqui a pesca, sempre foi farta. E aí eles tiravam daqui a pesca deles para levar para outros lugares. Eram trocas. Porque principalmente os pescadores (portugueses) vieram lá de povos de Vazim têm muita influência aqui [...] Eu não sei te explicar o problema que houve lá na pesca. E eles vieram para cá. E chegando aqui, como eles encontraram a pesca, eles foram ficando aqui, fazendo a pesca aqui. E depois, quando melhorou lá fora, lá em Portugal, a pesca, alguns voltaram e outros já estavam envolvidos aqui com famílias, conheceram outras mulheres e ficaram casados. E eu nem sabia disso, que eles têm muita influência, os poveiros têm muita influência na pesca de Arraial. A forma de pescar, como eles faziam, foi passado para o pescador daqui. Poveiros. É da cidade de... Póvoa de Vazim. Póvoa de Vazim, chamados poveiros. Tem até um livro que existe, há pouco tempo, eu tive acesso a esse livro. E um dos capítulos é falando da história de Arraial do Cabo, da pesca artesanal de Arraial do Cabo com eles. E a história deles. Você vai ver que a influência deles é muito grande aqui na pesca de Arraial do Cabo.
B) Otávio, 1992
Não sei (dizer sobre os portugueses). Acredito que pra maioria de nós aqui que aqui estamos não chegou. Pelo menos aqui no nosso meio, aqui não.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Em relação à pergunta 3.1.10, “O que você sabe sobre a história da formação de Arraial do Cabo e sua relação com a pesca artesanal?”, do ponto de vista denotativo, tanto Margareth quanto Otávio compartilham a ideia de que os indígenas originaram não apenas a cidade onde nasceram, mas também a forma de pesca praticada atualmente, conhecida como pesca artesanal. Ambos também fazem referência a Américo Vespúcio, respaldando a história oficial do “descobrimento” de Arraial do Cabo.

Analisando pela perspectiva conotativa as memórias de Margareth (2023), apesar de aparentemente enfatizar a contribuição indígena para a origem de sua profissão:

> Acho que existe a pesca aqui desde que o mundo é mundo. Eles pescavam para sobreviver. [...] E isso foi passando por gerações e gerações [...]. Mas antes mesmo dele (Vespúcio), já existia a pesca (Margareth, 2023)[131].

Percebe-se certa exaltação do discurso evolucionista e de senso comum sobre a “descoberta tupiniquim” pelos europeus quando traz “e claro, foi aprimorando, foi evoluindo. Américo Vespúcio, praticamente se deve a ele, à descoberta de Arraial do Cabo” (Margareth, 2023).

[131] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia Grande, Arraial do Cabo -RJ.

Por outro lado, os 31 anos que separam Margareth de Otávio ficam evidentes no contexto histórico abordado por ambos. Embora ambos façam referência aos indígenas locais (3 mil anos a.C.) e aos invasores portugueses (1500) como os povos originários da região, Otávio menciona o período da década de 1990 como uma referência à "origem": "Arraial do Cabo também não era Arraial do Cabo. Era... Cabo Frio. Não só Arraial, acho que Búzios também era... Fazia parte de Cabo Frio, então era a mesma cidade. Há 35, 36 anos atrás, Arraial foi emancipado como cidade" (Otávio,2023)[132].

Para acessar as rememorações mais ancestrais dos entrevistados sobre a pesca artesanal na cidade onde vivem, analisaremos a seguir as respostas obtidas em relação à pergunta 3.1.11: "Qual a história mais antiga que você conhece sobre a pesca artesanal em Arraial do Cabo?"

Do ponto de vista denotativo, tanto Margareth quanto Otávio, mesmo com uma diferença de 30 anos de idade, fazem referência a uma data histórica comum: o final da década de 1960, quando havia uma grande fartura de pescado em Arraial:

> Margareth - era muita fartura. Muita, muita, muita. Era muito melhor. Eram montanhas de peixe que a gente via na praia. Inclusive era por isso que se fazia a salga; Otávio - Vou falar de Vazinho, que matou vinte e oito toneladas de olejo. É um dos peixes mais caros que tem no nosso meio. [...] Deixa o Mário falar. Quando é, Mário? [...] Dezoito de fevereiro de 67. – Relata Margareth (Margareth, 2023).

Margareth (2023) também ressalta como a influência da pesca artesanal está presente em seu imaginário e no imaginário local, a ponto de atribuir aos cabistas também o gentilício de "xarel", relatando que "Eu lembro da pesca do xarel, que sempre foi o peixe com maior fartura aqui na nossa cidade. Inclusive o cabista, ele tem o apelido de xarel, por conta desse peixe [...] tinha muita pescaria, xarel".

Há também na narrativa de Margareth a presença da manutenção de um passado mítico, que liga a pescaria ao mundo dos mistérios:

> O meu tio (Arino), que conta uma história. Que ele foi pescar lá fora, lá atrás no costão. E nessa pescaria, ele não estava matando nada. E ele tinha um cara sozinho, pescando. E o cara matava peixe, e ele não matava. E aí, ele ficou intrigado com aquilo. E aí, ele foi chegar perto, foi lá. E esse cara sumiu. Ele está procurando esse cara até hoje (Margareth, 2023).

[132] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Prainha, Arraial do Cabo -RJ.

Já Otávio buscou ressaltar a contribuição dos indígenas em relação à ancestralidade da pesca em sua região, bem como essa ancestralidade pode estar relacionada à sua própria forma de vivenciar a vida, relatando:

> Eu não tenho assim uma concretização exata... Eu poderia falar que seria dos índios. Porque os índios aqui eram o tipo de pessoas que faziam de tudo [...] que nós fazemos hoje, pesca, trabalho, essas coisas, eles já faziam no passado. Então eu poderia falar que são dos índios também, que hoje em dia eu faço tudo também. Eu pesco, eu trabalho, eu corro atrás, enfim (Otávio, 2023).[133]

Sob o prisma conotativo, Otávio mencionou três dimensões de ancestralidade. A mais remota diz respeito à pesca praticada pelos povos originários indígenas, cuja presença na região é datada em mais de 5 mil anos. O segundo tempo refere-se à pesca de um dos pescadores mais antigos da Prainha, o Vazinho, ocorrida em 1967. Por fim, o terceiro tempo abrange o período em que o veterano Mário e Otávio começaram a pescar juntos, aproximadamente nos meados da década de 2000. Em contraste, Margareth acessa uma ancestralidade mais recente, provavelmente situada no final da década de 1960.

Tanto Margareth quanto Otávio fazem referência aos feitos de seus antepassados diretos, que lhes ensinaram a arte da pesca: tio Olímpio (na Praia Grande) e Vazinho (na Prainha). Essa conexão revela um profundo respeito pela ancestralidade, um dos principais elementos característicos das comunidades tradicionais.

Em seguida, buscaremos entender como a ancestralidade dos ensinamentos da pesca se cristalizou na vida dos entrevistados ao analisarmos os dados obtidos com a pergunta 3.1.12: "Conte uma história de sua família relacionada à vivência como pescador/a artesanal em Arraial do Cabo."

Do ponto de vista denotativo, tanto Margareth quanto Otávio atribuem o repasse de seus conhecimentos à familiaridade. No caso de Margareth, a influência vem de suas avós, enquanto Otávio a recebeu inicialmente de seus tios e também dos pescadores locais Vazinho e Mário. Assim, as atividades de pesca artesanal parecem ser mais antigas na família de Margareth. A história narrada por ela está relacionada à atividade de pós-captura, ou seja, ao beneficiamento do pescado, tradicionalmente realizado na região pelas mulheres, que salgavam e preparavam

[133] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Prainha, Arraial do Cabo -RJ.

refeições para garantir a conservação e utilização dos peixes, dado que, na época, não havia outros métodos. Por sua vez, Otávio se concentra exclusivamente na pesca em canoa.

Ampliando a análise para o campo conotativo, podemos perceber o empenho de Margareth e das mulheres da cooperativa da qual é integrante em manter e difundir as tradições familiares e locais para além de sua atual região de abrangência:

> O beneficiamento da época da minha avó fez com que nós, hoje, resgatando a cultura deles do passado, ganhássemos o nosso primeiro prêmio internacional com a salga do peixe e o prato de peixe salgado com banana, que era como se comia o peixe antigamente (Margareth, 2023).

O prêmio ao qual Margareth se refere é o “Mulheres Rurais que a Espanha Reconhece”, conquistado em 2023, no qual a receita “peixe escalado com banana” ficou em segundo lugar entre 218 atividades inscritas. Para Otávio, os ensinamentos que ele dominou e aperfeiçoou foram fundamentados no legado de seus antecessores, a ponto de ser nomeado o mais jovem mestre de canoa de Arraial do Cabo.

Em relação às respostas obtidas pela pergunta 3.1.13, “Qual a lembrança mais antiga que você tem sobre sua vivência como pescador/a artesanal em Arraial do Cabo?”, do ponto de vista denotativo, tanto Margareth quanto Otávio demonstraram uma aptidão nata para ingressar no mundo da pesca. No entanto, Otávio iniciou sua aprendizagem ainda criança, acompanhando os pescadores na lida na Prainha, enquanto Margareth se interessou efetivamente por aprender a pescar aos 16 anos. É importante destacar que, na época (1977), ela só podia ir acompanhada por seu irmão mais novo, pois mulheres não iam à praia sozinhas.

Do ponto de vista conotativo, ambas as narrativas evidenciam um conhecimento adquirido por meio da observação e da vivência, elementos característicos da oralidade e das culturas tradicionais afro-indígenas. Nas recordações de Margareth, fica claro que foi bem mais difícil para uma mulher ingressar nesse universo. Ao contrário de um menino, que tinha livre acesso aos conhecimentos pesqueiros, Otávio (2023) pôde circular pela praia à vontade e era incentivado financeiramente a participar da pescaria, relatando que “eles me davam um trocado de cinco [...] dez reais”.

Como uma criança do gênero feminino, Margareth só podia ir ao ambiente da pesca se estivesse acompanhada:

> Eu queria pescar na época, eu tinha 16 anos, quando praticamente eu comecei, não que eu já não vivesse a história da pesca, porque eu ia para a praia, porque meu avô pescava, meu avô existia, eu sempre estava envolvida lá. [...] Eu comecei a fazer assim, pedir para as pessoas me levarem. E aí depois, quando o meu irmão começou a ficar assim, já rapazinho, aí eu e ele que me levava na pedra para pescar (Margareth, 2023).

Mesmo que a realidade de vivência entre Margareth e Otávio seja de três décadas, cada um, à sua maneira, guarda em suas memórias, na sua forma de pescar e no seu processo de inserção no mundo da pesca artesanal, os modos de pescar de seus antepassados locais. Na Praia Grande, território originalmente indígena onde reside Margareth, por volta de 1977, ela praticava a pesca de linha nas pedras, pois na região ainda não havia pesca de varinha nem de zangarejo. A pesca de lula ela também realizava com tarrafa, puçá e uma rede, utilizando lampião, como era a tradição nos tempos de seus avós.

Já na Prainha dos anos 2000, Otávio, por ser criança e não ter idade nem para embarcar em uma canoa ou remar, acabava fazendo as vezes de cabeiro: puxava rede, levava café para os vigias no morro, ajudava nas pequenas tarefas e, com o dinheirinho que recebia de trocado do quinhão, garantia um tipo de autonomia econômica compatível com sua idade: a compra do lanche na escola. Fato que não aconteceu durante a iniciação de Margareth como pescadora. Ao contrário, ela, desde a infância, precisou enfrentar o preconceito de gênero e criar estratégias de participação social para, na adolescência, conseguir aprender a ser pescadora e manter-se em atividade.

Para finalizar as análises do Quadro 23, a seguir acessaremos os dados referentes à pergunta 3.1.14: o que você sabe sobre a participação dos colonizadores portugueses na história da pesca artesanal de Arraial do Cabo?

No nível de significação denotativa, percebemos um grande contraste entre o arcabouço de conhecimento dos entrevistados. Se, por um lado, Margareth tem certeza da grande influência dos portugueses na pesca local, por outro, Otávio afirma que, para a maioria dos pescadores de seu convívio, essa influência não chegou.

Já no nível conotativo, percebe-se, simultaneamente, por um lado, o domínio de Margareth sobre o assunto da contribuição portuguesa para a pesca artesanal, mencionando de onde vieram os poveiros, uma parte dos portugueses que viviam em

Arraial do Cabo, traz que “os pescadores vieram lá de Povos de Vazim[134], têm muita influência aqui”. Por outro lado, há a assimilação, por parte da história oficiosa sobre o processo de invasão colonial perpetrado pelos portugueses aos povos originários e moradores locais, bem como a propagação de uma narrativa histórica romantizada sobre o assunto. E Margareth (2023), conta que “porque eles (os portugueses) faziam escambo. Eles vinham, traziam conhecimento, eles traziam coisas [...] chegava aqui, a pesca, sempre foi farta. E aí eles tiravam daqui a pesca deles para levar para outros lugares. Eram trocas”.

Diferentemente de Margareth, que vive na Praia Grande, um dos territórios destinados às pessoas brancas da cidade, Otávio, residente no local destinado às pessoas negras e pobres, desconhece totalmente a contribuição portuguesa mencionada por sua colega de profissão. Apesar da distância de dois quilômetros que separa a Praia Grande da Prainha, percebe-se não apenas uma distância sociocultural entre as pessoas responsáveis pelos discursos analisados, mas também uma barreira bastante expressiva em relação ao acesso aos conhecimentos ancestrais de sua própria atividade profissional.

A partir da questão base “como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória” (3.1), as reflexões até aqui realizadas nos possibilitaram compreender que as pessoas entrevistadas percebem subjetivamente a sua ancestralidade através:

- Da sua origem social - Búzios: pessoas negras descendentes principalmente de africanos angolanos; Arraial: descendentes de pessoas com características miscigenadas - negras, indígenas e portuguesas.

---

[134] Margareth refere-se ao conteúdo deste boletim: **Póvoa de Varzim Boletim Cultural.** vol. 40 (2005/06). Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 2006. p. 79 a 85. Veja um trecho: “Os moradores cabistas (residentes em Arraial do Cabo) eram crentes sinceros: marca da herança de gente lusa. Os trabalhadores do mar de Arraial do Cabo eram férteis em promessas aos Santos, pois diante das aflições inerentes à vida no mar ou por causa das doenças, fazia-se uma promessa. Exemplo dessa dedicação e da religiosidade dos pescadores cabistas encontra-se na construção, em pedra e cal, meados do século XVIII, da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, erigida na Praia dos Anjos pelo devoto Antonio Luiz Pereira e outros pescadores. A Praia dos Anjos ainda é desconhecemos a origem de seu topônimo. Foi um dos locais da região do internacionalmente conhecido Cabo Frio, conhecido dos portugueses desde 1503. Aqui comunicavam os pescadores poveiros ancorar suas lanchas, tendo entre outros objetivos, o de se abastecerem de água, especialmente no poço do Sobral. E por serem culturalmente diferenciados de outros frequentadores da praia cabista e estes homens do mar de Portugal atraíam a curiosidade alheia, ou seja, chamavam a atenção de todos os moradores do pequeno arraial de pescadores do Cabo. Com o tempo, alguns deles acabaram por se misturar com o povo cabista transmitindo os seus valores singulares e laboriosa tradição. Assim, os brasileiros poderiam vir a encarar o perigoso trabalho nas zonas distantes da costa” (p.79).

- Da sua relação inicial com a pesca artesanal: nas duas cidades, essa relação se dá pela influência familiar (pais, avós), com destaque para os tios. As pessoas quilombolas foram iniciadas desde a tenra infância, enquanto as não quilombolas se iniciaram na pré-adolescência e adolescência.
- Acessando as suas rememorações mais antigas sobre o local onde pescam - Búzios: conhecimentos prioritariamente africanos, provavelmente de origem angolana, com datas prováveis a partir de 1774, século XVIII; Arraial: conhecimentos miscigenados, com datas prováveis a partir de 1891, século XIX.
- Percebendo a relação histórica de sua localidade com a pesca artesanal: Arraial possui uma percepção de historicidade oficial mais estruturada do que Búzios, embora os dados obtidos apontem que a pesca artesanal praticada no Quilombo da Rasa possa ser mais ancestral do que a realizada em Arraial.
- Da percepção individual enquanto membros de um conjunto familiar e comunitário do ambiente social onde vivem.

4.3.2 Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?

Dando sequência às análises sobre o aspecto da Ancestralidade, vamos buscar responder à segunda questão-chave desta temática: 3.2 “Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?”. A fim de aprofundar a compreensão da questão da origem da pesca artesanal, no Quadro 24 incluímos as respostas obtidas com as perguntas 3.2.1, “O que você sabe ou ouve falar sobre o início da pesca artesanal no Brasil?” e 3.2.2, “O que você sabe sobre o início da pesca artesanal aqui na sua comunidade?”. Desta forma, objetivamos acessar o ponto de vista histórico das pessoas entrevistadas sobre a origem da pesca artesanal no Brasil, bem como compreender como percebem a contribuição dos diferentes grupos sociais - pessoas negras, indígenas e portuguesas - para a pesca artesanal realizada nas cidades pesquisadas.

Quadro 24 - Aspecto 3: Ancestralidade - elemento origem da pesca artesanal

3.2 Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?
3.2.1 O que você sabe ou ouve falar sobre o início da pesca artesanal no Brasil?

3.2.2 O que você sabe sobre o início da pesca artesanal aqui na sua comunidade?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha, 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora
3.2.2 Olha, até onde eu sei, os negros que fugiam das fazendas se refugiavam na prainha. E quem morava aqui? E quem morava aqui? Com certeza era meu avô, que era casado com uma negra que não foi aceita dentro da Arraial do Cabo, que era a praia dos hoje e só portugueses brancos, e meu avô português então foi um dos propulsores a fundar o bairro da Prainha. Então tudo que a cidade, a cidade e o arraial não aceitava vinha para esse pequenininho, pequeno pedacinho aqui que é Prainha. Com isso, os negros ou começaram a pescar. O que aqui está. A salga do peixe, não vou dizer assim que veio com a junção dos negros com a pesca, que quem estava aqui já pescava, já salgava peixe. Tanto que aqui em Arraial do Cabo existia muito salina. Mas a plantar, esse morro aí era todo cheio de roça, quem plantava eram os negros.	3.3.1 e 3.2.2 A pesca artesanal, ela em si, ela já vem de tradição, de geração pra geração. [...] Geração. Porque a minha geração não é só de português, né? Minha geração é de português, é de caboclo, é de índio. Minha mãe era índia. Então era tudo misturado [...] Então é uma pesca que já existe há muitos e muitos e muitos anos. Há mais de 250 anos.
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha
3.2.1 Não, não posso te responder isso. Acho que eu nunca me liguei nisso. Ah, mas eu acho que pesca artesanal vem de origem indígena. Eles pescavam para sobreviver. E isso foi passando por gerações e gerações. E foi, claro, foi aprimorando, foi evoluindo. Mas a pesca existe, a pesca artesanal, desde os índios. Desde que foi descoberto, desde que os primeiros índios passaram por aqui, já existia a pesca. Os primeiros portugueses também. Acho que existe a pesca aqui desde que o mundo é mundo, acho que sempre existiu. 3.2.2 Aqui a pesca é muito antiga e a pesca artesanal sempre existiu em Arraial do Cabo ela é única. Ela é uma pesca de canoa. Era uma pesca de pedra né, que as pessoas pescavam aqui no costão todo e só de canoa. Não tinha muita diferença não. Na maioria era realmente de canoa. A gente, acho que sempre existiu aqui, acredito eu que até desde a época dos índios, era a pesca de canoa. E isso veio até os dias de hoje, né? Então meu avô pescava de canoa, meus tios também, hoje eu pesco, mas não de canoa. Pesco de bote, que é também antigo, mas não tanto quanto as canoas, né?	3.2.1 e 3.2.2 Eu acho o seguinte, aqui a gente iniciou dessa forma. Da forma que chegou aos nossos ancestrais há 250 anos. E que foi descobrido o nosso mar, o nosso fundo, onde achavam os melhores peixes, o peixe que era mais chegado na nossa costa aqui para a gente poder pegar. Então é o que a gente fazia, é o que a gente aprendeu. Porém, em outros lugares, a gente não tem uma certeza como eles se iniciaram. Até porque são poucos os lugares que tem esse sistema de pesca artesanal de linha. Ah! Mas, assim, os quilombolas que desenvolveram a nossa pesca aqui. Mas eu creio que foi no Brasil inteiro, até porque o quilombola, a pesca é tida como um trabalho pesado. E como todo trabalho pesado, trabalho escravo, pesado, trabalho que depende de muita resistência, esse trabalho é sempre jogado nas costas do negro, do quilombola, do afrodescendente. Porque o afrodescendente, ele pode aguentar até oito, dez dias de fome. Ele perde suor, mas ele compõe... Quando ele fica com oito, dez dias de fome, já não tem mais o que comer, ele tem uma substância no culote que se autoalimenta o próprio corpo. Então ele consegue se desenvolver. É como ele tem a melanina na cabeça, nos cabelos, que mantém a sua forma. Então ele já foi projetado, por Deus, diferente. Mais resistência. Ele se adapta muito bem ao frio. Mas o calor, ao trabalho forçado, ao trabalho forte, pesado isso ele se encaixa muito bem. Tanto é que tudo que nossos olhos veem, no Brasil e parte do mundo, exatamente foi construído pelo negro. Pelo afrodescendente, pelo quilombola, pelas pessoas que tinham essa resistência.
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor
3.2.1 Não sei responder isso. 3.2.2 Antigamente, isso há 40 anos atrás, acredito eu [...] já vi fotos das pessoas... Eles empurravam a canoa em cima de madeira. Então, era uma coisa muito mais difícil, muito mais brusca para as pessoas. Esses mais antigos, eles já chegaram a pescar assim. Eles não tinham rodo, não tinham nada. Então, era uma coisa muito mais difícil. As redes eram muito mais pesadas do que hoje. Então, a pesca de antigamente era muito bruta. Exigia muito mais de força do que hoje. Não que hoje não exija. Exige muito. Mas antigamente era muito mais, exigia muito dos esforços. As pessoas mais antigas pescando, a forma deles pescar eram as coisas mais bruscas.	3.2.1 Eu tenho lá em casa um livrinho lá da Marinha de 1800 e alguma coisa lá atrás. Que era o jeito de pescar era forma de sobrevivência mesmo. Pra competir com as empresas. Que tem a indústria da carne, e depois veio o do peixe. Depois não, né? Sempre existiu o peixe. Pelo que eu me conheço, sempre teve a pescaria. A marinha, a capitania, que era, era mais uma forma de proteger um pouco o pescador. E no mar, particularmente, não tem muita lei no mar. Acontece alguma coisa no mar que se chama a marinha. Pra poder vir fiscalizar aqui e não vem. 3.2.2 Eu acho que é um negócio bem primitivo, Eu acho que antigamente não precisava ir tão longe pra capturar o peixe. Era capturado na beiradinha mesmo. Forma de rede de arrastão... Os nativos daqui. Os homens da casa. É uma mistura desses povos todos aí que você tá falando. Aqui tem português, tem índio, tem quilombola,

	tem africano. Agora tem até argentino, Chileno... Aqui em Búzios tem de tudo. A pesca artesanal [...] é uma forma de alimentação. No começo, no início da pesca aqui, era tipo assim, não tinha muita gente aqui na Rasa antigamente. (Eram) os meus bisavôs, os meus amigos deles. A gente podia contar nos dedos quem é pescador. Se tinha aí vinte pessoas, acho que até mais. Mas essas pessoas foram morrendo, vai se acabando a cultura. E hoje em dia os jovens não querem saber de pescaria, não. É só pra quem gosta mesmo. Mas a pesca aqui foi originada pelos avós desses coroa aí [...] os avós deles, os bisavós deles que já tinham essa cultura antigamente já. Pra poder alimentar, alimentação, uma forma de trocar o peixe por outro alimento, uma forma de sobrevivência mesmo. Que não tinha loja, não tinha... Nem carro passava aqui.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Ao analisar, sob o ponto de vista denotativo, as respostas à pergunta 3.2.1, “O que você sabe ouve falar sobre o início da pesca artesanal no Brasil?”, percebemos narrativas bastante distintas. As pessoas quilombolas de Búzios atribuem a origem da pesca artesanal no Brasil à transmissão de conhecimentos tradicionais entre gerações (Selma) e à probabilidade de que pessoas negras sejam protagonistas desse tipo de trabalho, visto que é um “trabalho pesado” (Valmir). Também se menciona a Marinha no século XIX, enfatizando aspectos econômicos e de segurança no mar. Como disse Adonis, "pra competir com as empresas [...] a Marinha, a capitania, era mais uma forma de proteger um pouco o pescador". Em Búzios, apenas Margareth expressou sua opinião sobre o tema, vinculando a origem da pesca artesanal inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos portugueses.

No nível conotativo, nota-se um desconhecimento teórico e histórico entre os entrevistados sobre a origem de sua atividade profissional em âmbito nacional. Entretanto, quando há referências, como na fala de Adonis sobre a Marinha, isso reforça as reflexões iniciais deste capítulo, nas quais abordamos a incomodidade de perceber o domínio do discurso do senso comum. Tal discurso apresenta uma narrativa “oficiosa” que supervaloriza a contribuição dos colonizadores do Brasil, especialmente dos invasores portugueses e da Marinha brasileira, na organização social da pesca artesanal praticada atualmente na região.

Em relação às respostas à pergunta 3.2.2, “O que você sabe sobre o início da pesca artesanal aqui na sua comunidade?”, as percepções denotativas indicam que as pessoas quilombolas de Armação dos Búzios mencionam uma origem da pesca artesanal local, datada de pelo menos 250 anos, com contribuições intergeracionais das populações negras, além da miscigenação entre portugueses, indígenas e

africanos. Nesse contexto, destacam o papel dos homens, a pesca de arrastão e a pesca de linha. Em Arraial do Cabo, as mulheres mencionam a contribuição dos negros e portugueses (Cleusinha, Prainha) e dos indígenas (Margareth, Praia Grande) para a origem da pesca artesanal em sua comunidade. Também ressaltam a prática de salga dos peixes e a pesca em canoa, mencionando que, antigamente (na década de 1990), esse trabalho exigia muito esforço dos pescadores. Em resumo, em menos de 50 anos, houve uma grande mudança tecnológica nos métodos de pesca em Arraial, facilitando a captura do pescado.

Finalizando as análises relativas ao aspecto da Ancestralidade, vamos acessar as percepções memoriais das pessoas entrevistadas, relacionadas à manutenção cultural da pesca artesanal nas cidades pesquisadas, por meio dos dados obtidos com as respostas das questões trabalhadas no Quadro 25: 3.2.1 Desde que você aprendeu a pescar, você acha que o modo de pescar continua igual ou mudou?; 3.2.2 Se mudou, o que mudou?; 3.2.3 Você acha que na sua forma de pescar existe algum aspecto que se mantém igual aos ensinamentos de quem lhe ensinou?; 3.2.4 O que você não gosta na sua profissão?

Quadro 25 - Aspecto 3: Ancestralidade – elemento manutenção cultural

3.2 Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?	
3.2.1 Desde de que você aprendeu a pescar, você acha que o modo de pescar continua igual ou mudou? 3.2.2 Se mudou, o que mudou? 3.2.3 Você acha que na sua forma de pescar existe algum aspecto que se mantém igual aos ensinamentos de quem lhe ensinou? 3.2.4 O que você não gosta na sua profissão?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha, 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora
3.2.1 e 3.2.2 Vem desde a ancestralidade, quando as mulheres iam para a beira da praia escalar o peixe para salgar [...] Então e o nosso dia a dia. E a nossa vida. A pesca artesanal não é de agora. [...] O mulato velho é um prato de negro. O peixe com banana é um prato do negro, porque a farinha, o pirão e o peixe salgado. Então, a gastronomia da pesca artesanal é muito enraizada com o indígena, né? Os índios que aqui habitavam que era de Tamoios, os tupis, os tupinambás, os guaranis. E com os negros que vieram aqui, se refugiavam nessa, não vou dizer que colônia, nessa civilização, nessa mistura que é Arraial do Cabo, é uma mistura muito grande. E aí um acrescentou a origem do outro, porque a farinha vem de onde? A farinha vem mesmo do povo de África. Os indígenas plantavam a tapioca e aí, então surgiu o pirão que surgiu o peixe salgado com banana e o pirão de banana e o mulato velho, porque eram verduras legumes que plantava nas roças do morro. E faz aqueles legumes. O peixe salgado regado no azeite dos portugueses, é tudo uma mistura.	3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3. Continua igual. Aqui a gente pesca de puça, a gente pesca de linha, a gente corre atrás de siri, o siri corre atrás da gente. O modo é o mesmo. Só mudou uma coisinha, porque antigamente a gente chegava na praia e tinha aquelas lagoinhas. O mar secava e ficava aquelas lagoinhas. Naquelas lagoinhas ficavam os siris. Só que os siris eles se escondiam. Se aterravam. Aí a gente ia dentro da lagoa, a gente olhava, começava a procurar, só via o olhinho do siri. E pegava ele. Hoje já não tem mais a lagoinha. A maré quando seca, já vai secando direto. Então o siri já vai acompanhando a maré. É a única coisa que modificou. A forma de pescar continua a mesma. Sempre foi a mesma. 3.2.4 Ficar sem ir pra praia, isso é o que eu não gosto. Ficar sem ir pra praia me mata.

3.2.3 Ultimamente nós temos feito mergulho porque tá muito no fundo as pedras com marisco, mas quando a gente quer catar por cima, a maré seca é melhor. Então, quanto mais cedo a gente for pra mariscar o marisco, a mariscada melhor.	
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha
3.2.1 e 3.2.2 Não. Evoluiu muito. Mudou a forma de pescar. Mudou o apetrecho de pesca. Hoje você não trabalha mais com um lampião. Você usa uma lâmpada de LED. Hoje você usa uma bateria de moto de carro para poder deixar sua lâmpada acesa. Antigamente você carregava...Lampião, querosene, tudo você tinha que levar. Hoje não. Hoje você liga a sua lâmpada numa bateria de um barco e pesca a noite toda. Evoluiu muito. Não que eu considere uma boa evolução. Não considero. Eu acho que a forma artesanal antiga era muito melhor. Apesar de ser um material mais perigoso. Porque aí você lidava com lampião de vidro, bujão de gás, querosene. Então eram inflamáveis, que trazia mais risco para o pescador. Mas eu ainda assim acho que a pesca antiga era melhor do que essa evolução toda. Porque hoje não existe o respeito pela pesca. Se diz para você que você só pode pescar com 60 watts de lâmpada, você chega no mar, tem 200 watts em cada barco. É uma falta de respeito. E com isso também afasta a própria pescaria. O pescador não entende que ele mesmo está destruindo o ecossistema onde ele trabalha, onde ele tem que sustentar a família dele. Eu venho discutindo muito isso com o ICMB. Eu acho que não pode. Eu acho que a gente tem que respeitar, é aquilo que é permitido. Então tem que ser aquilo que a gente tem que fazer. E não está acontecendo. Porque hoje, lá no mar, você não tem... O pescador antigo, ele não está lá. E o pescador que respeita o mar, são poucos hoje. Hoje todo mundo é pescador. Porque chega ali, entra no barco, liga a lâmpada, joga a linha, acabou. E isso não é pescador artesanal. Isso não é. Eles não respeitam. Eles não querem respeitar. Eles não querem saber se é 60 watts que você pode botar de lâmpada. Eu boto 200. Ah, se dane o resto. Eu quero é matar o meu peixe, pronto. E eu não vejo a pesca assim. A pesca eu vejo da forma que eu comecei. A tradicional pesca. Puxar a rede, pesca de cerco, pesca de linha, mas dentro do barquinho, na pedra. Eu acho que é isso que é artesanal. É isso que a reserva tinha que permitir. E não é isso que acontece. 3.2.3 Ah, sim. Total. A forma, exatamente. A forma de pescar é de jogar a linha, de preparar a linha. Eu não pesco de varinha. Eu pesco como todo pescador antigo pescava. Se é da pedra, você roda para jogar a linha. Se é do barco, você solta a linha no fundo, você não roda. Você só solta a linha no fundo. Eu acho que é igual. Não tem diferença, não. Porque eu pesco, às vezes, com um pescador antigo e a forma é a mesma. 3.2.4 Difícil dizer para você o que eu não gosto. Porque eu amo pescar. Tudo que envolve a pesca eu gosto. Eu não tenho problema nenhum. Ah, porque eu vou botar a mão no peixe, porque tem cheiro do peixe, porque estou suja de peixe. Eu acho que a única coisa que me deixa receosa na pesca é quando eu pego um mar alto. Porque eu já estou lá. E aí me deixa bem apreensiva. Fora isso. Eu gosto de tudo.	3.2.1 e 3.2.2 Tipo assim, artesanalmente, continua igual. A pesca artesanal, ela já se faz há muitos anos no Brasil, por inteiro. Porém, há lugares que não prevaleceu as raízes da pesca artesanal, porque também, além de não ter peixe, ou a pescaria não dar sequência àquele tipo de pescaria, e aí acabou perdendo essa história. (Porque hoje a) pescaria é indústria, né? O barco industrial mudou muito, né? Que os barcos industriais passam lá por cima das ilhas arrastando, acabando com tudo. Eu tive a oportunidade de subir num barco de arrastão uma vez. Uma pilha assim de mais de 50 centímetros de peixe. Os caras separam os peixes assim acima de 20 centímetros, 30 centímetros eles separam, botam nas caixas. Os menores jogam tudo fora pra água. Tipo uma enxada grande assim, na puxa, jogam tudo pra água. Eu achei aquilo absurdo. E você não pode tirar foto, não pode filmar, senão os caras te matam lá dentro do barco. E jogam pra água. Uma pilha assim, um barco de 15 metros assim. Tudo morto o peixe que a gente mata. A linha também era diferente. O nylon se desenvolveu após a descoberta do petróleo, o maior efeito do petróleo. Quer dizer, na época não tinha isso. A linha era feita de casca de arueira, de casca de coco. Enrolava aquela linha e fazia uma linha de pesca, que depois tinha que passar, inclusive, uma seiva que você tira da arueira para poder ela ficar bem uniforme para você pescar. Hoje já está modernizado. 3.2.3 (Por exemplo) a pesca, no ganhamento, você já tem a sagacidade no (conhecimento do) que é a pesca. Porque, às vezes, você vai pro mar, você leva uma isca sardinha. Aí o peixe não quer sardinha. Então, você tem que ter dois, três tipos de isca. Você leva sardinha, você leva camarão, você leva um peixinho assim chamado Faneca, que é quando você vai diversificando a isca até ela sentir vontade de pegar naquela isca. Aí a gente acaba comprando uma sardinha congelada, e compra camarão também. Camarão Sete Barbas, que é o que ela gosta. É o que a gente leva. 3.2.4 Tá basicamente extinto, acabando hoje. Você tem a pesca predatória e essa pesca predatória ela tem destruído [...] quer dizer, já acabou com o sustento do pescador e ao mesmo tempo ela, ela, pesca predatória que é, ela mata o grande e mata o pequeno, mata o médio, entendeu? Então tá acabando o já quase que extinta a nossa pesca.
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor
3.2.1 e 3.2.3 Igual. Exatamente a mesma. [...] o modo de pescar mesmo continua o mesmo. 3.6.3.2.2 A única coisa que mudou é o que a gente via antes no mar. A quantidade de peixe que a gente	3.2.1 e 3.2.2 A gente mata na linha. (Já) o arrastão puxa, joga pra dentro do barco ali e já tá morto. Aí joga pra água e não tem como (o pescado) sobreviver mais. Tira o alimento de muita gente, tira o peixe que tá crescendo. Vai acabando tudo, os

pescava antes não é a mesma de hoje. Antigamente tinha muito mais fartura em questão a peixe, a quantidade. Hoje em dia está quase escasso. Hoje em dia está escasso (também) o pescador. Hoje ninguém quer mais fazer, hoje ninguém quer mais pescar. Essa juventude de hoje, você vai procurar, vamos pescar alguma coisa, tem uma pescaria. Ninguém mais quer, infelizmente. É uma coisa que eu sei que daqui a um tempo pode deixar de existir. Entendeu? Há quinze, vinte anos atrás [...] eles me davam lá um trocado de cinco reais, dez reais. E eu ficava todo feliz. Hoje em dia...se a pessoa que vem pescar a primeira vez, não sabe nada. Não sabe nada. Não sabe fazer nada. Não sabe fazer... Mal sabe enrolar o cabo. Se você não dá um quinhão a ele... Já fica brava. Não, não pesca, não pesca. Não vem não. Se não falar que não vai ganhar um quinhão, não pesca não. 3.2.4 O que eu não gosto na minha profissão é gente chata. Porque às vezes a gente pega umas pessoas encravadas assim. Até às vezes a gente pesca muito lá na beira, vem muito turista. Às vezes vem um turista, querendo comprar peixe. Mas aquele turista chato, que tá bêbado, já ficou o dia todo bebendo na praia. Eu já tirei gente na frente de arma, pescador na frente de arma. Pessoa vem armada. É o tipo da situação, que às vezes a gente tem... Não tô falando que o pescador é santo, a gente tinha um aqui que era encravado mesmo.	arrastões que vão matando os grandes, o pequeno também, e não cresce, não se reproduz e vai só ficando escasso. Tem também o tal do chupa-cabra, já ouviu falar? O navio, a sísmica da Petrobras ou das outras empresas de petróleo. Quando passa aqui no mar, aqui, fez tipo uma sonda, a sísmica quando passa aqui fica meses sem peixe. Não é que mata, espanta. Aí joga tipo um sonar assim pro fundo, que ele bate e volta. Pra poder saber com o tipo de rocha, se tem óleo ou não. Só que isso aí, os peixes debaixo d'água, muitos peixes morrem, e os que não morrem se afastam. É o navio chupa-cabra da sísmica. Aí depois que ele passa, tem relato de pescador falando que o chupa-cabra passou no pesqueiro do pargo, os peixes sumiu tudo, dois anos, agora que tá aparecendo uns pargozinho. 3.2.3 É a mesma coisa. É a mesma coisa que eu aprendi. Não tem manejo diferente [...] A técnica que se mostra até hoje é o jeito de remar. O jeito de gente rema de costas, da gente rema de frente. É o jeito de preparar as linhas. Que pra você amarrar o naylon tem uma tecnicazinha pra ele não correr. Nós mesmos que consertamos os nossos barcos, trocamos tábuas, cola, entendeu? Aquela manutenção, né? Cada um faz a sua manutenção do barco aqui. E isso é conhecimento antigo. É, uma técnica que a gente vai vendo as outras pessoas fazerem e você vai aprendendo e mantém aquele mesmo padrão. 3.2.4 Não matar peixe. Você saí e volta sem nada, é ruim.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Considerando que as pessoas entrevistadas das duas cidades, em sua maioria, responderam conjuntamente às perguntas 3.2.1, “Desde que você aprendeu a pescar, você acha que o modo de pescar continua igual ou mudou?” e 3.2.2, “Se mudou, o que mudou?”, partimos para a análise denotativa das respostas das pessoas residentes em Búzios. De maneira unânime, as pessoas quilombolas acreditam que o modo de pescar praticado na região, em si, se mantém igual. Nesse sentido, foram citadas a pesca com puçá e a pesca de linha. O que mudou na região foi a ocupação territorial do mar em relação à praia:

> Antigamente a gente chegava na praia e tinha aquelas lagoinhas. O mar secava e ficava aquelas lagoinhas. Hoje já não tem mais a lagoinha. A maré quando seca, já vai secando direto. Então o siri já vai acompanhando a maré. – Relata Selma (Selma, 2023)[135].

Valmir cita a mudança no ambiente de pesca provocada pela pesca industrial na região, que influencia diretamente a escassez de peixes nos pesqueiros:

> Os barcos industriais passam lá por cima das ilhas arrastando, acabando com tudo. [...] Os caras separam os peixes assim acima de 20 centímetros, 30

[135] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios - RJ.

> centímetros eles separam, botam nas caixas. Os menores jogam tudo fora pra água. Eu achei aquilo absurdo. Tudo morto o peixe que a gente mata (Valmir, 2023).

E também fala da mudança do apetrecho linha:

> A linha também era diferente [...] era feita de casca de arueira, de casca de coco. Enrolava aquela linha e fazia uma linha de pesca, que depois tinha que passar, inclusive, uma seiva que você tira da arueira para poder ela ficar bem uniforme para você pescar (Valmir, 2023)[136].

Adonis (2023)[137] também destaca como o método de arrastão, utilizado pela pesca industrial, é prejudicial à pesca artesanal. Ele relata que "tira o alimento de muita gente, tira o peixe que tá crescendo. Vai acabando tudo, os arrastões que vão matando os grandes, o pequeno também, e não cresce, não se reproduz e vai só ficando escasso (Adonis, 2023). E também cita como as sondas sísmicas dos petroleiros matam ou afastam os peixes do local o qual aborda "o tal do chupa-cabra, já ouviu falar? Quando passa aqui no mar, aqui, fez tipo uma sonda, a sísmica quando passa aqui fica meses sem peixe [...] muitos peixes morrem, e os que não morrem se afastam" (Adonis, 2023).

No âmbito denotativo, as informações obtidas a partir das respostas das pessoas residentes em Arraial apontam para o fato de que, na Prainha, os tipos de pesca mantiveram sua tradição ancestral, com ênfase na pesca de canoa e no beneficiamento do pescado. Isso inclui a escalada e a salga do peixe, além de como alguns pratos resgatam as origens locais, como o mulato velho (com legumes e verduras), o peixe com banana, a farinha (de origem africana), a tapioca, o pirão de banana e o peixe salgado (de origem indígena), além do peixe salgado regado no azeite (de influência portuguesa). Em relação às mudanças, Otávio é contundente:

> Antigamente tinha muito mais fartura em questão a peixe, a quantidade. Hoje em dia está quase escasso. Hoje em dia está escasso (também) o pescador. [...] Essa juventude de hoje, você vai procurar [...] ninguém mais quer, infelizmente. É uma coisa que eu sei que daqui a um tempo pode deixar de existir (Otávio, 2023)[138].

Na Praia Grande, foram apontadas mudanças na forma de pescar e nos apetrechos de pesca:

---

[136] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios - RJ.
[137] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios - RJ.
[138] Entrevista concedida em novembro de 2023, na Prainha, Arraial do Cabo-RJ.

> Hoje [...] você usa uma lâmpada de LED. [...] Antigamente você carregava...Lampião, querosene, tudo você tinha que levar. [...] Hoje você liga a sua lâmpada numa bateria de um barco e pesca a noite toda. Não que eu considere uma boa evolução. Porque hoje não existe o respeito pela pesca. Se diz para você que você só pode pescar com 60 watts de lâmpada, você chega no mar, tem 200 watts em cada barco. O pescador não entende que ele mesmo está destruindo o ecossistema onde ele trabalha. [...] E o pescador que respeita o mar, são poucos hoje. Hoje todo mundo é pescador. Porque chega ali, entra no barco, liga a lâmpada, joga a linha, acabou. E isso não é pescador artesanal. – Disse Margareth (Margareth, 2023).

Considerando a perspectiva analítica conotativa, percebemos, tanto nas entrevistas realizadas em Búzios quanto em Arraial do Cabo, a existência de um grande esforço por parte dos pescadores para manter suas tradições pesqueiras. No entanto, a pesca artesanal nas duas cidades vem sofrendo impactos reais, decorrentes do modo predatório da pesca industrial, da atuação de grandes navios, dos abalos sísmicos provocados pela exploração marinha de petróleo, da pesca irregular na região, da lógica capitalista voltada à obtenção de grandes lucros, entre outros fatores (como o turismo de larga escala, o surf, a pesca subaquática, a pirataria e a especulação imobiliária), mencionados em outras entrevistas, mas não abordados pelas pessoas escolhidas como nosso universo final de pesquisa.

A junção desses fatores resulta na escassez de quantidade e qualidade do pescado, tornando a pesca artesanal, a cada dia, mais insustentável como forma de subsistência econômica para os pescadores locais. Isso os leva a não iniciar nem mesmo seu percurso de aprendizagem no ofício ou a buscar outras profissões para sustentar suas necessidades. Um grande indicativo desse iminente colapso de uma forma de vida ancestral é o fato de que todas as pessoas entrevistadas possuem profissões acessórias, pois essa atividade, enquanto geradora de economia familiar, há muito já não lhes sustenta. Essa realidade aponta para um futuro incerto da prática da pesca artesanal nas cidades pesquisadas.

Buscando compreender se e como os conhecimentos e as tradições comunitárias no âmbito da pesca artesanal, realizada na Região dos Lagos, estão sendo mantidos atualmente, acessamos as respostas à pergunta 3.6.3.2.3: "Você acha que, na sua forma de pescar, existe algum aspecto que se mantém igual aos ensinamentos de quem lhe ensinou?"

Pela abordagem denotativa, podemos concluir que, de fato, todas as pessoas entrevistadas pertencentes a este escopo analítico, tanto de Arraial quanto de Búzios, afirmaram que, em sua essência, mantêm o modo de pescar ensinado por seus

preceptores. A exceção é o caso da marisqueira Cleusinha, que precisou incluir em seu modo de pescar na Prainha a modalidade de mergulho para continuar mariscando, relatando que “está muito no fundo as pedras com marisco” (Cleusinha, 2024).

Além disso, Valmir, praticante da pesca de linha na Praia da Gorda, em Búzios, aponta que em seu modo de pescar há a inclusão de conhecimentos pessoais adquiridos ao longo do tempo, os quais ele denomina “sagacidade” como “no ganhamento, você já tem a sagacidade no (conhecimento do) que é a pesca. Porque, às vezes, você vai pro mar, você leva uma isca sardinha. Aí o peixe não quer sardinha. Então, você tem que ter dois, três tipos de isca” (Valmir, 2023).

Portanto, dentre as características de pesca citadas que se mantêm até os dias de hoje, as pessoas quilombolas de Búzios mencionaram: tipos de isca (sardinha, camarão sete-barbas e faneca); pesca de puçá (siri) e de linha; o jeito de remar (de frente e de costas); a forma de preparar as linhas para a pesca e a autonomia para realizar a manutenção da embarcação. Em Arraial, foram citados: a maré seca e o amanhecer como os melhores horários para catar mariscos; a forma de jogar (rodar a linha para lançar, se for pesca na pedra, e, se for de barco, soltar a linha no fundo) e o preparo da linha.

Na abordagem conotativa, percebemos, mais uma vez, o grande esforço das pessoas entrevistadas em garantir a manutenção da tradição comunitária, por meio da perpetuação dos gestos de seus ancestrais, como disseram Margareh e Adonis.

> Eu acho que é igual. Não tem diferença, não. Porque eu pesco, às vezes, com um pescador antigo e a forma é a mesma (Margareth, 2023).
>
> E isso é conhecimento antigo. É, uma técnica que a gente vai vendo as outras pessoas fazerem e você vai aprendendo e mantém aquele mesmo padrão (Adonis, 2023).

Finalizando as reflexões propostas no Quadro 25, acessaremos as respostas obtidas com a pergunta 3.2.4: "O que você não gosta na sua profissão?" No domínio denotativo, enquanto em Búzios percebe-se uma preocupação com a própria manutenção da vida das pessoas pescadoras artesanais e também com a atividade produtiva local, em Arraial foram destacados fatores como o turismo, o alcoolismo e a segurança pública, que têm impactado negativamente a atividade na Prainha. Além disso, na Praia Grande, há o enfrentamento das condições ambientais em alto-mar.

Já pelo domínio conotativo, percebemos que a realização periódica de sua atividade pesqueira é essencial para o bem viver das pessoas entrevistadas:

> Ficar sem ir pra praia, isso é o que eu não gosto. Ficar sem ir pra praia me mata. – Respondeu Selma (Selma, 2023).
>
> Porque eu amo pescar. Tudo que envolve a pesca eu gosto. Eu não tenho problema nenhum. – Respondeu Margareth (Margareth, 2023).

Existe também, nas narrativas dos pescadores quilombolas da Rasa, um incômodo e, até mesmo, uma denúncia sobre a possibilidade de sua própria sustentabilidade e da extinção da atividade na região:

> tá basicamente extinto, acabando hoje. Você tem a pesca predatória e essa pesca predatória ela tem destruído. Quer dizer, já acabou com o sustento do pescador. – Respondeu Valmir (Valmir, 2023).
>
> Não matar peixe. Você saí e volta sem nada, é ruim. – Respondeu Adonis (Adonis, 2023).

Detalhe: esta entrevista com Adonis foi realizada após ele nos levar para o mar para pescar. Ficamos lá fora pescando por mais de duas horas, e ele saiu da pescaria apenas com um bagre de 20 centímetros, pesando menos de 1 quilo (assista a um trecho da pescaria aqui relatada no filme *REMEMORAR: Histórias Pesqueiras*, tempo 3:19). E não foi por falta de habilidade ou de um bom local de pesca. Realmente, as condições pesqueiras na Praia da Gorda e em todas as regiões de pesca do Quilombo da Rasa estão sendo severamente afetadas por todos os fatores acima citados.

Finalizando as análises do aspecto da ancestralidade, encontramos as seguintes respostas para a pergunta 3.2: “Como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?”: pela perpetuação e transmissão de conhecimento dos gestos ancestrais; incentivando a participação das crianças nas pescarias, de forma familiar; ampliando a participação feminina; diminuindo o preconceito de gênero no ambiente da pesca; criando um território marinho exclusivo para a pesca artesanal, como as reservas marinhas, em todas as praias da região; mudando a perspectiva capitalista de exploração de outras atividades econômicas no território da pesca artesanal (pesca industrial, atividades petrolíferas, turismo náutico, empreendimentos imobiliários próximos às praias vocacionadas para a atividade da pesca artesanal); e valorizando e divulgando os valores ancestrais da pesca artesanal nos locais onde é praticada.

4.4 Categoria de análise 4: Atuação sócio-política

Nesta categoria analítica, buscamos explorar, por meio das lembranças das pessoas entrevistadas, as ações políticas e as conquistas de direitos dos pescadores e pescadoras artesanais do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e em Arraial do Cabo, ocorridas nos últimos 10 anos. Para alcançar esse objetivo, no Quadro 23, trabalharemos com a questão-chave 3.6.3.3: Quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos? Nesse sentido, consideraremos as respostas para as seguintes questões:

- 3.3.1 Você está registrado(a) na Colônia de Pescadores? Se sim, desde quando?
- 3.3.2 Você conhece e/ou participa de algum grupo de pescadores que luta por seus direitos?
- 3.3.3 Você tem assento como representante em alguma instituição ou comissão representativa da pesca artesanal?
- 3.3.4 Você conhece alguma política municipal, estadual ou nacional de apoio à pesca artesanal? Se sim, quais?
- 3.3.5 O que é política para você?

Quadro 26- Aspecto 4: Atuação sócio-política

3.3 Quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?	
3.3.1 Você está registrado/a na Colônia de Pescadores? Se sim, desde quando? 3.3.2 Você conhece e/ou participa de algum grupo de pescadores que lutam por seus direitos? 3.3.3 Você tem assento como representante em alguma instituição ou comissão representativa da pesca artesanal? 3.3.4 Você conhece alguma política municipal, estadual ou nacional de apoio a pesca artesanal? Se sim, quais? 3.3.5 Para você, o que é política?	
ARRAIAL	BÚZIOS
A) Cleusinha, 1962 quilombola, marisqueira e beneficiadora Membro fundadora e presidenta da Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte – MUPAAP (2018)	B) Selma, 1972 quilombola, marisqueira e beneficiadora Membro fundadora e presidenta da Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa (2022). Membro do Conselho Municipal de Pesca.

3.3.1 Sim. Desde 2000.	3.3.1 Sim. Desde 2000.
3.3.2 Bem, a nossa cooperativa [...] nós somos 20 pessoas, sendo que nós somos 70% mulheres e 30% homens. Todos descendentes da pesca artesanal, todos ligados diretamente, nem diretamente não, diretamente da pesca artesanal. Começamos essa reunião e surgiu IFF, que é aqui dentro da nossa favela, da comunidade, entrou como parceria também com o IFRJ, e depois gerou os PEAs, o Projeto de Educação Ambiental. [...] Agora eu posso dizer que eu sou idealizadora desse projeto de uma comunidade da Prainha [...] onde eu enxergava que as mulheres não tinham visibilidade nenhuma dentro da cadeia produtiva da pesca, e as necessidades quando o marido perdia, o marido morria, né? A necessidade da família continuava pior, sendo que a mulher continuava fazendo esses mesmos trabalhos como pescadora, beneficiadora da pesca artesanal, pescadora. Veio o intuito dessa ideia. E por quê também? Porque a Prainha, ninguém nunca deu visibilidade. Todos os recursos e benefícios que vinham de royalty, de Pecap[139], ia pra Praia Grande, pra Praia do Anjo, mas pra Prainha não vinha. Aí falaram, então vamos juntar esse grupo de mulheres e vamos conversar, não a gritar, mas mostrar que aqui também tem mulheres, tem pesca artesanal, que nós temos o nosso direito. Não é só o dever de limpar peixe e ajudar na renda familiar e botar o peixe pra vender, não.	3.3.2. No momento, eu estou como presidente da Associação Marisqueira Quilombola da Rasa, e temos 80 associadas. Existe desde 2022. Eu tô na Secretaria de Pesca. Conselheira do Conselho de Pesca. Participo. Participo na Colônia de Pesca e participo na Secretaria de Pesca. Pescarte também participo, estou no grupo GG (Grupo Gestor). Também tô no PEA Foco, que trabalha também com pesca.
3.3.3 Então, nós fazemos parte da cadeia produtiva da pesca artesanal. Nos vemos reconhecidas. Somos mulheres, hoje, com vez. Porque participamos de projetos de educação ambiental, que nos uniu e nos deu vez. E, com isso, nos deu armaduras, nos deu ferramentas de conquista, vou nem dizer de luta. Através dos PEAs, nós conseguimos ter ferramentas de conquista. Conquista é esta. Há um direito à manifestação dentro das políticas públicas, direito a ter o próprio documento.	3.3.3 Olha, eu atuo nos órgãos públicos. Eu sei que pode ajudar. Hoje eu estou como conselheira da pesca. No que eu puder [...] ajudar os meus pescadores, eu vou ajudar, porque meu povo, ele é um povo muito sofrido, já vem sofrendo desde lá de trás até hoje ele sofre. [...] Então instituições que trabalham com pescadores. Bom, eu sou uma delas, [...] porque ninguém bota a cara. Não tem mais grupo. Porque o presidente dos pescadores que era pra lutar pelos pescadores que é da Rasa, ele não lutava. Até então ninguém sabia nem quem era o presidente dos pescadores. Só surgiu a presidente das marisqueiras que sou eu. Aí eu comecei a fundar. Procurei saber ali na secretaria de pesca quem era o presidente dos pescadores lá da Rasa, [...] porque não é possível que os pescadores não tenham um presidente pra ficar largada daquele jeito que os barracões lá tudo caindo. Aí foi aí que eu fiquei sabendo que tinha sim um presidente, mas os pescadores não compareciam nas reuniões, só que quem comparecia era ele. [...] Porque os pescadores mesmo não se interessavam em saber. E eles não sabiam que tinha um presidente. Entendeu? Quando eu falei, não, tem sim. Tem um presidente na colônia dos pescadores, sim. Só que vocês tem que tomar iniciativa de cobrar a ele. Aí foi que eles os pescadores lá são assim, são muito tímidos pra falar. Até pra o Pescarte mesmo chegar pra eles, pra conversar, pra fazer um censo, é uma dificuldade. Eles são muito tímidos. Agora eu chego na beira da praia ninguém tem timidez.
3.3.4 As beneficiadoras serem reconhecidas dentro da lei que rege o país como pescadora artesanal. Atualmente, todas as mulheres, todas as mulheres, cada região do Brasil, a Oceana convidou as mulheres para reorganizar, organizar a lei da pesca no Brasil. Dentro dessa organização, surgiu a Cartilha das Mulheres, Cartilha das Mulheres da Pesca Artesanal, no qual nós enviamos para o ministro da pesca, enviamos para senadores, enviamos para deputados, para sermos ouvidas. Para ser ouvida a nossa necessidade, a necessidade dentro do INSS, a nossa necessidade ao conselho das políticas públicas voltada para as mulheres. Então, isso é um avanço muito grande. A educação também é um avanço muito grande dentro desse movimento de mulheres da pesca artesanal.	3.3.4 Bom, o direito que eu tenho é contribuir com a colônia e receber o meu defeso. São três meses de defesa ou quatro. Mas pra mim receber o meu defeso eu tenho que estar com o INSS ativo. Da qual eu ainda nem dei entrada no meu defeso porque eu estou devendo o ano inteiro do INSS. Aí antes foi na época do Chita. Aí quando o Dominique entrou tivemos que fazer tudo de novo. Novo cadastramento. Que aí já foi em 2021. Mas aquele de 2020 ficou valendo. Então eu contribuí direitinho em 2022 eu recebi o meu defeso. Esse ano é que eu ainda não dei entrada porque eu estou devendo lá o INSS. [...] Eu fiquei sabendo há uns dois ou três meses atrás que eu tenho direito de dar entrada no DAP. Se não me falha a minha memória o DAP é um dinheiro do governo para a família da pesca ou para agricultura. Inclusive eu estou esperando eu pagar o INSS, para que eu possa pedir o Dominique para dar entrada nesse DAP para mim.
3.3.5 Existem dois tipos de política. Tudo o que nós fazemos é política, né? Existe a política social e a política partidária. Tudo isso se aprende também. Porque, para nós, a política era só política partidária, política não presta, não. A política partidária nasceu para mudar, para trazer mudança, para trazer democracia, mesmo que alguns não enxerguem isso, muitos que a maioria brasileira ainda não entende, assim como eu não entendi, e aprendi através dos PEAS, Projeto de Educação Ambiental, que implantavam dentro de Arraial do Cabo, até isso nos ensinou sobre política partidária e política social. Então, a política social trabalha com todo o seu interesse, mesmo a política partidária tem interesse, sabe por quê? Não só de melhoria, mas também financeiro. Tem, porque com o interesse financeiro você pode auxiliar pequenas comunidades, tem que haver, não é	3.3.5 Política pra mim é a política de candidatos, presidente, vereador, senador, governador. E tem a política, que eu posso falar agora aqui, políticas públicas, são esses dois tipos de políticas que eu conheço. A política de presidente, senador, governador é para fiscalizar, né, o nosso bairro, a nossa cidade,

[139] PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. São medidas compensatórias para as comunidades pesqueiras afetadas por obras portuárias, exploração de gás e petróleo, etc.

que tenha que haver. Uma coisa é haver para um no solo, unilateral, outra coisa é haver para um todo. Agora, a social também, as duas vêm se emparedando. A política social é no qual eu ou você, nós juntos podemos fazer pelo mundo, não é isso? Com ou sem recurso financeiro. Agora, a política partidária precisa, ela só alavanca se tiver o recurso financeiro, se não, não anda. Desculpa, mas a democracia, não vou dizer também a democracia nem por isso, isso é a política partidária. Não é a democracia, já vem desde lá de trás, onde o rico cada vez ficava mais rico e o pobre cada vez ficava mais pobre. E a democracia vem para dar um ponto de equilíbrio, como dizem os nossos alunos, raça, um ponto de equilíbrio.	saúde, enfim, escola... e, trazer, um bem pra população. As políticas públicas, a gente também tem as leis que são feitas...me falhou agora aqui a memória.
C) Margareth, 1961 pescadora de linha e beneficiadora Membro fundadora e ex-presidenta da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo (2014). Membro do Conselho Municipal de Pesca.	D) Valmir, 1960 quilombola, pescador de linha Membro fundador da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa (2003). Político partidário. Coordenador de Igualdade Racial de Búzios (2025). Atuou como Secretário Municipal de Pesca, Agricultura e Esportes Náuticos (2024). Vereador eleito por dois mandatos (1997 a 2000, pelo PSDB; 2001 a 2004, PFL)
3.3.1 Sim. Eu acho que documental em 2012. 3.3.2 É, eu conheço. O próprio grupo da pesca aqui da nossa reserva luta pelos direitos do pescador. Eu conheço o Grupo da Pesca, eu conheço a Colônia. A Aremac, ela é a detentora da lâmina d'água, do uso da lâmina d'água da reserva. O ICMBio, que faz a fiscalização. O Conselho da Pesca, que vota as leis e as permissões de uso da reserva. E o Grupo da Pesca, que é um grupo constituído só de pescadores, de lideranças, que pega os assuntos que vão pra votação e discute antes o que é importante pro pescador. E a nossa cooperativa. 3.3.3 Eu sou cadeira no ICMBio, eu sou conselheira da reserva (ResexMAR), participo do Conselho da Pesca, do Grupo da Pesca e da Colônia. No Pescarte eu faço parte do GAO. Eu só faço parte do grupo que é composto acho que por 20 pessoas. Eu vou nas reuniões, nas assembleias, nas discussões. 3.3.4 O meu direito de quantidade de pescado, porque por ser uma reserva, o pescador que não é cadastrado, ele tem limite de quilos de pesca, que é 15 quilos. Eu não tenho esse limite, né? Eu tenho direito de pescar onde eu quiser. Ou de barco, ou de pedra, porque dentro de uma reserva você também tem esse limite. E eu também não tenho horário para pescaria, como é imposto a quem não é pescador artesanal. O pescador que não é registrado, ele dentro da reserva, ele só pode pescar até 6 horas da tarde. E a gente não tem... Não tem limite, nem de hora, nem de peso. O fato da nossa cidade se transformar em uma reserva amparou muito o pescador. Deu o direito a você de tirar o seu sustento, e não deixar com que o que vinha acontecendo, que era a invasão da indústria dentro da nossa área de pesca. As outras políticas, alguma coisa chegou para a gente, amparou o pescador amparou a cooperativa é o Pescarte e o Funbio, que é federal. 3.3.5 Eu acho que política é tudo que você tem que decidir na vida. Tudo é uma política, Né? Você ter que, andar, de pensar e decidir junto com outras pessoas. Isso pra mim é política.	3.3.1 Desde 40 anos atrás, por Cabo Frio. Depois, quando o Búzios emancipou (1995), que a gente veio para a pesca aqui, na colônia Z3 de Búzios. A de Cabo Frio é Z4. Z4. 3.3.2 A colônia, muitas vezes na mão do secretário de pesca, da associação de pescadores. São integrantes que lutam por isso. Mas muito pouco. Na verdade, quem luta é a gente, particular, tá? Um eu que não dependo de ficar na mão de alguém. E aí eu faço esse trabalho para ajudar os pescadores. [...] Agora mesmo a empresa que vai explorar o gás aqui no nosso mar. Eu faço parte dessa comissão que eles vão ter que dar uma recompensa ao pescador da Rasa. A gente ganhou essa recompensa. Vamos ganhar um barco de aproximadamente 50 mil para levar os barquinhos para os pesqueiros que eles tiveram que ir. Um barco novo. As marisqueiras vão ganhar toda uma cozinha que vai custar em torno de 45 mil reais a colônia. Vamos ter trecho para a cozinha que eles vão instalar naquele espaço ali, na praia. Quer dizer, então é um trabalho, todo um trabalho que eu participo, que incentivo e que ajudo a trazer esse tipo de benefício ao nosso pescador, ao nosso agente, ao nosso público. 3.3.3 Da associação de pescadores (de Búzios) e da Colônia. Eu fazia parte do grupo ICMBio, que desenvolvia um projeto. Até acho que ele não está desenvolvendo até hoje. Eles tinham um projeto de melhoria das águas do Rio de São João. Eu era integrante dessa comissão. 3.3.4 Porque infelizmente há as leis de pesca, além de não ser respeitada e as poucas leis que tem, não favorece muito o pescador artesanal. uma lei que eu [...] tenho lutado muito para mudar agora, a lei do auxílio ao pescador artesanal de sardinha. Então, essa lei é inconstitucional, e [...] quando eu estava na Secretaria de Pesca, [...] eu pretendia [...] levar para a Câmara, a mudança dessa lei para que os pescadores aposentados ganhem um salário [...] ele passaria a receber esse auxílio que [...] é municipal. 3.3.5 Na política, exatamente numa cidade como é hoje Buzios, hoje ela é basicamente uma questão que ultrapassa qualquer tipo de barreira, porque na verdade, Buzios não vive mais somente da pesca, não vive mais somente da construção civil, mas vive em torno da política também de um município que eu fui

	um dos autores do processo que emancipou e que tornou Búzios em uma grande cidade, e a política hoje, prefeitura de Búzios hoje é um dos maiores empregadores da nossa cidade. A política pra gente é um meio de você trazer a criação pra a sua cidade. A manutenção de uma vida mais adequada dentro do processo político, da regular ou da de uma forma séria e honesta, tá? A melhoria que traz pra nossa cidade e ao mesmo tempo a política é algo de bom. É algo bom quando você quer fazer bem. Quando você, a política ela tem duas facetas, dois lados. Tem o lado bom e o lado ruim. Quando você da se introduz por um caminho do lado bom da política, você passa a viver bons momentos. A cidade passa a ganhar com isso, o município passa a ganhar com isso. Eu vi em Búzios um município que começou com um orçamento de 6 milhões quando emancipado. E hoje vejo que a cidade é uma rica cidade, mesmo ainda tendo grandes bolsões de pobreza, especialmente no lado do que toca ao negro, ao preto, ao afrodescendente, aqui na nossa cidade ainda tem muita desigualdade e que a política podia melhorar e pode melhorar muito essa questão pra ajudar o nosso povo, a nossa gente.
E) Otávio, 1992 mestre companha Canoa Maravilhosa	F) Adonis, 1988 quilombola, pescador de linha, aquicultor Membro fundador da Associação dos Maricultores(as) e Pescadores (as) Artesanais da Rasa - AMAPEAR (2024/2025)
3.3.1 Não, nunca quis, nunca me interessei não. Mas eu tenho um motivo para isso. Porque hoje em dia, eu vejo muito esse negócio de briga. É um poder, um querendo mandar mais que o outro, esses negócios. É briga por causa de dinheiro, é repasse que não chega. E, agora eu acredito eu vou ser obrigado a me registrar. Estava até conversando com o pessoal, parece que não vou poder mais continuar por aqui. Também alguns benefícios para o pescador, às vezes, eu não posso ter direito. Por conta disso, como eu já não tive direito em muitas coisas, eu também nunca me liguei não. Mas, eu para não perder esses direitos, eu vou ter que ficar sem direitos, eu vou ter que me registrar, entendeu? Tanto tempo de pescaria, eu até agora não quis, não. Eu não gosto de estar me envolvendo muito com essa coisa, não. Eu gosto de chegar aqui, pescar, matar, vender meu peixe e sair fora. 3.3.2 Conheço. Aqui especificamente na Prainha, nós temos a presidência da Associação dos Pescadores da Prainha, que é o Renato. Ah, a colônia talvez pode ser que seja um outro grupo. [...] Participar diretamente com eles? Não. Não. Nem quero. Como eu te disse mais cedo, é muita briga. Hoje já tá tendo até divisão entre eles. Divisão, assim, um tá indo pro lado, outro quer montar outro grupo. Então, por conta disso, eu não quero estar no meio, não. 3.3.3 De vez em quando eu vou a algumas reuniões. Por eu representar aqui a minha turma, a minha companha [...] por ser um mestre da canoa eu tenho que, às vezes, representar eles em alguma reunião, por mais que o meu tempo seja curtinho, às vezes tem que tirar o tempo pra ir a uma reunião, alguma coisa. Pra mim, repassar pra eles o que tá se passando. [...] As vezes, por exemplo, o Renato, o presidente, ele marca uma reunião com a colônia. Aí, pede pra nós ir, nós todos pescadores. 3.3.4 Conhecer diretamente, não. Mas já ouvi falar que tem. Mas eu não conheço. [...] Então, eu sei que eu teria direito ao defeso, essas coisas, mas eu em si não posso ter direito, tenho carteira assinada. [...] A única coisa que eu tive direito foi uma vez aqui que infelizmente houve um grande derramamento de óleo, sabe? Em todas as praias aqui, da Região dos Lagos. Então, só um benefício pros	3.3.1 Sim. Z23. Ah, tem um tempo que eu me alistei aqui na Z23 pra tirar meus documentos, Nessa época de 2010. Aí eu não conseguia. Era muito burocrático, né? Aí eu fui pra Cabo Frio, que é a cidade vizinha. Aí me alistei lá na Z4. Aí lá eu consegui a facilidade lá. Isso foi em 2013, 2012. Aí lá tive mais facilidade pra informações, os documentos, os coroas lá me ajudaram muito bem. Agora como trocou aqui a gestão aqui da colônia de Búzios. E eu tô vendo que as coisas tão clareando. Tá tendo mais prestação de contas, entendeu? Que na época eu não conseguia tirar meu documento aqui. Mas acho que agora tá normalizando. O sistema de documentação, de você resolver as coisinhas. Porque o pescador às vezes não sabe resolver as coisas. Tem uns coroas que não sabem nem muito mal escrever. Aí tem que ter uma pessoa responsável pra fazer isso pra ele, que é... A gente corre pra onde? Corre pra colônia. Aí eu tô na colônia desde 2012, 2013. Mas aqui em Búzios, aqui, eu me alistei de novo. No meio do ano. 3.3.2 Tem a associação, que a gente tá montando, Associação dos Maricultores (as) e Pescadores (as) Artesanais da Rasa – AMAPEAR, que, querendo ou não, busca os direitos do pescador. Eu sou um dos fundadores. A gente tá montando ainda. [...]O grupo que luta pelos pescadores aqui é a colônia, porque aí tem a Associação da Maricultura, agora que a gente tá abrindo. Que trabalha com o mexilhão, com ostra, com tudo. Tem as marisqueiras, que estão realçando o nome nativo das marisqueiras quilombolas pescadores. Que eu creio que lutam, sim, por uma causa do pescador. Que elas também são pescadoras. [...] Quando a gente procurar alguma coisa, assim, a gente tá em dúvida com um documento, com alguma... A gente procura a colônia. Porque na verdade, os pescadores em si, como as culturas falam muito aqui, mas é cada um por si. [...]Conselho da Pesca de Búzios. Sou um integrante, mas como eu não tenho o CNPJ ainda, né, que pra você participar tem que ter uma entidade, É o Conselho da Pesca, pelo qual teve uma reunião e até agora não teve mais. E ninguém fica sabendo de nada. E os dinheiros lá vão só gastando com festa, com outras coisas, e o pescador

pescadores. A empresa, a qual foi responsável por esse derramamento de óleo, a gente ficou sem pescar. Porque eu lembro até hoje que a gente pescava, nossa rede vinha sujou, vinha suja de óleo, então os peixes... Tudo morrendo. Morrendo. Então, a gente teve um benefício. Hoje os benefícios que vêm hoje pra nós, aí já é algo municipal. Que é lá da Colônia dos Pescadores. É questão que envolve Aremaque, Colônia... Os negócios todos, que eles repassam o dinheiro pra colônia, a colônia passa o dinheiro, repassa o dinheiro pros pescadores, pra associação nossa aqui da prainha. Cada associação tem o direito a uma porcentagem. E essa porcentagem é lá passada. Aí, com esse dinheiro que chega até a nossa associação aqui da Prainha, o nosso presidente, ele compra a cesta básica pra nós. Mas também é duas vezes ao ano. É uma no inverno e outra no verão. Já recebi a cesta básica. E esse benefício que eu falei que foi o derramamento do óleo. Nada além disso. 3.3.5 É a coisa mais suja do mundo. Onde se envolve dinheiro hoje em dia, infelizmente, envolve corrupção. Então, onde há política, a corrupção, seja qual for a instituição, seja política, na classe, na classe onde nós vivemos hoje, no mundo, é municipal, é estadual, federal, seja lá qual for o mandante. Há corrupção em todas elas, mas seja numa esfera de pesca, numa esfera qualquer dos serviços públicos. É algo que envolve política, que envolve, infelizmente, a corrupção. Pra mim, pra mim, Otávio é a coisa mais suja que existe no mundo. Não deveria ser assim, mas infelizmente é. A tal da política é a pior coisa do mundo. Temos que ter a política, mas ela é muito suja. Uma coisa que deveria pra salvar vidas, no caso, é pra cuidar dos nossos bens. Cuidar do dinheiro. E daqui pra onde vai as demanda? Infelizmente nessas áreas existe a tal da corrupção, por isso ela se torna suja. Porque se não tivesse corrupção, por qual motivo não seria boa? Tá entendendo? Por qual motivo ela não seria boa? Não ia ter porque eles não roubarem. Mas, infelizmente, enquanto há corrupção, há destruição.	mesmo...Mas eu participo, quando tem e quando avisam, que é as coisas que a gente só sabe depois que acontece, é o Conselho da Pesca. 3.3.3 Sim, tem o Pescarte. Eu participo, e creio que tá ensinando muito o pescador. Eu tô aprendendo muito com o PescaArte. [...] Tem uma coisa boa nova acontecendo, pelo qual eu faço parte também [...] Ontem mesmo estava lá participando do curso deles. [...] São dez municípios que estão envolvidos nesse projeto. [...] Nós estamos montando um estatuto, uma cooperativa. Cada cidade, o Pescarte vai abrir uma cooperativa relacionada à pesca [...]. Tem vários projetos [...] tem um laboratório de sementes, de vieiras e ossos [...]. Cozinha industrial, casa de farinha, fábrica de gelo. 3.3.4 O pescador, ele tem direito a um seguro-desemprego, que é o defeso. Dependendo da sua modalidade, da sua espécie que você captura. Acho que tem auxílio-doença. Tem uma cartilhazinha que eu tenho que tem esses direitos tudinhos. Da própria colônia, mas é muitos anos atrás. Ah, tem vários, que agora eu não tô lembrando, não. [...] É, teve outro dia aí que teve uma compensação da empresa de petróleo, que a colônia veio aqui e doou uns potes de cola, né, uma lata de tinta, uma roupa de oliado, aquela roupa pra não molhar, material pra trabalhar.

Fonte: dados obtidos em duas fases da pesquisa de campo, 2023 e 2024.

Inicialmente, é importante contextualizar que, com a pergunta 3.3.1, “Você está registrado(a) na Colônia de Pescadores? Se sim, desde quando?”, buscamos compreender se as pessoas entrevistadas estão atuando de forma regulamentada na profissão de pescador(a) artesanal. Em relação às respostas obtidas, observamos que, entre as seis pessoas entrevistadas nos dois municípios, cinco exercem sua profissão de maneira regulamentada.

Todos os entrevistados do Quilombo da Rasa possuem mais de 12 anos de registro nas Colônias de Pesca de sua região (Z23 - Búzios e Z4 - Cabo Frio): Valmir há mais de 40 anos, Selma há 25 anos e Adonis há cerca de 12 anos. Esse fato indica que as pessoas entrevistadas buscaram se regulamentar como profissionais da pesca artesanal entre os 25 e 32 anos de idade.

Em Arraial do Cabo, as mulheres pescadoras também possuem mais de 12 anos de registro profissional: Margareth há 13 anos e Cleusinha há 25 anos. Contudo, os registros na Colônia de Pesca Z5 (Arraial) ocorreram de forma mais tardia, entre

32 e 50 anos de idade. Já Otávio optou por continuar exercendo sua profissão de maneira informal, mas afirma perceber atualmente a necessidade de se regulamentar para continuar atuando como pescador artesanal.

A seguir, acessaremos as respostas da pergunta 3.3.2, “Você conhece e/ou participa de algum grupo de pescadores que luta por seus direitos?”, com o objetivo de compreender a atuação sociopolítica das pessoas entrevistadas e identificar os agentes e instituições no âmbito da pesca artesanal com os quais têm contato.

Em Armação dos Búzios, foram citadas oito instituições: 1) Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa; 2) Conselho de Pesca; 3) Secretaria de Pesca; 4) Colônia de Pesca Z3; 5) PEA Pescarte; 6) PEA Foco; 7) Associação dos Pescadores; 8) Associação dos Maricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais da Rasa - AMAPEAR. Dentre elas, nos últimos três anos, duas entidades representativas foram criadas a partir da mobilização das pessoas entrevistadas: a Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa (2022, criada por Selma) e a Associação dos Maricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais da Rasa - AMAPEAR (2024-2025, em processo de registro, criada por Adonis).

Em Arraial do Cabo, foram citadas nove instituições: 1) Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte – MUPAAP; 2) Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo; 3) Grupo da Pesca; 4) Colônia de Pesca Z5; 5) Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Aremac); 6) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); 7) Conselho da Pesca; 8) Associação dos Pescadores da Prainha; 9) Instituto Federal Fluminense (IFF); 10) (Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Dentre elas, duas entidades representativas foram criadas a partir da mobilização das pessoas entrevistadas nos últimos 10 anos: a Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo (2014, em Praia Grande, por Margareth) e a Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte – MUPAAP (2018, criada por Cleusinha).

Objetivando compreender a questão da participação cidadã das pessoas entrevistadas, seguimos para a análise dos dados obtidos com a pergunta 3.3.3: “Você tem assento como representante em alguma instituição ou comissão representativa da pesca artesanal?”

Em Búzios, a atuação de representação citada por Selma, como membro do Conselho Municipal de Pesca vinculado à Secretaria Municipal de Pesca e do Grupo Gestor do PEA Pescarte, está atrelada tanto ao fato de ela estar se capacitando nas

ações formativas de vários PEAs quanto ao de ter se tornado fundadora e presidenta da Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa, composta por 80 associadas. Segundo seu relato, sua trajetória como marisqueira, atuando junto aos pescadores locais, amplifica sua representação para outras modalidades de pesca além das marisqueiras.

Por sua vez, Valmir se tornou líder comunitário quilombola e, desde a década de 1990, atua profissionalmente como político partidário na cidade. Provavelmente, é a partir dessas atuações sociais que vem o respaldo para se tornar representante da Associação de Pescadores de Búzios e da Colônia dos Pescadores Z23, além de ter sido representante no ICMBio, na comissão do projeto de melhoria das águas do Rio de São João.

Já quando Adonis se refere à sua participação como representante comunitário, ele ressalta o fato de estar aprendendo a realizar essa representação, participando das atividades formativas do PEA Pescarte, um projeto de mitigação da Petrobras, coordenado pela UENF:

> Ontem mesmo estava lá participando do curso deles. [...] São dez municípios que estão envolvidos nesse projeto. [...] Nós estamos montando um estatuto, uma cooperativa. Cada cidade, o Pescarte vai abrir uma cooperativa relacionada à pesca [...]. Tem vários projetos [...] tem um laboratório de sementes, de vieiras e ossos [...]. Cozinha industrial, casa de farinha, fábrica de gelo. – Relata Adonis (Adonis, 2024)[140].

Trata-se do Projeto de Geração de Trabalho e Renda (PGTR)[141], que prevê a mitigação dos impactos negativos da extração de petróleo no mar da cidade, criando em Búzios novas alternativas de subsistência, de acordo com as necessidades apontadas pela própria comunidade pesqueira. Neste caso, a comunidade buziana escolheu construir três unidades produtivas: Unidade de Processamento de Pescado - UPP, Unidade de Produção de Moluscos - UPM e Unidade de Produção de Sementes - UPS. Além disso, os conhecimentos adquiridos por Adonis possibilitaram a idealização e criação da Associação dos Maricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais da Rasa - AMAPEAR, que está em fase de registro.

---

[140] Entrevista concedida em abril de 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

[141] Saiba mais sobre o PGTR e as oito unidades produtivas, em processo de implantação, nas cidades de Buzios (3) e Arraial do Cabo (4): https://pescarte.org.br/pgtr.

Em Arraial do Cabo, as ações sociopolíticas de Cleusinha estão respaldadas por sua atuação como fundadora e presidenta da MUPAAP, composta por 20 cooperados, entre homens e mulheres. Em sua entrevista, Cleusinha não se refere a um cargo representativo em si, mas ao fato de que, através dos conhecimentos adquiridos e da união da classe pesqueira favorecida pelos PEAs, ela se tornou uma representante feminina no universo sociopolítico da pesca artesanal:

> Atualmente, eu, Cleusa, falo em nome de todas as mulheres da pesca artesanal, de todas as mulheres que estão imbuídas dentro da produtividade da pesca artesanal, que nós sempre tivemos [...] dentro da produtividade da pesca artesanal. Seja como descascadora de marisco, somos pescadoras. Seja como beneficiadora, somos pescadoras. Então, nós fazemos parte da cadeia produtiva da pesca artesanal. Nos vemos reconhecidas. Somos mulheres, hoje, com vez. – Disse Cleusinha (Cleusinha, 2024).

Já Margareth é a precursora das mulheres pesqueiras com atuação sociopolítica na Região dos Lagos. Com mais de 10 anos de fundação e atuação na Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo (composta por 20 mulheres cooperadas, da qual também atuou como presidenta), ela atualmente é representante dos pescadores e pescadoras artesanais no ICMBio, no Conselho Municipal da Pesca e na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo (ResexMAR). No PEA Pescarte, Margareth atua como integrante do Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO). Além disso, ela trabalha como agente social junto ao Grupo da Pesca e à Colônia de Pescadores Z5.

Além das informações sobre a participação sociopolítica de Margareth, é importante trazer à presente análise algumas informações sobre outras formas de participação cidadã desempenhadas pela Cooperativa de Mulheres Nativas. Estamos falando da atuação conjunta de Zenilda[142] nos locais de debate e tomada de decisão.

---

[142] Trechos da entrevista de Zenilda: A nossa cooperativa surgiu basicamente de um curso que eu e mais três colegas [...] fizemos no IFE. Era um programa do governo federal, à época era a presidenta Dilma [...] um programa chamado Mulheres Mil. Dali saiu a ideia e nós fundamos a cooperativa em 2014, Então [...] dez anos de existência da cooperativa com um trabalho voltado só para mulheres. Mulheres na pesca, mulheres no beneficiamento, mulheres no processamento [...]fazendo kibes, nuggets, almôndega, hamburguer, linguiça, lasanhas, escondidinhos [...]. E após isso, a venda. [...] Hoje nós estamos envolvidas [...] no [...]Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável [...] sou conselheira suplente. Nós estamos envolvidas com a colônia, com a Aremac que é a quem administra, [...] a lâmina d'água da [...] Nós estamos envolvidas com a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. [...] Quando a gente luta na reserva, por exemplo, a gente luta não contra o turismo, mas a favor da pesca. Que seja um turismo controlado e não de massa. Que seja um turismo de base comunitária, onde o próprio pescador possa sair e levar o turista pra conhecer, contando a história de cada pesqueiro, de cada lugar, de cada naufrágio. [...] uma das nossas brigas [...] é a questão de trazer alguma coisa pra que seja mais fixa na cidade. [...] Com o PEA Pescarte, por exemplo, a gente está tentando [...] alguns benefícios. São duas unidades de processamento. Uma de criação de tilápia e

Membro fundadora e a primeira presidenta da cooperativa, Zenilda nos contou que a referida instituição já é fruto de uma política pública federal, criada na gestão da presidenta Dilma: o programa de capacitação profissional "Mulheres Mil"[143], realizado em Arraial do Cabo em 2014, pelo IFRJ. Ela também compartilhou um pouco de sua atuação sociopolítica no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde é conselheira suplente, e também no PEA Pescarte:

> Uma das nossas brigas [...] é a questão de trazer alguma coisa pra que seja mais fixa na cidade. [...] Com o PEA Pescarte, por exemplo, a gente está tentando [...] alguns benefícios. São duas unidades de processamento. Uma de criação de tilápia e outra de criação de moluscos. Seria a Fazenda Marinha. Então, nós estamos nessa luta pra que até 2025, 2026, metade disso já esteja implantado e o pescador tirando recursos daí. – Disse Zenilda (Zenilda, 2024)[144].

Mesmo que Otávio não queira se envolver com questões políticas e não esteja vinculado oficialmente a nenhuma instituição representativa, ele alcançou um cargo importante com sua atuação social no meio da pesca artesanal, tornando-se o mestre da Canoa Maravilhosa. Essa colocação social, como detentor de conhecimentos tradicionais comunitários, é um espaço de exercício de poder, portanto político, e, por isso, lhe exige ocasionalmente alguma participação representativa.

> Por ser um mestre da canoa eu tenho que, às vezes, representar eles em alguma reunião. [...] Às vezes, por exemplo, o Renato, o presidente (da Associação de Pesca da Prainha), ele marca uma reunião com a Colônia (Z5). Aí, pede pra nós ir, nós todos pescadores (Otavio, 2023).

Para compreendermos a real dimensão da atuação sociopolítica das pessoas pescadoras artesanais das cidades pesquisadas, apresentamos no Quadro 27 os dados mais atualizados sobre este assunto.

---

outra de criação de moluscos. Seria a Fazenda Marinha. Então, nós estamos nessa luta pra que até 2025, 2026, metade disso já esteja implantado e o pescador tirando recursos daí (Dados da Pesquisa: entrevista com Zenilda, maio de 2024).

[143] Saiba mais: https://www.fiquebeminformado.com.br/2014/07/programa-nacional-mulheres-mil-em.html.

[144] Entrevista concedida em maio de 2024, na Praia Grande, Arraial do Cabo-RJ.

Quadro 27- Aspecto 4: Participação sócio-política dos/as agentes da pesca artesanal

ARRAIAL 856 pescadores/as artesanais	BÚZIOS 444 pescadores/as artesanais
Colônia de Pescadores	
415 (48,8%)	208 (46,8%)
Associação de Pescadores	
308 (35,9%)	28 (6,3%)
Conselho Estadual	
1 (0,1%)	1 (0,2%)
Conselho Municipal	
5 (0,5%)	4 (0,9%)
Partido Político	
21 (3,0%)	9 (0,2%)
Associação de Marisqueiras	
26 (3,0%)	48 (10,8%)
Cooperativa da Pesca Artesanal	
35 (4,0%)	13 (2,9%)
Atividade coletiva deliberativa	
216 (25,2%)	93 (20,9%)
Eventos políticos associação/ colônias	
149 (17,4%)	40 (9%)
Audiências Públicas	
42 (4,9%)	37 (8,3%)
Reunião do PEA	
31 (3,6%)	15 (3,7%)

Fonte: dados obtidos no Censo da Pesca, Pescarte (2022).

Os dados do Quadro 27 revelam que a maioria das pessoas pescadoras artesanais de ambas as cidades exerce sua atividade de maneira informal ou não está registrada no local onde atuam, conforme informado anteriormente por Valmir e Adonis. Segundo dados do Censo da Pesca (Pescarte, 2022), 48,8% delas estão registradas na Colônia de Pescadores Z5 de Arraial, enquanto 46,8% estão registradas na Colônia Z23 de Búzios. Notamos também que há uma maior participação dos(as) pescadores(as) de Cabo Frio (35,9%) em instituições associativas em comparação aos(as) de Búzios (6,3%).

Ao analisar os dados sobre a participação em atividades coletivas, observamos que as pessoas de Arraial se envolvem mais ativamente em atividades deliberativas (25,2%) e eventos políticos ligados a associações e à colônia (17,4%). Em contraste, os pescadores(as) de Búzios destacam-se pela participação em audiências públicas. Além disso, as atividades formativas realizadas por programas de educação ambiental têm alcançado os pescadores artesanais em proporções semelhantes, com cerca de 3,6% do universo social pesquisado.

A seguir, analisaremos os dados gerados a partir das respostas à pergunta 3.3.4: "Você conhece alguma política municipal, estadual ou nacional de apoio à pesca

artesanal? Se sim, quais?" No total, foram citadas dez políticas públicas e sociais, sendo cinco de nível federal, duas de nível municipal e duas executadas por organizações da sociedade civil, embora estas últimas sejam baseadas em ajustamentos e reflexões sobre a execução e melhorias das políticas públicas federais.

Em Armação dos Búzios foram citadas as seguintes políticas:

1) Nível Federal

1.1) Defeso: Lei n 11.959, de 29 de junho de 2009. Lei da Pesca e Aquicultura, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca;

1.2) DAP[145] (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF): Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Decreto nº 3.991/2001 e Decreto nº 9.064/2017 e Portaria MAPA nº 387/2021;

1.3) Auxílio Doença[146]: Lei nº 8.213/1991, artigo 59;

1.4) Compensação da empresa de petróleo: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)[147], da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Resolução ANP nº 848/2021, de 14 de julho de 2021, regulamenta a celebração de relativo ao descumprimento da cláusula de conteúdo local de contratos de exploração e produção de petróleo

2**) Nível Municipal**

2.1) Lei do auxílio ao pescador artesanal de sardinha[148]: Lei Ordinária nº 1.011, de 24 de abril de 2014.

Em Arraial do Cabo foram citadas as seguintes políticas e ações sociais:

1) Nível Federal

---

[145] Fontes: https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-a-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf . https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf. Acesso em 12/03/2025.

[146] Além do auxílio-doença os/as pescadores/as artesanais têm direito a auxílio-acidente, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez, aposentadoria rural do segurado especial. Fontes: https://schmitzadvogados.com.br/quais-sao-os-requisitos-para-receber-o-auxilio-doenca/. https://schmitzadvogados.com.br/quais-os-beneficios-que-o-pescador-tem-direito/ Acesso em 12/03/2025.

[147] Fonte: https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-848-2021-dispoe-sobre-a-celebracao-de-termo-de-ajustamento-de-conduta-tac-relativo-ao-descumprimento-da-clausula-de-conteudo-local-de-contratos-de-exploracao-e-producao-de-petroleo-extintos-ou-com-fases-encerradas?origin=instituicao&q=848/2021. Acesso em 12/03/2025.

[148] Fonte: https://sapl.armacaodosbuzios.rj.leg.br/ta/1788/text?. Acesso em 12/03/2025.

1.1) Lei da Pesca;

1.2) Direitos dos pescadores artesanais ResexMar[149]: Plano de Manejo da Reserva Extravista Marinha do Arraial do Cabo. Normas gerais para a Resex Marinha do Arraial do Cabo, p.53;

1.3) Derramamento de óleo;

2) Nível Municipal

2.1) Colônia de Pescadores Z5[150]: arrecada recursos de entes municipais, estaduais, federais e de empresas privadas.

3) Organizações da Sociedade Civil

3.1) Cartilha das Mulheres da Pesca Artesanal[151]: "Mulheres das Águas e das Marés – 20 demandas das Pescadoras Artesanais".

Cartilha criada em 2023 pela organização internacional Ocena para refletir sobre o reconhecimento social do trabalho feminino na pesca, não citado na atual Lei da Pesca (2009), com participação de mulheres oriundas de diversos movimentos sociais: Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem), Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) e a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA);

3.2) Funbio[152]: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, instituição executora de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), responsável por aplicar os recursos para projetos de educação ambiental conservação e pesquisa.

Considerando que cinco, das seis pessoas entrevistadas, participam ativamente de programas de educação ambiental há pelo menos cinco anos, são membros fundadores de instituições sociais voltadas para a conquista de direitos de pescadores artesanais em suas cidades, ocupam cargos representativos importantes em suas comunidades, participam de reuniões e assembleias deliberativas e

[149]Fonte:https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/plano_de_manejo_resex_marinha_do_arraial_do_cabo.pdf.Acesso em12/03/2025.
[150] Fonte: dados da pesquisa.
[151] Fontes: https://brasil.oceana.org/blog/cartilha-apresenta-20-demandas-das-pescadoras-artesanais/ , https://brasil.oceana.org/relatorios/mulheres-das-aguas-e-das-mares-20-demandas-das-pescadoras-artesanais/ Acesso em 12/03/2025.
[152] Fonte: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/educacao-ambiental/mulheres-ativas/

representativas, e possuem mais de 10 anos de registro profissional, podemos concluir que elas ou não expressaram, ou não absorveram plenamente todos os conhecimentos adquiridos sobre as políticas públicas que regem sua atividade profissional e asseguram os direitos conquistados pela luta coletiva de sua categoria social.

Por outro lado, observamos que a falta de envolvimento sociopolítico de uma das pessoas entrevistadas confere a ela uma perspectiva bastante restrita sobre seus reais direitos como membro da cadeia produtiva da pesca artesanal. Isso marca suas análises sociais e políticas com um viés de senso comum e uma visão negativa em relação ao verdadeiro sentido da atuação política e social comunitária: a construção de uma sociedade equânime e justa para todos os seus membros.

Finalmente, chegamos ao ponto de responder à pergunta 3.6.3.3: “Quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?” As ações sociopolíticas das pessoas entrevistadas se expressam de forma objetiva em suas participações regulares em várias esferas de poder. Tanto em Búzios quanto em Arraial do Cabo, existem representantes da pesca artesanal nos conselhos municipais de pesca.

Além disso, entre os pescadores e pescadoras artesanais de ambas as cidades, há um interesse, ainda que baixo, em participar de reuniões e assembleias deliberativas em associações e colônias, bem como um interesse proporcional e empenho em buscar capacitação nos Programas de Educação Ambiental em atividade na região, entre os quais foram citados o PEA Pescarte e o PEA Foco[153]. A capacitação nesses PEAs possibilita às pessoas dessa cadeia produtiva acesso aos conhecimentos sobre seus deveres e direitos como cidadãos, fornecendo-lhes instrumentos de reflexão crítica que potencializam suas participações cidadãs nos processos políticos locais.

Pudemos notar uma participação mais estruturada e prolongada em instituições representativas das cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo. Provavelmente, o fator que possibilita essa atuação representativa tão abrangente (ICMBio, Conselho Municipal da Pesca, ResexMAR, GAO PEA Pescarte, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável) é o fato de elas se

[153] Saiba mais: https://www.equinor.com.br/noticias/projeto-de-educacao-ambiental-pea-foco-da-equinor-celebra-dez .

distribuírem para participar de várias atividades, não concentrando em uma única pessoa o poder de participação, além do tempo de existência da cooperativa e da expertise política obtida ao longo desse tempo. Trata-se do empreendimento pesqueiro comunitário pioneiro da região, que em 2024 completou 10 anos de resistência.

Assim, compreendemos como conquistas sociopolíticas citadas pelas pescadoras e pescadores artesanais nos últimos 10 anos:

1) A criação de seus próprios empreendimentos produtivos: em Arraial, além da cooperativa citada, a Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte – MUPAAP (2018); e em Búzios, a Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa (2022) e a Associação dos Maricultores e Pescadores Artesanais da Rasa – AMAPEAR (2025, em fase de registro).

2) A criação comunitária de novos empreendimentos para o setor da pesca artesanal, como forma de enfrentamento da dura realidade de escassez do pescado, causada pelos impactos das atividades industriais nos mares da região, através dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTRs). Desde 2016, esses projetos vêm sendo construídos coletivamente pelos pescadores e pescadoras artesanais integrantes do PEA Pescarte, que prevê a implantação, até 2030, de oito unidades produtivas nas cidades: três em Búzios (UPP - Unidade de Processamento de Pescado, UPM - Unidade de Produção de Moluscos 3 e UPS - Unidade de Produção de Sementes) e cinco em Arraial (UBM - Unidade de Beneficiamento de Moluscos, UPP - Unidade de Beneficiamento de Pescado, UPA - Unidade de Produção Aquícola, UPM - Unidade de Produção de Moluscos 1 e UPM - Unidade de Produção de Moluscos 2).

3) A ampliação da participação feminina no universo da pesca artesanal, historicamente considerado exclusivo para homens, com uma ampla organização social das pescadoras, incluindo esforços para modificar a Lei da Pesca a fim de incluir oficialmente as mulheres como pescadoras

artesanais. Isso foi concretizado com a criação da cartilha “Mulheres das Águas e das Marés – 20 demandas das Pescadoras Artesanais”.

Assim, finalizamos esse capítulo fazendo um compilado das opiniões das pessoas entrevistadas sobre o que elas compreendem como política:

> Selma - Política pra mim é a política de candidatos, presidente, vereador, senador, governador. E tem a política, que eu posso falar agora aqui, políticas públicas, são esses dois tipos de políticas que eu conheço;
>
> Política pra mim é a política de candidatos, presidente, vereador, senador, governador. E tem a política, que eu posso falar agora aqui, políticas públicas, são esses dois tipos de políticas que eu conheço (Selma, 2024)
>
> A política pra gente é um meio de você trazer a criação pra a sua cidade. A manutenção de uma vida mais adequada dentro do processo político, da regular ou da de uma forma séria e honesta. [...] Quando você da se introduz por um caminho do lado bom da política, você passa a viver bons momentos. [...] mesmo ainda tendo grandes bolsões de pobreza, especialmente no lado do que toca ao negro, ao preto, ao afrodescendente, aqui na nossa cidade ainda tem muita desigualdade e que a política podia melhorar e pode melhorar muito essa questão pra ajudar o nosso povo, a nossa gente (Valmir, 2024).
>
> Onde se envolve [...] política, envolve, infelizmente, a corrupção. Pra mim, [...] é a coisa mais suja que existe no mundo. Não deveria ser assim, mas infelizmente é (Otávio, ano).
>
> Eu acho que política é tudo que você tem que decidir na vida. Tudo é uma política, Né? Você ter que, andar, de pensar e decidir junto com outras pessoas. Isso pra mim é política. (Magareth, 2024).
>
> Tudo o que nós fazemos é política, né? Existe a política social e a política partidária. [...] A política partidária nasceu para mudar, para trazer mudança, para trazer democracia, mesmo que alguns não enxerguem isso. [...] A política social é no qual eu ou você, nós juntos podemos fazer pelo mundo, não é isso? Com ou sem recurso financeiro. [...] E a democracia vem para dar um ponto de equilíbrio, como dizem os nossos alunos, raça, um ponto de equilíbrio (Cleusinha, 2024).

5 OLHAR QUE CRISTALIZA A MEMÓRIA: AUDIOVISUAL COMO ENFRENTAMENTO NARRATIVO CONTRACOLONIAL

> *Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afro-confluentes, em conversa com os povos indígenas. [...] confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. [...] Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente. A gente passa a ser a gente e outra gente. [...] A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. [...] Para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa (Bispo dos Santos, 2023, pgs. 44, 15 e 13).*

De que forma as contribuições culturais e as ações políticas das comunidades de raiz africana e indígena se manifestam no imaginário simbólico e na realidade social dos pescadores artesanais? Essa indagação permeia todos os esforços realizados nesta pesquisa, com o objetivo de desvelar os elementos socioculturais afro-indígenas presentes na memória e no cotidiano da comunidade de pesca artesanal do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios, e em Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, Rio de Janeiro.

Nos propomos rememorar as histórias pesqueiras afro-indígenas como uma estratégia narrativa científica de enfrentamento ao apagamento e silenciamento das memórias e identidades dos povos originários no campo social, impostos pela sociedade colonialista em busca de sua perpetuação no poder. Nesse sentido, nossa visão de mundo conflui com a de Nego Bispo[154] (2023, p. 15), citada na epígrafe acima: “precisamos usar as armas dos colonialistas em defesa do compartilhamento, do respeito, do reconhecimento dos saberes afro-indígenas”. E, no nosso caso, elegemos, à maneira de Bispo, a pesquisa, a formação, a produção, o registro e a difusão audiovisual como nossas “armas” aliadas.

---

[154] Antônio Bispo dos Santos (1959 a 2023), líder quilombola piauiense, popularmente conhecido como Nego Bispo, é um filósofo, poeta, escritor, professor, considerado na atualidade como um dos maiores intelectuais brasileiros, por ter refletido sobre problemas contemporâneos partir das suas experiências quilombolas. É autor dos livros “A terra dá, a terra quer” (2023), Quatro cantos (2022), Composto Escola: Comunidades de sabenças vivas (2022), Colonização, quilombos: modos e significações (2015).

No contexto atual do século XXI, em que vivemos em um mundo globalizado e mediado por aparatos sociotécnicos repletos de imagens em movimento, dominar narrativas visuais, possibilitado pela criação audiovisual, implica apropriar-se de um dispositivo tecnológico colonial de poder estratégico. Além disso, para as comunidades investigadas, seria insuficiente que os conhecimentos que elas compartilham se tornassem registros restritos, cristalizados apenas na palavra escrita, restritos a uma tese acadêmica com uma linguagem densa e cientificista.

Nesse sentido, para garantir a inclusão e o acesso dos sujeitos da pesquisa no processo de análise sócio-político-cultural aqui realizado, incorporamos o uso do dispositivo audiovisual não apenas como uma ferramenta metodológica, mas também como uma forma sensível e técnica de percepção do mundo, intrínseca ao olhar da pesquisadora, que também é cineasta documentarista profissional.

A utilização do audiovisual como estratégia narrativa e de cristalização memorial dos registros imagéticos desta pesquisa nos possibilitou construir linguagens e novas narrativas em coparticipação com as pessoas entrevistadas, em um mergulho conjunto nas dimensões simbólicas da pesca artesanal. Isso gerou o filme *Rememorar Histórias Pesqueiras*[155] como conteúdo integrante desta tese. SINOPSE: Qual será a contribuição da cultura negra e indígena para a pesca artesanal na Região dos Lagos do Rio de Janeiro? Vamos conhecer um pouco do trabalho realizado pelos pescadores e pescadoras artesanais do Quilombo da Rasa (Armação dos Búzios) e de Arraial do Cabo. Através da rememoração das suas próprias histórias de vida, faremos uma imersão no universo dos saberes ancestrais para acessar lembranças remotas sobre a pesca artesanal. Também saberemos um pouco mais sobre as conquistas político-sociais dessas comunidades tradicionais, com ancestralidades que remetem ao século XVI, início da colonização brasileira. Para efeito de compreensão das reflexões vindouras, sugerimos uma pausa nesta leitura para assisti-lo agora: https://abre.ai/nawv

[155] **REMEMORAR Histórias Pesqueiras** (Carem Abreu, documentário, 27m, MG, 2025). Story Line: Rememorações sobre a contribuição dos negros e dos indígenas para a pesca artesanal na Região dos Lagos, RJ. Filme realizado com recursos de financiamento coletivo de 29 pessoas patrocinadoras, e apoio do prêmio de produtoras audiovisuais mineiras, concedido a ATOS Central de Imagens, através dos recursos da Lei Paulo Gustavo 2024, Secult MG e Ministério da Cultura, para o projeto “Ações Afirmativas no Audiovisual”.

Figura 29 - Filme "Rememorar Histórias Pesqueiras": conceito e logomarca



Fonte: imagens de drone dos caicos ancorados na Praia da Gorda, Búzios, registradas na pesquisa de campo, 2024. Desing: Eurico Figueredo Neto. Centro de Desing SENAI.

A estrutura narrativa do filme *Rememorar Histórias Pesqueiras* abrange três dos quatro aspectos analíticos estudados no capítulo quatro desta tese:

- **Aspecto Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal**: quais são as técnicas pesqueiras praticadas na região, organização social, tipos de embarcações, tipos de peixes; onde estão localizados os espaços de captura e identificação do pesqueiro;
- **Aspecto Ancestralidade**: como se sentem em relação aos seus antepassados e quais são as memórias mais antigas;
- **Aspecto Atuação Sociopolítica**: estratos, ambientes e representações sociais; quais são as ações e conquistas político-culturais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos.

Trata-se de uma narrativa audiovisual contracolonial construída coletivamente com os sujeitos da pesquisa, onde o olhar, o dispositivo da imagem em movimento e a experiência sensível da antropologia visual e do cinema de engajamento foram utilizados como elementos de percepção e participação cidadã na produção científica.

E por que dizemos que construímos uma narrativa contracolonial? Porque a linha narrativa do filme vai ao encontro de um pensamento disruptivo, que postula uma relação entre regimes sociopolíticos e cosmológicos construída por Nego Bispo, a

partir da sua experiência e absorção das concepções tradicionais das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais de luta pela terra.

O autor compreende a colonização como um processo etnocêntrico que busca substituir uma cultura por outra, por meio de práticas de invasão, expropriação e etnocídio. Como sugere o pensador quilombola, o conceito contracolonial inscreve no processo colonial a ressignificação da matriz cultural dos povos e de suas práticas tradicionais, de modo a ancorar a enunciação e as formas de resistência à colonização. No livro *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015), ele propõe um novo ponto de vista acerca dos estudos decoloniais.

No nosso caso, para construirmos a citada narrativa contracolonial, iniciamos a inclusão dos sujeitos da pesquisa antes mesmo da criação da temática abordada no filme, pelo ponto de vista da produção imagética. Em vez de chegarmos ao campo como pesquisadoras acadêmicas detentoras dos meios e técnicas de conhecimento, realizamos uma pesquisa de campo aliada à captação de imagens com a coparticipação dos sujeitos da pesquisa. Isso aconteceu desde o princípio da pré-produção, alcançando a produção e a pós-produção audiovisual.

As pessoas que pesquisamos tiveram a experiência de atuar na captação de imagens, participaram como entrevistadas e contribuíram na difusão de seus conhecimentos e memórias, registrados em vídeo, para a comunidade pesqueira, refletindo juntos sobre o material audiovisual editado e pré-finalizado, dando sugestões e opiniões sobre o conteúdo fílmico final. Além disso, rompemos juntos(as) as fronteiras territoriais e acadêmicas, possibilitando o acesso gratuito ao filme *Rememorar Histórias Pesqueiras* em meios de distribuição e difusão virtuais, como no canal da produtora ATOS Central de Imagens[156], e em duas exibições de pré-estreia do filme, ocorridas em novembro de 2024.

A referida coparticipação se concretizou no terceiro momento da pesquisa de campo (abril de 2024), quando realizamos, com três[157] sujeitos da pesquisa residentes no Quilombo da Rasa, uma experiência não formal de ensino de captação de imagens audiovisuais durante a execução da “Oficina de Produção Audiovisual: Documentos de Si” (OPADS), módulo de cinegrafia com *smartphone*. Com carga de 12 horas/aula,

[156] https://www.youtube.com/@atosimagens. Link para o filme: https://abre.ai/nawv.
[157] Nota da autora: inicialmente a proposta era ampliar a realização da OPADS para 10 sujeitos da pesquisa, cinco do Quilombo da Rasa, Búzios, e cinco de Arraial. Contudo, a falta de apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, para a terceira fase da pesquisa, nos impossibilitou um tempo maior de pesquisa no campo, prejudicando a execução da formação planejada.

sendo 4 horas teóricas e 8 horas práticas, a oficina foi realizada em dois dias, e seu conteúdo programático foi focado na captação de imagens e som com telefone celular e *logger* (descarregamento e armazenamento das imagens captadas). Assista às primeiras imagens captadas por Harley Vieira do tempo 6:01 a 6:27 do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*.

Figura 30 - Oficina de Produção Audiovisual Documentos de Si



Fotos: dados da pesquisa de campo, abril 2024.

Como ensina o doutor em educação Osmar Fávero (2007) em seu texto “Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos”, o termo "não formal" foi introduzido no pós-guerra, mais precisamente em 1960, para designar uma categoria de educação caracterizada por “atividades e experiências diversas, distintas das que ocorrem nas escolas, classificadas como formais” (Fávero, 2007, p. 614). Refere-se, assim, a um tipo de educação que valoriza “as atividades e experiências não escolares, não apenas voltadas para a formação profissional, mas também relacionadas à cultura em geral” (Fávero, 2007, p. 615).

Por esses motivos, a OPADS é considerada uma formação não formal. Criada, coordenada e ministrada pela autora desta tese em 2009, ela surgiu como um instrumento de participação social e cidadã para capoeiristas angoleiros, visando à produção de seu primeiro filme autoral para a televisão, “PAZ NO MUNDO CAMARÁ: a capoeira angola e a volta que o mundo dá”, que apresenta a versão afro-brasileira da história do Brasil sob a perspectiva da Capoeira Angola. Desde então, a oficina tem sido replicada em todos os projetos audiovisuais da produção autoral ao longo dos últimos 13 anos, inclusive em Dakar, Senegal.

Mesmo que em pequenas proporções, com as novas narrativas criadas em coparticipação com os sujeitos da pesquisa, buscamos contribuir para a superação dos pensamentos colonizados e colonialistas. Para a educadora Nilma Lino Gomes, a descolonização das mentes passa pela construção de:

> Práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Consiste em uma tomada de posição emancipatória diante de si mesmo e do outro, bem como na desconstrução da lógica racista presente na nossa socialização e nos processos formativos construídos na vida privada e pública (Gomes, 2021, p.438).

Nesse aspecto, quando nos propomos a unir os elementos de linguagem, associados ao incentivo à percepção sensível da realidade pela perspectiva de novas narrativas, buscamos dialogar com as esperanças de Gomes (2021) no sentido de que esta tese e seu filme contribuam com a:

> Crescente reação antirracista na sociedade, que envolva muitos sujeitos, negros e não negros, organizações progressistas, mídias alternativas, movimentos sociais e instituições democráticas. E que esse processo ajude a desencadear, tanto no público quanto no privado, um maior compromisso do país com o combate ao racismo estrutural e institucional alicerçado na construção de alternativas políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais para a sua superação (Gomes, 2021, p.442).

Estamos seguras de que a experiência da educação não formal oferecida pela OPADS está alinhada às perspectivas disruptivas, inclusivas e contracoloniais defendidas por Nego Bispo, Osmar Fávero e Nilma Lino Gomes. Isso porque recebemos o seguinte retorno de Harley sobre sua experiência na oficina:

> A minha experiência com o curso audiovisual que eu fiz com a Carem foi surreal. Surreal, entendeu? Uma pessoa que dá muita atenção pra gente, se não entendeu, vem, explica quantas vezes for preciso. E foi uma coisa muito boa, aprendi bastante coisa com ela sobre filmagem, fotos, de tudo, edição de vídeo, que não só me ajudou, como me ajuda até hoje. As fotos que eu tiro, tudo, até o vídeo de serviço que eu gravo, eu já sei a técnica certa, o jeito certo de gravar. Justamente por causa disso. E eu achei muito bacana, gostei muito das aulas que a gente fez e sobre a filmagem também. Achei muito, muito bacana mesmo. Se eu pudesse, tinha feito de novo, não me arrependo (Harley, 2025)[158].

O retorno de Harley sobre sua participação na OPADS também dialoga com a perspectiva de Piault (2018), com a qual concordamos: a descolonização das mentes por meio da imagem. O cineasta e etnólogo trabalha com a proposta de que as pessoas pesquisadoras que trabalham com a imagem criem um imaginário narrativo que possibilite o acesso ao poder. Tal façanha não é nova e já vem sendo realizada desde o século passado (século XX). Esse acesso ao poder partiria de “uma nova

[158] Entrevista virtual concedida em abril de 2025, via whatsapp.

conjunção, inscrevendo em um mesmo projeto de filmagem um antropólogo, um cineasta, um movimento político e uma instituição cultural" (Piault, 2018, p. 351), a exemplo do filme *Trobriand Cricket: na Ingenious Response to Colonialism*[159], do antropólogo Jerry Leach e Gary Kildea, finalizado em 1975. Sob tal perspectiva,

> o filme assume uma dimensão renovada em relação aos bem-acabados projetos etnográficos habituais. A realização responde ao desejo daqueles que se mostram não somente para serem vistos por nós, mas a princípio para fazer circularem entre eles, consoante a intenção de sua própria sociedade, os elementos de compreensão de uma história política que se torna uma exposição de valores constitutivos da sociedade e seu modo de funcionamento. É a invenção de uma verdadeira 'lição de coisas cívicas', por meio da qual se percebe a riqueza potencial de cruzamentos interculturais cujo caráter, neste caso inicialmente imposto, é subvertido pelo trabalho do imaginário social (Piault, 2018, p. 253).

Todos os argumentos conceituais acima citados nos possibilitam compreender o olhar como um potente mecanismo de apreensão e mudança da realidade. Uma verdadeira "janela da alma", como bem definiu em 1920 o "pai do cinema", D. W. Griffith. Trata-se de um mecanismo biológico capaz de traduzir experiências sensíveis em sentimentos e sentimentos em reações. Com a invenção do cinema, ou seja, a criação de aparatos técnicos (as câmeras e os projetores) que registram e projetam a imagem que o olhar vê, tornou-se possível captar a realidade de forma exclusiva, pois o cinema:

> Fixa os movimentos na película **sem as atrapalhações do olho natural** (...) tem seu vigor próprio de um olhar mais automático, regular implacável, objetivo, não maculado pelos preconceitos culturais, pelas vicissitudes da subjetividade, imprimindo na narrativa fílmica uma textura do mundo que só a câmera é capaz de registrar (Xavier, 2003, p. 42, grifos nossos).

Também concordamos com a perspectiva do comunicador Jesus Martin-Barbero, quando ele defende a ideia de que as imagens em movimento mediam a constituição de uma nova experiência cultural, a cinematográfica, cuja narrativa, construída com linguagem simbólica, possibilita aos sujeitos sociais tornarem-se "visíveis socialmente" (Martin-Barbero, 2009, p. 203). A partir da difusão em meios

---

[159] Críquete Trobriand: uma Resposta Engenhosa ao Colonialismo", Escritório de Informação, Papua-Nova Guiné, 16mm, 53', 1975. Sinopse: Filmado entre 1973-1974, documenta a apropriação do jogo britânico de críquete pelos habitantes das ilhas Trobriand, no Pacifico. A primeira parte registra as mudanças nas vestimentas, nas regras, a formação de times e a presença marcante de cantos e danças. A segunda parte acompanha uma partida.

sociotécnicos que aliam a imagem e a voz, essas narrativas exprimem a cultura de seu povo, contribuindo para a criação e consolidação de uma identidade nacional.

Como mencionado anteriormente, no âmbito profissional, a pesquisadora do estudo aqui proposto atua como cineasta. Em sua trajetória audiovisual, iniciada em 1995, ela se especializou como documentarista, em um tipo de cinema que tematiza a ação sociocultural de grupos sociais minoritários, conhecido como cinema de engajamento. O expoente dessa vertente cinematográfica no Brasil é Silvio Tendler, autor e diretor dos filmes *Os Anos JK: Uma Trajetória Política* (1980), *Jango* (1984), *Milton Santos: Pensador do Brasil* (2001), *Utopia e Barbárie* (2009), entre outros. A cinematografia de Tendler aborda aspectos sociopolíticos brasileiros, enquanto a cinematografia desta autora focaliza os conhecimentos culturais de raiz africana.

Para demonstrar a aplicabilidade prévia no âmbito da ciência e a utilização do audiovisual como um elemento da própria pesquisa, além de uma metodologia, trazemos a experiência do cientista social e cineasta Kiko Goifman[160]. Ele foi um dos primeiros pesquisadores no Brasil a utilizar a produção audiovisual como ferramenta para sua dissertação, divulgada também no formato livro, intitulado *Valetes em Slow Motion* (1998).

Para Goifman (1988), a introdução do registro audiovisual no campo proporciona uma imagem flagrante, isto é, captura condutas e comportamentos em tempo real. Este método permite registrar variações rítmicas de expressividades que ampliam as percepções além do que é visível a olho nu, abrangendo elementos que não podem ser adequadamente representados no âmbito textual do caderno de campo. Isso cria certa assimetria de poder entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, pois este último pode atuar ativamente, sugerindo entrevistados e temas.

A captação em vídeo também expande o tempo da pesquisa e o aprofundamento no campo, permitindo revisitar os registros audiovisuais quantas vezes forem necessárias. Dessa forma, é possível estabelecer um novo encontro com o campo pesquisado, mesmo após o término do momento presencial.

Além do caderno de campo, Goifman propõe a utilização do “olho método” (1998, p. 31), que envolve a inclusão da câmera audiovisual na pesquisa de campo. Essa abordagem oferece uma complementaridade metodológica específica desse

[160] Goifman é mestre em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Unicamp e integrou o Núcleo de Estudos das Violências, da USP. Entre 1994 a 1997 ele realizou uma pesquisa sobre a apropriação e usos sociais do tempo em ambientes carcerários, de São Paulo e Belo Horizonte.

aparato sociotécnico, com o registro de áudio e vídeo de imagens em movimento, possibilitando uma atualização do olhar por meio de um acesso imediato ao *locus* da pesquisa.

A antropóloga visual Sylvia Novaes, em seu artigo "IMAGEM, MAGIA E IMAGINAÇÃO: Desafios ao texto antropológico", afirma que, para Levi-Strauss, as "imagens não reproduzem o real, elas o representam" (Novaes, 2008, p. 455) e são uma espécie de apropriação que a cultura faz da natureza. Trata-se de um sistema de signos, de representações, onde a própria etimologia da palavra está "ligada à raiz de *imitari*" (Novaes, 2008, p. 456). Ela também compartilha os ensinamentos de Mitchell (1986) sobre os diversos tipos de imagens existentes, como as gráficas, as óticas, as perceptivas, as mentais e as verbais (Novaes, 2008).

Neste estudo, especificamente nos interessam as imagens perceptivas (relacionadas às aparências) e as imagens mentais (da ordem dos sonhos, memórias e ideias), para refletir sobre a contribuição do registro imagético como o próprio olhar da pesquisadora frente à realidade a ser percebida, não apenas como uma técnica metodológica ou um instrumento de pesquisa de campo.

Assim como a pesquisadora do estudo aqui proposto, Novaes também questiona o fato de o conhecimento antropológico ser percebido apenas como uma reflexão sobre a experiência. Para ela, a antropologia visual poderia ser vivenciada como uma espécie de "novo conceito de conhecimento antropológico, que [...] necessariamente inclui a experiência - talvez de modo algo próximo àquele de alguém que se submete às práticas mágicas" (Novaes, 2008, p.471).

Nesse sentido, trazemos algumas reflexões da antropologia visual. O antropólogo e etnólogo Jean Rouch, com sua perspectiva de antropologia compartilhada e cine-transe, utilizada no filme *Les maîtres fous*[161], já demonstra seu interesse no engajamento dos sujeitos de suas pesquisas para além de um processo de descrição cultural. Ele filmava seus sujeitos como se estivessem em transe, buscando trazer ao filme um aspecto "mágico" da vivência ritual que estava presenciando no momento da gravação, como antropólogo.

Durante as gravações audiovisuais deste estudo, também vivenciamos várias experiências de registro imagético semelhantes às de Rouch, onde, de alguma forma,

---

161 "Os mestres loucos", Jean Rouch, curta metragem, 1955.

para além da posição sociocultural de diversos atores sociais, acessamos elementos sensíveis e subjetivos, sobrepostos à razão, ou complexas redes de significantes culturais. Um exemplo é a entrevista com Selma sobre como ela faz para acessar a ancestralidade de seu povo quilombola dizendo que “
a praia é o meu remédio, entendeu? [...] é tipo que eu me sinto curada [...]. Como se eu chegasse aqui e encontrasse os meus ancestrais [...] é como se eles falassem comigo aqui na beira da praia” (Selma, 2024). Assista no tempo 1:57 do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*.

Como define MacDougall (1998, p. 75 *apud* Novaes, 2008, p. 470), o que registramos com nosso olhar “não se trata de mensagem, nem de representação, mas de um registro de engajamento com uma cultura diferente”. Ou como nos incita Piault (2018), em seu livro *Antropologia & Cinema*, para além de uma antropologia visual, construímos com as pessoas entrevistadas uma verdadeira antropologia audiovisual, onde o registro audiovisual possibilita acessar e cristalizar, em um elemento palpável (imagens e sons), as memórias das pessoas.

A partir deste estudo, assim como Rouch (2018), não queremos apagar a especificidade do nosso olhar cinematográfico ou a autoria da nova obra fílmica criada. Por isso, nos aliamos à percepção de Piault quando ele se refere à lição rouchiana de superação do olhar armado do cineasta etnólogo:

> Que supera a organização prévia do ver [...] não para tomar o poder de um sentido que lhe seria próprio, mas para conferir à atenção perceptiva de admiração e, portanto, de interrogação íntima, aquela que acusa a si mesma, antes de questionar a legitimidade do outro (Piault, 2018, p. 324-325).

Pois o cinema realizado pela vertente da antropologia e a etnografia não é somente um instrumento comunicativo, “ele é sempre ‘comunicação de’, exatamente como a consciência é sempre consciência ‘de’ alguma coisa” (Piault, 2018, p. 366).

Portanto, neste estudo, o audiovisual será sempre um dispositivo experimental de acesso a uma imagem plausível do universo pesquisado, mas contendo em sua narrativa a recorrente interrogação: o que a imagem do filme realmente transmite? Tanto o filme quanto a tese *Rememorar Histórias Pesqueiras* foram construídos para apresentarem novas narrativas, acadêmicas e fílmicas, sobre a pesca artesanal, nas quais os conhecimentos das pessoas negras e indígenas sejam acessados, registrados, resguardados e difundidos.

Mas o que entendemos como narrativas? No âmbito cinematográfico “narrativa significa contar uma história, o que supõe um sentido de direção, um movimento, uma linha de ação do início ao fim” (Field 1996, p. 33).

No entanto, a narrativa não é somente o ato de descrever algo ou contar uma história. A estrutura narrativa de um filme é uma teia simbólica de elementos significativos, que devem ser interpretados, possibilitando a criação de novos significados. Uma narrativa é composta de vários elementos que constituem sua linguagem textual, imagética ou técnica (como enquadramentos, profundidade de campo, movimentos de câmera e temperatura de cor) e até mesmo a construção de significados subjetivos, para além da oralidade ou textualidade, como a utilização de cor e som.

Aqui, vale fazer um parêntese para abordarmos o que entendemos como elementos dos processos significativos e de que forma as inferências abdutivas do campo da semiótica estão contribuindo e dialogando com a presente pesquisa. Nesse sentido, é importante destacar que o entendimento da significação da autora é fundamentado em um percurso acadêmico forjado com fortes influências da teoria semiótica de Charles Peirce, a qual teve acesso desde a graduação, por meio de seu orientador *ad eternum*, o semioticista Julio Pinto, discípulo direto de Humberto Eco. Por isso, o texto “Notas para uma teoria semiótica da leitura” (Pinto, 2002) tornou-se uma referência teórica importante para abordar os processos de leitura sígnica que fazemos neste capítulo, com destaque para os três tipos de silogismos[162]: a dedução, a indução e a abdução.

Também trazemos como referência os estudos sobre linguagem e sua relação com a memória do filósofo Giorgio Agamben (2015), no texto “Aby Warburg e a ciência sem nome”; os estudos sobre imagem realizados pelo filósofo Gilles Deleuze (2005), especialmente no texto “Recapitulação das Imagens e dos Signos”; e os estudos sobre a interpretação dos significados do semioticista Julio Pinto (2017), contidos no artigo “Fraturas do Linear e a Cultura das Redes”.

Como nos ensina Agamben (2015), a linguagem é o meio de transmissão de qualquer situação comunicativa. Para ele, a linguagem permeia a tradição incrustada nos patrimônios culturais, pois:

---

[162] Silogismo é a estrutura básica de um argumento ou um raciocínio dedutivo, o qual é formado por três proposições que estão interligadas. Esses raciocínios também são chamados de inferências.

> o que é sempre transmitido em toda tradição é a coisa do pensamento. A filosofia, como o pensamento, trata do que está em questão não neste ou naquele discurso significante, mas no próprio fato de o homem falar, de haver linguagem e abertura de sentido, aquém ou além, ou antes, em cada acontecimento determinado de significação (Agamben, 2015, p.133).

Vejamos como Agamben percebe a relação entre memória, tradição, linguagem, imagem e significação:

> A memória (*Mneme*) é uma qualidade que distingue o ser vivo da matéria inorgânica. É a capacidade de reagir a um acontecimento ao longo de um período de tempo; quer dizer, uma forma de conservação e transmissão da energia desconhecida para o mundo físico. Todo o acontecimento que age sobre a matéria viva deixa nela um traço que Semon chama de *engramma*. A energia potencial conservada nesse *engramma*, pode, em determinadas circunstâncias, ser reativada e descarregada, caso em que dizemos que organismo age de certo modo porque recorda o acontecimento precedente (p. 118).
>
> Símbolo e imagem desempenham para Warburg a mesma função que, segundo Semon o *engamma* desempenha no sistema nervoso central do indivíduo cristalizam-se neles uma carga energética e uma experiência emotiva que sobrevivem como uma herança transmitida pela memória social e que [...] tornam-se efetivas através do contato com a "vontade seletiva" de uma determinada época (p.133).
>
> A tradição da transmissibilidade está imemoravelmente contida em toda tradição específica, e esse legado memorável, essa transmissão de ilatência constitui a linguagem humana como tal (p.134).
>
> Na definição platônica a memória não tem de guardar esta ou aquela verdade, esta ou aquela recordação, mas deve velar pela própria abertura da alma, por sua própria ilatência. A estrutura anamnésica do conhecimento se refere a proporia estrutura da verdade. [...] A anamnese se constitui como memória do tempo que o homem ainda não era homem: o que há aqui a aprender e a transmitir é o esquecimento como tal (p.135).
>
> A linguagem humana é necessariamente pressuponente e tematizante, no sentido de que, em seu devir, decompõe a coisa mesma, que na linguagem, e só nela, está em questão em um ser sobre o qual se e em uma qualidade, uma determinação que dele se diz. Na definição de Aristóteles a linguagem é sempre já implícita em "dizer algo-sobre algo", sempre pressuponente e objetivante, que supõe sempre já aberto e advindo aquilo sobre-o-que fala. A pressuposição é a própria forma da significação linguística (Agamben, 2015, p.136)

Por que Agamben enfatiza a linguagem como "necessariamente pressupositiva e tematizante"? Porque, como seres interpretantes, podemos apenas nomear os objetos. "Uma proposição só pode dizer como uma coisa é, não que coisa ela é" (Agamben, 2015, p. 137). Ou seja, quando falamos sobre algo, só podemos nos referir a ele; a linguagem não alcança ser o que dizemos sobre algo. Na linguagem, usamos signos, que são representantes de alguma coisa, aquilo que é, a coisa em si. Neste

estudo, utilizaremos bastante a abordagem semiótica para traduzir nossa leitura dos textos verbais, contextuais e imagéticos.

Segundo a teoria semiótica, o signo é o menor elemento e o fundamento de uma linguagem. Como ensina Julio Pinto, *"signo é tudo aquilo que está no lugar de algo para alguém"* (Pinto, 2005, p. 81). Por exemplo, a letra "a" é um signo. Quando se lê a letra "a", ela é um registro textual de outro, ou seja, está no lugar de um som, o som "ah". A teoria semiótica de Peirce é "uma teoria do signo e da produção de sentido que se baseia nos processos fundamentais da lógica, nos processos inferenciais*"* (Pinto, 2005, p. 83).

Dentre os três tipos de silogismos existentes, propomos interpretar alguns momentos do filme *Rememorar Histórias Pesqueiras* com um tipo específico de inferência: a inferência abdutiva. Ou seja, uma inferência que se baseia em uma hipótese. Para chegarmos à compreensão do que é uma inferência abdutiva, propomos um pequeno exercício filosófico para compreender os tipos de silogismos existentes.

Vamos começar pela **dedução**, uma inferência que parte de um raciocínio do geral para o particular. "A partir de uma premissa generalizante, localizamos um caso singular, que se encaixa no geral descrito pela primeira premissa" (Pinto, 2002, p.84). A dedução seria uma "profecia do óbvio":

Todos os peixes da peixaria são vermelhos (geral)
Estes peixes são da peixaria (particular)
Portanto, estes peixes são vermelhos.

Com relação à **indução**, ou inferência indutiva, segue um caminho lógico inverso, "parte de uma premissa particular para uma inferência do geral. É feita a partir da observação de semelhanças entre várias instâncias particulares" (Pinto, 2002, p. 84 e 85). Para Pinto, trata-se de uma inferência que "nada acrescenta ao conhecimento". Vejamos:

Estes peixes são vermelhos (particular)
Estes peixes são da peixaria (geral)
Portanto, todos os peixes da peixaria são vermelhos.

A **abdução** é uma inferência hipotética e híbrida, que não é nem dedução nem indução. Trata-se de um raciocínio arriscado, com maior possibilidade de erro, e possui uma falibilidade implícita. Parte de uma generalização e formula uma hipótese para explicar um conjunto de pistas:

Todos os peixes da peixaria são vermelhos

Estes peixes são vermelhos

Portanto, estes peixes são da peixaria.

Um exemplo de inferência abdutiva é a hipótese que gerou a questão-problema desta tese: de que forma a contribuição cultural e as ações políticas das comunidades de raiz africana se manifestam no imaginário simbólico e na realidade social dos pescadores artesanais?

A hipótese formulada para essa questão é que, no cotidiano laboral dos pescadores artesanais do Quilombo da Rasa e de Arraial do Cabo, é possível descrever verbal e visualmente, registrar e analisar repertórios, gestos, memórias, processos ritualísticos e tecnologias tradicionais das culturas de raiz africana, além de verificar suas ações políticas e conquistas de direitos sob a perspectiva sócio-político-cultural.

Esse pensamento representa uma abdução, ou uma inferência hipotética, elemento essencial da lógica da descoberta. Trata-se de uma hipótese que, na metáfora de Julio Pinto, pode ser considerada uma forma de "adivinhação com alguma confiança" (Pinto, 2002, p. 85). Em outras palavras, é como dar um "chute" bem fundamentado, quando há uma razoável, mas não total, certeza de que se está no caminho certo. Embora exista a possibilidade de erro, a chance de acerto aumenta à medida que se dispõe de mais conhecimento sobre o assunto, elevando assim a probabilidade de formular uma suposição correta.

Para Pinto (2002), o pensamento abdutivo é um dos responsáveis pelo avanço na ciência. Essa "experiência do ahá" seria a "própria Lógica da Descoberta" (Pinto, 2002, p. 86). A abdução, por ser o "processo inferencial responsável pela lógica da descoberta, autoriza-me afirmar que as estratégias de leitura se dão por meio de inferências hipotéticas" (Pinto, 2002, p. 86). Por essa perspectiva, a leitura "seria um processo heurístico[163], de ensaio e erro, [...] em que predomina a inferência hipotética, ou a abdução, como estratégia" (Pinto, 2002, p. 86). Tal hipótese seria testada em vários momentos de erros e acertos. Ao final do processo de testes, "hipótese formulada abdutivamente é induzida e somente então se transforma na lei geral para aquele texto" (Pinto, 2002, p. 87). E quanto "mais competente for o leitor na formulação

[163] A heurística considera que cada texto produz seu próprio código e é um sistema *ad hoc*. Toda tentativa de enfiar o texto numa camisa-de-força interpretativa preexistente está destinada ao fracasso" (Pinto, 2002, p.87).

da hipótese, tanto maior a sua probabilidade de interpretação correta do que lê" (Pinto, 2002, p. 87).

Assim, a competência de leitura semiótica (lógica e semântica[164]), para além da lexical e sintática, contribuiria para sua "habilidade de formular hipóteses progressivas sobre o texto com capacidade cada vez maior de acerto" (Pinto, 2002, p. 87) em relação à compreensão do contexto narrado.

De maneira prática, solicitamos que você acesse novamente o filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*, no tempo 11:11, para percebermos, na prática, como o processo abdutivo está acessando as memórias ancestrais de Valmir sobre a origem da comunidade quilombola da Rasa, em um período que remete aproximadamente ao ano de 1774. Um tempo que ele não viveu, mas de que, através da tradição oral de sua família, ele se recorda, e essa recordação tornou-se um elemento identitário:

> Eu sou quilombola porque os meus avós são africanos. Aqui em Búzios recebemos um povo muito grande na ponta do Pai Vitório [...] entre elas [...] veio os meus familiares, que veio de Angola, né? [...] Escravizados. Veio pra cá ainda no período quando a escravidão já não era mais permitida. Mas vieram porque isso aqui era uma rota de escravo da uma rota escravagista já proibida, mas que existia clandestinamente aqui em toda a nossa área, aqui da nossa costa, nessa praia onde você está me entrevistando agora, nesse momento (Valmir, 2024)[165].

É importante ressaltar que a leitura não deve ser feita segundo uma chave interpretativa pré-estabelecida. Essa chave emerge a partir do próprio texto e se aplica exclusivamente a ele. Descobri-la é um processo de memória, no qual hipóteses analógicas são formadas com base no que já conhecemos. No caso de Valmir, o que já se conhece inclui a oralidade de sua família e os conhecimentos históricos que ele adquiriu.

Aquilo que lê melhor é quem lê mais, pois essa prática amplia o repertório de símbolos disponíveis para a interpretação. Em outras palavras, a qualidade da interpretação depende do arcabouço de conhecimento de cada interpretante.

Além disso, o arcabouço de conhecimento relativo às narrativas textuais e fílmicas que construímos considera diversos elementos da ciência dos significados,

---

[164] Operação lógica: operações intelectuais que visam à determinação do que é verdadeiro ou não. Operação semântica: componente do sentido das palavras e da interpretação das sentenças e dos enunciados.

[165] Entrevista concedida em maio 2024, na Praia da Gorda, Armação dos Búzios-RJ.

conforme indicado por Deleuze (2005), incluindo a linguagem, a linguística e a semiologia. Vamos começar pela semiologia, recapitulando a diferenciação entre significado e significante. Se estivéssemos conversando na língua felina, o miado seria o **significado**. O **significante** seria "miau", se o gato fosse brasileiro, e "*meow*", se ele fosse inglês.

O **signo**, como já vimos, é uma imagem que vale por outra. Por exemplo: as letras do alfabeto. O **ícone** é um objeto que representa uma ideia, como a Torre Eiffel representa a França. O **símbolo** surge a partir de ideias produzidas por uma convenção; por exemplo, a palavra "tangerina" representa uma fruta. Já o **índice** refere-se a outrem e aponta para outra situação. Por exemplo: as sementes são o índice da árvore.

Nesse sentido, os caicos e as canoas, embarcações utilizadas para a pesca artesanal na Praia da Gorda, Quilombo da Rasa, em Búzios, e na Prainha, Arraial do Cabo, tornaram-se ícones do tipo de pesca artesanal praticada em sua localidade. Nesse caso, o caico seria o ícone da pesca de linha, e a canoa, das pescas de cerco e de gancho. Por esse motivo, elegemos a imagem dos caicos para ser o símbolo (logomarca) do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras* (veja Figura 29), pois os caicos são os elementos icônicos mais longevos em relação à representação material das memórias aqui rememoradas: eles fazem alusão a 250 anos de história oral, remetendo ao ano de 1774.

Agora vamos acessar os aspectos narrativos imagéticos. Todas as **imagens possuem um enunciado** e, todo **enunciado, é uma linguagem**, que pode ser verbal ou não verbal. Existem vários traços de linguagem nos enunciados cinematográficos. Todo “enunciado narrativo opera por semelhança e analogia” (Deleuze, 2005, p. 39). O **sintagma** é a conjunção de unidades relativas presentes; são os elementos interpretativos de uma imagem. Já o **paradigma** é a disjunção de unidades presentes com unidades comparáveis ausentes; são os famosos modelos de linguagem. O **objeto** é um referente, e a **imagem**, uma porção do significado.

Agora vamos fundir as percepções sobre a imagem de Deleuze e a semiótica de Peirce[166] para falarmos das três formas imagéticas de percepção do mundo:

- **imagem-afecção**: vejo sem saber que estou vendo; é a qualidade ou o poder de uma imagem, a potencialidade visual considerada por si mesma enquanto

[166] Fonte: Pinto, Julio. 1, 2, 3 da semiótica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. p.41-57.

exprimida. Na semiótica, ela seria da ordem da primeireza ou primeiridade: algo que remete a si mesmo (como a cor vermelha); uma sensação indefinida; uma emoção difusa, fugaz, não reflexiva; um presente que não se capta no consciente, apenas no inconsciente.

- **imagem-ação**: refere-se a qualidades e poderes atualizados em estados de coisas. Há que ter uma relação de coisas para afirmar que isso existe, estar perante algo. Na semiótica, é conhecida como segundeza ou segundidade: algo que remete a si através de outra coisa; ação e reação; relação de duas coisas: sujeito e passado; condição mínima para existir; relação binária que significa estar aqui, estar ali.
- **imagem-relação**: esta se vê enquadrada pelas relações que a referem ao todo que ela exprime, por exemplo, uma burca. Seria a terceireza ou terceiridade na semiótica, pois faz relação entre sentidos. É uma operação triádica de reconhecimento e nomeação. O objeto vê (imagem), a memória (que interpreta a imagem) percebe que há algo lá fora (objeto), que é visto aqui dentro (imagem) e é comparado com algo já visto anteriormente (significado).

Por que é importante para este estudo compreendermos as formas de percepção das imagens, os significados e os significantes? Porque, no filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*, estamos acessando e registrando histórica e videograficamente memórias, ou seja, significados que não foram registrados. E, pela perspectiva da teoria da imagem, é necessário entender que estamos trabalhando intencionalmente no âmbito da imagem-ação e da imagem-relação ao criarmos o roteiro de gravação e de edição do filme mencionado, e o fazemos para gerar significados potentes.

Na contemporaneidade do século XXI, onde todas as relações são mediadas por aparatos sociotécnicos, é essencial compreender o real significado das imagens que vemos e que nos são mostradas, pois elas compõem a "massa linguageira" (Pinto, 2017) de todos nós. Além disso, "muito do cinema contemporâneo está nesta isotopia da potência da imagem referencial, anafórica, que nos traz o mundo, que nos lembra o vivido" (Pinto, 2017, p. 24). Como é vivenciado no cotidiano, sabemos como as imagens têm o poder, além de referenciar um acontecimento vivido, de instaurar o visível como real. Tornaram-se uma espécie de reinvenção da vivência para quem a vivenciou. Por isso, são consideradas "imagens potentes, porque se ligam ao

paradigma da escrita, isto é, elas tendem a fixar sentidos de modo linear, a maneira da própria escrita" (Pinto, 2017, p. 23), como na fotojornalismo, quando vemos a imagem de um registro de um fato histórico.

Um exemplo é a imagem da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorreu em 2021, sobre a rampa do Palácio do Planalto, cercado por representantes do povo. Quando vemos aquela imagem, indiscutivelmente sabemos que se trata de um fato verídico, porque foi registrado por alguém. Mesmo sem ter estado lá, temos a convicção de que o fotógrafo esteve presente, e esse registro imagético fica condensado no imaginário como uma verdade. Além disso, torna-se uma lembrança pessoal de quem não vivenciou fisicamente aquela realidade.

Por outro lado, as imagens potentes também apresentam impotências. Isso acontece quando, ao assistirmos a uma cena de um filme, nos deparamos com um detalhe do cenário que não era o objetivo de visibilidade que o diretor propôs para a cena. Esse deslocamento do foco de atenção é tecnicamente chamado de teleologia da imagem. A imagem que gerou o desvio do olhar é denominada imagem impotente. A cultura midiática contemporânea instituiu uma nova categoria de visibilidade, onde existe um certo predomínio da "imagem impotente, em sentido contrastante com a potência que resgata o vivido" (Pinto, 2017, p. 24). Nesse sentido, a impotência da imagem instaura pseudovivências, como ocorre nos reality shows ou nas fake news (tão devassadoras neste tempo de pós-verdade do século XXI), onde o "que importa não é tanto a referência do real, mas um efeito de real, para lembrar Barthes" (Pinto, 2017, p. 25).

Uma das impotências da imagem que estamos explorando intencionalmente no filme que acompanha esta tese é a percepção de continuidade temporal da tradição, explicitada pela repetição cotidiana de gestos ancestrais durante a lida na pesca artesanal. Como vimos no capítulo 3, os puros gestos (Agamben, 2015) são uma categoria de comunicação não verbal carregada de ancestralidade, pois renunciam à pretensão de realidade e representam o "lugar" do vazio da memória, onde a palavra falha. Os puros gestos detiveram nossa atenção especial no momento da observação participativa, da análise comparativa e do registro audiovisual.

Assim fizemos, porque entendemos que os puros gestos são aqueles que carregam elementos significativos fundados não somente em uma significação inconsciente, e talvez ancestral, mas também em uma necessidade relacionada ao ambiente onde a pessoa vive.

A título de exemplificação de como os puros gestos podem cristalizar conhecimentos ancestrais, retomamos o relato do pesquisador Sautchuk, quando ele cita a importância do gesto na pesca artesanal, durante a captura do peixe pirarucu em um lago da vila Sucuriju, no Amapá, região do estuário do rio Amazonas. É importante ressaltá-lo como exemplo para demonstrar a potência do gesto, carregado de conhecimento, memória e história:

> Na proa da montaria, ele se mantém atento aos sinais do peixe, traçando estratégias e guiando o piloto através dos seus sinais, no mais absoluto silêncio. Chegado o momento oportuno, **ele se ergue de haste em punho e lança,** para em seguida aproximar-se do peixe através da arpoeira, a corda presa ao arpão. **Eis o gesto principal dessa atividade de captura,** entre pesca e caça, que consiste no paradigma das relações estabelecidas no lago (Sautchuk, 2011, p. 90).

E será que esses gestos poderiam ser considerados instrumentos materiais das memórias ancestrais? Arriscamos iniciar algumas tentativas de resposta a esse questionamento, corroborando com o pensamento de Jardim (2021) sobre gestos e imagens. Para Jardim, sim, os gestos registrados em imagens podem suscitar “uma disposição ética semelhante à modalidade de testemunho” (Jardim, 2021, p. 5-7) e até mesmo aflorar ou materializar lembranças, tornando-as visíveis a ponto de terem efeitos biopolíticos.

Para exemplificar a potência do gesto como um elemento de perpetuação de uma tradição ancestral, vamos explorar os conhecimentos sobre os gestos necessários para a realização da pesca de cerco, praticada na Prainha, em Arraial do Cabo, por mestre Otávio e seus camaradas, na companha da Canoa Maravilhosa. Para melhor compreensão desta reflexão, sugerimos que você faça uma pausa na leitura antes de assistir a um trecho do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*, entre os tempos 8:23 e 9:02.

Nesse momento do filme, você verá o mestre da canoa nos explicando como acontece a pesca de cerco. Esta modalidade de pesca com canoa, como vimos no capítulo anterior, possui comprovações históricas e antropológicas de sua existência na cidade desde 1843. Segundo Otávio, continua a ser praticada até os dias de hoje com as mesmas técnicas gestuais aprendidas com seus antecessores.

Agora, com os elementos imagéticos da pesca de cerco, observe como Otávio descreve o processo gestual daquele momento de pesca, registrado imageticamente:

> A canoa, ela tem um remador. A remada dele é para trás, sempre movimentando o corpo para trás. Ou, quando você quer sentido ao contrário, você dá o corpo para frente. Tem o chumbeireiro, que ele sempre vai jogar chumbo, certamente com a mão esquerda. Depende muito da posição do vento. Quando está sudoeste, a gente costuma botar a rede por terra, é a parte direita. Mas, na maioria das vezes, sempre com a parte esquerda. Então, o chumbeireiro, ele sempre vai procurar a jogar a rede com a parte esquerda do seu corpo, com a mão esquerda. E o corticeiro, no sentido oposto. Já fica ao outro lado, ele já fica de frente para o chumbeireiro. Então, ele vai jogar a sua rede... Com a mão direita. Enquanto um está com a mão esquerda, o outro está com a mão direita. O outro está com a mão direita. E o mestre, no caso, fica na popa da canoa, a parte de trás. Ele vai de acordo com o que a maré está pedindo, vai de acordo aonde ele vai cercar. Então, ele não tem a posição certa. Mas, ele fica em pé. Ele vai estar sempre em pé. Ele não senta. O único que não senta é o mestre da canoa e o corticeiro. Agora, o chumbeireiro, o remador, ele vai estar sempre sentado. Algumas vezes, o chumbeireiro, ele pode ser que ele fique até em pé. Mas, geralmente é sentado. O mestre, ele também carrega um remo, que ele serve como guia. É ele que guia a direção para onde a canoa vai. Então, ele também segura com a mão direita e com a mão esquerda, não tem posição certa. Vai depender muito do vento, ou da maré, ou para onde a canoa tem que ir. Se a canoa tiver que ir para o lado esquerdo, o remo vai estar sempre do lado esquerdo. Ele vai estar sempre guiando, na maioria das vezes, guiando a canoa para o lado esquerdo, com o remo do lado esquerdo. Ou o lado direito, vai estar com o lado direito. Mais vezes, ele pode estar com o remo do lado direito, mas está usando o remo do lado esquerdo. Aí, já tem uma técnica ali, que ele faz essas manobras. Mas, o mestre da canoa, ele que dá a direção para onde a canoa deve ir. As pessoas vão remando, eles são os remadores, eles só remam. Agora, o que dá a direção para onde a canoa deve ir. Se deve ir para fora, se deve ir para a terra, se deve continuar na direção que está, aí o mestre, ele vai fazer. Esse remo é como se fosse a hélice da embarcação (Otávio, 2024)[167].

Os gestos acima mencionados estão repletos de elementos memoriais repassados pela oralidade de geração em geração. Trata-se de elementos que, pela repetição cotidiana, vem sendo constantemente recriados. Nos parece encantador perceber, através deste estudo, como velhos hábitos gestuais se tornam novos símbolos de conhecimento e identidades, contribuindo para o pertencimento local e a manutenção da identidade coletiva do(a) pescador(a) artesanal nas cidades pesquisadas.

Com os conhecimentos ancestrais acessados pela experiência de vida individual e o compartilhamento da memória coletiva, os pescadores e pescadoras artesanais vêm desenvolvendo roteiros alternativos para seus deslocamentos, intuições sobre as oportunidades de captura, os tipos de pescado que podem ser encontrados em determinados locais e a arte de pesca necessária para obter êxito em suas saídas. Por meio da oralidade, do aprendizado visual e da repetição dos gestos

[167] Entrevista concedida em 12 de junho de 2025, na cidade de Itaperuna-RJ.

puros, eles dominaram, a partir de reflexões abdutivas memoriais e de introjeções simbólicas baseadas em conhecimentos de seus antepassados negros e indígenas, os instrumentos identitários necessários para realizar, em seu cotidiano no século XXI, o que fazem de melhor: a pesca artesanal na Região dos Lagos fluminense.

5.1 Coparticipação: percepções dos sujeitos da pesquisa sobre o filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras

> *O cinema é uma linguagem que expressa a realidade com realidade e esse também deveria ser o caso da antropologia, as duas atitudes sendo intimamente aparentadas em suas iniciativas de transferência das realidades humanas (Piault, 2018, p.325).*

Quando nos propusemos a produzir um filme como conteúdo desta tese, o fizemos com a intenção de ampliar e incentivar a coparticipação das pessoas pesquisadas no contexto da produção dos conhecimentos advindos da pesquisa. Nós queremos é superar a técnica colonialista do domínio do conhecimento acadêmico, como fazem alguns pesquisadores até hoje, fazendo um mero registro com o olhar "de fora" de uma pessoa alheia, de fora. Ao buscar registrar as realidades e rememorações das virtudes culturais e sociopolíticas, próprias das comunidades pesqueiras de matriz afro-indígena, temos a humildade de entender que são essas comunidades as detentoras dos conhecimentos pesquisados. Como demonstrado no capítulo 4 desta tese, tratam-se de cidadãos e cidadãs que desenvolveram uma tecnologia ancestral de resistência sociocultural e política, a ponto de dominarem os conhecimentos que transformam em luta constante e conquistas reais as desigualdades seculares impostas a elas pelas classes dominantes.

Nesse sentido, o filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras* foi criado para contribuir com a produção de "uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que afirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração" (Santos, 2019, p. 77). Como o processo de produção do roteiro de gravação e edição do filme foi realizado pela pesquisadora de forma unilateral, buscamos realizar duas exibições de pré-estreia do material fílmico, em processo de edição final, para incluir as pessoas pesquisadas na pós-produção do filme e dirimir quaisquer interpretações de imposição narrativa por nossa parte. As referidas exibições aconteceram no mês de novembro de 2024, nas duas cidades pesquisadas.

As exibições de pré-estreia constituem elementos essenciais de coparticipação das pessoas entrevistadas. Por esse motivo, desde o início da pesquisa, já estavam previstas no cronograma de execução. No entanto, como o filme foi realizado com recursos próprios e apenas um modesto apoio proveniente de financiamento coletivo, não dispúnhamos de estrutura financeira para realizá-las presencialmente.

Diante disso, buscamos e obtivemos apoio técnico e logístico do PEA Pescarte, sediado tanto em Armação dos Búzios quanto em Arraial do Cabo, para que as duas exibições fossem realizadas virtualmente, por meio de videoconferência. Contudo, durante o processo de preparação, o membro da equipe técnica que prestaria suporte para a exibição virtual em Arraial teve um conflito de agenda. Assim, tivemos de nos reorganizar para viabilizar a apresentação na cidade, desta vez de forma presencial.

Em razão dessa alteração, a sessão de pré-estreia em Búzios ocorreu no dia 19 de novembro de 2024, uma terça-feira, das 20h às 21h30, de forma remota, na sede do PEA Pescarte. Já em Arraial, a exibição foi realizada no dia 25 de novembro de 2024, uma segunda-feira, das 18h30 às 20h30, na sede da Cooperativa de Mulheres Nativas

5.1.1 Coparticipação em Armação dos Búzios

A primeira sessão de pré-estreia do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras* ocorreu de forma remota, na sede do PEA Pescarte em Búzios. Isso significa que a pesquisadora e diretora do filme participou remotamente da exibição, enquanto 10 das 12 pessoas participantes da sessão estavam presentes fisicamente. Dentre essas, havia dois integrantes da equipe do PEA Pescarte e nove representantes da cadeia produtiva da pesca artesanal da cidade. Entre eles, o entrevistado Valmir de Oliveira também estava presente. De maneira remota, participaram ainda a entrevistada Selma Gonçalves e Paulo André, o técnico responsável pela transmissão.

Figura 31 - Pré-estreia do Filme "Rememorar Histórias Pesqueiras" em Búzios



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Devemos dizer que a exibição do material audiovisual gerou um grande impacto positivo, mas também provocou questionamentos no público. Valmir questionou e refutou as informações históricas apresentadas pelo historiador Pierre de Cristo, além de questionar a autenticidade de alguns trechos da entrevista de Selma, procurando valorizar a cultura oral de seu povo.

> Eu acho que o vídeo ficou maravilhoso [...] o historiador falou ali que aqui na Rasa habitou os índios tupinambás. Não, os tupinambás eram de Cabo Frio. Na Rasa habitou os guaracis, os índios guaracis habitou próximo aquela família que está ao lado das três cabanas ali na Rasa. Outro ponto importante, voltando aí para os índios, os tupinambás são oriundos dos tamoios, os tamoios são oriundos dos goitacazes e assim por diante.
>
> [...] O fato principal é a questão das baleias. O historiador falou que no século XVII aportava aqui as baleias. Não era. As baleias que aportavam aqui nas Praia dos Ossos, ela tinha quase 45 toneladas e não podia ser rebocada para Arraial do Cabo. Arraial do Cabo tinha fabrica de carne de baleia chamada Taiyo. [...]
>
> [...] Com relação a outra situação, o pai de Selma nunca teve casa de farinha, o pai de Selma, na verdade era pescador, mas não tinha casa de farinha, quem tinha casa de farinha era o tio Selma, seu Mário [...]
>
> [...] porque hoje há muita gente que conta com a história como se fosse realidade, eu tenho lutado muito contra isso, porque na verdade a nossa história está aqui. É a história de um povo que na verdade vivenciou isso, que vive isso. Como o meu caso, por exemplo. Eu sou filho de uma mãe de 114 anos viva, cheia de saúde [...] todos que nós vivemos, e aí quando passaram de filho para pai a história, que a gente relata e conhecimento. No meu caso eu fui mais além, eu fui estudar a história a fundo, então as pessoas não falam muito nisso, porque eu pesquisei anos e anos, a história do negro em busca, e muitas coisas eu rebato, porque há coisas que não são verdadeiras, que são constituídas [...]

> [...] e a gente fica muito lisonjeado, agradecido e até mesmo feliz com esse filme, esse documentário que a gente ajudou a fazer, porque, na verdade, é muito outro que é de ideias, de construção, de renovação do que é o nosso povo, a nossa gente. [...] Isso vai entrar para a história dos nossos filhos, dos nossos filhos, das pessoas da comunidade nacional. E aqueles que estão chegando por nós aqui, que eu não sei o nome deles, que estão com nós, amigos aí, vão conhecer o que é a nossa história, o nosso povo. Eu tenho orgulho de fazer parte disso (Valmir, 2024).

Para compreender melhor o contexto das reflexões mencionadas, recomenda-se assistir, no filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras*, aos seguintes trechos de entrevistas: do historiador contracolonial Pierre de Cristo, especialista na história de Cabo Frio, entre os tempos 12:47 e 13:40 (sobre a economia baleeira no século XVII) e entre 16:50 e 17:14 (sobre os indígenas tupinambás); e da marisqueira quilombola Selma, entre 15:22 e 15:38 (sobre o fazer farinha).

Não temos a intenção de refutar o conhecimento, tampouco a opinião de nosso entrevistado. Contudo, ao realizarmos uma análise conotativa dos três primeiros trechos da fala de Valmir, anteriormente citados, evidencia-se uma considerável distância entre os fatos relatados por sua história oral e aqueles registrados pela historiografia. Os fatos históricos apresentados pelo historiador possuem comprovação documental, enquanto a história oral não se prende a esse compromisso com as evidências, podendo mesclar diferentes períodos históricos. Foi o que ocorreu, por exemplo, na citação à Fábrica Taiyo - inaugurada em Arraial do Cabo apenas em 1960 - enquanto o historiador se referia ao ano de 1728.

Como Selma estava acompanhando virtualmente a exibição e foi citada, ela solicitou a palavra:

> Quero só esclarecer uma coisinha aqui, que a casa de farinha de papai era aqui onde Dazinha morou, entendeu? E eu raspei muita mandioca com meu pai, rodei muito rodete. E titia Jaci, a minha irmã mais velha, que o Valmir conheceu muito bem, que é a esposa de tio Nico, meu cunhado, ela raspou muita mandioca e fez muita farinha com o papai para poder ajudar o papai a criar a penca de filho que o papai teve, que foi 17, que o papai fez, fora os agregados que o papai agregou. Então, sou irmã de 23, tenho muito orgulho de falar isso. Eu raspei muita mandioca com meu pai, tenho muita honra de falar isso, a casa de farinha era do meu pai, sim.
>
> [...] Eu não consegui ver direito, porque estava falhando aqui para mim. Aí eu não sei se foi minha internet, não sei se foi do filme mesmo, algumas partes falhou, travou, eu não consegui ouvir legal, nem ver direito (Selma, 2024)[168].

[168] Participação virtual em pré-estreia em novembro de 2024, em Armação dos Búzios-RJ.

Na sessão, também estava presente o aquicultor Mário, que cria peixes de cativeiro em tanques. Ele disse:

> Muito importante o seu trabalho para preservar a nossa memória e a memória do passado. [...] O que eu vi hoje no seu filme é o trabalho braçal de um homem que vai buscar o sustento no mar. [...] É o empenho, o sonho da luta com o homem que faz para sustentar a família. Então, o que você ressalta no filme é, nesses dois que estão aqui atrás, um grande potencial de sobrevivência do que eles buscam, do que era antigamente, da dificuldade que era [...] Isso é muito importante. Continue fazendo esse trabalho e traga mais informações e reviva a história. [...] E, quando vejo isso aqui, eu fico muito feliz de ver que existem pessoas interessadas em mostrar o que foi no passado, o que aconteceu com o nosso povo, com o nosso crioulo, nosso negro. E continue. Eu fico emocionado. Eu trouxe até o meu menino, que vai ser um paleontólogo, para poder assistir a história (Mário, 2024)[169].

Para finalizar o assunto da exibição de pré-estreia realizada em Búzios, gostaríamos de ressaltar que estava presente na sessão um homem de meia-idade, chamado Renato, sobrinho de Valmir. Segundo a história oral dos quilombolas da Rasa, Renato pertence à família dos descendentes diretos do príncipe Zimbalelê, que foi trazido escravizado de Angola, África, para a Rasa há mais de 250 anos. Durante a sessão, Renato confirmou a história oral sobre a ascendência angolana da linhagem de sua família, originária do príncipe Zimbalelê.

5.1.2 Coparticipação em Arraial do Cabo

A segunda e última sessão de pré-estreia do filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras* aconteceu em Arraial do Cabo, no dia 25 de novembro de 2024, na sede da Cooperativa de Mulheres Nativas, situada na Praia Grande. A sessão ocorreu de forma presencial e contou com a participação de 17 pessoas, entre as quais estavam três mulheres entrevistadas no filme: duas cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas, Margareth Julião e Zenilda Maria, e uma cooperada da MUPAAP, Cleuza dos Remédios Rocha (Cleusinha).

[169] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Armação dos Búzios-RJ.

Figura 32 - Pré-estreia do Filme "Rememorar Histórias Pesqueiras" em Arraial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

oi uma sessão harmônica, reflexiva e marcante. Embora pareça existir certo distanciamento histórico e social entre as pescadoras artesanais das duas cooperativas mencionadas, naquele dia a exibição do filme contribuiu para romper essa barreira. Após dez anos de existência da Cooperativa da Praia Grande, foi a primeira vez que Cleusinha, integrante da cooperativa da Prainha, esteve na sede da cooperativa da Praia Grande, acompanhada de sua neta de 12 anos.

O público presente foi bastante diversificado. Além das seis cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas e de outras pessoas convidadas, destacaram-se a participação de representantes dos PEAs Foco e Pescarte, de uma turismóloga e de um dos fundadores da ResexMar.

Iniciaremos apresentando as percepções de Daniele Cantaniedi, integrante do PEA Pescarte e da classe pesqueira, sobre o filme. Ela destacou como a obra lhe possibilitou refletir sobre suas origens indígenas, sobre o papel da mulher na pesca artesanal e sobre o resgate histórico promovido pela narrativa.

> Antes de ser parte do projeto Pescarte, [...] eu digo que eu aprendi a me reconhecer enquanto classe pesqueira, porque eu sou descendente indígena também, e também de escravos e também de turcos. Então, assim... toda a minha família, tanto paterna quanto materna, são da pesca artesanal, mesmo que um outro estado. [...] Eu tive que aprender a reconhecer quem eu era e a classe de onde eu vinha, a partir das falas de Zenilda, de Margarete, de Cleuzinha, que era quem eu via nos espaços falando sobre pesca artesanal, porque até então eu também não me reconhecia como pertencente à classe pesqueira, mesmo sendo a minha vivência toda dentro da classe pesqueira.

> Então, assim, toda a rotina que elas mostram ali (no filme) era a vivência que eu fazia com o meu familiar. Mas eu fiquei muito surpresa, porque no teu curta teve uma coisa assim que foi aqui mexendo com o emocional, não só pela questão da pesca, mas pelo resgate histórico de como se veem os indígenas e os escravos, porque também é a minha descendência. Então, assim, de ver alguns instrumentos, como eu vi ali o tipiti, que era a coisa que minha avó usava para fazer farinha também. [...] Então, eu foi me dando um saudosismo de infância e também de dizer assim, poxa, eu amei de ver o protagonismo dessas mulheres, porque eu acho que é elas falando das vivências delas e não outras pessoas falando por elas [...] Então, assim, quando a gente vê que tem mulheres que estão aí na luta e elas trazem esse olhar feminino de como elas realizam a atividade e das dificuldades que elas encontram, eu acho que isso vem aí quebrando os paradigmas. [...] E trazendo aí, tirando essas mulheres da invisibilidade a qual muitos anos elas foram colocadas dentro da pesca artesanal, porque sempre se falava pesca artesanal, se achava mais como um trabalho masculino e não. Tem toda uma classe de mulheres aí da atividade que lutam, que ocupam os espaços e que reivindicam seus direitos e que tem que ser reconhecido. Eu fiquei maravilhada de ver e também de conhecer um pouco mais da história tanto de Cabo Frio e de Arraial de Buzios, [...] ver essa história aí que você resgatou lá atrás e de ver pessoas ali, algumas que eu já conheço e outras que não, mas que foram se cumprimentando de forma maravilhosamente e parabéns às meninas que participaram, o pessoal que participou e todo o seu trabalho. [...] Eu gostei muito, gente. Estou apaixonada. Não vejo a hora de estar disponível para estar divulgando (Daniela, 2024)[170].

Maria Scalist, membro do PEA Foco, destacou a importância do filme como uma forma de a pesquisa “sair do papel” e também abordou como o filme trata da presença feminina e da história das mulheres na pesca artesanal da região:

> E já conheço boa parte dessas mulheres. Como nós somos projetos, trabalhamos com mulheres. Conheço essas mulheres aí que são exemplos: Cleuzinha, Selma, que passou, Margareth, Zenilda. Assim como eu já conhecia um pouco da história delas. Mas tu poder ver isso, gente, a oralidade é muito importante! Pra que permaneça a história sendo contada. Mas quando tu ouve e enxerga tudo isso, assim, eu achei maravilhoso. [...] Eu estou encantada. O resgate que foi feito, o trabalho que tu te propôs em fazer é muito importante não só pra comunidade da pesca artesanal, mas como aqui a nossa linda menina falou brilhantemente agora, pra todos nós (referindo-se a neta de Cleusinha). Porque o ambiente, o mar, a pesca, faz parte do ambiente como um todo. E a gente tem que parar e olhar pra isso. Não é porque eu não sou pescadora que eu tenho que me eximir de tudo. [Então é importante esse teu trabalho. É importante essas mulheres maravilhosas que fizeram parte desse curta, assim. Eu acho que quando terminar (de editar o filme) vai estar mais maravilhoso ainda. E a pauta, eu acho que é muito importante colocar em evidência. Sair só ali do papel, que nem tu falou, que a academia, às vezes, as pessoas não vão lá. Não vão ler, gente. Não vão ler. E isso aqui que tu fez, assim, te desafiou em trazer essas mulheres. E são elas mesmo, as sujeitas, quem têm que dar opinião sobre o trabalho. Maravilhoso. Tu tá de parabéns. Obrigada! (Maria, 2024)[171].

[170] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ.
[171] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ.

A turismóloga Cristina disse que sentiu falta de mais informações sobre os indígenas de Arraial:

> Você deu fala para as pessoas e tal e a maioria falou, olha, a gente está na luta, a gente está tentando, a gente não consegue. E eu fico, assim, impressionada que 40 anos de vivência nessa localidade que se diz um destino turístico, não perceber nisso um potencial de identidade, um diferencial num cenário de atividades turísticas tão padronizadas, tão massificadas, não perceber nisso um potencial imenso. E aí eu questiono muito, por exemplo, os dizeres, porque o foco da tua tese é a influência negra indígena. [...] No filme eu não senti muito essa abordagem. Eu vim com essa expectativa de conhecer um pouco mais essa influência e eu achei que no filme você abordou e pareceu muito mais a influência europeia do que propriamente a indígena, foi a minha sensação. Foi muito pouco abordada. E a gente sabe que tem muitos petrechos de pesca que eles utilizam nomes indígenas, que a gente poderia estar agregando a isso. Então isso seria uma sugestão da gente aprofundar um pouco isso. [...] Por que os pontos turísticos não têm esses nomes? Por que em cada ponto não tem essa história? Por que a gente não resgata a chegada dos negros? Como é que se processou na prainha? Como é que eles ficaram ali? Como é que eles foram sendo absorvidos pela pesca? Como é que isso representou na vida deles? E ter todo esse levantamento, utilizar esses nomes, explorar e valorizar muito mais isso. Eu sinto falta, aqui em Arraial, uma política com esse enfoque que trabalhe a atividade turística de uma forma responsável, em que você possa agregar valores às cooperativas de pesca de mulheres, às cooperativas de pesca artesanal. Enfim, você possa trazer formas de subsistirem e permanecerem. Porque é isso que eu senti muito no teu filme, foi essa fala: poxa, a gente está passando por dificuldades. Antigamente era mais fácil encontrar o peixe, agora a gente tem que ir mais longe. Então o envolvimento, o gasto são muito maior. Mas você está de parabéns (Cristina, 2024).[172]

Em relação à questão levantada por Cristina, esclarecemos que nossa pesquisa, de fato, não se aprofundou nas contribuições da cultura indígena para a pesca artesanal, uma vez que compreender a temática indígena nesse contexto não era a proposta inicial do estudo, que se concentrou originalmente na contribuição das culturas de matriz africana. No entanto, a segunda etapa da pesquisa de campo apontou para essa nova direção. Assim, a inclusão das contribuições indígenas para a pesca artesanal passou a integrar o escopo dos achados do presente estudo e vem sendo tratada como tal.

Por sua vez, Fábio Fabiano, um dos membros fundadores da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, destacou a relevância da produção do filme e ressaltou a necessidade de que as mulheres das duas cooperativas - da Praia Grande e da Prainha - se unam mais na luta por seus direitos:

> Primeiro, eu queria parabenizar você desse enfoque que você deu sócio antropológico visual ou sociólogo visual, né? Que não é uma coisa escrita,

[172] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ.

> como você fala. [...] E, em segundo lugar, de você ter almejado isso. Você ter essa devolutiva, mas, ao mesmo tempo, preocupada com os protagonistas. [...] Isso, eu acho que é importante deixar esse vídeo. Que tese, ninguém lê. Tese é bom para acadêmico.
>
> Então, eu sou da época que a gente tomava porrada [...], para levar pescador para discutir. Então, a gente fazia esse meio de campo. Hoje, graças a Deus, eles já fazem o caminho sozinhos. Com a sua representatividade, com as suas entidades que representam. Apesar de ainda, em Arraial do Cabo, ter muita entidade de pesca que foi criada por outro objetivo. Não, na realidade, de, ao meu ver, somar uma política pública ou uma coisa de briga dos seus direitos. E, sim, uma questão mais de ter fundos dispersos para o motivo de arrecadação. Então, eu queria abençoar as meninas (da cooperativa de Mulheres Nativas), a Cleuzinha também, que tem a outra cooperativa. Eu acho que elas precisam falar mais, conversar mais, se juntar mais e acabar com um pouco desse individualismo (Fabio, 2024)[173].

Na visão de Cleusa dos Remédios, presidenta da MUPAAP, o que o filme lhe trouxe de novo foi a abordagem da temática indígena:

> O que me chamou mais atenção nesse filme foi que você lembrou dos índios que existiam no local. Porque hoje nós somos uma reserva, então não se fala dentro de uma reserva dos índios, dos direitos dos indígenas e dos quilombolas. E lá no Morro da Cabocla nós estamos com o projeto Aquilomba-Morro da Cabocla, que é o mesmo da Prainha, justamente por isso que as políticas públicas nós não conseguimos alcançar. E também as famílias indígenas que ainda hoje existem dentro de Arraial do Cabo. Então, o filme é maravilhoso. Sabe, quando fala dos indígenas [...] é o que faltava lembrar dentro da reserva. As famílias indígenas que existiam, inclusive até nós fizemos um levantamento, porque eles eram canibais, os índios de Arraial do Cabo. Mas são pessoas maravilhosas como nós somos hoje em dia (Cleusa, 2024)[174].

Para finalizar as reflexões sobre a exibição de pré-estreia do filme em Arraial, trazemos a opinião de Zenilda, a primeira presidenta da cooperativa de pesca artesanal de Arraial do Cabo, fundada em 2014:

> Em nome da Cooperativa de Mulheres Nativas, eu queria agradecer a Carem pela iniciativa, por termos nos encontrado há três anos. E, a partir daí, temos [...] partido para essa história nova, que é um trabalho que vai deixar para que a gente possa acompanhar durante muitos anos, assistindo, discutindo, conversando a respeito, trazendo outras pessoas para essa compreensão também do que a gente busca. Então, o nosso agradecimento, agradecimento a vocês por terem estado aqui conosco. É sempre bom recebê-los aqui. Obrigada. (Zenilda, 2024)[175].

---

[173] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ
[174] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ
[175] Participação presencial em pré-estreia em novembro de 2024, em Arraial do Cabo-RJ

5.2 Percepções sobre a coparticipação dos sujeitos da pesquisa na realização do filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras

Inicialmente, é importante destacar que o esforço empreendido por nós para garantir a coparticipação dos sujeitos da pesquisa nas etapas de pré-produção e pós-produção do filme foi plenamente bem-sucedido. Ao todo, interagimos e asseguramos a participação de 40 membros da cadeia produtiva da pesca artesanal na produção da obra: na pré-produção (Oficina de Produção Audiovisual *Documentos de Si* – OPADS) – três pessoas; na produção (gravação das entrevistas) – oito entrevistados e quatro integrantes da equipe técnica de gravação; e na pós-produção (exibições) – 12 pessoas em Búzios e 17 em Arraial.

Reconhecemos que, embora não tenhamos alcançado integralmente os objetivos da proposta de educação não formal na OPADS - que previa interagir com 10 participantes, sendo cinco de cada local, para, no momento da gravação, selecionar apenas um de cada cidade -, a única pessoa que atuou como cinegrafista no filme assimilou o conteúdo, declarou-se satisfeita por ter participado da oficina e vem replicando, no cotidiano, os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos.

Os participantes das gravações sentiram-se contemplados e respeitados, tendo suas opiniões, conhecimentos e rememorações afro-indígenas registrados de forma permanente. As 29 pessoas que compareceram às duas exibições de pré-estreia expressaram-se positivamente quanto ao conteúdo histórico e à abordagem sobre a realidade da pesca artesanal em sua cidade.

Essas conquistas, portanto, corroboram a premissa inicial desta tese: a produção audiovisual, no contexto de geração de conhecimentos científicos, configura-se como uma importante aliada dos estudos realizados, além de representar um dispositivo tecnológico capaz de cristalizar a memória de um povo e um instrumento narrativo de enfrentamento ao domínio colonial, a partir de uma perspectiva contracolonial que valoriza os saberes ancestrais dos povos negros e indígenas. Como nos ensina Nego Bispo: “para dominar a técnica de adestramento, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa” (Bispo dos Santos, 2023, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Circularidades: os conhecimentos afro-indígenas perpetuaram-se

Você já parou para pensar como seria o nosso país se, ao invés de ter sido invadido, ele tivesse sido habitado? Se, ao invés de os invasores escravizarem as pessoas que aqui viviam milenarmente, tivessem convivido harmonicamente com elas? Se, ao invés do nome Brasil[176], o nosso país continuasse a se chamar Pindorama? Como seria a nossa história hoje se ela não tivesse sido marcada pela eugenia, pela assimilação das culturas das pessoas indígenas e pela escravização das vidas das pessoas africanas e afro-pindorâmicas[177]?

Ao nomearmos esta pesquisa *REMEMORAR HISTÓRIAS PESQUEIRAS: conhecimentos culturais afro-indígenas e ação político-social na pesca artesanal*, além de imprimir uma identidade a este estudo, buscamos contribuir para uma nova forma de olhar para o nosso país. Não pretendemos vinculá-lo a qualquer identidade no sentido estritamente étnico, mas sim a uma identidade contracolonial. Isso porque o termo *afro-indígena* suscita, no âmbito conotativo, um significado muito mais amplo do que o sentido denotativo étnico-racial.

Trata-se não apenas de um instrumento identitário cultural, mas também de um meio de luta - simbólica e efetiva - no campo da linguagem. Ele nos auxilia a superar a cegueira imposta pela colonização. Afinal, mesmo que o domínio pela força bruta - imposto secularmente pelos dispositivos de poder bélico e moral-religioso das pessoas brancas europeias invasoras e assassinas - tenha buscado adestrar nossos povos originários visando ao enriquecimento por meio da apropriação indevida de nossas riquezas materiais (árvores, terras, mares, animais terrestres e aquáticos, minérios, combustíveis fósseis), essa corja de indivíduos sem escrúpulos não foi capaz de alcançar o âmago de nossa maior riqueza: o respeito por nossas ancestralidades e o valor que atribuímos à vida, desenvolvida de forma comunitária, em harmonia e confluência com o ambiente natural em que vivemos.

---

[176] Brasil é um nome derivado de uma árvore de tronco e sementes vermelhas como o sangue, nomeada pelos invasores europeus de pau-brasil, que existia em abundância na Região dos Lagos, e era extraída e comercializada pelos invasores europeus, tornando-se o próprio símbolo da invasão colonialista.

[177] Termo cunhado por Nego Bispo (2015)

Porque, se os brancos colonialistas invasores e seus descendentes inescrupulosos, até os dias de hoje, detêm a riqueza obtida pelo domínio dos meios de produção e pela expropriação do trabalho do povo brasileiro - sustentando, assim, o racismo -, nós possuímos uma riqueza muito maior: o domínio das técnicas laborais que nós mesmos desenvolvemos e preservamos pela oralidade, como bem afirma Nego Bispo. E não haverá maneira de acabar conosco. Os colonialistas tentam fazê-lo desde 1500, todos os dias, e, mesmo assim, não conseguiram. E não conseguirão! Seremos sempre o que sempre fomos: início, meio e começo.

Poderíamos elencar diversos fatores que explicam nossa resistência, mas citaremos apenas três. Primeiro, porque, quando eles nos matam em um lugar, nós renascemos mais fortes em outro. Em 1692, os invasores colonialistas degolaram 20 mil[178] pessoas que viviam no Quilombo dos Palmares (Alagoas). O último Censo (IBGE, 2022) apurou que há mais de oito mil quilombos no Brasil. Em segundo lugar, porque os colonialistas precisam que continuemos utilizando as técnicas que desenvolvemos e dominamos para viver em harmonia com a natureza, uma vez que sequer compreendem a linguagem natural. Em terceiro, porque necessitam de nós para realizar o trabalho braçal - que consideram desonroso e inferior -, mas que, para nós, é apenas uma forma de mantermos a vida e a sintonia com o ambiente natural que nos cerca.

A lógica capitalista, baseada na obtenção de lucros por meio da expropriação do trabalho alheio e da supervalorização do indivíduo em detrimento da coletividade, também não nos corrompeu totalmente. E não nos corromperá. Como afirma Nego Bispo, nossa vida não tem fim. Somos frutos das comunidades tradicionais de raízes afro-indígenas, e a força da oralidade, da ancestralidade e do fazer comunitário guia nossos passos todos os dias, mesmo quando não temos plena consciência disso.

Trazendo essas reflexões contracoloniais para o contexto da presente pesquisa, propomos a seguinte indagação: por que, em pleno século XXI, há pescadores e pescadoras artesanais que optam diariamente por realizar o trabalho braçal de pescar com embarcações a remo, e não com motor?

---

[178] Dados obtidos pela autora em 2019, durante a pesquisa de campo realizada no Quilombo dos Palmares, Serra da Barriga, Alagoas, para a produção do seu primeiro filme autoral, “PAZ NO MUNDO CAMARÁ: a Capoeira Angola e a volta que o mundo dá” (Carem Abreu, doc, 2012, MG).

Certamente porque, para nós, descendentes afro-indígenas, não é necessário recorrer a um recurso que não possuímos - o dinheiro para investir em uma embarcação a motor - para exercer uma atividade de captura de pescado que sempre fez parte de nossas vidas. Simples assim. Dominamos esse conhecimento ancestral. A técnica braçal de navegação para captura de pescado está presente no cotidiano de nossa subsistência comunitária há séculos, senão milênios, considerando que a presença indígena na Região dos Lagos remonta a mais de cinco mil anos e a africana, desde 1620.

Como povos tradicionais, gostamos, temos prazer e fazemos questão de manter nossas tradições, realizando, em nosso cotidiano, as atividades de pesca - hoje chamadas de artesanais - da forma como nos foram transmitidas: de maneira braçal. É o que evidenciam os relatos das duas comunidades tradicionais de pesca artesanal pesquisadas: a de Armação dos Búzios (Praia da Gorda, Quilombo da Rasa) e a de Arraial do Cabo (Prainha e Praia Grande).

A pesca artesanal realizada a remo está presente na Região dos Lagos fluminense há mais de 250 anos — provavelmente desde 1773 — no caso dos descendentes afro-pindorâmicos que hoje vivem no território conhecido como Quilombo da Rasa, utilizando a embarcação *caico*, criada por seus ancestrais africanos vindos de Angola. Ou, como comprovam dados históricos e antropológicos, há mais de 180 anos - desde 1843 - em Arraial do Cabo, com o uso das canoas, originalmente construídas com técnicas indígenas, provavelmente dos povos tupinambás, cujas origens remontam a tempos milenares.

Assim, quando nos perguntamos, no início deste estudo, “de que forma a contribuição cultural e as ações políticas dos negros e indígenas estão presentes no imaginário simbólico e na realidade sociopolítico-cultural dos pescadores e pescadoras artesanais?”, já possuímos elementos suficientes para responder: a contribuição cultural e as ações políticas das populações negras e indígenas **estão profundamente enraizadas na convivência cotidiana** de todas as pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Mesmo que, muitas vezes, não haja consciência plena da força cultural e da postura política contracolonial que envolve manter hábitos ancestrais dos povos afro-indígenas no dia a dia, essas tradições se perpetuam a cada vez que um pescador artesanal utiliza um *caico* ou uma canoa a remo para capturar pescado; a cada vez que levanta uma pedra em busca de mariscos; que escolhe trabalhar coletivamente

em vez de individualmente; que compartilha comunitariamente os resultados do trabalho; que produz seu próprio apetrecho de pesca; que emprega seu conhecimento para identificar a técnica mais adequada à captura de um tipo específico de pescado; ou que decide garantir sua subsistência e sustento econômico sem agredir a natureza.

Concluímos, com grande satisfação, que foi possível comprovar cientificamente a hipótese inicial desta pesquisa: sim, foi "possível descrever verbal e visualmente, registrar e analisar repertórios de saberes e fazeres tradicionais dos povos originários, mais especificamente dos afro-brasileiros, no cotidiano laboral dos pescadores artesanais da Região dos Lagos do Norte Fluminense".

Esta tese e o filme *REMEMORAR Histórias Pesqueiras* cristalizam, tanto no âmbito da textualidade acadêmica quanto na linguagem imagética, os resultados bem-sucedidos da hipótese que norteia todo o trabalho desenvolvido em coparticipação com os detentores de conhecimentos ancestrais. No contexto acadêmico, esses sujeitos são denominados "participantes da pesquisa"; entretanto, para nós, são reconhecidos e respeitados como mestres e mestras das comunidades tradicionais. Registramos aqui nossos sinceros e vigorosos agradecimentos pelo generoso repasse de seus saberes afro-indígenas, preservados e transmitidos por meio de sua lida cotidiana.

Alcançamos também o objetivo principal deste estudo: rememorar as contribuições afro-indígenas presentes no imaginário simbólico e nas ações político-culturais dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, empregamos uma metodologia abrangente, conduzindo uma pesquisa-ação de abordagem quali-quantitativa, longitudinal e comparada, baseada em observação participante, parcialmente estruturada e direta, com entrevistas individuais, episódicas e narrativas, além de análise de discurso.

Essa estratégia metodológica nos permitiu, igualmente, responder à questão-problema que orientou a investigação: quais são as ações político-culturais das comunidades de raízes africanas presentes no imaginário simbólico e na realidade social dos pescadores e pescadoras artesanais da Região dos Lagos fluminense?

De forma sintética, podemos afirmar que as informações obtidas nas entrevistas, articuladas às evidências reunidas nas revisões bibliográficas, nos levaram à identificação, nas cidades pesquisadas, de 38 locais diretamente relacionados ao modo de pescar e viver das populações negras e indígenas — sendo 16 em Búzios e 22 em Arraial do Cabo.

Em relação aos territórios quilombolas e/ou indígenas, identificamos e estivemos presentes em 15 deles: cinco em Arraial do Cabo e dez em Búzios. Pesquisamos e identificamos 18 locais históricos e/ou relacionados à escravidão e ao tráfico humano, sendo três em Arraial do Cabo e 15 em Búzios. Conhecemos três sedes de cooperativas de pesca artesanal, criadas e presididas por mulheres: duas em Arraial do Cabo e uma em Búzios. Visitamos três entidades representativas dos pescadores e pescadoras artesanais, sendo duas em Arraial do Cabo e uma em Búzios. Esteve na sede da prefeitura de ambas as cidades e na câmara municipal de Búzios. Pesquisamos duas instituições culturais geridas pelo município, uma em cada cidade, ambas com exposições e acervos relativos à pesca artesanal. Participamos de reuniões, assembleias e cursos de formação da comunidade de pesca artesanal em quatro locais: dois em Arraial do Cabo e dois em Búzios, onde a presença variou de 20 a 90 profissionais atuantes.

Alcançamos todos os objetivos específicos almejados: 1) realizar uma experiência sensível ao mundo da (re)construção simbólica de narrativas contracoloniais, abrangendo os cotidianos laborais, memoriais e de ação social dos pescadores e pescadoras artesanais do Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios; 2) estimular a coparticipação dos sujeitos na pesquisa por meio da educação não formal em produção audiovisual; 3) produzir um filme resultante do contexto das três etapas de pesquisa de campo propostas pela metodologia mencionada.

Vale ressaltar que, ao nos referirmos à comunidade tradicional da pesca artesanal da Região dos Lagos fluminense, também estamos aludindo a mais de 1,5 milhão de pessoas que atuam profissionalmente com a pesca artesanal em todo o Brasil, dentre as quais 49% são mulheres. Nesse contexto, a comunidade da pesca artesanal de Armação dos Búzios abrange cerca de 444 indivíduos, enquanto a de Arraial do Cabo abrange cerca de 856 indivíduos. Nesse universo, tivemos contato direto com 69 pessoas; no entanto, durante os três momentos de pesquisa de campo, realizados entre outubro de 2022 e maio de 2024, entrevistamos 40 pescadores e pescadoras das duas cidades.

Para a definição do corpus da pesquisa, com o qual obtivemos as informações, chegamos ao número final de 15 entrevistados, com os quais realizamos entrevistas episódicas. Em seguida, fizemos entrevistas narrativas (gravações em vídeo) com seis entrevistados, que geraram as análises conclusivas deste estudo: três pescadores artesanais quilombolas do Quilombo da Rasa (dois homens e uma

mulher) e três de Arraial do Cabo (um homem e duas mulheres). Em novembro de 2024, exibimos o filme integrante da tese para 29 agentes da cadeia produtiva da pesca artesanal nas localidades pesquisadas.

Como objetivamos contribuir para a criação de novas narrativas de representação social e simbólica da comunidade da pesca artesanal nos campos científico, cultural, político e social, propusemo-nos a construí-las não apenas pelo olhar exterior da pesquisa acadêmica registrada em uma tese de doutorado, mas também como um estudo e uma partilha sensível, realizada em coparticipação com os sujeitos da pesquisa. Tocadas pela percepção de uma politicidade sensível e de um comum compartilhado de reflexão artística pelo sentido estético e político de comunidade, optamos por utilizar o olhar sensível da arte cinematográfica e o registro audiovisual como instrumentos de participação compartilhada com os sujeitos da pesquisa.

O registro imagético nos proporcionou um suporte analítico que ultrapassa a pesquisa de campo, exatamente porque a arte atua no âmbito de nossas sensibilidades cognitivas, nas funções da palavra, nos movimentos dos corpos e nas relações entre o visível e o invisível. Ao mesmo tempo, não deixamos de lado a interface política. Nesse sentido, a análise sócio-político-cultural aqui proposta possibilitou-nos construir linguagens e novas narrativas em coparticipação com os sujeitos da pesquisa.

Desde o início da pesquisa de campo, os pescadores e pescadoras artesanais não foram apenas observados, entrevistados e analisados; foram sujeitos ativos. Eles e elas tiveram acesso ao ensino não formal de técnicas de registro audiovisual, participaram ativamente do processo de captação das entrevistas e das imagens, assistiram ao material editado e opinaram sobre a edição final. Assim, participaram coletivamente da produção do conteúdo audiovisual educacional e simbólico desta tese. Esse conteúdo disruptivo foi produzido a partir da rememoração das virtudes culturais e sociopolíticas das comunidades de pesca artesanal de origem quilombola e indígena, realçado pelos contrastes percebidos na análise comparativa de seus diferentes modos de vida, impostos por suas territorialidades, culturas e tecnologias de pesca.

A seguir, fazemos um resumo das contribuições rememoradas por esta pesquisa, revisitando os resultados das análises acessadas pela metodologia descrita, por meio de quatro aspectos analíticos: 1) técnicas pesqueiras; 2)

comunidade tradicional da pesca artesanal; 3) ancestralidade; 4) atuação sócio-política.

Em relação ao **aspecto 1, Técnicas Pesqueiras**, buscamos respostas para as seguintes questões: quais são as práticas pesqueiras realizadas na região; como funciona a organização social dessas comunidades; quais são os tipos de embarcações e de peixes; e onde estão localizados os espaços de captura.

Concluindo as reflexões sobre os dados obtidos nesta primeira categoria analítica, respondemos à pergunta: "quais são as técnicas pesqueiras realizadas na região?" Percebemos que, nos municípios pesquisados, a organização social do trabalho (esferas pré-captura, captura e pós-captura, e modos de estruturação social do trabalho) está diretamente relacionada às 13 modalidades de pesca mencionadas no Quadro 11.

Elas são realizadas tanto de forma individual quanto coletiva. No Quilombo da Rasa, em Búzios, foram citados seis tipos de pesca: 1) maricultura (pré-captura); 2) pesca de linha; 3) pesca com rede de emalhar; 4) mariscagem; 5) pesca com puçá; e 6) pesca com rede de arrasto (captura), além do beneficiamento do pescado (pós-captura). Em Arraial do Cabo, foram mencionadas sete modalidades de pesca: 1) pesca de cerco; 2) pesca de gancho; 3) pesca de linha; 4) pesca de espinhel de polvo; 5) pesca com puçá; 6) mariscagem; e 7) mariscagem com mergulho (captura), além do beneficiamento do pescado (pós-captura). Enquanto em Arraial apenas duas atividades foram citadas nas esferas de organização social do trabalho (captura e pós-captura), em Búzios houve menções a atividades de pré-captura relacionadas à produção de sementes para o cultivo de mexilhões (maricultura).

Em relação aos tipos de embarcações, durante as entrevistas foram mencionados quatro meios de transporte marítimo: caico e canoa (a remo) e barco e caico (a motor). Através do acesso às rememorações do conhecimento cultural dos pescadores e pescadoras artesanais sobre o uso das embarcações a remo, conhecidas como caico e canoa, pudemos constatar que, em ambas as cidades, existe de fato a contribuição cultural das pessoas negras e indígenas para a pesca artesanal. Há mais de 250 anos (desde 1773, século XVIII), com a criação e utilização dos caicos, a contribuição das pessoas negras está presente tanto no imaginário simbólico quanto na realidade cotidiana dos pescadores e pescadoras artesanais de Búzios. A contribuição das pessoas indígenas, com a criação e utilização das canoas, está comprovadamente presente na comunidade da pesca artesanal de Arraial há

mais de 180 anos (desde 1843, século XIX), podendo ser ainda mais ancestral, com milhares de anos de história.

Ao todo, foram citados 25 tipos de frutos do mar presentes nos ambientes marinhos das duas cidades pesquisadas: 19 tipos de peixes, oito de moluscos, seis de crustáceos e um mamífero marinho invertebrado. Em relação aos apetrechos de pesca, as respostas revelaram uma realidade incontestável: diante da "facilidade" em se obter os apetrechos industrializados, a comunidade está perdendo habilidades de produção manual desses apetrechos e, com isso, um dos aspectos fundamentais das tradições da pesca artesanal. Finalmente, quando perguntamos: "onde estão localizados os espaços de captura?", foram encontradas 25 citações de pesqueiros nas duas cidades (acesse o Quadro 15 para saber os nomes). Em Arraial, estão situados 11 pesqueiros: sete na Prainha, três na Praia Grande e um na Praia do Pontal. Em Armação, há 14 pesqueiros: 12 na Praia da Gorda, um no Rio Una e um no Mangue de Pedra.

Mesmo que todos os pescadores e pescadoras aleguem que, nos últimos 10 anos, tem havido um decréscimo abrupto da quantidade e qualidade dos frutos do mar na região - devido à invasão do território marinho da pesca artesanal pela pesca industrial, às sondas das atividades petrolíferas ou ao turismo predatório - as atividades de pesca artesanal continuam acontecendo cotidianamente nos locais pesquisados, explorando um vasto território de pesca e mantendo, no presente, a tradição e continuidade da pesca artesanal afro-indígena na Região dos Lagos.

Em se tratando do **aspecto 2, Comunidade Tradicional da Pesca Artesanal**, encontramos as seguintes respostas para a questão: como se dão os sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira, onde abordamos elementos de convivência e experiência pessoal.

Em relação à identidade cultural, ideologias e cosmovisões, dentre as seis pessoas entrevistadas, quatro identificaram-se como quilombolas: três oriundas do Quilombo da Rasa, em Búzios, e uma do Quilombo da Prainha, em Arraial do Cabo. Duas pessoas identificaram-se como não quilombolas.

A partir das referidas reflexões analíticas, podemos afirmar que a cosmologia africana está presente nas rememorações, nas narrativas e nos cotidianos dos pescadores e pescadoras artesanais das duas cidades pesquisadas, tanto nas pessoas quilombolas quanto nas não quilombolas. Contudo, e em especial, essa

cosmologia alimenta a identidade de raiz de matriz africana das pessoas com identidade quilombola, mesmo que elas não tenham plena consciência desse fato.

Mesmo residindo em municípios diferentes e executando tarefas diferenciadas, abrangendo todas as esferas da cadeia produtiva da pesca artesanal, os pescadores e pescadoras quilombolas possuem diversas confluências em suas cosmovisões e modos de perceber o mundo.

Nesse sentido, a ideologia presente nas quatro narrativas citadas é de uma abordagem coletiva e comunitária, que remete à cosmovisão africana bantu, na qual a ancestralidade - aquilo que liga o mundo visível ao invisível - e a coletividade são expressas pelo significado da palavra Ubuntu: "eu sou porque nós somos". A relação dessas pessoas com a pesca artesanal refere-se à própria manutenção da vida e de suas famílias.

Por sua vez, o pescador ou a pescadora artesanal de Arraial que não possui identidade nem cosmovisão quilombola apresenta, em parte de suas narrativas, uma ideologia individualista, marcada pelo discurso em primeira pessoa ("eu"), enfatizando seu próprio bem-estar. Vale lembrar que o individualismo é um dos dispositivos de poder do pensamento neocolonialista e capitalista. Para as pessoas não quilombolas, a pesca artesanal é vista como um espaço terapêutico e de participação cidadã.

Em relação à transmissão de conhecimentos e à iniciação profissional no mundo da pesca artesanal, ficou nítido o papel da familiaridade como componente primordial. Em primeiro lugar, citada por cinco pessoas, está a influência dos tios; em segundo, a influência dos pais e avós, citada por duas pessoas, dando ênfase ao papel feminino; e, por último, a influência do cunhado e do primo, citada por uma pessoa. Todas as pessoas entrevistadas relataram ter iniciado sua atividade pesqueira entre a infância (de 0 a 8 anos) e a adolescência (entre 12 e 16 anos).

As mulheres marisqueiras atribuíram sua iniciação nas atividades de pesca artesanal desde tenra idade (início das décadas de 1960 e 1970). Já os pescadores e pescadoras de linha, nascidos no início da década de 1960, iniciaram seus aprendizados na adolescência: aos 12 anos (1972) e aos 16 anos (1977). Os pescadores que hoje estão na faixa etária dos 30 anos foram iniciados em suas atividades pesqueiras na infância, aos oito anos de idade (final da década de 1990).

Em relação ao aspecto das ações de resistência, analisadas pelo viés da “perpetuação dos costumes”, os dados obtidos nos permitem afirmar que a atividade da pesca artesanal, especialmente a da mariscagem, está presente nas duas cidades

pesquisadas desde três gerações anteriores a 1960 e 1970. Existem indícios de que a pesca artesanal no Quilombo da Rasa ocorre há pelo menos sete gerações, ou seja, há 250 anos (provavelmente desde 1773).

As respostas indicam que, em Búzios, a comunidade da pesca artesanal, composta por cerca de 444 indivíduos, possui uma ancestralidade mais antiga e mais estruturada, com a citação de 54 trisavós, enquanto em Arraial, com uma comunidade de 856 indivíduos, foram citados apenas 14 trisavós. Ou seja, a pesca artesanal, nos tempos dos trisavós, era três vezes mais praticada em Búzios do que em Arraial. Já na geração dos avós, se considerarmos apenas os números absolutos, a pesca artesanal em Arraial (245 avós) se apresenta quase duas vezes mais praticada do que em Búzios (178 avós). No entanto, quando fazemos uma relação com o percentual de pescadores artesanais de cada cidade, chegamos à conclusão de que, na época dos avós, a prática pesqueira era bem maior em Búzios (40,09%) do que em Arraial (28,62%).

Se analisarmos os dados acima em relação à "reconstituição de vínculos", chegamos à conclusão de que tanto os pescadores e pescadoras artesanais de Arraial do Cabo quanto os quilombolas de Búzios embasaram suas experiências profissionais nas relações familiares, destacando, a contribuição marcante dos tios e tias nesse processo de transmissão de conhecimentos. No que se refere às instituições "de contenção", percebemos a existência de um forte pertencimento grupal (familiar e comunitário) em todas as seis pessoas entrevistadas. Por fim, as narrativas apresentadas apontam para a manutenção dos ensinamentos ancestrais, evitando "transformações" de comportamentos e mudanças nos hábitos rituais.

No caso dos quilombolas, a "ancestralidade" está presente através de lembranças advindas dos avós e se mantém até a geração de seus próprios netos. Já para aqueles que não se identificam como quilombolas, as narrativas conotam uma ancestralidade mais recente, baseada nos ensinamentos dos tios. Em relação ao aspecto "ritualidade/rotina", os dados obtidos demonstram que a pesca artesanal está presente há mais tempo na vida dos pescadores quilombolas (décadas de 1960, 1970 e 1990) do que na vida daqueles que não se identificam como tal (1977 e 2000).

Tanto os quilombolas quanto os não quilombolas disseram ter obtido os ensinamentos sobre a pesca artesanal por meio da "oralidade", aqui percebida como tradição oral, literatura oral e história oral, além de movimentos corporais; e da "atividade orgânica" - que relaciona a "corporeidade" dos gestos específicos exigidos

pela habilidade de cada um dos entrevistados em seu ramo de atuação à interação deles com o ambiente natural, como quando realizam a pesca nas praias.

Os elementos de “autonomia” e “autogestão”, “pertencimento” familiar e comunitário, e “resistência” também estão presentes em todas as narrativas analisadas. Porém, as narrativas das pessoas quilombolas conotam a realização da pesca artesanal, originariamente, como uma atividade familiar de subsistência que atravessa gerações, desde os tempos de seus avós, passando por si mesmas e chegando até seus netos.

No âmbito dos achados do **aspecto de análise 3, Ancestralidade**, buscamos compreender “como são percebidas as dimensões sensíveis e da memória?” Inicialmente, nos dedicamos a compreender como as pessoas entrevistadas percebem a relação entre a cidade onde moram e a pesca artesanal.

No âmbito denotativo, todas as respostas à questão “existe uma relação entre a cidade onde você mora e a pesca artesanal?” apontam para uma indissociável e ancestral relação entre a pesca artesanal e a cidade onde vivem as pessoas entrevistadas, como meio de subsistência histórico e, desde tempos imemoriais, a principal atividade econômica das populações originárias e, atualmente, das pessoas mais carentes e necessitadas.

Em Arraial, foi destacado o aspecto artesanal da pesca, em especial a pesca de cerco, realizada tradicionalmente na cidade até os dias de hoje, orientada pela figura do vigia (um dos membros da companha das canoas). Também foram citadas outras atividades produtivas além da pesca, como a atividade salineira na época da escravidão (dos séculos XVIII ao XIX) e o trabalho industrial na empresa Álcalis (século XX). Os pescadores e pescadoras artesanais quilombolas, de ambas as cidades pesquisadas, ressaltam em suas narrativas quesitos ancestrais e tradicionais, elementos da cosmologia africana bantu, assim como o fato de a pesca artesanal na região ser realizada há séculos por pessoas negras aquilombadas, de forma cotidiana.

As reflexões até aqui realizadas nos possibilitaram compreender que as pessoas entrevistadas percebem subjetivamente sua ancestralidade através de:

- Sua origem social - Búzios: pessoas negras descendentes principalmente de africanos angolanos; Arraial: descendentes de pessoas com características miscigenadas - negras, indígenas e portuguesas.
- Sua relação inicial com a pesca artesanal: Nas duas cidades, essa relação se dá pela influência familiar, especialmente de pais e avós, com destaque para

os tios. As pessoas quilombolas foram iniciadas na pesca desde tenra infância, enquanto as não quilombolas na pré-adolescência e adolescência.

- Acessando suas rememorações mais antigas sobre o local onde pescam - Búzios: os conhecimentos são prioritariamente africanos, provavelmente de origem angolana, com datas prováveis a partir de 1774, século XVIII; em Arraial, os conhecimentos são miscigenados, com datas prováveis a partir de 1891, século XIX.
- Percebendo a relação histórica de sua localidade com a pesca artesanal: Arraial possui uma percepção de historicidade oficial mais estruturada do que Búzios, apesar de os dados obtidos apontarem que a pesca artesanal praticada no Quilombo da Rasa possa ser mais ancestral do que em Arraial.
- Da percepção individual enquanto membros de um conjunto familiar e comunitário do ambiente social onde vivem.

Em relação à manutenção dos aspectos ancestrais nos tempos de hoje, as respostas encontradas para a pergunta “como conciliar as novas e as velhas atividades da pesca artesanal?” indicam os seguintes caminhos trilhados: pela perpetuação e transmissão do conhecimento dos gestos ancestrais; incentivando familiarmente a participação das crianças nas pescarias; ampliando a participação feminina; diminuindo o preconceito de gênero no ambiente da pesca; criando um território marinho exclusivo para a pesca artesanal, como as reservas marinhas, em todas as praias da região; mudando a perspectiva capitalista de exploração de outras atividades econômicas no território da pesca artesanal (pesca industrial, atividades petrolíferas, turismo náutico e empreendimentos imobiliários próximos às praias voltadas para a atividade da pesca artesanal); valorizando e divulgando os valores ancestrais da pesca artesanal nos locais onde é praticada.

Finalizamos as análises propostas acessando os achados do **aspecto analítico 4, Atuação sócio-política**, o qual possui a seguinte questão central: “quais são as ações e conquistas político-sociais presentes na realidade social dessas comunidades tradicionais nos últimos 10 anos?”.

Nesse sentido, concluímos que as ações sócio-políticas das pessoas entrevistadas se expressam objetivamente em suas participações regulares em várias esferas de poder. Tanto em Búzios quanto em Arraial do Cabo, existem representantes da pesca artesanal nos conselhos municipais de pesca. Além disso,

há entre os pescadores e pescadoras artesanais de ambas as cidades um interesse, ainda que baixo, de participar de reuniões e assembleias deliberativas em associações e colônias, bem como um interesse proporcional e empenho em buscar capacitação nos Programas de Educação Ambiental em atividade na região, dentre os quais foram citados o PEA Pescarte e o PEA Foco.

A capacitação nesses PEAs possibilita às pessoas dessa cadeia produtiva o acesso aos conhecimentos de seus deveres e direitos como cidadãos, fornecendo-lhes instrumentos de reflexão crítica que potencializam suas participações cidadãs nos processos políticos locais.

Certamente, existem várias outras conquistas sócio-políticas dos pescadores e pescadoras artesanais das cidades pesquisadas nos últimos 10 anos. Abaixo, apresentamos somente aquelas que surgiram por meio da análise dos dados obtidos em nossa pesquisa de campo:

1. Criação de empreendimentos produtivos: Em Arraial, além da cooperativa mencionada, foi criada a Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artes da Prainha Sol, Salga e Arte – MUPAAP (2018). Em Búzios, destacam-se a Associação das Marisqueiras Quilombolas da Rasa (2022) e a Associação dos Maricultores e Pescadores Artesanais da Rasa – AMAPEAR (2025, em fase de registro).
2. Criação comunitária de novos empreendimentos: Para o setor da pesca artesanal, como forma de enfrentar a dura realidade de escassez do pescado, causada pelos impactos das atividades industriais nos mares da região, foram desenvolvidos os PGTRs (Projeto de Geração de Trabalho e Renda). Desde 2016, esses projetos, construídos coletivamente pelos pescadores e pescadoras artesanais integrantes do PEA Pescarte, preveem a implantação, até 2030, de oito unidades produtivas nas cidades: três em Búzios - UPP (Unidade de Processamento de Pescado), UPM (Unidade de Produção de Moluscos 3) e UPS (Unidade de Produção de Sementes); e cinco em Arraial: UBM (Unidade de Beneficiamento de Moluscos), UBP (Unidade de Beneficiamento de Pescado), UPA (Unidade de Produção Aquícola), UPM 1 (Unidade de Produção de Moluscos 1) e UPM 2 (Unidade de Produção de Moluscos 2).
3. Ampliação da participação feminina: A participação feminina no universo da pesca artesanal, historicamente compreendido como exclusivo para homens,

> foi ampliada com a organização social das pescadoras artesanais. Elas têm reivindicado mudanças na Lei da Pesca para incluir oficialmente as mulheres como pescadoras artesanais, concretizadas com a criação da Cartilha "Mulheres das Águas e das Marés – 20 demandas das Pescadoras Artesanais"

Para compreendermos como está situado o presente estudo frente às pesquisas acadêmicas brasileiras sobre a pesca artesanal e sua relação com temáticas de comunidades tradicionais, quilombos, políticas sociais e audiovisual, acessamos 17 pesquisas científicas realizadas no Brasil entre 2011 e 2021, registradas no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Plataforma Sucupira. Identificamos que as abordagens dos estudos brasileiros sobre pesca artesanal estão presentes em oito áreas do conhecimento: Sociologia Política, Cognição e Linguagem, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Direito Ambiental, Políticas Sociais, Antropologia e Educação.

Os estudos que relacionam os temas quilombos e comunidades tradicionais abrangem reflexões sobre territorialidade, participação política, identidade, gênero e a compreensão de como os elementos mitológicos e memoriais influenciam os modos de vida. Os estudos quilombolas no campo da pesca artesanal dialogam com questões identitárias, territoriais, mercadológicas, memoriais, educativas descolonizadoras, além das relações sociais, saberes e fazeres, saberes femininos e ancestrais. As reflexões sobre comunidades tradicionais têm se centrado na pesca artesanal, levando em conta a atuação coletiva em instâncias representativas, memória coletiva e reconhecimento social, articulação institucional e governança dos recursos naturais, e a atuação feminina nas articulações políticas e representativas.

Três grupos sujeitos foram identificados: sete quilombos, na sua maioria localizados no Nordeste brasileiro – Serra das Viúvas (AL), Quilombo de Acupe (BA), Boqueirão da Arara (CE), Helvécia (BA), São Lourenço (PE), Castanhal do Mari-Mari (PA) e Braço Forte (MG); cinco comunidades de pesca artesanal, localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul – Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas (PA), pescadores, pescadoras artesanais e marisqueiras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Martelo e Bananeiras (BA), comunidades tradicionais pesqueiras de Arraial do Cabo (RJ), Comunidade Caraíbas, Pedras de Maria da Cruz (MG) e pescadores da Colônia de Pescadores Z-3, Lagoa dos Patos (RS); além de pescadores do Projeto Educação para Pescadores (RS). Quatro estudos de caso

foram relacionados ao trabalho e representação democrática das mulheres na pesca artesanal, ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), ao arcabouço institucional da governança de recursos naturais em municípios litorâneos e ao impacto do Parque Nacional de Cabo Orange nos municípios vizinhos (AP). Dentre os 17 estudos pesquisados, identificamos 67 conceitos ou grupos de conceitos. Entre eles, ressaltamos aqueles que estão presentes em ambas as chaves de busca, sendo: “comunidade”, “identidade”, “memória” e “movimentos sociais”.

Foram identificadas três pesquisas acadêmicas sobre a pesca artesanal que utilizam o registro audiovisual como metodologia. Estas pesquisas pertencem às grandes áreas de Ciências Humanas e Multidisciplinar, com dois doutorados (um em Sociologia e outro em Políticas Sociais) e um mestrado em Ciências Sociais. Os estudos de caso realizados no Sudeste brasileiro buscaram compreender a situação da pesca artesanal em face dos grandes projetos de desenvolvimento (Barra do Riacho, Aracruz, ES) e o papel das mulheres nas expressões culturais da pesca artesanal (Arraial do Cabo, RJ).

No Nordeste, os sujeitos da pesquisa foram os pescadores artesanais do Mucuripe, em Fortaleza, CE, um território de pesca situado no espaço urbano, também explorado pelo turismo e pela especulação imobiliária. Foram encontradas três formas diferenciadas de utilização do audiovisual. Nenhuma delas corresponde à proposta de utilização do audiovisual como um instrumento de coparticipação dos sujeitos na pesquisa, como realizamos no presente estudo.

As buscas realizadas por nós no CPT, com os critérios mencionados no capítulo 2 deste estudo, indicaram que, no período pesquisado (2011 a 2021), não houve pesquisas acadêmicas sobre a pesca artesanal em que o audiovisual tivesse sido utilizado para registrar assuntos relacionados à comunidade quilombola ou negra no Brasil. Tampouco foram encontrados estudos que abordassem a temática aqui proposta: a rememoração das contribuições afro-indígenas para a pesca artesanal.

Se, por um lado, esta pesquisa alcançou todos os seus objetivos e pôde constatar que, em ambas as cidades pesquisadas, existe, de fato, a contribuição cultural afro-indígena no cotidiano da comunidade da pesca artesanal da Região dos Lagos, Rio de Janeiro. Por outro, pudemos comprovar que essas contribuições vêm sendo histórica, cultural e epistemologicamente apagadas pelos racismos individual, estrutural, institucional, religioso, recreativo e ambiental. Pois, em Armação dos Búzios, a contribuição de pessoas negras para as atividades da pesca artesanal

praticada no município está presente no cotidiano das pessoas há pelo menos 250 anos (próximo a 1773, século XVIII). Em Arraial do Cabo, a contribuição das pessoas indígenas está presente há mais de 180 anos (desde 1843, século XIX), podendo ser ainda mais ancestral, já que se trata de um território original dos tupinambás, com histórico que pode alcançar 5 mil anos.

Começo, meio e... começo. Quando pensamos ter chegado às conclusões finais, vislumbramos, uma vez mais, a circularidade do recomeço, deparando-nos com a realidade circular típica dos conhecimentos da cosmovisão bantu. As conclusões aqui obtidas indicam a necessidade de um aprofundamento e respaldo desses achados, de modo que se tornem uma descoberta científica comprovada. Nesse sentido, as constatações citadas apontam para a necessidade de complementação das pesquisas realizadas até aqui, que envolvem a união de estudos de múltiplos saberes, além do âmbito das Ciências Sociais, como os históricos, arqueológicos, paleontológicos e genéticos, entre outros. Assim, ao final deste estudo, vislumbramos o caminho para um aprofundamento do tema, incluindo pesquisas a serem realizadas em Angola, o que almejamos alcançar em estudos futuros no âmbito do pós-doutorado. Por isso, finalizamos as reflexões deste estudo relembrando os ensinamentos quilombolas afro-pindorâmicos: " Somos da circularidade. Começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim " (Bispo dos Santos, 2023, p. 102).

PESQUISA E PESQUISADORA: sobre começos e meios de ser eu

Desde a colonização brasileira, a perpetuação dos padrões excludentes de poder, trabalho e conhecimento construídos pelas elites políticas, econômicas e intelectuais colonialistas produziu uma série de injustiças e discriminações sociais no Brasil, dentre as quais o racismo me prejudicou de forma contundente. Nasci no sul do Brasil e, em 1991, mudei-me para Belo Horizonte, MG, com o pretexto de estudar comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na realidade, mudei-me para MG para aprender a ser gente de verdade, pois não coaduno com a visão excludente e, muitas vezes, fascista dos meus conterrâneos sulistas.

Sou uma mulher com fenótipo indígena, percebida socialmente como tal, porém, devido a minha identidade cultural de capoeirista angoleira, passei a me perceber e me autoidentificar como negra como uma atitude política, de enfrentamento ao racismo que sofro diariamente desde a infância. A iniciar pela discriminação racial dentro do meu próprio núcleo familiar sulista, onde desde tenra idade recebi o apelido “carinhoso” de “Pretinha”. Pois minha origem pobre e minha cor parda me colocaram em um não-lugar de percepção social, onde não sou "suficiente" para as convenções sociais: sou percebida como negra pelos brancos e branca pelos negros.

Essas percepções sociais racistas e distorcidas sobre mim geraram uma série de agressões que me levaram não apenas a refletir, mas a reagir e agir. Tornei-me ativista social. Desde 1985, aos 15 anos de idade, me engajei politicamente no movimento estudantil. Desde então, nos últimos 40 anos, venho participando efetivamente de todas as mobilizações nacionais e lutas políticas para a criação de um país mais justo e equânime, como as Diretas Já, a luta pela Constituinte, a marcha Fora Collor, a marcha dos Cem Mil, e a luta em defesa da democracia e contra o impeachment da presidenta Dilma.

Também atuo efetivamente como ativista política sociocultural em ocupações de espaços urbanos, contribuindo em MG com a criação da Praia da Estação[179] e com

[179] Praia da Estação é uma mobilização política de ocupação urbana criada em 2010. Trata-se de um fhash mob de uma praia - as pessoas usam roupa de banho e apetrechos de praia, no centro nevrálgico da capital de Minas Gerais - numa cidade situada a 1300 km acima do nível do mar. Tornou-se referência de mobilização social em MG, atraindo multidões de banhistas a cada edição/mobilização

a revigoração do Carnaval de Rua e de Luta[180] de Belo Horizonte. Além disso, atuo politicamente como delegada e representante social em conferências, associações de classe egrupos de pesquisa, como o Centro de Estudos Africanos, do Departamento de Relações Internacionais (DRI, UFMG), onde atuo como pesquisadora associada.

Sempre estudei em escolas públicas e só pude cursar duas graduações na UFMG (1996 e 1998) graças ao fato de pertencer à luta pela moradia estudantil, ou seja, por residir, gestar e criar meu filho em uma ocupação estudantil. O Movimento pela Fundação da Casa do Estudante (Mofuce), situado em Belo Horizonte, MG, foi instituído pela justiça como moradia estudantil a partir da mobilização estudantil da qual sou uma das precursoras. Os bacharelados em Radialismo e Jornalismo (UFMG, 1996 e 1998) deram forma ao meu olhar videográfico documentarista. A mestria em Interação Midiática (PUC MG, 2012) possibilitou-me imergir no campo da produção de significados simbólicos. Os conhecimentos universitários desenvolveram habilidades comunicacionais voltadas para a compreensão de como reproduzir no mundo virtual elementos ritualísticos do mundo da presença, realizados pelas culturas de raiz africana.

No campo cultural e social, encontrei na comunidade tradicional da capoeira angola a força espiritual, mental, física e comunitária necessária para (re)constituir-me como uma cidadã segura e livre. Ingressei nesse universo em 1995. Com mais de 30 anos de atuação, em 1997 obtive a formação como treinel de capoeira angola, pelo mestre João Angoleiro, da Associação Cultural Eu Sou Angoleiro (Acesa, BH, MG). Atualmente, integro o Grupo Candeia de Capoeira Angola, sob a orientação da mestra Alcione. Minhas formações acadêmicas em Comunicação Social e profissional em cinema e gestão de empreendimentos criativos ocorreram paralelamente à minha educação não formal como angoleira.

Em 2007, criei a produtora audiovisual ATOS Central de Imagens. No âmbito das produções autorais de narrativas audiovisuais contracoloniais, destaco o filme *PAZ NO MUNDO CAMARÁ: a capoeira angola e a volta que o mundo dá*" (2012), a *Mostra CineAfroBH* (2014) e a minissérie *CONEXÃO BRASIL SEGAL: a cultura em*

https://rede98.com.br/carnaval/uma-praia-em-bh-uau-achei-o-maximo-carem-abreu-e-o-inicio-da-praia-da-estacao/ . Acesso em 12/04/2025

[180] Criado em 2009 e alavancado em 2010 com as mobilizações da Praia da Estação, também uma mobilização de ocupação urbana, nos últimos 15 anos ampliou a participação de cinco blocos para mais de 520 em 2025, tornando-se o terceiro destino turístico carnavalesco do Brasil, mobilizando mais de 5,5 milhões de foliões.

nós (2023). Todos os projetos culturais que criei nos últimos 25 anos têm como premissas o combate ao racismo e a contribuição para a luta pela igualdade racial.

Hoje, com esta tese e o seu filme REMEMORAR Histórias Pesqueiras, tenho a alegria de coroar minha carreira de produção de conhecimentos com a técnica da pesquisa científica aliada a produção audiovisual, uma conquista feminina dedicada a todas as mulheres que deixaram de lado os padrões subalternos, o racismo, o patriarcado e ousaram se levantar contra os padrões sociais. Ubuntu!

REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro. **Capoeira Angola:** Cultura Popular e o Jogo dos Saberes na Roda. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2004.

ABREU, Ângela Lacerda. **Ecos da Memória em Helvécia-BA:** Histórias, Griôs e Performances. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Representações) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Santa Cruz, 2014.

ABREU, Carem Cristini Nobre de. **Ritomídia**: do ritualístico ao midiático. A midiatização das culturas de raiz de matriz africana na perspectiva da capoeira angola. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, MG, 2012.

ABREU, Carem. **CONEXÃO BRASIL SENEGAL:** a Cultura em nós. Minissérie documental televisiva, 6 episódios de 26', 2023, MG

ABREU, Carem. **Paisagens da Pesca**. Vídeo percurso, 5 minutos. RJ, 2021.

ABREU, Carem. **PAZ NO MUNDO CAMARÁ:** a Capoeira Angola e a volta que o mundo dá. Documentário, HD, cor, 52 minutos, 2012, MG.

ABREU, Carem. **REMEMORAR Histórias Pesqueiras.** Documentário, HD, cor, 27 minutos, 2025, MG.

AGAMBEN, Giorgio. **A potencia do pensamento:** ensaios e conferências. Tradução de Antônio Gerreiro. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

AGAMBEN, G. O que é um Dispositivo? *In*: **O que é contemporâneo?** São Paulo: Argos, 2007.

ALMEIDA, Brena Costa de. Entre o passado e o presente, entre História e memória: a Rasa e seus entre-lugares. **Revista Escrita da História**, ano II, v. 2, n. 4, p. 1-15, set./dez. 2015.

ALMEIDA, Mauro**. As reservas extrativistas e as populações tradicionais.** *In*: www.comciencia.br/ dossies 1-72. 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de**. Racismo.** Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, Abril de 2017 Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo. Acesso em: 15 abr. 2022

ALMEIDA, Silvio Luiz de**. O que é racismo estrutural**? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, A. B. **O Pós-Colonialismo**: por uma nova epistemologia das ciências sociais no sul. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 5, n. 8, pp. 50-64, jan.- abr. 2017.

ARAÚJO, Paulo Roberto P.; CARVALHO, Jonatas. **Entre o Latifúndio e a Vila:** a Fazenda Campos Novos e a formação urbana de Cabo Frio, séculos XVII e XVIII. OSF Preprints, março 2017.

ARRUDA, Samara; PINTO, Vini. **Travessia mangue de pedras x ponta do Pai Vitório:** o que fazer em Búzios, RJ. Vamos trilhar. YouTube. 3min47s. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zTsr0z5gtqA. Acesso em: 05 mai. 2024.

BARBALHO, Alexandre; Cidadania, Minorias e Mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. *In*: BARBALHO, Alexandre PAIVA, Raquel (orgs.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARROS, José Márcio. A diversidade cultural, o identitário, o popular e o tradicional. *In*: **Catálogo Culturas Populares & Identitárias da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Cultura, 2010.

BARROS, José Márcio. Cultura, mudança e transformação: a diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão. *In*: **III ENCULT**, Bahia: Salvador, 2007.

BARTHES, R. (1964a). **Elements of Semiology**. Nova York, NY: Hill and Wang [trans. A Lavres & C. Samith, 1967.

BAUER, M. W. & GASKELL (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho Guareschi. 13a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENITE, Luiz Felipe Rocha. Cultura e Reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem "inventiva" de Roy Wagner. *In:* CAMPOS **- Revista de Antropologia Social.** p.117-130. 2007. Recuperado de https://www.researchgate.net/journal/CAMPOS-Revista-de-Antropologia-Social-1519-5538 Acesso em: 19 abr. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BITTENCOURT, Carolina Amorim da Silva. **Pessoas, Sereias e Divindades:** Um Estudo Etnológico, Mitológico e Etnooceanográfico em uma Colônia de Pescadores no Sul do Rio Grande do Sul. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia y Cultura**. Editorial Grijalbo: Mexico, 1990.

BRASIL EM MAPAS. **Expectativa de vida no Brasil**, 1900 a 2020. Instagram. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/brasilemmapas/p/CmUtISQPxPQ/?img_index=1. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL, 2020. Agenda 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Vida na Água. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/ods/14/. Acesso em: 12/04/2020.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206040&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,dos%20Povos%20e%20Comunidades%20Tradicionais. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRITO, Carmem Imaculada de. **Uma Abordagem Sócio Histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil.** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2016.

CABO FRIO EM FOCO. **ARRAIAL DO CABO RECEBE MAIS R$ 48,5 MILHÕES DE ROYALTIES**. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/cabofrio.emfoco/p/DGdHxg9AZR2/. Acesso em 17 fev. 2025

CADERNO DE RESPOSTAS. **Pauta de Reivindicações do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias. Acesso em: 22 jan. 2024.

CARLOMAGNO, Márcio C. ROCHA, Leonardo Caetano da. Como Criar e Classificar Categorias para Fazer Análise de Conteúdo: uma Questão Metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016. Disponivel em https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771. Acessado em 15 de março de 2022.

CARMO, Ione Maria do. **"RELIGIÃO É UMA COISA, CULTURA É OUTRA": HERANÇA BANTO E PENTECOSTALISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NEGRA DA RASA (1998-2018).** 2019. Tese (doutorado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. **Revista do PPGPS / UENF**. Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades Analíticas da Noção de Campo Social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 19 nov. 2023.

PESCARTE. **Censo pescarte** (CENSO DA PESCA), 2022. https://pescarteproject.z13.web.core.windows.net/ . Acesso em 13/02/25.

CEZAR, Lilian Sagio. Antropologia Visual e Memórias Compartilhadas na Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia do Siqueira: antes e depois da Legislação Ambiental. *In*: **Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense**: reflexões a partir do Censo PEA Pescarte/ coordenação Geraldo Márcio Timóteo. – 1. Ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EduENG, 2019. p. 205-220.

CEZAR, Lilian Sagio. **Relatório Anual da Linha de Pesquisa 1 da Terceira Fase do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte:** Antropologia Visual aplicada à investigação de memórias, identidades e fazeres artesanais entre Comunidades Pesqueiras interlocutoras do Projeto Ambiental Pescarte. Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

CHAVES, Renata de Freitas; SILVA, Jean Michel de Lima. Construção da Areté Política em Sócrates. **Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia**. 2017.

CHU, Eduardo. **Guerra de Cabo Frio:** Capitania Real do Rio de Janeiro (1567 – 1821) Cabo Frio. IMPRESSÕES REBELDES. 2021. Disponível em: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/guerra-de-cabo-frio/. Acesso em: 02 fev. 2025.

COHN, Clarice. CULTURAS EM TRANSFORMAÇÃO: os índios e a civilização. *In*: **São Paulo em perspectiva**. SP: SciELO, 2001.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude:** dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens, 2020.

COOMBS, Philip Hall; PROSSER, Roy; MANZOOR, Ahmed. **New paths to learning for rural children and youth.** New York: International Council for Education Development, 1973.

CORREIA, João Carlos. Novos movimentos sociais e transformações de modelos de analise das mídias. *In:* Ferreira,Jairo/ Vizer, Eduardo. **Mídia e movimentos sociais, linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

COSTA, Rodrigo Heringer. Notas sobre Educação formal, não formal e informal. *In*: **Anais do III SIMPOM**, Edição. n. 3. p.435 a 444. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 32, v.1, n.59, p. 25-40, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CeaP, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. MAGALHÃES, Sônia Barbosa. ADAMS, Cristina (Orgs). PARTE I Quem são, quantos são. *In*: **Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. Seção 1. São Paulo: SBPC, 2022.

CUNHA, Márcio Werneck da. **Búzios:** armação histórica. Resumo dos ensaios sobre geografia, pré-história e história do município de Armação dos Búzios. Brasília: Ministério da Cultura, 1997.

D'ASSUMPÇÃO, Lucas. **Tocha Olímpica passa por Búzios no dia 01 de agosto.** Clique diário. 2016. Disponível em: https://cliquediario.com.br/esporte/tocha-olimpica-passa-por-buzios-no-dia-01-de-agosto. Acesso em: 05 jan. 2025.

DELEUZE, Gilles. Recapitulação das Imagens e dos Signos. *In*: **Imagem-tempo.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DEMO, Pedro. Conjuntura Social. *In*: Síntese. **Revista de Filosofia**, v.2, n.4, Janeiro de 1972, pp.13 a 43.

DIAS NETO, José Colaço. **Quanto custa ser pescador artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal**/ José Colaço Dias Neto. 1 ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DIEGUES, A.C.S. 2002. **Povos e Água:** inventário de áreas úmidas brasileiras. Ed. São Paulo NUPAUB, USP. 597p. Disponível em: https://doi.org/10.18222/eae153020042148. Acesso em: 08 abr. 2022

FASOLO, Carolina; CEZAR, Ester. **Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados.** Instituto Socioambiental. 2024. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados. Acessado em: 15 fev. 2025.

FÁVERO, Osmar. Educação Não-Formal: Contextos, Percursos e Sujeitos. Educ. **Soc., Campinas**, vol. 28, n. 99, p. 614-617, maio/ago. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 15 jun. 2022.

FERDINAND, Malcom. 2022. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, L.O. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. *In*: **Medicinas indígenas e as políticas da tradição**: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

FIELD, Syd. **Os exercícios do Roteirista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

FLEURY, Sonia. Capitalismo, democracia, cidadania – contradições e insurgências. *In*: **Saúde Debate, Rio de Janeiro**, v. 42, n. especial 3. 2018.

FLEURY, Sonia. Políticas Sociales y Ciudadania. *In:* **Umbrales Revista de Pós Grado En Ciência Del Desarrollo, Bolívia**, v. s/v, p. 189-236, 2002.

FLIK, Uwe. **Introdução à metodología de pesquisa:** um guía prático para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge:** Selected Interviews and Other Writings 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FOUCAULT, Michel. Society Must Be Defended. *In*: **Lectures at the Collège de France** 1975-1976. New York: Picador, 2003.

FUNBIO. **Mulheres Nativas.** 2022. Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/educacao-ambiental/mulheres. Acesso em: 15 fev. 2025.

FURTADO, Gislane Damasceno. **No Lar, nas Águas, na Vida: Práticas e Saberes das Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas, Cametá-PA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos**: dois países, quatro décadas. Petrópolis: Vozes, 2001.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York, Basic Books inc, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 2002.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em slow motion- a morte do tempo na prisão:** imagens e textos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *In*: **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. **El concepto de "racismo" en Michel Foucault y Frantz Fanon:** ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? Tabula Rasa, Bogotá, n. 16, p. 79-102, 2012.

HALL, STUART. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Identidade em Questão_As culturas nacionais como comunidades

imaginadas. *In:* **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3 – o camarão que "come" as mãos e outras lutas:** contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

IBGE. **Censo 2022**. 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 09 jan. 2025.

IBGE. **Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão.** 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao. Acesso em: 06 mar. 2025.

IBGE. **História de Arraial do Cabo**. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico. Acesso em: 2 fev. 2025.

IBGE. **Os quilombolas no Censo 2022**. 2023. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22325-os-quilombolas-no-censo-2022.html. Acesso em: 05 out. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo. Acesso em: 02 fev. 2025.

IPHAN. **História - Cabo Frio (RJ).** 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1506/#:~:text=Terra%20habitada%20pelos%20%C3%ADndios%20Tamoio,distrito%20de%20Arraial%20do%20Cabo. Acesso em: 07 fev. 2025.

IZOTON, João Paulo Lyrio. **Pesca Artesanal e Industrialização na Barra do Riacho, Aracruz-ES**. 2016. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espiríto Santo – PPGCS/UFES, Espirito Santo, Vitória, 2016.

IZOTON, João Paulo. **Pesca e Desenvolvimento na Barra do Riacho**. Espírito Santo, 2015. Documentário. Disponível em: https://youtu.be/-GzAM6BYIeY. Acesso em: 12 abr. 2023.

JARDIM, Fabiana A. A. Dos gestos e imagens necessários à afirmação da vida: cultura política, práticas de memória e pandemia. *In*: **DILEMAS – Rio de Janeiro** – Reflexões na Pandemia. 2021.

JESUS, Lilian Souza de. **Lançando as Redes Contra a Espoliação do Território Pesqueiro em Acupe, Santo Amaro/BA.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

JESUS, Rosângela Cidreira de. Tradição e Tradução: Identidade, Cultura, Memória. *In:* **VI Enecult**. Encontro de Estudos multidisciplinares em Cultura. BA: Salvador, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem do Brejo**. Florianópolis, SC: Congresso Brasileiro de Geografia,1940.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raza y Cultura.** Altaya, Madrid, 1999. Disponível em https://www.studocu.com/es/document/uned/antropologia-y-comparacion-cultural/raza-y-cultura-levi-strauss/17089825. Acesso em 17/04/22.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro** [recurso eletrônico].2. ed.São Paulo: Selo Negro, 2014.

MACHADO, Duda. **Os 10 melhores destinos de praia do Brasil! Confira os vencedores no Prêmio Melhores Destinos 2024/2025!** MELHORES DESTINOS. Disponível em: https://www.melhoresdestinos.com.br/melhor-destino-de-praia-brasil.html. Acesso em 02 fev. 2025.

MALDONADO TORRES, Nélson. **Sobre la Colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.) **El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá**: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central- IESCO, Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007.

MALDONADO TORRES, Nelson; JOAZE BERNARDINO, Costa; GROSFOGUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MANHAES, Manuela Chagas. **A importância da memória social e coletiva para a constituição do reconhecimento social comunitário das comunidades de pesca artesanal de Arraial do Cabo num contexto de justiça social.** 2019. Tese (Doutorado em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

MATOS, Claudia Neiva de. Religiões afro-brasileiras e racismo religioso: intolerância, memória e resistência**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2012.

MARANFON. Barracão. **YouTube**. 2007. 7min31s. Parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Kip_KmgY3oA. Acesso em: 19 fev. 2024

MARANFON. Os que trazem o peixe. **YouTube**. 2007. 7mi.20s. Parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZIYqhXpYtkk. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARANFON. Os que trazem o peixe. **YouTube**. 2007. 8min38s. Parte 2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZIYqhXpYtkk. Acesso em: 17 fev. 2024.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Um cinema à imagem de um povo. Cultura e política: as mediações constitutivas. *In*: **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6ª edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ, p. 235-238, p. 285-290. 2009.

MEDEIROS, Alexsandro M. Platão. **Sabedoria Política**. 2016. Disponível em: https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-antiga/platao/. Acesso em: 24 mar. 2023.mediacoes/article/viewFile/2137/2707>. Acesso em 02/06/10.

MENESCAL, Ana Alice M. **A idéia de justiça e a formação da cidade ideal na República de Platão**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

MENEZES, Pedro. **Buzios (RJ) espera 300 mil turistas durante a temporada de cruzeiros 2022/2023**. Mercado&Eventos. 2022. Disponível em: https://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/cruzeiros/buzios-rj-espera-300-mil-turistas-durante-a-temporada-de-cruzeiros-20222023/. Acesso em: 09 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social. Teoria, método, criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres. Acesso em: 29 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **PAINEL UNIFICADO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira. Acesso em: 28 jan. 2025.

MIRANDA, Cicero Agostinho. **Os Saberes Matemáticos no Cotidiano dos Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais de Pesca da Cidade do Rio Grande.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

MORAES, Fabiana. Casa cor: terras quilombolas e terreiros.*IN*: **No país do racismo institucional:** dez anos de ações do GT Racismo no MPPE / Fabiana Moraes; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Polén Livros, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB: 2003, RJ.

NARLOCH, L. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo ed. Leya. 223p. 2009.

NEVES, Rafael Moreira; FARIALL, Teresa de Jesus Peixoto. **O estado da questão da produção acadêmica recente sobre o urbano nas cidades pequenas:** análise de teses e dissertação. UFSM: Geografia Ensino e Pesquisa Santa Maria, 2020.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fortaleza v. 15, n. 30, p. 5-16, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.18222/eae153020042148. Acesso em: 08 abr. 2022.

NOTICIAS UOL. **Número de brasileiros que se declaram pretos cresce no país, diz IBGE.** 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/ibge-em-todas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declaram-pretos.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 16 mai. 2022.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **IMAGEM, MAGIA E IMAGINAÇÃO**: desafios ao texto antropológico. Mana 14 (2), 2008. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200007. Acesso em: 29 maio.2022.

OCENA. **Dados reforçam a urgência de modernizar a política nacional da pesca para que o Brasil consiga um crescimento sustentável da atividade**. 2024. Disponível em: https://brasil.oceana.org/comunicados/relatorio-da-fao-alerta-que-sem-gestao-a-pesca-declinara/#:~:text=A%20relev%C3%A2ncia%20da%20pesca%20artesanal&text=O%20relat%C3%B3rio%20da%20FAO%20destaca,em%20tamanha%20defasagem%E2%80%9D%2C%20alerta. Acesso em: 29 dez. 2024.

O DIA. **Búzios recebe cerca de R$ 23 milhões em royalties nesta segunda, uma alta de 113,3% após um ano de queda brusca na arrecadação.** 2025. Disponível em: https://odia.ig.com.br/buzios/2025/01/6988971-buzios-recebe-cerca-de-rs-23-milhoes-em-royalties-nesta-segunda-uma-alta-de-1133-apos-um-ano-de-queda-brusca-na-arrecadacao.html. Acesso em: 22 abr. 2025.

OCEANA. **Relatório da FAO alerta que sem gestão a pesca declinará**. Dados reforçam a urgência de modernizar a política nacional da pesca para que o Brasil consiga um crescimento sustentável da atividade. 2024. Disponível em: https://brasil.oceana.org/comunicados/relatorio-da-fao-alerta-que-sem-gestao-a-pesca-declinara/#:~:text=A%20fra%C3%A7%C3%A3o%20de%20unidades%20populacionais,de%20unidades%20populacionais%20biologicamente%20sustent%C3%A1veis.. Acesspo em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana:

Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18: maio-out/2012, p. 28-47.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. 352p.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE**: texto para discussão nº 996, nov. 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=4212. Acesso em: 21 jun. 2021

PAINEL UNIFICADO DO RGP. **PAINEL UNIFICADO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA**. Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira. Acesso em: 28 jan. 2025.

PEA PESCARTE. **O que o Pescarte oferece para a comunidade?**. 2024. Disponível em: https://pescarte.org.br/. Acesso em: 29 dez. 2024.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. *In*: BAUER, Martin W.; GASKEL, George (editores). **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. RJ: Vozes, 2019, p. 323 a 333.

PESCARTE. **Infográfico dinâmico sobre o censo PESCARTE do ano 2023.** Censo da Pesca do PEA Pescarte. 2024. Disponível em: https://pescarteproject.z13.web.core.windows.net/. Acesso em: 22 jan. 2025.

PIAULT, MARC H. **Antropologia e cinema**: passagem à imagem, passagem pela imagem. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

PINTO, Julio. **Olhares sobre nossos agoras**. Curitiba: CRV, 2017.

PINTO, Julio. **1,2,3 da Semiótica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995.

PINTO, Julio. **O ruído e outras inutilidades:** ensaios de comunicação e semiótica. Belo Horizonte, Autentica, 2002. 96p.

PLATÃO. **Cartas**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade do Pará, 1980.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PLATÃO. **Marginalia Platonica**. Introdução. A Carta Sétima. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade do Pará, 1973.

PORTAL FLUMINENSE. **Dona Eva falece aos 114 anos, em Búzios-RJ deixando um legado como referência quilombola**. 2025. Disponível em: https://portalfluminense.com.br/2025/02/18/dona-eva-falece-aos-114-anos-em-

buzios-rj-deixando-um-legado-como-referencia-quilombola/. Acesso em: 05 jan. 2025.

PROCOPIO, Daniele Freire. **Pedagogia Decolonial Educação de Pescadores e Pescadoras Artesanais e Marisqueiras:** uma Experiência na Comunidade Pesqueira de Ilha de Maré, Salvador, Bahia. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAÍZES DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Ficou sabendo dos novos ODS para o Brasil? Se conectam também com a Raízes**. 2023. Disponível em: https://raizesds.com.br/pt/novos-ods/#:~:text=ODS. Acesso em: 28 dez. 2024.

RAMOS, Cesar Augusto. **Aristóteles e e Sentido Político da Comunidade Ante o Liberalismo.** Belo Horizonte: KRITERION, no 129, 2014.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: EIXO experimental org.; 2ª edição. Editora 34, 2009.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Negro de pele escura, negro de pele clara.** *In*: Mulheres que nos fizeram / Organização de Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Maria Aparecida A. Satto Vilela, Jussara Goulart da Silva. Uberlândia-MG: Culturatrix, 2021.

RIBEIRO, Natália Soares. **GUARDIÃS DAS TRADIÇÕES PESQUEIRAS: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020.

RIZO, Marta. **George Simmel, Sociabilidad e Interacción.** Cinta Moebio 27: 43-60. 2006. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/27/rizo.html 43. Acesso em: 20 out. 2010.

ROCHA, Leticia Aparecida. **O Poder da Territorialidade:** "O Lugar da Gente", o Território Pesqueiro. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

RODRIGUES, A. Duarte. Para uma teoria geral dos campos sociais. *In:* **Estratégias de Comunicação**: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Presença, 1997.

RODRIGUES, José Carlos. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1683. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BBgGAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=De+acordo+com+o+Art.+123,+Cap%C3%ADtulo+V,+da+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Pol%C3%ADtica+do+Imp%C

3%A9rio+do+Brasil&ots=FZCF8SdU5J&sig=kW1H8q5dSQzqEGwh1XIfSEiCzp8#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 21 jan. 2025.

RODRIGUES, Milena Manhães. **Rasa e as Imagens do Turismo: olhares quilombolas (Armação dos Búzios-RJ)**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS JUNIOR, Reginaldo Cordeiro dos. **A Construção da Identidade Quilombola da Comunidade de Braço Forte, Salto da Divisa/Minas Gerais.** 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. *In*: **Anuário Antropológico**, v36, n.2, 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/aa/1104. Acesso em: 18 ago. 2022.

SEEGER, A. **O Conceito de cultura nas ciências sociais**. Anuário Antropológico, 1(1), p.336–343. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6011. Acesso em: 19 abr. 2022.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Isabel Cristina Rodrigues da. **Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa: um estudo sobre as formas de mobilização política o caso de Povoação de São Lourenço.** 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Mozart Linhares da. **Identidade Cultural e Alteridade: uma crítica ao essencialismo.** Disponível em: http://mozartls.blogspot.com/2008/08/identidade-cultural-e-alteridade-uma.html. Acesso em: 15 de nov. 2011.

SODRÉ, Muniz. Bios midiático: um novo sistema conceitual no campo da comunicação. *In*: **Contribuições brasileiras ao pensamento comunicacional latino-americano**. São Paulo: Metodista, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida:** por um conceito de cultura no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1988. A genealogia do conceito. p. 13-92.

SOUKI, Lea Guimarães. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

SOUSA, Rogério da Costa. **Relações Sociais e Saber-Fazer na Pesca de Camarão na Comunidade Mari-Mari, Mosqueiro (Belém/PA).** 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: LeBooks, 2019.

SOUZA, Rachel Nogueira de. **A Adequação da Tributação Ambiental na Região Transfronteiriça do Amapá:** um Estudo de Caso da Pesca Artesanal no Parque Nacional Do Cabo Orange. 2015. Dissertação (Mestrado Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2015.

SUCUPIRA, Tania Gorayeb. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará**: Memórias, Histórias e Práticas Educativas. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

THEIS, Rafaella. **"MARISQUEIRAS" DA BACIA DE CAMPOS:** Relações de Gênero e o Trabalho da Mulher na Pesca Artesanal no Rio de Janeiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Trabalho e pesca no litoral fluminense:** reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Coordenação de Geraldo Marcio Timóteo. 1 ed. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

TSAKANIKA, Aikaterini. **Natural Resources Governance, Artisanal Fishers and Institucional Articulation Along Coastal Municipalities in Rio de Janeiro State.** 2019. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2019.

UENF. **Pós-graduação em Políticas Sociais – CCH**: Área de Concentração e Linhas de Pesquisa. 2025. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/. Acesso em: 20 mar. 2025.

UFES. **Projeto de extensão realiza debate sobre Adoecimento e Morte de Escravos no Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.ufes.br/conteudo/projeto-de-extensao-realiza-debate-sobre-adoecimento-e-morte-de-escravos-no-brasil#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20os%20cativos%20eram,escravo%20era%20de%2025%20anos. Acesso em: 12 fev. 2025.

VAZ, A.C.S. **Juventude e Identidade:** O sentimento de pertencimento de alunos do bairro da Rasa em Armação dos Búzios/RJ. 2015. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2015.

VAZ, Ana Carolina de Souza. CEZAR, Lilian Sagio. Tradição oral, construção de diálogo e conhecimento na comunidade quilombola da Rasa. *In*: **Campos**. V.22. N.1 .2021.

VIZER, Eduardo. Movimentos Sociais: novas tecnologias para novas militâncias. *In*: **VIZER, Eduardo**. FERREIRA, Jairo (Orgs). Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *In*: **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: https://doi.org/ 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Acesso em: 12 abr. 2021.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

WILLIANS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena:** melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.